



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA



PEDRO HENRIQUE CARNEVALLI FERNANDES

UM ESPECTRO RONDA AS PEQUENAS CIDADES: O AUMENTO DA
VIOLÊNCIA E DA INSEGURANÇA OBJETIVA

MARINGÁ (PR)

2017

PEDRO HENRIQUE CARNEVALLI FERNANDES

UM ESPECTRO RONDA AS PEQUENAS CIDADES: O AUMENTO DA
VIOLÊNCIA E DA INSEGURANÇA OBJETIVA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), para obtenção do título de Doutor em Geografia na área de concentração: Produção do espaço e dinâmicas territoriais.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Angela Maria Endlich.

Coorientador: Prof. Dr. Claudivan Sanches Lopes.

MARINGÁ (PR)

2017

UM ESPECTRO RONDA AS PEQUENAS CIDADES: O AUMENTO DA VIOLÊNCIA E DA
INSEGURANÇA OBJETIVA

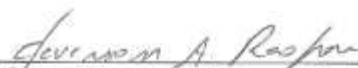
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em 28 de abril de 2017.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr.ª Angela Maria Endlich
Orientadora - UEM



Prof. Dr. Cleverson Alexsander Reolon
Membro convidado - UEM



Prof. Dr.ª Ana Lucia Rodrigues
Membro convidado - UEM



Prof. Dr.ª Beatriz Ribeiro Soares
Membro convidado- UFU



Prof. Dr.ª Maria Encarnação Beltrão Sposito
Membro convidado - UNESP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

F363e
Fernandes, Pedro Henrique Carnevalli
Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva / Pedro Henrique Carnevalli Fernandes. -- Maringá, 2017.
525 p. : il. col. figs., tabs., quadros, mapas

Orientador: Prof.ª Dr.ª Angela Maria Endlich.
Coorientadora: Prof. Dr. Claudivan Sanches Lopes.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

1. Violência urbana - Cidades pequenas - Paraná, Norte. 2. Insegurança Objetiva - Cidades pequenas. 3. Cidades pequenas - Liberdade x Segurança. 4. Cidades pequenas - Paraná, Norte. I. Endlich, Angela Maria, orient. II. Lopes, Claudivan Sanches, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

*P*ara todas as vozes caladas pela violência e
pessoas que sentem a dor da insegurança objetiva.

Agradeço, com muita intensidade,

a Deus, por amparar, confortar, proteger e demonstrar que é possível, ao mesmo tempo, a existência da fé e da ciência;
aos meus pais, Mara e Júnior, pela relação incondicional e eterna de amor;
aos meus irmãos, Luiz e Ana Luiza, pelo compartilhamento da vida;
à Angela Endlich, professora, orientadora e amiga, por ser responsável pelo profissional que me tornei e por estar ao meu lado ao longo desses anos;
ao Claudivan Lopes, coorientador, pela paciência, bondade e preocupação;
ao Juliano de Oliveira, pelo companheirismo infinito e por não desistir da nossa família;
à “grande família estrondosa”, especialmente aos avós Oswaldo e Neuza que são os alicerces de todos nós;
aos amigos, fontes de força e entusiasmo, como Cássia Furlan e Tatiane Siqueira;
ao Leonildo Carnevalli, pela imensurável dedicação na correção de língua portuguesa;
à Adriana Carnevalli, pela delicadeza e sutileza na confecção das artes;
à Brenda Lorenzon, pelo auxílio com a língua inglesa e pela longa amizade;
aos colegas, funcionários e professores da Universidade Estadual de Maringá pelas discussões, embasamentos teóricos e apoio técnico;
aos meus alunos e aos funcionários e professores da Universidade Estadual do Norte do Paraná;
às Prefeituras de Figueira, Iporã e Tamarana pelo suporte e pelas informações durante a realização dos trabalhos de campo;
aos moradores das pequenas cidades pela contribuição voluntária e por dividirem as dores, os sentimentos e as angústias.

RESUMO

Era uma vez uma cidade pequena, tranquila e segura em que as portas e as janelas ficavam abertas... representa uma frase simples, mas que sintetiza a tese. O anseio pela compreensão das contradições na condição humana e social de vida atrelado aos processos de produção do espaço urbano e de transitoriedade na dinâmica das pequenas cidades são as principais motivações para o aporte e a contribuição desta pesquisa. A dialética liberdade-segurança proposta na tese, em essência, é entendida como as condições que separam a liberdade da segurança quando deveriam, talvez em utopia, uni-las para ocorrerem concomitantemente. Assim, em nome da segurança, as janelas e as portas estão se fechando nas pequenas cidades! Contudo, fechando-se, também, estão as pessoas para a sociabilidade e para o espaço e a vida pública. O principal objetivo desta tese é analisar e compreender os processos e as explicações para a existência da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades e suas implicações no espaço urbano e no cotidiano da sociedade local a partir de diferentes dimensões espaciais de análise (global, nacional, regional e local). As explicações para isso ocorrem por três fatores, concomitantes: a difusão e o transbordamento da sociabilidade metropolitana, especialmente pela mídia e internet; a propagação, sem barreiras e fronteiras, do tráfico ilícito, que se articula à economia em redes e atingem as pequenas cidades analogicamente à globalização; e a perda de centralidade e o esvaziamento demográfico dos núcleos urbanos que arrefeceram uma série de serviços, inclusive os de segurança pública. Os procedimentos metodológicos foram sistematizados e organizados em seis fases: levantamento bibliográfico; levantamento de indicadores demográficos e sociais dos municípios do Norte do Estado do Paraná e seleção das pequenas cidades para a análise em escala local; levantamentos complementares para entender os fatores explicativos; realização de trabalhos de campo (aplicação de questionários e entrevistas e registro fotográfico); sistematização das informações e dos dados coletados; e elaboração dos produtos cartográficos e da redação final. Os resultados revelaram que, independentemente da explicação para a ocorrência, existe uma intensa preocupação com a violência e a insegurança objetiva e diferentes estratégias de sociabilidade e resistência. Assim, situações alarmantes e recorrentes foram encontradas, como a violência gerada pela sociedade e a praticada pelo Estado, a propagação do tráfico de drogas a partir de grupos internacionais, regionais e até locais e a precarização da condição de vida. Ela, por conseguinte, deve ser pensada a partir da emancipação humana pelo real sentido de liberdade e, ao mesmo tempo, aproximada de uma efetiva segurança pública.

Palavras chave: Violência. Insegurança Objetiva. Liberdade x segurança. Pequenas cidades. Norte do Paraná.

ABSTRACT

Once upon a time, there was a small, quiet and safe town where doors and windows were always opened... this represents a simple sentence that synthesizes the theses. The wish for the comprehension of the contradictions in human and social life condition tied to production processes of urban space and transience in the dynamics of the small towns are the main motivation for the subsidies and contributions of this research. The dialectic freedom-security proposed in the thesis is essentially understood as the condition that separates freedom from security when they should, perhaps idealistically, connect them to happen simultaneously. So, in the name of security, doors and windows are getting closed in small towns! However, people are also getting closed for sociability, space and public life. The main purpose of this thesis is to analyze and understand the processes and explanations for the existence of violence and insecurity in small towns and its implications in urban spaces and in the local society daily life since different spatial dimensions of analysis (global, national, regional and local). There are three concomitant reasons that explains this: the dissemination and the overflow of the metropolitan sociability, specially by media and internet; the illicit trafficking spread without borders and barriers, which articulates to networked economy and influences small towns similarly to globalization; and the loss of centrality and the demographic emptying of urban centers that cooled down many services, including public security. The methodological procedures were systematized and organized in six stages: bibliographic survey, demographic and social indicators survey of the cities from Northern Paraná, selection of the small cities for a local stage analysis, additional survey to understand the explanatory reasons, conduction of fieldwork (questionnaires and interviews and photographic register), systematization of information and data collected and preparation of maps and final draft. The results revealed that regardless to the explanation for the occurrence, there is a huge concern about violence and insecurity and different strategies of sociability and resistance. Thus, alarming and frequent situations were found, as the violence generated by the society and the one played by the State, the spread of the drug trafficking from international, regional and even local groups and the weakness of life condition. It must be thought from human empowerment by the real feeling of freedom and, at the same time, close to an effective public security.

Key words: Violence. Insecurity. Freedom x Security. Small towns. Northern Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Esquema metodológico, 2015.....	38
Figura 2. Brasil. Regiões de influência e hierarquia dos centros urbanos, 2007..	66
Figura 3. Brasil. Percepção da situação da segurança pública, 2015.....	70
Figura 4. “Ciclo Vicioso” do esvaziamento da vida pública, 2016.....	111
Figura 5. São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG). Arquitetura de controle.....	115
Figura 6. Ciclo de vida dos espaços públicos, 2016.....	117
Figura 7. Esvaziamentos do espaços públicos em cidades pequenas.....	119
Figura 8. “Violência” e “violência em pequenas cidades”, 2015-2016.....	165
Figura 9. “Insegurança” e “insegurança em pequenas cidades”, 2015-2016.....	167
Figura 10. “Criminalidade” e “criminalidade em pequenas cidades”, 2015-2016.	167
Figura 11. Brasil. Faixa de fronteira, arcos e sub-regiões, 2005.....	174
Figura 12. Espaço transversal concernente a insegurança, 2011.....	201
Figura 13. Norte do Paraná. Delegacias de Polícia Civil de Ariranha do Ivaí, Cruzmaltina, Flórida, Querência do Norte, São João do Caiuá e São Manoel do Paraná, 2015.....	247
Figura 14. Iporã (PR). Entrada/Saída pela PR-323, 2015.....	273
Figura 15. Iporã (PR). Entrada/Saída pelo trevo da PR-490 e BR-272, 2015.....	274
Figura 16. Iporã (PR). Plano urbano inicial, década de 1960.....	277
Figura 17. Iporã (PR). Imagem de satélite da cidade, 2013.....	281
Figura 18. Iporã (PR). Imagem de satélite da vila de Nova Santa Helena, 2013.	281
Figura 19. Iporã (PR). Imagem de satélite da vila de Nilza, 2013.....	282
Figura 20. Iporã (PR). Avenida Presidente Castelo Branco, 2015.....	283
Figura 21. Iporã (PR). Espaço esquecido pelo poder público, 2015.....	284
Figura 22. Iporã (PR). Espaço contemplado pelo poder público, 2015.....	285
Figura 23. Iporã (PR). Praça Pública das Nações, área central, 2015.....	286
Figura 24. Iporã (PR). Área comercial, 2015.....	287
Figura 25. Iporã (PR). Rodoviária, 2015.....	289
Figura 26. Iporã (PR). Escola Municipal de Costura Industrial, 2015.....	292
Figura 27. Iporã (PR). Hospital, 2015.....	296
Figura 28. Iporã (PR). Associação de Recuperação de Alcoólatras, 2015.....	298
Figura 29. Iporã (PR). Espaço público abandonado, 2015.....	308

Figura 30. Iporã (PR). Espaço público depredado, 2015.....	309
Figura 31. Iporã (PR). Contraste no uso de equipamentos de segurança, 2015.....	318
Figura 32. Iporã (PR). Defesa Civil Municipal e Guarda Municipal, 2015.....	324
Figura 33. Iporã (PR). 2ª Companhia de Polícia Militar, 2015.....	325
Figura 34. Iporã (PR). Posto da Polícia Militar Rodoviária, 2015.....	326
Figura 35. Iporã (PR). Delegacia Regional de Polícia Civil, 2015.....	327
Figura 36. Iporã (PR). Centro Social, 2015.....	329
Figura 37. Iporã (PR). Conselho Tutelar, 2015.....	330
Figura 38. Iporã (PR). Campanha contra o abuso sexual de crianças, 2015.....	332
Figura 39. Figueira (PR). Entrada/Saída pela BR-272, 2016.....	341
Figura 40. Figueira (PR). Entrada/Saída pela PR-160, 2016.....	341
Figura 41. Figueira (PR). Urbanização espontânea, 2016.....	345
Figura 42. Figueira (PR). Imagem de satélite da cidade, 2016.....	345
Figura 43. Figueira (PR). Avenida Presidente Castelo Branco, 2016.....	350
Figura 44. Figueira (PR). Aparência predominante da área urbana, 2016.....	351
Figura 45. Figueira (PR). Espaço urbanizado, 2016.....	353
Figura 46. Figueira (PR). Rodoviária, 2016.....	357
Figura 47. Figueira (PR). Prefeitura Municipal, 2016.....	360
Figura 48. Figueira (PR). Companhia Carbonífera do Cambuí, 2016.....	362
Figura 49. Figueira (PR). Imagem de satélite da Companhia Carbonífera do Cambuí, 2016.....	362
Figura 50. Figueira (PR). Usina Termelétrica, 2016.....	364
Figura 51. Figueira (PR). Parque Industrial, 2016.....	366
Figura 52. Figueira (PR). Construção de uma creche municipal, 2016.....	368
Figura 53. Figueira (PR). Hospital, 2016.....	370
Figura 54. Figueira (PR). Domicílio à venda, 2016.....	376
Figura 55. Figueira (PR). Principal espaço público, na área central, 2016.....	381
Figura 56. Figueira (PR). Espaço público abandonado, 2016.....	381
Figura 57. Figueira (PR). Casa Cultura, 2016.....	382
Figura 58. Figueira (PR). Ausência de equipamentos de segurança, 2016.....	389
Figura 59. Figueira (PR). Destacamento de Polícia Militar, 2016.....	394
Figura 60. Curiúva (PR). Delegacia de Polícia Civil, 2016.....	395
Figura 61. Figueira (PR). Casa Abrigo e Conselho Tutelar, 2016.....	398

Figura 62. Figueira (PR). Cras e Creas, 2016.....	399
Figura 63. Figueira (PR). Oficina de Artesanato e Panificadora, 2016.....	400
Figura 64. Tamarana (PR). Portal de limite municipal, na PR-445, 2017.....	409
Figura 65. Tamarana (PR). Trevo entre a PR-445 e a PR-980, 2017.....	409
Figura 66. Tamarana (PR). Limite de município e área urbana, 2017.....	410
Figura 67. Tamarana (PR). Rodoviária, 2017.....	413
Figura 68. Tamarana (PR). Ponto de ônibus para acesso a Londrina, 2016.....	414
Figura 69. Tamarana (PR). Imagem de satélite da cidade, 2016.....	417
Figura 70. Tamarana (PR). Urbanização descontinuada da área central, 2017..	417
Figura 71. Tamarana (PR). Rua Arlindo Pereira de Araújo, 2017.....	420
Figura 72. Tamarana (PR). Espaço público abandonado e depredado, 2017.....	423
Figura 73. Tamarana (PR). Espaço público depredado e pichado, 2017.....	423
Figura 74. Tamarana (PR). Prefeitura Municipal e Câmara Municipal, 2017.....	429
Figura 75. Tamarana (PR). Estabelecimento agrícola, 2017.....	430
Figura 76. Tamarana (PR). Imagem de satélite de estabelecimentos agrícolas, 2016.....	430
Figura 77. Tamarana (PR). Projeto Educando, brincando e formando cidadão, 2017.....	433
Figura 78. Tamarana (PR). Biblioteca, 2017.....	434
Figura 79. Tamarana (PR). Hospital e Samu, 2017.....	436
Figura 80. Tamarana (PR). Centro de Especialidades, interditado, 2017.....	436
Figura 81. Tamarana (PR). Principal espaço público, área central, 2017.....	446
Figura 82. Tamarana (PR). Centro Social, 2017.....	446
Figura 83. Tamarana (PR). Praça, em bairro nobre, degradada, 2017.....	447
Figura 84. Tamarana (PR). Equipamentos eletrônicos de segurança, 2017.....	454
Figura 85. Tamarana (PR). Destacamento de Polícia Militar, 2017.....	459
Figura 86. Tamarana (PR). Delegacia de Polícia Civil, 2017.....	461
Figura 87. Londrina (PR). 6º Distrito Policial, 2017.....	461
Figura 88. Tamarana (PR). Seas e Conselho Tutelar, 2017.....	465
Figura 89. Tamarana (PR). Cras e espaço público, 2017.....	467

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Paraná. Efetivo da Polícia Militar, 2001-2015.....	229
Gráfico 2. Iporã (PR). População total, rural e urbana, 1970-2010.....	274
Gráfico 3. Iporã (PR). Variação demográfica, 1970-2010.....	275
Gráfico 4. Iporã (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, 2015.....	299
Gráfico 5. Iporã (PR). Conhecer os vizinhos, 2015.....	303
Gráfico 6. Iporã (PR). Conhecer os vizinhos por tipo de domicílio, 2015.....	304
Gráfico 7. Iporã (PR). Relacionamento com os vizinhos, em número de vezes por semana, 2015.....	306
Gráfico 8. Iporã (PR). Tipos de violência enfrentada por gênero, 2015.....	313
Gráfico 9. Iporã (PR). Classificação da cidade quanto à violência, 2015.....	315
Gráfico 10. Iporã (PR). Equipamento e serviço de segurança, 2015.....	317
Gráfico 11. Iporã (PR). Difusão da insegurança, por cidade, 2015.....	320
Gráfico 12. Iporã (PR). Frequência de ronda policial, em número de vezes por semana, 2015.....	322
Gráfico 13. Iporã (PR). Existência do consumo e tráfico de drogas, 2015.....	328
Gráfico 14. Figueira (PR). População total, rural e urbana, 1991-2010.....	343
Gráfico 15. Figueira (PR). Variação demográfica, 1991-2010.....	343
Gráfico 16. Figueira (PR). Despesas municipais por setor, 2010-2015.....	361
Gráfico 17. Figueira (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, 2016.....	373
Gráfico 18. Figueira (PR). Conhecer os vizinhos, 2016.....	376
Gráfico 19. Figueira (PR). Relacionamento com os vizinhos, em número de vezes por semana, 2016.....	378
Gráfico 20. Figueira (PR). Tipos de violência enfrentada por gênero, 2016.....	386
Gráfico 21. Figueira (PR). Classificação da cidade quanto à violência, 2016....	387
Gráfico 22. Figueira (PR). Difusão da insegurança, por cidade, 2016.....	391
Gráfico 23. Figueira (PR). Frequência de ronda policial, em número de vezes por semana, 2016.....	392
Gráfico 24. Figueira (PR). Existência do consumo e tráfico de drogas, 2016.....	396
Gráfico 25. Tamarana (PR). População total, rural e urbana, 1991-2010.....	411
Gráfico 26. Tamarana (PR). Variação demográfica, 1991-2010.....	412
Gráfico 27. Tamarana (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, 2017.....	438

Gráfico 28. Tamarana (PR). Conhecer os vizinhos, 2017.....	441
Gráfico 29. Tamarana (PR). Relacionamento com os vizinhos, em número de vezes por semana, 2017.....	443
Gráfico 30. Tamarana (PR). Tipos de violência enfrentada por gênero, 2017.....	451
Gráfico 31. Tamarana (PR). Classificação da cidade quanto à violência, 2017...	452
Gráfico 32. Tamarana (PR). Difusão da insegurança, por cidade, 2017.....	457
Gráfico 33. Tamarana (PR). Frequência de ronda policial, em número de vezes por semana, 2017.....	458
Gráfico 34. Tamarana (PR). Existência do consumo e tráfico de drogas, 2017...	463

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Paraná. Região Norte, 2014.....	39
Mapa 2. Norte do Paraná. Localização dos municípios, 2016.....	41
Mapa 3. Norte do Paraná. Taxa de homicídio, por cem mil habitantes, 1996-2013.....	44
Mapa 4. Norte do Paraná. Regiões Metropolitanas, 2016.....	148
Mapa 5. Norte do Paraná. Transbordamento metropolitano, 2016.....	149
Mapa 6. Norte do Paraná. Crescimento demográfico da população, 2000-2010.	154
Mapa 7. Norte do Paraná. Crescimento demográfico da população urbana, 2000-2010, em comparação com Curitiba (PR).....	156
Mapa 8. Norte do Paraná. Municípios da faixa de fronteira, 2015.....	179
Mapa 9. Norte do Paraná. Faixa de fronteira, por situação do município e da cidade, 2015.....	180
Mapa 10. Norte do Paraná. Taxa de presos(as) por tráfico de drogas, 2003-2015.....	193
Mapa 11. Norte do Paraná. Taxa de menores apreendidos(as) por tráfico de drogas, 2003-2015.....	194
Mapa 12. Mesorregião Noroeste paranaense. Taxa de homicídio, por cem mil habitantes, 1996-2013.....	196
Mapa 13. Norte do Paraná. Taxa de drogas apreendidas, 2014.....	207
Mapa 14. Mesorregião Noroeste paranaense. Taxa de drogas apreendidas, 2014.....	208
Mapa 15. Norte do Paraná. Malha rodoviária, 2015.....	210
Mapa 16. Norte do Paraná. Malha rodoviária na faixa de fronteira, 2015.....	213
Mapa 17. Norte do Paraná. Postos de fiscalização nas rodovias, 2015.....	216
Mapa 18. Norte do Paraná. Polícia Militar, 2015.....	223
Mapa 19. Norte do Paraná. Relação da Polícia Militar, 2015.....	224
Mapa 20. Norte do Paraná. Bombeiro Militar, 2015.....	234
Mapa 21. Norte do Paraná. Bombeiro Militar, unidades e relações, 2015.....	235
Mapa 22. Norte do Paraná. Bombeiro Comunitário, 2015.....	238
Mapa 23. Norte do Paraná. Polícia Civil, 2015.....	240
Mapa 24. Norte do Paraná. Unidades de Polícia Civil, 2015.....	241

Mapa 25. Norte do Paraná. Delegacia da Mulher, 2015.....	244
Mapa 26. Norte do Paraná. Instituto de Criminalística, 2015.....	249
Mapa 27. Norte do Paraná. Instituto Médico Legal, 2015.....	251
Mapa 28. Norte do Paraná. Estabelecimentos penais, 2015.....	253
Mapa 29. Norte do Paraná. Investimento, por habitante, em segurança pública, 2009-2013.....	258
Mapa 30. Norte do Paraná. Consórcio público intermunicipal, 2016.....	262
Mapa 31. Paraná. Mesorregião Noroeste paranaense. Localização de Iporã, 2015.....	270
Mapa 32. Mesorregião Noroeste paranaense. Localização de Iporã, 2015.....	271
Mapa 33. Iporã (PR), 2015.....	272
Mapa 34. Iporã (PR). Distrito de Iporã, cidade, 2015.....	278
Mapa 35. Iporã (PR). Distrito de Nova Santa Helena, área urbana, 2015.....	279
Mapa 36. Iporã (PR). Distrito de Nilza, área urbana, 2015.....	280
Mapa 37. Paraná. Mesorregião Norte Pioneiro paranaense. Localização de Figueira, 2016.....	338
Mapa 38. Mesorregião Norte Pioneiro paranaense. Localização de Figueira, 2016.....	339
Mapa 39. Figueira (PR), 2016.....	340
Mapa 40. Figueira (PR). Distrito de Figueira, cidade, 2016.....	346
Mapa 41. Paraná. Mesorregião Norte Central paranaense. Localização de Tamarana, 2017.....	406
Mapa 42. Mesorregião Norte Central paranaense. Localização de Tamarana, 2017.....	407
Mapa 43. Tamarana (PR), 2017.....	408
Mapa 44. Tamarana (PR). Distrito de Tamarana, cidade, 2017.....	416

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Norte do Paraná. Municípios com maiores taxas de homicídios, por cem mil habitantes, 1996-2013.....	45
Quadro 2. Norte do Paraná. Homicídio e taxa de homicídio, 1996-2013, e população total, 2010, nas pequenas cidades com maiores taxas de homicídios.....	46
Quadro 3. Cruzeiro do Oeste, Francisco Alves e Iporã. Certame para seleção do município, 2015.....	48
Quadro 4. Curiúva, Figueira e São Jerônimo da Serra. Certame para seleção do município, 2015.....	49
Quadro 5. Jaguapitã, Paiçandu e Tamarana. Certame para seleção do município, 2015.....	50
Quadro 6. Iporã (PR). Faixas etárias adaptadas, 2015.....	51
Quadro 7. Iporã (PR). Respondentes por faixa etária adaptada, 2015.....	52
Quadro 8. Figueira (PR). Faixas etárias adaptadas, 2015.....	52
Quadro 9. Figueira (PR). Respondentes por faixa etária adaptada, 2015.....	53
Quadro 10. Tamarana (PR). Faixas etárias adaptadas, 2015.....	53
Quadro 11. Tamarana (PR). Respondentes por faixa etária adaptada, 2015.....	54
Quadro 12. Tipologias de violência.....	82
Quadro 13. Unidades da Federação. Regiões Metropolitanas, fundação e número de municípios, 2015.....	145
Quadro 14. Destaques sobre a violência em pequenas cidades, 2016.....	166
Quadro 15. Destaques sobre a insegurança em pequenas cidades, 2016.....	168
Quadro 16. Norte do Paraná. Reportagens sobre violência em pequenas cidades da faixa de fronteira, 2014-2016.....	181
Quadro 17. Norte do Paraná. Reportagens sobre crimes praticados em rodovias, 2010-2016.....	214
Quadro 18. Paraná. Reportagens sobre a deterioração da segurança pública, 2010-2015.....	218
Quadro 19. Diferenças entre a polícia tradicional e a polícia comunitária.....	232
Quadro 20. Paraná. Unidades de Polícia Civil, 2015.....	239

Quadro 21. Norte do Paraná. Distância entre alguns municípios e Delegacias da Mulher, 2016.....	246
Quadro 22. Paraná. Reportagens sobre as unidades prisionais, 2007-2015.....	254
Quadro 23. Iporã (PR). População total, urbana e rural por distrito, 1991-2010...	276
Quadro 24. Iporã (PR). Relação de serviços e equipamentos urbanos, 2015.....	288
Quadro 25. Iporã (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, gênero, localidade e motivação, 2015.....	300
Quadro 26. Iporã (PR). Perfil dos respondentes que avaliaram a cidade como altamente insegura, 2015.....	316
Quadro 27. Figueira (PR). Histórias contadas pelos habitantes, 2002.....	348
Quadro 28. Figueira (PR). Relação de serviços e equipamentos urbanos, 2016.	355
Quadro 29. Figueira (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, gênero, localidade e motivação, 2016.....	374
Quadro 30. Tamarana (PR). Relação de serviços e equipamentos urbanos, 2017.....	419
Quadro 31. Tamarana (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, gênero, localidade e motivação, 2017.....	440

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil. Proporção de municípios e de população total brasileira por classes de população, 2010.....	64
Tabela 2. Paraná. Proporção de municípios e de população total paranaense por classes de população, 2010.....	65
Tabela 3. Paraná. Quantidade e proporção de cidades por hierarquia, 2007.....	67
Tabela 4. Estados Unidos da América. Cidades com maiores taxas de homicídios, por cem mil habitantes, por grupo populacional, 2014.....	98
Tabela 5. Paraná. População e capacidade carcerária, por estabelecimento penal, e <i>deficit</i> de vagas, 2006-2014.....	105
Tabela 6. Norte do Paraná. Proporção de municípios por crescimento demográfico na população total e urbana, 2000-2010.....	153
Tabela 7. Norte do Paraná. Crescimento demográfico na população total, 2000-2010.....	157
Tabela 8. Norte do Paraná. Crescimento demográfico na população urbana, 2000-2010.....	157
Tabela 9. Brasil. Municípios, população total e proporção de pequenas cidades, por sub-regiões de faixa de fronteira, 2010.....	175
Tabela 10. Norte do Paraná. Polícia Militar por área de atuação, número de municípios, população total e proporção de população no município sede, 2015	225
Tabela 11. Norte do Paraná. Bombeiro Militar por área de atuação, número de municípios, população total e proporção de população no município sede, 2015	236
Tabela 12. Norte do Paraná. Polícia Civil por área de atuação, número de municípios, população total e proporção de população no município sede, 2015	242
Tabela 13. Norte do Paraná. Pequenas cidades com maiores investimentos em segurança pública, por habitante, e proporção do investimento no orçamento municipal, 2009-2013, e taxas de homicídios e <i>ranking</i> , 1996-2013..	259
Tabela 14. Iporã (PR). Trabalho, 2015.....	290
Tabela 15. Iporã (PR). População ocupada por atividade econômica, 2010.....	291
Tabela 16. Iporã (PR). Elementos positivos, 2015.....	294
Tabela 17. Iporã (PR). Elementos negativos, 2015.....	295
Tabela 18. Iporã (PR). Localidades mais frequentadas pelos viajantes, 2015.....	301

Tabela 19. Iporã (PR). Motivações para as viagens rotineiras, 2015.....	301
Tabela 20. Iporã (PR). Localidades e motivações para as mudanças, 2015.....	302
Tabela 21. Iporã (PR). Conhecer os vizinhos, por faixa etária, 2015.....	304
Tabela 22. Iporã (PR). Conhecer os vizinhos, por proporção das respostas, 2015.....	305
Tabela 23. Iporã (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por faixa etária, 2015.....	307
Tabela 24. Iporã (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por proporção das respostas, 2015.....	307
Tabela 25. Iporã (PR). Existência da violência por faixa etária e gênero, 2015....	310
Tabela 26. Iporã (PR). Sentimento de segurança dos respondentes que reconhecem a existência da violência, por gênero e faixa etária, 2015.....	311
Tabela 27. Iporã (PR). Ocorrência da violência pelos respondentes que reconhecem a existência da violência, por gênero e faixa etária, 2015.....	312
Tabela 28. Iporã (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por faixa etária, 2015.....	315
Tabela 29. Iporã (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por proporção das respostas, 2015.....	315
Tabela 30. Iporã (PR). Programas e emissoras por proporção de respondentes, 2015.....	319
Tabela 31. Iporã (PR). Principais motivos para a violência, 2015.....	328
Tabela 32. Figueira (PR). Trabalho, 2016.....	357
Tabela 33. Figueira (PR). População ocupada por atividade econômica, 2010...	359
Tabela 34. Figueira (PR). Elementos positivos, 2016.....	369
Tabela 35. Figueira (PR). Elementos negativos, 2016.....	369
Tabela 36. Figueira (PR). Localidades mais frequentadas pelos viajantes, 2016	373
Tabela 37. Figueira (PR). Motivações para as viagens rotineiras, 2016.....	373
Tabela 38. Figueira (PR). Localidades e motivações para as mudanças, 2016...	375
Tabela 39. Figueira (PR). Conhecer os vizinhos, por faixa etária, 2016.....	377
Tabela 40. Figueira (PR). Conhecer os vizinhos, por proporção das respostas, 2016.....	377
Tabela 41. Figueira (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por faixa etária, 2016.....	379

Tabela 42. Figueira (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por proporção das respostas, 2016.....	379
Tabela 43. Figueira (PR). Existência da violência por faixa etária e gênero, 2016.....	383
Tabela 44. Figueira (PR). Sentimento de segurança dos respondentes que reconhecem a existência da violência, por gênero e faixa etária, 2016.....	384
Tabela 45. Figueira (PR). Ocorrência da violência pelos respondentes que reconhecem a existência da violência, por gênero e faixa etária, 2016.....	385
Tabela 46. Figueira (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por faixa etária, 2016.....	387
Tabela 47. Figueira (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por proporção das respostas, 2016.....	388
Tabela 48. Figueira (PR). Programas e emissoras por proporção de respondentes, 2016.....	390
Tabela 49. Figueira (PR). Principais motivos para a violência, 2016.....	397
Tabela 50. Tamarana (PR). Horários de ônibus para Londrina (PR), 2017.....	414
Tabela 51. Tamarana (PR). Elementos positivos, 2017.....	424
Tabela 52. Tamarana (PR). Elementos negativos, 2017.....	425
Tabela 53. Tamarana (PR). Trabalho, 2017.....	426
Tabela 54. Tamarana (PR). População ocupada por atividade econômica, 2010.....	427
Tabela 55. Tamarana (PR). Localidades mais frequentadas pelos viajantes, 2017.....	439
Tabela 56. Tamarana (PR). Motivações para as viagens rotineiras, 2017.....	439
Tabela 57. Tamarana (PR). Conhecer os vizinhos, por faixa etária, 2017.....	442
Tabela 58. Tamarana (PR). Conhecer os vizinhos, por proporção das respostas, 2017.....	442
Tabela 59. Tamarana (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por faixa etária, 2017.....	444
Tabela 60. Tamarana (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por proporção das respostas, 2017.....	444
Tabela 61. Tamarana (PR). Existência da violência por faixa etária e gênero, 2017.....	448

Tabela 62. Tamarana (PR). Sentimento de segurança dos respondentes por gênero e faixa etária, 2017.....	449
Tabela 63. Tamarana (PR). Ocorrência da violência por gênero e faixa etária, 2017.....	450
Tabela 64. Tamarana (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por faixa etária, 2017.....	453
Tabela 65. Tamarana (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por proporção das respostas, 2017.....	453
Tabela 66. Tamarana (PR). Programas e emissoras por proporção de respondentes, 2017.....	456
Tabela 67. Tamarana (PR). Principais motivos para a violência, 20167.....	464
Tabela 68. Tamarana (PR). Localidades e motivações para as mudanças, 2017.....	468

LISTA DE SIGLAS

Amuvi – Associação dos Municípios do Vale do Ivaí
Anpege – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ARA – Associação de Recuperação de Alcoólatras
BPFron – Polícia Militar de Fronteira
BPM – Batalhão de Polícia Militar
CBN – Central Brasileira de Notícias
CBPR – Comando do Corpo de Bombeiro do Estado do Paraná
Ciac – Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão
CIPM – Companhia Independente de Polícia Militar
CISEGCI – Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública com Cidadania
Cisep - Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania
Cismel - Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina
Cisvemar – Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania Costa Verde & Mar
Cnae – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COPE – Centro de Operações Policiais Especiais
Copel – Companhia Paranaense de Energia
Corespardo – Consórcio Regional de Segurança Pública e Cidadania do Baixo Rio Pardo
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
Cras – Centro de Referência de Assistência Social
Crea – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Crisp – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
CRPM – Comando Regional de Polícia Militar
Deam – Delegacia de Explosivos, Armas e Munições
Delcon – Delegacia de Crime contra a Economia e proteção ao Consumidor
Depen – Departamento Penitenciário Nacional
DER – Departamento de Estradas e Rodagens
Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
DPMA – Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente
Enafron – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

Estadic – Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
FA – Forças Armadas
Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FBI – *Federal Bureau of Investigation*
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FNP - Frente Nacional de Prefeitos
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GB – Grupamentos de Bombeiros
Gost – Grupo de Operações de Socorro Tático
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICPR – Instituto de Criminalística do Estado do Paraná
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Índice de Exclusão Social
IML – Instituto Médico Legal
Ipardes – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
Levis – Laboratório de Estudos da Violência
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NEV – Núcleo de Estudos da Violência
Nevi – Núcleo de Estudos da Violência
NRTID – Núcleo de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas
Nuciber – Núcleo de Combate aos Cibercrimes
Nucria – Núcleo de Proteção à criança e ao adolescente vítimas de crimes
OCPF – Observatório de Consórcios Públicos e do Federalismo
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organizações Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PBC – Posto de Bombeiro Comunitário
PCPR – Polícia Civil do Estado do Paraná
PDFF – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PEA – População Economicamente Ativa
PEF – Plano Estratégico de Fronteira
Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGE – Programa de Pós-Graduação em Geografia

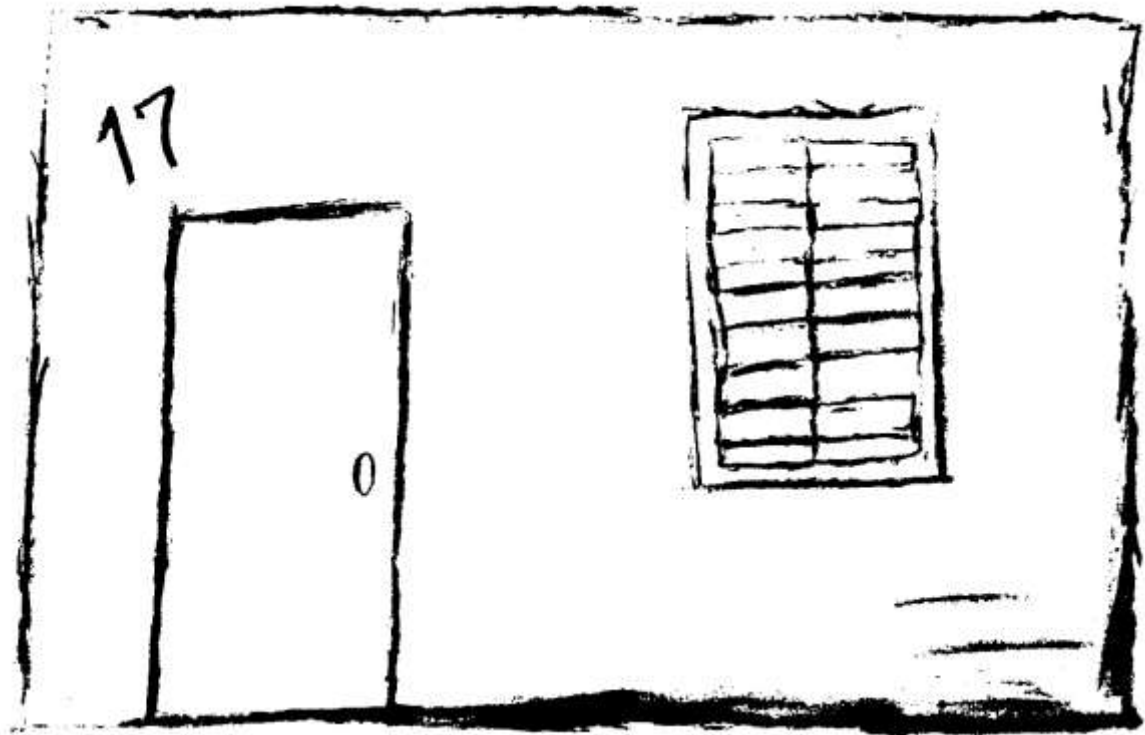
PMPR – Polícia Militar do Estado do Paraná
Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rais – Relação Anual de Informações Sociais
Raiva – Rede Aberta de Investigação da Violência
Regic – Regiões de Influência das Cidades
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná
SBT – Sistema Brasileiro de Comunicação
SDP – Subdivisões Policiais
Seas – Serviço Especializado de Assistência Social
Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SGBI – Sub Grupamento de Bombeiros Independente
Siate – Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência
Sicride – Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas
SIM – Sistema de Informação de Mortalidade
Sinclapol – Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
Tigre – Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UBS – Unidade Básica de Saúde
UEM – Universidade Estadual de Maringá
Uenp – Universidade Estadual do Norte do Paraná
Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Parte I – Introdução.....	25
Parte II – Desmitificando a pequena cidade tranquila e segura: violência, insegurança objetiva e sociabilidade.....	56
2.1 A pequena cidade como recorte teórico, metodológico e espacial.....	62
2.2 Violência e insegurança objetiva à luz da fundamentação teórica.....	67
2.3 O início da desconstrução do mito: violência e insegurança objetiva em pequenas cidades.....	97
2.4 O caminho pela sociabilidade: espaço e vida pública.....	106
Parte III – Os fatores explicativos para a violência e a insegurança objetiva nas pequenas cidades do Norte do Paraná.....	121
3.1 O transbordamento metropolitano a partir da construção do modo de vida alicerçado no capitalismo e da sua difusão pela mídia e internet.....	125
3.1.1 As mudanças do urbano-rural, a tendência negativa da urbanização e a promoção de uma perspectiva positiva do urbano.....	128
3.1.2 As metrópoles, a formação das áreas metropolitanas e a metropolização e a difusão metropolitana no Norte do Estado do Paraná.....	140
3.1.3 A difusão do transbordamento metropolitano e a divulgação da violência e da insegurança objetiva a partir da mídia e da internet.....	158
3.2 A faixa de fronteira e a dinâmica do tráfico ilícito.....	170
3.2.1 Faixa de Fronteira e o contexto paranaense.....	172
3.2.2 A violência, insegurança e pequenas cidades na faixa de fronteira.....	181
3.2.3 O tráfico de drogas ilícitas nas fronteiras e o Norte do Estado do Paraná.....	197
3.2.4 A malha rodoviária no Norte do Paraná e na sua faixa de fronteira e os serviços públicos de polícia.....	209

3.3 A perda de centralidade e o esvaziamento dos núcleos urbanos arrefeçaram os serviços públicos de segurança.....	218
3.3.1 Polícia Militar e Polícia Comunitária e Cidadã.....	221
3.3.2 Bombeiro Militar e Bombeiro Comunitário.....	233
3.3.3 Polícia Civil.....	239
3.3.4 Polícia Científica e Departamento de Execução Penal.....	248
3.3.5 Investimentos públicos municipais e consórcios intermunicipais.....	255
Parte IV – Iporã (PR): os mistérios da faixa de fronteira e sua realidade inquietante.....	265
4.1 A consolidação municipal de Iporã.....	267
4.2 As percepções e contradições na contemporaneidade de Iporã.....	283
Parte V – Figueira (PR): a insuficiência dos serviços públicos de segurança e sua realidade entristecedora.....	333
5.1 A consolidação municipal de Figueira.....	335
5.2 A inércia do passado: as percepções da contemporaneidade de Figueira....	349
Parte VI – Tamarana (PR): o transbordamento seletivo da influência metropolitana e sua realidade alarmante.....	401
6.1 A consolidação municipal de Tamarana.....	403
6.2 Influência e abandono: as percepções da contemporaneidade de Tamarana.....	418
Considerações Finais.....	469
Referências.....	494
Anexos.....	523

PARTE I – INTRODUÇÃO



(Adriana Carnevalli)

E as portas e janelas fecharam....

Parte I – Introdução

A trajetória na pós-graduação chega à tese de doutorado após um caminho de escolhas, alegrias e tristezas. No Mestrado em Geografia, realizado em 2010 na Universidade Estadual de Maringá (UEM), a dissertação representou um esforço de compreender as transformações relacionadas à sociabilidade e ao sentimento de insegurança urbana nas pequenas cidades. Além de trafegar pelos conceitos teóricos e metodológicos da violência, sentimento de insegurança urbana, sociabilidade, segurança pública e espaços públicos, os principais resultados da dissertação mostraram um processo em trânsito relacionado à insegurança em pequenas cidades.

Assim, embora a redação tenha apresentado contextos internacionais, nacionais e regionais, a essência empírica pautou-se nas realidades dos municípios de Nova Tebas e Florestópolis, que apresentaram uma série de problemas sociais, políticos e econômicos, mas, certamente, pequenos em comparação com a segurança pública. Recentemente, realizando levantamentos empíricos e traçando indicadores de taxa de homicídios para a tese, deparou-se com Nova Tebas e Florestópolis apresentando as maiores taxas de homicídios, por grupo de cem mil habitantes, de 1996 e 2013, entre todos os municípios da região Norte do Paraná.

Devido à dinâmica dos processos, uma vez que eles estão em movimento, os resultados alcançados criaram inúmeras inquietações: a insegurança observada naqueles espaços demograficamente pequenos poderia ser interpretada pela materialização da violência, ou seja, era uma insegurança objetiva, concreta? Ou vive-se uma lógica, uma difusão e um transbordamento da violência e da insegurança a partir dos espaços metropolitanos? Qual e quanto é a influência da fronteira e do tráfico de pessoas, drogas e produtos ilícitos nesse fenômeno? E os serviços públicos de segurança nas pequenas cidades são suficientes? Todos são processos confluentes? É possível mensurá-los? Existem outras possibilidades interpretativas para essa “nova” dinâmica que se apresenta no século XXI?

A busca pelas respostas para tais questionamentos motivou a entrada no doutorado, na linha de pesquisa *Produção do espaço e dinâmicas territoriais*, na UEM, com orientação da Professora Doutora Angela Maria Endlich e coorientação do Professor Doutor Claudivan Sanches Lopes, no sentido de continuar o processo de pesquisa para construir bases mais sólidas quanto à violência e à insegurança, de maneira objetiva, em pequenas cidades.

Diferente da dissertação, realizada com apoio financeiro e, portanto, dedicação exclusiva, a construção da tese se alicerçou em um esforço de mesclar a vida de doutorando (escrita da redação, trabalhos de campo, reuniões, viagens a Maringá, artigos, etc.) com a vida profissional de inúmeras aulas por semana, correções de trabalhos e provas, elaboração de relatórios e realização de concursos públicos, sempre tensos, inclusive no que culminou na aprovação para Docente na Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp).

Diante de toda a contextualização, o anseio pela compreensão das contradições na condição humana e social de vida nos espaços geográficos ou na formação e reprodução deles, atrelados aos processos de produção do espaço urbano e de transitoriedade na dinâmica das pequenas cidades, são as principais motivações para a realização desta tese. Além disso, a sociedade esboça e apresenta ações desmembradas da realidade materializada e/ou abstrata. Essa resistência ao processo segregador e impiedoso do sistema capitalista reflete no espaço urbano, nas relações sociais e na autogestão, quase sempre em tentativas vinculadas à insuficiência das políticas públicas, como acontece no setor da segurança.

Diante disso, como um trabalho que se filia à Ciência Geográfica, compreendida no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, as análises espaciais, temporais, econômicas e políticas de produção do espaço findam, particularmente, compreender dinâmicas e processos humanos e de produção e reprodução da sociedade. Por isso, nessas primeiras palavras, procura-se explicar as motivações, as inquietações, os olhares e interpretações, as fontes teóricas e metodológicas, os recortes, as ressalvas e as escalas de análise para a construção da tese.

Nesse limiar, retoma-se, inicialmente, a pesquisa de doutorado de Endlich (2006) acerca dos papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná, quando, em questionário aplicado, a segurança apareceu como indicação de “um problema” existente. Assim, ao passo que para alguns respondentes a segurança estava entre os pontos negativos do município, para outros, aparecia como um elemento positivo. Essa dubiedade indicava o início de processo ainda em trânsito, talvez de mudança e característico do século XXI, que motivou reflexões e embasamentos teórico, metodológico e empírico.

A partir das reflexões e inquietações, Fernandes (2012), na dissertação de mestrado, propôs entender o sentimento de insegurança atrelado, particularmente, aos arranjos de sociabilidade nas pequenas cidades para entender aquele fenômeno

que parecia inicial. Assim, foram encontradas situações preocupantes, em pequenas cidades, como: altas taxas de homicídios, furtos e roubos, violências domésticas e ameaças, o que, por conseguinte, esvaziava os espaços públicos, como a rua e a praça, e comprometia a sociabilidade positiva e a vida pública.

Apesar de abordar, principalmente, o espaço das pequenas cidades à luz do sentimento de insegurança, a pesquisa demonstrou que considerável parcela desse sentimento tem origem no próprio espaço urbano local. Em resumo, ainda que a mídia e o próprio sistema de produção alimentem o medo e a insegurança nas pequenas cidades, a principal parcela tem sua gênese em ocorrências e casos recorrentes das próprias localidades – como uma endogenia da violência.

Nesse sentido, a proposta para a tese, embora passe por diferentes dimensões espaciais de análise, perpassando escalas geográficas, caminha no sentido de perspectivas sustentadas pela materialização da violência e da insegurança objetiva, especialmente os homicídios e agressões e a apreensão de drogas, em pequenas cidades. Para isso, a escala geral transita pelos aspectos teórico-metodológicos e espaços internacionais e nacionais, a abordagem regional pelas hipóteses para o Norte do Estado do Paraná e, finalmente, a escala local pelas reflexões empíricas de três municípios polarizados por pequenas cidades.

Essas dimensões espaciais querem demonstrar que a situação parece não ser exclusividade da área que se pretende estudar, mas se estende a outros espaços e deve ser entendida em uma perspectiva mais global, com casos similares em diferentes países, e ao nacional, em outras unidades da federação. Logo, a concepção de que a cidade pequena é um local tranquilo e seguro para se viver deve ser relativizada, assim como a associação entre pequena cidade e tranquilidade, que se propagou no senso comum, deve ser desconstruída. Portanto, os fatos não podem ser considerados anomalias ou isolados e desconectados do contexto da vida urbana.

E por que nas pequenas cidades? Justifica-se a escolha do recorte espacial por tratar-se de espaços que vivenciaram nos últimos anos transformações econômicas, sociais, políticas, culturais, etc., significativas, sejam pelos declínios demográficos, sejam por novos arranjos produtivos, que inverteram a situação, tornando alguns espaços polos de atração e, então, inserindo novos moradores à escala de vivências e hábitos locais.

Efetivamente, existem várias contribuições sobre o conceito de pequenas cidades, ainda que incompletas ou discutíveis, seguindo a mesma lógica adotada para

a conceituação de cidades e de municípios. Um dos principais motivos para tamanha dificuldade está na própria diversidade da realidade socioespacial brasileira das pequenas cidades (MELO, 2008). Por isso, como ainda é preciso debruçar-se acerca desse tema, a próxima parte desta tese traz um esforço de avançar teórica e metodologicamente sobre o entendimento das pequenas cidades.

Então, como proposta de compreensão e de sistematização dos estudos, torna-se indispensável tratar de duas possibilidades metodológicas sobre as pequenas cidades: o viés quantitativo, associado ao patamar demográfico/populacional, e o qualitativo, ancorado em análises de rede urbana, de papéis desempenhados e de áreas de influência e centralidades. Assim, a leitura quali-quantitativa desta tese para o Estado do Paraná, justificada na próxima parte, sinaliza um patamar máximo de cinquenta mil habitantes, com algumas exceções, para ser uma pequena cidade.

Além disso, os estudos sobre as pequenas cidades configuram-se como uma das frentes mais recentes da Geografia Urbana e se deparam com um contexto nacional de dimensão continental, construído a partir de múltiplas características regionais e locais que refletem, diretamente, na diversidade das pequenas cidades. Apesar disso, ainda existe um acervo de referenciais teóricos sobre o tema insuficiente para a compreensão do espaço urbano em totalidade. Soma-se a ausência de interesse pela grande mídia, o insuficiente apoio governamental e as poucas ações universitárias de extensão e de pesquisa.

No caso das pequenas cidades, o tema da violência e insegurança objetiva se potencializam devido ao alto grau de pessoalização. Logo, é comum nesses espaços, ainda que não exclusivamente neles, a ausência de denúncias de ocorrências – subnotificações. Também são motivações desta pesquisa a ausência de estudos que associam a violência e a insegurança aos espaços das cidades pequenas e a insuficiência de políticas públicas e de soluções para espaços que vêm sendo marcados pelo aumento da violência a partir de transformações sociais e econômicas, reveladas por situações já existentes ou ainda em andamento.

A problemática do trabalho caminha pela situação-problema da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades. Contextualizada em uma visão mais geral, elas têm encontrado terra fértil para se disseminar na sociedade contemporânea, inclusive a brasileira. Em suma, tornou-se um discurso presente cotidianamente na mídia, nos domicílios e na universidade. Apesar disso e de os medos estarem presentes em todos os lugares – analogamente ao fenômeno de

globalização –, eles assumem características diferentes em cada pessoa – ou grupos sociais – e na materialização em cada espaço, influenciando, a partir disso, hábitos e costumes de vida distintos entre as pessoas.

Por isso, uma primeira ressalva caminha no sentido de não rotular ou generalizar os espaços, já que se trata de um processo em trânsito e que não atinge, em totalidade, os municípios brasileiros. Há, inclusive, a própria fragmentação do espaço intraurbano, ou seja, os grupos sociais, as faixas etárias, os movimentos sociais, cada qual visualizando e agindo de uma forma, muitas vezes com base em suas vivências, vulnerabilidades ou crenças. Assim, a insegurança generalizou-se pelo espaço abrangendo muitas pequenas cidades, ainda que pela quantidade e diversidade algumas delas parecem escapar desse fenômeno.

Nesse sentido, tem-se uma diferente mensuração da violência, inclusive no que tangencia o espaço urbano e as estratégias sociais frente a essa realidade. Assim, dentro de uma cidade, espaços se destacam por serem mais seguros ou inseguros (devendo considerar que isso pode ocorrer independentemente dos casos oficiais) e atuam em duplo processo: condicionam e são condicionados a uma fragmentação urbana ou uma descontinuidade do espaço – remetendo diretamente à ação das pessoas, aos espaços públicos, aos de consumo e à segregação e autosegregação.

Para entender essa dinâmica, os dados sobre a violência são fundamentais, embora eles possam não contemplar toda a realidade por estarem incompletos, mascarados ou balizados por leituras ideológicas. Diante disso, a segunda ressalva é acerca dos dados e das fontes. Os dados expostos pelos órgãos oficiais são insuficientes para explicar a problemática, pelo agrupamento dos resultados nas sedes dos batalhões, pela ausência das tipologias de violência e pelas metodologias diversificadas adotadas pelos órgãos de segurança pública (federal e estaduais).

Então, a pesquisa de doutorado também contempla os fatos divulgados pela mídia, em correspondência com os resultados empíricos, que acabam atuando, ao mesmo tempo, com papéis antagônicos: propagadora do medo, da insegurança e da violência (colaborando para a indústria do medo) e difusora de casos não contemplados pelos órgãos estatais (colaborando com realidades empíricas abandonadas). Assim, considera-se que as notícias não são os fatos, mas as interpretações deles (SANTOS, 1999), especialmente em temas polêmicos. Por outro lado, ainda que marcado por ideologia, com a ausência de outras fontes, elas podem ser a forma possível de tomar conhecimento dos próprios fatos.

A terceira ressalva justifica-se pela opção em abordar as explosões, arrombamentos, assaltos e furtos em agências e caixas eletrônicos a partir da ação espacial, já que diversos casos ocorrem em cidades pequenas pela facilidade de deslocamento e fuga dos criminosos, pela ausência ou insuficiência de segurança pública, pelo espaço reduzido do intraurbano e pela proporção psicológica que isso alcança no imaginário da sociedade local.

Como última ressalva, pondera-se que o tema abordado nesta tese, além da dificuldade na obtenção dos dados oficiais, transita por tema delicado, que pode inibir o respondente – ainda mais em cidades com alto grau de pessoalização – e que se acopla em uma confluência da violência com a insegurança e medo, ora com possibilidades concretas, ora com percepções imateriais e voláteis.

Adotaram-se, para este trabalho, os pressupostos do materialismo histórico. Assim, caminha-se por entender a produção do espaço em uma perspectiva histórica, com períodos expressando condições sociais diferentes, buscando compreender as manifestações contraditórias e os movimentos de resistência. Como parte desse referencial, esboça-se, a partir de fissuras sociais decorrentes das contradições, a perspectiva de futuro.

Nesse sentido, Santos (1982) refere-se à necessidade de a Geografia contribuir para a construção de uma interpretação por meio do materialismo histórico. Diante disso, a perspectiva teórica deste trabalho é na teoria marxista quanto à concepção materialista e dialética da produção e reprodução social. A construção da tese a partir dessa perspectiva implica um grande desafio porque exige pensar dialeticamente a pesquisa. Por isso, apresenta-se a redação como aprendiz, em uma tentativa de construir a pesquisa pelas contradições que o tema demonstra a partir de um olhar mais social, já que se reconhece a dificuldade em conceber a pesquisa em meios dialéticos.

Diante das relações emergentes nesse contexto social, a tese se alicerça, teoricamente, pela Teoria Social Crítica como um trabalho com abordagem qualitativa dos objetivos, sem desconsiderar perspectivas bibliográficas e exploratórias. Nesse sentido, ainda que em uma aparência utópica, o horizonte que se baseia é o social permeado pelas contradições – a dialética –, visualizadas na sociedade, a partir dos seus desmembramentos na realidade. Essa teoria é uma das bases teóricas mais complexas existentes nas Ciências Humanas. Para entendê-la, porém, é preciso compreender o baldrame cognitivo da teoria: o conhecimento é resultado da

elaboração mental mais a vivência humana, ou seja, a construção teórica sobre a realidade vivida, possibilitando que a teoria se aprofunde, ascendendo para o campo da ação, evidentemente, também ideológica (PEREIRA, 1992).

A Teoria Social Crítica considera que no modelo de produção capitalista é preciso assumir uma postura crítica frente ao quadro imposto de alienação e, por conseguinte, de opressão, buscando eliminar, pela compreensão das contradições, essa alienação e suspensão (BARROCO, 2007). Diante disso, essa teoria é capaz de entender analiticamente os processos sócio-históricos e as conjunturas da sociedade e seu movimento contínuo de transformação (BEHRING, 2008), a partir da investigação profunda contextualizada no âmbito macro da sociedade (KONDER, 1981), na qual a realidade pode ser transformada justamente pela sociedade que rompe com a alienação e opressão e, então, acredita-se em uma aproximação da teórica com a escala local.

Especificamente nesta tese, o exercício do pensamento teórico e metodológico apresentado anteriormente ocorre pela dialética liberdade/segurança, principalmente quanto à violência que se mostra como a expressão mais contundente para mostrar, por meio da teoria crítica, as contradições do modelo de produção, ou seja, que existe algo de errado. A sociedade humana convive com essa dialética, embora com outra roupagem, desde o final da Idade Média, em meados do século XV. Porém, a chegada ao mundo contemporâneo potencializou esse debate em espaços, aparentemente, inatingíveis quanto à segurança: as pequenas cidades e as áreas rurais.

Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva. Parafraseando Marx e Engels (1999) quando em 1848 escreveram o manifesto comunista, o título da tese tem em comum com eles a indignação quanto à realidade. Entretanto, o uso da palavra espectro aqui não tem a ironia que havia naquela ocasião, pois refere-se a algo que merece realmente a carga negativa existente na palavra espectro. Os fenômenos “violência” e “insegurança objetiva” são distintos. A insegurança objetiva decorre da materialização da violência, ou seja, a partir da violência, o sujeito sente-se inseguro. A violência não traduz essa sensação. Além disso, a materialização da violência pode ser indireta, desde que ocorra com grupos sociais do seu convívio e suas referências de relacionamentos.

A dialética liberdade/segurança é entendida, entre outras reflexões que ocorrem ao longo da redação desta tese, como as condições (materiais e imateriais) que separam a liberdade da segurança quando deveriam, talvez em utopia, uni-las

para ocorrerem concomitantemente. Em essência, troca-se a liberdade pela segurança, como as câmeras que fiscalizam o cotidiano social ou as portas e janelas fechadas nas pequenas cidades, ou, ao contrário, se privilegia a liberdade mais que a segurança, ficando à mercê da interiorização dos crimes para essas localidades.

Assim, em perspectiva de mundo, a tese busca contribuir, no âmbito do papel da Geografia nas Ciências Sociais e do cientista na construção da pesquisa, com a relevância social e com reflexões que contemplem, em totalidade, os espaços urbanos, particularmente quanto às questões de segurança pública e às resistências e estratégias sociais, no sentido de avançar na luta contra a alienação, inclusive acerca da violência, e pelo processo emancipacionista, entendido pelo viés da liberdade, como um leque de condições favoráveis ao crescimento humano e social.

Em suma, busca as contradições, especialmente sobre a segurança pública, e delas apresenta-se a utopia, que está ancorada na eliminação da dialética liberdade/segurança, pensadas de maneira objetiva e efetiva no contexto social emancipatório. Por isso, direciona-se a atenção ao enfoque da emancipação humana, associado e entendido nesta tese pela noção de liberdade e autonomia, ou seja, a condição de liberdade, em uma superação total da coerção, formará uma consciência autônoma. Assim, a liberdade não pode ser olvidada em troca de uma completa segurança. Isso não emancipará a sociedade. A mudança, por conseguinte, será pela inserção na vida e no mundo público e na sociabilidade e relações sociais.

Então, o que é necessário para a cidade ser segura? Espelhando-se na utopia urbana de Velho (1989) e na revolução urbana de Lefebvre, o caminho é pensar em uma gestão coletiva do espaço, inclusive quanto à segurança. Para essa gestão coletiva do espaço e autogestão da segurança ocorrer, embora possa transitar por trajetos utópicos (já que o processo de urbanização, sustentado pelo viés capitalista, compromete o real sentido disso), deve-se considerar a cidade com *lócus* e espaço promissor da vida urbana (LEFEBVRE, 2001).

Esse suporte para o modo de vida urbano passa pelo modo social e cultural de vida, principalmente pelos valores, como danças e canções e preocupações com a segurança (LEFEBVRE, 2001). Então, o terceiro período da realidade urbana se reencontra ou reinventa, restituindo a centralidade no chamado centro de decisão coletiva do espaço, atingindo a proposta defendida de eliminação da dualidade entre a segurança e a liberdade. Logo, as políticas urbanas devem se ampliar para promover a participação das pessoas na vida pública e no uso dos espaços públicos.

Já acerca das manifestações e estratégias sociais, as pessoas acabam tomando a iniciativa e “resolvendo” os problemas da violência e insegurança, como as ações de vizinho solidário, amigo solidário, vizinho amigo, vigiado pela vizinhança, entre outras conotações semânticas. Na contemporaneidade, isso se estendeu para o uso de aplicativos e de redes sociais, como os grupos de *WhatsApp*, com compartilhamento rápido e instantâneo de informações, imagens e vídeos. Essas ações, tomadas muitas vezes pela desilusão com as ações do Estado, são voluntárias e informais, não sendo, portanto, institucionais e, embora pareçam uma gestão coletiva do espaço, não podem substituir ou retirar do poder público a obrigação de promover e investir em segurança pública, gratuita e de qualidade.

Para buscar atingir a difícil tarefa de compreensão da condição humana de vida nos atuais espaços das pequenas cidades, o caminho metodológico, pela luz que ilumina a tese, será pautado em referenciais teóricos de âmbito social, como Alba Zaluar, Ana Fani Carlos, Angela Maria Endlich, Beatriz Ribeiro Soares, Benilton Bezerra Júnior, Henri Lefebvre, Jandira Feghali, Jane Jacobs, Jean Claude Lugan, Johan Andrés Arias, Karl Marx, Luiz Antônio da Silva, Manuel Castells, Marcelo Lopes de Souza, Marilena Chaui, Michel Misse, Milton Santos, Muniz Sodré, Richard Sennett, Roberto Lobato Corrêa, Theophilos Rifiotis, Zygmunt Bauman, entre outros.

O trabalho parte do presente e das inquietações sobre ele, sendo os elementos do passado fundamentais para algumas explicações. A preocupação na sociedade atual por segurança transborda para espaços antes considerados inalcançáveis. A pacata e sossegada vida das pequenas cidades vem se tornando, cada vez mais, um mito, uma lembrança nostálgica. Assim, reduzem as histórias de décadas ou anos sem um único homicídio ou relatos de portas, janelas e carros abertos, sem a preocupação com furtos ou roubos. Diante disso, os exemplos na sequência apresentam contextos de diferentes escalas de análise da tese.

Nos Estados Unidos da América, segundo análises de Johnson (2015), a partir de relatório do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) de 2014, diversas cidades classificadas como pequenas e como minúsculas, possuíam taxas de homicídios maiores que as das metrópoles. Na Itália, Cosseddu (2008) aborda os homicídios e os suicídios nas pequenas cidades da Sardenha. Na Argentina, dois casos ilustram o tema: um casal foi morto dentro de casa em Firmat, de 18 mil habitantes (DÍA A DÍA, 2015), e uma adolescente foi detida acusada de assassinar com crueldade uma universitária em Ceres, de quase 15 mil habitantes (JORNAL CRÓNICA, 2015).

No Brasil, os exemplos se multiplicam. Em 2013, uma comparação dos dados oficiais de violência nos municípios da região de Piracicaba, no interior de São Paulo, entre 2012 e os nove primeiros meses de 2013, constatou que a violência aumentou em 56% das cidades pequenas (PORTAL G1/SP, 2013). Esse aumento ocorreu, principalmente, para os casos de furtos e roubos: em Engenheiro Coelho, município de 15.721 habitantes (IBGE, 2010), os furtos cresceram 366% e em Tuiuti, de 5.930 habitantes (IBGE, 2010), os roubos subiram 700% (PORTAL G1/SP, 2013).

Na região Norte do Brasil, Vieira (2015) relata a situação em que vivem as mulheres ribeirinhas de cidades pequenas do interior do Estado do Amazonas: “a maioria das mulheres que vivem no interior das cidades amazônicas carrega uma história de sofrimento e de violência invisibilizada” (VIEIRA, 2015, s. p.), pautada em agressões, abandono e ausência de políticas públicas.

No Nordeste, as cidades do interior, especialmente as pequenas, vêm sofrendo com a violência diária. No Sertão do Araripe, no extremo Oeste do Estado de Pernambuco, em apenas um dia, segundo Alves (2016), foram três homicídios em três cidades pequenas: em Exu, município de 31.636 habitantes (IBGE, 2010), o pai foi assassinado pela filha; em Trindade, de 26.116 habitantes (IBGE, 2010), ocorreu um latrocínio; e no distrito de Serrolândia, no município de Ipubi, de 28.120 habitantes (IBGE, 2010), o homicídio foi cometido por um adolescente de 16 anos.

Na região Sul do Brasil, o contexto se mantém. No Estado do Rio Grande do Sul, a violência aumentou e atingiu as pequenas cidades do interior (PORTAL G1/RS, 2015). A reportagem apresenta dois casos notórios: em Três Arroios, município de 2.855 habitantes (IBGE, 2010) no Norte do Estado, assaltantes renderam uma família dentro de casa e levaram inúmeros pertences – a cidade já foi uma das mais seguras do Rio Grande do Sul. Já em David Canabarro, de 4.683 habitantes (IBGE, 2010), os bandidos invadiram a delegacia para roubar as armas, mas acabaram morrendo em troca de tiros com a polícia (PORTAL G1/RS, 2015).

No Estado do Paraná, o interior “está em pânico com onda de violência” (PORTAL RIC/PR, 2015, s. p.). Segundo a reportagem, em Bela Vista do Paraíso, município de 15.079 habitantes (IBGE, 2010) no Norte do Estado, houve um grande aumento nos roubos e furtos, entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015. Só na primeira semana de 2015, foram sete roubos ou furtos em sete dias. Já na região Sudoeste do Paraná, uma operação prendeu armas, drogas e dinheiro do tráfico e efetuiu mandato de prisão de duas pessoas em três cidades pequenas (SANTOS,

2015): Mangueirinha, município de 17.048 habitantes (IBGE, 2010); Mariópolis, de 6.268 habitantes (IBGE, 2010); e Clevelândia, de 17.240 habitantes (IBGE, 2010).

Portanto, em nome da segurança, as janelas e portas estão se fechando nas pequenas cidades! Contudo, fechando-se, também, estão as pessoas para a liberdade da sociabilidade e para o espaço e a vida pública. Ainda que se relativize inúmeras vezes o alcance do fenômeno, parece que essa nova realidade está presente em boa parte das pequenas cidades, como é abordado ao longo da tese. O contexto apresentado até agora evidenciou que a tese trata de um tema com mudanças recentes e que estão em trânsito. Para explicar isso, apresenta-se a tese, o objetivo principal e os específicos, os procedimentos metodológicos e as técnicas utilizadas, demonstrando os passos para a construção da tese e as dimensões espaciais e estruturais, e, finalmente, a estrutura da redação.

A construção da tese parte das seguintes inquietações acerca da violência e da insegurança objetiva nas pequenas cidades: estão relacionadas à disseminação e o transbordamento do que tem ocorrido nas metrópoles? Ocorrem por difusão pela mídia? Ou ao contrário, as pequenas localidades, desprovidas do Estado, facilitam a ação de criminosos? Provêm, em grande parte, decorrentes do tráfico e uso de entorpecentes, que ocorrem na sociedade em geral e atingem igualmente todos os espaços? Contribuem com isso a falta de serviços e equipamentos de segurança?

Então, como tese, as pequenas cidades deixaram de ser “espaços tranquilos” e tornaram-se “espaços inseguros” e, embora possuam um espaço urbano reduzido, ocorrem nelas fragmentações urbanas e sociais. Para construção desta tese, articulam-se, concomitantemente, três fatores explicativos, que são, também, as peças principais das partes empíricas:

- ❖ a difusão e o transbordamento da lógica metropolitana, tais como hábitos e costumes, especialmente pela mídia e internet, contribuindo para a violência e, principalmente, a insegurança objetiva nas pequenas cidades;

- ❖ a propagação, sem barreiras e fronteiras, do tráfico ilícito de drogas e produtos, além do tráfico humano, que se articulam à economia em redes e atingem as pequenas cidades analogicamente à globalização;

- ❖ a perda de centralidade e o esvaziamento demográfico dos núcleos urbanos arrefeceram uma série de serviços, inclusive os de segurança pública, tornando as pequenas cidades espaços vulneráveis para a disseminação do crime.

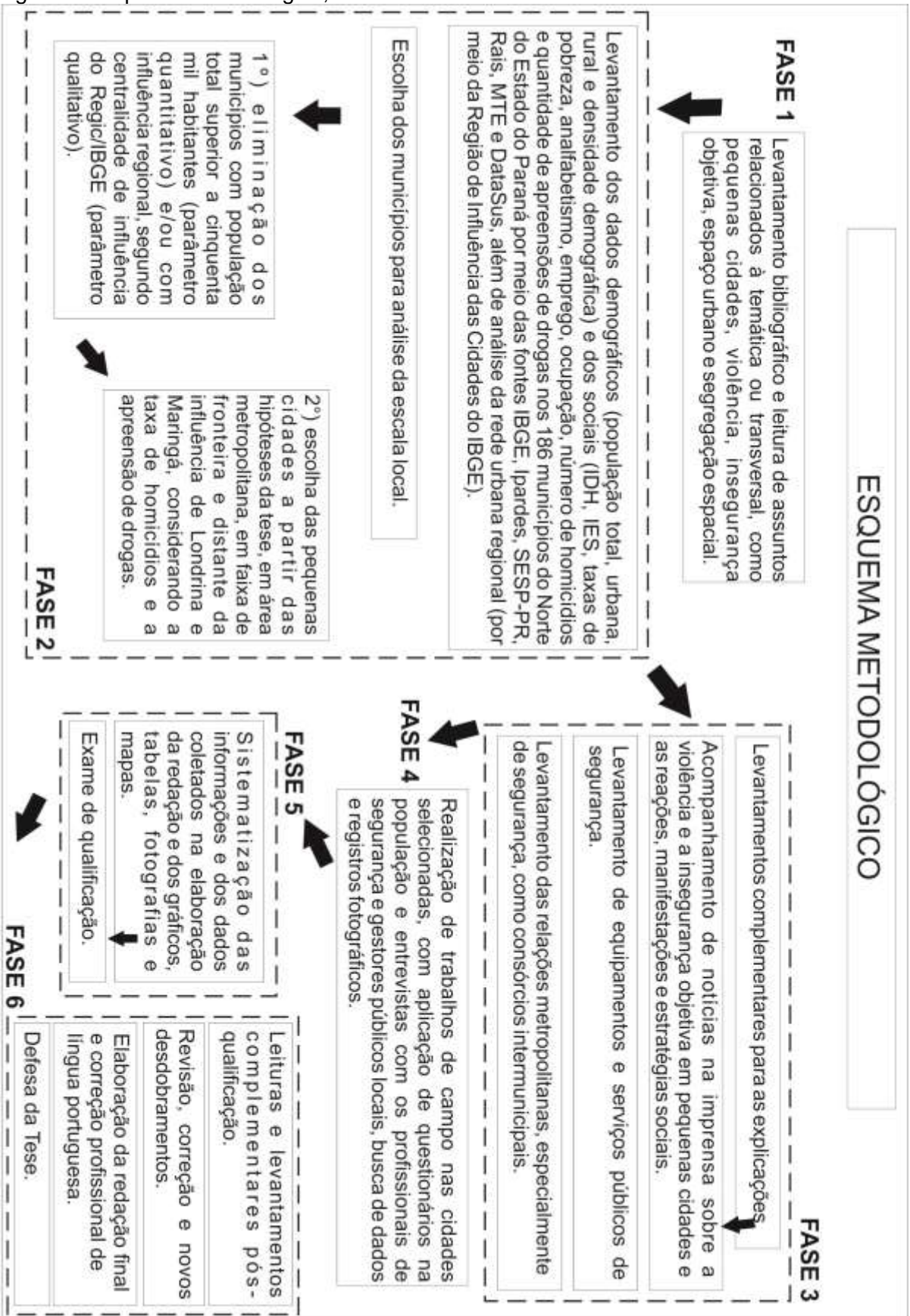
O principal objetivo da tese, portanto, é analisar e compreender os processos e explicações para a existência da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades, especialmente no Norte do Estado do Paraná, e suas implicações no espaço urbano e no cotidiano da sociedade local a partir de reflexões empíricas em três municípios polarizados por pequenas cidades.

Os objetivos específicos são: (i) compreender os processos recentes de modificações socioespaciais que ocorrem na região Norte do Estado do Paraná, especialmente nas pequenas cidades e suas possíveis relações com a violência e insegurança objetiva; (ii) sistematizar e apresentar dados quantitativos e qualitativos que permitam diagnosticar a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades, abordando as vertentes: homicídios e apreensão de drogas; (iii) identificar e discorrer acerca de pressupostos que levam alguns espaços não-metropolitanos a deixarem de ser “espaços tranquilos” para se tornarem “espaços inseguros”, particularmente por três vértices: difusão da lógica metropolitana e mídia, propagação do tráfico ilícito de drogas e produtos (articulação a rede econômica) e o esvaziamento demográfico e perda de centralidade, arrefecendo os serviços públicos de segurança; e, (iv) analisar a compreensão da sociedade local, a partir do trabalho empírico em três pequenas cidades, quanto à violência e suas estratégias de sociabilidade e resistência.

Os procedimentos metodológicos da tese estão sistematizados e organizados no esquema metodológico apresentado na Figura 1. Ele esboça a essência de cada uma das seis fases da construção da pesquisa. A fase um compreende todo o levantamento bibliográfico, leitura e fichamento de livros e capítulos de livros, teses e dissertações, artigos, crônicas e textos relacionados a diversos temas da tese, desde as teorias sociais e perspectivas ideológicas, passando por clássicos da Geografia Urbana, especialmente sobre vida urbana e pequenas cidades, até aqueles específicos sobre a violência e a insegurança. Essa fase foi fundamental para a construção dos referenciais teóricos da tese e contempla, em análises, as escalas global e nacional.

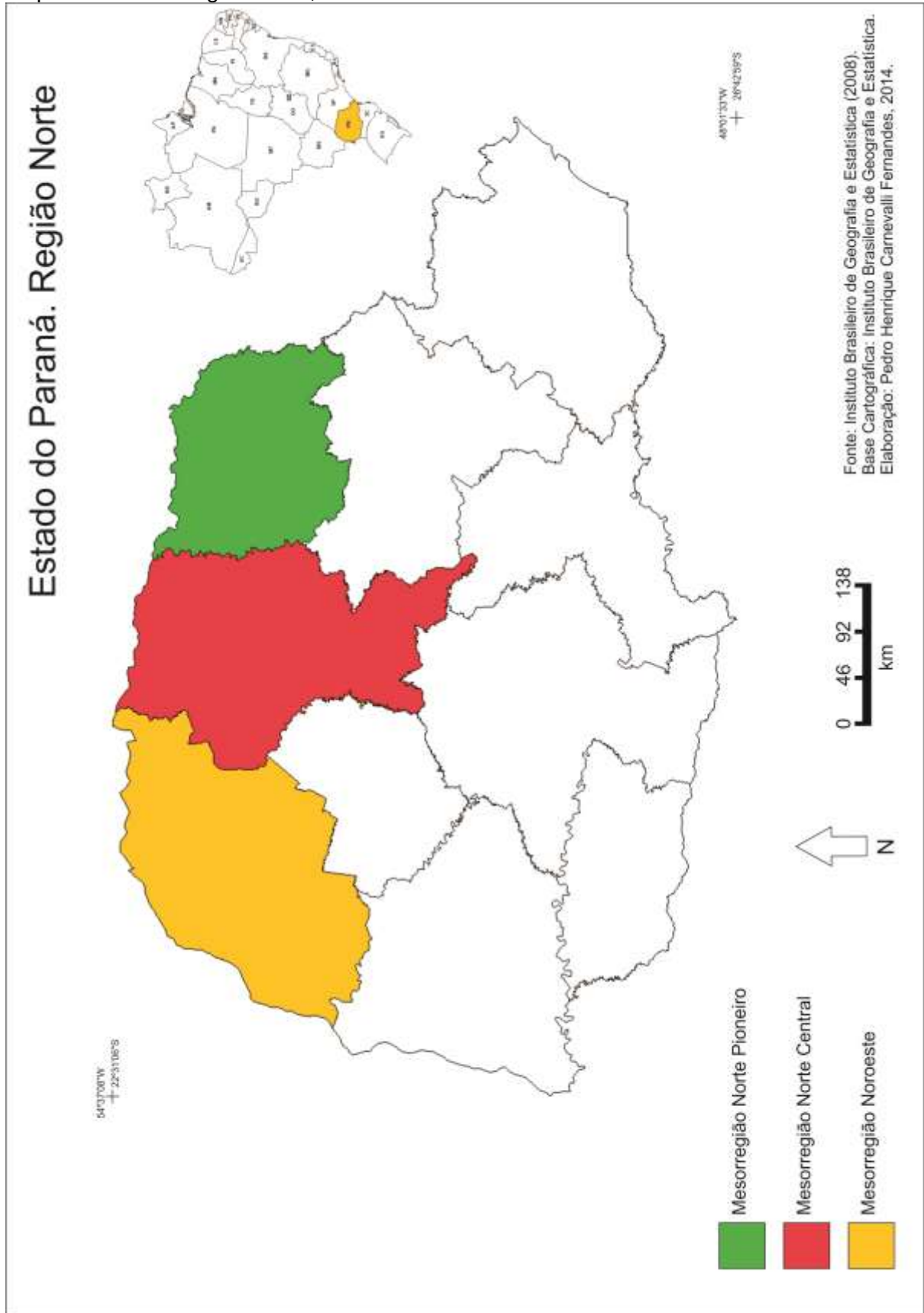
As fases dois e três representam a escala regional de análise a partir do Norte do Estado do Paraná (Mapa 1). Essa região é compreendida na tese pelo agrupamento de três mesorregiões, Norte Pioneiro paranaense, Norte Central paranaense e Noroeste paranaense, que somam pouco mais de 65 mil km² ou 32,6% do Estado; 3,26 milhões de habitantes ou 31,2% da população paranaense; e 186 municípios ou 46,6% do total estadual. (IBGE, 2010).

Figura 1. Esquema metodológico, 2015



Elaboração: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Mapa 1. Paraná. Região Norte, 2014



Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

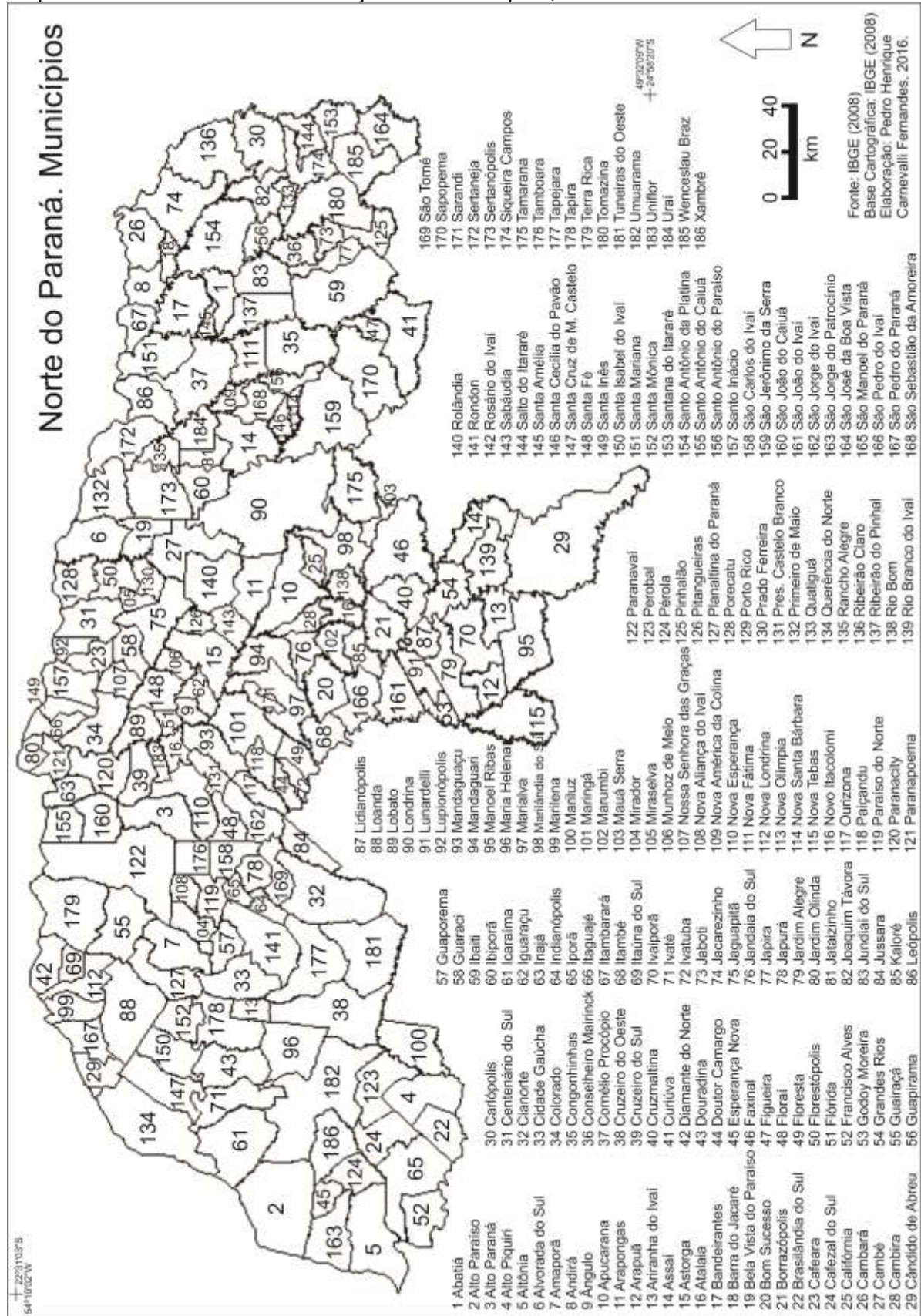
Para contextualizar e espacializar, o Mapa 2 apresenta os 186 municípios do Norte do Estado do Paraná, em 2014. Apenas dez municípios (5,4%) possuem população total superior a cinquenta mil habitantes, e a quantidade chega a 29 municípios quando o patamar mínimo chega a vinte mil habitantes. No outro extremo, cinco municípios (2,7%) possuem menos de dois mil habitantes: Jardim Olinda (1.409), Nova Aliança do Ivaí (1.431), Santa Inês (1.818) e Miraselva (1.862). O patamar de até cinco mil habitantes é composto por 61 municípios (um terço do total) e o de até dez mil habitantes por 116 municípios (62,4%). Diante disso, a região Norte do Estado do Paraná, em uma análise quali-quantitativa, é composta por 92% de municípios polarizados por pequenas cidades.

A fase dois configurou o vasto levantamento de indicadores demográficos (população total, urbana e rural e densidade demográfica) e sociais (Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –, que contempla as dimensões de educação, expectativa de vida e de riqueza; Índice de Exclusão Social – IES –, que apresenta informações relativas à pobreza, alfabetização, vulnerabilidade da juventude, escolaridade, emprego formal, violência e desigualdade social; taxas de pobreza; analfabetismo; emprego; ocupação; e taxas de homicídios e de apreensão de drogas) nos 186 municípios que compõem a região Norte do Estado do Paraná.

Esses dados foram obtidos nas fontes federais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), inclusive a Região de Influência das Cidades (Regic), Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde – base Datasus/Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) – e nos órgãos estaduais do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) e Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná. A coleta e análise integrada dos dados dos municípios possibilitaram a compreensão da condição social da região Norte do Paraná e ajudaram a fundamentar a escolha dos três municípios, polarizados por pequenas cidades, em que foram realizados os trabalhos empíricos e, por conseguinte, contemplaram a análise espacial quanto à escala local nesta tese.

Para a seleção das pequenas cidades, as primeiras análises partiram dos indicadores demográficos de população total, urbana e rural, entre 1960 e 2010, a partir do IBGE (censos demográficos), e dos resultados divulgados no Regic (IBGE, 2007) sobre as áreas de influência e os papéis desempenhados na rede urbana. Elas serviram para contemplar o primeiro passo da fase dois, ou seja, para encontrar os municípios que são polarizados por pequenas cidades.

Mapa 2. Norte do Paraná. Localização dos municípios, 2016



Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

Assim, quantitativamente, os municípios com mais de cinquenta mil habitantes e/ou, qualitativamente, aqueles com centralidade de influência regional (capital regional B, centro sub-regional A, centro sub-regional B e centro de zona A) somaram quase 8% do total e foram excluídos da escolha. O segundo passo da segunda fase do esquema teórico-metodológico foi a escolha das pequenas cidades para a realização do trabalho de campo. Consideraram-se, para tanto, os três fatores explicativos para a tese e as três mesorregiões, com o objetivo de contemplar minimamente as diferentes realidades do Norte do Paraná.

Para contemplar a explicação da propagação do tráfico ilícito de drogas e produtos, além do tráfico humano, a pequena cidade deveria compor a faixa de fronteira, portanto, pertencer à Mesorregião Noroeste paranaense; para a perda de centralidade e o esvaziamento dos núcleos urbanos arrefecerem os serviços de segurança pública, ela necessitava se localizar em áreas mais distantes da influência direta dos principais centros urbanos da região (Londrina e Maringá), determinando-se, para isso, o pertencimento à Mesorregião Norte Pioneiro; e, finalmente, na explicação da difusão e do transbordamento da lógica metropolitana, especialmente pela mídia e internet, a pequena cidade precisava fazer parte da área metropolitana (e sofrer influência direta das áreas mais centralizadoras) de Londrina ou Maringá, tendo, por conseguinte, espacialização na Mesorregião Norte Central.

Entre os levantamentos dos indicadores sociais, os dados norteadores para a escolha das pequenas cidades foram os de homicídios a partir de duas bases de dados: i) Datasus, pelo SIM, do Ministério da Saúde, do Governo Federal, no período de 1996 a 2013 (até o mês de junho), referenciado como Datasus (2015); ii) Relatório Estatístico Criminal da Secretaria da Segurança Pública e da Administração Penitenciária do Governo do Estado do Paraná, que fragmentou os dados por municípios a partir de 2012 e já disponibilizou os relatórios de 2012 a 2014, referenciado como Paraná (2015a). Isso se explica, por acreditar que o homicídio é a violência mais terrível e profunda, por ter consequência direta e sem retorno sobre a vida humana.

O levantamento do número de homicídios, por meio de Datasus (2015), entre 1996 e 2013, foi entendida pela Categoria CID-10, XX (causas externas de mortalidade), entre X85 e Y09, que trata de mortes resultantes de agressões. Entre as agressões (X85 a Y09), destaques para drogas, medicamentos e substâncias biológicas (X85), enforcamento, estrangulamento e sufocação (X91), disparo de arma

de fogo de mão (X93), disparo de espingarda, carabina e ou arma de fogo de maior calibre (X95), objeto cortante ou penetrante (X99), força corporal (Y04) e sexual por meio de força física (Y05). Diante dos dados quantitativos de homicídios para cada município no período referenciado, projetou-se, qualitativamente, ele em relação à população total do município, considerando o último censo (IBGE, 2010). O resultado foi a chamada “taxa de homicídio, em grupo de cem mil pessoas, entre 1996 e 2013”.

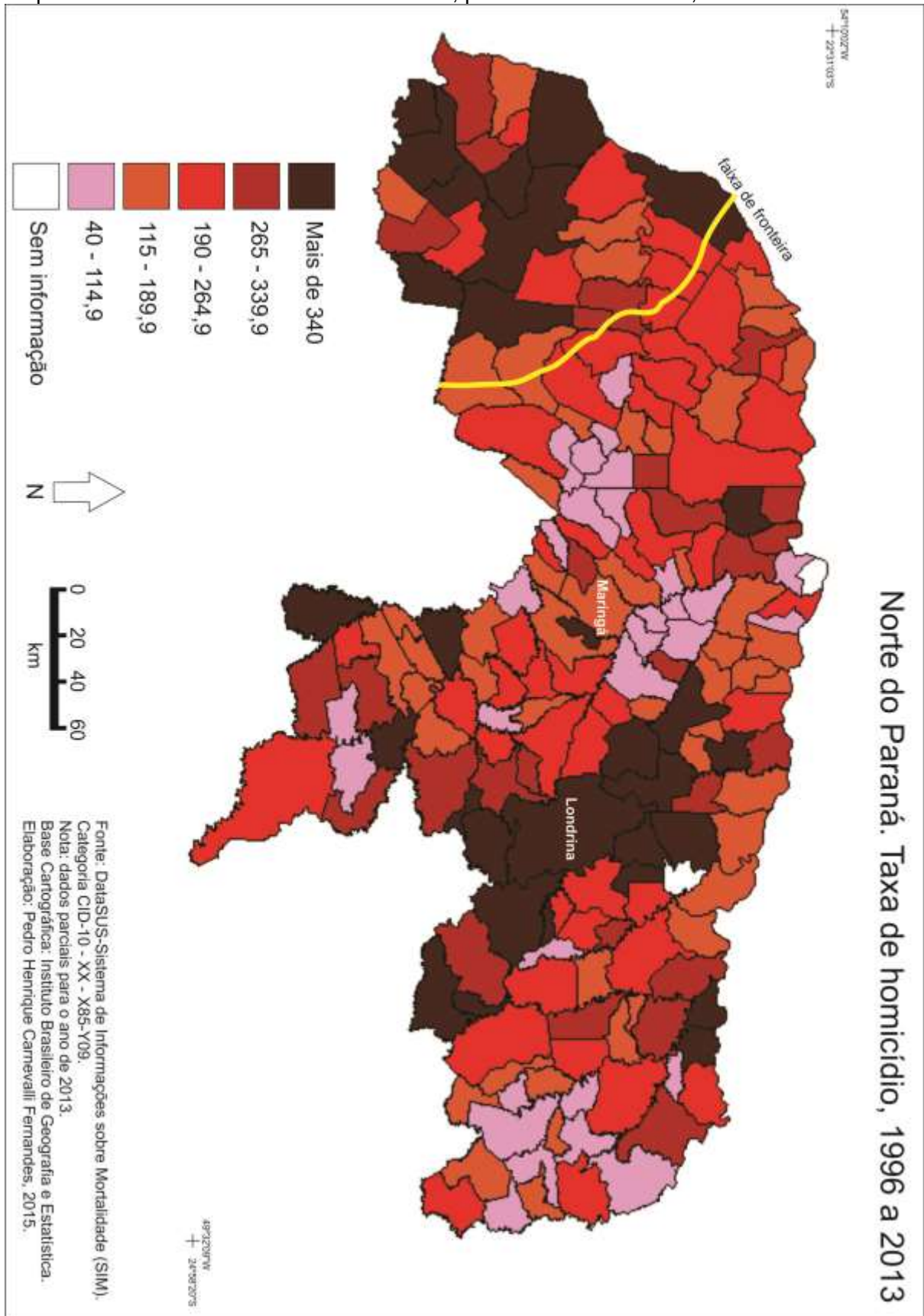
Os dados de homicídios divulgados, oficialmente, por Paraná (2015a) começaram, por municípios, apenas em 2012, sendo o último relatório publicado em 2014. Para manter unidade nos procedimentos de análise, os homicídios foram adaptados em taxas de homicídios a cada grupo de cem mil habitantes no período referido para a base estadual, da mesma forma que os dados do Governo Federal.

A partir dos resultados, foram elaborados dois *rankings* com os 186 municípios da região Norte do Estado do Paraná, sendo um para cada base. Comparando-os, observou-se uma alta confluência entre os resultados, que atingiu 62%. Por isso e pelo tempo histórico, preferiu-se utilizar, efetivamente, os dados da fonte do Datasus (2015) e, em demandas específicas, a análise temporal mais recente de Paraná (2015a) para entender a dinâmica atual. Foram realizados, também, *rankings* separados por mesorregiões para apreciação dos contextos regionais internos, indispensáveis nas escolhas municipais dentro das mesorregiões.

Os levantamentos de homicídios nos 186 municípios no Norte do Paraná mostraram que considerável parcela deles vive em estado de emergência, com epidemias de violência, já que superam, e muito, a taxa máxima recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que, adaptada para o período, seria de 175,0 homicídios para cada grupo de cem mil habitantes. Assim, 118 (63,5%) municípios da região apresentaram valores superiores a esse patamar.

O Mapa 3 apresenta as taxas de homicídios, entre 1996 e 2013, nos municípios que compõem o Norte do Paraná. Ele demonstra três situações a partir das áreas com maiores taxas de homicídios associadas aos fatores explicativos da tese: (i) uma faixa bem densa a Noroeste, composta por nove municípios, todos dentro da faixa de fronteira; (ii) um grupo de municípios próximos a Londrina, a maioria deles pertencente à Região Metropolitana de Londrina; e, (iii) duas áreas, ao Sul e a Leste, em geral com menor intensidade, mas com municípios com taxas altíssimas, “isoladas” da dinâmica de influência de Londrina e Maringá.

Mapa 3. Norte do Paraná. Taxa de homicídio, por cem mil habitantes, 1996-2013



Fonte: Adaptado de Datasus (2015) e IBGE (2010)

O Quadro 1 apresenta os trinta municípios (16,1%) que atingiram taxas de homicídios com, no mínimo, o dobro da tolerada pela ONU. Entre eles, 11 (36,6%) têm menos de dez mil habitantes, e 22 (73,3%), no máximo, vinte mil. Embora todos possuam taxas alarmantes de homicídios, os oito primeiros têm taxas superiores a 500 homicídios, por grupo de cem mil habitantes, entre 1996 e 2013, ou seja, no mínimo 180% superiores ao tolerado

Quadro 1. Norte do Paraná. Municípios com maiores taxas de homicídios, por cem mil habitantes, 1996-2013

	Município	Pop.	Taxa		Município	Pop.	Taxa
01	Nova Tebas	7.398	648,82	16	Cafezal do Sul	4.290	442,89
02	Florestópolis	11.222	623,77	17	Sertanópolis	15.638	434,84
03	Itambaracá	6.759	577,01	18	Umuarama	100.676	422,15
04	Mariluz	10.224	567,29	19	Francisco Alves	6.418	420,69
05	Iporã	14.981	513,98	20	Londrina	506.701	415,43
06	Tamarana	12.262	513,78	21	Alto Paraíso	3.206	405,49
07	Jataizinho	11.875	513,68	22	Ibiporã	48.198	400,43
08	Sarandi	82.847	502,13	23	Xambê	6.012	399,20
09	São João do Caiuá	5.911	473,69	24	Jaguapitã	12.225	392,64
10	Cambé	96.733	473,47	25	Grandes Rios	6.625	392,45
11	Figueira	8.293	470,28	26	Andirá	20.610	388,16
12	Querência do Norte	11.729	468,92	27	Curiúva	13.923	380,67
13	São João do Ivaí	11.525	468,55	28	Rolândia	57.862	354,29
14	Nova Santa Bárbara	3.908	460,59	29	São Jerônimo da Serra	11.337	352,83
15	Mauá da Serra	8.555	455,87	30	Cruzeiro do Oeste	20.416	347,77

Fonte: Adaptado de Datasus (2015) e IBGE (2010)

Os dois primeiros, Nova Tebas e Florestópolis – estudados por Fernandes (2012) –, ficaram com valores superiores a 250% do tolerado. Três municípios, com menos de cinco mil habitantes, chamaram a atenção: Alto Paraíso, Cafezal do Sul e Nova Santa Bárbara, sendo os dois primeiros em faixa de fronteira.

O Quadro 2 apresenta a série histórica, entre 1996 e 2013, das vinte pequenas cidades do recorte espacial adotado com maiores taxas de homicídios, sendo fundamental para eliminar anomalias. Isso ocorre quando o município possui população muito pequena e a conversão de um caso de homicídio em taxa de homicídio deixa o valor elevado, induzindo ao erro, já que, nessa situação, haveria uma exceção e não uma condição crônica. Os casos de Nova Tebas, Florestópolis, São João do Caiuá e Nova Santa Bárbara, por exemplo, demonstram que não são anomalias de violência, já que eles mantêm constância dos casos de homicídios.

Quadro 2. Norte do Paraná. Homicídio e taxa de homicídio, 1996-2013, e população total, 2010, nas pequenas cidades com maiores taxas de homicídios

Município	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	Total	Pop.	Taxa
Nova Tebas	4	-	-	5	2	4	2	2	6	3	8	-	1	4	2	4	-	1	48	7.398	648,82
Florestópolis	-	-	3	-	1	4	1	4	4	4	2	5	3	4	9	10	13	6	70	11.222	623,77
Itambaracá	1	3	-	-	2	2	-	3	2	1	1	4	2	5	3	3	3	4	39	6.759	577,01
Mariluz	1	2	2	1	1	5	2	6	6	7	1	2	2	6	3	1	7	3	58	10.224	567,29
Iporã	2	3	2	3	5	4	2	-	3	5	6	4	1	13	7	6	7	4	77	14.981	513,98
Tamarana	-	1	1	2	2	2	3	3	2	10	3	4	3	4	4	4	11	4	63	12.262	513,78
Jataizinho	1	1	1	4	1	7	1	1	3	2	4	2	3	7	3	7	8	5	61	11.875	513,68
São João do Caiuá	3	1	-	5	-	1	2	-	1	2	3	1	2	1	1	2	2	1	28	5.911	473,69
Figueira	3	2	-	3	3	2	4	4	1	2	2	4	2	2	-	2	2	1	39	8.293	470,28
Querência do Norte	1	2	3	4	2	5	1	1	2	4	6	2	3	-	6	6	3	4	55	11.729	468,92
São João do Ivaí	2	1	1	2	-	-	5	3	3	6	4	2	1	5	6	5	4	4	54	11.525	468,55
Nova Santa Bárbara	1	-	-	-	-	1	2	2	2	-	1	2	1	1	1	1	2	1	18	3.908	460,59
Mauá da Serra	1	2	-	2	5	-	1	1	1	4	1	-	1	3	2	5	5	5	39	8.555	455,87
Cafezal do Sul	2	1	1	-	-	-	-	2	1	2	-	4	-	1	4	-	-	1	19	4.290	442,89
Sertanópolis	-	1	-	1	3	1	3	3	7	3	5	4	14	7	4	4	5	3	68	15.638	434,84
Francisco Alves	-	1	1	1	-	1	2	-	1	2	2	2	2	3	-	4	2	3	27	6.418	420,69
Alto Paraíso	1	1	-	-	2	-	-	1	-	3	-	1	1	-	1	2	-	-	13	3.206	405,49
Xamburé	1	-	-	-	-	1	1	1	3	2	2	-	3	2	1	6	-	1	24	6.012	399,20
Jaguapitã	-	1	2	1	-	4	2	2	3	2	4	3	3	3	6	5	5	2	48	12.225	392,64
Grandes Rios	-	-	1	1	1	-	2	2	4	2	1	5	3	1	1	-	2	-	26	6.625	392,45

Fonte: Adaptado de Datasus (2015) e IBGE (2010)

Embora algumas pessoas possam questionar a existência de apenas um homicídio, considerando-o um valor insignificante, deve-se ponderar que são realidades em que se espera a ausência total de casos. Isso fica claro quando se compara com municípios demograficamente do mesmo patamar e que apresentam anomalias de violência em suas séries históricas, como São João do Caiuá, o 11º mais seguro, que, em 18 anos de dados históricos, passou 14 anos, portanto, 77,8% deles, sem nenhum homicídio, e Atalaia, o terceiro mais seguro da região, que possui 15 anos da série histórica (83,3%) sem nenhum caso de homicídio.

Cafezal do Sul também mostrou anomalia de violência, já que enfrentou, após 2006, dois anos, 2007 e 2010, com homicídios. O município de Ariranha do Ivaí, o que possui a menor taxa entre todos os 186 municípios da região Norte do Paraná, revelou em sua série histórica, de 18 anos, apenas um homicídio em 1998. O município de Joaquim Távora teve anomalias em 2007 e 2013 e, finalmente, o município de Astorga enfrentou, em 2009, um surto de violência (seis casos).

A partir das explicações anteriores, das taxas de homicídios no Norte do Estado do Paraná e das características específicas dessa taxa na Mesorregião Noroeste, chegou-se a uma lista com 16 pequenas cidades (apenas Umuarama foi desconsiderada pela questão demográfica e pelo papel desempenhado na região) para escolher o município para a hipótese sobre o tráfico de drogas e produtos ilícitos e de pessoas em faixas de fronteiras. Na sequência, após inserir a faixa de fronteira, a quantidade de pequenas cidades ficou reduzida a 11. Depois, com as taxas de homicídios sendo associadas com as taxas de apreensão de drogas, a quantidade disponível passou para seis cidades pequenas: Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Francisco Alves, Iporã, Querência do Norte e Xambrê.

Com esses municípios selecionados, foi refeita a análise integrada dos dados, especialmente de homicídios e apreensões de drogas, que resultou na desconsideração de três deles: Cruzeiro do Oeste e Xambrê por apresentarem períodos históricos de homicídios inconsistentes, ou seja, sem padrão seguro para definir a violência, e Querência do Norte por não fazer parte, em totalidade, da faixa de fronteira. Entre os três restantes, a escolha ocorreu mediante pontuação, esboçada no Quadro 3. O certame pontuou seguindo os *rankings* de taxa de homicídio, taxa de apreensão de drogas e de proximidade com a fronteira. No final, o município de Iporã, com maior pontuação, foi o escolhido por possuir a segunda pior taxa de homicídio da

mesorregião (quinto no Norte do Paraná) e a quarta maior taxa de apreensão de drogas.

Quadro 3. Cruzeiro do Oeste, Francisco Alves e Iporã. Certame para seleção do município, 2015

Município	RHM / RHN = Ptos¹	RDM / RDN = Ptos²	PF = Ptos³	Total
Cruzeiro do Oeste	10 ^o / 30 ^o = 01	12 ^o / 23 ^o = 01	01	03
Francisco Alves	07 ^o / 19 ^o = 02	09 ^o / 19 ^o = 02	03	07
Iporã	02 ^o / 05 ^o = 03	04 ^o / 07 ^o = 03	02	08

Nota 1: RHM: Posição no *ranking* de taxa de homicídio da Mesorregião Noroeste e RHN: Posição no *ranking* da taxa de homicídio do Norte do Paraná

Nota 2: RDM: Posição no *ranking* de taxa de apreensão de drogas da Mesorregião Noroeste e RDN: Posição no *ranking* de taxa de apreensão de drogas do Norte do Paraná

Nota 3: Proximidade com o limite da fronteira (tomando Guaíra como base)

A escolha do município para a explicação da insuficiência de serviços de segurança pública também partiu das explicações contextuais, das taxas de homicídios no Norte do Estado e na Mesorregião Norte Pioneiro e das características específicas, especialmente acerca da localização dos serviços públicos de segurança das polícias civil e militar. Diante da taxa de homicídios dos municípios da mesorregião, chegou-se à lista inicial de 12 pequenas cidades (os municípios de Bandeirantes e Jacarezinho foram desconsiderados, por possuírem mais de trinta mil habitantes e pelo papel que desempenham na rede – Centro de Zona A, no Regic). Nas análises posteriores, o município de Jataizinho foi desconsiderado por pertencer à Região Metropolitana de Londrina.

Já os municípios de Andirá, Cambará e Itambaracá, ao Norte da mesorregião, foram suprimidos por estarem na fronteira direta entre os Estados do Paraná e de São Paulo, o que acarretaria uma possível sobreposição de fatores explicativos, e por estarem na porção da mesorregião que mais possui serviços de segurança, com os batalhões de polícia militar e as subdivisões de polícia civil de Cornélio Procópio e de Jacarezinho. Essa argumentação de proximidade com os serviços também foi suficiente para a eliminação de Nova América da Colina e de Santa Mariana, que são limítrofes com Cornélio Procópio.

Com os seis municípios selecionados, foi refeita a análise integrada de todos os dados levantados, especialmente de homicídios, o que resultou na desconsideração de três deles: Nova Santa Bárbara e Sapopema por apresentarem períodos históricos de homicídios inconsistentes, ou seja, sem padrão definido de violência, e Ribeirão do Pinhal por aparecer com os melhores indicadores, entre o

conjunto de municípios selecionados. Entre os três restantes, a escolha ocorreu mediante pontuação, esboçado no Quadro 4.

Quadro 4. Curiúva, Figueira e São Jerônimo da Serra. Certame para seleção do município, 2015

Município	RHM / RHN = Ptos¹	Rank. Recente²	DSS = Ptos³	Total
Curiúva	06 ^o / 27 ^o = 02	23 ^o = 01	50 km = 01	04
Figueira	03 ^o / 11 ^o = 03	19 ^o = 02	75 km = 03	08
S. Jerônimo da Serra	07 ^o / 29 ^o = 01	01 ^o = 03	71 km = 02	06

Nota 1: RHM: Posição no *ranking* de taxa de homicídio da Mesorregião Norte Pioneiro e RHN: Posição no *ranking* da taxa de homicídio do Norte do Paraná

Nota 2: *Ranking* a partir da taxa de homicídio, entre 2012 e 2014, pela base da SESP-PR

Nota 3: Distância dos serviços de segurança pública de polícia militar e civil, sendo que Curiúva e Figueira vinculam-se à Telêmaco Borba e São Jerônimo da Serra à Cornélio Procopio

O certame pontuou seguindo os *rankings* de taxa de homicídio, *ranking* de homicídios recentes e de proximidade com os serviços de segurança pública das polícias militar e civil. No final, o município de Figueira, com maior pontuação, foi o selecionado por possuir a terceira pior taxa de homicídio da mesorregião (11^o no Norte do Paraná) e por estar mais distante dos serviços de segurança pública. Além disso, Figueira pertence à própria Comarca de Curiúva, deixando a situação mais instigante.

A escolha do município para a explicação da influência metropolitana, particularmente pela mídia e pela internet, partiu das explicações contextuais do apêndice, das taxas de homicídios no Norte do Estado e das características específicas, sobretudo as regiões metropolitanas de Londrina e de Maringá, com a escolha a partir da Mesorregião Norte Central. Diante da taxa de homicídios da mesorregião, chegou-se à lista inicial com 16 pequenas cidades (desconsideradas pelo viés demográfico: Cambé, Londrina, Rolândia e Sarandi; e pelo papel na rede urbana: Ibiporã e Ivaiporã).

As cidades de Nova Tebas e Florestópolis foram eliminadas por terem sido objetos de estudo de Fernandes (2012). Nas reflexões posteriores, foram suprimidos os municípios que não pertenciam à Região Metropolitana de Londrina ou à Região Metropolitana de Maringá. Cabe uma ressalva: a tese não considera para essa análise as outras regiões metropolitanas por desconsiderar o papel metropolitano desempenhado pelas sedes. Diante disso, os municípios de Califórnia, Faxinal, Grandes Rios, Manoel Ribas, Marilândia do Sul, Mauá da Serra e São João do Ivaí foram retirados da lista. Já os municípios de Andirá e Porecatu deixaram de ser

opções por estarem, diretamente, na fronteira entre os Estados do Paraná e de São Paulo.

Com os seis municípios selecionados, foi refeita a análise integrada dos dados, especialmente de homicídios, o que resultou na desconsideração de três municípios: Bela Vista do Paraíso, Munhoz de Melo e Sertanópolis por apresentarem períodos históricos de taxa de homicídios inconsistentes, ou seja, sem padrão definido de violência – Bela Vista do Paraíso e Sertanópolis concentraram mais de 30% dos casos de homicídios em apenas dois anos, e Munhoz de Melo conviveu com 55% dos anos da série sem nenhum caso de homicídio. Entre os três restantes, a escolha ocorreu mediante pontuação, como se vê no Quadro 5.

Quadro 5. Jaguapitã, Paiçandu e Tamarana. Certame para seleção do município, 2015

Município	RHM / RHN = Ptos¹	Rank. Recente²	DM = Ptos³	Total
Jaguapitã	11 ^o / 24 ^o = 02	10 ^o = 01	66 km = 01	04
Paiçandu	22 ^o / 52 ^o = 01	04 ^o = 02	15 km = 03	06
Tamarana	03 ^o / 06 ^o = 03	03 ^o = 03	54 km = 02	08

Nota 1: RHM: Posição no *ranking* de taxa de homicídio da Mesorregião Norte Central e RHN: Posição no *ranking* da taxa de homicídio do Norte do Paraná

Nota 2: *Ranking* a partir da taxa de homicídio, entre 2012 e 2014, pela base da SESP-PR

Nota 3: Distância metropolitana entre as cidades com Londrina (Jaguapitã e Tamarana) e Maringá (Paiçandu)

O certame pontuou seguindo os *rankings* de taxa de homicídio, o *ranking* de taxa de homicídios recentes e da proximidade metropolitana com as cidades de Londrina ou Maringá. No final, o município de Tamarana, com maior pontuação, foi escolhido por possuir a terceira pior taxa de homicídio da mesorregião (6^o no Norte do Paraná) no período longo e, também, no período recente e por estar no limite fronteiro com Londrina.

A fase três correspondeu aos levantamentos complementares para entender os três fatores explicativos da tese. Em síntese, representaram o acompanhamento de notícias na imprensa sobre a violência e insegurança objetiva em pequenas cidades, o levantamento dos equipamentos e serviços de segurança pública existentes na região e o levantamento das relações metropolitanas, especialmente de segurança, estabelecidas nessas áreas (entre cidade pequena e metrópole).

A fase quatro representou a escala local de análise da tese. Nela aparecem a realização dos trabalhos de campo *in loco* para compreender a condição social e econômica de vida e as possíveis fragmentações sociais e do espaço urbano, além

do levantamento de dados locais, aplicação de questionários na população local (respondentes) e de entrevistas com os profissionais da segurança e alguns gestores públicos municipais e registro fotográfico. A fase local foi realizada com trabalhos empíricos em Iporã, Figueira e Tamarana.

Os procedimentos qualitativos e quantitativos para a aplicação dos questionários e das entrevistas, incluindo a justificativa, o gênero e as faixas etárias dos respondentes aparecem na sequência, enquanto que o questionário e o roteiro das entrevistas estão no anexo da tese.

As diretrizes para a elaboração do trabalho de campo em Iporã, município de 14.981 habitantes (IBGE, 2010), partiram da pirâmide etária do município de 2010. A partir dela, foram desconsiderados os habitantes menores de 18 anos de idade, gerando uma amostragem de 10.981 habitantes (73,3% do total), que foi agrupada em faixas etárias adaptadas, esboçadas no Quadro 6.

Quadro 6. Iporã (PR). Faixas etárias adaptadas, 2015

Faixa etária	Homem	Mulher
18 a 29 anos	1.377 – 25,6%	1.265 – 22,6%
30 a 39 anos	976 – 18,1%	1.027 – 18,3%
40 a 49 anos	1.023 – 19,0%	1.113 – 19,9%
50 a 59 anos	822 – 15,3%	952 – 17,0%
60 ou mais	1.183 – 22,0%	1.243 – 22,2%
Total	5.381	5.600
Porcentagem	49%	51%

Fonte: IBGE (2010)

Para a aplicação dos questionários, utilizou-se o coeficiente de 1% sobre a amostragem populacional de Iporã (população total de habitantes com 18 anos ou mais de idade). O cálculo gerou 110 respondentes para aplicação dos questionários. Assim, a seleção dos respondentes seguiu a proporção apresentada pelas faixas adaptadas, como pode ser constatado no Quadro 7. Já para as entrevistas com os gestores públicos em Iporã, não houve uma lista prévia de aplicação, mas, sim, a intenção de convidar o máximo possível de pessoas para participar.

A realização do trabalho de campo em Iporã ocorreu entre 27 e 31 de maio de 2015. A maior barreira aconteceu nas entrevistas: nenhum gestor público do município ou de órgãos estaduais existentes em Iporã consentiu em gravar uma entrevista. Diante das negativas, os que aceitaram participar responderam os questionários. Assim, foram oito participações dos seguintes órgãos: Câmara de Vereadores,

Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria de Assistência à Saúde e à Área Social, Guarda Municipal, Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Tutelar e Polícia Rodoviária Estadual. O prefeito e o vice-prefeito de Iporã não responderam os recados e os convites para realização de entrevista.

Quadro 7. Iporã (PR). Respondentes por faixa etária adaptada, 2015

Faixa etária	Homem	Mulher
18 a 29 anos	14	13
30 a 39 anos	10	10
40 a 49 anos	10	11
50 a 59 anos	8	10
60 ou mais	12	12
Total	54	56

Fonte: IBGE (2010)

Em Iporã, foram aplicados 111 questionários no total, sendo que três deles não preencheram as idades, já que foram realizados com grupos de pessoas: na Polícia Militar e no Conselho Tutelar foram três pessoas em cada, e na Polícia Rodoviária Estadual, com duas pessoas. Diante disso, os questionários seguiram a seleção proposta inicialmente, com esses três descontos, sendo dois na faixa etária de 30 a 39 anos (um homem e uma mulher), e uma mulher na faixa etária de 40 a 49 anos.

As diretrizes para os trabalhos de campo em Figueira e Tamarana seguiram os mesmos procedimentos de Iporã. Em Figueira, município de 8.293 habitantes (IBGE, 2010), foram desconsiderados os habitantes menores de 18 anos de idade, gerando, portanto, uma amostragem de 5.870 habitantes (70,8% do total), que foi agrupada em faixas etárias adaptadas, esboçadas no Quadro 8. Então, o cálculo gerou 59 respondentes para aplicação dos questionários, sendo que a seleção dos respondentes seguiu a proporção apresentada pelas faixas adaptadas (Quadro 9).

Quadro 8. Figueira (PR). Faixas etárias adaptadas, 2015

Faixa etária	Homem	Mulher
18 a 29 anos	711 – 24,7%	727 – 24,3%
30 a 39 anos	599 – 20,8%	626 – 20,9%
40 a 49 anos	548 – 19,0%	574 – 19,2%
50 a 59 anos	420 – 14,6%	465 – 15,6%
60 ou mais	602 – 20,9%	598 – 20,0%
Total	2.880	2.990
Porcentagem	49%	51%

Fonte: IBGE (2010)

Quadro 9. Figueira (PR). Respondentes por faixa etária adaptada, 2015

Faixa etária	Homem	Mulher
18 a 29 anos	07	07
30 a 39 anos	06	06
40 a 49 anos	06	06
50 a 59 anos	04	05
60 ou mais	06	06
Total	29	30

Fonte: IBGE (2010)

A realização do trabalho de campo em Figueira ocorreu entre dois e sete de agosto de 2016. Assim como em Iporã, os representantes públicos que aceitaram participar responderam os questionários. No total, foram nove participações dos seguintes órgãos: Poder Executivo, Poder Legislativo, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Polícia Civil de Curiúva, Polícia Militar e Conselho Tutelar.

Em Tamarana, município de 12.262 habitantes (IBGE, 2010), foram desconsiderados os habitantes menores de 18 anos de idade, gerando uma amostragem de 8.152 habitantes (66,5% do total), que foi agrupada em faixas etárias adaptadas, esboçadas no Quadro 10. Então, o cálculo gerou 82 respondentes para aplicação dos questionários, sendo que a seleção dos respondentes seguiu a proporção apresentada pelas faixas adaptadas (Quadro 11).

A realização do trabalho de campo em Tamarana ocorreu entre quatro e nove de janeiro de 2017, e os representantes públicos que aceitaram participar responderam os questionários. No total, foram participações dos seguintes órgãos: Poder Executivo, Poder Legislativo, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Polícia Militar e Conselho Tutelar, além da Polícia Civil de Londrina.

Quadro 10. Tamarana (PR). Faixas etárias adaptadas, 2015

Faixa etária	Homem	Mulher
18 a 29 anos	1.150 – 27,7%	1.179 – 29,5%
30 a 39 anos	895 – 21,5%	927 – 23,2%
40 a 49 anos	813 – 19,6%	751 – 18,8%
50 a 59 anos	571 – 13,7%	553 – 13,8%
60 ou mais	726 – 17,5%	587 – 14,7%
Total	4.155	3.997
Porcentagem	51%	49%

Fonte: IBGE (2010)

Quadro 11. Tamarana (PR). Respondentes por faixa etária adaptada, 2015

Faixa etária	Homem	Mulher
18 a 29 anos	12	12
30 a 39 anos	09	09
40 a 49 anos	08	08
50 a 59 anos	06	05
60 ou mais	07	06
Total	42	40

Fonte: IBGE (2010)

O questionário foi aplicado diretamente, ou seja, nenhum respondente o realizou sozinho. Com isso, buscou-se compreender o que as pessoas pensam sobre uma série de situações antes das questões mais objetivas sobre violência e insegurança objetiva. Acaba sendo uma estratégia de conseguir confiança e respostas mais sinceras, sem influências diretas do pesquisador ou do questionário.

As informações coletadas durante a aplicação dos questionários foram marcadas nos espaços em branco para completar as respostas, interagindo, assim, com o respondente. Portanto, as indagações estimularam a informalidade na produção do discurso (apesar de existirem perguntas com opções de respostas) e abordaram questões sobre a relação da pessoa com o município/cidade/bairro, a rede de vizinhança (solidariedade e sociabilidade) e, por último, a violência na localidade, atualmente e no passado. Já o roteiro de entrevista é composto por seis situações genéricas para que o participante possa explicar, argumentar e apresentar ações e propostas sobre elas. A participação desses gestores na tese caminha no sentido de entender o chamado discurso oficial.

A fase cinco se iniciou com a sistematização das informações e dos dados coletados e com a elaboração da redação, das figuras (incluindo os gráficos), dos mapas e das tabelas e quadros do relatório de qualificação. Para tal, foram utilizados os seguintes materiais técnicos: processadores de texto, de tabelas e gráficos e máquina fotográfica. Ela se encerrou com o exame de qualificação ocorrido em 2016.

Finalmente, a fase seis representou a construção da redação, das figuras, gráficos, mapas, tabelas e quadros da versão final desta tese, principalmente das contribuições pós-banca de qualificação. As leituras complementares e a releitura mais madura dos referenciais mais significantes, a revisão, correção e as reflexões a partir das contribuições da banca examinadora, a elaboração final da redação da tese e a correção especializada de língua portuguesa compuseram essa fase, que será concluída com a defesa da tese e a entrega da versão final.

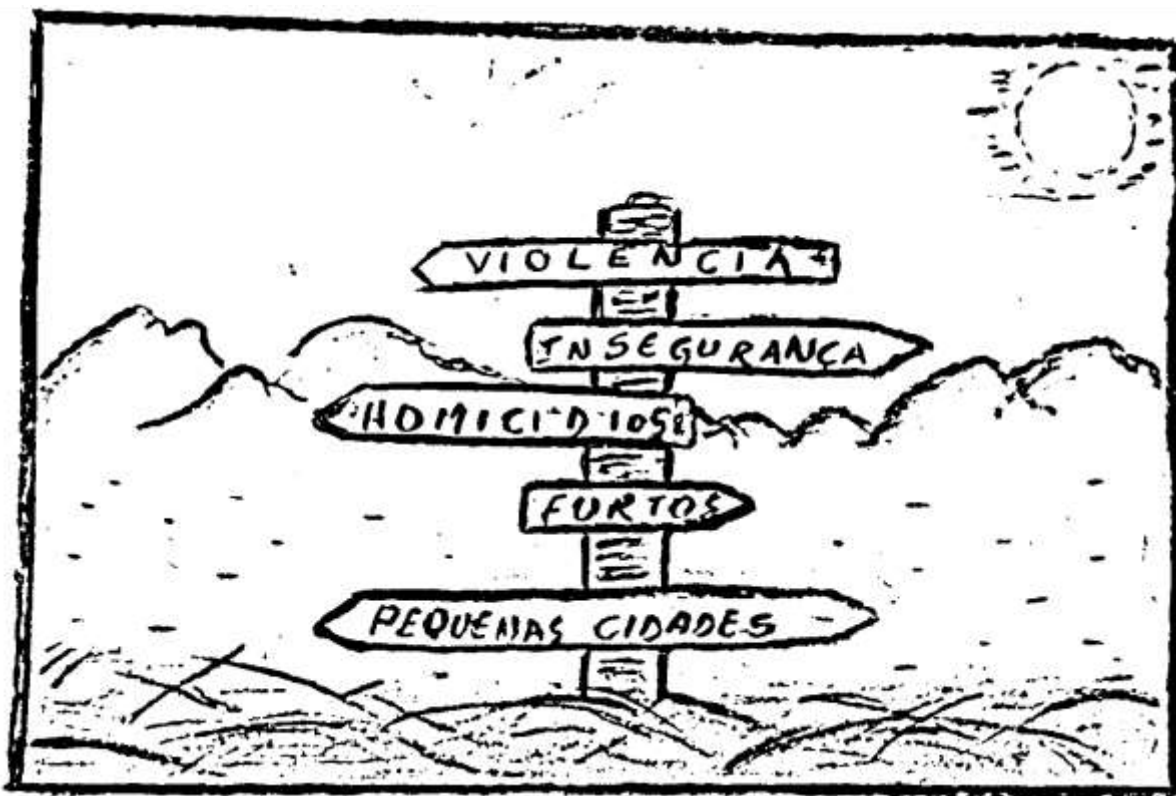
Além da introdução (parte i), que apresenta o tema, as motivações, inclusive teórica e metodológica, os objetivos, as hipóteses, as ressalvas, os procedimentos metodológicos e as dimensões espaciais de análise, a tese se estrutura em outras cinco partes mais as considerações finais, referências e anexo que buscam desmitificar a pequena cidade como tranquila e segura para se morar.

A parte II representa uma tentativa de provocar e chamar a atenção para uma leitura do espaço urbano pouco explorada e extremamente relevante: a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades. Para isso, ela transita pelos embasamentos teóricos e empíricos, em escala geral de análise, contemplando desde o recorte teórico, metodológico e espacial das pequenas cidades até o arcabouço teórico da tese (violência e insegurança objetiva), demonstrando casos empíricos que se associam a essa base teórica, e finalizando pela sociabilidade, especialmente por meio de espaços públicos e pela vida pública, como solução reduzir os efeitos desse fenômeno em andamento.

Na parte III, construída a partir de embasamentos teóricos e empíricos, em escala regional, a pesquisa percorre o referencial teórico e metodológicos da formação socioespacial na construção regional e demonstra os resultados acerca dos três fatores explicativos para a tese da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades, considerando, especialmente, a região Norte do Estado do Paraná. Sendo assim, dentro desse contexto de formação da região Norte do Estado do Paraná, se apresentam as possibilidades que perpassam pelo capitalismo, globalização e urbanização a partir das influências metropolitanas nas pequenas cidades, espalhando e modificando o modo de vida; pelas atividades ilícitas, principalmente o tráfico de drogas, produtos, remédios e pessoas, em redes, que se difundem pelas pequenas cidades; e, finalmente, pela ausência ou insuficiência do Estado, até mesmo em garantir uma segurança pública diferente do modelo truculento, deixando as pequenas cidades à mercê da criminalidade e da insegurança.

Já as três últimas partes (IV, V e VI) abordam a escala local de análise por meio da realidade e das especificidades das pequenas cidades do Norte do Paraná de Iporã, Figueira e Tamarana, respectivamente, construídas em uma relação com a materialização dos fatores explicativos na escala local de análise a partir do contexto social da pequena cidade. Embora haja essa organização nas escalas, elas ocorrem concomitantemente, por isso, aparecem agrupadas em algumas reflexões.

PARTE II – DESMITIFICANDO A PEQUENA CIDADE TRANQUILA E SEGURA: violência, insegurança objetiva e sociabilidade



(Adriana Carnevalli)

Uma realidade cada vez mais comum...

Parte II – Desmitificando a pequena cidade tranquila e segura: violência, insegurança objetiva e sociabilidade

O título desta parte é uma tentativa de provocar e chamar a atenção para uma leitura do espaço urbano pouco explorada e extremamente relevante: a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades. Nesse sentido, esta parte transita pelos embasamentos teóricos e empíricos, em escala geral de análise, que demonstram, sem exageros ou reducionismos, que cada vez mais, nas pequenas cidades, a tranquilidade pelo viés da segurança pública vai se tornando um mito e um resquício.

A Geografia desempenha um papel de destaque na compreensão das questões sociais relacionadas ao espaço urbano. Sustentada pela relação tempo e espaço, a cidade se converteu em um dos temas mais estudados, embora Lefebvre (2001) considere a complexidade dos estudos sobre elas, uma vez que necessitam de todo um arcabouço teórico e metodológico que envolve práticas e instrumentos.

As pequenas cidades fazem parte da perspectiva da Geografia Urbana, inclusive do urbano, como modo e condição de vida. Por isso, ela também está inserida na totalidade, subordinada aos processos de globalização e à produção capitalista, sofrendo com a perversidade do sistema e enfrentando problemas similares aos das metrópoles e suas áreas metropolitanas.

Para Sposito (1991, p. 11), as cidades são, em parte, “o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais”. Por isso, algumas respostas para as cidades contemporâneas dependem do entendimento da gênese e da evolução delas. Além disso, os contextos históricos pontuais apresentados acerca da história das cidades são necessários a fim de elencar elementos associativos à segurança e à liberdade das sociedades humanas. Portanto, a História emerge como um elemento para auxiliar na interpretação do espaço geográfico.

Embora as primeiras situações destacadas sejam anteriores à própria existência da cidade, elas permitem entender a trajetória analítica acerca da violência e da insegurança objetiva, especialmente pelo fato de diversos autores contemporâneos associarem-nas como inerentes à condição humana, como é desenvolvido adiante nesta parte.

No chamado período Paleolítico, quando as sociedades ainda eram nômades, três aspectos originais da colonização temporária demonstravam as primeiras

manifestações do interesse em se relacionar com algum lugar: a preocupação pelos mortos, a caverna e a necessidade de sobrevivência física (MUMFORD, 1965). A manifestação que interessa à tese é a caverna. Ainda que reconhecida por uma série de importâncias domésticas, o seu principal papel era o de garantir segurança e proteção para aquela população.

Já no período Mesolítico, diversas técnicas agrícolas e animais (porcos, galinhas, patos, boi, cavalo, carneiro e cão) foram domesticados. Porém, mais relevante que isso, foi a própria domesticação do homem, que passou a acompanhar o ciclo de desenvolvimento natural dos animais e dos produtos agrícolas, fixando-se permanentemente em uma determinada área. (MUMFORD, 1965).

O surgimento das aldeias e, depois, das cidadelas, proporcionaram uma situação fundamental, já no período Neolítico: a divisão do trabalho. O desenvolvimento das sementes possibilitou a existência de um excedente alimentar, permitindo que alguns se dedicassem a outra atividade, como os aldeões, que desempenhavam o papel de proteger os habitantes, consolidando, assim, uma sociedade de classes. (MUMFORD, 1965; SPOSITO, 1991).

Logo, no avançar da história, as cidades foram surgindo, sendo destruídas, ressurgindo, remodelando-se, passando por diferentes sociedades e contextos da Antiguidade. Nas cidades egeias, por exemplo, surgiram as janelas nas casas e o lazer do trabalhador (MUMFORD, 1965). A *polis*, cidade-Estado grega, foi, entre todas, a que mais expressou a dimensão política do urbano (ROLNIK, 1988). Entretanto, é no Império Romano que se teve o melhor exemplo de urbanização, já que possibilitou uma ampliação no número de cidades e seus papéis urbanos, por meio do aumento do relacionamento entre elas (SPOSITO, 1991).

A Idade Média (Século X ao XV) representou um momento de modificações políticas, sociais e econômicas. Com isso, houve uma diminuição na expressividade das cidades e algumas até desapareceram a partir das mudanças do modo de produção que alterou significativamente os espaços produzidos. Diante disso, uma nova organização territorial emergiu: o feudo. O poder político passou para as mãos dos senhores feudais (donos de terras) e a Igreja, como nível ideológico, garantiu a sustentação do sistema. (SPOSITO, 1991).

No entanto, com o sistema se enfraquecendo, o senhor feudal pressionava os servos para ampliarem seus lucros e, por outro lado, os servos, vendo a possibilidade

de trabalhos nas cidades, se revoltavam e fugiam para elas. Diante disso, o número de cidades aumentou significativamente.

Ao afluir para as cidades, os camponeses se libertaram do regime de servidão, não mais se submetendo ao vínculo com a terra e com o senhor que lhes roubava trabalho, a comida e o tempo. Assim, para o servo, ir para a cidade, mesmo que não representasse necessariamente a felicidade, saúde ou prosperidade, significava concretamente a liberdade (ROLNIK, 1988, p. 35).

A palavra *liberdade* é essencial, pois transmite o ápice do contexto de surgimento das cidades até o início da Idade Moderna e, por conseguinte, do sistema capitalista. Em síntese, a sociedade se organizou e produziu seu espaço de relacionamento sustentado nas diferenças de trabalho e, por conseguinte, de classes, chegando, ao final da Idade Média, em um processo de roubo de trabalho e busca por liberdade de uma classe oprimida. Na conjuntura dos fatos, o camponês tinha consciência de que nas cidades não encontraria a qualidade de vida, a saúde e a prosperidade, mas apenas a sua liberdade, que aparentemente era suficiente.

Com o fim da Idade Média e início da Idade Moderna (Século XVI), as cidades voltaram a ganhar relevância. Com elas, emergiram os problemas urbanos. O ponto de partida para eles, segundo Lefebvre (2001, p. 11), é “o processo de industrialização (...), o motor das transformações na sociedade”. Associado a isso, o capitalismo intensificou o processo de urbanização, entretanto, a perversidade do processo trouxe consequências negativas, principalmente para as relações sociais e de trabalho. Este, retratado pela situação do camponês, agora proletário, mostrou que a liberdade buscada se revelou utópica e, pior, mascarada pela ideologia do neoliberalismo.

Nesse sentido, para Garnier (2013), a visão das cidades do futuro pode ser ainda mais pessimista. A conclusão decorre de análises do cenário atual e do que está sendo preparado nessa época de “*frenesi* por segurança”. Para ele, o modo de produção capitalista se alimenta do pretexto do “terrorismo de combate” e das “violências urbanas”: são modelos de destruição das relações civilizadas entre os membros de uma sociedade.

A urbanização foi, segundo Pedrazzini (2006), o processo que ritmou a civilização. Desse modo, o conceito de cidade vinculava-se ao progresso e à modernidade. Atualmente, porém, ela associa-se à fragmentação, segregação, divisão e descivilização, passando a ter uma visão caótica, dividida e perigosa.

A velocidade que o processo de urbanização tomou em alguns espaços, como o brasileiro, não possibilitou um fenômeno justo e equilibrado. Enquanto em 1950, cerca de 30% da população viviam nas áreas urbanas, em 2000 o valor atingiu metade da população mundial (PEDRAZZINI, 2006), índice que deve superar os 60% em 2030, segundo a ONU.

No Brasil, o fenômeno urbano já alcançou 85% da população brasileira – parcela que vive nas áreas urbanas (IBGE, 2010). Apesar desse patamar, o processo da urbanização não tem um século, remontando suas origens às décadas de 1930 e 1940. Na década de 1970, as consequências das políticas públicas corroboraram a rápida expansão urbana: entre 1960 e 1980, cerca de 50 milhões de pessoas passaram a ocupar as áreas urbanas, das quais 28 milhões foram oriundas das áreas rurais, ou seja, o êxodo rural representou algo próximo de 57% do crescimento urbano daquele período (MATOS, 2000).

Diante do exposto, a cidade contemporânea oferece a liberdade, como a que buscavam os camponeses? Essa esperada promessa de liberdade se concretizou? Na vida líquida, cada vez mais tecnológica, não se vive uma liberdade utópica? Territorialmente, o que é necessário para a cidade ser segura? As respostas devem levar em consideração o modo de produção e como o capitalismo se desenvolveu.

Entretanto, antes, de fato, todos têm acesso e direito à cidade. Nesse sentido, Lefebvre (2001) fala em o direito à cidade e ao direito à vida urbana, que, deve superar, urgentemente, os restos “de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas idéias e ‘valores’, tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária” (LEFEBVRE, 2001, p. 108). Analogicamente, fica evidente que se trata, também, do fato de que a “violência atenta contra o direito mais básico do homem – o direito à vida” (ZISMAN, 1993).

Ainda segundo Lefebvre (2001), simultaneamente, a sociedade contemporânea, que é considerada globalizada, conectada e em redes, possui lacunas oriundas de coação e persuasão, do medo e do terror, das injustiças, etc., que deixam sentimento de insatisfação nas pessoas. Portanto, é justamente nas lacunas da sociedade que se visualiza parte das contradições existentes, como as vinculadas à segurança, liberdade, riqueza, pobreza, entre outras, impossibilitando uma apropriação da vida urbana de forma positiva.

Assim, para o direito à cidade ocorrer em plenitude, a classe operária, com sustentação real cada vez mais difusa, deve “se tornar o agente, o portador ou o

suporte social dessa realização” (LEFEBVRE, 2001, p. 118). Eles são os únicos que podem criar condições para que a cidade e sua própria vida se tornem obra, apropriação e valor de uso, servindo-se da ciência, da arte, da técnica e do domínio sobre a natureza material (LEBEBVRE, 2001).

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Ainda transitando por Lefebvre (2001), os direitos possibilitam a civilização, por meio de outros direitos, como ao trabalho, educação e instrução, saúde, habitação, lazer, etc. Além disso, a vida urbana pressupõe encontros. Segundo ele, há mais de um século a cidade tem sido vista como cheia de atividades suspeitas e de delinquência. Por isso, desvalorizam, degradam e destroem a sociedade urbana enquanto perspectiva positiva. Defensor da utopia urbana, ele assinala que “a forma do urbano, sua razão suprema, a saber a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer” (LEFEBVRE, 2001, p. 79). É preciso restituir os encontros e a dimensão lúdica da cidade, celebrando o convívio. O direito à cidade é, também, o “direito à vida em sociedade, ou seja, à participação civil política” (ZALUAR, 1997, s. p.).

Embora as novas tecnologias tenham acelerado as transformações sociais e modificado suficientemente a relação entre o homem e a cidade, elas não trouxeram melhorias no cotidiano de muitos trabalhadores nem de suas famílias numerosas. (...) a economia de mercado destrói as sociabilidades operárias para criar o individualismo dos consumidores, portando vítimas de uma dupla exploração (PEDRAZZINI, 2006, p. 63).

Por isso, no mundo contemporâneo, os centros de decisões exploram toda a sociedade, no qual o urbano intervém, por meio dos detentores do poder, nos meios de produção (LEFEBVRE, 2001), alimentando a violência e a indústria do medo. Como agravante, Lefebvre (2001, p. 130) fala do “neo-capitalismo”: “não reúne mais nem as pessoas, nem as coisas, mas sim as informações, os conhecimentos”. Assim, pode-se estabelecer relação com o neoliberalismo e o predomínio do capital financeiro e como tudo isso potencializou a instabilidade e as contradições sociais no mundo, sendo perverso ao criar novas formas e espaços de consumo segregadores.

Esse contexto introdutório apresentou inúmeros elementos para debate. Para isso, esta parte se organiza da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se o recorte teórico, metodológico e espacial das pequenas cidades para valorizar e avançar nos debates acerca desses espaços; na segunda, transita-se pelo arcabouço teórico da tese: violência e insegurança objetiva (inclusive as ramificações mais relevantes) à luz da crítica; na terceira seção, demonstram-se casos empíricos, em escala geral, que se associam à base teórica; e, finalmente, na quarta, caminha-se pela sociabilidade, especialmente por meio de espaços públicos e pela vida pública, tentando sinalizá-la como solução para o fenômeno em andamento.

2.1 A pequena cidade como recorte teórico, metodológico e espacial

Efetivamente, não existe um conceito que contemple todas as pequenas cidades. Antes mesmo disso, há caloroso embate sobre a própria conceituação de cidade e diferentes interpretações acerca do município. Nesse sentido, Melo (2008) considera a diversidade da realidade socioespacial brasileira como motivadora para as dificuldades conceituais do tema. Por isso, esta seção tem a finalidade de abordar as pequenas cidades, como recorte espacial, metodológico e empírico, com o objetivo de esclarecer os procedimentos e explicar as ressalvas sobre elas.

O ponto de partida é o fenômeno da urbanização, entendido como processo de mudança e por abordagens qualitativas, especialmente pela apropriação do espaço e pelas manifestações sociais contidas nele. Além disso, associado às mudanças conjunturais e indispensável nessa análise, o fenômeno da globalização aparece em uma perspectiva social nada positiva¹, inclusive quanto à insegurança e ao medo.

A globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente (CORRÊA, 1999, p. 44).

¹ Para isso, baseia-se na abordagem de Bauman (2003, p. 53-54) quanto ao “estilo de vida dos globalizados”: uma elite global *extraterrorial* e seletiva, já que 90% da riqueza mundial está nas mãos de apenas 1% dos habitantes (BAUMAN, 2007, p. 12).

Por isso, é fundamental entender esse fenômeno atrelado às redes, especialmente a urbana, que se tornam “eficazes transmissores do processo de globalização” (SANTOS, 1996, p. 212) em uma especialização territorial pautada pela sobrevivência dos espaços no próprio espaço.

Assim, se desenvolve o novo e surpreendente processo de *desterritorialização*, uma característica essencial da sociedade global em formação. Formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação (IANNI, 1999, p. 95).

Analogicamente, uma das mais significativas abordagens sobre os estudos de rede urbana é a relacionada às transformações socioespaciais e sua capacidade de refuncionalização (CORRÊA, 2000) que influenciam, diretamente, na ocupação e na reprodução do espaço urbano, nas manifestações sociais cotidianas e nas dinâmicas econômicas locais, favoráveis ou não.

É justamente dentro dessa contextualização que estão contidas as pequenas cidades como recorte espacial e metodológico desta tese. Segundo Endlich (2006, p. 31), “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. (...), como também (...) compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana”. Por isso, articuladas e conectadas ao modelo de produção, aos processos globais e à internet, perpassam por situações idênticas ou semelhantes enfrentadas pelos espaços metropolitanos, com variação de intensidade dependendo do setor.

Os pesquisadores que já discorreram acerca da temática e que compõem o conteúdo desta tese, entre outros, são: Fresca (1990), Caniello (2003), Soares (2003), Bernadelli (2004), Gonçalves (2005), Endlich (2006), Pereira (2007), Soriano (2007), Bacelar (2008) e Melo (2008). Sistematizando esses estudos, esta tese entende as pequenas cidades a partir de duas possibilidades metodológicas: o viés quantitativo, associado ao patamar demográfico e populacional, e o viés qualitativo, ancorado em análises da rede urbana, dos papéis desempenhados e das áreas de influência.

Os patamares mínimos e máximos para o reconhecimento do tamanho das cidades são, extremamente, variáveis entre os países e, em alguns casos, como o brasileiro, entre as próprias regiões ou os Estados. Além disso, acabam sendo utilizados como condicionantes para os repasses de verba, como ocorre com o Fundo

de Participação dos Municípios (FPM). Por isso, embora norteadoras, as considerações sobre o viés quantitativo devem ser críticas.

Nas leituras e interpretações do urbano, inúmeros autores definem patamares demográficos para classificar as cidades como pequenas, como Santos (1981), por exemplo, que, amparado em estatísticas internacionais, define o patamar máximo de vinte mil habitantes, valor cinco vezes menor que o estabelecido pelo IBGE (2000), que é de cem mil habitantes.

Em 2010, segundo o IBGE (2010), o Brasil possuía 5.565 municípios de diferentes tamanhos demográficos e características sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, a Tabela 1 retrata a proporção de municípios por classes de população e quanto cada estrato representa na população total brasileira, em 2010.

Tabela 1. Brasil. Proporção de municípios e de população total brasileira por classes de população, 2010

Classe de população	Proporção	Proporção na população
00.001 a 10.000	45,1%	6,8%
10.001 a 25.000	31,8%	14,6%
25.001 a 50.000	12,2%	12,2%
50.001 a 100.000	5,8%	11,7%
100.001 a 500.000	4,4%	25,4%
Mais de 500.001	0,7%	29,3%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Adaptado do IBGE (2010)

Os dados demonstram que quase metade dos municípios brasileiros tem menos de dez mil habitantes, e essa proporção atinge quase 77% quando o patamar passa para 25 mil habitantes. Por sinal, acredita-se que todos os municípios brasileiros com esse patamar máximo de habitantes, independentemente da localização geográfica, são polarizados por pequenas cidades. Considerando os limites definidos pelo IBGE (2000), o número de pequenas cidades alcança 94,9%, o de cidades médias 10,2% e o de metrópoles apenas 0,7%.

Quanto à população brasileira, quase 30% – mais de 55 milhões de pessoas – se “exprimem” em apenas 0,7% dos municípios, já que isso representa menos de 1% da área total do território nacional. Em contrapartida, os municípios com menos de cinquenta mil habitantes, responsáveis por mais de 80% do território do Brasil, possuem um terço da população brasileira. Já nos municípios com menos de cem mil habitantes, a proporção territorial chega a 90% e a populacional, a 45%.

O Estado do Paraná possui, desde 2000, 399 municípios. A Tabela 2 apresenta a proporção de municípios paranaenses por classes de população e quanto cada estrato representa na população total do Estado, em 2010.

Tabela 2. Paraná. Proporção de municípios e de população total paranaense por classes de população, 2010

Classe de população	Proporção	Proporção de população
00.001 a 20.000	78,2%	24,6%
20.001 a 50.000	13,8%	16,1%
50.001 a 100.000	3,5%	10,0%
100.001 a 500.000	4,0%	27,7%
Mais de 500.001	0,5%	21,6%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Adaptado do IBGE (2010)

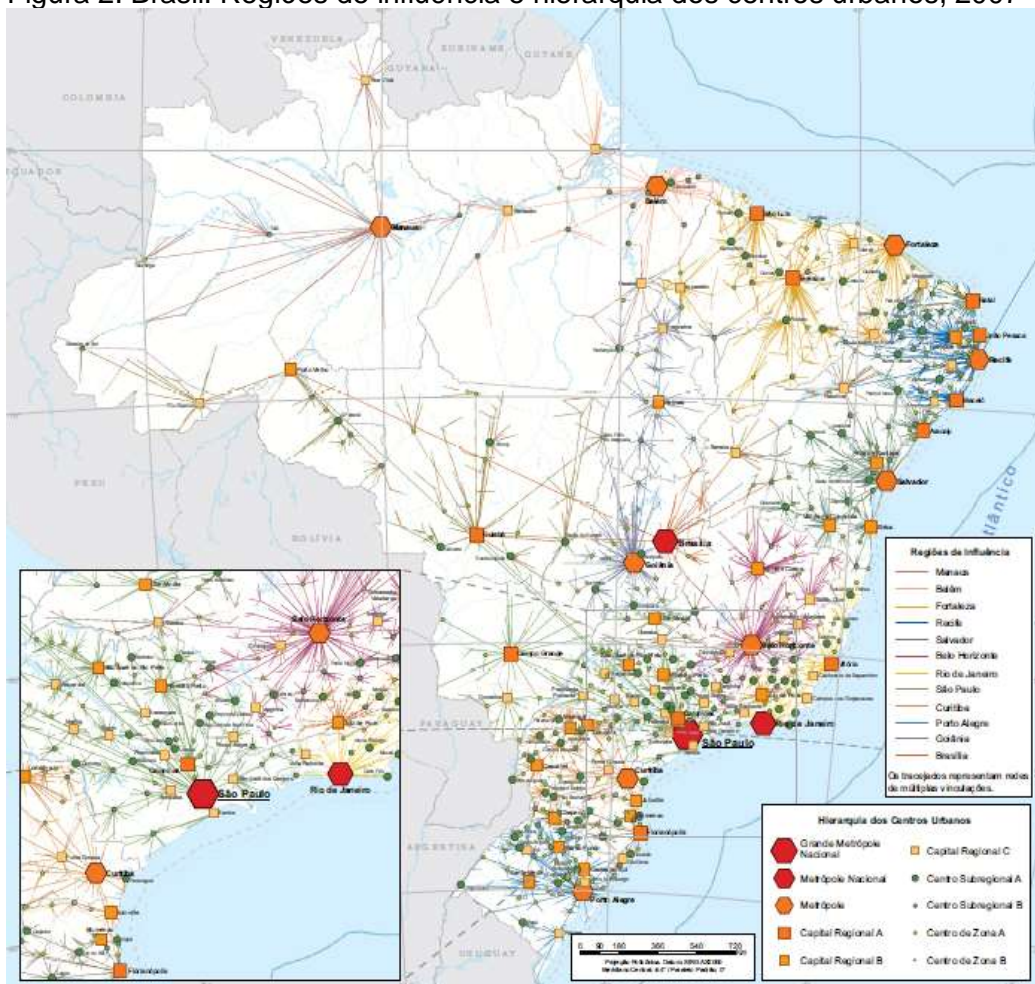
Os resultados mostram que quase 80% dos municípios paranaenses possuem menos de vinte mil habitantes e, portanto, são polarizados por pequenas cidades. Esse estrato concentra quase um quarto da população estadual. Nesta tese, a leitura quantitativa norteadora acerca da realidade do Estado do Paraná considera o patamar máximo de cinquenta mil habitantes para a classificação em pequena cidade, com exceções, explicadas adiante na perspectiva qualitativa. Esse cenário representa 92% dos municípios paranaenses, área de quase 90% do território e, mais relevante, um contingente populacional de 4,25 milhões de pessoas (40,7% da população estadual) que anseiam por políticas públicas e manifestações sobre as suas realidades.

Embora norteador, o patamar demográfico é considerado insuficiente para as análises acerca das cidades pequenas. Por isso, surge o viés qualitativo: o “fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização (SANTOS, 1982, p. 70), assim como “a divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são indispensáveis nessa análise” (ENDLICH, 2006, p. 89).

Essa perspectiva tem origem em Santos (1979) a partir da “cidade local”, entendida, em um contexto urbano, como a “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1979, p. 71). Logo, sua caracterização associa-se à inserção na rede, seja pelas relações internas, seja em função das interações externas estabelecidas com outras cidades (CORRÊA, 1994).

Assim, para avançar nessa perspectiva, utiliza-se como instrumento de análise o Regic (IBGE, 2007). Nele são apresentados, entre outros, níveis de centralidade (administrativa, jurídica e econômica) e relacionamentos entre as cidades (IBGE, 2007). Os resultados hierarquizam as cidades em níveis que variam desde uma ampla área de influência até uma atuação restrita ao próprio território da municipalidade, exercendo funções centrais apenas para a população local (IBGE, 2007), como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2. Brasil. Regiões de influência e hierarquia dos centros urbanos, 2007



Fonte: IBGE (2007)

A proeminência do Regic (IBGE, 2007), em uma análise qualitativa e para o contexto paranaense, materializa-se, por exemplo, nos casos de Campo Mourão e Paranavaí, que estão entre as quinze cidades mais influentes do Estado e que, pelo patamar demográfico do IBGE, seriam consideradas pequenas, já que possuem menos de cem mil habitantes. Assim, a Tabela 3 sintetiza a rede urbana paranaense em cada nível de hierarquização a partir da proposta do IBGE (2007).

Tabela 3. Paraná. Quantidade e proporção de cidades por hierarquia, 2007

Níveis de hierarquia	Quantidade	Proporção
Metrópole	1	0,2%
Capital Regional A	0	0,0%
Capital Regional B	3	0,8%
Capital Regional C	1	0,2%
Centro Sub-regional A	10	2,5%
Centro Sub-regional B	4	1,0%
Centro de Zona A	15	3,8%
Centro de Zona B	23	5,8%
Centro Local	342	85,7%
Total	399	100,0%

Fonte: Adaptado do IBGE (2007)

No Estado do Paraná, todos os 342 centros locais são considerados como pequenas cidades, ou seja, a cidade atua com área de influência restrita à municipalidade. No entanto, nem todos os 38 centros de zona se enquadram nessa perspectiva, ou seja, embora tenham menos de cinquenta mil habitantes (esclarecimentos apresentados anteriormente sobre o viés qualitativo para a realidade paranaense), apresentam área de influência regional, como os casos de Ivaiporã, de 31,8 mil habitantes (IBGE, 2010), e de Cornélio Procópio, de 46,9 mil habitantes (IBGE, 2010). Logo, a partir desse procedimento, vinte centros de zona não são considerados como pequenas cidades.

Portanto, diante da perspectiva qualitativa em consonância com a quantitativa como norteadora, conclui-se que o Estado do Paraná é composto por 90,7% de pequenas cidades, ou seja, 362 municípios. Então, considerando os esclarecimentos acerca das pequenas cidades – e, evidentemente, a perspectiva desta tese –, ratifica-se que tanto os patamares demográficos como os estudos de centralidade, hierarquia urbana e base regional são indispensáveis para entender o contexto das pequenas cidades.

2.2 Violência e insegurança objetiva à luz da fundamentação teórica

À luz da fundamentação teórica, esta seção transita pelos principais conceitos e autores que a tese corrobora. Assim, as reflexões construídas se sustentam em dois temas principais, a violência e a insegurança objetiva, que se articulam com a sociabilidade e os espaços públicos, entendidos como perspectivas de enfrentamento.

Apesar disso, é imprescindível transitar por temas adjacentes, como a violência urbana, a agressividade, a insegurança urbana, o sentimento de insegurança, a sensação de insegurança, entre outros, que revelam um imenso desafio, principalmente por suas causas serem múltiplas e complexas.

Sobre isso, Cano (2002) considera a urbanização acelerada, a destruição das redes sociais tradicionais, a estrutura socioeconômica de ampla desigualdade, a exclusão social, a disponibilidade de armas de fogo, o alto grau de impunidade e as deficiências do sistema de justiça criminal na resolução dos crimes e ressocialização dos presos fatores significantes para a compreensão da criminalidade.

Então, a complexidade do tema exige um enfoque inter e transdisciplinar à Geografia, permeados por componentes, métodos e conceitos das mais diferentes áreas do conhecimento, como a Ciência Social, Filosofia, Antropologia, História, Economia, Psicanálise, Psiquiatria, Medicina², entre outras. Além disso, o tema da violência entrou – talvez para não sair mais – de vez na agenda brasileira. Ela se tornou, nas últimas décadas, um dos assuntos mais comentados pela sociedade, pela imprensa, pela política e pelos meios acadêmicos.

Isso é materializado em uma pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha (2014) sobre os principais problemas que afetavam a vida dos brasileiros. Nela, a segurança apareceu em segundo lugar, com 25% (atrás apenas da Saúde – 32%), sendo referenciada por 52% de homens e 48% das mulheres. Ainda segundo o instituto, o máximo dos valores encontrados foi nas regiões Norte e Centro-Oeste (28% em cada), e o mínimo, no Nordeste (23%).

Em consonância com a pesquisa, a imprensa brasileira destacou inúmeros casos e relatos de violência em diferentes partes do Brasil, inclusive em cidades pequenas.

Casinhas antigas, uma igreja matriz. Durante muito tempo esse foi o retrato da tranquilidade, de um Brasil que ainda estava a salvo da violência. Isso não é mais verdade. A Praia do Francês é uma das mais famosas de Alagoas. Fica na pequena cidade de Marechal Deodoro. Nilva Alves mora nela e já foi assaltada quatro vezes, a mão armada (PORTAL GLOBO.COM, 2014).

² Um exemplo é a “Síndrome da criança espancada” que surgiu em 1963 com o advento do Raio-X. Depois, ela acabou sendo registrada na Organização Mundial da Saúde como uma doença causada pela agressão física, reflexo de violência (ZISMAN, 1993).

Além disso, divulgou que, para a Organização Mundial da Saúde (OMS), o país vivia uma epidemia de violência, ou seja, possuía crime de morte (homicídio) superior a dez para cada grupo de cem mil habitantes. No Brasil, em 2012, o valor chegou a quase três vezes o tolerado pelo órgão mundial: 29 para cada grupo de cem mil habitantes. (PORTAL GLOBO.COM, 2014).

Em 2015, a Fundação Perseu Abramo divulgou um amplo estudo para “verificar e quantificar a opinião pública brasileira quanto ao tema ‘Segurança Pública’” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2015, p. 2). Para isso, transitaram pelo perfil sociodemográfico dos entrevistados, as percepções sobre a criminalidade, a segurança pública e as medidas tomadas contra a violência, a proximidade e a vitimização em situações de violência e as instituições de segurança, as forças policiais e a desmilitarização da polícia.

A pesquisa contemplou 2.400 pessoas, de ambos os sexos e acima de 16 anos de idade, de todas as macrorregiões brasileiras e de cidades de diferentes tamanhos e localizações (pequenas, médias e metrópoles; capital, interior e litoral), respeitando as proporções populacionais urbano/rural, a partir da metodologia “domiciliares (face a face)” com um questionário estruturado (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2015).

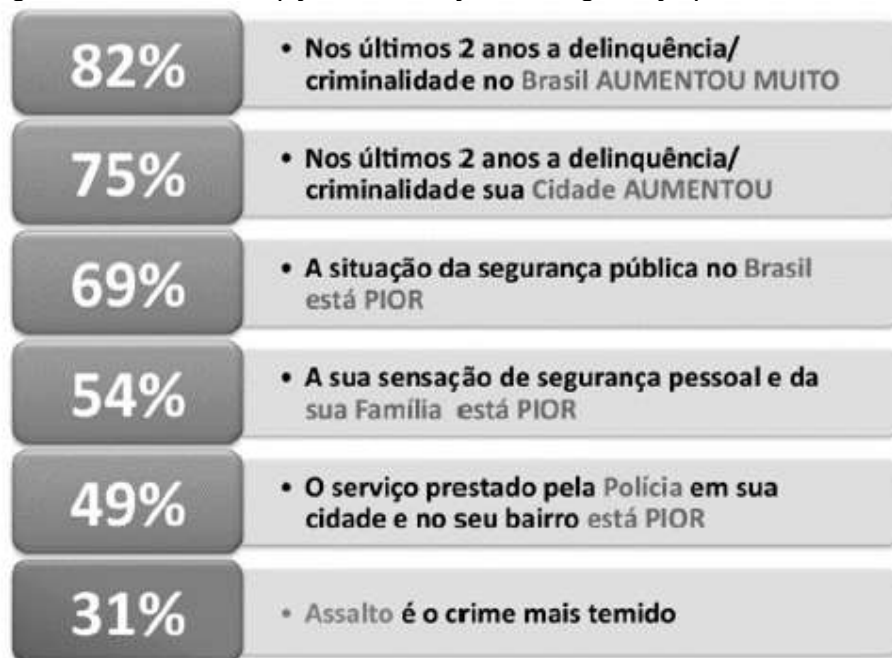
Entre os principais problemas do Brasil, segundo a pesquisa, a violência apareceu em segundo lugar com 17% (quase 20% citaram-na como primeira opção) e a segurança ficou em terceiro lugar, com 16% (18% citaram-na como primeira opção). Ambas, que só ficaram atrás da saúde (28%), somaram 33%. Diante disso, a Figura 3 apresenta a percepção dos respondentes brasileiros com relação à segurança, segundo a Fundação Perseu Abramo (2015).

Em praticamente todas as concordâncias, os valores ultrapassaram 50% dos respondentes, com destaque para os 82% que consideraram que a criminalidade aumentou no Brasil nos últimos dois anos. A partir desses resultados, a pesquisa elencou os crimes mais temidos: assalto, bala perdida, homicídios, invasão de residência, agressão física, tiroteios e agressão sexual (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2015). Esses dados são confluentes com as ocorrências mais presenciadas por eles: uso de drogas (62,5%), agressão (51,8%), prisão (50,9%), assalto (41,5%) e homicídio (13,8%).

Ainda segundo a Fundação Perseu Abramo (2015), 67% dos respondentes já sofreram com a violência: i) crimes contra o patrimônio (48,8%), como roubo (33%), roubo de residência (21%) e furto (14%); ii) crimes contra a vida (38,2%), como

parente ou amigo assassinado (18%), agressão física (14%) e ameaça física (12%); e iii) crimes contra a honra (27,9%), como insulto, humilhação e xingamento (23%), discriminação (11%) e ofensas devido a sua raça ou cor (6%).

Figura 3. Brasil. Percepção da situação da segurança pública, 2015



Fonte: Adaptado de Fundação Perseu Abramo (2015)

Entre os respondentes que passaram por alguma violência, 47,5% não foram à delegacia ou não fizeram boletim de ocorrência *online*. Então, os casos se tornam subnotificações. Por isso, estima-se que no Brasil as subnotificações são altas, o que potencializa os dados oficiais de violência. Isso é consequência, segunda a pesquisa, da desconfiança dos respondentes quanto à instituição policial (22%) e da sensação de impunidade na resolução dos casos (12%).

As medidas tomadas pelos respondentes contra a violência, a Fundação Perseu Abramo (2015), foram: evitar andar com dinheiro (71,8%), evitar sair à noite (69,3%), aumentar o cuidado ao chegar e sair dos locais (66,2%), investir em segurança na residência (60,7%), deixar de andar por lugares ou bairros da cidade (57,1%), mudar o trajeto diário (43%) e contratar empresas de seguro (13,1%).

Também em 2015, a Organização Não Governamental (ONG) *The Social Progress Imperative* (2015) promoveu um levantamento, em quase 150 países, sobre uma série de indicadores sociais. No item segurança, o Brasil apareceu na 122.^a

posição entre os 133 países que disponibilizaram dados, atrás, até mesmo, de locais com guerras civis ou internacionais, como Ucrânia, Paquistão e Líbia.

Finalmente, acerca dessa problematização, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), lançou, por meio da Nota Técnica 17, o Atlas da Violência 2016. Para o Ipea (2016, p. 5), a “violência letal no país é um tema que deveria ser prioritário para as políticas públicas. Apenas em 2014, (...), 59.627 pessoas sofreram homicídio no Brasil”.

A incidência do fenômeno dos homicídios ocorre de maneira heterogênea no país não apenas no que diz respeito à dimensão territorial e temporal, mas no que se refere às características socioeconômicas das vítimas. Pelas informações disponíveis, a partir de 2008 parece que se alcançou um novo patamar no número de mortes, que tem evoluído de maneira bastante desigual nas unidades federativas e microrregiões do país, atingindo crescentemente os moradores de cidades menores no interior do país e no Nordeste, sendo as principais vítimas jovens e negros (IPEA, 2016, p. 5).

Na academia, surgiram diversos grupos de estudos no Brasil, como a Rede Aberta de Investigação da Violência (Raiva), o Laboratório de Estudos da Violência (Levis) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), o Núcleo de Estudos da Violência (Nevi) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além disso, o tema tornou-se fixo, como Geografia do Crime e da Violência, desde 2011, no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege).

Apesar desse contexto, a literatura sobre a violência ainda é, em sua maioria, metropolitana, como apresentado por Fernandes e Endlich (2011). Segundo o ensaio sobre os espaços contemplados nos estudos de violência e insegurança urbana as áreas mais estudadas são as metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro e as áreas metropolitanas. No entanto, é perceptível, cada vez mais, que o fenômeno não é mais restrito a elas.

O problema não se restringe às grandes cidades (...) observamos (...) invadir igualmente cidades médias e pequenas (...) que se encontram expostas à globalização (...), hoje também perceptível em meio rural (PEDRAZZINI, 2006, p. 99).

A construção teórica se sustenta permeada por leituras e interpretações à luz da Geografia Crítica. Acredita-se ser essa a perspectiva capaz de explicar os fenômenos da violência e da insegurança objetiva (além das suas ramificações), e o caminho para isso ocorre por meio da sociabilidade e dos espaços públicos, principalmente para demonstrar as contradições do modelo de produção capitalista.

O termo *violência*, segundo Rifiotis (1999, p. 28), emancipou-se com significado de “força”. Depois, de acordo com ele, houve uma evolução semântica do termo: passou de “abuso de força” (século XVIII) para “força brutal para submeter alguém” (século XX) e, atualmente, seria o “ícone da modernidade em crise”. Já Zaluar (1999, p. 8) considera que a força, oriunda do latim *vis* que se remete à *violentia*, “torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica”. É, portanto, “a percepção do limite e da perturbação (...) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente” (ZALUAR, 1999, p. 8).

As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta (ZALUAR, 1999, p. 8).

Assim, Zaluar (1999) considera a polifonia do significado, ou seja, a existência de dificuldade na definição de violência e de que violência se fala. Acredita-se que isso se deve, em parte, pela multiplicidade das suas manifestações. A questão, então, transita pela existência de valores não contextualizados, como os direitos fundamentais e os valores universais, obrigando o pensamento científico sobre a violência caminhar pelo limiar que tais valores e direitos impõem à liberdade (ZALUAR, 1999), novamente retornando à dialética liberdade – segurança. Apesar disso,

Violência é uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la. Ela foi transformada numa espécie de significante vazio, um artefato sempre disponível para acolher novos significados e situações (RIFIOTIS, 1999, p. 28).

Contudo, essa familiarização é extremamente perigosa. Segundo Bezerra Júnior (2006, p. 43), a violência “tornou-se tão familiar que já não conseguimos facilmente tomar distância dela para transformá-la em objeto de reflexão”, ou seja,

tornou-se parte da paisagem, a ponto de a sociedade se acostumar e já não se surpreender mais com as suas circunstâncias e onipresença.

Uma consequência negativa deste estado de coisas é uma espécie de embotamento do espírito crítico que torna a discussão sobre o tema muito pobre comparada com a magnitude do problema. Frequentemente nos contentamos em repetir fórmulas gastas, chavões e preconceitos, cujo resultado nunca ultrapassa o desabafo e a construção de um certo tipo de comunhão em torno do problema (...). É preciso desnaturalizar a violência e transformá-la em um problema (BEZERRA JÚNIOR, 2006, p. 43-44).

No caso dos chavões e preconceitos, a ênfase ocorre na associação entre violência e pobreza. Nesse contexto, Bezerra Júnior (2006) é enfático ao alegar que pobreza econômica não pode ser automaticamente ligada à produção da violência. Isso, segundo ele, somado à importância do ambiente na criação de condições de exercícios da agressividade é que dão origem à violência.

A evolução da pobreza nas últimas décadas não sustenta a tese que explica o aumento da criminalidade pela miséria apenas. O percentual de pobres entre os pobres que optam pela carreira criminosa é baixo: menos de 1% em relação ao total da população de um bairro pobre pesquisado (ZALUAR, 2002, p. 76).

Além disso, Zaluar (2002, p. 78) pontua que “os pobres são as maiores vítimas de furtos, roubos e assassinatos, estes últimos nos locais onde o tráfico de drogas domina e não há policiamento que proteja a população”. Assim, a redução da criminalidade à pobreza não permite analisar os seus efeitos sobre os menos assistidos, “aumentando a pobreza e os sofrimentos dos pobres na medida em que impede o acesso aos serviços e instituições do Estado” (ZALUAR, 2002, p. 78-79).

De certo modo, justificar a criminalidade violenta de uma pequena parcela dos jovens pobres é desviar a atenção dos que deveriam estar sendo controlados: os que fazem fortuna traficando drogas e armas, por um lado, e os que desviam as verbas que deveriam ser destinadas às políticas públicas que educariam esses jovens para uma sociabilidade positiva e para os direitos positivos de participação (ZALUAR, 2002, p. 79-80).

Logo, acredita-se nesta tese que a análise é mais profunda e não é a condição social que condiciona o caráter criminoso. Segundo Zisman (1993, p. 18), “a violência

não distingue velhos e moços, ricos e pobres, empregados e patrões. Este achado de fato deve (...) trabalhar as causas, profilaxia e tratamento de coação vivenciada pela população”. Colaborando com isso, Silva (2014) inverte os fatores e considera que o Estado é responsável pela produção da violência. Porém, é também o modo de produção que ele ampara.

Ora porque negava sistematicamente às camadas mais humildes direitos básicos (...); ora porque acionava sua máquina repressiva para a contenção preferencial das ilegalidades cometidas por essas mesmas camadas, em detrimento das elites e dos criminosos de colarinho branco. Criticar a violência ou reclamar por segurança era, mais uma vez, postura conservadora: se, por um lado, a solução para o problema só poderia vir de uma radical transformação da estrutura da sociedade, baseada, no mais das vezes, em políticas sociais; por outro lado a crítica poderia incrementar ainda mais a vitimização daqueles segmentos (SILVA, 2014, p. 21).

Para Sodré (2006, p. 35), a violência é “entendida como ameaça ou como uso da força destrutiva frente ao outro sujeito social”, especialmente a partir de duas grandes modalidades: a violência ignorada e a violência visível. A primeira se refere à violência do poder instituído, dos órgãos burocráticos, do Estado, do serviço público, das articulações políticas, etc. Já a segunda, chamada também de violência anômica, é entendida como a ruptura, pela força desordenada, da ordem social, dando lugar à delinquência, marginalidade, ilegalismo, crimes de morte, assalto, massacres, etc.

[Reconhecer ambas] não é sustentar a tese de que a violência, ou a agressividade individual, se explique como uma mera reação defensiva diante das circunstâncias hostis ou de um estado indiferente, mas é apontar para as circunstâncias particulares, (...), em que aparece esse lado da energia pulsional do indivíduo considerado como violento (SODRÉ, 2006, p. 36).

Por isso, é fundamental examinar o conceito organicamente inerente à sociedade de classe: “a materialização de relações baseadas na propriedade privada impõe o exercício da violência social” (SODRÉ, 2006, p. 36). O autor ainda reconhece como outra possibilidade, a partir de Lênin, que o poder do capital se sustenta, exclusivamente, pela violência. Portanto, cada vez faz mais sentido entender que a violência social ocorre em todos os planos, como o econômico, político e psicológico.

Colaborando com isso, Bezerra Júnior (2006) considera que é quando a ideologia do individualismo e a cultura do consumo se mesclam em um cenário de

esvaziamento dos valores coletivos (ao bem comum), que a violência encontra oxigênio para se expandir. Assim, “um número cada vez maior de indivíduos se volta, no intuito de apropriar de algum modo de tudo aquilo que lhe é oferecido e negado ao mesmo tempo” (BEZERRA JÚNIOR, 2006, p. 49) à violência.

Boa parte da população brasileira vive, assim, uma experiência perturbadora: a de estar incluída no imaginário do consumo e do individualismo, ao mesmo tempo que se encontra efetivamente excluída das possibilidades de vir a realizar o que este imaginário a incita a fazer (BEZERRA JÚNIOR, 2006, p. 49).

Uma consequência da citação anterior, segundo Bezerra Júnior (2006), é a quantidade de crianças e adolescentes que entram para o “mercado” do tráfico de drogas (o desenvolvimento disso ocorre na próxima parte desta tese). Já para Silva (2014, p. 9), a violência é entendida como algo mais concreto, ou seja, “a violação da lei penal (o cometimento de condutas definidas legalmente como crimes) que atravessa sistematicamente o cotidiano da maioria das (...) cidades”.

Apesar dessa abordagem contemporânea, há outra linha de pesquisadores sobre o conceito, como Teixeira e Porto (1998), Rifiotis (1999), Burke (2002), McNeill (2002), Moreira, Abreu e Oliveira (2006), Pedrazzini (2006) e Silva (2014) que reconhecem a violência como reflexo do próprio processo civilizatório, da vida em sociedade/das relações sociais, do dinamismo social, ou seja, “inerente à condição humana”, ou, ainda, como algo não tão recente como comumente o tema é abordado.

Por essa perspectiva, “o processo começou com a própria civilização, pois as sociedades urbanas e civilizadas colocaram persistentemente os estranhos face a face” (MCNEILL, 2002, p. 26), sendo que a sociedade teria domesticado a violência, tornando-se uma civilização “*contra-a-violência*” (PEDRAZZINI, 2006, p. 20), na qual, a materialização dela, atualmente, é “uma espécie de ‘parte maldita’, um ‘resquício’, um elo da corrente que nos prende no passado” (RIFIOTIS, 1999, p. 28).

O sentido de inerente ao homem também caminha pelo que Zisman (1993, p. 43) chama de “violência exclusiva do ser humano, pois pressupõe a razão”. Ainda segundo ele, essa é a principal diferença entre ela e a agressividade, que é um atributo do reino animal. Assim, a sociabilidade atuaria como uma forma de atenuar essa condição humana (MOREIRA; ABREU; OLIVEIRA, 2006).

Para entender essa corrente, é significativo, ainda que de maneira breve, discorrer acerca das perspectivas sobre agressividade a partir de Donald Winnicott.

Para entendê-lo recorre-se a Dias (2000) e Bezerra Júnior (2006). Segundo Dias (2000, p. 10), ele “dedicou muito de seu esforço teórico para a elucidação da agressividade e destrutividade inerentes à natureza humana”.

Para Winnicott, a agressividade é um fenômeno primário, vinculado à motilidade e à vitalidade dos tecidos. A agressividade é inerente à vida, e expressa o fato de que a vida se dá por um processo incessante de criação e destruição, desde os seus níveis biológicos mais elementares até as produções mais complexas da vida social (BEZERRA JÚNIOR, 2006, p. 52-53).

Nesse contexto, a passagem da agressividade para a violência ocorre mediante esmagamento das possibilidades de fruição a partir da desesperança e do abandono de qualquer expectativa criada (BEZERRA JÚNIOR, 2006). Logo, a violência é uma consequência do estoque de incivilidade, e sua redução ou controle demandam uma reinvenção profunda na própria identidade humana, o que seria capaz de ocorrer apenas no desenrolar da história (SILVA, 2014). Verticalmente, ele associa essa explicação à “predisposição da cultura brasileira”, no sentido de recusar o mito da cordialidade e denunciar os traços autoritários e hierárquico na sociabilidade.

Esses traços poderiam se manifestar de forma mais difusa – como no apoio dos cidadãos a medidas como a pena de morte ou o linchamento de criminosos, (...), ou de forma mais localizada – como nas relações sociais marcadas pela desigualdade de poder, com destaque para a opressão das polícias em relação às populações mais pobres (SILVA, 2014, p. 14).

Essa difusão do apoio às medidas endurecidas para tratar a violência deve ser combatida por não representar uma solução adequada, como é demonstrado pelos estudos de Lemgruber (2002) sobre a realidade estadunidense. Segundo a autora, os Estados Unidos da América têm a legislação penal mais severa do mundo desenvolvido. A pena de morte, extinta na Europa Ocidental, vigora em 76% dos estados e vários adotam a lei dos *three strikes*, que determina prisão perpétua para infratores que cometerem o seu terceiro crime, mesmo em condenações leves.

Na Califórnia, berço da *three strikes*, 25% da população prisional está hoje condenada por essa lei. E, o que é pior, 70% dos condenados pela *three strikes* cometeram crimes sem qualquer violência mas, mesmo assim, deverão morrer na cadeia (LEMGRUBER, 2002, p. 166).

Nessas estratégias de *being tough on crime* (ser duro com o crime), os mais atingidos são as minorias, particularmente os negros: segundo Lemgruber (2002), eles representam 12% da população livre dos Estados Unidos da América e 50% da população privada de liberdade. “E, o que é ainda mais grave, 25% da população negra de alguns estados não podem votar (...). É a política de combate ao crime subtraindo poder político às comunidades negras” (LEMGRUBER, 2002, p. 167).

Assim, essa política *being tough on crime* decuplicou a população prisional dos Estados Unidos da América, em trinta anos, passando de duzentos mil para dois milhões de pessoas. Essa população carcerária custa cinquenta bilhões de dólares por ano (um preso onera o Estado em 25 mil dólares por ano), ou seja, são mais caros que a manutenção de um universitário em *Harvard University*. (LEMGRUBER, 2002).

Nos últimos anos, as taxas norte-americanas de encarceramento têm sido, em média, seis vezes maiores que as da Europa Ocidental e, mesmo assim, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, nos Estados Unidos, é de duas a quatro vezes mais alta que as taxas europeias ocidentais. Ou seja, o contribuinte americano tem de custear uma população carcerária muitas vezes maior e vive em cidade cidades menos seguras (LEMGRUBER, 2002, p. 168).

O endurecimento da legislação penal explica-se por uma conjugação de interesses, como os da mídia e os dos lobistas de companhias que constroem prisões e financiam campanhas eleitorais. Inclusive, segundo Rubin (2015), os Estados Unidos da América estão usando presos, especialmente imigrantes e políticos, como mão de obra escrava ou com remunerações inferiores. Já a *Corrections Corporation of America* teve o total de suas ações passando de cinquenta milhões para 3,5 bilhões de dólares em apenas onze anos, ou seja, um incremento financeiro de 6.900% (LEMGRUBER, 2002). Por isso, os seus acionistas publicaram que as prisões não poluem, não saem do mercado e não encolhem (LEMGRUBER, 2002). Portanto, fica cada vez mais evidente que interessa em vários sentidos prender pessoas nos Estados capitalistas, inclusive o Brasil, que enfrenta, recentemente, um *lobby* quanto a isso por parte, principalmente, das classes mais favorecidas economicamente.

Entre as conclusões da autora, as mais relevantes são: os estados sem pena de morte têm taxas de homicídio menores que os estados que têm, e só quem acredita em soluções mágicas e demagógicas pode enxergar na pena de morte um instrumento eficaz na luta contra a criminalidade e a violência. Além disso,

A privatização de prisões é inaceitável sobretudo do ponto de vista ético e moral. Numa sociedade democrática, a privação da liberdade é a maior demonstração de poder do Estado. Licitar prisões é o mesmo que oferecer o controle da vida de homens e mulheres a quem der o melhor preço, como se o Estado tivesse o direito de dispor dessas vidas a seu bel-prazer (LEMGRUBER, 2002, p. 172).

Burke (2002) e McNeill (2002) também oferecem reflexões dentro da perspectiva da violência como algo não recente: pela associação entre a violência e as heranças da civilização, sobretudo as com raízes rurais (MCNEILL, 2002) e pela “Idade Moderna europeia (1500-1800), quando a violência urbana constituía uma preocupação recorrente e inescapável, senão constante” (BURKE, 2002, p. 32).

Então, segundo McNeill (2002), antes mesmo das cidades, nas raízes rurais, os camponeses vivenciavam uma vida de violência, inclusive quanto à cobrança de impostos em troca de segurança. Apesar disso, o sentimento de comunidade pouco se alterava, principalmente pelo fato de que a “preocupação com a sobrevivência exigia demais (...). Dessa forma, a submissão às extorsões externas alterou a vida rural sem provocar muita erosão na solidariedade” (MCNEILL, 2002, p. 13-14).

Na cidade, esse pertencimento mudou rapidamente, como na Londres, do século XVIII, quando “a violência criminosa era de tal ordem que as pessoas raramente ousavam andar pelas ruas à noite, sozinhas ou desarmadas” (MCNEILL, 2002, p. 13-14). As reflexões de McNeill (2002) acerca de a violência ter origem no processo civilizatório consideram os *Gefolgschaft*³ como uma forma de violência organizada que revive nos dias atuais com os adolescentes e jovens envolvidos em gangues criminosas, principalmente no narcotráfico.

Embora a maioria de nós deplora a violência (...) e não goste do crime, precisamos nos dar conta de que o recurso à violência armada traz vantagens reais para os jovens que têm dificuldade em obter, de outra maneira, papéis adultos satisfatórios na sociedade urbana. Primeiro e antes de mais nada, a violência oferece uma chance de riqueza fácil (...). (...) o tráfico de drogas exige um grau de cooperação considerável com os fornecedores, e as taxas só podem ser coletadas por uma gangue organizada. A ascensão dessas gangues criminosas é a principal razão do aumento da violência (...). Da mesma forma, elas constituem a principal expressão contemporânea da velha atração pela alternativa da *Gefolgschaft* (MCNEILL, 2002, p. 22-23).

³ “Segundo McNeill (2002, p. 16), essa palavra de origem alemã “se refere a um grupo de jovens do sexo masculino, desligados da sociedade civil, que fazem o juramento de seguir um determinado líder, e vivem da pilhagem das vizinhanças”, como negociando pagamentos em troca de proteção.

Na modernidade, o comportamento local dos seres humanos na tentativa de organizar e controlar a violência de origem no passado aconteceu, segundo McNeill (2002), de três formas: ação comunitária local, governo burocratizado e a criação do moderno Estado-nação. Na primeira, as comunidades contavam com a ajuda dos parentes e da vizinhança para se defender dos forasteiros. Porém, “a sociedade civilizada não poderia se basear exclusivamente em comunidades primárias. A civilização dependia das cidades” (MCNEILL, 2002, p. 18).

Então, da necessidade de encontrar uma forma pacífica de se tratar com os estranhos, surge o governo burocratizado, que passou a exercer o monopólio (ou superioridade) da força armada dentro das suas fronteiras. Mas, segundo o autor, era difícil manter esse monopólio ou superioridade, sendo preciso, então, coletar impostos para sustentar o aparato de proteção. Assim, tem-se como resultado a criação dos Estados Nacionais modernos.

Nesse processo, segundo Burke (2002), houve, primeiramente, um enorme aumento da violência pública e, em segundo lugar, um declínio gradual da violência privada, uma vez que os governos passaram a oferecer o serviço de proteção, sustentado pelos impostos pagos pela população. Assim, a ideia de que o Governo ou o Estado “deveriam ter o monopólio da violência dentro de seu território tornou-se cada vez mais aceita. (...) houve uma tendência no sentido da burocratização da violência” (BURKE, 2002, p. 33).

Se essa anatomia de como as sociedades humanas administraram a violência está próxima da verdade, isso significa que quando tentamos sustentar a ordem pública numa população diversificada com a aplicação legalmente controlada da violência por parte da polícia e das forças armadas burocraticamente administradas estamos, na verdade, andando a contrapelo do passado (MCNEILL, 2002, p. 20).

E, igualmente no passado, os Estados modernos foram incapazes de evitar a violência, chamada de não oficial, em algumas zonas do seu território: a fronteira, as terras altas e certos locais dentro das cidades (BURKE, 2002). Portanto, “a violência tem uma história, tanto quanto tem uma geografia e uma sociologia; que ela assume formas diferentes em períodos diferentes” (BURKE, 2002, p. 35). Por isso, é indispensável, segundo o autor, distinguir a violência estrutural da conjuntural, ou seja, a endêmica e a epidêmica, além dos tipos, locais e ocasiões da violência contemporânea.

No objetivo de contemplar a violência em uma oposição binária entre cidades tradicionais *versus* cidades modernas e contemporâneas, Burke (2002) transita por sete temas: os perpetradores, as vítimas, o momento, os locais, os motivos, a tecnologia e a administração da violência. Brevemente, na essência, respectivamente, de cada parte, o autor avança sobre: (i) a violência cometida pelos “amadores e pelos profissionais”, embora as práticas frequentemente sejam as mesmas; (ii) o predomínio de as vítimas serem os *Young Adult Males* (homens jovens adultos) e os forasteiros; (iii) a violência mais intensa durante os momentos de festejos (como o carnaval) e de períodos eleitorais; (iv) os campos de violência nas cidades, chamadas de “zonas quentes” sempre existiram; (v) a motivação da violência como “racional ou irracional” ou “instrumental ou expressiva”; (vi) o uso das tecnologias nas violências modernas em oposição às práticas tradicionais antigas; e (vii) o gerenciamento da violência passou, nos Estados Nacionais modernos, dos sistemas amadores para os aparatos policiais. Assim, em síntese:

1. A violência (...) não é nova, mas não assume as mesmas formas em todas as épocas. É importante distinguir suas variedades, as diferenças entre tipos de agente, vítima, ocasião, local, tecnologia etc.
2. A importância do deslocamento ou realocação da violência dentro da cidade merece ênfase particular. (...)
3. A violência pode ser profissionalizada gradualmente a longo prazo (BURKE, 2002, p. 50).

Diante disso, McNeill (2002, p. 31) conclui que a violência “continuará a existir e provavelmente crescerá até que as atuais pressões demográficas e confusões morais desapareçam no passado, dando lugar a um conjunto diferente de problemas” da violência que permanecerão nas preocupações das futuras gerações.

Dentro dessa perspectiva da violência como algo não recente e trazendo para a sua materialização no Brasil, o IBGE, em 1987, alertou que a violência estava matando mais jovens quando comparada com as demais “*causa-mortis*” (ZISMAN, 1993). Naquele ano, os dados de morte por violência atingiram 9,8% do total de óbitos no país, sendo 82% das mortes com jovens masculinos de 15 a 29 anos de idade.

Uma terceira corrente de pensadores relacionam a violência à consolidação do capitalismo e ao fenômeno da globalização. Nesse sentido, vale destacar Souza (2008, p. 148), que considera que o “sistema capitalista é, ele próprio, ‘criminógeno’”, especialmente por alimentar um “modelo social de consumo”, incentivar o “eu” e o “ter”, favorecer a propriedade, engendrar uma “indústria cultural” e por facilitar a

impunidade. Então, como consequência desse modelo de produção, “Marx chegou a escrever que a Segurança era o princípio mais elementar da sociedade burguesa, e a Polícia, sua condição de realização” (MISSE, 2006, p. 22-23).

Nesse sentido, Silva (2014, p. 18-19) propõe entender a violência como “expressão de tensões societárias que o Estado, a comunidade ou mesmo o mercado não eram capazes de administrar – ou que, por suas formas despóticas de ação (ou omissão), não raramente acabavam por agravar”. O sentido atribuído pelo autor e compartilhado por esta tese, é sustentado em explicações pautadas na existência das desigualdades, dando visibilidade às exclusões, às inadequações e/ou ao despreparo das instituições no diálogo com os excluídos.

A partir da diversificação das perspectivas sobre a violência, Misse (2006) aborda-a como sujeito difuso e, por conseguinte, alvitra a necessidade de desmembrar esse tema, como uma crítica “a unificação imaginária de tantos fatos diversos num único conceito” (MISSE, 2006, p. 19). Assim, por inúmeras vezes, trata-se “como um sujeito difuso o que na verdade é uma miríade de eventos, circunstância e fatores” (MISSE, 2006, p. 19), em que uma palavra (violência) simplifica a miríade (variação do problema).

Essas preocupações do autor são pertinentes em alguns sentidos como no “discurso histórico” e na “demanda autoritária de ordem”, que, efetivamente, estão integrados. O primeiro caso ocorre quando o sujeito difuso é tratado como “qualquer coisa” englobado no conceito de violência e, portanto, gerador de reações sociais de histeria. Então, surge o segundo, como uma consequência: a sociedade aumenta a demanda (pressões no Estado ou ações particulares) por mais tratamento acusador e penal. Por conseguinte, há uma unificação das transgressões, como se fossem homogêneas ou derivassem do mesmo complexo de fatores. Assim, para Misse (2006), não existe “a” violência.

No entanto, desconsiderar a existência de tipologias de violência difundida pelo espaço é negar uma série de eventos, circunstância e fatores. Nesse contexto, acredita-se que não se pode generalizar o debate, mas, pelo contrário, abordar cada vez mais o tema para aprofundar as possibilidades de interpretação, principalmente considerando especificidades e localidades. Além disso, é preciso mostrar realidades de pessoas marcadas pelo medo, dor, preocupação, etc., ou seja, dar voz e buscar soluções para essas parcelas da sociedade que vivem e convivem com uma inoperância do Estado, da mídia e das universidades.

Nesse sentido, o Quadro 12 apresenta tipologias da violência e suas descrições tomando como base Zisman (1993). Além de enumerar essas tipologias, o autor, didaticamente, subdivide-as em grupos: violência do homem x ambiente; violência do homem x homem; violência do ambiente x homem; violência da sociedade x homem; violência do Estado x homem; violência de tecnologia x homem; e violência da cidade x homem.

Quadro 12. Tipologias de violência

Tipologias de violência	Descrição
Violência contra a pessoa	A pessoa deve ser entendida em plenitude física, psicológica e moral. Portanto, as violências ocorrem nesses três campos e de diferentes maneiras
Violência contra a família	As dificuldades de habitação, falta de emprego, fome, opressão, miséria, marginalização, espancamentos, autoritarismo, vícios, apelos dos meios de comunicação ao consumo, carência de afeto e da aceitação, etc.
Violência no trabalho	Os baixos salários, insalubridade, jornadas, deficiência nutricional e sanitária, instabilidade e ameaça, competição, assédios, etc.
Violência no trânsito	Além das próprias brigas, agressões e homicídios, o congestionamento, baixo nível de qualidade dos veículos públicos, o preço dos transportes, o tratamento dado ao pedestre, etc.
Violência na escola e na cultura	Ausência de creches e escolas gratuitas, o desprezo pelo menos favorecido, a secundarização da cultura popular, a violência cultural, etc.
Violência das discriminações	Contra os diferentes grupos, como negros, pobres, pessoas com necessidades especiais, homossexuais, garotas de programa, idosos e mulheres
Violência nos serviços de saúde	Ausência de serviços públicos de saúde, como hospitais, ambulatórios, postos e serviços de urgência, o atendimento demorado, a superlotação, as filas, a relação médico-paciente, entre outros
Violência policial	A ineficiência do Estado em equipar, qualificar e legislar no combate ao crime e à violência e a violência das ações dos policiais contra os cidadãos, especialmente os indefesos, marginalizados e de grupos de minoria
Violência contra o patrimônio e a vida	Os homicídios, estupros, assaltos, furtos, latrocínios, extorsões, sequestros, agressões, entre outras. Incluem-se os crimes contra o patrimônio público, como depredação, poluição, pichação, furtos, etc.

Fonte: Adaptado de Zisman (1993)

Zisman (1993), ora transitando por fatores, ora por modalidades da violência, acredita que o primeiro combate ocorre promovendo a melhora das condições

socioeconômicas. Na sequência, pode-se melhorar o aparelho policial, tornar a justiça mais adequada, criar políticas públicas de segurança e aplicar as leis sem discriminação de condição social. E, finalmente, deve-se abordar a violência como fato social contínuo, desconstruindo o tabu de tentar apenas intelectualizá-la.

Esse autor ainda critica as violências e os crimes modernos que são “aceitos” pela sociedade, como os “bicheiros computadorizados” que financiam escolas de samba e clubes de futebol e os programas de televisão que destacam brigas e conflitos sociais em troca de audiência e vultosas cotas de publicidade. Além disso, pode gerar uma situação temerosa, já que “o telespectador de programas de violência tende a ser agressivo” (ZISMAN, 1993, p. 52).

Finalmente, como última perspectiva, existem autores que preferem entender a violência pela violência urbana, como conceitos integrados de uma totalidade. Nesse sentido, as contribuições mais válidas são as de Viana (2002) ao considerá-la reflexo da organização do espaço urbano, como a divisão social do trabalho, as desigualdades sociais (acesso à moradia, educação, saúde, lazer, entre outras urbanidades e direitos conquistados) e as ações do Estado.

Expõe a vivência coletiva do caráter fragmentado da forma de vida urbana no Brasil de hoje e introduz a possibilidade de aprender um padrão de sociabilidade construído (pelos dominados) como violência urbana, a partir da incorporação crítica desta representação (SILVA, 2004, p. 59).

Nesse sentido, Feghali, Mendes e Lemgruber (2006, p. 14) consideram a abordagem da violência como um fenômeno urbano, ou seja, “as pessoas vivem nas cidades e é no espaço urbano onde tomam as injustiças ou se exercita a cidadania”. Além disso, consideram esse espaço como um lugar do cotidiano e das relações humanas em diversas dimensões, como trabalho, afeto, cultura, etc. Já Misse (2006) sinaliza para que a discussão da violência urbana ocorra, fundamentalmente, pela compreensão dos processos sociais e da sociabilidade.

Por isso, Carlos (2014) pontua que a violência da urbanização se manifesta na cidade segregada, como a expressão da concentração privada de riqueza que faz com que existam as desigualdades socioespaciais. Isso revela a contradição da produção do espaço como mercadoria e, portanto, como acumulação antes mesmo de a vida se realizar. Conseqüentemente, o processo também ocorre nas relações sociais e tende a destruir os espaços públicos, como é abordado adiante nesta tese.

As novas estratégias e técnicas de manutenção da ordem no espaço urbano sinalizam para um campo de batalha (GARNIER, 2013). Em outras palavras, o desenvolvimento de um mundo sustentado por crescentes desigualdades vai intensificando uma guerra social urbana. E, paralelamente, de maneira não declarada, ocorre a formação de organismos especializados na aplicação da lei e na luta contra a guerra insurgente, valendo-se, cada vez mais, de dispositivos de alta tecnologia de vigilância, controle e neutralização de um inimigo (GARNIER, 2013).

Colaborando com isso, aparece a construção semântica de Souza (2008) “fobópole”, que são por excelência as cidades social, política e fragmentadas em que o medo prospera. Segundo o autor, o termo se refere à “cidade do medo” ou “medo da cidade” ou ainda “uma cidade dominada pelo medo da criminalidade”.

Por sinal, um material elaborado por Bondaruk (2015), em parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) do Estado do Paraná, transita por essa discussão, porém com a visão institucionalizada da Polícia Militar paranaense, que acaba, em alguns momentos, construindo reflexões deturpadas e equivocadas da realidade, como no trecho que destaca a violência nos espaços de “casas e condomínios populares” e “bolsões de pobreza”.

Para Bondaruk (2015, p. 9), o delito é influenciado pelo desenho urbano, ou seja, “todas as vezes que há criminalidade crônica num determinado ponto do espaço urbano, o problema ali é da estrutura física do local e não de ausência de policiamento”. Em parte, faz sentido acreditar no espaço urbano como condicionante da violência, mas é inaceitável considerá-lo, em totalidade, o problema da questão, transferir das instituições públicas de segurança a responsabilidade pelo fenômeno e projetar que espaços com desenho urbano adequado estão livre da criminalidade.

Diante disso, o material de Bondaruk (2015) funciona apenas como um manual de políticas de desenvolvimento urbano para criação de ambientes urbanos cujo crime, teoricamente, terá menos facilidade para ocorrer. As principais estratégias são: i) vigilância natural, na qual a população observa o espaço; ii) controle do acesso aos espaços públicos e privados; e iii) reforço territorial, ou seja, manter as áreas saudáveis e não degradadas para evitar a sua apropriação pela criminalidade. Essa última estratégia engloba desde a melhora no sistema viário, iluminação, poda das árvores, eliminação dos “becos” e terrenos vazios, criação de legislação para melhorar a estrutura das residências e os diferentes usos de solo (BONDARUK, 2015).

Independentemente da linha teórica e metodológica assumida pelos variados autores, a violência, quando decorre das altas taxas de crimes, promove medo e insegurança na população, que “ameaçam a qualidade de vida conquistada a duras penas em décadas de desenvolvimento econômico e de reivindicações sociais” (ZALUAR, 2002, p. 76), gerando o que a autora chama de violência como efeito inflacionário. A alimentação disso ocorre por meio da transformação na convivência social e na participação das decisões locais, que são abordadas adiante nesta tese.

A violência como ameaçadora da qualidade de vida, segundo Zaluar (2002), vai além da contabilização do concreto, chamado de “visíveis e publicizáveis”: atinge, igualmente, o sofrimento psíquico e moral, que são “invisíveis e deles pouco se fala”.

As vítimas da violência, quando sobrevivem, não têm apenas as deficiências físicas que decorrem das agressões sofridas. As marcas traumáticas no seu psiquismo são tão ou mais graves e muitas jamais cicatrizam. Parentes e amigos das vítimas que sobrevivem têm também o seu ordálio de sofrimentos. A própria humilhação cotidiana que sofrem os jovens (...) que não podem dizer não aos chefes muito bem armados das quadrilhas, nem aos policiais que se comportam também como déspotas nos locais onde suas ações não podem ser denunciadas, por causa do terror já implantado entre seus moradores (ZALUAR, 2002, p. 84).

Os problemas “genéricos” e a complexidade do conceito de violência, apresentados anteriormente, a ausência de dados oficiais, entre outros fatores, motivaram diversos pesquisadores em Ciências Humanas a estudarem e promoverem debates em torno da “insegurança”. Além disso, essa é, também, uma forma expressiva de interpretação do espaço geográfico.

Inicialmente, é indispensável considerar que, embora a violência e a insegurança apresentem correlações e analogias, elas não acontecem com a mesma forma, nem com o mesmo conteúdo. Por isso, as explicações seguintes tentam avançar quanto à insegurança, principalmente em decorrência da necessidade de transpassar pelas características e naturezas distintas entre os termos. No entanto, reconhece-se uma dificuldade: apesar de horizontalizar as possibilidades de entender o fenômeno, os debates acerca da insegurança ocorrem por meio de diversas ramificações semânticas, como “insegurança urbana”, “sentimento de insegurança”, “sensação de insegurança” e “insegurança objetiva”.

Magrini (2013) opta pela insegurança urbana interpretada pela “vida em enclaves” a partir do imaginário das cidades inseguras e da fragmentação

socioespacial. Assim, a inquietação central refere-se à compreensão de “como a produção, a apropriação e a apreensão das cidades vêm sendo alteradas a partir da construção, disseminação e consolidação (...) de *imaginário das cidades inseguras*” (MAGRINI, 2013, p. 19). Essa expressão designa “o conjunto de representações sociais (...) que levam ao reconhecimento das cidades como espaços em que as relações cotidianas são mediadas pela insegurança de seus moradores” (MAGRINI, 2013, p. 54-55).

Nesse processo, as suspeitas se generalizam, as solidariedades esmaecem e a unidade da cidade é estilhaçada. Os enclaves socioespaciais se generalizam e as práticas cotidianas tornam-se cada vez mais seletivas, ao mesmo tempo em que as representações relativas à cidade são elaboradas a partir de seus diferentes fragmentos e não de sua totalidade (MAGRINI, 2013, p. 19-20).

Magrini (2013, p. 38-39) entende, portanto, que a insegurança urbana é “uma *percepção* gerada a partir de diferentes elementos, em que a ocorrência efetiva de crimes é apenas um deles”. Dessa forma, uma série de outros aspectos considerados pela autora podem gerar a percepção da insegurança, como os espaços degradados, as construções abandonadas, as pichações e as aglomerações de jovens nas ruas.

O imaginário das cidades inseguras, a despeito das tentativas de tratar este tema em termos de sua banalização, não é constituído por representações homogêneas. Os conteúdos da insegurança urbana são diferenciados segundo aspectos relacionados com as experiências de vida dos cidadãos, sendo que estas diferenças vão além da existência dos diferentes grupos sociais nas cidades (...). Desta maneira, cidadãos que residem nos mesmos bairros, possuem renda e profissões semelhantes e até mesmo cidadãos da mesma família, podem ter concepções diferentes e até opostas sobre a insegurança urbana. Da mesma forma, cidadãos com perfis muito diferentes podem compartilhar representações próximas. Estas diferenças e semelhanças, no entanto, não são aleatórias. (MAGRINI, 2013, p. 53).

Na construção do imaginário das cidades inseguras, resultado de uma produção articulada e não aleatória, Magrini (2013) identifica os cinco grupos de agentes produtores dos discursos e das imagens de insegurança urbana: i) a mídia; ii) os promotores imobiliários; iii) as empresas que oferecem equipamentos e serviços de segurança; iv) os políticos; e v) os próprios cidadãos.

O sentimento de insegurança, conceito norteador da dissertação de mestrado (FERNANDES, 2012), é entendido como sentir-se inseguro no espaço geográfico, por qualquer motivo real ou abstrato, configurando, então, uma noção abstrata, de difícil descrição e com variação no período, no tempo e na intensidade de pessoa para pessoa. Todavia, nesta tese, opta-se teórica e metodologicamente por transitar pela insegurança como reflexo da violência objetiva, que pode ser problematizada, também, pela relação entre violência representada e violência real.

Numa sociedade caracterizada pela presença de múltiplas formas de violência, a violência representada é, ao mesmo tempo, uma resposta a uma violência real e um estímulo a outra nova violência, ou seja, nem sempre há coincidência entre o real e o representado. Nesse contexto, o papel da mídia é fundamental, pois, frente à sensação de medo difuso, ela produz uma dada realidade, formalizando e ordenando o real (GOES; SPOSITO, 2014, p. 3).

Por isso, a representação refere-se, também, ao fato de que “a percepção pública da insegurança pode não evoluir, (...), de maneira totalmente proporcional e coerente com as taxas de crimes violentos” (SOUZA, 2008, p. 29). Nesse caso, influenciam, diretamente, nas relações sociais, já que todos passam a desconfiar de todos ou de determinados grupos/classes sociais. É justamente nesse sentido que Pedrazzini (2006) considera o sentimento de insegurança como motivador da distância entre ricos e pobres.

Já o sentido do motivo real caminha pela perspectiva da insegurança ligada à ascensão da violência (TEIXEIRA; PORTO, 1998), na qual o corpo responde a essa situação, particularmente em um estado de inquietude e de pesadelo, modificando os hábitos e as relações entre as pessoas. Por isso, em muitos autores, os termos “sentimento” ou “sensação” precedem o da insegurança.

Magrini (2013, p. 36) identificou o desenrolar de dois processos em sua pesquisa: “o aumento efetivo das ocorrências violentas nas cidades de menor porte e a generalização das representações de insegurança para as cidades de diferentes dimensões e papéis”. A autora pontua que nem sempre os dois processos são coincidentes e que a insegurança vem sendo, cada vez mais, associada aos diferentes espaços urbanos, o que altera a produção e a vivência nas cidades e os conteúdos das representações sociais.

Sobre esse ponto, os resultados de Magrini (2013) demonstraram a existência da insegurança urbana como reflexo da violência concreta e a naturalização de alguns delitos. Para a autora, essa naturalização ocorre pelo intuito de conviver com os crimes e pela não desvalorização, simbólica e material, dos bairros em que vivem, o que acaba neutralizando, por conseguinte, o impacto das experiências de vitimização.

Poderíamos considerar que a minimização/relativização da gravidade de alguns delitos, como os roubos e furtos, levassem ao enfraquecimento do imaginário das cidades inseguras. Mas pelo contrário, ele é reforçado, ao ficar evidenciado que as soluções para enfrentar estes delitos encontram-se ao alcance dos indivíduos – daqueles que puderem pagar, certamente – via o mercado crescente de produtos, serviços e espaços que prometem segurança, fazendo com que assim, entrem em cena os mecanismos de retroalimentação deste imaginário empreendidos por seus agentes produtores (MAGRINI, 2013, p. 131).

Arango (2014) transita pela sensação de insegurança por perspectiva que vai além da percepção: é um problema exato e concreto na sociedade. Ao mesmo tempo, a percepção dessa sensação não é única e depende das diferentes classes sociais. Por conseguinte, vincula-se conceitualmente, entre outros assuntos, à privatização dos espaços urbanos ou à individualização da cidade, em que se inserem condomínios fechados e espaços públicos, e ao medo do outro ou do diferente.

Segundo a autora, a sensação de insegurança é reflexo da incapacidade da segurança pública em responder, positivamente, ao aumento da violência e da criminalidade nos espaços urbanos, levando as pessoas, cada vez mais, a buscarem formas legítimas de proteção. Evidentemente, a retirada do Estado como agente principal no direito à segurança pública tem sido fundamental para aumentar a privatização do setor e, conseqüentemente, para beneficiar os agente produtores que trabalham com os condomínios fechados (ARANGO, 2014). Portanto, a segurança se tornou um mercado (inclusive a autora alimenta o debate ao fazer uma analogia em que considera a violência como um *commodity*), e a cidade se privatiza em numerosos fragmentos - “La seguridad se ha vuelto una mercancía y la ciudad se va privatizando en numerosos fragmentos” (ARANGO, 2014, p. 6).

A autora ainda destaca o papel do espaço público a partir do aumento da sensação da insegurança: atualmente, tem-se vivido uma privatização das ruas e dos espaços públicos, como reflexo do medo que se amplia do outro habitante da cidade, gerando um abandono desses espaços e uma valorização dos espaços fechados,

segregando e fragmentando a cidade, ampliando a própria desigualdade já existente no espaço urbano e valorizando o privado em detrimento do público.

Um desdobramento apontado por Arango (2014, p. 7) é o “desprecio por la alteridad”. Em síntese, quando uma sociedade se refugia por conta da sensação de insegurança, ela caminha opostamente às soluções para o problema da desagregação social e ao sentido original das cidades, reconhecidas como espaços de reunião de pessoas plurais, diversas, diferentes, ou seja, despreza as alteridades.

Para Arango (2014), a sensação de insegurança pode ser real, percebida ou imaginada. Em todos os casos, promove o medo das ruas, dos espaços e dos “outros” habitantes. Logo, essa sensação condenou a cidade ao abandono a partir da renúncia dos habitantes que, cada vez mais, optam pela vida particular e pelos hábitos isolados. Outra perspectiva apresentada por Arango (2014) consiste em considerar a polarização econômica, as políticas de ajustamento estrutural e a liberação do mercado como responsáveis pelo aumento da sensação de insegurança.

Goes e Sposito (2014) direcionam seus estudos para a análise da insegurança urbana a partir das dimensões objetivas e subjetivas e das relações de poder: “a insegurança urbana vai muito além da violência urbana, evitando, desse modo, possíveis encobrimentos e simplificações, sem, no entanto, desvalorizar a questão da criminalidade e de seu crescimento” (GOES; SPOSITO, 2014, p. 2). Segundo as autoras, o crescimento generalizado da insegurança urbana se associa às novas formas de produção do espaço urbano com tendência à fragmentação socioespacial que, como hipótese, geram novas práticas espaciais; estas, por sua vez, alteram o conteúdo dos espaços públicos e as representações sobre ele.

As reações dos cidadãos à insegurança envolvem cada vez mais práticas individuais, privatizantes e adeptas de mecanismos de controle exacerbados, caracterizadas pela desconfiança em relação aos outros. É dos mecanismos de controle e das novas morfologias urbanas diretamente relacionadas a tais práticas espaciais que tratamos, levando em conta que a microescala do cotidiano, a partir da qual foram apreendidas, se articula à macroescala global, na qual tanto medos como necessidades são também produzidos (GOES; SPOSITO, 2014, p. 3).

Uma cidade fragmentada, segundo Magrini (2013, p. 471), “é caracterizada por formas particulares de se lidar com as diferenças e desigualdades, que são rechaçadas sob a justificativa da insegurança”. Propagam-se, assim, segundo a

autora, assimetrias socioespaciais por meio da estigmatização da pobreza, que são reconhecidas como figuras ameaçadoras mediante a reativação e ressignificação da representação histórica das classes perigosas.

Diante desse contexto, três resultados se materializam: os muros e os equipamentos de segurança, os mecanismos de controle, especialmente dos trabalhadores de espaços residenciais fechados, e as resistências decorrentes das regras nesses espaços (GOES; SPOSITO, 2014). De acordo com Goes e Sposito (2014, p. 4), os muros, “como expressões simbólicas do ‘urbanismo do medo’, (...) estão entre os equipamentos de segurança que mais atenção despertam”, mesmo possuindo impactos e interpretações diferentes no espaço urbano. Embora isso ocorra, as autoras consideram, em síntese, que há pouca “porosidade” entre o interior e o exterior e que isso ocorre para proteger parte da sociedade dos outros moradores.

No que se refere às novas práticas espaciais adotadas no interior dos espaços residenciais fechados, Goes e Sposito (2014) destacam os controles sociais como reflexo da insegurança urbana, especialmente sobre os trabalhadores: cadastro, certidão negativa de antecedentes criminais, cartões que os seguranças devem timbrar a cada intervalo programado de tempo e limitação de horários de ônibus que ligam os loteamentos à malha urbana consolidada da cidade que se traduz em controle sobre a própria jornada de trabalho.

Por fim, os resultados sobre as leis e regras mostraram, segundo Goes e Sposito (2014), situações que desconstroem a percepção segura sobre os espaços residenciais fechados, ou seja, escancaram a existência de violência, de insegurança e a ausência de sociabilidade dentro dos muros: as pessoas não são mais amigas por compartilharem um condomínio fechado; rixas entre vizinhos, inclusive de um caso em que um morador elaborou, junto com especialistas, um projeto de engenharia para maximizar o som e incomodar o vizinho por quase vinte horas seguidas; agressões físicas, desde o síndico até pessoas idosas; abusos de jovens que depredam patrimônio e espaços coletivos; entre outros. Atualmente, esses espaços possuem boletins de ocorrências para os moradores fazerem reclamações; segundo pesquisas das autoras, em uma unidade, eles variam entre cinco e dez casos por mês.

Embora se concorde com as ramificações anteriores sobre a insegurança, esta tese opta pela abordagem da insegurança objetiva proposta por Arias (2014), especialmente pela contextualização teórica e metodológica que o autor faz a partir da necessidade de relacionar indivíduos e/ou grupos sociais com a apropriação do

espaço para o entendimento do conceito. Consequentemente, isso reflete nas práticas e manifestações da sociedade, individual ou coletiva, diante da insegurança objetiva.

Arias (2014) considera que, inevitavelmente, a abordagem das representações, dos imaginários e das identidades possui uma carga subjetiva, sendo inerente a cada indivíduo ou cada grupo social. Essa análise não pode ser anacrônica, e as dinâmicas e resultados dos diversos processos estão em constante (re)construção, especialmente quando envolvem objetivos de múltiplas tensões (ARIAS, 2014).

Siendo la construcción de identidad y de representación inherente a cada individuo, se han de tener tantas de estas como número de individuos existen. Es decir, existen innumerables expresiones, múltiples, diversas y heterogéneas. No se trata de una abstracción, es un proceso concreto, real, esencial para el reconocimiento de sí mismo y de los demás, permite diferenciarse pero a la vez buscar afinidades. La identidad genera sentido de pertenencia. Es un factor que se caracteriza por la presencia de valores y rasgos culturales, de objetivos sociales comunes, y en muchos casos, se construye a partir de la apropiación de un espacio común (ARIAS, 2014, p. 2-3).

A possibilidade de vislumbrar “tantas construções de identidades e representações” como o “número de indivíduos que existem” é reconhecer a diversidade e a relevância social de cada um na totalidade. Nesse sentido, a construção dessa relação passa, obrigatoriamente, pelo espaço, no que Arias (2014) chama de transferência para a territorialização. Esse ponto é fundamental, já que o autor promove reflexões associando essa base teórica e metodológica à insegurança a partir dos espaços inseguros pela vitimização e/ou imaginários e sua consequência na representação territorial, pelas manifestações e ações sobre o espaço violento.

Logo, os “elementos de tipo subjetivos de la inseguridad” (ARIAS, 2014, p. 3) se referem ao conjunto de inter-relações que ocorre de maneira permanente, objetiva entre os indivíduos (e suas experiências) no espaço, na qual são pessoais, diferentes e heterogêneas. Em suma, a construção das reflexões e das representações sociais sobre os espaços inseguros e violentos materializam-se, particularmente, por perspectivas que se identificam e se apropriam de maneira semelhante do espaço.

Assim, Arias (2014) pensa na insegurança objetiva a partir do momento em que os lugares e espaços adquirem “vitalidade”, ou seja, quando o sujeito (indivíduo, família ou grupo social) vivencia-o, assegurando um valor, significado e símbolo. Portanto, esses sujeitos se tornam autores na construção desse espaço, especialmente na sua “dimensão” e “qualificação”.

Cuando un grupo poblacional afirma, por ejemplo, que el centro de Bogotá y los barrios marginales del sur (con imaginarios de pobreza y marginalidad) son lugares inseguros, le están asignando un atributo y una valoración, una catalogación que bien sea se ha construido a partir de la experiencia vivida –victimización directa o del núcleo cercano – o de los imaginarios sociales que se reproducen casi de manera imperceptible (ARIAS, 2014, p. 4).

Essa perspectiva promove reflexões sobre as representações dos espaços inseguros, segundo Arias (2014): a primeira se refere às análises da experiência vivida pelo indivíduo no espaço a partir da vida cotidiana, transitando por conceitos de Espaço Vivido, Espaço de Vida e Espaço Social; a segunda (mais difícil) enfoca a caracterização dos sujeitos como autores do território e seus próprios atributos, ou seja, a imposição de interesses na configuração imaterial dos espaços inseguros.

Assim, a construção das representações no espaço da insegurança objetiva, pela percepção dos lugares perigosos, se confirma pelas vivências individuais e, também, pela representação das “vivências” dos outros, sendo conhecida direta ou indiretamente. Isso implica reconhecer que os espaços estão carregados de valores e significados atribuídos pelos próprios autores que os constroem, habitam, reconstroem e, também, por aqueles que os conhecem e os incluem nos seus sistemas de referências (ARIAS, 2014).

Por isso, Arias (2014) aborda a condição da segurança em duas dimensões: a primeira refere-se à “segurança objetiva” (fatos concretos que geram tranquilidade), e seu antônimo, à “insegurança objetiva”.

Esta se refiere a la ocurrencia concreta de hechos delictivos y expresiones de violencia (hurtos, homicidios, estafas, violencia intrafamiliar etc.), la cual se puede “medir” a través de las denuncias presentadas por las poblaciones luego de ser víctimas. Allí se puede conocer el nivel de inseguridad de una ciudad, como por ejemplo cuando se hacen las comparaciones de la cantidad de homicidios que se presentan en un momento dado, lo cual se mide con la tasa de homicidios por cada cien mil habitantes (ARIAS, 2014, p. 5).

Já a segunda dimensão, reconhecida pela “segurança subjetiva” e a “insegurança subjetiva” (que se assemelha ao sentimento de insegurança), dificilmente é mensurada e independe da existência de uma vivência concreta do lugar (ARIAS, 2014). Então, o autor critica-a e deixa evidente sua preferência pela primeira dimensão: são muitos os fatores que influenciam na construção do imaginário e das

representações subjetivas da (in)segurança, entre eles a condição e os aspectos dos espaços (escuros, sujos, com a presença de prostituição, consumidores e vendedores de drogas, pobres, polícia, etc.), encobrendo os espaços de vivência, reproduzindo preconceitos e promovendo explicações rasas sobre a materialização do fenômeno.

Diante desse cenário, Arias (2014) avança acerca dos tipos de imaginários e as representações de perigo que existem no espaço e de que maneira se constroem as intervenções sobre a insegurança. Vale pontuar que, embora o autor considere dois papéis concomitantemente assumidos pelos sujeitos (individuais e pertencentes aos grupos sociais), os imaginários e as representações podem ser tanto idênticas como antagônicas em cada papel, sendo isso fundamentalmente coerente.

Por isso, segundo o autor, as hipóteses indicam que os imaginários do medo têm efeitos diversos, como no consumo e no tráfico de drogas, em que existem duas representações: a atmosfera do medo, especialmente pelos casos violentos, e, ao mesmo tempo, a segurança sentida pelos consumidores, particularmente pela “proteção” realizada pelos “comerciantes” (traficantes). Isso mostra a diversidade de representações no mesmo espaço (concreto), que se ajustam às reproduções de interesses particulares dos agentes e dos sujeitos.

Diante disso, existem tantas representações e imaginários de insegurança objetiva quanto vítimas e possibilidades de delinquências concretas e autores criadores de territórios (ARIAS, 2014). Nesse contexto, não basta identificar os espaços e os tipos de crimes, é preciso significar as maneiras e as estratégias de intervenções e o grau de consciência que possuem sobre suas ações. Em síntese, identificar, tipificar e caracterizar o(s) agente(s) envolvido(s) nos espaços inseguros.

Para isso ocorrer, é imprescindível conhecer e buscar informações a respeito da sociedade, sobre a qual se promovem reflexões desde gênero, faixa etária, escolaridade, renda, espaços de vivência e pertencimento com o local, entre outros elementos que caracterizam e contextualizam os agentes envolvidos na insegurança objetiva. Isso justifica algumas perguntas apresentadas no questionário aplicado na porção empírica desta tese em três pequenas cidades do Norte do Estado do Paraná.

Segundo Feghali, Mendes e Lemgruber (2006, p. 13), a impunidade e as injustiças “fomentam o ilícito, o crime e a desesperança. A sensação de impotência diante desse quadro, agravado pelo papel equivocado da mídia, propicia a ‘cultura do medo’”. Por isso, as pessoas, cada vez mais, passam à condição de reféns do medo,

o que acaba, evidentemente, promovendo mudanças nas relações sociais e na alteridade, em que um ser humano já não se reconhece no outro.

Embora isso ocorra, outra interpretação faz sentido: a agregação humana⁴ a partir do medo (SODRÉ, 2006), ou seja, “o medo seria a emoção básica, a emoção responsável pela formação de toda uma comunidade autoprotetora, que é vista como uma espécie de menor dos males” (SODRÉ, 2006, p. 33), já que essa busca, antagonicamente, ocorre contra o próprio homem, considerado pelo autor como único animal capaz de violência destrutiva contra o semelhante.

Para entender essas perspectivas a partir do medo, recorre-se às considerações valiosas de Bauman (2003; 2007; 2009; 2010; 2013) sobre a consolidação do Estado Moderno e nele a passagem da fase “sólida” para a “líquida”. O Estado Moderno nasce incumbido de administrar o medo, já que “precisava tecer uma rede de proteção a partir do zero” (BAUMAN, 2007, p. 65). Todavia, não só falhou como fragilizou ainda mais a proteção. Isso refletiu na insegurança, que nasce de “um sentimento de impotência: de não estar mais no controle” (BAUMAN, 2007, p. 32) e da percepção do perigo em toda parte (BAUMAN, 2009), em que se acredita, cada vez mais, que logo será a próxima vítima.

Na evolução desse Estado Moderno, em um quadro mais contemporâneo, outra situação vem colaborando nas questões da segurança e do medo: a passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida” (BAUMAN, 2007).

Ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (...) não podem mais manter sua forma por muito tempo (...), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las, e uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam (BAUMAN, 2007, p. 7).

Intrinsicamente, a “vida líquida” representa o modo de vida da sociedade moderna líquida, na qual as condições de atuação dessa sociedade são alteradas antes de as formas de atuar se consolidarem em hábitos e rotinas (BAUMAN, 2013). Então, para o autor, a liquidez da vida na sociedade moderna líquida se alimenta e se reforça, constantemente, da efemeridade das formas.

⁴ Sodré (2006, p. 33) recorre a Schopenhauer e sua hipótese do porco-espinho: “No inverno, o porco-espinho procura chegar perto um do outro para se aquecer, mas existem os espinhos, o que faz com que quanto maior a proximidade, maior o atrito também”.

Assim, a vida líquida é uma vida precária e vivida em condições de incerteza constante, sendo que as maiores perturbações são as que ocorrem de surpresa, pegando a sociedade moderna líquida desprevenida, principalmente pelo não acompanhamento do ritmo dos processos (BAUMAN, 2013). Por isso, o autor fala que cada vez mais objetos, situações e pessoas continuarão passando e desaparecendo com uma velocidade vertiginosa.

As organizações sociais entendidas por Bauman (2007) são atingidas por uma série de situações como a retração ou redução da segurança, o solapamento dos alicerces da solidariedade social, o colapso do pensamento, do planejamento e da ação em longo prazo, o enfraquecimento das estruturas sociais que acabam por fomentar a segregação das novas elites, o afastamento de determinados grupos sociais dos compromissos com o público e a ampliação do abismo (econômico e espacial) entre as diferentes classes.

Assim, o espaço sobre o qual supostamente se apoiam as perspectivas de vida é, definitivamente, considerado instável, representando a própria instabilidade da vida líquida, como também são os empregos e as empresas que os oferecem, as redes de amigos, a autoestima e a autoconfiança desfrutados do posicionamento na sociedade. (BAUMAN, 2013).

Logo, os pertencentes à sociedade moderna líquida calculam, constantemente, os riscos de serem as próximas vítimas dos incontáveis e indefinidos perigos do mundo e do seu futuro incerto. Por conseguinte, surgem as preocupações contra a ameaça visível e invisível por meio de muros altos, câmeras de segurança, contratação de serviços de vigilante motorizado e de defesa pessoal e aquisição de veículos e roupas blindadas (BAUMAN, 2013).

Nessa fase líquida do medo, as proteções modernas, artificiais e tecnológicas geram a desintegração da solidariedade (BAUMAN, 2007), ressignificando, portanto, a insegurança à questão econômica, ou seja, o capitalismo buscou nas subvenções estatais a criação de uma cultura de consumismo de segurança: a “indústria de segurança” ou “capital da segurança” ou “capital do medo” (BAUMAN, 2009; 2013).

Independentemente do termo, é entendido e sustentado pelos equipamentos eletrônicos de segurança, como câmeras, cercas, alarmes, sensores, blindagem, etc., cada vez mais ligados aos *smarthphones* e *tablets* (por meio de aplicativos e programas), ou seja, com vigilância 24 horas por dia em qualquer lugar do espaço com acesso à internet, e pelos serviços privados de segurança, como segurança

particular, vigilante motorizado, seguros residenciais, comerciais e automotivos, entre outros. Assim, quanto mais se amplia o privado sobre a segurança, mais o Estado abdica dessa responsabilidade e mais as classes menos favorecidas, sem condição de buscar soluções para a violência e insegurança, ficam à mercê da insuficiência das políticas públicas.

De acordo com a Central Brasileira de Notícias (CBN, 2014), a chamada indústria da segurança vem movimentando, em média, 1,2 bilhão de reais por ano no Brasil. Os itens de rastreamento são os mais comuns, mas os lançamentos se destacam, como câmeras que acionam alarmes de segurança e enviam mensagens automáticas, sistema de reconhecimento de veículo e monitoramento de tráfego, além da fechadura com reconhecimento facial (CBN, 2014).

Embora isso se destaque de maneira intensa, a segurança tem de ser pública, como garante a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, no Título V (Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas), Capítulo III, Art. 144: “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1998, p. 79), sem que seja preciso trocar a liberdade pela segurança (SOUZA, 2008).

Mesmo com esse avanço tecnológico, segundo Garnier (2013), as classes dominantes não se sentem totalmente seguras para desfrutar de uma "paz civil" sustentável. Nem parece que a sua crescente acumulação de capital, agora “transnacionalizada”, “tecnologizada”, “financeirizada” e mais flexível, vai protegê-los. Então, tudo está pronto para o início das "guerras da quarta geração", especialmente pela dicotomia entre a "ordem" e a "subversão".

A partir da contextualização apresentada ao longo desta seção, é possível identificar semelhanças acerca da violência e da insegurança objetiva, embora as situações concretas em cada uma delas tenham se mostrados diferenciadas. Assim, as preocupações com a violência e a insegurança objetiva na vida líquida da modernidade líquida tornam-se recorrentes nas pequenas cidades.

Por isso, os conteúdos de segurança e tranquilidade, comumente associados às pequenas cidades, vão ganhando ressignificação a partir das considerações de violência e insegurança objetivas assumidas e reconhecidas pelos seus habitantes. Portanto, vivencia-se, na contemporaneidade, a desconstrução do mito de tranquilidade das cidades pequenas.

2.3 O início da desconstrução do mito: violência e insegurança objetiva em pequenas cidades

“Era uma vez...”. Uma das expressões mais marcantes da infância brasileira representa a narração de acontecimentos (re)construídos por outras pessoas. Claramente, a expressão demonstra um resgate de fatos do passado, em uma reconstrução histórica que pode ser verídica ou fantasiosa, como um mito. Em diversas oportunidades, essa expressão transparece uma mudança, ou seja, um cenário que enfrenta nova perspectiva.

Então, “era uma vez uma cidade pequena tranquila e segura em que as portas e janelas ficavam abertas...” sintetiza o sentido desta seção que, a partir de uma retomada de reflexões da dissertação de mestrado (FERNANDES, 2012), apresenta realidades concretas de pequenas cidades, em uma escala geral de análise, desde casos internacionais até os diferentes contextos regionais brasileiros. É relevante pontuar que a apresentação de apenas algumas situações, somadas as já apresentadas na introdução desta tese, tem a finalidade de desmitificar a pequena cidade tranquila e segura – que é completada com as partes seguintes desta tese – sem querer instaurar uma pandemia do medo.

Em Portugal, Leal (2010) procurou compreender o “sentimento de insegurança” em uma área urbanizada e em outra eminentemente rural. Na segunda, a insegurança estava associada aos indivíduos estranhos e às notícias de violência divulgadas pela imprensa portuguesa, sendo que para os entrevistados o nível de segurança na localidade havia piorado em comparação aos anos anteriores.

Na Espanha, segundo Clavell (2010), a insegurança cresce rapidamente nas cidades do interior, inclusive nas pequenas, promovendo a instalação de equipamentos de segurança, como as câmeras de segurança dispostas na pequena cidade de Masquefa que vigia todos os espaços e todas as pessoas. Já Fraile et al. (2009) possui um amplo projeto de investigação, financiado pelo Ministério da Educação e Ciência da Espanha, sobre os espaços urbanos, as delinquências e a percepção pública – percepção dos moradores – nas cidades de Lleida, Tarragona e Girona. Embora elas não sejam pequenas – são chamadas de intermediárias pelos autores –, os resultados mostram situações de violência, vitimização e insegurança em espaços não metropolitanos.

Nos Estados Unidos da América, o FBI divulga todos os anos um relatório sobre as tipologias de crimes nas 9.346 cidades estadunidenses; entre elas, 64,2% possuem menos de dez mil habitantes e apenas 3% mais de cem mil habitantes (JOHNSON, 2015). Com exceção das cidades com menos de mil habitantes, que somam 777 no total, as demais são divididas em quatro grupos: (i) grandes cidades, com mais de 250 mil habitantes; (ii) médias cidades, entre cem e 249.999 habitantes; (ii) pequenas cidades, entre dez mil e 99.999 habitantes; e (iv) cidades minúsculas, entre mil e 9.999 habitantes (JOHNSON, 2015).

A partir do relatório de 2014, Johnson (2015) demonstrou que a violência diminuiu nos país, entre 2013 e 2014: queda geral nos crimes de 1,6% e nos homicídios, de 2%. Já nos diferentes grupos, as cidades grandes registraram queda de 1,3% na violência geral, enquanto nas cidades minúsculas a queda foi de 1,1%. Analisando as taxas de homicídios, em grupos de cem mil pessoas, Johnson (2015) percebeu que diversas cidades pequenas e minúsculas apresentaram, em 2014, taxas maiores que algumas metrópoles. Então, para ilustrar suas reflexões, ele classificou as cidades por taxas de homicídios dentro de cada grupo populacional, sendo que a Tabela 4 demonstra as duas primeiras de cada *ranking*.

Tabela 4. Estados Unidos da América. Cidades com maiores taxas de homicídios, por cem mil habitantes, por grupo populacional, 2014

Classe populacional	Cidades/Estado	Taxa de Homicídios
250.000 habitantes ou mais	St. Louis/Missouri	49,91
	Detroit/Michigan	43,52
100.000 a 249.999 habitantes	Jackson/Mississippi	35,39
	Birmingham/Alabama	24,52
10.000 a 99.999 habitantes	East St. Louis/Illinois	101,8
	Chester/Pennsylvania	88,1
1.000 a 9.999 habitantes	Weldon/North Carolina	311,72
	Welsston/Missouri	256,73

Fonte: Adaptado de Johnson (2015)

Os dados de homicídios evidenciam que os valores encontrados nas cidades pequenas ou minúsculas são superiores aos das cidades consideradas médias e metrópoles, representando uma lógica semelhante à brasileira. Evidentemente, a profundidade das análises necessitam de bases empíricas sobre as realidades locais. Apesar disso, existe uma situação em andamento que merece a atenção acadêmica.

No Equador, Carrión Mena e Núñez-Vega (2006) promoveram uma comparação entre as pessoas que foram e que não foram vítimas de violência: 17%

dos entrevistados foram vítimas da violência e 71% alegaram sentir-se inseguros na localidade em que residem. Portanto, para os autores, os resultados demonstram a dialética do medo constituída entre a violência, o imaginário e a urbanização.

No Brasil, a violência e a insegurança em pequenas cidades começaram a aparecer nas pautas dos governos, da mídia e das universidades no início do século XXI. Em 2005, Gonçalves (2005), ao analisar o Agreste do Rio Grande do Norte, concluiu que a violência era um dos principais problemas encontrados nas pequenas cidades, gerando, por conseguinte, uma insegurança entre os moradores. Fazendo uma leitura dos resultados de Gonçalves (2005), é possível inferir que a insegurança que ele encontrou nas pequenas cidades potiguares corresponde, justamente, à insegurança objetiva proposta por esta tese e entendida como decorrente da violência.

Muitos ressaltaram que o antigo hábito de dormir com portas e/ou janelas abertas atualmente é uma temeridade, tendo em vista os últimos acontecimentos. O alvo principal dos assaltantes são as agências dos Correios (...). Esses acontecimentos têm comprometido a segurança em tais cidades. Diversos roubos, assaltos, assassinatos e seqüestros já podem ser encontrados nas cidades pequenas do Agreste Potiguar, com menor intervalo de frequência (GONÇALVES, 2005, p. 133-134).

Em 2007, o jornal O Estado de São Paulo destacou “Pequenas cidades, muitos crimes”, demonstrando a preocupação social em torno do tema.

Cidade pequena, de no máximo 30 mil habitantes, não é, necessariamente, garantia de vida pacata. Em algumas dessas cidades, (...), sobra espaço para a violência, falta Estado e reina o espírito do vale quase tudo numa terra de ninguém (PARAGUASSÚ, 2007, s. p.)

A reportagem, referindo-se à violência do “interior profundo”, destacava as sete cidades “com jeito de faroeste, nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Goiás” (PARAGUASSÚ, 2007, s. p.) que estavam entre as dez com maiores taxas de homicídios no Brasil em 2007, consequência, segundo a reportagem, da concentração das políticas de segurança nas capitais que acabam, portanto, mais protegidas do que as cidades do interior. Além disso, os grandes municípios do interior do Mato Grosso e Pará são pouco povoados e sem a presença do poder público.

(...) a Polícia Federal baixou na região [Colniza/MT] munida de 50 mandados de prisão para uma cidade com 13 mil habitantes. As acusações: grilagem de terras e genocídio de índios, envolvendo, inclusive, a associação dos proprietários rurais da cidade. (...). Um dos delegados que participaram da operação disse (...) que toda a região (...) é "complicada", tem um efetivo pequeno de policiais militares, uma grande extensão de terra e, (...), nem sequer tinha uma vara do poder judiciário (PARAGUASSÚ, 2007, s. p.).

No Estado de São Paulo inúmeros estudos, inclusive com recorte espacial das pequenas cidades, associam a insegurança à descentralização das unidades prisionais para o interior. Goes (1998; 2004; 2009) discute a violência, a insegurança e a exclusão social a partir de diversas ramificações relacionadas: as rebeliões nos presídios paulistas, a imagem da polícia, a cidadania e a violência, a transição política e seus desdobramentos acerca das instituições de controle social, a presença e as consequências das penitenciárias em pequenas cidades e o papel da mídia.

Já Soriano (2007) estudou a pequena cidade de Itirapina (SP), de quase 15 mil habitantes (IBGE, 2010) a partir da percepção da insegurança dos moradores quanto à presença das unidades prisionais no município, constatando que 50% consideram a cidade “mediamente violenta”, 40% já sofreram com a violência e 72% são contra o presídio em Itirapina.

Caniello (2003) estudou o caso da pequena cidade de São João Nepomuceno, de 23,8 mil habitantes (IBGE, 2010), na Zona da Mata mineira, pela rivalidade bipolarizada no carnaval e nas eleições municipais. A rivalidade do carnaval começou em 1913 e se mantém até a contemporaneidade, atingindo uma intensidade que forçou as autoridades policiais proibirem ofensas entre os grupos e determinarem itinerários diferentes pelas ruas da cidade. Já na política local a situação é mais grave: dois grupos disputam o poder em cada eleição, utilizando de violência oral e física. O ápice dessa rivalidade ocorreu em 1926 e marcou, negativamente, a história da cidade: quatro pessoas morreram em decorrência de uma batalha campal motivada pela insignificante disputa pela troca do nome da praça principal. (CANIELLO, 2003).

Outra situação que chama a atenção em cidades pequenas é o toque de recolher. Endlich e Fernandes (2014) abordaram esse tema como procedimento de controle social adotado pelas cidades brasileiras como consequência do aumento da violência que permeia a sociedade atual. O toque consiste “em proibir a presença em vias, logradouros e estabelecimentos públicos em determinadas horas, especialmente da população jovem” (ENDLICH, FERNANDES, 2014, p. 15). Os autores registraram

alguns exemplos de municípios, como Assunção (PB) e Jateí (MS), que possuem menos de cinco mil habitantes, além das paranaenses Cambará e Matelândia.

Esse controle social por parte do Estado é associado por Moncau (2011) como uma ação de autoritarismo que acarreta em uma juventude recolhida e longe das relações sociais. Nesse sentido, a autora apresenta uma paródia da música “A casa”, de Vinícius de Moraes: “Era uma cidade muito engraçada, não tinha praça, não tinha nada. (...) Mas era feita com muito esmero, muita polícia e tolerância zero” (MONCAU, 2011, p. 36). Assim, o toque de recolher cerceia o desenvolvimento natural, promove um tratamento aos adolescentes e jovens de condenados ou inimigos do Estado e mascara a real intenção política de higienização dos espaços (MONCAU, 2011).

Diante disso, essa questão envolve a substituição da liberdade pela segurança, retomando, mais uma vez, a dialética liberdade/segurança proposta nesta tese, ou seja, proíbem-se moradores de suas liberdades sem que tivessem cometido algum crime ou, pior, vigiam-se grupos inteiros promovendo uma vida menos pública, configurando no que Endlich e Fernandes (2014, p. 16) consideram ser uma “falência da segurança pública”.

As produções do Mapa da Violência apresentam inúmeros resultados relevantes sobre as pequenas cidades. O projeto foi criado por Julio Jacobo Waiselfisz, e a primeira publicação ocorreu em 1998. Ao longo desses 18 anos, ele lançou 26 trabalhos retratando a violência nos municípios brasileiros sobre diferentes perspectivas. A partir disso, analisaram-se três publicações, dos últimos três anos, com a finalidade de entender a espacialização da violência em pequenas cidades.

Waiselfisz (2014), no *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil*, inova ao inserir na base de dados os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos, adequando o estudo ao novo conceito de juventude estabelecido pelo Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852 de agosto de 2013). Os dados analisados mostraram que o homicídio é a causa principal de morte de jovens de 15 a 29 anos, especialmente negros e do sexo masculino: 53,4% dos mortos por homicídio, em 2012, no Brasil, eram jovens, dos quais 77% eram negros (pretos e pardos) e 93,3% do sexo masculino. Além disso, Waiselfisz (2014) reconhece que esse problema revelou uma experiência negativa que já marca toda uma geração de jovens brasileiros: “51% dos jovens ouvidos, em todos os estados, em cidades de pequeno, médio e grande porte, e em todos os estratos sociais, já perderam uma pessoa próxima de forma violenta” (WASELFISZ, 2014, p. 9).

Nas análises dos municípios, a distribuição espacial da violência homicida manifestou para Waiselfisz (2014) uma fonte profícua de descobertas acerca dos fatores que incidem na produção e reprodução da violência homicida e, por conseguinte, das condições de delimitação das políticas de enfrentamento.

Conforma situações bem diferenciadas quando se trata de polos de desenvolvimento do interior, atrativas de população e investimentos, perante a limitada presença do poder público, atrativas também para a criminalidade e a violência; ou dos municípios de zona de fronteira, dominados por megaestruturas dedicadas ao contrabando de armas, de produtos, de pirataria e/ou rotas de tráfico; ou municípios do arco do desmatamento amazônico, incentivados por interesses políticos e econômicos em torno de gigantescos empreendimentos agrícolas que se apoiam em madeireiras ilegais, grilagem de terras, extermínio de populações indígenas e trabalho escravo; também municípios amazônicos, boca de absorção de biopirataria; ou municípios com domínio territorial, de quadrilhas, milícias, tráfico, produção ilegal de entorpecentes; ou, tanto ou mais importante que as anteriores, municípios e áreas onde impera uma sólida cultura da violência, crimes por motivos fúteis e banais (WAISELFISZ, 2014, p. 59).

Waiselfisz (2014), por opção metodológica, desconsidera os municípios com menos de dez mil habitantes. Entre os demais, ele apresenta o *ranking* dos cem municípios com as maiores taxas, para a população total, de homicídios registrados no quinquênio 2008/2012. Os resultados demonstraram que 18 municípios possuíam taxas superiores a cem homicídios por cem mil habitantes, fato extremamente grave.

Os municípios com menos de 25 mil habitantes representavam 29% do *ranking* apresentado por Waiselfisz (2014); essa proporção atingiu 57% ao considerar os municípios com, no máximo, cinquenta mil habitantes. Já os municípios que possuíam entre dez e 15 mil habitantes somavam 16%. O primeiro lugar da lista era ocupado por Caracaraí, município com menos de vinte mil habitantes no Estado de Roraima, que apresentava uma taxa de 210,3 homicídios em grupo de cem mil habitantes.

O Estado do Paraná contava com oito municípios naquele *ranking*, sendo 75% deles polarizados por pequenas cidades: Campina Grande do Sul, Tamarana, Guaíra, Florestópolis, São Miguel do Iguçu e Santa Terezinha do Oeste. Surpreendentemente, todos se enquadram nos fatores explicativos desta tese, inclusive um foi objeto de estudo no mestrado (Florestópolis) e outro compõe a base empírica desta tese (Tamarana).

Waiselfisz (2015), no *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*, apresenta dados intoleráveis sobre a violência contra a mulher. Embora isso não seja um fato novo, a preocupação com a superação dessa violência, principalmente por meio da judicialização e da criminalização da violência contra as mulheres, é extremamente recente. O começo desse avanço ocorreu com a Lei n.º 11.340, de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Já em março de 2015, foi sancionada a Lei 13.104/2015, chamada de Lei do Feminicídio, classificando-o como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.).

Entende a lei que existe feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino. Devido às limitações dos dados atualmente disponíveis, entenderemos por feminicídio as agressões cometidas contra uma pessoa do sexo feminino no âmbito familiar da vítima que, de forma intencional, causam lesões ou agravos à saúde que levam a sua morte (WASELFISZ, 2015, p. 8).

As análises por municípios são dificultadas pela escolha metodológica do autor em utilizar os municípios com no mínimo dez mil mulheres na população. Porém, a principal consideração de Waiselfisz (2015, p. 26) é impactante: “o grande problema é que os municípios com as maiores taxas de assassinato de mulheres são os de pequeno porte, muito espalhados ao longo do território nacional”. Para essa constatação, ele se baseou no fato de que os cem municípios com as maiores taxas de homicídios femininos representavam menos de 2% do total no Brasil.

Finalmente, Waiselfisz (2016), no *Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*, apresenta um relatório que tem como preocupação ir além da demonstração das mortes decorrentes por arma de fogo no país: espera alertar sobre o recrudescimento das discussões do armamento da população brasileira. É preciso pontuar que a comercialização de armas de fogo e munições foi proibida pela Lei n.º 10.826 de 2003 (Estatuto do Desarmamento) e pelo referendo de 2005.

A estratégia do desarmamento, em seu primeiro ano de vigência, não só anulou a tendência de crescimento anual de 7,2% pré-existente, mas também originou uma forte queda de 8,2% no número de óbitos registrados em 2003, e devido a isso, é possível sustentar que o impacto do desarmamento foi uma queda de 15,4% no número de mortes por armas de fogo no País (WASELFISZ, 2016, p. 8).

Cano (2002) já discutia a importância do desarmamento na prevenção da violência brasileira. Assim, do ponto de vista epidemiológico, estudos das Nações Unidas no início deste século demonstraram que o Brasil, entre todos os países com informações disponibilizadas, apresentava a maior proporção de homicídios cometidos com armas de fogo: 88%. (CANO, 2002).

Waiselfisz (2016), nesse estudo, também desconsiderou os municípios com menos de dez mil habitantes. Entre os demais, ele elaborou um *ranking* dos cem municípios com as maiores taxas, para a população total, de homicídios registrado por armas de fogo entre 2012/2014. Os resultados mostram que os municípios com menos de 25 mil habitantes representam 20% do *ranking*; essa proporção atinge 52% ao considerar os municípios com, no máximo, cinquenta mil habitantes (WAISELFISZ, 2016).

Além de ocorrerem sistematicamente nas pequenas cidades, os dados revelam que os homicídios por armas de fogo são mais recorrentes na região Nordeste do Brasil. Entre os cinquenta municípios com maiores taxas de homicídios por armas de fogo, 90% estão localizados no Nordeste e 54% deles possuem menos de cinquenta mil habitantes. Entre os Estados, apenas o Piauí não tem municípios nesse *ranking*; entre os demais, Alagoas, Bahia e Ceará concentram 76% dos municípios. As duas pequenas cidades paranaenses entre as cem primeiras são: Guaíra, em 52º lugar, e Campina Grande do Sul, em 54º lugar (WAISELFISZ, 2016).

No Estado do Paraná, uma situação chama a atenção em relação às demais Unidades da Federação: considerável parcela da população carcerária está alocada “na polícia”, ou seja, nas quase trezentas delegacias de polícia civil espalhadas, principalmente, pelas pequenas cidades do interior. Por isso, a Tabela 5 apresenta a população e a capacidade carcerária, por estabelecimento penal, e o *déficit* de vagas, entre 2006 e 2014, no Estado do Paraná. A população carcerária nas delegacias de Polícia Civil do Estado do Paraná atingiu pouco mais de 16 mil em meados de 2011, antes de começar a reduzir (BRASIL, 2015c). Era evidente que esses espaços não eram adequados para essa finalidade, o que é comprovado pelas inúmeras fugas e tentativas de fugas realizadas nos últimos anos⁵.

⁵ Como a ocorrência de outubro de 2015 em Palmital, nos Campos Gerais paranaense: nove presos cavaram um túnel e fugiram da delegacia do município, que possuía 14.865 habitantes (IBGE, 2010); no local havia 55 detentos, embora a capacidade fosse de apenas 18 (BAÚ, 2015a). Anteriormente, em maio de 2015, 17 presos também fugiram do local e apenas um foi recapturado (BAÚ, 2015a).

Tabela 5. Paraná. População e capacidade carcerária, por estabelecimento penal, e *deficit* de vagas, 2006-2014

Est. penal	Situação	2006	2008	2010	2012	2014
Na polícia	População	8.365	12.933	15.328	12.835	9.191
	Capacidade	3.163	7.946	7.107	não divulgada	
No sistema prisional	População	16.793	21.747	19.252	22.645	19.511
	Capacidade	7.385	12.705	14.669	15.162	19.300
Total	População	25.158	34.680	34.580	35.480	28.702
	Capacidade	10.548	20.651	21.776	15.162	19.300
Déficit de vagas		-14.610	-14.029	-12.804	-20.318	-9.402

Fonte: Adaptado de Brasil (2015c)

Embora a quantidade de vagas no sistema prisional estadual tenha aumentado durante o período referenciado, o Estado sempre exibiu *deficit*, sem considerar as precárias condições das vagas existentes. Uma situação ainda mais grave é a inaceitável taxa de presos sem condenação: em 2014, ela atingiu 49% do total da população carcerária. Isso é reflexo, entre outras, da demora⁶ na instalação da Defensoria Pública e da inoperância e da ausência de políticas públicas do Estado.

Os dados mais recentes, de 2014, mostram que 28.702 pessoas estavam privadas de liberdade no Paraná, gerando uma taxa de 259 para cada grupo de cem mil, fazendo com que o Estado ocupasse a 13ª posição entre as Unidades da Federação (BRASIL, 2015c). Além disso, as 35 unidades prisionais existentes no Paraná somavam 19.300 vagas, proporcionando um *déficit* de quase dez mil vagas e, por conseguinte, uma taxa de ocupação de quase 150% (BRASIL, 2015c).

Diante de todo o contexto apresentado na seção, a perspectiva de McNeill (2002, p. 31) sobre a violência contemporânea é que “não existem soluções rápidas e fáceis. As pessoas sempre conviveram com a violência. Teremos que conviver também, tentando minimizar seus custos e impactos”. Assim, a partir desse intenso desafio, a principal solução que se acredita nesta tese para a redução dos problemas que envolvem a violência e a insegurança objetiva nas pequenas cidades consiste no caminho pela sociabilidade e, por conseguinte, pela interação entre as pessoas, a partir dos espaços públicos, representando uma perspectiva mais material, e da vida pública, entendida por meio de uma abordagem mais imaterial. É, então, nesse cenário de laços de sociabilidade, que o enfrentamento e a resistência à violência e insegurança objetiva alcançarão resultados.

⁶ O Paraná foi o penúltimo Estado a instalar a Defensoria Pública apesar da regulamentação sobre o assunto ter origem em 2011. Além disso, para a instalação foi necessária uma determinação judicial do Supremo Tribunal Federal (STF), em meados de 2013 (ANTONELLI, 2013).

2.4 O caminho pela sociabilidade: espaço e vida pública

Esta porção da tese busca apresentar a perspectiva da sociabilidade a partir do espaço público e da vida pública no intuito de demonstrar um caminho que se acredita indispensável para o enfrentamento e a resistência ao fenômeno da violência e da insegurança objetiva, especialmente em pequenas cidades.

O problema da violência não será revolido enquanto insistirmos em tratá-lo como uma mera questão de segurança, ou de polícia. Qualquer que seja o caminho a ser trilhado, ele certamente implicará, em seus primeiros passos, a reconstrução de uma esfera de vida pública, na qual os destinos coletivos possam ser coletivamente discutidos e implementados (BEZERRA JÚNIOR, 2006, p. 59).

A sociabilidade é uma forma espontânea de interação, definida como sociação, ou seja, é a base da sociedade humana, já que faz com que as pessoas vivam, umas com as outras, em relações de co-dependência (TURRA NETO, 2008). Nesse caso, a principal motivação decorre simplesmente do fato de estar em relação com alguém.

A partir de Marx (2011), a sociabilidade compõe um conjunto de relações sociais que materializa e produz a existência humana em essência. Isso não ocorre de maneira isolada, em cada indivíduo, mas pela perspectiva de que cada um existe para o outro. Nesse sentido, Frankl (1992, p. 77) corrobora com “dirigir-se para além de si mesmo, para algo diferente de si mesmo, para alguma coisa ou alguém (...) não é por quaisquer condições internas (...), mas (...) para o mundo lá fora”, transcendendo a si mesmo e direcionando à sua exterioridade.

Os estudos de Lugan (1997) demonstram que se trata de um processo necessário para dar a cada um dos indivíduos o reconhecimento social de uma dada comunidade. Em síntese, é por meio dos conjuntos de relações que os indivíduos concretamente existem e fazem sentido de existência.

Associando sociabilidade à violência, retoma-se ao efeito inflacionário da violência descrita por Zaluar (2002): o aumento dos patamares de crimes reduz a qualidade de vida da população e, por consequência, o desenvolvimento econômico e de reivindicações sociais a partir do momento em que as pessoas se trancam em casa, “seja na favela, seja no bairro popular, seja no bairro de classe média” (ZALUAR, 2002, p. 76). Assim, abandonam a organização e participação das decisões locais e, principalmente, pouco convivem entre si.

Em vez disso, muitos trancafiam-se, armam-se e preparam-se para enfrentar os próximos perigos como se estivessem numa guerra. O resultado disso é um generalizado desrespeito pelas regras de convivência social, para não falar de regras fundamentais à segurança de todos (ZALUAR, 2002, p. 77).

Por isso, para Zaluar (2002), os efeitos mais evidentes da violência, geradora do medo e da insegurança (portanto, insegurança objetiva), vão além das modificações no visual das cidades (muros altos, alarmes, câmeras, etc.), ou seja, atingem, principalmente, “o descrédito no trato com estanhos e a descrença na participação democrática” (ZALUAR, 2002, p. 77). Corroborando com isso, Bauman (2013) considera que na vida líquida a fonte de perigo se trasladou no coração da própria cidade, em que amigos, inimigos e, sobretudo, estranhos se mesclam pelas ruas das cidades e as compartilham lado a lado.

De acordo com ele, a guerra contra a insegurança, os perigos e os riscos ocorrem no interior das cidades, onde se definem, também, campos de batalhas, principalmente para separar os estanhos e proibir a entrada de outros, que se tornaram comuns nas paisagens urbanas, resultado do real estado de emergência que vivem os moradores encandecidos por segurança (BAUMAN, 2013).

Nesse sentido, Magrini (2013) considera que a violência e a insegurança urbana são responsáveis por estabelecerem novos modos de sociabilidade e de produção e reprodução do espaço. Elas atingem de formas distintas os habitantes e seus cotidianos, “mas apesar desta multiplicidade, é na conjunção de suas experiências e representações que vamos encontrar as bases para a produção das tramas que compõem o imaginário das cidades inseguras” (MAGRINI, 2013, p. 468).

Diante das explicações conceituais, fica evidente que a sociabilidade é indispensável para a existência humana em sociedade. No caso do mundo contemporâneo, a sociedade humana se assenta, especialmente, nos espaços urbanos. E, nesse caso, vivencia-se uma situação semelhante, ou seja, a existência das cidades depende das “relações diretas entre as pessoas e os grupos que compõem a sociedade” (LEFEBVRE, 2001, p. 52). Logo, a produção da cidade é uma produção e reprodução de seres humanos que vivem juntos.

Nas pequenas cidades, a sociabilidade assume características próprias já que é “largamente condicionada pela pessoalização” (CANIELLO, 2003, p. 33). Essa proximidade produz o que ele chama de “visibilidade inevitável”, na qual uma das principais características é “a dificuldade em veicular demandas conflitivas, o que

marca fortemente a cena social por relações de solidariedade e reciprocidade ‘obrigatórias’” (CANIELLO, 2003, p. 33).

Lugan (1997) também destaca a sociabilidade em pequenas cidades. Para ele, nesses espaços, a atenção de todos está constantemente fixada no que todos fazem, inclusive os desvios e as falhas que são cometidas, sendo, então, motivações para possível repressão. Nesse sentido, o autor trabalha a conceituação das relações de sociabilidade chamadas de secundárias ou formais e técnicas.

Nas pequenas cidades, historicamente, existe o predomínio de relações primárias, chamadas de afetivas e de solidariedade. No entanto, esse contexto vem sendo alterado por uma redução nos contatos sociais. Isso ocorre, segundo o autor, à medida que as pequenas cidades vão se inserindo no modelo econômico e na divisão de classes e do trabalho: “as tensões entre as categorias sociais que são observadas na escala global, não podem deixar de ser encontradas na escala das pequenas comunidades urbanas” (LUGAN, 1997, p. 403). Por isso, em muitas localidades, as relações primárias estão sendo substituídas, rapidamente, pelas secundárias.

Assim, no caso específico das pequenas cidades, essas transformações nas relações de sociabilidade são mais perceptíveis e mais significativas, especialmente por serem (ou terem sido) reconhecidas como o *locus* da materialização essencial dessas relações. Portanto, o que se percebe, cada vez mais, é uma mudança em trânsito que restringe as relações primárias entre partes das famílias e/ou grupos que se identificam socialmente.

A sociabilidade contemporânea, incluindo nas pequenas cidades, se adapta às mudanças ocasionadas pelos avanços tecnológicos, como a televisão, o telefone celular e a internet, “que teoricamente ampliariam as relações humanas, mas que efetivamente provocaram o isolamento, afetando a efervescência que existia nas cidades como pontos de encontros (ENDLICH, 2006, p. 155). D’Incao (1994) corrobora com isso ao considerar que a televisão ocupa as pessoas, empobrecendo a vida pública e reduzindo os diálogos dentro das próprias residências.

Silva (2004) é audacioso em seu trabalho ao propor o conceito de “sociabilidade violenta”. Para ele, a qualidade das relações sociais ocorre a partir das práticas violentas, ou seja, uso da força nas relações sociais. Assim, acredita-se que, por meio dessa perspectiva, a sociabilidade tem, recorrentemente, alterado o modo de vida urbano.

Há muito tempo que assaltos, roubos, seqüestros, linchamentos, etc., vêm aceleradamente deixando de ser percebidos como desviantes e ocasionais por agentes, vítimas e observadores – sem que, por isso, se possa afirmar que se trata tão somente de um processo de incorporação destas relações sociais à ordem institucional-legal, aos costumes dominantes ou às rotinas vividas como não problemáticas. Ao contrário, há fortes indícios que os padrões convencionais de sociabilidade (...) perdem validade e são substituídos segundo disposições subjetivas e coerções reciprocamente articulados (SILVA, 2004, p. 61).

Essa sociabilidade, contextualizada anteriormente, é indissociável da proliferação dos espaços públicos e da valorização da vida pública, especialmente na participação das decisões no município, já que “não se pode pensar em compartilhar uma experiência sem partilhar um espaço” (BAUMAN, 2009, p. 51). Nesse sentido, sociabilidade e espaço público se configuram nos principais movimentos de resistência e enfrentamento do fenômeno da violência e da insegurança objetiva.

As discussões do “público”, desde a ágora grega e o fórum romano, se modificaram com o neoliberalismo, que propagou reflexões sobre o “privado”, considerando, simplificada, que o “âmbito do Estado” tem regulação pública, e o “âmbito do mercado” é submetido ao privado/particular (LOBODA; 2008; SAPORI, 2007). A ausência do Estado na responsabilidade de seu âmbito, gera, cada vez mais, “soluções privadas para problemas de origem social” (BAUMAN, 2010, p. 50).

O espaço público na concepção de Loboda (2008, p. 70) incorpora os temas da “cidadania, democracia, identidade, cotidiano, espaço vivido, memória, cultura, segregação, exclusão, fragmentação, dentre outros”, sendo entendido “enquanto locais de interação socioespacial”. Já Arango (2014) considera-o como uma construção social e uma política de Estado, implicando domínio público, uso social e coletivo e multifuncionalidade. Ele deve ser considerado um espaço aberto, de reunião e de livre movimento para seus habitantes sendo, portanto, o protagonista na cidade.

Os espaços públicos são fundamentais para os cidadãos das cidades. A sua função na morfologia urbana deve permitir multiplicidade de usos e atividades e, principalmente, de fluxos com diferentes origens culturais gerando, por conseguinte, trocas entre os usuários. Essa perspectiva é tão relevante que sem ele (e sem seu uso), os fenômenos de marginalização e de tensão social aumentarão, assim como a presença da criminalidade nesses espaços (ARANGO, 2014).

Nesse sentido, Bondaruk (2015) considera que o desenho, a construção e a manutenção dos espaços públicos são fundamentais para o uso sadio por parte da

sociedade e, quando isso não ocorre, eles se tornam pontos de encontro da delinquência que fazem dele seu território. Então, ele sugere algumas diretrizes para os espaços públicos manterem-se seguros, das quais merecem destaque: (i) integração com o entorno; (ii) permeabilidade de circulação e de visualização; (iii) diferentes usos (quiosque, banca de revista, coretos e espaços de apresentação cultural, etc.) para que exista vida durante todo o dia; (iv) sistema de iluminação distribuído de forma a iluminar a maior área possível e adaptada à arborização para evitar a formação de sombras densas; e (v) sistema de conservação permanente.

A compreensão de espaço público de Souza (2008) ocorre por meio de dois sentidos articulados: um imaterial e outro material. O primeiro vincula-se à área de atuação e à existência de condições que propiciem a interação dos indivíduos (sociabilidade); já o segundo, enquanto espaço concreto, permite o primeiro fazer sentido.

É nos espaços públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue das outras formas de convivência humana atingem sua mais complexa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos (BAUMAN, 2009, p. 70).

Essa vida urbana no espaço público é explicada por Bauman (2009; 2013) como as interações cotidianas, principalmente com os estranhos, em palavras trocadas com o motorista do ônibus, o jornalista, o garçom, etc., ou simplesmente em gestos, como cumprimentos, sorrisos, entre outros. Assim, a união humana alcança sua máxima expressão. Entretanto, o capitalismo e a globalização deterioraram os espaços públicos, tornando-os espaços abandonados, rotulados negativamente e transformados em áreas de circulação, como a inexistência de praça pública em Nova Tebas, no interior do Estado do Paraná (FERNANDES, 2012).

Fernandes (2014), a partir dos dados de uma pesquisa divulgada pelo Instituto Data Popular em parceria com uma empresa de cosméticos, apresenta uma realidade apavorante sobre a violência contra a mulher em espaços públicos: 78% das jovens brasileiras, entre 16 e 24 anos, já sofreram algum tipo de assédio, como cantadas ofensivas (68%), toques indesejados (44%) ou assédios no transporte público (31%).

Nesse sentido, no Brasil, segundo Engel (2015) em diagnóstico lançado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), as violências típicas dos espaços públicos são aquelas de cunho interpessoal, que se referem às brigas de bar, de

vizinhos, vinganças, etc., entre sujeitos que não mantêm uma relação conjugal ou filial. Já em alguns Estados, como no Rio Grande do Sul, o ápice da violência, os homicídios, ocorrem, em sua maioria (68%), em espaços públicos (AMORIM, 2012).

O declínio não é apenas dos espaços, mas, também, da vida pública ou como Sennet (1998) anuncia: “do homem público”. A renúncia do espaço é, também, o abandono da vida nele e, por conseguinte, das discussões acerca do público, perdendo seu caráter “de um espaço para o exercício do diálogo da vida comum, um espaço compartilhado” (LOBODA, 2008, p. 78). Bauman (2010, p. 33) colabora, nesse sentido, apontando que, na fase líquida da modernidade, o indivíduo atua “como o único administrador da política da vida”, ou seja, se consolida uma cultura feita a partir da liberdade de escolha individual e não mais coletiva.

Diante das contribuições apresentadas por inúmeros autores e expostos nesta seção, a Figura 4 esboça, por meio de um “ciclo vicioso”, a construção de uma interpretação acerca do esvaziamento da vida pública nas pequenas cidades. No ciclo, não há um início e as partes se articulam, ocorrendo concomitantemente.

Figura 4. “Ciclo Vicioso” do esvaziamento da vida pública, 2016



Elaboração: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

O ciclo está associado à violência e à insegurança objetiva, à escassez de contato humano (mudanças na sociabilidade primária e propagação de uma sociabilidade violenta), ao individualismo (marca do capitalismo e da globalização), à

insegurança pessoal (resultado da modernidade líquida), à ausência do Estado e às políticas repressivas, à mídia, ao tráfico e ao consumo de drogas (que não enfrenta barreiras para sua difusão e espacialização), entre outras ramificações, que acabam por remodelar o comportamento contemporâneo esvaziado de vida pública. Para entender melhor esse esboço, elencam-se dois espaços expressivos: a rua e a praça.

Para D’Incao (1994), há uma recusa da rua, rotulada como perigosa. Segundo a autora, ela perdeu sua condição de espetáculo e de representação social, vem funcionando como espaço de passagem, especialmente de carros e motos, e tem sido associada à pobreza, à sujeira, à violência, enfim, às coisas de esfera ruim. A condição e representação, citada por D’Incao (1994), refere-se ao brincar, passear, conviver com o diferente, socializar, aceitar, etc. Para suprir o local da rua, surgem e propagam-se os *shoppings* e os barzinhos da moda (D’ INCAO, 1994).

A exclusão da rua como local de interação social provoca distância de percepção entre si dos diferentes grupos ou classes sociais, ocasionando, entre outras coisas, o pânico, advindo em grande parte da ignorância (D’INCAO, 1994, p. 97).

Arango (2014) considera que a rua foi abandonada e se tornou um espaço inseguro. Em seus estudos sobre a Cidade do México, capital mexicana, ela percebeu que a obsessão por segurança e o aumento do sentimento da insegurança dos moradores têm gerado uma privatização das ruas como uma medida “normal” de proteção, o que mudou o sentido das ruas e os trajetos para deslocamento na cidade.

Já a praça é um dos espaços mais significantes da vida urbana, especialmente por redefinir os papéis sociais (SENNETT, 1988). Segundo Caldeira (2007, p. 3), “são espaços simbólicos, lugares de memória, alma da cidade” e locais, em essência, de vida pública, representando nós de confluência social.

Como elemento urbano, as praças representam espaços de sociabilidade propícios ao encontro e ao convívio. Na cultura ocidental, esses espaços têm desenvolvido um papel essencial. (...). As praças são espaços permanentes no desenvolvimento das cidades. Sua função e morfologia, porém, estão atreladas aos processos de formação política, social e econômica próprios da gênese urbana (CALDEIRA, 2007, p. 4).

Em síntese, Caldeira (2007) pontua que diversas ciências consideram a praça como um espaço coletivo, comum ou público, no qual o termo engloba “questões

socioculturais, uma vez que representa o lugar do encontro, onde se desenvolve a vida social, e o espaço de identidade, onde os grupos sociais se reconhecem e onde existe a possibilidade de trocas” (CALDEIRA, 2007, p. 15).

Apesar disso, a evolução histórica, a definição do modelo de produção vigente e a globalização influenciaram nos espaços públicos das praças. Assim, no chamado contexto das novas propostas urbanas, a praça perdeu o prestígio como espaço de sociabilidade, local de encontro e de lazer, e ganhou novos papéis, como espaço de circulação (CALDEIRA, 2007).

Gradativamente, o espaço da praça deixa de ser importante como elemento social na vida urbana e passa a assumir funções voltadas notadamente para o caráter técnico e estético. (...). Valorizada como espaço central, sala de visitas, local de reunião da cidade tradicional, a praça passa a representar um encontro de vias e avenidas, com sua forma isolada pelo sistema viário. (...) debilitam seu desempenho, reduzindo seu valor como espaço essencial da vida cidadina (CALDEIRA, 2007, p. 243).

É relevante considerar que as praças contemporâneas também assumiram outras funções, como destaca Daniel (2011, p. 63): “em algumas praças foram implantadas atividades comerciais, como lanchonetes, camelôs, bancas de revistas”. A inserção dessas “novas funcionalidades” são reflexo, direto, da insegurança que as praças transmitiam aos moradores e usuários desses espaços: “os sentimentos destacados foram abandono, insegurança, descansa” (DANIEL, 2011, p. 132). Portanto, a apropriação restrita ocorre justamente pelo “medo da população”.

Tratado como perigoso e nocivo às pessoas, o espaço público começa a ser privatizado pelo Estado. Tal situação associa-se a um processo mais amplo chamado, segundo Clavell (2010), de “mercantilização da cidade”, no qual “os códigos da vida pública passam a ser determinados e definidos pelos códigos da vida privada, abolindo-se a diferença entre espaço público e espaço privado” (CHAUI, 2006, p. 9).

Essa dinâmica de consumo do espaço – simplesmente consumido e produtivamente consumido – determina que a produção, comercialização e consumo do espaço urbano se convertem em aspectos fundamentais da própria reprodução e acumulação do capital. A cidade vendida aos pedaços (...) torna-se parte integrante da reprodução capitalista (SOBARZO MIÑO, 2004, p. 110).

Para Pedrazzini (2006, p. 118), os espaços públicos “tendem à privatização para atender às exigências de segurança e com consentimento (...) de habitantes”, sendo que essa situação equivale a sua destruição, que ocorre ancorada no próprio poder que é público (PEDRAZZINI, 2006). É uma circunstância antagônica e até incoerente, mas muito recorrente. Então, significa o poder público permitindo e sendo conivente com a privatização do espaço público, que, por sua vez, representa, material e imaterialmente, a própria essência do poder e da vida pública.

Em outros casos, em vez de o Estado privatizar o espaço público, ele modifica a arquitetura para “direcionar” ou evitar a utilização dos bancos, marquises, entre outras coisas, como ocorre nos casos dos bancos com formato cilíndrico, dos sistemas de irrigação, da separação física, da cobrança pelo uso ou até a própria retirada dos bancos. Bauman (2013, p. 100) reconhece isso como “arquitectura del miedo y de la intimidación” e considera que os espaços se transformam em áreas cercadas e vigiadas 24 horas por dia. Esses mecanismos, criados em grande maioria nos Estados Unidos da América, se aplicam, além dos bancos citados, em parques urbanos, estações⁷ de transporte público, repartições públicas, etc. (BAUMAN, 2013). Nesse sentido, existem inúmeros exemplos espalhados pelo mundo, inclusive com um laboratório de arquitetura e design contra o crime⁸.

Por isso, apresenta-se a Figura 5 para ilustrar o contexto apresentado. No lado esquerdo estão os “novos” bancos instalados na Praça da República, em São Paulo (SP), para inibir que as pessoas deitem e durmam, e no lado direito, aparece uma ação de arquitetura criada pela prefeitura de Belo Horizonte (MG) para proibir que moradores de rua durmam, ou residam, sobre os viadutos do centro.

Nesse sentido, Vidal-Koppmann (2014) considera que o desenho urbano assegura o controle do espaço. Em síntese, a autora reitera que o discurso do medo e, portanto, a necessidade de proteção, tem sido o principal argumento para a demanda pelo uso de equipamentos eletrônicos, proporcionando um crescente fenômeno de controle do espaço urbano. É interessante pontuar que em diversas passagens ao longo do seu trabalho, ela destaca o aumento significativo de violências concretas, principalmente nos espaços mais controlados, demonstrando uma intensa crítica à própria dialética criada.

⁷ Na Estação Central de Copenhague, na Dinamarca, é proibido sentar-se em qualquer lugar, inclusive no chão. Tal atitude é combatida por meio da aplicação de multa ao usuários (BAUMAN, 2013).

⁸ Mais informações em <http://www.designagainstcrime.com/>.

Figura 5. São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG). Arquitetura de controle



Fonte: Cintra (2010) e Vieira (2012)

O controle do espaço público, entendido a partir de Vidal-Koppmann (2014), representa os novos urbanismos privados da cidade, que se configuram como uma versão pós-moderna do feudalismo e das cidades medievais, com ênfase em três características: a relação do entorno e o controle do espaço público, os acessos e as barreiras e o uso e ocupação do solo e dos equipamentos comunitários.

De acordo com Lefebvre (2001), as cidades servem, cada vez mais, como espaços de passagem, em uma circulação entendida por esfera privada. Logo, nesses espaços, a “vida urbana encontra-se (...) cada vez mais degradada (...) perdendo os principais atributos que é proporcionar o encontro e o convívio entre as diferenças” (ENDLICH, FERNANDES, 2014, p. 16). Os encontros e convívios são indispensáveis na luta de resistência contra a supressão do espaço e da vida pública. Assim, Lefebvre (2001) alerta que simultaneidade e encontro não podem desaparecer da vida pública.

Para Carlos (2014), a reprodução do espaço urbano aprofunda a contradição entre o processo de produção social e sua apropriação privada. Ou seja, sua reprodução, baseada na propriedade privada, proporciona desigualdades em suas mais variadas formas. Assim, essa situação origina a luta, que se desenrola em espaços públicos, implantada na contradição dominação-apropriação do espaço. Logo, redefine, cada vez mais, uma vida cotidiana em espaços fragmentados, caracterizados pela segregação, reconhecidos como novo modo de vida que é, segundo Carlos (2014), dramático.

Isso caminha opostamente ao sentido de cidade, que é de um espaço para a realização da vida a partir, segundo Carlos (2014), do uso desse espaço pelo corpo: relações de vizinhança, ato de andar de um ponto para o outro, momento de encontro, etc. Esses usos se configuram por atos pequenos e comuns e, aparentemente sem sentido, tornam profundos os laços transportadores de identidade.

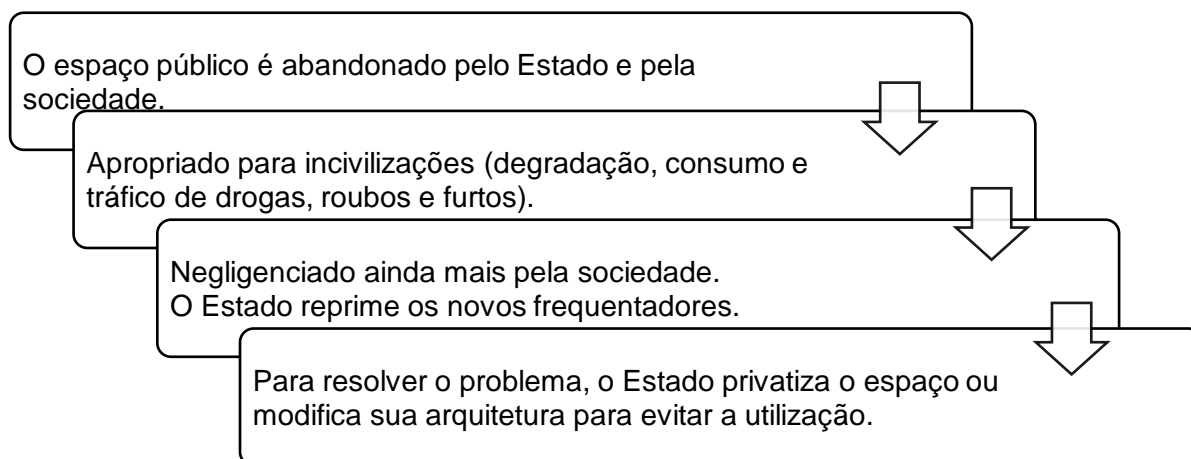
Então, cidadãos ocupando as ruas e os espaços públicos evitam a precariedade, o empobrecimento e a deterioração da vida. Assim, esses espaços adquirem o seu principal significado: o de encontro. Por conseguinte, configurando uma resistência às desigualdades e às privações construídas, essas práticas e demandas democráticas colocam em embate os interesses da sociedade contra os interesses dos empresários que reconstroem as cidades (e os espaços públicos) visando, entre outros benefícios, ao lucro.

Jane Jacobs (2001) considera que os espaços públicos urbanos cheios de vida representam a recuperação da cidade e da segurança pública. Essa articulação ganha significância pelo sentido de “colocar os olhos” dos moradores nesses espaços o maior tempo possível. Isso estimula, concomitantemente, uma existência maior de convivência e de segurança.

A Figura 6 apresenta, em síntese, a interpretação crítica desta tese acerca do ciclo de vida dos espaços públicos a partir das leituras e das perspectivas apontadas pelos vários autores utilizados e dos inúmeros exemplos concretos em praças, parques, terminais, passarelas, etc., inclusive de cidades pequenas.

O ciclo se inicia com a modernidade, especialmente com a consolidação do capitalismo como modelo de produção e da globalização, e se materializa pelo abandono do espaço público pelo Estado (se ausenta da manutenção e da segurança) e pela própria sociedade (troca-o pelos meios de comunicação, como televisão, telefone e internet). Assim, no primeiro momento, há o esvaziamento do espaço público. Na sequência, ele acaba sendo apropriado pelas incivilidades e passam a vivenciar casos recorrentes de violência. Decorrente disso, a sociedade, agora insegura e com medo, ratifica e amplia a sua negação e o seu abandono pelo espaço público, e o Estado intervém no espaço reprimindo os novos frequentadores, inclusive aqueles que sofrem com a violência do Estado, como os sem habitações. Finalmente, o Estado, ineficiente na promoção das políticas públicas, com o apoio da sociedade, privatiza os espaços públicos ou modifica sua arquitetura.

Figura 6. Ciclo de vida dos espaços públicos, 2016



Organização: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Esse ponto remonta-se ao início desta parte da tese quando se abordou a liberdade provocada pelo ar da cidade. Para Bauman (2009), o *stadtluft frei machen* (o ar da cidade é libertador) é eliminado na modernidade e o espaço público é, para Souza (2008), “anêmico”, ou seja, enfraquecido de consistência, vitalidade e densidade. Socialmente, as piores consequências ocorrem com a autosegregação, pelo fato de se fechar para o diferente e para a vida coletiva. O máximo de intensidade dessa autosegregação é, para Souza (2008), a proliferação dos condomínios fechados, como parte da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial.

A auto-segregação é uma solução escapista. Representa uma fuga e não um enfrentamento (...). Como tal, não passa de uma pseudo-solução. Se, de uma parte, os “condomínios exclusivos” prometem solucionar os problemas de segurança (...), de outra parte deixam intactas as causas da violência e da insegurança que os nutrem. Pior: no longo prazo, colaboram para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade (SOUZA, 2008, p. 73).

Nesse caso, duas situações se desdobram: a ausência de pertencimento aos problemas da cidade, especialmente os de ordem pública, como saneamento básico, transporte público, poluição, geração de emprego, sistema público de saúde, educação e lazer, etc., e a ampliação do medo e da insegurança, já que quanto mais segurança dentro dos muros, mais coragem é preciso para ir além do alcance da rede eletrônica de segurança (BAUMAN, 2003).

Efetivamente, não há sociabilidade em plenitude nesses espaços segregadores, já que o contato é apenas com pessoas da mesma classe social e artificial (BAUMAN, 2009), chegando à situação de que o desconhecido é temido e, por conseguinte, toda e qualquer comunicação, por mais simplória que seja, deve ser evitada, como pedir informação, desejar bom dia, boa tarde e boa noite, tentar puxar papo no ônibus ou supermercado, entre outros exemplos. Geralmente, cada um convive com seu celular, sua música, sua vida... – uma verdadeira ruptura social.

Além disso, Vidal-Koppmann (2014) destaca que, dentro de alguns condomínios, o acesso aos equipamentos coletivos, como piscinas e áreas recreativas, é diferenciado para o conjunto dos moradores. Portanto, há mais fragmentação e esvaziamento dos laços de sociabilidade dentro dos espaços que já são segregados. A autora ainda transita pelo antagonismo na “busca por liberdade” dentro desses espaços, que acabam sendo comunidades apenas no nome, já que os contatos são efêmeros e as liberdades são trocadas pelo “máximo de segurança” - “la forzosa relación entre seguridad y libertad” (VIDAL-KOPPMANN, 2014, p. 4), considerada nesta tese como uma dialética.

O contexto apresentado também se refere às pequenas cidades, como foi destacado anteriormente sobre os espaços públicos que se converteram em locais de embates entre rivais políticos ou conflitos decorrentes de disputas carnavalescas. Além disso, são ocupados por grupos e quadrilhas que comandam o tráfico de drogas, a prostituição, a exploração infantil, entre outras atividades. Até o esvaziamento do público já está alterando hábitos e costumes que as cidades pequenas tinham de promover eventos nos espaços públicos, como aniversário da cidade, rodeio, quermesses, etc., que acabam em brigas, esfaqueamentos, tiroteios e até homicídios.

Nesse sentido, a Figura 7 apresenta três casos com o propósito de exemplificar o esvaziamento dos espaços públicos em cidades pequenas de diferentes regiões do Brasil. O primeiro exemplo vem do interior de Santa Catarina, no município de Porto União, que tem 33.493 habitantes (IBGE, 2010) e está a 448 quilômetros de distância de Florianópolis. O crime, motivado por um desentendimento entre duas pessoas, ocorreu na praça pública do distrito de Santa Cruz do Timbó, a 19 quilômetros da cidade de Porto União (SILVA, 2015a).

O segundo exemplo ocorreu no Maranhão: a Prefeitura de São João do Sóter, município de 17.238 habitantes (IBGE, 2010), distante 420 quilômetros de São Luís, capital do Estado, cancelou o carnaval de 2015 devido ao aumento da violência no

município. Segundo a prefeitura, o assassinato de um comerciante e, conseqüentemente, o linchamento, que levou a óbito de dois suspeitos por parte da população local, influenciaram na decisão de não promover a festividade no espaço público da cidade (SILVA, 2015b).

Figura 7. Esvaziamento do espaço público em cidades pequenas

<p>Porto União (SC)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Homem é assassinado com golpes de facão em praça pública de distrito (SILVA, 2015a)
<p>São João do Sóter (MA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura cancela carnaval de rua por causa da violência no município (SILVA, 2015b)
<p>Porto Walter (AC)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Traficantes impõem toque de recolher em espaços públicos (MATOS, 2012)

Organização: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Finalmente, o terceiro exemplo foi pinçado do extremo Oeste do Acre. Segundo Matos (2012), traficantes estão impondo restrições de andar pelos espaços públicos, a partir das 20 horas, no município de Porto Walter, de 9.176 habitantes (IBGE, 2010), a 770 quilômetros de distância de Rio Branco, capital do Estado, via um acesso ruim e demorado. Diante disso, o isolamento de Porto Water torna-se motivador para a violência e a insegurança objetiva.

Já sobre as conseqüências sociais, D’Incao (1994, p. 98) apresenta o caso de Pedrinhas Paulista, interior de São Paulo, com 2.932 habitantes, de acordo com o IBGE (2010), onde um condomínio fechado vertical (muitos andares e piscina, segundo a autora) foi construído em uma comunidade rural. Além disso, a autora encontrou nas pequenas cidades que estudou um crescente repúdio à escola pública, e, como conseqüência disso, o surgimento de escolas privadas, principalmente, com educação integral. Portanto, no atual mundo capitalista globalizado, as cidades pequenas vinculam-se à dinâmica dos tempos rápidos, até mesmo na lógica da violência, da insegurança e do medo.

Transitar pelos referenciais teóricos selecionados por esta tese tem-se mostrado uma tarefa difícil e árdua. As leituras sobre violência, insegurança e suas

ramificações contemplam, quase sempre, espaços metropolitanos. Logo, faltam literaturas sobre esses temas associados às pequenas cidades. Diante disso, como autocrítica, fica evidente que algumas articulações e reflexões possuem lacunas e precisam de mais tempo de dedicação a sua análise para avançarem. Por isso, alguns pontos são apresentados na sequência a fim de se pensar em uma agenda futura sobre o tema.

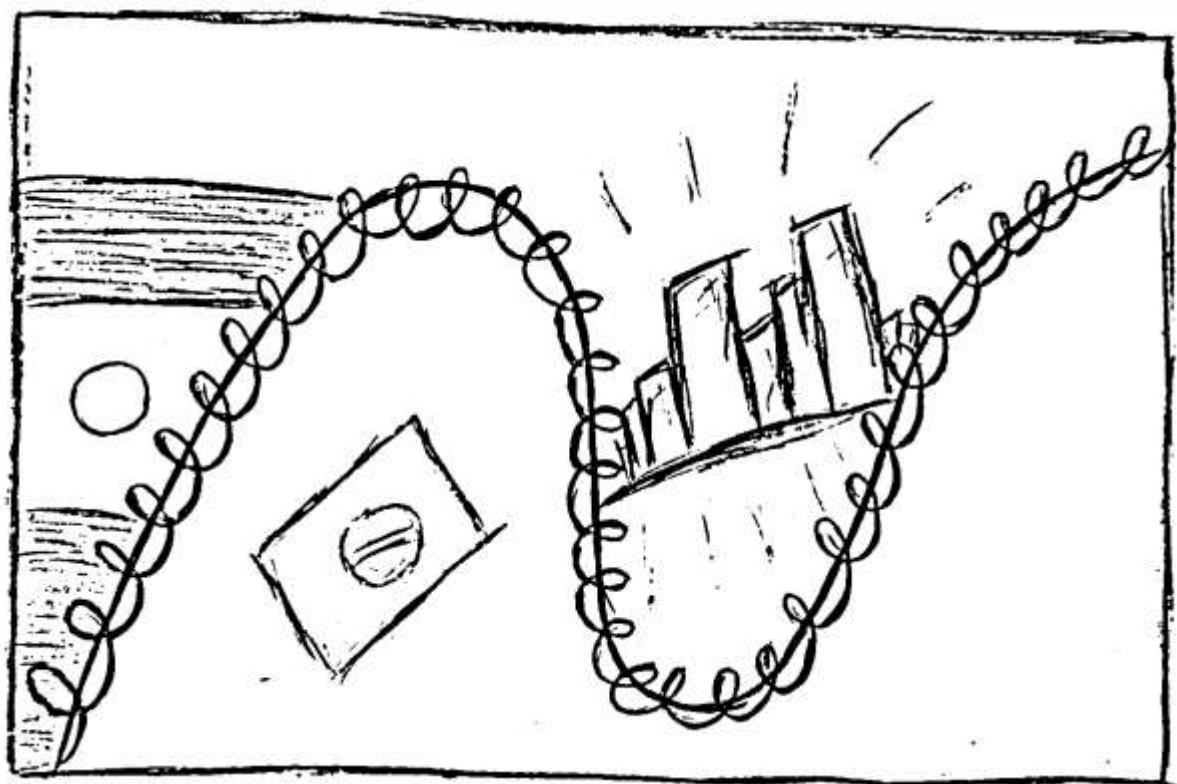
Há, claramente, a necessidade do desenvolvimento de mais instrumentos teóricos e empíricos para abordar e entender o tema da violência, insegurança, sociabilidade, fragmentação, autosegregação e espaços públicos em municípios polarizados por pequenas cidades. Além disso, é imprescindível destacar mais nos trabalhos acadêmicos as ações e estratégias sociais do poder público e da sociedade para garantir o retorno e a manutenção dos espaços públicos, especialmente as praças e ruas. Seria uma utopia? O abandono do espaço público não seria reflexo, também, do abandono da vida pública? Deve-se pensar em formas e conteúdos para reverter esse quadro de depredação da vida pública.

Na esfera pública, quanto maior a conscientização e a aceitação da heterogeneidade e da autonomia coletiva, maior será a consistência da vida pública e maior a participação nela, ou seja, a resistência e o enfrentamento começam pelo direito à voz, à opinião, à participação efetiva e concreta nas decisões sobre o espaço urbano e sobre as políticas públicas. Assim, representa a valorização do Plano Diretor participativo, do acompanhamento das sessões nas câmaras legislativas municipais, das reuniões pedagógicas sobre o ambiente e a comunidade escolar, das associações de bairros, etc. Por isso, é relevante falar e valorizar as “diferentes vozes”.

Além disso, como utilizar-se da internet e das redes sociais como instrumentos favoráveis à sociabilidade e à vida pública? Que sociabilidade é essa virtual? No mundo contemporâneo há uma remodelagem nos laços pessoais a partir dessas redes que necessitam de avanço teórico e metodológico, principalmente na articulação das pequenas cidades (esfera local) com as esferas nacional e global.

Após essas reflexões teóricas de análise geral, o trabalho volta-se a transitar pelos fatores interpretativos para a tese da violência e da insegurança objetiva nas pequenas cidades, principalmente pela escala regional de análise a partir do Norte do Estado do Paraná.

PARTE II – OS FATORES EXPLICATIVOS PARA A VIOLÊNCIA E A INSEGURANÇA OBJETIVA NAS PEQUENAS CIDADES DO NORTE DO PARANÁ



(Adriana Carnevalli)

Fronteira, metrópole e ausência cercam as pequenas cidades...

Parte III – Os fatores explicativos para a violência e a insegurança objetiva nas pequenas cidades do Norte do Paraná

Esta terceira parte apresenta os fatores explicativos para a tese da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades, considerando, especialmente, a região Norte do Estado do Paraná. Assim, as perspectivas de explicação se articulam, concomitantemente, por meio de três abordagens:

- ❖ o transbordamento metropolitano a partir da construção de um modo de vida alicerçado no modelo de produção capitalista e da difusão dessa lógica pela mídia e pela internet;
- ❖ o tráfico ilícito de drogas e demais produtos, além do tráfico humano, que articula-se à economia em redes e atinge as pequenas cidades a partir dos vínculos com a globalização;
- ❖ a perda de centralidade e o esvaziamento dos núcleos urbanos que arrefeceram uma série de serviços, inclusive os de segurança pública.

Compreende-se que essas três abordagens não ocorram isoladamente, mas que a realidade problematizada decorra em grande parte desses fatores. Portanto, nenhum espaço explica-se por um só deles, todavia, é certo que em alguns municípios determinados elementos explicativos sejam mais expressivos. A escolha dos municípios trabalhados considerou isso.

Nesse sentido, esta parte foi construída a partir de embasamentos teóricos e empíricos, em escala regional, para mostrar, sem exageros ou reduções simplistas, que cada vez mais a tranquilidade, entendida pela ausência de segurança, em pequenas cidades, vai sendo sobreposta por uma violência crônica e uma insegurança objetiva. Ambas influenciam negativamente na sociabilidade e na pessoalização, marca dessa tipologia de localidade e, por conseguinte, na apropriação dos espaços públicos e da vida pública, gerando uma nostalgia, um resquício, de uma realidade passada relativamente recente.

É fundamental recordar que a parte anterior contemplou reflexões, principalmente, em escalas global e nacional de análises. Esta parte caminha por explicações em escala regional. Já as próximas três partes abordam a escala local de análise por meio da realidade e das especificidades de pequenas cidades da região Norte do Estado do Paraná. Embora haja essa organização nas escalas, elas ocorrem

concomitantemente como perspectiva de estudo e, por isso, em algumas reflexões, aparecem agrupadas.

Antes de abordar as perspectivas explicativas para a tese da violência e insegurança objetiva em pequenas cidades, julga-se indispensável contextualizar, resumidamente, a região Norte do Estado do Paraná a partir da base teórica e metodológica da formação socioespacial, apresentada por Milton Santos (1977) como uma categoria de análise.

O estudo sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas funções, mas sempre um conhecimento específico, aprendido num dado momento de sua evolução (SANTOS, 1977, p. 84).

A totalidade, entendida como o modo de produção com características da acumulação, compõe uma formação socioespacial diferenciada. Assim, a base teórica e metodológica representa um esforço explicativo acerca das especificidades com que um dado modo de produção concretamente se manifesta, em diversas formações econômico-sociais, variantes históricas, geográficas e regionais (CORRÊA, 2000).

No caso do Norte do Estado do Paraná, a presença das pequenas cidades “é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira” (ENDLICH, 2006, p. 23), que, em determinado contexto histórico-geográfico do Paraná, foi a “mais dinâmica” (ENDLICH, 1998, p. 29), impulsionando a migração e o empreendimento dessa área.

Logo, a agricultura cafeeira foi o principal motor das consolidações municipais nessa região, sendo que os primeiros relatos vinculados à presença do café são oriundos de 1860, em um momento em que “a ocupação ocorreu sem planejamento, de forma intensa e desordenada” (ENDLICH, 1998, p. 32). Entretanto, a partir de 1920, as políticas públicas estaduais incentivaram e permitiram concessões às empresas colonizadoras privadas capitalistas para a colonização (ENDLICH, 1998). Finalmente, no início da década de 1940, além das empresas privadas, houve a atuação de “empreendimentos estatais inspirados nas estratégias das referidas empresas” (ENDLICH, 1998, p. 32).

Depois, o declínio da economia cafeeira atuou contraditoriamente à situação inicial, ou seja, expulsando habitantes e influenciando no chamado declínio demográfico, que esvaziou, também, o aspecto funcional, particularmente quanto aos

serviços e comércios (ENDLICH, 2006). Ambos os ciclos – crescimento e declínio demográfico –, em relativo curto período de tempo, modificaram o espaço regional e a estrutura urbana local dos municípios.

A maioria das pessoas que se deslocaram para as cidades pequenas dessa região se depararam com a ausência ou a insuficiência de emprego e renda, moradia, serviços em gerais, como educação e saúde, entre outras necessidades, inclusive de oferta de produtos, lazer, serviços bancários, etc. Assim, as dinâmicas econômicas sofreram transformações e as cidades pequenas passaram a buscar novos papéis e formas de sobrevivência na rede urbana.

Que políticas públicas seriam destinadas a estas pequenas aglomerações urbanas que também apresentam problemas de degradação ambiental, favelamento, retenção especulativa dos terrenos (...)? Como os geógrafos, preocupados com a dinâmica das cidades vão refletir sobre o isolamento e a precariedade social das pequenas cidades? (SOARES, 2003, p. 83).

Nesse sentido, deve-se pensar em uma metodologia teórico-conceitual para esses estudos, especialmente a partir da refuncionalização que as pequenas cidades vivenciam, ocorrendo via funções não-centrais, ligadas à produção no campo, e as centrais, a partir da transformação do núcleo urbano em novas atividades produtivas e/ou de especializações comerciais e de serviços (CORRÊA, 1999).

Diante disso, é dentro desse contexto de formação da região Norte do Estado do Paraná que se apresentam as possibilidades que, embora apresentadas separadas em seções, compõem os fatores explicativos para a tese da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades.

Assim, impulsionadas pelo capitalismo, pela globalização e pela urbanização, as influências metropolitanas alcançam cada vez mais as pequenas cidades, especialmente com a televisão e a internet, espalhando e modificando hábitos, padrões de consumo e urbanidade; as atividades ilícitas, principalmente o tráfico de drogas, produtos, remédios e pessoas, em redes, se difundem por todos os espaços, especialmente aqueles carentes da presença pública e social do Estado, inclusive em garantir uma segurança pública diferente do modelo truculento, influenciando em uma insuficiência de serviços de segurança, deixando localidades à mercê da violência e da insegurança objetiva.

3.1 O transbordamento metropolitano a partir da construção do modo de vida alicerçado no capitalismo e da sua difusão pela mídia e internet

O primeiro fator explicativo busca entender como o modo de vida urbano, que está mais presente e completo na metrópole, transborda para os demais espaços, incluindo as pequenas cidades, uma vez que representa, apesar dos regionalismos, o modo da sociedade ocidental contemporânea capitalista pautado em hábitos de consumo e individualismo, que têm levado a relações marcadas pela instabilidade e superficialidade, constituindo os tempos líquidos (BAUMAN, 2007), que se sobrepõem aos hábitos comunitários e sólidos, marcantes nas pequenas cidades, levando à violência e à insegurança objetiva. Mediante o avanço do capitalismo, observa-se profunda alteração na condição de vida humana e, especialmente, na qualidade da sociabilidade. Além disso, esse extrapolamento é alimentado pelo modelo de produção capitalista e pela globalização e difundido pela mídia e pela internet.

Nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas (...); por sua forma de organização em redes (...). Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente (...). E pela transformação das bases materiais de vida – o tempo e espaço – mediante a criação de um espaço de fluxo e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. (CASTELLS, 2010, p. 17).

São intrigantes e devem ser objeto de reflexão nesse sentido, os dados que divulgam que a maior parte dos assassinatos no Brasil ocorre por motivos banais e entre pessoas comuns, segundo o Ministério Público (LABOISSIÈRE, 2012). Para essa definição de impulso e fútil, foram considerados os homicídios motivados por briga, ciúme, conflito entre vizinhos, desavença, discussão, violência doméstica e desentendimentos no trânsito (LABOISSIÈRE, 2012). No caso do Estado do Acre, todos os homicídios de 2011 e 2012 foram cometidos por impulso ou por motivos fúteis; em São Paulo, o patamar alcançou, no mesmo período, 83% dos homicídios (LABOISSIÈRE, 2012).

São dados muito expressivos e que precisam ser considerados quando se buscam as explicações para o que ocorre em pequenas cidades. Se a maioria das

ocorrências violentas decorre de pessoas consideradas comuns e por motivos fúteis, parece ser preciso reconhecer que há uma violência que perpassa toda a sociedade. Ela está relacionada aos comportamentos decorrentes de valores da sociedade capitalista e já assinalados antes – estímulo ao consumismo e ao individualismo. Enfim, constrói-se uma sociabilidade baseada em laços afetivos cada vez mais superficiais ou inexistentes e provoca-se o isolamento individual, apesar de tantas redes sociais.

Isso significa que existe uma carga potencialmente violenta e que decorre dos valores sociais que circulam na vida contemporânea, que é líquida. Porém, é indispensável ponderar que a violência não é consequência da pobreza econômica, como apresenta Zaluar (2002), ao pontuar que apenas 1% das pessoas consideradas menos favorecidas economicamente de determinado bairro eram criminosas. O que acontece, na verdade, é que os menos favorecidos são vítimas triplamente: dos casos de furtos, roubos, etc.; da violência social imposta pelas classes dominantes e que tem como consequência a marginalização, o preconceito e as injustiças; e, por fim, da violência do próprio Estado que não garante o mínimo de direitos e não fornece uma série de serviços, inclusive o de segurança pública.

Logo, a análise não pode ocorrer pela condição social como caráter criminoso, mas pela perspectiva da própria sociedade, já que a violência é inerente à condição humana, que é pautada pela agressividade e vem sendo domesticada e combatida pelas próprias pessoas no processo civilizatório. Logo, a violência está profundamente na identidade humana, na sua própria essência.

Essas situações remontam ao debate acerca das mudanças que envolvem a questão do rural e do urbano, dentre elas a mudança na sociabilidade cada vez mais individualista e sem cooperação. Isso coloca em contraposição as perspectivas antagônicas do urbano: o urbano que se realiza pela tendência negativa e que se soma à observação anterior – individualismo, monetarização de tudo, egoísmo e despreocupação com o outro –, e o urbano pela perspectiva positiva que, utópico ou materializado em movimentos de resistência, está relacionado ao além das relações capitalistas, superando-as e proporcionando uma vida, entre outras formas, em cooperação.

Esse contexto de esvaziamento das relações estavam, inicialmente, mais presentes nas metrópoles e nas suas áreas metropolitanas, mas vem avançando sobre todo o território, atingindo espaços que apresentavam outra dinâmica: o

contexto de relações primárias de sociabilidade. Assim, o trato do rural e do urbano sinaliza que a sociabilidade secundária, baseada em vínculos profissionais e econômicos, encontra-se mais presente em áreas metropolitanas e, a partir do avanço do capitalismo e da globalização pelos espaços, especialmente pelo papel desempenhado pela mídia e internet, tem, também, esse tipo de sociabilidade atingindo outras áreas, como as pequenas cidades e os espaços rurais.

Portanto, esse fator explicativo é o mais complexo entre os três apresentados nesta tese. Além disso, ele se vincula, diretamente, com diversas explicações teóricas e metodológicas apresentadas na parte anterior. Sendo assim, esta seção da parte busca articular as reflexões teóricas anteriores com as inquietações que permeiam a realidade do Norte do Estado do Paraná, inclusive pela nova concepção “metropolitana” que se tem difundido nesse recorte paranaense.

Sendo assim, a construção desse fator explicativo perpassa – e se estrutura – pelas seguintes explicações: (i) as mudanças que envolvem a questão do urbano-rural, particularmente quanto à sociabilidade, pois parece que a sociabilidade produzida pela sociedade urbana capitalista sinaliza uma tendência negativa e, por conseguinte, é preciso considerar a possibilidade de produzir uma outra sociabilidade positiva e relacionada a outro modelo de urbano que extrapola as relações capitalistas e as supera; (ii) a metropolização e a formação das áreas metropolitanas, inclusive com essa concepção sendo difundida na região Norte do Estado do Paraná; (iii) o escoamento do modo de vida metropolitano para cidades pequenas, especialmente pelos hábitos de consumo, a partir da perda parcial dos papéis metropolitanos que impulsiona uma migração para as cidades médias e pequenas do interior; e (iv) a difusão de toda essa lógica proposta a partir da metrópole pelas ações da mídia e da internet, predominantemente por meio da divulgação, diária, de casos de violência e de insegurança.

Portanto, a explicação da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades por esse arcabouço explicativo propõe um olhar além das ocorrências – visivelmente apresentado e comprovado – mas, como marca da própria sociedade contemporânea decorrente do avanço do capitalismo e dos valores que eles espraiam, representando uma percepção não tão visível, mas profundamente essencial, já que as ocorrências são apenas a expressão mais contundente disso tudo, sendo esse fator o de fundo.

3.1.1 As mudanças do urbano-rural, a tendência negativa da urbanização e a promoção de uma perspectiva positiva do urbano

As mudanças que envolvem a questão do urbano e do rural, particularmente quanto à sociabilidade, somadas à tendência de uma sociabilidade negativa gerada pela condição social da urbanização, colaboram com a perspectiva de construção do modo de vida da sociedade atual, que se difunde por todos os espaços a partir do comando metropolitano. Apesar disso, é indispensável demonstrar, também, a promoção de uma perspectiva positiva relacionada a outro modelo de urbano que extrapola as relações capitalistas e as superam.

Inicialmente, é preciso avançar acerca da relação entre o rural e o urbano, mesmo reconhecendo a vasta dimensão teórica e metodológica desse assunto. Assim, segundo Monte-Mór (2006, p. 10), a “dominação da cidade sobre o campo, como resultado da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e através do comando do mercado sobre as atividades de produção, é fato que marcou as sociedades”, principalmente as capitalistas industriais modernas. Por isso, “só é possível o reconhecimento da diferença e o exercício da reflexão sobre o rural e o urbano, (...), em decorrência da (...) divisão do trabalho” (ENDLICH, 2010).

“Rural” e “urbano” são vocábulos que adquirem significados variados, justamente porque encarados como fundamentais para o planejamento territorial em diversas escalas e para o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: política, econômica, cultural, ambiental, em suma, social. Há uma verdadeira obsessão pela discussão de critérios definidores do corte “rural/urbano” em pesquisas técnicas e em estudos pragmáticos, que tratam tais categorias de modo operatório, basilares para a constituição de um método diferenciador de espaços (BIAZZO, 2008, p. 133).

Logo, entre as muitas perspectivas sobre o rural e o urbano, a vertente culturalista privilegia em seus estudos, majoritariamente, o modo de vida nos espaços rurais e urbanos (BIAZZO, 2008). Isso reduz as dimensões econômicas e técnicas e valoriza as relações sociais e de valores. Nesse sentido, as relações e os valores se modificam na dualidade do rural com o urbano, ou seja, o conteúdo social dos espaços geográficos do campo e da cidade (BIAZZO, 2008), especialmente a partir do modelo de produção capitalista e do fenômeno da globalização.

Os adjetivos urbano e rural (...) ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo (...), cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são difusas e de difícil identificação. (MONTE-MÓR, 2006, p. 10).

Então, o debate deve caminhar pelas manifestações das práticas sociais, cujos conteúdos são incorporados no curso da vida ou herdados, representando universos simbólicos, reproduzidos por cada sujeito em seu convívio social (BIAZZO, 2008). Assim, os espaços político e sociocultural se tornam os centros da organização da sociedade e da economia, desde a diversidade até a escala da vida social (MONTE-MÓR, 2006).

Porém, a industrialização proporcionou transformações radicais, ou seja, impôs à cidade sua lógica centrada no modelo de produção e no seu espaço (o urbano), “organizado como lócus (...) do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca” (MONTE-MÓR, 2006, p. 13).

Como consequência, “o domínio do valor de troca, a ideologia do consumo, consome e dissolve as formas da cidade tradicional e produz uma vida cotidiana pobre e cheia de coação” (ENDLICH, 2010, p. 22). Então, segundo Monte-Mór (2006), o espaço da cidade de reprodução da sociedade se tornou dependente da lógica econômica da produção industrial. É nesse contexto que nasceram as regiões metropolitanas, com espaço dessa sociedade moderna industrial.

Por consequência disso, Lefebvre (1999) transita, com todo sentido, pela implosão e explosão dos espaços das cidades no contexto de industrialização. A primeira, internamente na cidade, refere-se à transformação desse espaço segundo a lógica capitalista industrial, e a segunda volta-se a extensão do tecido urbano para o espaço circundante por meio de forma, processo e conteúdo socioespacial carregado de elementos do modelo de produção industrial, estendendo-se ao espaço regional (metropolitano, no primeiro momento, e, depois, com a globalização, para os demais espaços).

Diante disso, o urbano refere-se a um modo de vida transbordando para os demais espaços. Entendido dessa forma, é “um terceiro elemento na oposição dialética campo-cidade, a manifestação material e socioespacial da sociedade

urbano-industrial contemporânea, estendida, (...), por todo o espaço social” (MONTE-MÓR, 2006, p. 14).

Assim, o urbano “prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (LEFEBVRE, 1999, p. 17) e se transforma na questão espacial em si mesmo, “e a urbanização passou a constituir uma metáfora para a produção do espaço social contemporâneo como um todo, cobrindo potencialmente todo o território nacional em bases urbano-industriais” (MONTE-MÓR, 2006, p. 14).

Especificamente no caso brasileiro, a urbanização, a partir da década de 1970, “estendeu-se virtualmente ao território nacional, integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo, (...) atingindo, finalmente, as pequenas cidades nas diversas regiões (MONTE-MÓR, 2006, p. 16). Assim, segundo o autor, ao final da década, as relações capitalistas já haviam se estendido a todo o espaço brasileiro. Acontecia a condição para o início da difusão do transbordamento desse modelo de vida urbano moderno, entendido por Lefebvre (2001) como um sistema urbano de objetos e de valores:

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (...) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro (...). (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

Retomando algumas reflexões sobre a urbanização, com a finalidade de amarrar com esse fator explicativo, parte-se do processo de industrialização e do capitalismo como responsáveis por transformações na sociedade. Portanto, alicerçada nesse modelo de produção, a urbanização trouxe consequências negativas, principalmente nas relações sociais, sendo ela “o processo que decorre da divisão do trabalho e das distinções de classe” (ENDLICH, 2010, p. 11).

Além disso, “um dos mais antigos debates da sociologia urbana diz respeito ao desaparecimento da comunidade, primeiro em razão da urbanização e, depois por causa da suburbanização” (CASTELLS, 2010, p. 78-79). Nesse caso, os estudos têm oscilado entre a perspectiva do ressurgimento da comunidade local e a interseção

dessas comunidades com outras fontes de reconhecimento social, especialmente de ordem globalizada (CASTELLS, 2010).

No caso dos espaços em que isso ocorreu com mais rapidez, como o Brasil, os problemas decorrentes acabam sendo maiores e mais complexos. Por isso, autores, como Pedrazzini (2006) e Garnier (2013), têm uma visão negativa da urbanização e do futuro das cidades a partir das perspectivas das fragmentações e segregações sociais, entendidas pela destruição das relações civilizadas na sociedade. Indissociável desse processo, a globalização aparece também com uma perspectiva social nada positiva. Por isso, é fundamental entender esse fenômeno atrelado às redes que são, como já abordado, transmissores eficientes da globalização.

Sendo assim, essa urbanização com desdobramentos negativos associada ao modelo de produção e ao fenômeno de globalização transformou as relações sociais primárias e comunitárias em relações secundárias, efêmeras e globais. Inicialmente, esse processo atingiu os espaços metropolitanos, já que a metrópole se configura como o *locus* da sociedade líquida moderna e, no segundo momento, transbordou essa lógica para as pequenas cidades e espaços rurais, seja pelos movimentos de migração de “retorno”, seja pela difusão de tais hábitos e costumes pela mídia e pela internet. É esse o tronco explicativo de construção teórica.

Dentro dessa edificação explicativa, o caminho por meio da sociabilidade (nas relações e no espaço) é indispensável e se configura como uma possibilidade para demonstrar as contradições do modelo de produção, especialmente quanto à violência e à insegurança objetiva, e as novas possibilidades visualizadas que, embora pareçam no horizonte utópico, realçam outro modelo de urbanização que supera o capitalismo e apresenta laços de cooperação.

Nesse sentido, assim como a violência e a insegurança objetiva, a urbanização, o capitalismo e a globalização são responsáveis por novos modos de sociabilidade que têm avançado sobre o território de modo geral. É evidente que atingem de formas e conteúdos distintos os habitantes e condicionam seus cotidianos, igualmente, em diversidade. No entanto, nas pequenas cidades, a sociabilidade, historicamente, assumiu características peculiares, seja pelo tamanho espacial, seja pelo demográfico. Por isso, Lugan (1997) considera-as espaços com predomínio de relações primárias, chamadas de afetivas e de solidariedade.

No entanto, indiscutivelmente, esse contexto vem sendo alterado, ou seja, as relações primárias estão sendo substituídas, rapidamente, pelas secundárias. O que

resta é entender o ponto de origem das alterações. Uma explicação está justamente no transbordamento metropolitano à medida que as pequenas cidades vão se inserindo no fenômeno de globalização e sendo influenciadas pelas lógicas econômicas da escala global, comandada pelas metrópoles.

No caso específico das pequenas cidades, essas transformações têm intensa significância. Assim, a sociabilidade contemporânea nesses espaços segue os avanços tecnológicos (televisão, internet no telefone celular, redes, etc.) que esfriam os contatos pessoais e ampliam os virtuais, empobrecendo a vida e o espaço público.

Já a globalização entendida neste fator explicativo da tese é “como a fase superior da espacialidade capitalista que, especialmente após a 2ª Guerra Mundial, manifesta-se pelo espraiamento do capital produtivo (...) vinculado a poderosas corporações (CORRÊA, 1999, p. 43). Essas corporações, segundo Corrêa (1999), atuam em ampla escala de operação, com diversidade de atividades, segmentação de suas unidades e pela multiplicidade da localização de unidades produtivas diretas ou indiretas. Além disso, a “globalização da produção e do investimento também representa uma ameaça ao *Estado do bem-estar social*” (CASTELLS, 2010, p. 296).

A globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômicas, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente. Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta, no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos (CORRÊA, 1999, p. 44).

No Brasil, a globalização concretizou-se, segundo Corrêa (1999, p. 46), ainda que desigualmente no espaço e no tempo, por meio de: i) industrialização; ii) urbanização; iii) maior estratificação social; iv) melhoria na circulação de mercadorias, pessoas e informações; v) industrialização do campo e reestruturação fundiária, nas relações de produção, no sistema agrícola e nos novos cultivos; vi) incorporação de novas áreas e refuncionalização de outras; vii) mudança na organização empresarial, especialmente pela constituição e/ou entrada de grandes corporações; e, viii) mudança no setor de distribuição atacadista e varejista, como os *shopping centers*. Os impactos da globalização por meio desses elementos na rede urbana criou novos centros e alterou a função de outros (CORRÊA, 1999).

Diante da globalização, Corrêa (1999) aborda a reestruturação da rede urbana e destaca as pequenas cidades. Para isso, considera como elemento central o debate sobre a gestão do território, desde as corporações até o Estado. Isso fundamenta esse primeiro fator explicativo da tese pelo complexo ciclo de reprodução do capital (CORRÊA, 1999), sendo que as cidades globais estão no topo da hierarquia urbana e as pequenas cidades, subordinadas a elas, nos últimos graus de influência, ou chamados por Corrêa (1999, p. 44) de “escalões inferiores”.

Então, “trata-se, em toda parte, de uma rede urbana que sofreu o impacto da globalização” (CORRÊA, 1999, p. 44), da qual todas as cidades, independentemente do tamanho demográfico, participam produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações (CORRÊA, 1999). Isso começa a explicar o chamado modo de vida metropolitano transcendendo para as pequenas cidades por meio da circulação de hábitos e costumes, principalmente a partir do intermédio das grandes corporações mundiais e das ações das elites locais.

Assim, “a elevada ocorrência de pequenos centros deriva, de um lado, de uma necessária economia de mercado, por mais incipiente que seja, geradora de trocas fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho” (CORRÊA, 1999, p. 45). Nesse sentido, avança-se sobre a refuncionalização das pequenas cidades como reflexo da globalização apresentado por Corrêa (1999), demonstrando que são situações interpretadas por esta tese que corroboraram a difusão dos modos e hábitos de vida metropolitano para as pequenas cidades

A primeira refuncionalização se refere “à perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção no campo” (CORRÊA, 1999, p. 48). Assim, houve uma diminuição das densidades de bens e serviços para a população local, inclusive com a eliminação de muitos centros comerciais. Essa perspectiva é fundamental para entender a ampliação da influência metropolitana sobre inúmeras pequenas cidades brasileiras a partir dessa redução na centralidade e, por conseguinte, no comércio e nos serviços, inclusive os de segurança. Assim,

(...) verificou-se uma ampliação do alcance espacial mínimo, em muitos casos atingindo a área de influência de outro centro próximo e com maiores possibilidades de sofrer um impacto negativo menor por parte das transformações no campo. A ampliação da acessibilidade corrobora para a perda da centralidade. (CORRÊA, 1999, p. 48-49).

Essa acessibilidade decorreu da difusão do automóvel no Brasil. Logo, muitas pequenas cidades se transformaram em espaços concentradores de força de trabalho, especialmente para as metrópoles: “trata-se de força de trabalho que, no processo de industrialização do campo, foi destituída dos meios de produção e expulsa do campo” (CORRÊA, 1999, p. 49). Esse fenômeno alimenta a difusão dos hábitos e modos metropolitanos sobre as pequenas cidades com essa dinâmica.

A segunda possibilidade a partir do fenômeno da globalização nas pequenas cidades se refere às “novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma *especialização produtiva* ao núcleo (...), inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho” (CORRÊA, 1999, p. 50). Assim, essas especializações geram nos núcleos singularidades funcionais, entendidas “como características que são simultaneamente de *diferenciação* no âmbito da economia global e de *integração* a esta mesma economia” (CORRÊA, 1999, p. 50). Logo, pode existir uma ampliação da centralidade. Nesse caso, igualmente ao anterior, há uma alimentação do modelo metropolitano em pequenas cidades, especialmente com centralidades adquiridas a partir de atividades induzidas – descentralizadas – das metrópoles.

São, em muitos casos, atividades industriais criadas no bojo da expansão do capital produtivo por meio de filiais localizadas não apenas em grandes e médios centros urbanos, mas também em pequenos núcleos (...). As especializações produtivas podem também ser criações das elites locais que necessitam encontrar outras atividades que lhes permitiam manter-se como tais. (CORRÊA, 1999, p. 50).

Por isso, com a globalização, a distribuição espacial das atividades envolve a lógica das corporações e as possibilidades de cada lugar, que incluem as ações dos grupos locais (CORRÊA, 1999). Portanto, “as pequenas cidades, criadas em um contexto socioespacial pré-globalização, devem se adaptar às novas demandas externamente formuladas” (CORRÊA, 1999, p. 51).

A reforma metropolitana pela perspectiva de que os municípios se sublimam na metrópole apresentada por Cruz (2008) ajuda a entender o espraiamento da vida metropolitana no Brasil contemporâneo. Assim, isso ocorre quando o autor defende (i) a maior inserção dos municípios nas decisões metropolitanas e, por conseguinte, a governança partilhada, assentada pela estatura plurimunicipal, como cidadãos

metropolitanos; (ii) a sensação de todos os habitantes pertencerem à cidade-metropolitana, inexistindo uma constelação de cidades ao redor da “cidade-mãe” e alimentando uma cidade-metropolitana una e indivisível; e (iii) pela percepção de prefeitos e vereadores reconhecerem a responsabilidade que transcendem seus respectivos territórios. Logo, a urbanização contemporânea estabeleceu uma nova fronteira que diferenciou as cidades-metropolitanas das tradicionais cidades-municipais, seja pela realidade urbana que se projeta sobre o território de vários municípios, seja pela área territorial de um município (CRUZ, 2008).

Uma força polarizadora começou a exibir uma dinâmica de natureza urbana, afetando a vida dos cidadãos (...). Essa dinâmica caracterizou-se pelo surgimento de oportunidades num dos centros urbanos, atraindo munícipes de centros vizinhos. Uma constelação de cidades passa a florescer devido à atração que a cidade-pólo, detentora dessas oportunidades exercia sobre as suas vizinhas. (...) O que melhor registra esse novo contexto é o exemplo de um cidadão metropolitano que mora na parte da cidade situada no município “A” (...), trabalha num distrito industrial (...), situado no município “B”, freqüenta curso superior na cidade universitária localizada no município “C” e, finalmente, pratica seu lazer dominical (...) no município “D”. (...) esse cidadão se beneficia das oportunidades que o seu universo urbano oferece, seja ele conturbado ou não (CRUZ, 2008, p. 29-31).

Assim, na realidade metropolitana, a condição urbana tem se tornado cada vez mais idêntica a partir do fenômeno – invisível – das inter-relações funcionais entre as cidades-municípios que compõem o espaço metropolitano (CRUZ, 2008). Já quanto à compreensão dos brasileiros sobre a realidade metropolitana, Cruz (2008) apresenta duas perspectivas: o interesse celular e o cosmopolita.

A perspectiva *celular* está relacionada com o núcleo (bairro) onde as pessoas vivem. Dele se espera condições crescentes de qualidade de vida, através de ruas arborizadas e amenas, acessibilidade e segurança (...). A perspectiva *cosmopolita* tem uma certa conotação ufanista. Para as pessoas, a cidade grande é referência de infinitas oportunidades (...) de trabalho, de entretenimento, de acesso à cultura, a pessoas importantes, a eventos (...), a equipamentos de saúde, (...) e, sobretudo, de oportunidades em termos de status em âmbito nacional e até internacional. Mesmo sem utilizar, no seu cotidiano, todas as oportunidades oferecidas, o cidadão se sente mais seguro em tê-las próximas e, por assim dizer, disponíveis (CRUZ, 2008, p. 94-95).

Para Carlos (2001, p. 60), o “novo paradigma da mundialização coloca-nos diante da mundialidade do espaço, do processo de constituição da sociedade urbana que tem, na metrópole, seu ponto de maior expressão”. Logo, a metrópole assume a função de comando e de irradiação das transformações da sociedade moderna pelo fato de ser o lugar privilegiado do chamado mundo urbano (CARLOS, 2001). Diante disso, “a cidade, obra humana, feita para durar, produto do tempo acumulado, entra em contradição com a cidade que se refaz para e pela troca reorientando a prática socioespacial metropolitana” (CARLOS, 2001, p. 60). Com isso, tempo e espaço mudam e as práticas socioespaciais se tornam fluidas

O espaço, por sua vez, em sua constante mutação, marcado pela destruição constante dos referenciais da vida urbana, transforma-se em distância. (...) O tempo irradiado pela técnica vira velocidade (...). Espaço e tempo tornados abstratos esvaziam-se de sentido, produzindo uma nova identidade, a identidade abstrata como decorrência da perda dos referenciais, do empobrecimento das relações sociais, como imposição do desenvolvimento do mundo da mercadoria definida pelos parâmetros da reprodução do capital. (CARLOS, 2001, p. 61).

Assim, as novas velocidades criam uma sucessão de acontecimentos e sensações desconexas, com queda dos referenciais urbanos que impõem a estranheza nas relações entre os moradores das cidades, tornando-os apenas como consumidores dos espaços e reorientando a prática socioespacial da metrópole (CARLOS, 2001). Essa perspectiva é significativa por demonstrar a situação que passou a acontecer nas pequenas cidades, reflexo da influência da metrópole sobre os demais espaços.

Numa época em que a metrópole se transforma no maior centro aglutinador/receptor/difusor dos mais variados fluxos (em suas mais variadas intensidades), os espaços se hierarquizam e as relações entre os cidadãos tendem a esvaziar-se em meio à explosão dos espaços de referências. (...) Isto é, a prática sócio-espacial se redefine no quadro da mundialidade. É nesse contexto que se constitui a sociedade urbana, impondo novos padrões de comportamento (...) e da emergência de um individualismo de massa (CARLOS, 2001, p. 62).

Então, o modo de vida metropolitano transforma o sentido do espaço público, esvaziando-o e mudando a sua apropriação, rompendo com as antigas relações de vizinhança e proporcionando a perda da sociabilidade (CARLOS, 2001), o que tem

sido constantemente abordado nesta tese. “Agora, o umbral da porta define o limite entre o público e o privado redefinindo modos de ‘morar na metrópole’ (...). O modo como o lazer se estrutura (...) revela a passagem da cidade de valor de uso para valor de troca através do consumo” (CARLOS, 2001, p. 64). Esse contexto se associa à dinâmica socioespacial em um plano de produção do nível global, em articulação, segundo a autora, com os planos locais e globais.

Isso transborda da metrópole para as áreas metropolitanas e para os espaços das pequenas cidades – além do campo, anteriormente marcado por uma sociabilidade substancialmente diferente. É evidente que essa situação apresenta variação de conteúdo e de intensidade em cada cidade pequena, não configurando, por conseguinte, uma dinâmica e lógica homogênea que atinge todos os espaços da mesma forma; consonante com o modelo de produção, hierarquiza os espaços e os lugares e apresenta inúmeras contradições, como a própria violência e insegurança objetiva em espaços antes inatingíveis e que, diante dessa nova perspectiva espalhada, transforma o seu espaço reproduzindo as incoerências e inconsistência do modelo de produção.

Para Endlich (2010), na condição social do urbano, teoricamente, é possível superar a precariedade a partir do rural, que significava limitação material. Além disso, o urbano “deve compreender também a superação do limite *economicismo*, do valor de troca e da ideologia do consumo, que gerou a crise da cidade” (ENDLICH, 2010, p. 25). Assim, essa superação da vida precária é, ainda, uma perspectiva, já que as condições objetivas, materiais e técnicas já existem (ENDLICH, 2010).

Logo, em utopia ou movimentos concretos de resistências, o modo de vida urbano, por perspectiva positiva, deve pressupor “uma transformação do cotidiano, que deve ser apropriado pelo ser humano” (ENDLICH, 2010, p. 26), tornando-se, a dimensão lúdica, prioridade nessa urbanização positiva.

Por isso, a condição urbana, a partir do seu alcance social e espacial, deve produzir novos parâmetros permeados por uma nova qualidade de vida, incluindo uma melhora na qualidade das relações sociais (ENDLICH, 2010), desde os mais simples do cotidiano até os mais complexos. Assim, “poderá garantir que as conquistas produzidas possam ser apropriadas por todos, mantendo uma perspectiva positiva do urbano, (...) como o acesso e intercâmbio de manifestações culturais diversas” (ENDLICH, 2010, p. 26-27).

A sociedade urbana (...) não pode se contentar com centralidades passadas, ainda que ela não as destrua e sim as utilize e se aproprie delas, modificando-as. O que projetar? (...) Os elementos de uma unidade superior, os fragmentos e aspectos da “cultura”, o educativo, o formativo e o informativo, podem ser reunidos. Onde tirar o princípio da reunião e seu conteúdo? Do *lúdico*. O termo deve ser somado aqui na sua acepção mais ampla e no seu sentido mais “profundo”. O esporte é lúdico, o teatro também, de modo mais ativo e mais participante que o cinema. As brincadeiras das crianças não devem ser desprezadas, nem as dos adolescentes. Parques de diversão, jogos coletivos de todas as espécies persistem nos interstícios da sociedade de consumo dirigida, nos buracos da sociedade séria que se pretende estruturada e sistemática (...). Quanto aos antigos lugares de reunião, em grande parte perderam seu sentido: a festa, que perece ou se afasta deles. O fato de eles reencontrarem um sentido não impede a criação de lugares apropriados à festa renovada, essencialmente ligada à invenção lúdica (LEFEBVRE, 2001, p. 131).

Logo “a sociedade urbana, com a qualidade que Lefebvre projetou, ainda não se concretizou, consiste numa perspectiva positiva de avanço social e político em vários sentidos” (ENDLICH, 2010, p. 29). Por isso, a resistência continua. O caminho pela negação do modelo de produção e da materialização do urbano e da urbanização e a aceção de outra perspectiva de superação desses modelos são ideais que permeiam esta tese no sentido de demonstrar que é fundamental uma sociedade que se baseie em relações sociais mais densas, sólidas e fortes, no coletivo e no cooperativismo como modelo de vida, no uso e na apropriação do espaço público e na valorização da vida pública – política e não política. Portanto, nessa situação, a nova sociedade urbana permeada por sociabilidade positiva e laços de cooperação perpassará pela não violência e pela não insegurança objetiva.

Além disso, vivencia-se “o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes” (CASTELLS, 2010, p. 18). Essas expressões e manifestações são diversificadas e incorporam movimentos de tendência voltados à transformação das relações humanas mais básicas (CASTELLS, 2010).

O provável argumento dos autores comunitaristas, coerentes com minha própria observação intercultural, é que as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal. (CASTELLS, 2010, p. 79).

Entretanto, para isso se materializar, Castells (2010) pontua a necessidade do processo de mobilização social em movimentos urbanos que visam aos interesses comuns da comunidade e os defendem. Por conseguinte, esse processo atinge o nível de vida compartilhada com novo significado, podendo ser produzido ultrapassando a lógica capitalista e, como constantemente tem se defendido nesta tese, superando-a.

Assim, acredita-se que os movimentos urbanos do final dos anos 1970 e início da década de 1980, que se tornaram “as principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionalismo” (CASTELLS, 2010, p. 80), devem retornar pela perspectiva da identidade local para fomentar a resistência contra a violência e a insegurança objetiva.

(...) um grande número de comunidades de baixa renda em todo o mundo, que se engajou em um projeto de sobrevivência coletiva, (...) construíram seus próprios “estados de bem-estar social” (na ausência de políticas governamentais responsável por fazê-lo) à base de redes de solidariedade e reciprocidade. (CASTELLS, 2010, p. 81-82).

Nesse contexto apresentado, as pequenas cidades desempenharão papel central e significativo para materialização dessas mudanças. Atualmente, muitas delas compõem o principal espaço para a realização dos movimentos de resistências contra a atual lógica metropolitana (e que cada vez mais atinge as pequenas cidades, destruindo os laços primários), especialmente por, historicamente, serem *lócus* de sociabilidade primária e representarem a essência da vida em comunidade.

Enfim, as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidade. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. (CASTELLS, 2010, p. 84).

Assim, a construção, manutenção e os movimentos constituem-se identidades defensivas que servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção contra o modelo de produção e a globalização que produzem um mundo externo hostil (CASTELLS, 2010). Logo, construídas culturalmente e relacionadas a valores compartilhados que marcam a auto-identificação representam manifestações capazes de transformar o urbano em direção às propostas sociais que superem o contexto difundido na modernidade pelo modelo de produção.

3.1.2 As metrópoles, a formação das áreas metropolitanas e a metropolização e a difusão metropolitana no Norte do Estado do Paraná

Para avançar nesse trasbordamento metropolitano, é fundamental entender a origem das metrópoles e o fenômeno de metropolização que incentivou a formação das áreas metropolitanas. Mais do que isso, é perpassar por reflexões críticas sobre a materialização do capitalismo industrial por meio da urbanização e os seus desdobramentos – contraditórios, evidentemente – na sociedade atual. Portanto, é transitar pelo que Munford (1965) chama de formidáveis aspectos negativos da civilização metropolitana que, no último estágio da metrópole moderna, atinge a condição de necrópole.

O início e a consolidação das metrópoles mundiais ocorreram como reflexo do fenômeno da industrialização e de consolidação do modelo de produção capitalista, no século XIX (MEYER, 2000). A origem da palavra contém “póle”, de *poli*, que significa cidade, e “pólo” (em latim *polus* e grego *polos*) que representa um “pivô sobre o qual gira uma coisa, um centro e um eixo em torno do qual se desenvolve uma dinâmica, um movimento; (...) é também um ponto que atrai” (DI MÉO, 2008, s. p.).

Assim, as primeiras metrópoles se tornaram conhecidas como “metrópoles industriais” e se converteram no local de moradia – o polo de atração – da sociedade industrial chamada de “moderna” (MEYER, 2000). Naquele contexto, segundo Meyer (2000), já se vivia uma degradada condição dos setores urbanos ocupados pelos operários. Então, a nova escala urbana de vida, chamada de metropolitana, imprimia um aspecto material de vida de desorganização social e moral (MEYER, 2000).

Um desdobramento lógico da premissa que sustenta a metrópole ser *expressão* e não *reflexo* do modo de produção, leva a assumir a metrópole antes como um poderoso agente das transformações no interior do próprio sistema capitalista. E indo um pouco mais longe, é correto afirmar que sua organização física responde a exigências de todos tipos: econômicas, funcionais, simbólicas, estratégicas e outras, todas elas impostas pelo sistema produtivo que, desde a emergência da *metrópole moderna*, não abandonou seu incessante “impulso renovador”. A expressão “impulso renovador” assinala aqui uma permanente imposição, interna ao próprio sistema produtivo, de introduzir formas e até mesmo funções comprometidas com uma “modernização acessória”, isto é, *destituída de valor social* (MEYER, 2000, p. 3).

De tal modo, no âmbito da vida individual, nasce, nas metrópoles modernas, o indivíduo moderno, que contém a ambiguidade e a angústia como as principais características psicológicas (MEYER, 2000). A passagem do modo de produção mecânico para o modo de produção tecnológico transfigurou a metrópole moderna em metrópole contemporânea. Igualmente, ela se torna,

Ao mesmo tempo uma forma de organização da força de trabalho qualificada, um equipamento científico do desenvolvimento econômico, uma estrutura econômico-financeira, um mercado, um centro global de poder político e um centro de irradiação de conhecimento e cultura. (...) é definida simultaneamente pelos sistemas de infra-estrutura metropolitanos (MEYER, 2000, p. 7).

Sendo assim, emerge um modelo que condiciona a produção, a distribuição, o consumo, a administração (MEYER, 2000) e as relações sociais a partir da transformação no padrão urbano pelos espaços de fluxos: as redes geográficas. Elas, entendidas a partir da articulação, conexidade, instantaneidade e simultaneidade (DIAS, 1995) de pontos e nós, se enquadram, pela definição de Santos (1996), em duas grandes matrizes, concomitantes: a realidade material e o dado social.

A primeira se refere à infraestrutura caracterizada pela tipologia dos acessos e terminais, arcos de transmissão e nós de bifurcação ou de comunicação, permitindo o transporte da matéria, da energia ou da informação (SANTOS, 1996). A segunda é relacionada ao social, à política, pelas pessoas, mensagens e valores que a frequentam (SANTOS, 1996).

As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos (SANTOS, 1996, p. 209).

Entretanto, apesar de condicionar a sociedade, elas não são acessíveis a todos, ou seja, “o tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira” (SANTOS, 1996, p. 213), causando diversos tipos de segregações. Associada às redes está a globalização que, impulsionada pelo avanço da internet e materializada por uma sociedade global, “desenvolve o novo e surpreendente processo de *desterritorialização* (...). Formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais” (IANNI, 1999, p. 95).

Nesse sentido acontecem, a partir das metrópoles, o espraiamento e a irradiação dessas estruturas globais, reconhecidas como modernas, para todos os espaços, especialmente os das pequenas cidades, que passam a compor esse cenário e serem influenciadas pela lógica da globalização, desterritorializando o território local e implantando hábitos e costumes das áreas metropolitanas. Portanto, as áreas metropolitanas, entendidas como um pivô, um movimento, alcançam os demais locais e neles influenciam. Assim, “este duplo movimento de polarização/difusão de fluxos de todas as ordens ancora-se num duplo jogo de territorialização de proximidade e de conexão à distância” (DI MÉO, 2008, s. p.).

No Brasil, a intensidade da urbanização reforçou a característica concentradora do processo que distribuiu “elevados contingentes populacionais em número reduzido de centros urbanos” (MOURA et al., 2003, p. 34). Segundo o IBGE (2010), apenas 5,1% dos municípios brasileiros têm mais de cem mil habitantes e 0,7% dos municípios possuem mais de quinhentos mil habitantes. Para o órgão federal, esses 0,7% de municípios são considerados metrópoles e ocupam aproximadamente 1% do território nacional e quase 30% da população brasileira. Sendo assim, o fenômeno foi seletivo!

Em 1970, São Paulo e Rio de Janeiro, que já conformavam amplas áreas metropolitanas, detinham, respectivamente, 15,63% e 13,23% da população urbana brasileira, enquanto outras metrópoles, que desempenhavam a função de capitais de estados (...), concentravam 16,7%, numa demonstração de que o fenômeno da metropolização se ampliava, sem contudo romper o hiato que distingue esse conjunto de metrópoles. (MOURA et al., 2003, p. 34).

Para as explicações seguintes, é indispensável pontuar que se aborda, resumidamente, a institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil – e não o debate sobre as nuances e lacunas do tema –, que são diferentes de áreas metropolitanas, com intuito de demonstrar essa formalização, especialmente no Estado do Paraná, e auxiliar no debate sobre os valores que se fizeram notar nessas áreas com maior intensidade e clareza quanto à sociabilidade e que depois se difundem pelo território. Portanto, a sociabilidade que vem do metropolitano e não a formalização e o uso político disso. Além disso, considerável parte dessas regiões possui municípios que não são na realidade metropolitanos.

Na década de 1970, foram institucionalizadas as primeiras regiões metropolitanas no Brasil, “como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo” (MOURA et al., 2003, p. 35). Então, por meio de regulação federal, foram criadas nove regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro) para a realização de serviços comuns: (i) planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; (ii) saneamento básico: abastecimento de água, rede de esgoto e limpeza; (iii) uso do solo metropolitano; (iv) transporte e sistema viário; (v) produção e distribuição do gás combustível canalizado; e (vi) aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental (MOURA et al., 2003).

Em 1988, a Constituição Federal facultou aos estados federados a competência dessa institucionalização, o que desencadeou na aprovação de diversas regiões metropolitanas (MOURA et al., 2003). Como consequência, “as diferentes legislações criaram unidades regionais bastante distintas e, até certo ponto, incomparáveis. (...) sua delimitação não expressa contornos conexos (...), e sequer confere aderência conceitual” (MOURA et al., 2003, p. 38). Todavia, a análise é mais profunda e deve inserir as pequenas cidades nessa complexidade.

Ainda que a formação de regiões metropolitanas por todo o território e sem a obediência a critérios específicos possa parecer absurda, ela revela, nas entrelinhas e lacunas, pontos relevantes quanto à dinâmica e à gestão do território. (...) Faltam políticas territoriais explícitas, especialmente para as áreas polarizadas por pequenas localidades (ENDLICH, 2015, p. 349).

Essas áreas polarizadas por pequenas cidades, segundo Endlich (2015, p. 349), “raramente são lembradas na formulação de políticas”. Em síntese, as recomendações do planejamento territorial dão ênfase nas áreas metropolitanas, especialmente nos problemas urbanos mais evidenciados nesses espaços (ENDLICH, 2015). Assim,

A falta de políticas territoriais adequadas faz com que a possibilidade trazida pela Constituição Federal quanto à formação de regiões metropolitanas dilate-se pelo território como uma forma de política territorial. Diversas áreas buscam maior visualização política ao se constituírem como regiões metropolitanas. (ENDLICH, 2015, p. 350).

No sentido dessas inquietações, o Estatuto das Metrôpoles (Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015), segundo Endlich (2015), tem a preocupação em organizar racionalmente os serviços, bem como o planejamento e a gestão na escala regional. Assim, Endlich (2015) avança sobre quatro definições fundamentais a partir do Estatuto das Metrôpoles: função pública de interesse comum, governança interfederativa, metrópole e área metropolitana.

A primeira representa uma política ou ação pública cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável; a segunda significa o compartilhamento, entre os entes federativos, das responsabilidades e ações das funções públicas de interesse comum; a metrópole, terceira definição, é entendida como um espaço urbano com continuidade territorial que tem influência nacional ou, no mínimo, a influência de capital regional; finalmente, a região Metropolitana é compreendida como aglomeração urbana que configure uma metrópole. (ENDLICH, 2015).

Ou seja, há o claro objetivo de inibir a criação de regiões metropolitanas sem metrôpoles, como tem acontecido. A referida lei menciona que serão respeitadas as que foram criadas até o momento, mas que as novas precisarão obedecer ao disposto. (...). Por isso, a previsão de outras formas de gestão complexa que poderiam ser dirigidas a áreas não metropolitanas. Todavia, ela é incompleta e vaga quanto ao apoio da União para microrregiões e consórcios. (ENDLICH, 2015, p. 350).

Portanto, embora se avance em uma tentativa de disciplinar a instituição das regiões metropolitanas e demonstre outras possibilidades de gestão compartilhada, o Estatuto deixa lacunas quanto ao apoio político e financeiro, especialmente das áreas não metropolitanas que são órfãs de políticas territoriais (ENDLICH, 2015).

Por isso, resta-nos reiterar (...) de que, no Brasil, a figura supramunicipal apoiada é a região metropolitana. A escassez de experiências supramunicipais fora das áreas metropolitanas explica, ainda que parcialmente, as várias reivindicações por parte dos municípios para fazerem parte de regiões metropolitanas. É possível afirmar que elas decorrem, ainda que parcialmente, das lacunas deixadas pelas políticas territoriais. (ENDLICH, 2015, p. 351).

Sendo assim, em 2015, o Brasil atingiu 67 regiões metropolitanas institucionalizadas em 22 Unidades da Federação (81% do total), somando 1.063 municípios, ou quase 20% dos municípios brasileiros, em áreas metropolitanas

(ENDLICH, 2015). O Quadro 13 apresenta as regiões metropolitanas por Unidade da Federação, número de municípios e ano da fundação.

Quadro 13. Unidades da Federação. Regiões Metropolitanas, fundação e número de municípios, 2015

UF	Fundação-RM (Nº de municípios)	UF	Fundação-RM (Nº de municípios)	
AL	1998-Maceió (14)	PR	1973-Curitiba (29)	
	2009-Agreste (15)		1998-Londrina (24)	
	2011-Vale do Paraíba (13)		1998-Maringá (26)	
	2011-Zona da Mata (15)		2012-Umuarama (24)	
	2012-Palmeira dos Índios (09)		2015-Apucarana (23)	
	2013-Médio Sertão (09)		2015-Campo Mourão (24)	
AM	2007-Manaus (08)			2015-Cascavel (23)
AP	2003-Macapá (02)			2015-Toledo (18)
BA	1973-Salvador (13)	RJ	1974-Rio de Janeiro (21)	
	2011-Feira de Santana (06)	RN	1997-Natal (10)	
CE	1973-Fortaleza (15)	RR	2007-Boa Vista (02)	
	2009-Cariri (09)		2007-Central (02)	
ES	1995-Vitória (07)			2007-Sul de Roraima (03)
GO	1999-Goiânia (20)	RS	1973-Porto Alegre (34)	
MA	2003-São Luís (05)			2013-Serra Gaúcha (13)
		2005-Sudoeste do Maranhão (08)	SC	1998-Extremo Oeste (48)
MG	1973-Belo Horizonte (34)			2002-Carbonífera (26)
		2006-Vale do Aço (04)		
MT	2009-Vale do Rio Cuiabá (04)			2007-Chapecó (25)
PA	1973-Belém (07)			2010-Foz do Rio Itajaí (09)
	2012-Santarém (03)			2010-Lajes (23)
	2013-RM Marabá (05)			2010-Norte e Nordeste Catarinense (20)
PB	2003-João Pessoa (12)			2010-Tubarão (03)
	2009-Campina Grande (19)		2010-Vale do Rio Itajaí (16)	
	2011-Guarabira (17)		2012-Contestado (45)	
	2011-Patos (24)	SE	1995-Aracaju (04)	
	2012-Cajazeiras (15)	SP	1973-São Paulo (39)	
	2012-Esperança (09)			1996-Baixada Santista (09)
	2012-Santa Rosa (08)			2000-Campinas (20)
	2012-Vale do Piancó (18)			2012-Vale do Paraíba e Litoral Norte (39)
	2013-Araruna (06)			2014-Sorocaba (26)
	2013-Itabaiana (12)			
2013-Sousa (09)				
2013-Vale do Mamanguape (09)	TO	2013-Palmas (16)		
PE	1973-Recife (14)			

Fonte: Adaptado de Endlich (2015)

Efetivamente, a criação de maior parcela delas aconteceu após a Constituição Federal de 1988 facultar às Unidades da Federação a institucionalização das regiões metropolitanas. Assim, 87% delas foram fundadas após 1988, e 63% nasceram nos

últimos dez anos. O Estado do Paraná acompanha a tendência brasileira: “antes da década de 1980 era apenas uma região metropolitana, a de Curitiba. Duas foram criadas no final dos anos 1990 [*Londrina e Maringá*] e as demais são muito recente” (ENDLICH, 2015, p. 348). A Região Metropolitana de Umuarama é de 2012 (PARANÁ, 2017) e, em 2015, a questão metropolitana no Estado do Paraná foi reacendida com a institucionalização, de uma só vez, de quatro regiões metropolitanas: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel e Toledo.

(...). Campo Mourão, (...), tem população inferior a 100 mil habitantes. Toledo, Umuarama e Apucarana possuem população pouco superior, porém, não há contiguidade territorial entre as sedes desses municípios. Em alguns casos, as distâncias são superiores a 100 quilômetros. Exemplo disso são os municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Apucarana, pois alguns estão a quase 150 quilômetro do município-polo. (ENDLICH, 2015, p. 348).

Essa recente institucionalização em bloco motivou a abertura e, em alguns casos, a reabertura de projetos de lei que visam à institucionalização de novas regiões metropolitanas no Paraná. Em 2017, oito projetos estavam em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (PARANÁ, 2017):

- Região Metropolitana de Cianorte (PL 07/2015);
- Região Metropolitana de Cornélio Procópio (PL 22/2015);
- Região Metropolitana de Foz do Iguaçu (PL 01/2015);
- Região Metropolitana de Francisco Beltrão (PL 05/2015);
- Região Metropolitana de Guarapuava (PL 08/2015);
- Região Metropolitana de Paranavaí (PL 07/2013);
- Região Metropolitana de Pato Branco (PL 09/2015); e,
- Região Metropolitana de Ponta Grossa (PL 37/2007).

Assim, em 2016, o Paraná possuía 193 municípios em regiões metropolitanas institucionalizadas (ENDLICH, 2015), ou seja, 48% dos 399 municípios paranaenses. Com a provável aprovação dos oito projetos em trâmite, 141 municípios seriam incorporados à lógica metropolitana, alcançando, então, 334 municípios ou 84% do total. Nesse cenário, apenas 65 municípios paranaenses não seriam metropolitanos, ou seja, “não é possível não haver estranheza a esse processo” (ENDLICH, 2015, p. 348).

Com isso, há, claramente, um problema grave de interpretação das políticas territoriais pelo Governo do Estado que tem institucionalizado regiões metropolitanas em espaços que não são metropolitanos. É fundamental reafirmar que o Paraná é composto, majoritariamente, por pequenas cidades, com áreas de influência municipal e/ou microrregional. Além disso, pela própria definição de metrópole a partir do Estatuto das Metrôpoles e do Regic (IBGE, 2007), apenas Curitiba, Londrina e Maringá possuem área de influência de, no mínimo, capital regional e, por conseguinte, poderiam justificar a existência de uma região metropolitana. Ainda assim, essas institucionalizações e efetivações dependeriam de outros fatores e elementos.

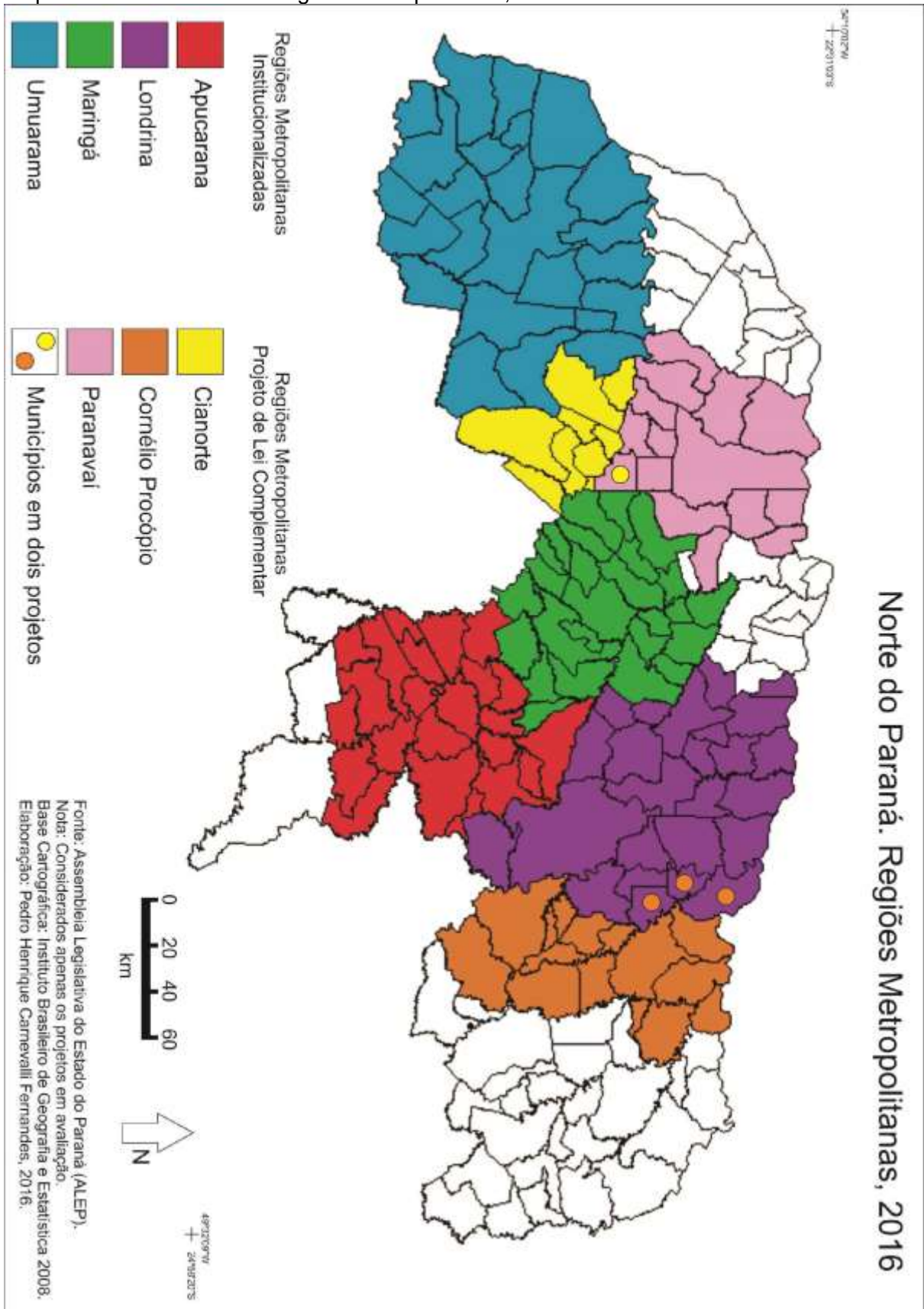
No caso do Norte do Paraná, dos 186 municípios que compõem a região, 98 municípios (52,6%) pertencem a regiões metropolitanas institucionalizadas até 2016. Considerando os 38 municípios que fazem parte de projetos de lei que visam institucionalizar novas regiões metropolitanas, a quantidade atingiria 136 municípios do Norte do Estado (73,1% do total), deixando apenas 50 municípios fora da lógica metropolitana. Nesse sentido, o Mapa 4 e o Mapa 5 são fundamentais para entender o transbordamento metropolitano sobre o território do Norte paranaense.

O Mapa 4 apresenta as quatro regiões metropolitanas institucionalizadas no Norte do Paraná e as três regiões metropolitanas que estão com projetos de lei complementar em andamento na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 2016. O Mapa 5 espacializa o fator explicativo da tese voltado para o transbordamento metropolitano sobre a região Norte do Estado do Paraná, demonstrando os municípios que pertencem à lógica de influência metropolitana.

Sendo assim, esse cenário metropolitano, ao menos na formalidade, representa, além da tentativa de inserção por parte dos governos municipais nas políticas territoriais brasileiras, um interesse em compor essa lógica metropolitana que, como já explicado, caminha por hábitos e modo de vida da modernidade, englobando o fenômeno de globalização e de diminuição e valorização das redes em detrimento das relações sociais.

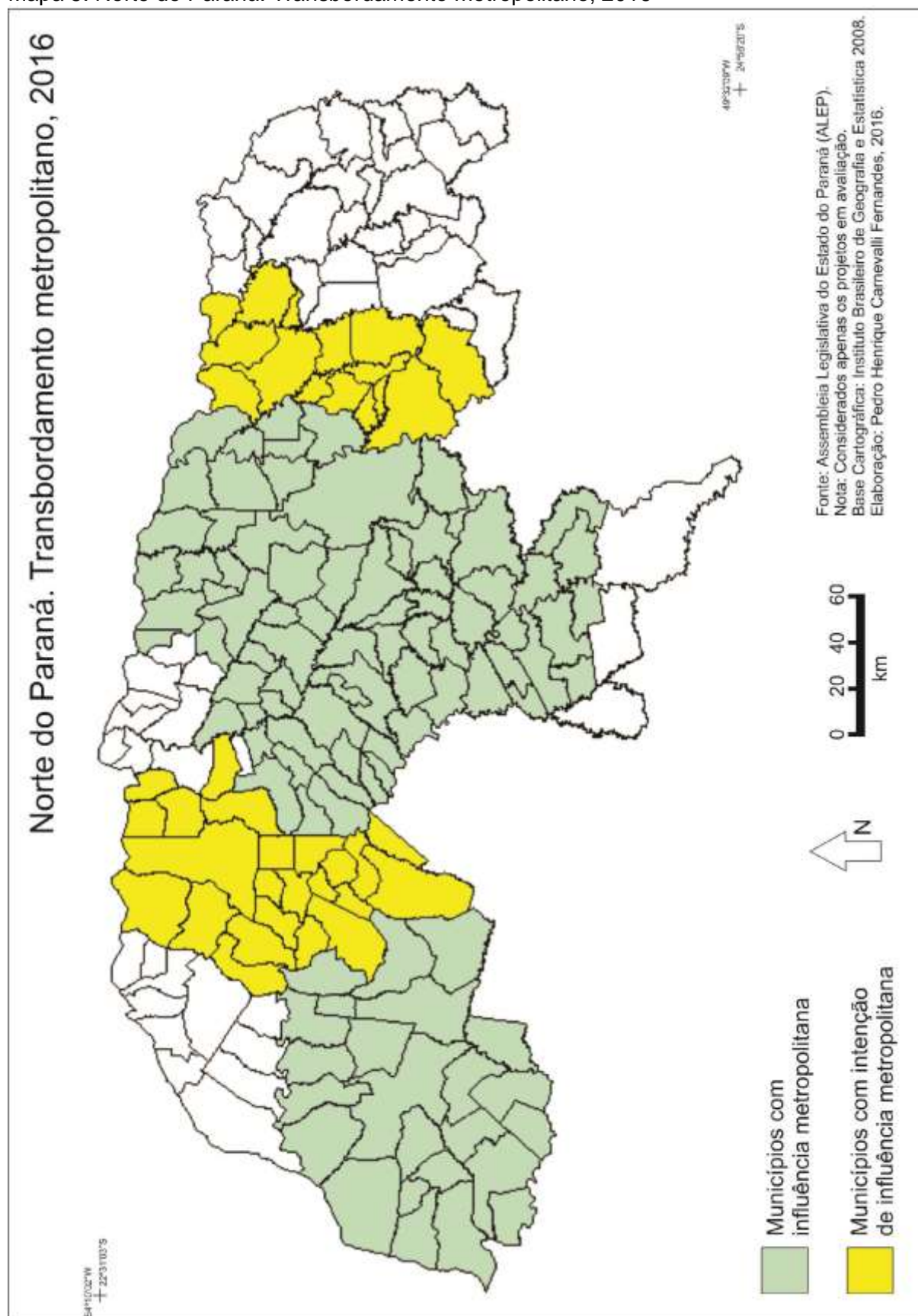
É possível perceber algumas incoerências, como o município de São Carlos do Ivaí compor os projetos de institucionalização das regiões metropolitanas de Cianorte e de Paranavaí, e os municípios de Rancho Alegre, Sertaneja e Uraí aparecerem no projeto da Região Metropolitana de Cornélio Procópio e fazerem parte da já institucionalizada Região Metropolitana de Londrina.

Mapa 4. Norte do Paraná. Regiões Metropolitanas, 2016



Fonte: Adaptado de Paraná (2017)

Mapa 5. Norte do Paraná. Transbordamento metropolitano, 2016



Fonte: Adaptado de Paraná (2017)

A metropolização, em escala pequena, “se confunde com o desenvolvimento das ‘cidades-mães’. Historicamente, desde os tempos pré-modernos são os interlocutores privilegiados de outras cidades que elas controlam” (DI MÉO, 2008, s. p.). Assim, integram inúmeras cidades aos seus movimentos e suas redes de trocas, ao seu modo de vida e às prestações de serviços (DI MÉO, 2008).

Em escala maior, aquela de localidades que tendem progressivamente a se regionalizar (regiões metropolitanas), a metropolização que não significa urbanização *stricto sensu*, e nem se confunde totalmente com a globalização (...), se observa a partir um nível mínimo de concentrações humanas mais ou menos difusas (DI MÉO, 2008, s. p.).

Portanto, a metropolização representa o consumo acelerado do espaço geográfico (DI MÉO, 2008), sendo que ela organiza novos tipos de paisagens, equipamentos e de *habitats*, envolvendo relações sociais e espaciais, como os deslocamentos, o consumo, a gestão, a apropriação, os transtornos, etc. Então, há uma constante mutação e inovação social, territorial, econômica e política no processo de metropolização do espaço (DI MÉO, 2008).

Entretanto, a metropolização confere por sua vez uma nova amplitude, uma diversificação desproporcionalizada e espaços incontestavelmente novos a estes fenômenos de segregação/segmentação de certo modo antigos. Ela os conduz às suas convulsões, multiplicando de um lado os bunkers riqueza (...) aos quais ela pode conceder uma autonomia política de gestão, isolando de outro modo os guetos desfavorecidos, abandonados pelo poder público. Ao todo, o termo <<metropolização>> faz referência a processos (DI MÉO, 2008, s. p.).

Assim, a metropolização representa a influência metropolitana, quase incontestável, sobre as cidades pequenas e médias e se circunscreve na era da mundialização e da globalização, do triunfo das técnicas de informação e comunicação, da forte influência dos serviços sobre a economia, dos meios de transportes rápidos e da mobilização generalizada (DI MÉO, 2008).

Diante disso, ainda segundo o autor, a metropolização é um estado atual da territorialização de regiões submissas com intensa mutação. Essa perspectiva de regiões submissas, embora perigosa, demonstra os espaços que detêm o poder e as lógicas econômicas, que difundem tendências, hábitos e costumes sobre os demais espaços, especialmente aqueles com pequenas cidades e interioranos.

Além disso, a metropolização (...) acompanha o “rolo compressor” unificador da mundialização/globalização, ela deve igualmente ter em conta os efeitos de contextos que segregam seus inumeráveis lugares e territórios. Estes funcionam, com efeito, como vários recipientes de singularidades: hibridações complexas de elementos culturais e de relações sociais próprias à situação geográfica, à dosagem humana e à atmosfera particular de cada metrópole como de cada lugar. (DI MÉO, 2008, s. p.).

Assim, o processo de metropolização provoca mudanças radicais em diversos outros processos da própria urbanização e, depois, atua em todos os procedimentos de desconstrução, de recomposição e de requalificação territorial que se produzem na sua área de espraiamento (DI MÉO, 2008).

Para Benko (2002, p. 51), na metropolização da economia mundial, “o crescimento, a potência e a riqueza estão cada vez mais concentrados em um número limitado de grandes pólos”. Assim, são as metrópoles que comandam a economia mundial por meio das redes (BENKO, 2002). Em resumo, uma “metropolização do mundo” é comandada por poucos grandes centros. Portanto, ao metropolizar o espaço, se difundem nos demais perspectivas positivas e negativas da metrópole e amarram os demais aos seus laços de interesses, sendo as últimas consonantes com a violência e a insegurança objetiva, desde a exploração dos espaços até o homicídio.

Atualmente, as metrópoles têm perdido seus papéis industriais e assumido a condição de centros de gestão do território e de tomada de decisões, inclusive sobre os demais espaços urbanos e sobre o campo. Segundo Corrêa (1996), a gestão do território representa uma dimensão espacial do processo de gestão, ou seja, “trata-se do conjunto de ações que tem como objetivo, no plano imediato, a criação e o controle da organização do espaço” (CORRÊA, 1996, p. 23).

Assim, funciona como um poderoso meio de viabilizar a existência e a reprodução do conjunto da sociedade e, ao mesmo tempo, de possibilitar, também, a existência e a reprodução das diferenças espaciais (CORRÊA, 1996). Esse processo ocorre a partir do papel centralizador das metrópoles contemporâneas. Assim, nas metrópoles estão as sedes sociais de empresas privadas e os serviços especializados, como de bancos e aglomerados financeiros, as redes de hotéis, restaurantes, de serviços de saúde, etc., e a presença decisiva dos órgãos públicos, como universidades, bancos, centros de pesquisa e tecnologia, entre outros. Então, a função de controle desempenhada é, essencialmente, metropolitana (CORRÊA, 1996).

O papel das metrópoles como centros de gestão do território não é o mesmo, quer quanto à intensidade de atuação, à natureza das atividades econômicas controladas, quer ainda quanto ao espaço de atuação. (...). As diferenças entre os centros de gestão do território indicam que a atuação deles vai se traduzir em uma ratificação das diferenças espaciais e não na homogeneização espacial, ainda que em relação a alguns aspectos, como as relações de produção, verifique-se a tendência à homogeneização. (CORRÊA, 1996, p. 26).

Para Firkowski (2004), a metrópole, embora tenha um conceito antigo, assume um novo conteúdo, alterado pelo processo de globalização, associado aos serviços e às atividades de comando. Com isso, “as novas funções metropolitanas são destinadas ao atendimento da demanda das empresas e ao consumo da parcela da população a elas associadas, que exigem produtos e serviços diferenciados, de oferta mundial” (FIRKOWSKI, 2004, p. 95).

Entretanto, o Censo de 2010 mostrou uma desaceleração do crescimento populacional das metrópoles e de algumas áreas metropolitanas e um crescimento populacional em diversas cidades médias e pequenas. Ou seja, a mobilidade populacional que levou muitas pessoas a migrarem das áreas rurais e das cidades pequenas para as metrópoles parece estagnada ou invertida em alguns casos. Agora, muitas pessoas voltam para a pequena cidade, alterando, inclusive, o espaço dessas localidades. É justamente nesse retorno que a metrópole passa a espraiar ainda mais a sua influência nos demais espaços pelo modo de vida e pelos hábitos que esses moradores levam para as pequenas cidades.

Segundo Gois (2011, s. p.), “ao contrário do ocorrido no século passado, grandes metrópoles deixam de receber pessoas de outras regiões”. Assim, segundo o estudo divulgado pelo IBGE, a dinâmica mudou: na década passada, foram as cidades brasileiras de médio e pequeno porte que mais atraíram população (GOIS, 2011).

De 2000 a 2010, 444 municípios (8% do total) tiveram alto crescimento populacional, com taxas anuais superiores a 3%. Nenhum tinha mais de 500 mil habitantes. (...). Foram as cidades do Nordeste as que registraram maiores aumentos, enquanto muitas do Sudeste tiveram queda ou estagnação. São Paulo, por exemplo, “exporta” mais gente para outras unidades da federação do que vice-versa. (...) é no conjunto de cidades com menos de 500 mil habitantes onde se verificam taxas altíssimas de crescimento. A população do município baiano de Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, viu sua população mais que triplicar na década, saltando de 19 mil para 60 mil. (GOIS, 2011, s. p.).

Em 2014, segundo o Estadão (2014), nas cidades com até cinco mil habitantes, as vendas de veículos cresceram 142%, enquanto nas cidades com três a dez milhões, a alta foi de 29%, e em São Paulo, o crescimento foi de 6%. Já segundo Lima (2016), as franquias buscaram crescimento em cidades menores, com até cem mil habitantes. Segundo o autor, estudos demonstraram que as franquias estão presentes apenas em 40% das cidades brasileiras e que há um potencial muito grande em cidades pequenas e do interior. Esses exemplos demonstram hábitos e modos, pautados na economia global, alcançando espaços das pequenas cidades fisicamente e imaterialmente pelas migrações e deslocamentos de pessoas que residiram um tempo em áreas metropolitanas e, atualmente, vivem em pequenas cidades.

No Norte do Paraná, essa dinâmica nacional se reproduz, também com mais intensidade no caso do crescimento da população urbana. Analisando a população absoluta dos 186 municípios que compõem a região Norte do Estado do Paraná, observou-se que 100 deles (53,8%) ganharam população total entre 2000 e 2010 e 157 (84,4%) tiveram aumento de população urbana no mesmo período. As médias de crescimento na região, considerando a totalidade de municípios, ficaram em 0,81% para a população absoluta e 1,48% para a população urbana. No primeiro caso, 45 municípios (24%) apresentaram crescimento maior que a média regional. Já no segundo caso, que envolve a população urbana, 61 municípios (33%) tiveram crescimento maior que a média do Norte do Paraná.

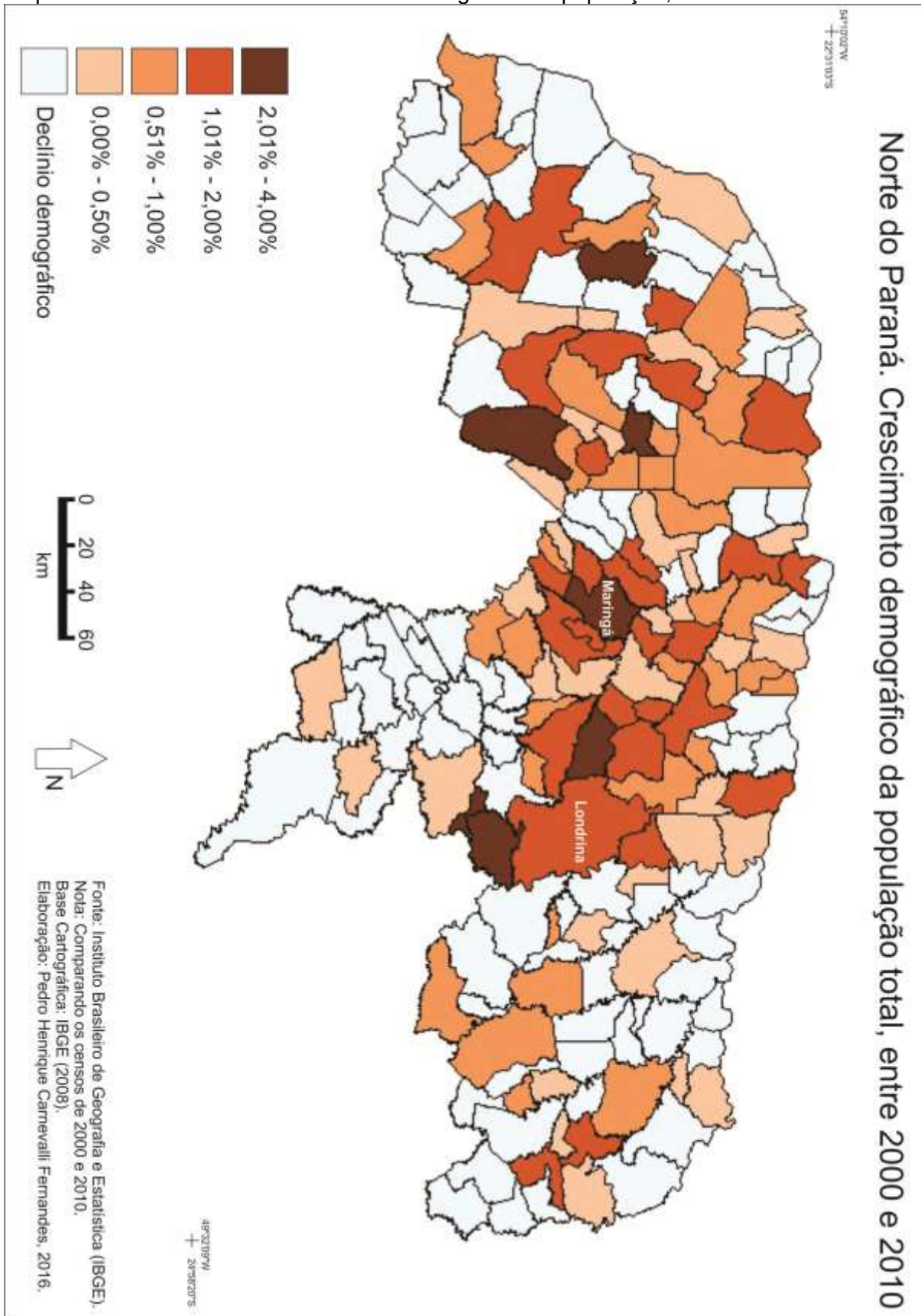
Nesse sentido, a Tabela 6 apresenta a proporção de municípios do Norte do Estado do Paraná por estratos de crescimento demográfico na população total e na população urbana, considerando o período de 2000 a 2010. Já o Mapa 6 espacializa a taxa de crescimento demográfico da população total, entre 2000 e 2010, nos municípios que compõem a região Norte do Paraná.

Tabela 6. Norte do Paraná. Proporção de municípios por crescimento demográfico na população total e urbana, 2000-2010

Crescimento (%)	População Total	População Urbana
0,01 – 0,50	34%	24%
0,51 – 1,00	32%	19%
1,01 – 1,50	16%	19%
1,51 – 2,00	11%	14%
Mais de 2,01	07%	24%
Total	100%	100%

Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010)

Mapa 6. Norte do Paraná. Crescimento demográfico da população, 2000-2010



Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010)

No caso da população total, 66% dos municípios cresceram menos de 1% no período selecionado e apenas 18% cresceram mais de 1,51%. Isso é reflexo do declínio da população rural que influenciou negativamente na taxa de crescimento absoluto. No caso da população urbana, 43% cresceram até 1,0% e 38%, mais de 1,51%; 24% dos municípios da região tiveram crescimento urbano superior a 2,01%. Esses dados mostram que as cidades pequenas da região Norte do Paraná, em sua maioria, já conseguiram reverter o declínio demográfico e algumas até superam cidades maiores, como Londrina, Maringá, Apucarana e Umuarama.

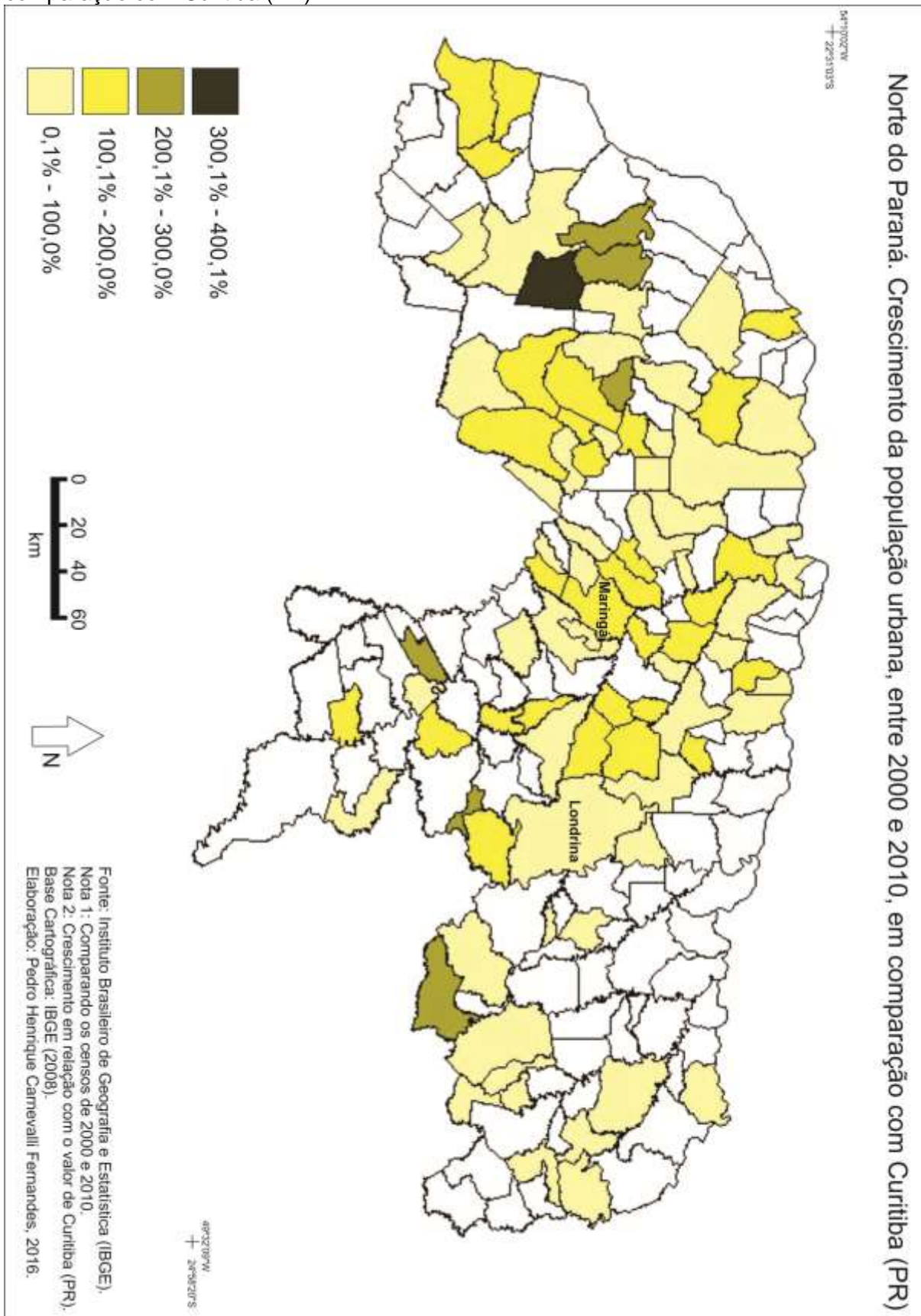
Comparando as pequenas cidades com Londrina, a maior demograficamente da região, os dados mostram que 19 cidades cresceram, em população absoluta, mais que Londrina no período de 2000 e 2010, sendo 14 delas consideradas pequenas cidades. Já considerando apenas o crescimento demográfico da população urbana, 66 cidades apresentaram crescimento superior ao de Londrina e 13 pequenas cidades tiveram, no mínimo, o dobro do crescimento de Londrina.

Para alimentar a discussão e horizontalizar essa questão do crescimento de cidades médias e pequenas, comparam-se os dados dos municípios do Norte do Estado do Paraná com duas metrópoles nacionais relevantes: São Paulo e Curitiba. No caso da capital paranaense, os dados foram espacializados no Mapa 7, que apresenta o crescimento da população urbana, entre 2000 e 2010, dos municípios do Norte do Paraná em comparação com Curitiba.

A maior metrópole brasileira, São Paulo, apresentou crescimento na população total, entre 2000 e 2010, de 0,79%, valor pior que 40 pequenas cidades da região Norte do Paraná; já o crescimento na população urbana de São Paulo, no mesmo período, foi de 1,36% e, com base nele, 66 pequenas cidades do Norte do Paraná cresceram mais que a capital paulista. Comparando com Curitiba, metrópole paranaense que apresentou crescimento absoluto e urbano de 1,04%, os resultados são: 27 pequenas cidades do Norte do Estado cresceram em população absoluta mais que a capital, e 79 cidades pequenas da região apresentaram crescimento urbano superior ao de Curitiba.

A Tabela 7 apresenta os dez municípios polarizados por pequenas cidades que apresentaram os maiores crescimento de população total, entre 2000 e 2010, na região Norte do Paraná. Já a Tabela 8 demonstra os dez municípios polarizados por pequenas cidades que apresentaram os maiores crescimento de população urbana, entre 2000 e 2010, na mesma região.

Mapa 7. Norte do Paraná. Crescimento demográfico da população urbana, 2000-2010, em comparação com Curitiba (PR)



Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010)

Tabela 7. Norte do Paraná. Crescimento demográfico na população total, 2000-2010

Município	População Total	Crescimento na pop. total
Mauá da Serra	8.555	3,22%
Tamarana	12.262	2,62%
Paraíso do Norte	11.772	2,09%
Douradina	7.445	2,09%
Santa Fé	10.432	1,76%
Mandaguaçu	19.781	1,75%
Amaporã	5.443	1,69%
Paíçandu	35.936	1,68%
Paranapoema	2.791	1,66%
Pitangueiras	2.814	1,64%

Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010)

Tabela 8. Norte do Paraná. Crescimento demográfico na população urbana, 2000-2010

Município	População Total	Crescimento na pop. urbana
Maria Helena	5.956	4,69%
Douradina	7.445	4,09%
Curiúva	13.923	3,63%
Lunardelli	5.160	3,29%
Guaporema	2.219	3,21%
Ivaté	7.514	3,18%
Mauá da Serra	8.555	3,12%
Cambira	7.236	3,05%
Ariranha do Ivaí	2.453	2,97%
Presidente Castelo Branco	4.784	2,93%

Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2010)

Observa-se que, quanto ao crescimento absoluto, o município de Mauá da Serra foi o que apresentou a maior taxa de crescimento, sendo o único a superar os 3%. Na segunda posição, aparece o município de Tamarana, que é estudado nesta pesquisa a partir da perspectiva do transbordamento metropolitano, ou seja, o aumento demográfico tem origem nos deslocamentos de retorno e na chegada de novos habitantes e pode estar influenciado no contexto da violência e da insegurança objetiva na localidade. Além de Tamarana, Paraíso do Norte e Douradina cresceram mais de 2% no período de 2000 a 2010.

Com relação ao crescimento da população urbana, os municípios de Maria Helena e de Douradina apresentaram crescimento demográfico acima de 4%. Na terceira posição, aparece o município de Curiúva, responsável por concentrar os serviços públicos de segurança de Figueira, que é estudado nesta tese pela perspectiva da ausência ou insuficiência dos serviços públicos.

3.1.3 A difusão do transbordamento metropolitano e a divulgação da violência e da insegurança objetiva a partir da mídia e da internet

A difusão de toda essa perspectiva construída sobre o transbordamento da lógica metropolitana, pautada em hábito e modo de vida globalizado, e a divulgação, diariamente, de ocorrências de violência e de situações objetivas e concretas de insegurança ocorrem, predominantemente, por ação da mídia e pela internet. Por isso, esta última seção do primeiro fator explicativo para a tese da violência e insegurança objetiva em pequenas cidades caminha por abordar o papel que a mídia e a internet desempenham na sociedade brasileira dentro do recorte desta pesquisa.

Atualmente, ambas estão intrinsecamente ligadas ao cotidiano da sociedade brasileira. Elas são potenciais propagadoras dos acontecimentos e dos fatos das áreas metropolitanas em detrimento das demais, particularmente pela rotineira divulgação da violência nas grandes cidades e pela produção de novelas, séries e filmes que retratam características do modo de vida metropolitano e dos hábitos e situações vinculados às metrópoles. Embora representem situações verossímeis, possuem outro lado, que é a produção de simulacro.

Sendo assim, apresenta-se, no Brasil, a espacialidade dos principais ícones da modernidade, fruto do avanço capitalista: a televisão e a internet. Além deles, é fundamental tratar do rádio, dos telefones celulares, dos *tablets* e das redes sociais, que também pertencem ao escopo da mídia. Os dados mais recentes foram divulgados pelo IBGE, em 2016, e referem-se à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014, referenciada como IBGE (2016).

A televisão estava presente em 97,1% dos domicílios brasileiros em 2014, sendo que 40% deles possuíam sinal digital aberto (IBGE, 2016). A antena parabólica atingia 38% dos domicílios em 2014, e essa proporção saltava para 52% entre as classes com rendimento domiciliar de até um quarto de salário mínimo, e 79% entre os domicílios em áreas rurais (IBGE, 2016). Já a proporção de domicílios com televisão por assinatura aumentou 12% entre 2013 e 2014, chegando a 32% dos domicílios brasileiros que tinham televisão (IBGE, 2016).

A proporção de domicílios com rádio continua reduzindo no Brasil desde 2009; em 2014, ele estava presente em 72% dos domicílios, valor menor que os 76% de 2013 (IBGE, 2016). Na contramão do rádio, está o microcomputador, que apresentou o maior crescimento, considerando o período de 2004 a 2014, entre os equipamentos:

passou de 16% para 48% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2016). O *tablet* estava presente em 16,5% dos domicílios (IBGE, 2016).

O acesso à internet por meio de microcomputador fazia parte da realidade de 42% dos domicílios brasileiros em 2014 (IBGE, 2016). Considerando apenas os domicílios com microcomputadores, 87% tinham internet (IBGE, 2016). Logo, 13% de domicílios brasileiros tinham microcomputadores sem acesso à internet. O acesso à internet, independente do equipamento, fazia parte de 55% dos domicílios, sendo que esse acesso acontecia em 77% dos domicílios por meio de microcomputadores e em 22% dos domicílios por meio do *tablet*. Porém, o aumento de domicílios com internet é decorrente da propagação de telefones móveis no Brasil. Entre os domicílios com acesso à internet, 80% faziam isso por meio do telefone móvel (IBGE, 2016).

O serviço de telefonia alcançou, em 2014, 93,5% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2016). O crescimento desse serviço deveu-se à expansão da linha celular móvel: 60,3% dos domicílios com telefone tinham somente a linha móvel, 37,2% possuíam ambas as linhas (fixo e celular) e 2,5% dos domicílios apresentaram somente o telefone fixo (IBGE, 2016). Os valores em 2004 eram: 25,2% para apenas telefone móvel, 47,9% para ambos e 26,5% para apenas telefone fixo (IBGE, 2016), mostrando a rápida mudança de cenário.

Portanto, é evidente que a televisão e a internet se configuram em difusores da informação, especialmente na modernidade em redes que se vive atualmente. O ponto crucial, então, está em entender o que tem se difundido (o conteúdo) por meio desses mecanismos. Uma das perspectivas é o olhar de como elas têm tratado a violência e as situações objetivas de insegurança.

Nesse sentido, a mídia é “amplamente reconhecida como um elemento estratégico na produção simbólica das violências” (RIFIOTIS, 1999, p. 30), sendo um grande propagador de ocorrências de violência e criminalidade (BENEVIDES, 1983). Assim, nesta tese, avança-se sobre a mídia a partir da difusão de casos de violência e da geração de uma insegurança objetiva, ou seja, justamente pelas ocorrências concretas. Com isso, espera-se somar ao debate a influência dos meios de comunicação no viés social das pessoas.

Os principais meios de comunicação no Brasil estão, predominantemente, em áreas metropolitanas e cidades médias, direcionando, por conseguinte, a programação para assuntos de interesse desses espaços. Nesse cenário, as

pequenas cidades consomem fatos e contextos sociais, econômicos, políticos, entre outros, de outros espaços.

Por isso, é fundamental pontuar, resumidamente, a acronia e a atopia dos meios de comunicação, interpretados por Chaui (2006): a primeira representa a ausência de uma referência temporal, ou seja, os fatos duram o tempo de interesse do transmissor; já a segunda refere-se à ausência de uma referência espacial, ou seja, as distâncias são ignoradas e as ocorrências aparecem e pertencem igualmente a todos os espaços. Somados a isso, o conteúdo e a qualidade dos programas têm, cada vez mais, se direcionado para temas que fogem das perspectivas educacionais, de artes ou cultura.

Sendo assim, é fundamental retomar ao simulacro da mídia proposto por Chaui (2006). O simulacro significa uma representação ou uma cópia exata, como um fingimento (CHAUI, 2006). Logo, os meios de comunicação usam dos simulacros, apropriando-se das imagens, tratando, representando e reproduzindo-as de acordo com seus interesses (CHAUI, 2006). Nesse sentido, o tratamento de alguns assuntos pelos estudiosos da violência, como o espetáculo midiático, “têm mostrado que a complexidade da busca de soluções está além da procura das causas (...) e têm mostrado também as rotulações e estereótipos que fazem recair uma culpabilização sobre os pobres” (MAGALHÃES, 2009, p. 324).

Apesar desse olhar crítico sobre os simulacros produzidos pela mídia, os casos concretos de violência e a insegurança a partir de ocorrências objetivas somados aos conteúdos produzidos pelos meios de comunicação, que difundem um modo de vida metropolitano, compõem o transbordamento metropolitano sobre as cidades pequenas. Então, a mídia e a internet têm cooperado na transformação do modo de viver em algumas pequenas cidades, que se assemelha, cada vez mais, aos encontrados nas grandes cidades. Nesse sentido, segundo Magalhães (2006, p. 326), em cidades do interior, “os entrevistados revelam temores e preocupações com a violência e ideais de moradia muito semelhantes aos de moradores de grandes metrópoles mundiais”.

Um ponto indispensável é quanto às manifestações decorrentes desse transbordamento metropolitano. Magalhães (2009, p. 325) deparou com a seguinte situação: “Toca o telefone na casa de uma entrevistada, e ela se mostra agitada. Vai até a janela e volta, confirmando: ‘É, eu vi, tem um homem lá fora! Quem será? Por que está ali parado?... O quê?... Está ali há mais de uma hora?... Não sei se é o caso

de chamar a polícia...'. Segundo Magalhães (2009), a entrevistada demonstrava medo, insegurança e um olhar alarmante pela janela que era compartilhado pela vizinhança, que a avisava de um desconhecido próximo a sua residência. Nesse caso, quem estava lá fora era justamente um conhecido de Magalhães que a aguardava enquanto aplicava a entrevista.

Já a internet “tem uma geografia própria, uma geografia feita em redes e nós que processam fluxos de informação gerados e controlados a partir de determinados locais” (CASTELLS, 2004, p. 245). Nesse sentido, é fundamental avançar nas discussões que associam a internet às configurações territoriais para responder inquietações sobre o transbordamento da vida metropolitana que, nesse caso, transborda a partir da rede mundial de internet.

O espaço dos fluxos resultante é uma nova forma de espaço, característico da era da Informação, mas que não é deslocalizado: estabelece ligações entre locais mediante redes informáticas telecomunicadas e sistemas de transporte informatizados. Redefine a distância mas não suprime a geografia. Dos processos simultâneos de concentração espacial, descentralização e ligação, continuamente reelaborados pela geometria variável dos fluxos globais de informação, surgem novas configurações territoriais. (CASTELLS, 2004, p. 245).

Essa associação começa pela perspectiva de as áreas metropolitanas dependerem “de um eixo constituído por uma rede de cidades ligadas em rede. Em suma, tecnicamente falando, a espinha dorsal da Internet é global em relação ao seu alcance, mas desigual na sua estrutura no que diz respeito à sua capacidade” (CASTELLS, 2004, p. 245). Em outras palavras, a internet é o meio que permite que a concentração metropolitana e a ligação global em rede ocorram simultaneamente. Por isso, a economia em redes, cuja ferramenta é a internet, é formada por áreas metropolitanas ligadas entre si, existindo correlação entre cidades e uso da internet, mesmo essa difusão ocorrendo de forma desigual no tempo e no espaço (CASTELLS, 2004).

Na Era da Internet as regiões metropolitanas caracterizam-se, simultaneamente, pela dispersão e concentração espaciais, pela mistura dos modelos de uso do solo, pela hipermobilidade e dependência das comunicações e do transporte, tanto intra-metropolitanos como internodais. O que surge, portanto, é um espaço híbrido, formado por espaços e fluxos: um espaço de locais em rede. (CASTELLS, 2004, p. 275).

A analogia é válida para a difusão da informação, ou seja, se dissipa desigualmente no tempo e no espaço. Por isso, Castells (2004) analisa os fornecedores de conteúdos da internet com objetivo de entender a geração, o processamento e a distribuição deles.

Como a informação é o produto chave da Era da Informação, e a Internet é a ferramenta fundamental para a produção e difusão dessa mesma informação, a geografia económica da Internet é, em grande medida, a geografia dos fornecedores de conteúdos Internet (CASTELLS, 2004, p. 251).

Mundialmente, as análises de Castells (2004) demonstram uma altíssima concentração dos domínios de internet nos Estados Unidos da América. Internamente, nos países, “o fornecimento de conteúdos Internet é cada vez mais, e fundamentalmente, um fenómeno metropolitano. (...) a norma geral é a concentração metropolitana dos domínios Internet” (CASTELLS, 2004, p. 258).

Deste modo, os dados indicam que o fornecimento de conteúdos Internet, medido através dos endereços de domínio, segue um modelo de alta concentração espacial. Esta actividade supostamente ubíqua apresenta um coeficiente de localização mais alto que muitos outros sectores de actividades económica. Está concentrada em alguns países, muito especialmente nas áreas metropolitanas e sobretudo em algumas das que apresentam uma maior concentração de riqueza à escala mundial. Está normalmente (mas não sempre) concentrada nas maiores áreas metropolitanas de cada país e em algumas localizações metropolitanas que apresentam um elevado grau de especialização nas áreas pioneiras na Internet comercial; (...) A geografia dos fornecedores de conteúdos Internet caracteriza-se pelo domínio da maior parte dos locais virtuais do mundo a partir de alguns, poucos, lugares. (CASTELLS, 2004, p. 260).

Assim, segundo Castells (2004), três fatores explicam a concentração metropolitana de conteúdos de internet:

(i) a ligação da economia da informação com a estrutura metropolitana, ou seja, o padrão espacial da internet segue a concentração metropolitana da economia da informação e não a distribuição da população;

(ii) a ligação metropolitana com os meios de inovação tecnológica e a rede de fornecedores, fundamentalmente vinculados à estrutura espacial do setor de capital de risco que representa um componente fundamental da indústria de internet.

(iii) as indústrias culturais, ou seja, as mídias nas suas mais diversas manifestações, como o entretenimento, a arte, a moda, entre outros.

Estas indústrias encontram-se entre as actividades de maior crescimento e geração de valor de todas as sociedades avançadas. Por sua vez, baseiam-se na lógica espacial dos meios de inovação territorialmente concentrados e intercâmbios cara a cara no centro do processo de inovação, algo que a interacção *on line* completa, não contradiz (CASTELLS, 2004, p. 266).

Apesar dessa concentração, Castells (2004) pontua que a internet não é apenas um fenómeno metropolitano: ela está presente nos demais espaços, como os das pequenas cidades, embora os nós dessa rede estejam nas áreas metropolitanas. Nesse sentido, a forma espacial da região metropolitana, como nó da rede global, expande-se por meio de ligações funcionais entre actividades repartidas pelo território, seja no mercado de trabalho, seja no consumo e meios específicos, como, por exemplo, a mídia (CASTELLS, 2004). Essa expansão se correlaciona com o fator explicativo do transbordamento metropolitano. Assim,

(...) enquanto estas regiões estão normalmente centradas em torno de uma grande cidade central, os centros urbanos menores ficam gradualmente absorvidos em redes intra-metropolitanas. (...) Esta estrutura metropolitana regional (...) estão a ser organizados pela Internet e em torno da mesma. (CASTELLS, 2004, p. 270).

Portanto, a lógica inerente à infraestrutura baseada na internet é que lugares e pessoas “podem ser ligados e desligados. A geografia das redes é uma geografia de inclusão e exclusão, que depende do valor que os interesses socialmente dominantes outorguem a um lugar determinado” (CASTELLS, 2004, p. 278). Assim, há uma fragmentação urbana, intra e interurbana. Por isso, há um desafio contemporâneo:

Ao longo da história têm sido formas sócio-espaciais capazes de articular a comunicação síncrona e assíncrona, o processo essencial para transformar a informação em tomada de decisões. A Internet substitui essa função. Assim, as actividades baseadas no local, sobre as quais fundamentaram as cidades, devem competir somando valores às experiências cara a cara, que só podem ter lugar nas cidades. Convém acrescentar a isto o importante papel desempenhado pelo espaço público e pela monumentalidade (museus, centros culturais, arte em espaços públicos e ícones arquitetónicos) quando há que marcar espaço e facilitar uma interacção dotada de sentido. (CASTELLS, 2004, p. 277).

Essas preocupações também permeiam esta tese, especialmente pelo fato de a lógica apresentada pelo autor estar, cada vez mais, compondo as paisagens das pequenas cidades. Isso é reflexo da urbanização brasileira moderna alicerçada no modelo de produção capitalista e no fenômeno de globalização.

As infraestruturas urbanas construídas sobre o princípio do serviço universal eram a pedra angular da urbanização moderna e estavam subjacentes à formação das cidades industriais como sistemas sociais e funcionais integrados. Durante os anos 90, a liberação, a privatização e a desregulação, em conjunto com a rápida mudança tecnológica e a globalização dos investimentos, inverteram a tendência histórica, diversificando a infra-estrutura urbana segundo a capacidade do mercado, as prioridades funcionais, os privilégios sociais e as tendências políticas. (CASTELLS, 2004, p. 279).

Sendo assim, as redes fragmentadas acentuam as crescentes tendências de segregação socioespacial das cidades e entre elas. Nesse contexto, a rede de internet favorece o contato, mesmo cortando os laços físicos com o espaço. Por outro lado, o atraso na infraestrutura dos espaços desvalorizados, inclusive as pequenas cidades, visualizam uma acentuação da marginalização e o aprofundamento da dependência desses locais, como no caso de inúmeras pequenas cidades, de outros espaços, predominantemente metropolitanos. Nasce, então, o dualismo espaço de fluxos e espaço de lugares (CASTELLS, 2004).

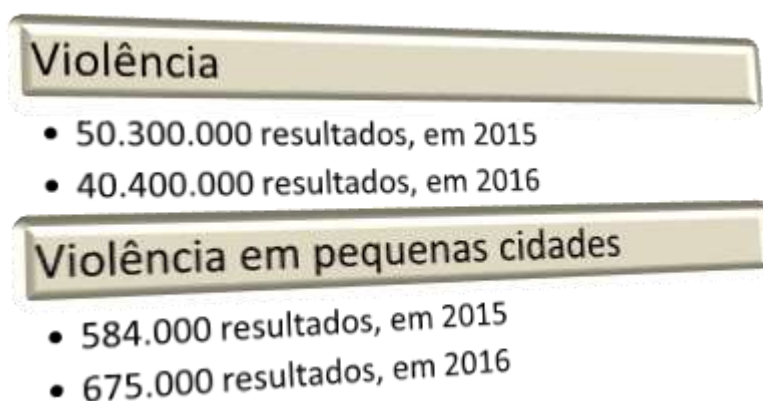
O espaço de fluxos, que liga locais à distância de acordo com o seu valor de mercado, a sua seleção social e a sua superioridade infra-estrutural. O espaço dos lugares, que isola as pessoas nos seus bairros devido às suas escassas oportunidades para acender a uma localização melhor (...) assim como à globalidade (...). Mas esta é apenas uma tendência estrutural, porque na realidade as pessoas reagem contra a sua exclusão e defendem os seus direitos e valores, utilizando frequentemente a Internet para a sua resistência e apoio a projectos alternativos. (CASTELLS, 2004, p. 281).

Uma possibilidade metodológica de mensurar a expressão, a vastidão e a manifestação do tema ocorre por meio do procedimento de pesquisar na internet a quantidade de resultados para algumas palavras-chave. Além de não ter o objetivo de cooperar com o discurso alarmista, se reconhece o ônus da internet em agrupar situações que podem potencializar o assunto ou até mesmo difundir inverdades. A possibilidade, então, tem a intenção de demonstrar a vastidão da temática e alguns resultados alcançados que, efetivamente, dialogam com a proposta desta tese.

A materialização desse exercício aconteceu a partir de buscas no *Google* por se configurar a ferramenta mais acessada no Brasil, com mais de 90% das ocorrências (PORTAL OLHAR DIGITAL, 2015). O levantamento foi realizado em novembro de 2015 e em novembro de 2016, e o procedimento envolveu a pesquisa sobre determinado termo e a sua associação com as pequenas cidades.

Assim, a Figura 8 apresenta a quantidade de resultados para as expressões “violência” e “violência em pequenas cidades”, em 2015 e 2016. Os resultados mostraram que o buscador encontrou pouco mais de cinquenta milhões de resultados para a violência em 2015 e quase dez milhões de resultados a menos no ano seguinte; já quanto à violência em pequenas cidades, a quantidade foi de quase 585 mil em 2015 e pouco mais de 670 mil em 2016, ou seja, um aumento de quase cem mil resultados. Portanto, uma redução nos resultados da violência, mas uma ampliação na associação dela com as pequenas cidades.

Figura 8. “Violência” e “violência em pequenas cidades”, 2015-2016



Fonte: *Google* (2015; 2016)

Analisando os cinquenta primeiros resultados, em 2016, da pesquisa da violência nas pequenas cidades, 40% estavam em *blogs* e *sites* de notícias, 24% em jornais e na grande mídia, 24% eram artigos científicos ou *sites* de educação, 4% nos *sites* públicos de governos e 8% nos demais. A partir dos resultados, o Quadro 14 demonstra alguns exemplos de cada uma das divisões apresentadas (setores) para a expressão “violência em pequenas cidades”, em 2016.

Os conteúdos encontrados variaram desde abordagens sobre os hábitos urbanos colaborando para a violência nas pequenas cidades até a percepção da inexistência de lugar seguro. Em uma reportagem, houve uma associação entre o

aumento dos roubos nas pequenas cidades e a migração da violência dos grandes centros para essas localidades, e em outra o foco foi no controle social em pequenas cidade a partir do aumento da violência.

Quadro 14. Destaques sobre a violência em pequenas cidades, 2016

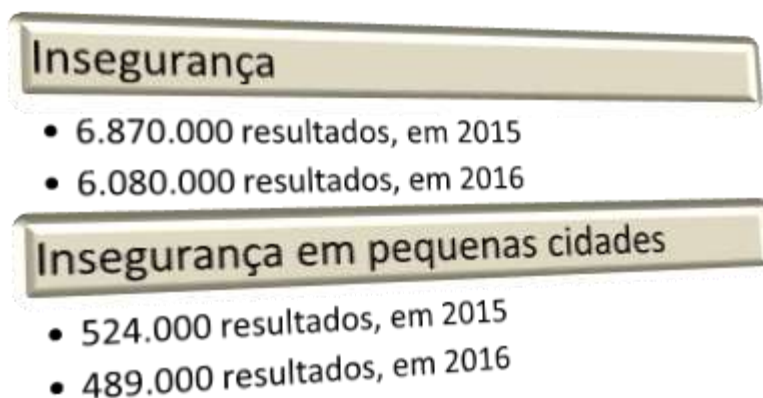
Setor	Título	Acesso
<i>Blogs e sites de notícias</i>	Hábitos urbanos colaboram com aumento da violência em pequenas cidades	http://www.meon.com.br/noticias/regiao/habitos-urbanos-colaboram-com-aumento-da-violencia-em-pequenas-cidades-da-rmvale
<i>Blogs e sites de notícias</i>	Cidades pequenas lideram violência no país, explica sociólogo	http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/2007/02/27/ult2492u400.jhtm
Jornais e grande mídia	Violência vira grande preocupação de moradores de pequenas cidades	http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/02/violencia-vira-grande-preocupacao-de-moradores-de-pequenas-cidades.html
Jornais e grande mídia	Violência: crimes migram para cidades pequenas	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/campinas/cm25049901.htm
Artigos científicos ou sites de educação	Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social	http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Angela%20Maria%20Endlich%20revisado.pdf
Artigos científicos ou sites de educação	A migração da violência dos grandes centros para as pequenas cidades: roubos!	http://www.etecpalmital.com.br/_biblioteca/_tcc/_servicoJuridico/_2014/_arquivos/MigracaoViolenciaPequenasCidadesRoubo.pdf
<i>Sites de governos</i>	Não há mais lugar seguro	http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1245:reportagens-materias&Itemid=39
<i>Sites de governos</i>	Criminalidade avança para cidades do interior do Brasil	http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/SEGURANCA/480061-CRIMINALIDADE-AVANCA-PARA-CIDADES-DO-INTERIOR-DO-BRASIL.html
Outros	Aumento da violência em pequenas cidades	https://conscienciacritica.wordpress.com/2008/01/30/aumento-da-violencia-em-cidades-pequenas/
Outros	Violência cresce nas pequenas cidades do interior do Brasil	https://www.youtube.com/watch?v=Cg-XNv7f5S0

Fonte: Google (2016)

Na sequência, a pesquisa buscou os termos “insegurança” e “insegurança em pequenas cidades”, e a Figura 9 apresenta a quantidade de resultados para essas

expressões, em 2015 e em 2016. Nos dois casos, houve redução nas quantidades. No caso da insegurança em pequenas cidades, em 2016, era quase meio milhão de resultados.

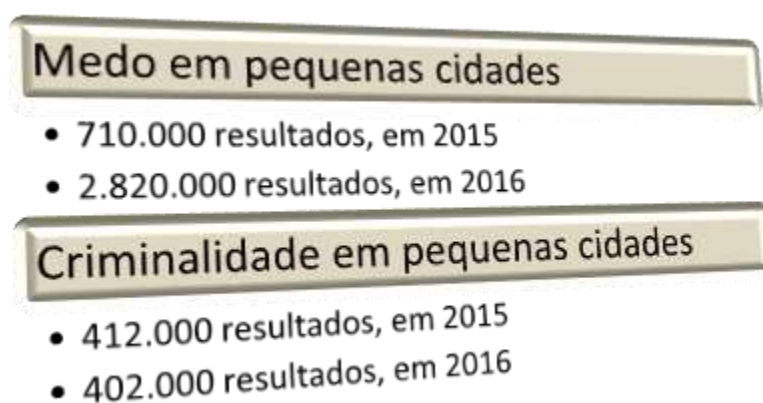
Figura 9. “Insegurança” e “insegurança em pequenas cidades”, 2015-2016



Fonte: Google (2015; 2016)

A terceira, e última pesquisa, procurou as expressões “medo em pequenas cidades” e “criminalidade em pequenas cidades”, e as quantidades de resultados, em 2015 e em 2016, aparecem na Figura 10. O medo em pequenas cidades apresentou uma ampliação significativa, enquanto a criminalidade nas pequenas cidades passou por uma leve redução.

Figura 10. “Criminalidade e “criminalidade em pequenas cidades”, 2015-2016



Fonte: Google (2015; 2016)

Analisando os cinquenta primeiros resultados, em 2016, para a “insegurança em pequenas cidades”, teve-se: 50% dos resultados pertenciam aos *blogs* e *sites* de notícias, 34% eram artigos científicos ou estavam em *sites* de educação, 8% aos

jornais e grande mídia, 6% ficavam em *sites* públicos de governos e 2% somavam os demais. O Quadro 15 demonstra alguns exemplos em cada uma das divisões apresentadas para a expressão “insegurança em pequenas cidades”, em 2016.

Quadro 15. Destaques sobre a insegurança em pequenas cidades, 2016

Setor	Título	Acesso
<i>Blogs e sites de notícias</i>	Novo cangaço assusta pequenas cidades. Insegurança e pouco efetivo persistem	http://www.dinomarmiranda.com/2013/05/novo-cangaco-assusta-pequenas-cidades_26.html
<i>Blogs e sites de notícias</i>	Insegurança abala os lugares mais tranquilos do CE	http://www.okariri.com/policia/inseguranca-abala-os-lugares-mais-tranquilos-do-ce/
Jornais e grande mídia	Cidades do interior têm apenas um policial militar	http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/05/cidades-do-interior-tem-apenas-um-policial-militar-4762170.html
Jornais e grande mídia	Insegurança até quando?	http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/14/opinion/1394813608_409138.html
Artigos científicos ou <i>sites</i> de educação	Os espaços do medo e os de castigo nas pequenas cidades do Estado de São Paulo	http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UNSP_068fe851505ad34b1766246bf494aaf8
Artigos científicos ou <i>sites</i> de educação	Sentimento de insegurança urbana nas pequenas cidades brasileiras	http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2126
<i>Sites</i> de governos	Secretários da insegurança	http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=309774
<i>Sites</i> de governos	Deputada Dirce solicita providências quanto à insegurança no interior	http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/deputada-dirce-solicita-providencias-quanto-a-inseguranca-nas-comunidades-d
Outros	Comunidade, segurança e sentimento de insegurança	http://observatoriodeseguranca.org/seguranca/comunidades
Outros	Insegurança como tônica	http://abamf.org/2016/01/inseguranca-como-tonica/

Fonte: Google (2016)

Entre os conteúdos encontrados, alguns se destacam como o “novo cangaço”, assustando as pequenas cidades do interior, e se mostram como uma rica possibilidade de pesquisa, como também a percepção da insegurança em localidades

que antes eram tranquilas, como no caso do Ceará e São Paulo, e a ausência de efetivo policial como motivadora para a insegurança.

Esse primeiro fator explicativo demonstrou como o modo de vida metropolitano, caracterizado por hábitos de consumo e individualismo geradores de instabilidade e superficialidade na sociabilidade, transborda para as pequenas cidades, ampliando a violência e a insegurança objetiva nesses espaços. Assim, marcadas pelo modelo de produção capitalista e pela globalização, que remodelam a qualidade da sociabilidade, as reflexões perpassam pela condição da própria sociedade, que é violenta por natureza e tem tentado domesticar sua agressividade desde o processo civilizatório, como assinalado na construção teórica.

Esse contexto de esvaziamento das relações era característico, principalmente, das metrópoles e de suas áreas metropolitanas, mas atinge espaços que apresentavam relações primárias de sociabilidade. Essa sobreposição nas relações se explicam pelas mudanças no urbano-rural, particularmente pela sociabilidade produzida pela sociedade urbana capitalista, o que fomenta a necessidade de ampliar o debate sobre a possibilidade de se pensar em uma outra sociabilidade que extrapola e supera as relações capitalistas.

Além disso, ocorre também pela metropolização e pela institucionalização das regiões metropolitanas, demonstrando a espacialização das metrópoles sobre o território e, por conseguinte, o escoamento desse modo de vida metropolitano para as cidades pequenas, especialmente pelos hábitos de consumo. Corroborou essa perspectiva, a perda parcial dos papéis metropolitanos e a migração de pessoas para as cidades médias e pequenas. Nesse caso, o “novos” cidadãos (que engloba os antigos moradores que retornaram ou pessoas que se mudam para cidades menores) trazem, em sua maioria, esse modo de vida metropolitano.

Finalmente, a difusão de toda essa perspectiva construída e a divulgação da violência e da insegurança objetiva ocorrem por ação da mídia e pela internet, propagando, principalmente, acontecimentos metropolitanos, como violências, hábitos, costumes, etc., para as demais localidades, colaborando com a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades.

Portanto, a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades por esse fator explicativo propõem um olhar para as características da própria sociedade contemporânea e dos valores que ela espalha. Na sequência, avança-se acerca do segundo fator explicativo para a tese: a fronteira, a faixa de fronteira e o tráfico ilícito.

3.2 A faixa de fronteira e a dinâmica do tráfico ilícito

As áreas fronteiriças são espaços marcados e reconhecidos pela violência quase que crônica. É comum encontrar trabalhos acadêmicos, políticas públicas e programas sociais e reportagens de diferentes meios de comunicação abordando situações violentas nesses espaços. Apesar disso, as violências, especialmente as voltadas ao tráfico ilícito, esbarram nos limites das informações. Como diversos municípios no recorte geográfico estudado encontram-se em uma área de fronteira, foi preciso considerar essa realidade. É nesse contexto que se inserem a fronteira e a faixa de fronteira no Paraná, que comumente se destacam no cenário nacional.

As principais violências que ocorrem nas fronteiras e faixas de fronteiras, chamadas de crimes transnacionais ou transfronteiriços, são: tráfico de drogas e de armas, contrabando de produtos ou remédios proibidos e descaminho, tráfico de pessoas e exploração sexual, sonegação fiscal, exportação ilegal de veículos e crimes ambientais, como exportação ilegal de fauna e flora (BRASIL, 1940; BRASIL, 2006).

A partir das fronteiras, esses crimes, especialmente os relacionados ao tráfico ilícito de drogas, escoam para os demais espaços. Por isso, atualmente, acredita-se que esse tráfico atinja quase todos os espaços e não se restrinja mais a hábitos ou costumes de habitantes de metrópoles ou áreas metropolitanas. Nesse caso, não há uma influência metropolitana nos demais espaços, mas sim de pessoas que visualizaram mercados consumidores em potencial (preferencialmente das classes média e alta), em diferentes escalas de cidades, sobretudo naquelas que enfrentam problemas decorrentes da incapacidade do Estado em promover políticas públicas.

Diante disso, esse segundo fator explicativo para a tese da violência e insegurança objetiva em pequenas cidades se sustenta a partir da fronteira e do espaço considerado como de faixa de fronteira e sua dinâmica com o tráfico ilícito de drogas e de produtos contrabandeados e, também, o tráfico de pessoas, além de uma série de outras situações que se ramificam delas, como a corrupção, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, exploração sexual, etc. Evidentemente, colabora com essa situação a ineficiência do Estado em promover políticas públicas e campanhas de conscientização e fiscalização das fronteiras, o que acaba, por conseguinte, deixando diversas cidades pequenas à mercê da criminalidade e vinculadas, economicamente, ao contrabando, à lavagem de dinheiro, aos traficantes e às quadrilhas que as utilizam como esconderijos ou aterrorizam os moradores.

Antes, é indispensável uma ressalva teórico-metodológica sobre o debate abordado ao longo desse fator explicativo da tese: as discussões fogem aos efeitos (potencialmente positivos e efetivamente negativos) do consumo de drogas, psicotícos, cigarros, álcool ou semelhantes, e da descriminalização das drogas ou dos debates adjacentes sobre o tema, especialmente para não propagar estereótipos, preconceitos ou senso comum e pela existência das relações políticas, científicas e econômicas obscuras que aparecem por trás do tráfico e do consumo.

Isso porque o debate sobre o consumo de drogas é “reduzir os problemas e dilemas dos processos sociais complexos que articulam o local, o nacional e o global à fragmentação do social (...) é também deixar de lado outras cadeias de efeitos igualmente importantes” (ZALUAR, 1997, s. p.). Por isso, para aprofundamento sobre tais questionamentos, Freitas (2014) sugere o documentário “Cortina de Fumaça”, de 2010, de Rodrigo Mac Niven, que transita, entre outros vieses, pelo debate sobre o *lobby* da proibição da maconha e a política de drogas vigente no Brasil.

As consequências sociais que são privilegiadas ao longo das reflexões caminham pela relação ambígua com o Estado apresentada por Souza (2008): opressão oficial e, ao mesmo tempo, manutenção e financiamento por agentes estatais corruptos. Outro contexto que permeia as reflexões desse fator explicativo é a territorialização dos espaços, a partir do tráfico ilícito de drogas, em espaços que já são considerados territorializados por serem de áreas fronteiriças. Isso ocorre também em bairros de cidades pequenas, onde o tráfico influencia diretamente nos serviços prestados pelo Estado e nas sociabilidades existentes.

Portanto, a mudança do cenário, que indica a redução da violência concreta e a da insegurança objetiva em pequenas cidades de fronteira ou faixa de fronteira, depende, efetivamente, de políticas públicas sociais pensadas e projetadas para essas realidades, sobretudo por planejamento microrregional, e não vinculadas, estritamente, aos contextos metropolitanos e, a partir deles, transportadas.

Sendo assim, para construir esse fator explicativo, esta seção da tese se subdivide em quatro subitens: (i) a faixa de fronteira brasileira e o contexto do Norte paranaense; (ii) a violência e insegurança objetiva nas fronteiras e nas faixas de fronteira, principalmente em pequenas cidades e no Norte do Paraná; (iii) o tráfico em áreas fronteiriças, a realidade no Norte do Estado e a difusão deles para as pequenas cidades; e, (iv) a rede rodoviária do Norte do Paraná e a localização dos serviços públicos de segurança, já se associando com o fator explicativo seguinte.

3.2.1 Faixa de fronteira e o contexto paranaense

A faixa de fronteira, definida por meio da Lei nº 6.634, de dois de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, compreende uma faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela aos 15.735 quilômetros de linha divisória terrestre do território nacional (BRASIL, 1979). Ela é considerada uma área de segurança nacional e, por isso, são vedadas, sem o prévio assentimento do Governo Federal, as seguintes práticas: concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação, construção de pontes e campos de pouso e estabelecimento ou exploração de indústrias (BRASIL, 1979).

Devido ao tamanho e à localização estratégica na porção Sul da América, o Brasil faz fronteira com dez países, correspondendo, sua faixa de fronteira, a aproximadamente 27% do território nacional, contemplando 11 Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina), 588 municípios e dez milhões de habitantes (BRASIL, 2005b).

Em 2005, o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, retomou o debate sobre a faixa de fronteira ao lançar a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, a partir de uma política integrada de desenvolvimento regional (BRASIL, 2005b).

O projeto (...) foi composto pela realização de quatro pesquisas visando conhecer a rica e complexa diversidade econômica e cultural da região. A primeira sobre a base produtiva e as identidades culturais regionais, a segunda sobre as interações com os países vizinhos, a terceira sobre as legislações direta ou indiretamente pertinentes ao território fronteiriço e, a quarta, com os agentes locais em duas áreas selecionadas, a Mesorregião do Alto Solimões no Amazonas, e o segmento de fronteira entre Brasil e Paraguai em Mato Grosso do Sul. (BRASIL, 2005b, p. 8).

A intenção desse programa ocorreu após uma série de novos condicionantes típicos do mundo moderno, em diferentes escalas geográficas, que motivaram a repensar algumas perspectivas do Brasil em relação à fronteira internacional: (i) escala global: mudanças técnico-tecnológicas na produção e nas trocas de informação, proliferação de estratégias e planos de ações de organismos internacionais e empresas transnacionais e pressões internacionais sobre as

questões indígenas, ecológicas e de tráficos de ilícitos; (ii) escala subcontinental: implantação e desenvolvimento de agrupamentos funcionais, integração da malha rodoviária, intensificação do tráfico de armas e drogas ilícitas e expansão de movimentos migratórios e pendulares; (iii) escala nacional: permeabilidade da fronteira, combate de diversos tipos de tráficos ilícitos e criação de espaços de articulação entre os sistemas produtivos e as áreas de povoamento consolidado e não consolidado; (iv) escala subnacional: insatisfação pelo modelo tradicional hierárquico entre Estados e Centro decisório nacional e iniciativa de Estados criarem laços comerciais e culturais diretamente com o mercado global; e, finalmente, (v) escala local: demanda por maior conhecimento sobre as especificidades territoriais dos municípios da fronteira. (BRASIL, 2005b).

Então, a faixa de fronteira foi dividida em três grandes delimitações, denominadas de arcos: o Arco Norte, compreendendo a faixa de fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre; o Arco Central, que abarca a faixa de fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Arco Sul, que inclui a faixa de fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os Estados de Roraima e do Acre são os únicos que estão totalmente na faixa de fronteira. (BRASIL, 2005b).

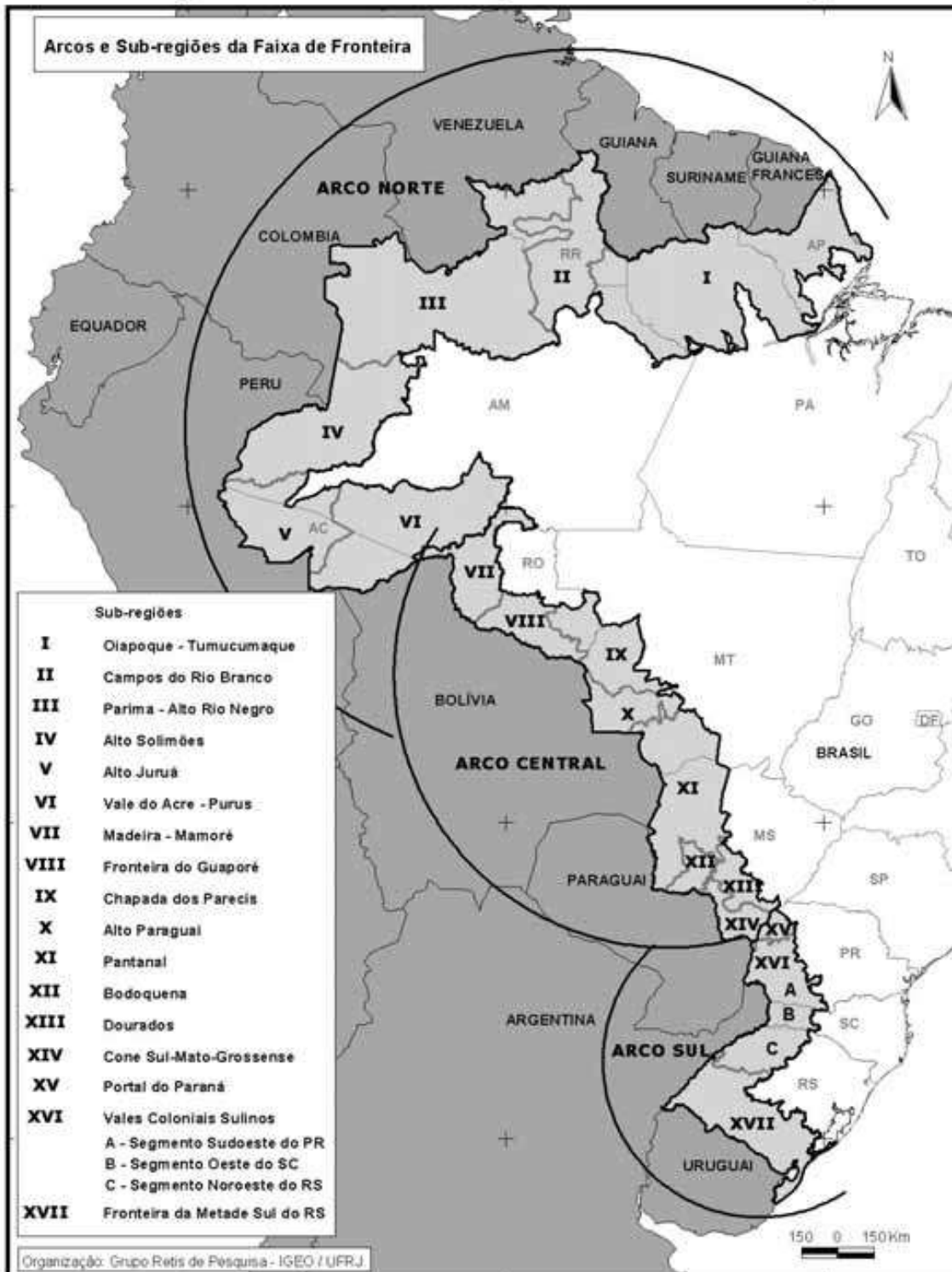
Além dos arcos, a faixa de fronteira é subdividida em 19 sub-regiões, as quais se fundamentam a partir de duas perspectivas: o desenvolvimento regional e a identidade cultural (BRASIL, 2005b). A Figura 11 espacializa os arcos e as sub-regiões na faixa de fronteira brasileira, e a Tabela 9 promove uma síntese das sub-regiões da faixa de fronteira brasileira apresentando a quantidade de municípios, de população total e a proporção de pequenas cidades em cada uma. Os resultados mostram que a faixa de fronteira brasileira é composta majoritariamente por pequenas cidades⁹.

As sub-regiões do Arco Sul são as que possuem a maior quantidade de municípios e de população habitando a faixa de fronteira brasileira. Os Vales Coloniais Sulinos concentram 340 municípios e pouco mais de 4,22 milhões de habitantes, ou seja, 58% do total de municípios e 39% da população da faixa de fronteira nacional. Somando ela à sub-região Fronteira da Metade Sul do Rio Grande do Sul, os valores

⁹ Devido às diversidades regionais brasileiras, optou-se por considerar, exclusivamente para essa análise da faixa de fronteira, como pequenas cidades, os municípios com patamar máximo de vinte mil habitantes de população total, considerando o último censo do IBGE (2010).

chegam a 67% dos municípios e a 56% da população total. Outra constatação fundamental para a tese é que 463 municípios (78,7% do total de municípios da faixa de fronteira) são polarizados por pequenas cidades; em cinco sub-regiões, essa proporção passou dos 80% dos municípios.

Figura 11. Brasil. Faixa de fronteira, arcos e sub-regiões, 2005



Fonte: Brasil (2005b, p. 53)

Tabela 9. Brasil. Municípios, população total e proporção de pequenas cidades, por sub-regiões de faixa de fronteira, 2010

Sub-região (Estado)	Municípios	Pop. Total	Pequenas cidades¹
Oiapoque-Tumucumaque (AM, AP, PA, RR)	18	365.816	66,7%
Campos do Rio Branco (RR)	09	394.375	77,8%
Parima-Alto Rio Negro (AM, RR)	07	123.557	71,4%
Alto Solimões (AM)	08	201.277	50,0%
Alto Juruá (AC, AM)	13	238.910	69,2%
Vale do Acre-Alto Purus (AC, AM)	16	614.040	62,5%
Madeira-Mamoré (RO)	05	537.777	20,0%
Fronteira do Guaporé (RO)	14	232.433	78,6%
Chapada dos Parecis (MT, RO)	14	293.832	78,6%
Alto Paraguai (MT)	18	206.695	61,1%
Pantanal (MT, MS)	10	372.657	40,0%
Bodoquena (MS)	07	105.254	71,4%
Dourados (MS)	16	434.556	62,5%
Cone Sul Mato-grossense (MS)	15	300.751	80,0%
Portal do Paraná (PR)	24	317.593	83,3%
Vales Coloniais Sulinos/ Sudoeste do Paraná (PR)	115	2.047.352	83,5%
Vales Coloniais Sulinos/ Oeste de Santa Catarina (SC)	82	828.368	91,5%
Vales Coloniais Sulinos/ Noroeste do Rio Grande do Sul (RS)	143	1.348.363	90,9%
Fronteira da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS)	54	1.771.703	55,5%
Total	588	10.735.309	78,7%

Nota 1. Para o quadro, considerou-se municípios com população inferior a vinte mil habitantes
Fonte: Adaptado de Brasil (2005b) e IBGE (2010)

Por essa dimensão, a faixa de fronteira é um espaço peculiar, com sistemas sociopolíticos diferentes e com relações transfronteiriças muitas vezes não previstas pelo marco legal dos países (BRASIL, 2005b). Sendo assim, esses sistemas e relações são de suma importância para a elaboração das políticas públicas, que devem ser pensadas para o contexto local de compartilhamento. Isso se justifica, pois em alguns lugares da faixa de fronteira, há intensa circulação de pessoas e mercadorias, dada por movimentos pendulares de trabalhadores ou cidadãos em busca de atendimento por serviços oferecidos no outro lado da fronteira.

Entretanto, os aparatos de controle dos Estados tendem a restringir esses movimentos, comprometendo a eficiência das relações transfronteiriças (BRASIL,

2005b). Em suma, significa o controle sobressaindo as possibilidades de relações sociais. Sendo assim, a faixa de fronteira brasileira configura-se como

Uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças (BRASIL, 2009, p. 6).

Logo, a partir das conclusões desse levantamento realizado em 2005, o Ministério da Integração Nacional, do Governo Federal, lançou, em 2009, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) inserido na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Esse programa nasceu voltado “à integração e ao desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2009, p. 6) e nessa nova configuração política, em que a escala regional torna-se relevante para as estratégias do desenvolvimento local,

O PDFF passa a defender o fortalecimento dos processos de mudanças a partir do estímulo à formação de redes de atores locais, fortalecendo novos eixos dinâmicos da economia. Utilizando-se dessas estratégias de aproveitamento das potencialidades (...) e pelo fortalecimento das relações internacionais, pretende-se resgatar parte da dívida social com a população fronteiriça e fortalecer a formação de uma agenda positiva voltada para o desenvolvimento em bases integradas e sustentáveis (BRASIL, 2009, p. 6).

Outro programa fundamental para a faixa de fronteira e lançado pelo Decreto nº 7.496, de oito de junho de 2011, é o Plano Estratégico de Fronteira (PEF), que nasceu da necessidade de o Brasil reforçar a presença na fronteira terrestre com países vizinhos, “para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira” (BRASIL, 2011, s. p.). Os objetivos do PEF, segundo Brasil (2011), são: (i) integração das ações de segurança pública, de controle aduaneiro e das Forças Armadas da União com a ação dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira; (ii) execução de ações conjuntas entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Forças Armadas; (iii) troca de informações entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Forças Armadas; (iv) realização de parcerias com países vizinhos para atuação nas ações previstas no decreto; e (v)

ampliação do pessoal e da estrutura destinada à prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos.

As principais ações do PEF são as operações Ágata, realizada pelo Ministério da Defesa, e Sentinela, pelo Ministério da Justiça. A Operação Ágata ocorre em caráter temporário e com objetivo de combater ostensivamente a criminalidade a partir de operações militares, policiais e sociais em cooperação de países fronteiriços. A Operação Sentinela sobrevém no enfrentamento ao crime organizado transnacional. (BRASIL, 2012). A Operação Ágata destruiu quatro pistas clandestinas de pouso de aviões e apreendeu 498 embarcações, 19.892 quilos de explosivos e 11.801 quilos de entorpecentes (BRASIL, 2012). Já a Operação Sentinela desarticulou 42 organizações criminosas transnacionais, prendeu 20.737 pessoas e apreendeu 361 toneladas de drogas, 2.235 armas, R\$ 10,7 milhões oriundos de atividade ilícita, 1,89 milhão de medicamentos falsificados e proibidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 7,5 mil veículos e 16,2 milhões de cigarros (BRASIL, 2012). As operações seguem na fronteira e os resultados parciais, embora com demora de alguns anos, vão sendo atualizados pelo Governo Federal.

Apesar desse contexto, Machado (2010) elucida algumas críticas às estratégias nacionais de combate ao tráfico ilícito de drogas. Inicialmente, ela discorda do uso das Forças Armadas (FA) como forças policiais na repressão ao tráfico nas fronteiras internacionais, especialmente na Amazônia

Ampliar as atribuições das FA no sentido de interferência direta e contínua em atos de repressão ao tráfico de ilícitos no terreno é confundir as atribuições constitucionais e a hierarquia institucional de cada órgão do governo federal (MACHADO, 2010, p. 100).

Além disso, a autora questiona a efetiva ação da Polícia Federal e da Receita Federal nas fronteiras, especialmente por serem mal vistas pela população local, pelo fato de que “ambas tem por definição funções de controle (...) poucas condições de fazer cumprir as leis (...) de forma consistente, seus agentes são pouco preparados para lidar com a população local” (MACHADO, 2010, p. 99-100). Por fim, sinaliza como necessário, além da discussão sobre as drogas ilícitas e lícitas, o fracasso da “guerra às drogas”, as drogas orgânicas e a dialética das que servem para matar e as para salvar vidas e a integração econômica brasileira a partir da cadeia de produção e a

rede de distribuição da cocaína produzida, uma política nacional de fronteira que deve passar pela prestação de serviços à população fronteiriça (MACHADO, 2010).

O Estado do Paraná é a segunda Unidade da Federação em número de municípios que pertencem à faixa de fronteira, atrás apenas do Rio Grande do Sul. Atualmente, o Estado possui 139 municípios nessa condição, o que corresponde a 23,6% do total de municípios brasileiros na faixa de fronteira e a 34,8% do total de municípios do Paraná. Em 2010, 2,3 milhões de paranaenses residiam na faixa de fronteira, aproximadamente 20% da população estadual e, também, da população brasileira em faixa de fronteira. (BRASIL, 2009; IBGE, 2010).

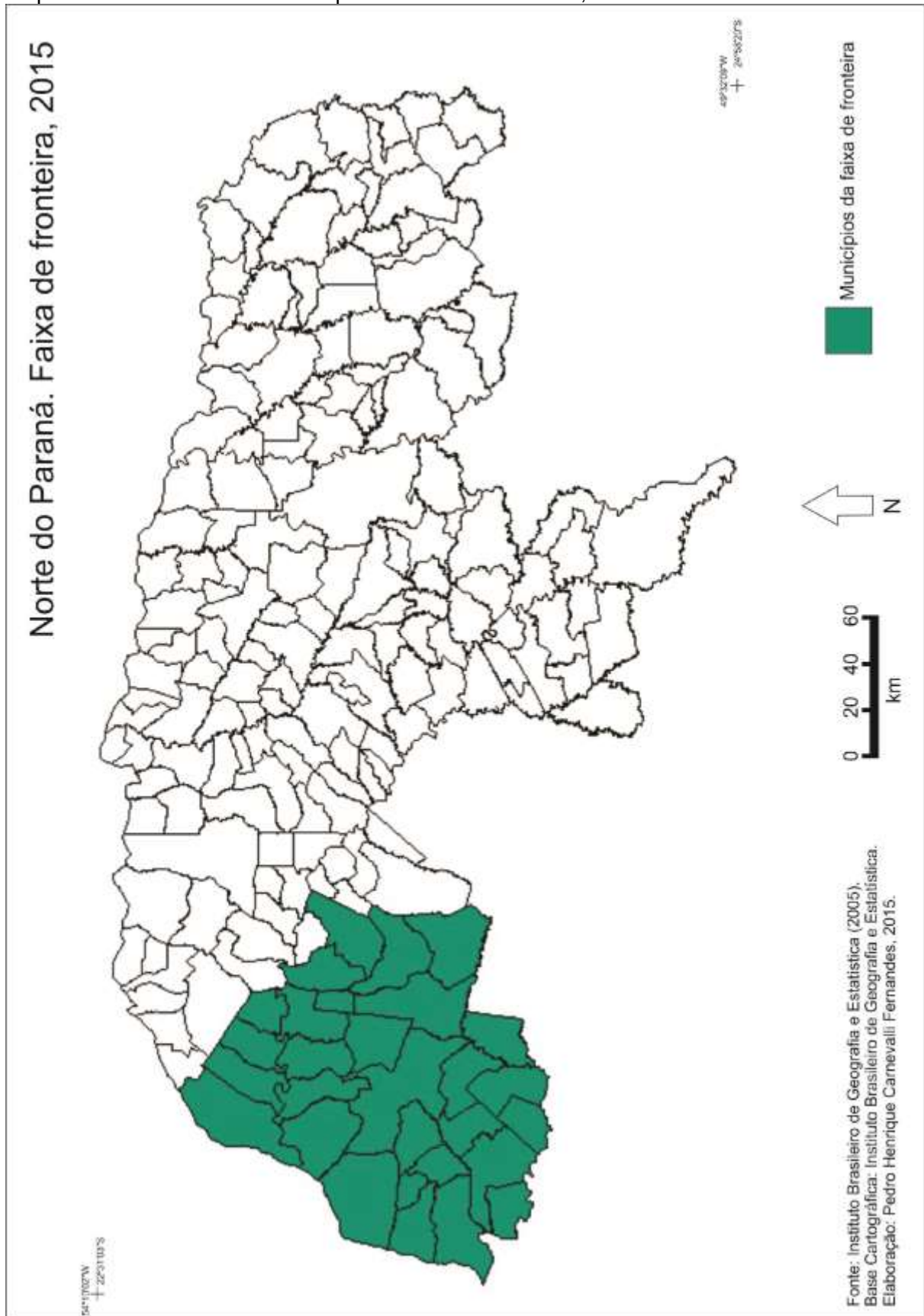
Entre os municípios paranaenses na faixa de fronteira, 29 (ou 20,9% deles) se localizam na região Norte do Paraná, o que representa 340 mil habitantes ou 10,4% da população total da região. Todos eles fazem parte da Mesorregião Noroeste paranaense, somando 47,5% dos municípios e 50,2% da população da mesorregião. O Mapa 8 apresenta os municípios paranaenses do Norte do Estado que compõem a faixa de fronteira, em 2015. O Mapa 9 demonstra a faixa de fronteira no Norte do Paraná pela situação do município e da cidade, em 2015.

Com exceção de Umuarama, que concentra quase 30% de toda a população da faixa de fronteira da região, os demais municípios são polarizados por pequenas cidades. Entre eles, cinco municípios (18%) possuem menos de cinco mil habitantes e 19 (68%) têm, no máximo, dez mil habitantes. Apenas dois municípios, Altônia e Cruzeiro do Oeste, possuem mais de vinte mil habitantes (IBGE, 2010).

Apesar disso, nenhum município da região Norte do Estado do Paraná é considerado fronteiriço. A cidade fronteiriça mais próxima da região é Guaíra, de 30.704 habitantes (IBGE, 2010), que está a 51 quilômetros de Francisco Alves. A maioria, 65,5%, possuem o município e a cidade inteiramente na faixa de fronteira. Logo, 253.753 habitantes estão inteiramente na faixa de fronteira, ou seja, 74,5% do total da região de fronteira.

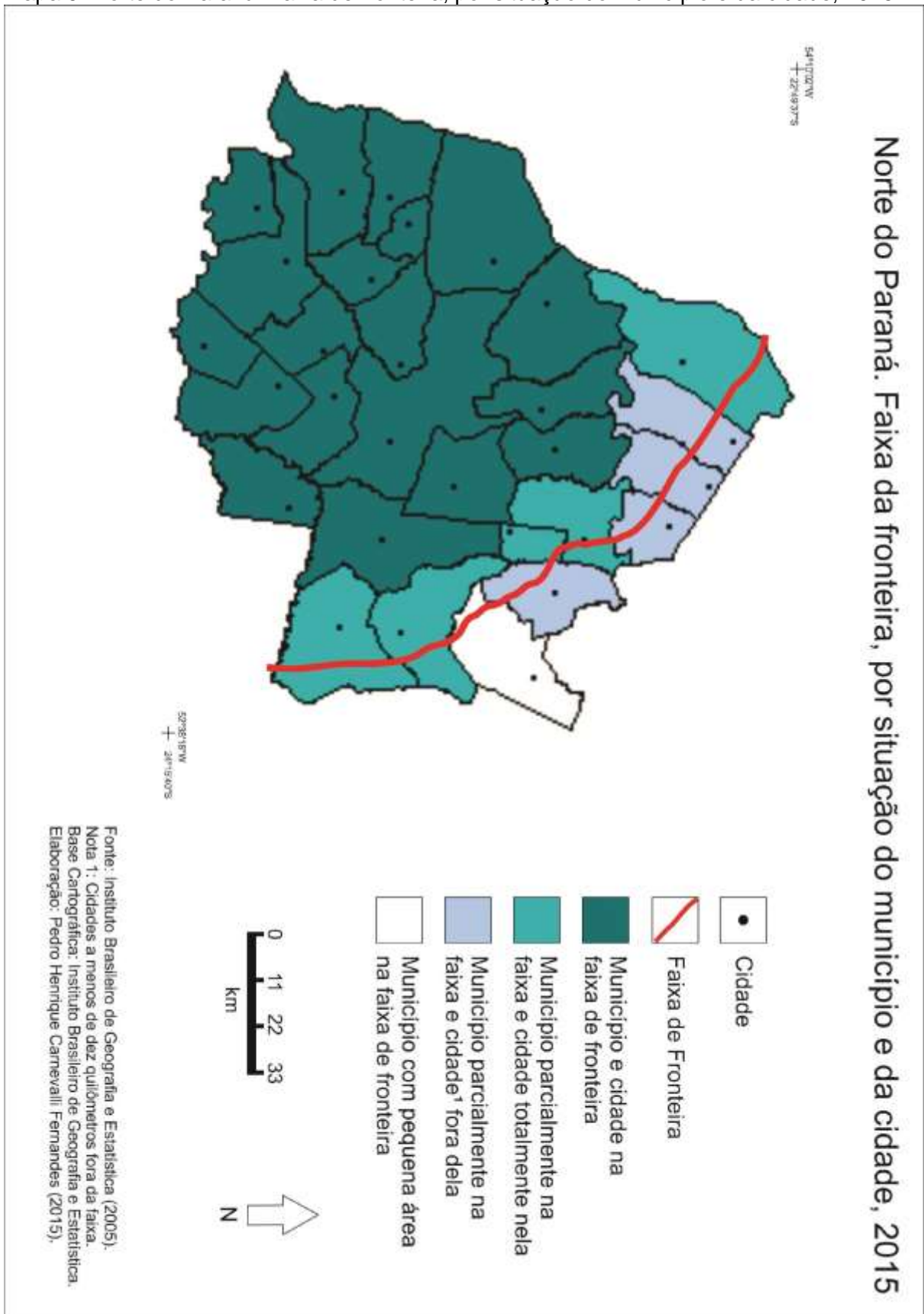
Os municípios de Nova Olímpia, Querência do Norte, Taperaja, Tapira e Tuneiras do Oeste (17,2% do total) possuem parte do município na faixa de fronteira e a cidade inteiramente dentro dela. Já Cidade Gaúcha, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Santa Mônica (13,8% do total) têm parte do município na faixa de fronteira e a cidade a menos de dez quilômetros fora da faixa. Por fim, Rondon está na situação de município com pequena parte de sua área territorial na faixa de fronteira.

Mapa 8. Norte do Paraná. Municípios da faixa de fronteira, 2015



Fonte: Adaptado de IBGE (2005)

Mapa 9. Norte do Paraná. Faixa de fronteira, por situação do município e da cidade, 2015



Fonte: Adaptado de IBGE (2005)

3.2.2 A violência, insegurança e pequenas cidades na faixa de fronteira

Nos últimos anos, é cada vez mais comum encontrar reportagens sobre a violência e a insegurança objetiva nos municípios paranaenses que pertencem à faixa de fronteira. Nesse sentido, o Quadro 16 parte do local e retrata exemplos de casos, considerando os três últimos anos, ocorridos em algumas pequenas cidades do Norte do Estado do Paraná que estão na faixa de fronteira.

Quadro 16. Norte do Paraná. Reportagens sobre violência em pequenas cidades da faixa de fronteira, 2014-2016

Data	Reportagem
25/04/2014	Polícia apreende meia tonelada de maconha em Querência do Norte (PORTAL G1/PR, 2014b).
28/10/2014	Polícia Civil de Pérola prende quatro acusados de tráfico que agiam em Pérola e Altônia (ILUSTRADO, 2014).
06/02/2015	Polícia Militar e Civil prende homem acusado de tráfico de drogas em distrito de Brasilândia do Sul (SILVA, 2015c).
18/11/2015	Dupla assalta mercado no centro de Francisco Alves ¹ (PORTAL GUAÍRA, 2015).
07/01/2016	Polícia Federal estoura depósito de cigarros contrabandeados em Iporã (PORTAL GUAÍRA, 2016).
10/01/2016	Homens armados tentam arrombar cofre de banco e fazem dois reféns na fuga em Icaraíma (ILUSTRADO, 2016).

Nota 1: Apenas no Portal Guaíra, entre janeiro de 2014 e 2016, foram quase sessenta reportagens sobre casos policiais em Francisco Alves

Fontes: Ilustrado (2014; 2016), Portal G1/PR (2014b), Portal Guaíra (2015; 2016) e Silva (2015c)

Diante desse cenário, a violência e a insegurança objetiva em áreas de fronteira acabam permeando uma série de estudos nas Ciências Humanas. Há, inclusive, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), câmpus do Pantanal, em Corumbá, um Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços, com 14 dissertações defendidas (PPGEF, 2016). Portanto, este item busca avançar teoricamente nos estudos sobre fronteira e, principalmente, por articulações com a violência e a insegurança objetiva, especialmente nas cidades pequenas fronteiriças ou que compõem a faixa de fronteira.

A literatura sobre fronteira é vasta e polissêmica, sendo apropriada até por diferentes ciências, ideologias e perspectivas. Além disso, o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994) e a globalização proporcionaram novos debates e inserções de reflexões a partir dos espaços transnacionais, do pensamento/sociedade

global, das redes, da redução das distâncias, entre outros, rompendo com a rasa classificação em dualidade entre fronteiras naturais e artificiais.

Nas Ciências Políticas, como a Geografia, é comum, erroneamente, abordar a perspectiva das fronteiras e dos limites como sinônimos. Para Machado (2000), esse foi um dos objetivos, durante quase dois séculos, do sistema histórico de Estados Nacionais, a partir da permanente preocupação com as fronteiras e com os limites pela lógica do controle e do vínculo.

Hoje, no entanto, a funcionalidade dessa convergência conceitual deve ser revista frente aos novos agenciamentos do poder político e econômico, e do espaço físico mundial. As manifestações mais em evidência dessas mudanças têm sido, de um lado, os agrupamentos funcionais de Estados (...), a proliferação de organizações internacionais e transnacionais, e as diásporas de povos com nacionalidades compósitas (...); de outro, as formas de organização em rede, possibilitadas pela revolução tecnológica dos meios de comunicação e informacionais (MACHADO, 2000, p. 10).

Então, surgiu a necessidade de debater os papéis das fronteiras, especialmente entre os Estados soberanos, diante das tendências e lógicas contextuais contemporâneas, sem desconsiderar, em algumas análises, as reflexões associadas a outros períodos temporais. Entre as possibilidades teóricas, a utilizada nesta tese caminha pela fronteira pertencendo ao domínio dos povos e da vida, em movimento, com suas manifestações, vivências e problemas, ou seja,

Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação de facto, potencialmente e conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos (MACHADO, 2000, p. 9-10).

Isso tem sentido pelas mobilidades entre pessoas e deve, também, permear as políticas públicas para as faixas de fronteiras. Assim, dentro das perspectivas teórico-metodológicas, a preocupação nas áreas fronteiriças deve ser quanto às demandas sociais, para que sejam sanados os problemas existentes. Para isso, o caminho é a integração regional, não para homogeneizar a cultura, a língua e os hábitos, mas para proporcionar o desenvolvimento social em totalidade a partir do direito às diferenças

e do aproveitamento das potencialidades específicas e a criação de uma identidade e sociabilidades coerentes com as especificidades espaciais – transfronteiriça.

Nesse contexto, Pereira (2013) fala do entrelaçamento de culturas, no qual o território fronteiriço surge das relações humanas com o espaço da fronteira – a sociedade constrói representações como uma forma de ser na fronteira. Assim, os grupos sociais, como os brasiguaios estudados por Pereira (2013), se constituem a partir das práticas, representações e sensações de pertencimento, formando um “habitus de fronteiriço. Habitus é compreendido como um modo de ser e estar” (PEREIRA, 2013, p. 140).

As práticas culturais, que são dinâmicas, dos dois lados da fronteira Brasil-Paraguai, mesclam-se, agregando-se à identidade do fronteiriço. Tanto a cultura Paraguai influencia a brasileira como o inverso também é verdadeiro. (...). Sem dúvida, existe um movimento que desenha uma identidade brasiguai, um habitus (...). O habitus é uma mediação construída processualmente durante a trajetória de cada agente, nas suas experiências vividas, interiorizadas, incorporadas durante o processo de socialização (PEREIRA, 2013, p. 144-145).

A partir desse contexto, fala-se do transfronteiriço como símbolo de uma identidade única de determinados residentes de áreas fronteiriças (RUIZ, 1996). Assim, o transfronteiriço ultrapassa os limites de um território nacional, referindo-se, portanto, às pessoas que vivem em um lado da fronteira e promovem atividades diárias do outro lado dela (RUIZ, 1996). Além disso, ele se constrói pelo cultural, especificamente com padrões de conduta e valores, e está ligado ao processo de sobrevivência a partir da reprodução social (RUIZ, 1996).

Nessas atividades de reprodução social, tanto de curto como longo prazo, a fronteira constitui um recurso material (por exemplo, comida, trabalho, habitação) e simbólico (por exemplo, idioma, valores, gostos), mas também afetivo e emocional. Ela engloba as fontes de sentimento e as relações humanas que situam, centram e ancoram as pessoas em suas vidas diárias (RUIZ, 1996, s. p.).

Essas situações materializam-se em regiões transfronteiriças, embora esse termo e o seu processo ainda estejam em construção (CARNEIRO FILHO, 2013). Apesar disso, segundo o autor, é possível afirmar que a existência de uma região

transfronteiriça pressupõe uma fronteira com porosidade, na qual a abertura prevalece sobre o fechamento.

As regiões transfronteiriças passaram a desempenhar um papel importante no âmbito do processo de fortalecimento e/ou criação de blocos econômicos regionais que emergiu a partir dos anos 90. (...). Nos últimos vinte anos, enquanto os mercados se abriam no rastro da globalização, fazendo com que os países fossem cada vez mais interdependentes, o Estado-Nação passava a ser visto por números observadores como obsoleto no plano econômico (CARNEIRO FILHO, 2013, p. 54).

Por isso, para Steiman e Machado (2002), um ponto de embate é a tendência pela formação de blocos econômicos regionais, não importando, para muitos Estados soberanos, os efeitos das fronteiras internacionais, mas, sim, os efeitos da remoção ou redução das discontinuidades que elas representaram para a vida econômica e social. Essas discontinuidades diminuem a porosidade das fronteiras, que, pela perspectiva positiva, amplia as inter-relações sociais.

Acredita-se que os Estados têm responsabilidade dobrada sobre isso. Para Silva (2011, p. 32), a faixa de fronteira “sempre foi tratada pelo Estado como área de segurança, o que desfavoreceu por muito tempo a formalização de planos de integração”. Assim, as ações governamentais privilegiaram o controle por meio da presença de inúmeras forças militares em detrimento de estratégias sociais de integração e política pública compartilhada (SILVA, 2011). Isso se materializa pelos próprios relatórios elaborados pelo Governo Federal (BRASIL, 2005b; 2009), como já apresentado anteriormente.

A ausência ou a insuficiência do Estado por uma perspectiva mais social e humana e menos pela região de fronteira como um espaço de controle e de zonas militares, impulsionou, em uma consequência antagônica à proposta original, o desenvolvimento de atividades ilegais, criminalizadas, como tráfico, contrabando, exploração sexual, lavagem de dinheiro, entre outras, que influenciam na violência e na insegurança objetiva ao materializar-se no espaço.

Para Machado (2000), esse indicativo também transforma os papéis e as estratégias das comunidades locais/regionais das fronteiras e das faixas de fronteira. No entanto, essas comunidades encontram dificuldades nas interações e convivências fronteiriças a partir da ação dos Estados Nacionais.

A ação, quando empreendida, tem partido dos governos nacionais que atuam no âmbito supranacional sobre suas respectivas regiões fronteiriças, descaracterizando a interação local. A morosidade de atuação na escala local pode ser explicada também pela impossibilidade jurídica *a priori* do que constitui uma zona/região de fronteira (STEIMAN; MACHADO, 2002, p. 9).

Silva (2011), ao estudar empiricamente a faixa de fronteira do Amapá e do Pará, insere no debate da escala local as expressões da formação socioespacial na diferenciação do espaço fronteiriço. Por isso, muitas vezes, as políticas públicas criadas pelos órgãos federais, especialmente na perspectiva de integração ao mercado global, acabam prejudicando a escala local. No caso do Norte do Brasil, os municípios, a maioria polarizados por pequenas cidades,

Possuem especificidades de formação territorial e demográfica, ocupação, função e uma realidade particular de população, que muitas vezes obedece a ritmos diferenciados de vivência cotidiana nem sempre conseguindo acompanhar a aceleração da nova configuração geopolítica decorrente do cenário da globalização (SILVA, 2011, p. 14).

Assim, as reflexões pela integração regional devem aprofundar o conhecimento das particularidades locais, ou seja, os papéis das políticas públicas de fronteira (Federal ou estadual) para o desenvolvimento regional precisam ser voltados para interesses regionais e, principalmente, locais (SILVA, 2011). Enquanto as políticas projetarem situações opostas, as faixas de fronteiras continuarão sendo reconhecidas como o *locus* de inúmeros problemas sociais que afetam, em potencialidade, além das comunidades locais, toda a cadeia de cidades que participam da rede de transporte e informação, até mesmo em países vizinhos.

Dialeticamente, emerge, mais uma vez, a dualidade liberdade-segurança que vem sendo transplantada em diferentes momentos desta tese, ou seja, os mesmos processos consonantes com a ruptura das fronteiras e, por conseguinte, ao sentido de liberdade, assinalam mudança de paradigma, também, na concepção das relações entre os Estados, obrigando-os a uma revisão das formas de controle usualmente adotadas para garantir a soberania e a segurança.

E, nesse sentido, Machado (2000, p. 10) considera duas situações: na primeira, “os circuitos ilegais podem ajudar a estabelecer o limiar, nível ou ponto de passagem que simultaneamente separa e une dois espaços soberanos”, sendo que a noção de

limiar “implica que o pensamento estratégico das instituições de Estado não é uma questão de doutrina e sim de oportunidade” (MACHADO, 2000, p. 10). Logo, para ela, o caráter transnacional dessas atividades ocorre justamente pelo desenvolvimento de organizações em redes que movimentam recursos imensuráveis e fora do controle dos Estados. Esse contexto é abordado especificamente mais adiante.

O segundo aspecto é a tendência atual para a proliferação de leis, normas e regras no interior dos territórios nacionais, válidos para certos setores e lugares, mas não para outros. Na geografia do sistema mundial de Estados nacionais se observa algo similar com a formação de *territórios-objetos*, isto é, territórios desenhados para atingir objetivos específicos, que servem como expediente legal para ações consideradas ilegais no país de origem (MACHADO, 2000, p. 10-11).

Ele, segundo Machado (2000), é funcional por decorrência das funções constitucionais determinantes, cumprimento das funções político-administrativas e estrutura hierárquica dos componentes institucionais. Referindo-se, especificamente, à questão da segurança internacional e ao papel do Estado, sobressaem a diplomacia e a defesa que, embora válidas e atuantes, são, por si sós, insuficientes para explicar a emergência das concepções das formas de controle e vigilância institucional (MACHADO, 2000).

É o processo de incorporação do Brasil ao meio técnico-científico-informacional (...) que imprime ao país uma aceleração das ações e uma pressão por reestruturação do aparato estatal, porém ambos os eventos são absorvidos de forma diferenciada pelos diversos componentes institucionais (MACHADO, 2000, p. 19).

Então, associando as duas ideias, “o aumento da sensibilidade de organismos internacionais e de Estados nacionais em relação às atividades ilegais deriva da situação duvidosa das leis e normas que regem as atividades legais” (MACHADO, 2000, p. 25), sendo que essas rápidas mudanças, em uma perspectiva que se aproxima do início das reflexões desta parte, demonstram a porosidade das fronteiras.

Assim, embora Rocha (2012) tenha constatado que as cadeias de tráfico ilícito de drogas na fronteira paranaense são locais, o que é abordado mais adiante, deve-se reconhecer que o narcotráfico é composto por estruturas organizadas, com ampla divisão do trabalho, como nos modelos das empresas “legais”.

Sobre isso, Santibanez (2012) discorre acerca do processo de globalização da criminalidade organizada a partir de um fenômeno social que permitiu a transnacionalização das atividades ilegais em nível global. As conceituações sobre o crime organizado variam significativamente e apresentam interpretações e concepções diferentes (SANTIBANEZ, 2012). Então, o autor transitou pelas teorias sistêmica, racional e nova sociologia econômica para entender o crime organizado e, posteriormente, a globalização da criminalidade.

Recorrendo aos autores da abordagem sistêmica, Santibanez (2012, p. 16) discute o crime organizado a partir das “especificidades das sociedades ditas periféricas e as tênues fronteiras entre legalidade e ilegalidade nas relações políticas e de mercado”. Assim, ela é entendida como uma organização social relacionada ao processo de exclusão funcional, às atividades ilícitas que levam ao enriquecimento e às ramificações e associações de advogados, contadores, políticos, policiais, juízes, entre outros atores (SANTIBANEZ, 2012).

Na concepção racional, Santibanez (2012) reflete sobre o crime organizado a partir dos objetivos (propósito) da formação do grupo e das peças que compõem o mecanismo organizacional para gerar benefícios aos envolvidos. Além disso, pontua que o grau de poder e de organização depende do apoio conquistado do poder público, sobretudo estadual e municipal, deixando evidenciado o papel fundamental dos indivíduos nas relações diretas com o Estado.

Finalmente, na terceira teoria, a perspectiva da nova sociologia econômica, Santibanez (2012, p. 27) recorre à literatura sobre rede social, considerando que ela “é definida como um conjunto de ‘atores’ conectados que subsidiam uma atividade ilícita. (...) essas redes devem ser a referência empírica para a verificação sociológica do crime organizado”, inseridas no contexto mercadológico da informalidade e ilegalidade. Logo,

O crime organizado transnacional caracteriza-se pela associação de indivíduos com fins a práticas criminosas que atravessam as fronteiras de Estados nacionais. A forma associativa dos agentes criminosos pode dar-se de maneiras diferentes. As estruturas organizacionais variam em diversas modalidades hierárquicas. Estas, por sua vez, serão construídas de acordo com os interesses dos grupos criminosos e de maneira a facilitar sua prática em nível internacional (SANTIBANEZ, 2012, p. 73).

A partir do exposto, a violência e a insegurança objetiva tornaram-se temas recorrentes nos estudos sobre fronteira. Por isso, as reflexões na sequência objetivam demonstrar essas realidades no Brasil e no Norte do Estado do Paraná, principalmente a partir das taxas de homicídios.

Gomes (2011) trabalhou a violência doméstica contra as mulheres na região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia e as ações voltadas para o enfrentamento dessa situação. Segundo a autora, existe uma grande dificuldade de mensurar, caracterizar e atender a violência doméstica contra a mulher na faixa de fronteira. A situação é ainda pior tratando-se de vítimas bolivianas em solo brasileiro, especialmente pela altíssima subnotificação, reflexo do medo e do receio em procurar a ajuda brasileira.

Uma entrevistada boliviana procurou um hospital brasileiro no Mato Grosso do Sul e foi muito maltratada, o que se estende para diversos outros casos (GOMES, 2011). Assim, dos 443 boletins de ocorrência registrados na pesquisa de Gomes (2011), 0,67% eram de vítimas bolivianas. Apesar disso, as autoridades locais, em uma série de entrevistas, relataram a inexistência desses casos (GOMES, 2011).

Os resultados apresentados por Gomes (2011) permitem reflexões sobre uma característica que deve ser considerada nas faixas de fronteira: o compartilhamento da segurança. Portanto, para entender a violência nessas áreas é preciso compreender a violência de ambos os lados da fronteira, com políticas integradoras pensadas para a realidade local e regional.

Castro (2011) desenvolveu um estudo com objetivo de compreender o padrão de mortalidade por causas externas nos 588 municípios que compõem a faixa de fronteira. Embora ele não tenha se debruçado, diretamente, sobre a violência, os seus resultados demonstraram a presença dela na região mencionada. Para as análises, o autor recorreu à base federal de dados sobre mortalidade, o Datasus, considerando as 19 sub-regiões existentes na faixa de fronteira e os três arcos regionais, que ele renomeou e readaptou em Amazônica, Centro-Oeste e Extremo Sul.

Entre 2000 e 2005, os óbitos por causas externas de agressões (disparo de arma de fogo e uso de objeto cortante ou perfurante, como faca) apareceram em sétimo lugar entre os óbitos da faixa de fronteira brasileira (CASTRO, 2011). Regionalmente, os piores dados estavam no Extremo Sul (48%) e na Amazônica (31%), que somavam quase 80% das mortes externas do Brasil. Considerando as mortes por arma de fogo, o Extremo Sul concentrava um terço delas e a Amazônica, 18% (CASTRO, 2011).

As análises das sub-regiões mostraram dados ainda mais preocupantes: 68,4% delas apresentaram proporções de mortes por causas externas maiores que as proporções de todas as demais causas de mortes, entre 2000 e 2005 (CASTRO, 2011). As maiores diferenças entre esses tipos de mortes ocorreram nas sub-regiões Campos de Rio Branco, Madeira-Mamoré, Chapada dos Parecis, Cone Sul Mato-grossense e Vales Coloniais Sulinos do Sudoeste do Paraná (CASTRO, 2011). Na sub-região Campos de Rio Branco, 75% das mortes por causas externas entre os homens foram por agressões (CASTRO, 2011).

Nas duas sub-regiões que possuem municípios paranaenses, Portal do Paraná e Vales Coloniais Sulinos Sudoeste do Paraná, as mortes masculinas por agressões somam, aproximadamente, 30% e 50%, respectivamente, do total de mortes externas (CASTRO, 2011). Diante disso,

A mortalidade por causas externas assume o caráter epidemiológico na Faixa de Fronteira brasileira pela sua generalização em toda a região e, associada ao volume e às principais formas de ocorrência, transforma-se em questão de saúde pública, requerendo ações amplas e políticas adequadas às características locais (CASTRO, 2011, p. 80).

A violência oriunda do tráfico de pessoas é explorada brevemente nesta tese a partir da pesquisa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron): diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteiras (2013), realizado pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça. Apesar dos limites da pesquisa, é um tema que demonstra grande significância por se associar a outras questões, como a exploração sexual, e considerar que as rotas e as redes do tráfico se formam a partir de caminhos que passam por pequenas cidades.

A pesquisa Enafron (2013) começou em 2012 nos Estados pertencentes à faixa de fronteira terrestre internacional e os resultados foram publicados pelo Governo Federal em 2013. O foco da pesquisa foi o tráfico de pessoas, entendido a partir do “Protocolo de Palermo” assinado em 2000 e em vigor desde 2003 (ENAFRON, 2013). No Brasil, segundo Enafron (2013), a aprovação do Protocolo de Palermo ocorreu por meio do Decreto nº 5.017 de 2004, sendo adotado pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, definido pelo Decreto nº 5.948 de 26 de outubro de 2006. Sendo assim, o tráfico de pessoas é definido como:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (ENAFRON, 2013, p. 20).

Os meios para o tráfico de pessoas ocorrem de cinco maneiras: (i) ameaça, uso da força ou coação, sendo que o consentimento dessa maneira é reconhecido como consentimento viciado; (ii) sequestro ou cárcere privado; (iii) abuso de poder ou da posição de vulnerabilidade da pessoa a ser traficada – dificuldade financeira ou familiar, por exemplo; (iv) fraude ou engano, como promessas falsas de trabalho, de salário e de casamento para conseguir o consentimento viciado; e (v) entrega ou recebimento de pagamento ou benefício para obter o consentimento da pessoa traficada ou de seu responsável. (ENAFRON, 2013).

Já as motivações para o tráfico de pessoas, denominada de finalidade da conduta, são oito: (i) exploração sexual; (ii) trabalho forçado ou exploração laboral, ou seja, quando o trabalho ou serviço exigido ocorre sob ameaça de penalidade e para o qual a pessoa se ofereceu de espontânea vontade; (iii) trabalho escravo ou redução à condição análoga à de escravo a partir da apreensão dos documentos, da presença de guardas armados, de dívida ilegalmente imposta ou das características geográficas do local; (iv) servidão doméstica e casamento servil; (v) remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano; (vi) adoção ilegal de crianças e adolescentes; (vii) prática de atividade criminosa, ou seja, a pessoa é forçada ou coagida para atuar com transporte de drogas, em furtos, roubos, etc.; e (viii) mendicância, que se materializa em diversas atividades de pedir dinheiro a um estranho, como flores e doces no semáforo, limpeza de vidros e cuidados com veículos estacionados em espaços públicos, entre outras. (ENAFRON, 2013).

Apesar de todas essas explicações, a legislação brasileira contempla somente o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual; assim, não prevê o meio do tráfico e erroneamente criminaliza a prostituição (ENAFRON, 2013). Nos Estados, em 2013, existiam políticas ou programas de enfrentamento dessas situações apenas na Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e São Paulo, sendo que somente o Pará pertence à faixa

de fronteira terrestre. Os demais dez Estados em faixa de fronteira, inclusive o Paraná, não possuíam legislação acerca do tema (ENAFRON, 2013).

Alguns tipos penais podem ser correlacionados ao tráfico de pessoas, embora não tratem dessa finalidade, como no caso da extração de órgãos, tecidos e partes do corpo humano. Essa prática é criminalizada pela Lei nº 9.434/97 (Lei do Transplante) quando não há autorização dos parentes ou do paciente em vida. As mesmas situações ocorrem no Código Penal sobre a redução à condição análoga à de escravo (artigo 149), o aliciamento de trabalhadores (artigos 206 e 207) e a fraude de lei sobre estrangeiro (artigo 309), e no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 238 e 239, sobre o crime contra a criança e adolescente (ENAFRON, 2013).

Os dados estatísticos sobre o tema é de difícil mensuração, inclusive no Brasil. No período de 2005 (quando começaram as estatísticas) a 2012, o número de inquéritos policiais instaurados por tráfico internacional de pessoas foi duas vezes maior do que o número de processos judiciais distribuídos, que somaram 200 processos de tráficos de pessoas (ENAFRON, 2013). Já com base nas estatísticas da Polícia Federal, o Enafron (2013) revelou que foram instaurados, nos 11 Estados de fronteira, 113 procedimentos e 115 indiciamentos por tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, que representaram um terço de todas as ocorrências no solo nacional. No caso do tráfico de crianças e adolescentes, foram 19 procedimentos instaurados na fronteira, ou seja, 40% do total de procedimentos instaurados em todo o território nacional (ENAFRON, 2013).

Embora o relatório evidencie a complexidade de encontrar as rotas de tráficos de pessoas no Brasil, particularmente por serem instáveis e voláteis, ele enumera 56 rotas entre os 11 Estados de fronteira, sobretudo nas pequenas cidades que não possuem serviços de segurança ou de fiscalização. Apesar de existirem inúmeras possibilidades de explorar esses dados, o foco central são as que envolvem pequenas cidades paranaenses.

A pequena cidade que mais se sobressai é Guaíra, envolvida em rotas de tráfico de mulheres com origem em Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), cidades dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, e das cidades paranaenses de Umuarama, Maringá, Guarapuava, Pinhão (pequena cidade) e Curitiba, além de tráfico de argentinas e paraguaias e de homens e mulheres trabalhadores rurais (ENAFRON, 2013).

Além de Guaíra, as pequenas cidades que aparecem, diretamente, no relatório da Enafron (2013), como rotas de tráfico de pessoas, são: (i) Tráfico de crianças e adolescentes: rota partindo de São João do Triunfo, de 13.704 habitantes (IBGE, 2010); e (ii) Tráfico de trabalhadores rurais: rotas a partir de Cambira, de 7.236 habitantes (IBGE, 2010), Clevelândia, 17.240 habitantes (IBGE, 2010), Engenheiro Beltrão, 13.906 moradores (IBGE, 2010), General Carneiro, 13.669 residentes (IBGE, 2010), Porto Vitória, com 4.020 pessoas (IBGE, 2010) e Reserva, município com 25.172 habitantes (IBGE, 2010)

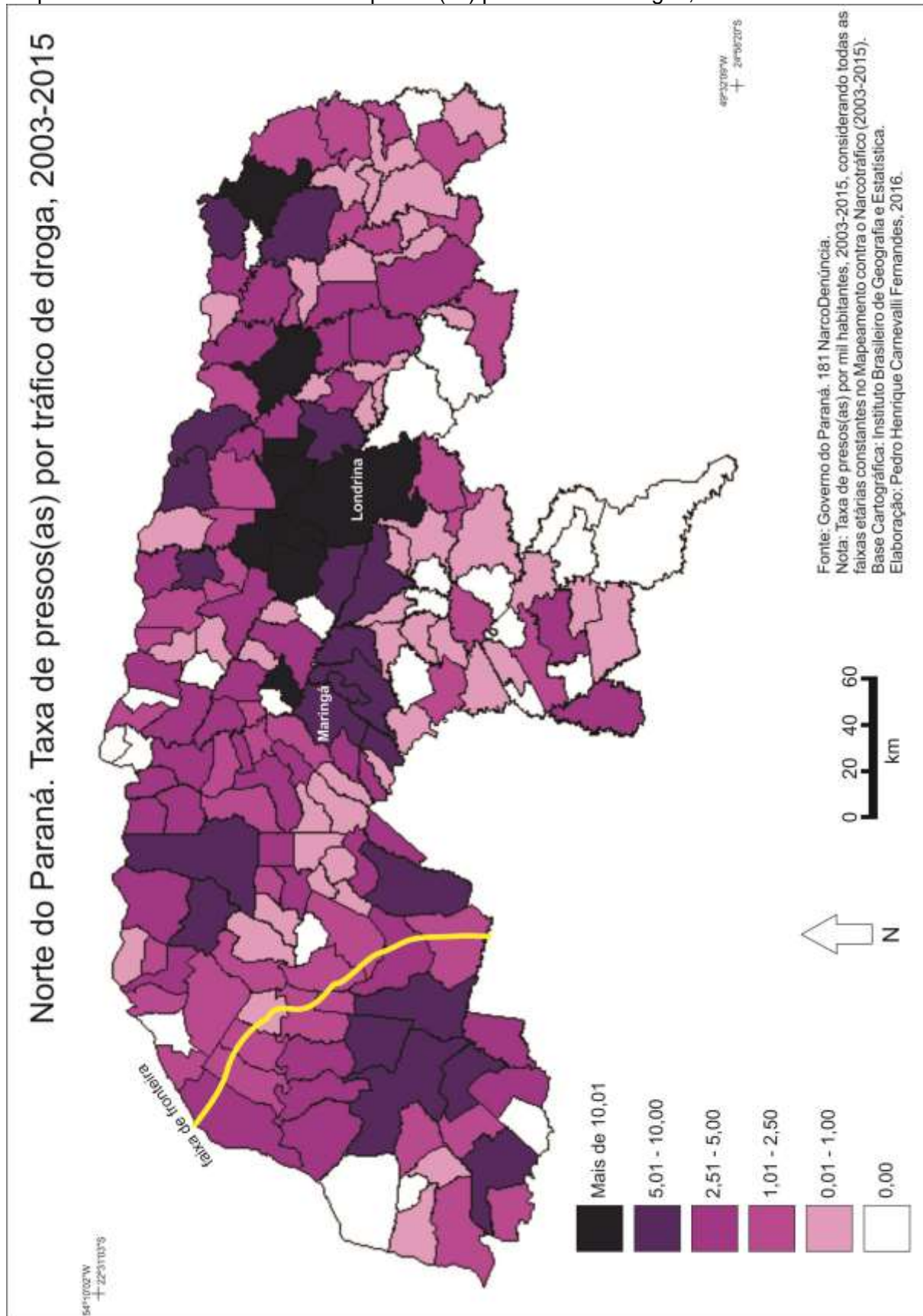
Outras referências genéricas, como “Foz do Iguaçu e região” e “Guaíra e região”, nos casos de aliciamento de mulheres e crianças para exploração do trabalho doméstico, evidenciam o envolvimento de cidades do entorno que, em sua grande maioria, são pequenas. Soma-se a isso o trecho que aborda o “recrutamento de jovens de pequenas cidades do interior do Paraná” (ENAFRON, 2013, p. 192). Além disso, a pesquisa mostra uma rota contrária, com a vinda ilegal de imigrantes da Índia, Bangladesh e do Paquistão para trabalharem em frigoríficos de Cruzeiro do Oeste, uma pequena cidade do Norte do Paraná.

Avançando acerca do tráfico de drogas, as pequenas cidades “também passaram a sofrer dos mesmos problemas encontrados antigamente apenas nos grandes centros, e entre esses, (...) o aumento do consumo e venda de drogas ilícitas” (PARANÁ, 2016, s. p.). Por isso, o governo criou o Programa 181 Narcodenúncia, já que julga “necessário que a população participe ativamente, mobilizando-se contra o tráfico de drogas que direta ou indiretamente contribui para o aumento da criminalidade” (PARANÁ, 2016, s. p.). Portanto, o programa estadual visa “combater o tráfico de drogas e prender os traficantes” (PARANÁ, 2016, s. p.).

A partir da base do Narcodenúncia, os dados absolutos de presos(as) por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015, dos municípios do Norte do Estado do Paraná foram transformados em taxas por mil habitantes, a partir da população total dos municípios no último censo do IBGE (2010). Os resultados do cálculo foram espacializados no Mapa 10, que apresenta a taxa de presos(as) por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015, no Norte do Paraná.

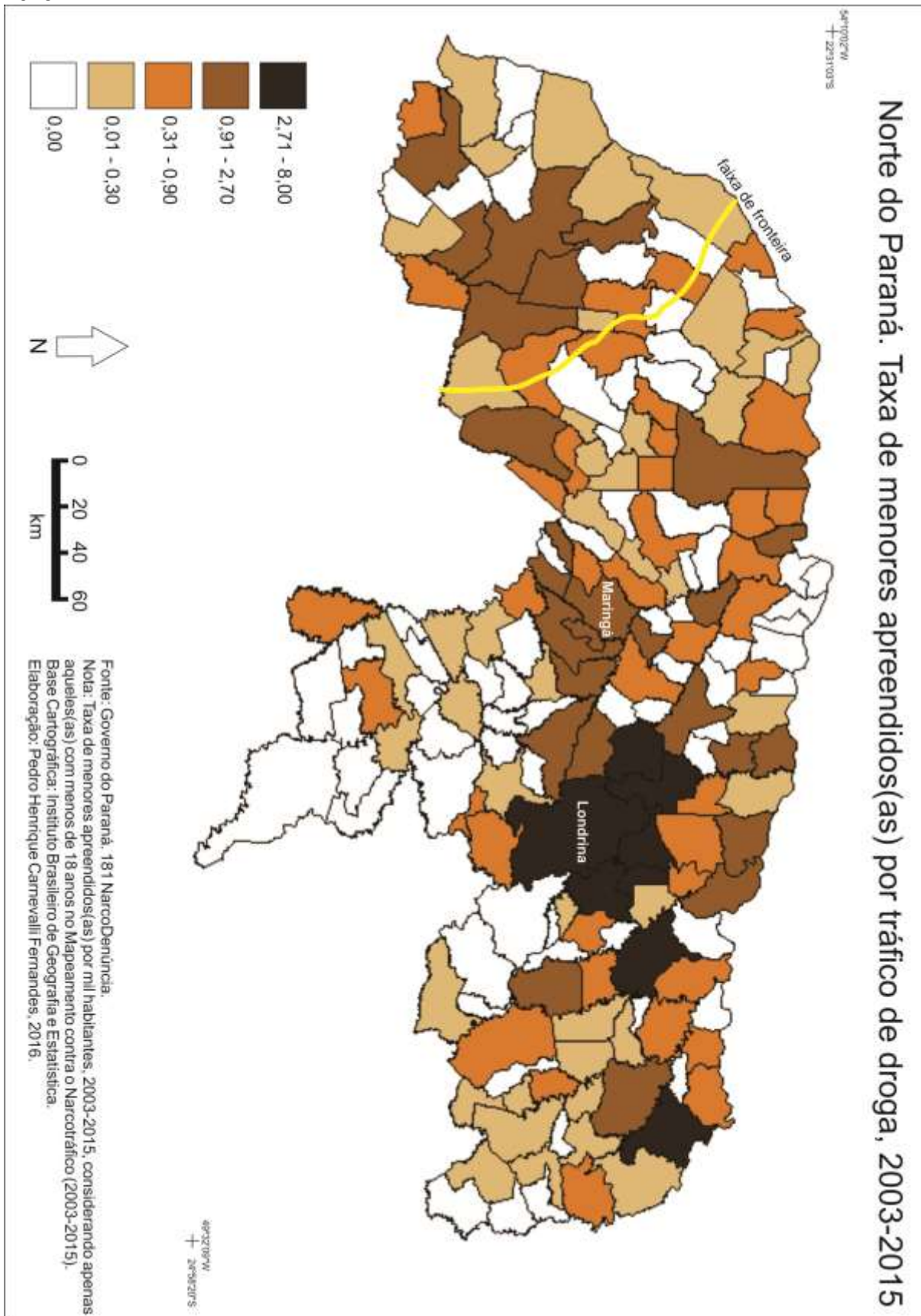
O mesmo procedimento foi realizado com os dados absolutos de menores apreendidos(as) por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015, nos municípios do Norte do Estado do Paraná. Os resultados estão espacializados no Mapa 11, que apresenta a taxa de apreendidos(as) por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015, no Norte do Estado.

Mapa 10. Norte do Paraná. Taxa de presos(as) por tráfico de droga, 2003-2015



Fonte: Adaptado de Paraná (2016)

Mapa 11. Norte do Paraná. Taxa de menores apreendidos(as) por tráfico de drogas, 2003-2015



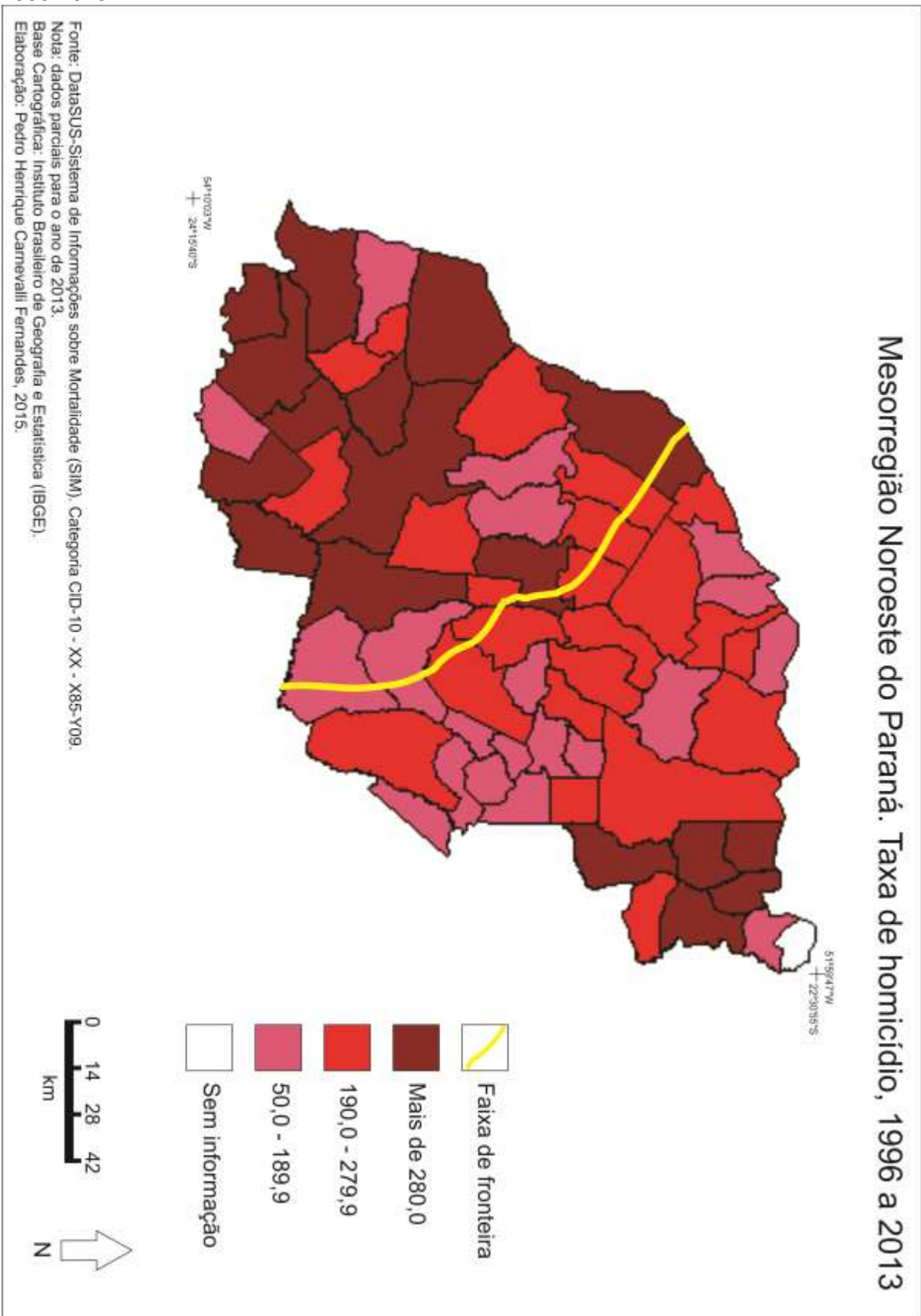
Fonte: Adaptado de Paraná (2016)

Apenas 25 municípios (13,4% do total) do Norte do Estado do Paraná não tiveram nenhuma prisão por tráfico de drogas entre 2003 e 2015, sendo que 72% deles possuíam, no máximo, cinco mil habitantes e todos eram polarizados por pequenas cidades. No oposto dos dados, 29 municípios (15,6%) apareceram com taxa de presos(as), em grupo de mil, entre 2003 e 2015, superior a cinco, dos quais 51,7% eram polarizados por pequenas cidades. Iguaçu e Jataizinho tiveram taxas superiores a dez, com 12,56 e 11,28, respectivamente. Na faixa de fronteira, apenas três municípios (10,3% da faixa) não apresentaram nenhuma prisão por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015: Alto Paraíso, Brasilândia do Sul e Esperança Nova. No oposto, 12 municípios (41,4% da faixa) passaram de cinco na taxa em grupo de mil pessoas no período, sendo 11 deles polarizados por pequenas cidades. Iporã, com 8,41 de taxa, e Cruzeiro do Oeste, com 7,10, apareceram com os maiores valores.

Já quanto às apreensões, 69 municípios (37,1% do total) do Norte do Paraná não apresentaram nenhuma apreensão por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015, sendo que todos eram polarizados por pequenas cidades. Entre os que tiveram apreensões, 34 municípios apresentaram taxas de apreendidos(as) superiores a 0,91 por grupo de mil pessoas no período já referenciado. Nesse grupo de municípios, 58,8% eram polarizados por pequenas cidades, estando as maiores taxas em Jataizinho (6,48), Assaí (3,49) e Inajá (2,34). Ao analisar as taxas de apreensão, por grupo de mil, entre 2003 e 2015, nos municípios da faixa de fronteira, constatou-se que nove (31,0%) não apresentaram nenhuma apreensão. No oposto, cinco pequenas cidades possuíam taxas entre 0,91 e 2,70, sendo que Maria Helena e Perobal apareceram com as maiores taxas: 1,68 e 1,59, respectivamente.

As taxas de homicídios, já apresentadas como fundamento essencial na construção desta tese, são retomadas no Mapa 12, que demonstra os municípios da Mesorregião Noroeste e os que compõem a faixa de fronteira, por taxa de homicídios, de 1996 a 2013, evidenciando que as fronteiras são justamente as áreas com as maiores taxas. Nesse sentido, os 17 municípios que possuíam taxas acima de 280 estavam na faixa de fronteira (70,6%) ou próximos da divisa com o Estado de São Paulo (29,4%). Já das pequenas cidades na faixa de fronteira, Mariluz (567,3) e Iporã (514,0) possuíam as maiores taxas por grupo de cem mil entre 1996 e 2013. Querência do Norte (468,9) e Francisco Alves (420,7) também apresentaram taxas elevadas. O município da faixa de fronteira com menor população, 3.206 habitantes (IBGE, 2010), e maior taxa, com 405,5, foi Alto Paraíso.

Mapa 12. Mesorregião Noroeste paranaense. Taxa de homicídio, por cem mil habitantes, 1996-2013



Fonte: Adaptado do Datasus (2015)

3.2.3 O tráfico de drogas ilícitas nas fronteiras e o Norte do Estado do Paraná

A ampliação da porosidade das fronteiras dos Estados Nacionais sobre a sustentação das benesses do comércio global (considerado legal), entendida como resultado das mudanças do capitalismo globalizado, sobretudo nas articulações em blocos econômicos, promoveu outra situação igualmente significativa: a ampliação do comércio denominado ilegal. Nesse sentido, Haesbaert (2007) aborda a territorialização pela construção de fronteiras a partir da multiplicidade de poderes:

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações - que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Por isso, ampliaram-se as políticas de controle do território, potencialmente nas faixas de fronteira, como, por exemplo, a partir das atuações da Polícia Federal e das Forças Armadas no Governo Federal, da Política Militar de Fronteira, no Estado do Paraná, e do Departamento de Operações de Fronteira, no Estado do Mato Grosso do Sul, e de relacionamentos em redes, como explica Haesbaert (2007), por meio do capitalismo e seus "paradigmas territoriais", no qual se funda, geograficamente:

Um mais típico da lógica estatal "tradicional", preocupada com o controle de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente definidas; outro mais relacionado à lógica empresarial, também controladora de fluxos, porém prioritariamente através de sua "canalização" em dutos e nódulos de conexão (as redes), de alcance, em última instância, global (HAESBAERT, 2007, p. 29).

Diante de uma série de motivações para a violência e para a insegurança objetiva nas cidades fronteiriças e nas faixas de fronteiras, a que tem maior relevância, inclusive na política mundial de controle do território (e na produção de territorialidades), é o tráfico de drogas ilícitas e de produtos contrabandeados. Isso ocorre, segundo Machado (2011), porque, embora a economia das drogas ilícitas apresente implicações e efeitos diferenciados em cada país, o seu caráter, multinacional, é de acumulação de capital e está vinculado ao sistema financeiro

internacional por meio da lavagem de dinheiro, escapando do controle de organismos nacionais e internacionais de segurança.

De acordo com esta mais recente concepção, a repressão às drogas foi associada a políticas de repressão às máfias, crime organizado, fraude, corrupção, terrorismo global e a outras ameaças definidas como risco a instituição da ordem nos estados nacionais, só possível de ser controlado se cada país aceitar a colaboração internacional no sentido de estabelecer normas globais relativas a cada um dos temas (MACHADO, 2011, p. 1).

Isso, segundo a autora, configura um novo referencial das relações interestatais, ou seja, tornou-se uma situação que extrapola as fronteiras da segurança interna. Esse processo vem corroendo os limites comumente conhecidos entre a segurança externa e a segurança interna já que, apesar de ter uma abordagem sistêmica,

[...] a conexão com a florescente economia da segurança transformou (...) uma ferramenta conceitual em artifício político na medida em que torna secundária a diferença entre os estados nacionais em nome de uma problemática comum a todos (MACHADO, 2011, p. 2).

As relações e interações que permeiam a linha tênue entre o legal e o ilegal, principalmente dos recursos oriundos de atividades de tráfico de drogas ilegais em negócios legais, ocorrem, segundo Machado (2011), a partir de alguns tipos de atividades econômicas legais que são atrativas para investimentos obtidos de forma ilegal: (i) os negócios de duplo propósito, legal e ilegal, como laboratórios farmacêuticos e farmácias, agronegócios, companhias de transporte e casas de câmbio; (ii) as atividades de prestígio e influência, como clubes esportivos, restaurantes e bares, escolas e faculdades e estações de televisão; e (iii) as redes de negócios, com destaque para a indústria turística, companhias imobiliárias e de investimentos, *shoppings*, empresas de construção e revendedoras de carros.

Então, o início do embate sobre o tráfico de drogas é chamado por Machado (2011) como “a caixa de pandora”, já que remete à dupla face das drogas, medicamento e veneno, agravada pelo fenômeno contemporâneo da mercantilização da saúde ou invasão farmacêutica.

Este processo se inicia em meados do século XIX, quando a revolução industrial ocidental transforma quimicamente as drogas de origem orgânica de uso local para serem consumidas de maneira massiva, distanciando-se do contexto e dos rituais originais milenares que haviam estimulado seu uso (MACHADO, 2011, p. 3).

Rocha (2012) corrobora isso ao promover uma reflexão antropológica sobre as drogas a partir da sua condição como produto, desenvolvendo um papel social e cultural na história da humanidade, extrapolando épocas e tempos. Entretanto, a droga, “que poderia ser reconhecida apenas como um produto advindo apenas de métodos naturais e/ou artesanais, com valor de uso particularizado, ganha novas significações na sociedade burguesa, transformando-se em droga-mercadoria” (ROCHA, 2012, p. 50), assumindo, por conseguinte, valor de troca.

Neste contexto, as drogas (proibidas ou não), são mercantilizadas, produzidas e distribuídas a partir das relações estabelecidas no modo de produção capitalista. A produção em larga escala, modificada técnica e cientificamente, explora mais-valia do trabalho humano, tornando-se um lucrativo negócio (ROCHA, 2012, p. 51).

Portanto, segundo a autora, desenvolveu-se uma maneira particular de trabalho, que se materializa na produção, na distribuição e na venda da droga, agora entendida como mercadoria. Assim, há uma imensa diferença entre o histórico da droga-produto, que possuía valor de uso, e o da droga-mercadoria, que tem, antes de tudo, valor de troca, sendo que a “droga-mercadoria só ganha *status* de mercadoria na sociabilidade burguesa por ser um objeto suscetível à mercantilização, que de uma maneira ou outra satisfaz necessidades de alguns sujeitos” (ROCHA, 2012, p. 51). Por isso, sua analogia com as indústrias de bebidas alcoólicas, de tabaco e farmacêutica, que são segmentos lucrativos, conclui que a proibição de algumas drogas torna o negócio ainda mais rentável.

Então, a partir da década de 1910, o Ocidente começou a regular o uso de narcóticos e a criminalizar o uso de algumas drogas. Entre as datas e eventos cronológicos apresentados por Machado (2011), os mais relevantes são a Convenção que restringiu a manufatura de narcóticos em 1925, a Convenção Única da ONU que proibiu o consumo e a produção de 108 substâncias orgânicas e sintéticas e foi assinada por 115 países em 1961; a Convenção de Viena, em 1971, contra o tráfico de narcóticos e psicotrópicos (ratificada por 76 países); a nova Convenção de Viena, em 1988, para reforçar a repressão internacional ao tráfico de drogas ilícitas; e,

finalmente, a Conferência das Nações Unidas sobre Drogas, novamente em Viena, em 2009, para revisar e criar políticas globais sobre as drogas.

Apesar disso, o grande marco da criminalização e da repressão contra as drogas ocorreu nos Estados Unidos da América, em 1973, com a política federal de “Guerra às Drogas (1973) como uma resposta à ameaça que representaria para a segurança nacional” (MACHADO, 2011, p. 4). Nesse cenário, a “guerra às drogas”, segundo interpretação de Rocha (2012), acabou, mas prosseguiu como pretexto e instrumento legitimador para a perseguição e a própria violência contra os pobres, ou seja, a perspectiva ideológica é para o controle social e criminalização da pobreza e não para a proteção da sociedade.

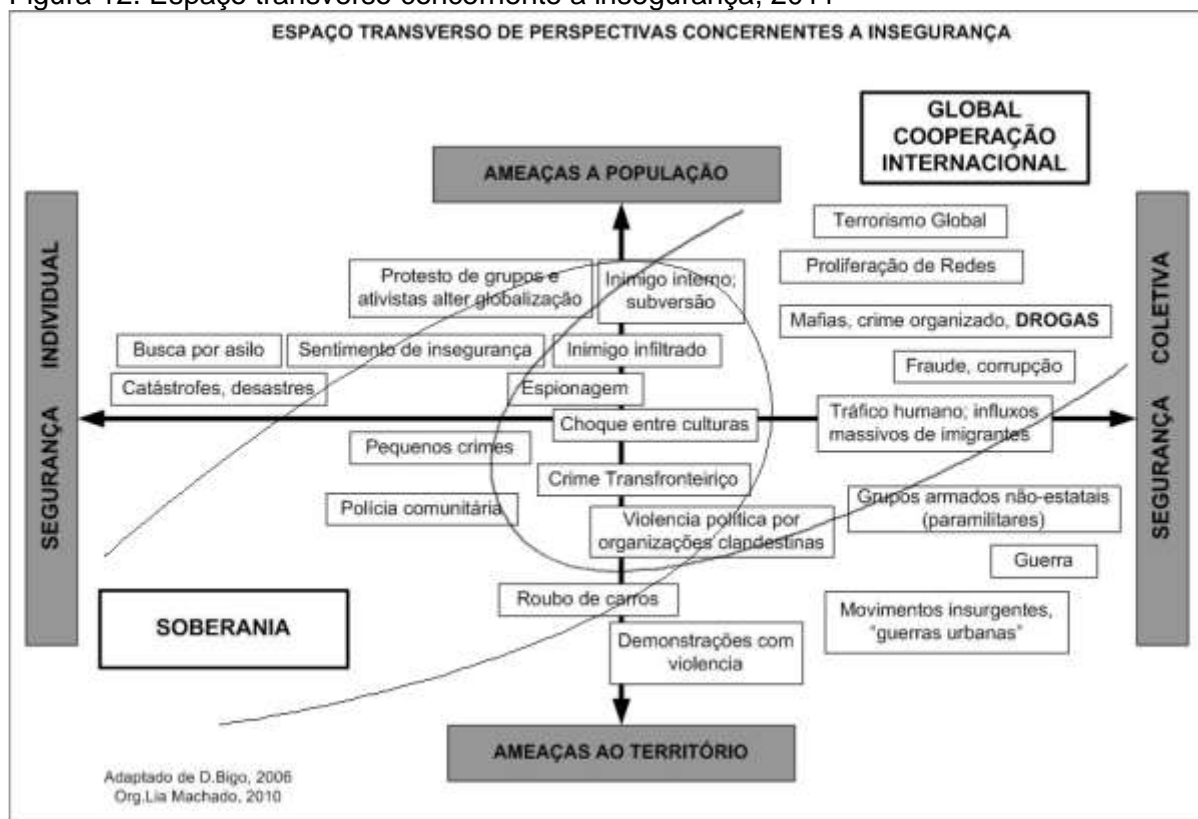
O Relatório das Nações Unidas sobre Drogas, realizado em 2010, estimou em quase trinta milhões de usuários de droga na América do Norte, seguido de perto pela Europa Central e Ocidental (MACHADO, 2011). Já segundo Santibanez (2012), o tráfico de pessoas para a exploração sexual e trabalho escravo movimentava R\$ 120 bilhões de faturamento anual sendo que, em escala financeira, ela é inferior ao tráfico de drogas e o contrabando de armas. Em comparação com os lucros obtidos, em 2015, pelos segmentos mais altos da economia formal, como os de energia, financeiro, tecnologia, automobilismo e varejo, o valor faturado é superior a inúmeras empresas globais: entre as 25 empresas que apresentaram os maiores faturamentos no mundo, em 2015, segundo a *Fortune*, o tráfico de pessoas para a exploração sexual e trabalho escravo só perdia para a *Industrial & Commer Bank of China*, do setor financeiro, a *Exxon Mobil*, de energia, e a *Apple*, de tecnologia (MELO, 2015).

Já as demais, como a *Samsung*, do setor de tecnologia, e a *Toyota*, de automobilístico, demonstram valores bem inferiores ao faturamento do tráfico de pessoas para a exploração sexual e trabalho escravo (MELO, 2015). Comparando com o lucro obtido pelas empresas brasileiras que mais faturaram em 2015, observou-se que o tráfico de pessoas para a exploração sexual e trabalho escravo possuía faturamento anual expressivamente superior, sendo que as maiores, todas do setor financeiro, foram o Itaú Unibanco, com lucro de R\$ 36,7 bilhões; o Bradesco, com R\$ 26 bilhões; e o Banco do Brasil, com R\$ 20 bilhões (SALOMÃO, 2015).

A década de 2000 mudou a perspectiva sobre as drogas, passando de questão criminal nacional e transnacional para componente da segurança internacional (MACHADO, 2011), ou seja, para resolver os problemas internos, a repressão teria que ser executada em todos os territórios. Diante disso, os espaços transversos de

perspectiva concernentes à insegurança (Figura 12) atingiram níveis globais de cooperação, com ampla inserção do tráfico, no que tangencia a segurança coletiva.

Figura 12. Espaço transverso concernente a insegurança, 2011



Fonte: Machado (2011)

A partir de uma adaptação, Machado (2011) construiu um esboço acerca do espaço transverso de perspectivas concernentes à insegurança, no qual aparecem quatro blocos, em duas dualidades: segurança coletiva x segurança individual e ameaça ao terrorismo x ameaças à população. Na segurança coletiva destaque para a “máfia, crime organizado e drogas” e “tráfico humano”; na segurança individual, para o “sentimento de insegurança” e “polícia comunitária”; e, no meio da imagem o “choque entre culturas” e “crime transfronteiriço” (MACHADO, 2011).

Entretanto, como os governos não conseguiram garantir a segurança de seus cidadãos, nem atingiram as operações globais das redes de tráfico, houve uma explosão de segurança privada, já abordada nesta tese, inclusive com a ampliação da privatização da indústria militar de defesa dos Estados Nacionais (MACHADO, 2011).

Um ponto relevante que permite trazer o debate para o Brasil é justamente a rede internacional de tráfico de drogas ilícitas a partir da inserção brasileira nas “cartilhas dos princípios proibicionistas dos EUA, inclusive no que se refere à

criminalização dos grupos considerados perigosos” (ROCHA, 2012, p. 75). Acerca do proibicionismo, Rocha (2012) considera que ele inaugurou o narcotráfico e todos os fenômenos que se ramificam dele, especialmente as ações de violência e a exploração intensa da mais-valia.

A complexidade das relações decorre do fato das drogas serem proibidas, havendo o estabelecimento de uma grande contradição, pois as políticas de proibição são justamente aquelas que permitem que as relações estabelecidas aconteçam sem regulação, com características próprias e, em certa medida, violentas. Obstante a isso, não é possível desconsiderarmos que quando é a ilegalidade que regula as relações, a violência e a coação tornam-se instrumentos cotidianamente utilizados (ROCHA, 2012, p. 96).

Como já se observou, a questão do tráfico ultrapassa as fronteiras nacionais e vincula-se, no mundo contemporâneo, à globalização, à internet e às novas tecnologias. Segundo Machado (2011), a lógica dessas redes se assemelha à logística da economia legal/formal de produtos, como plataformas e pontos de distribuição por atacado, aproveitamento da rede viária, portos e aeroportos e rotas fluviais, especialmente no Norte do Brasil. Além disso, as redes “constroem aparatos para a produção e venda das tais substâncias proibidas e outros fazem com que o mercado ilícito continue existindo, pois dependem dele, como clientes ou como provedores” (ROCHA, 2012, p. 92).

Sobre isso, a autora analisou os documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico¹⁰ que mostraram o envolvimento de agentes estatais do Paraná no crime organizado, que tem ramificações por todo o Estado, com participação de superintendentes, delegados e investigadores. Na conclusão, os relatores consideram a questão do narcotráfico no Paraná profundamente séria, com envolvimento de maneira cristalizada de agentes da segurança pública, inclusive, na época, da alta cúpula de segurança do Estado (ROCHA, 2012). Já na região Norte do Estado do Paraná, a CPI do Narcotráfico revelou sólidas conexões com o narcotráfico

¹⁰ O relatório final, com 1.198 páginas, da CPI do Narcotráfico começou em 1998 e teve os resultados divulgados em novembro de 2000 pela Câmara dos Deputados. O relatório flagrou o envolvimento de juízes, empresários, políticos e policiais no narcotráfico. Na sessão do Paraná, os relatos revelam o envolvimento com o narcotráfico de 104 pessoas entre famílias influentes, empresários e servidores públicos da área da segurança. Até 2010, segundo reportagem do Jornal Gazeta do Povo, as acusações se dissolveram pelo Estado e apenas duas pessoas foram condenadas, sendo que, dos 27 policiais suspeitos, nenhum foi punido ou afastado. Ainda segundo a reportagem, a Delegacia Antitóxica da Polícia Civil do Paraná, além de traficar drogas, promovia extorsões. (PERES; RIBEIRO, 2010).

paulista, especialmente por via aérea, sobretudo em Apucarana, onde havia uma pista de pouso indispensável para a conexão Mato Grosso – Paraná – São Paulo, sendo também mencionadas outras cidades, inclusive pequenas, da região de Londrina (ROCHA, 2012).

Misse (2006) entende que o denominado mercado das drogas e de outras mercadorias de bens ilícitos, da corrupção, da extorsão e das organizações criminosas que oferecem proteção, são reflexo do que Max Weber chamou de “capitalismo político”. Em síntese,

Trata-se da emergência de formas sistemáticas e organizadas de empresas cujo lucro depende da produção e da troca de ‘mercadorias políticas’ (...). Tudo isso, a meu ver, participa de um processo através do qual o capitalismo moderno, economicamente racional, vem dando espaço (...) à re-emergência do capitalismo político (...) que é baseado na violência e na dominação pela força como mecanismo de acumulação do capital (MISSE, 2006, p. 23-24).

Nesse sentido, ao olhar para o Brasil, Misse (2006), não considera surpreendente viver uma realidade designada de violência na medida em que o País não concluiu o processo de modernização, não incorporou as massas no processo do capitalismo moderno, economicamente racional e orientado, não completou o assalariamento do trabalho e não conseguiu estender os direitos civis à maioria das pessoas. Assim, no Brasil, “internalizou-se a liberdade de transgredir ‘justificadamente’ (...), contra a universalidade da lei, sempre que eu encontrasse um bom motivo para isso” (MISSE, 2006, p. 24).

Para Arango (2014), a importância do tema da insegurança revela uma ambivalência na percepção da população jovem, que, sendo a principal vítima da crise urbana, carrega o estigma de ser culpada pela materialização da violência, como face visível do crime organizado. Isso ocorre, segundo a autora, porque a juventude, com a exclusão social, a marginalização por parte da sociedade e sem as oportunidades, é, frequentemente, aliciada, sendo, por isso, vulnerável aos cartéis de drogas.

Colaborando com isso, Teixeira e Porto (1998, p. 53) consideram que a “falta de equipamentos de esporte e lazer, na maior parte das cidades e dos bairros”, deixa as crianças e os adolescentes à mercê e, por conseguinte, tornam-se alvos do aumento da violência, especialmente para o consumo e tráfico de drogas ilícitas.

Já Bezerra Júnior (2006) se espanta com a quantidade de adolescentes e jovens que são atraídos para o tráfico, apesar de saberem os resultados ruins dessa conduta. Para ele, a explicação desse risco vai além da questão material (e do dinheiro): “a admiração ou o medo que passam a despertar, o status que passam a ostentar” (BEZERRA JÚNIOR, 2006, p. 51), deixando de ser invisíveis socialmente quando, por meio da violência, impõem sua presença ao outro.

Excluídos do campo de reconhecimento social, são como que invisíveis. Destituídos do reconhecimento social básico, desprovidos de um horizonte de transformação pessoal, e conformados com o imaginário dominante, são facilmente apanhados pela sedução perversa da violência, organizada ou não (BEZERRA JÚNIOR, 2006, p. 51).

Por isso, para Rocha (2012, p. 23), “a atuação no tráfico de drogas pode ser considerada como um trabalho que acontece dentro da ilegalidade e das ligações tênues entre exploração, risco e satisfação”. Em suma, dialeticamente, ganham visibilidade com o “poder” ou com as “políticas policialescas” que visam dar respostas à sociedade amedrontada pela violência e tornam-se os principais inimigos da sociedade (ROCHA, 2012). Nesse sentido, seu trabalho sobre o narcotráfico se desenvolveu pela ótica dos adolescentes explorados como “mulas” na rota internacional de drogas do Brasil – Paraguai, com destaque para o Estado do Paraná.

Tocar em temas que envolvem trabalhadores do tráfico é mexer com uma realidade que está lá, bem longe e aqui, bem perto. Está longe, nas comunidades precárias, pobres, onde o estado só entra para controlar por meio de políticas assistencialistas ou, pior que isso, políticas policialescas. Está perto, pois está aqui, agora, está na universidade, está nos bairros de classe média e alta, está nas baladas de sábado à noite, está nas rodas de esquinas, está no estresse dos trabalhadores de multinacionais ou dos “bóias frias” da colheita de cana (ROCHA, 2012, p. 22)

Logo, a violência do narcotráfico, que atinge o cotidiano dos jovens envolvidos no tráfico, é anterior a isso, ou seja, a violência subjetiva já é presente e constante no dia a dia deles, principalmente se forem pobres e negros, aos quais o estigma de criminoso historicamente – e injustamente – é vinculado a eles (ROCHA, 2012). Além disso, compõem, na maioria das vezes, estruturas mais simples de busca e entrega de drogas, não participando de redes internacionais.

Essa atuação de “mula” compreende os trabalhos mais perigosos, já que são responsáveis pelo transporte de poucas quantidades de drogas, utilizando malas ou outros instrumentos e, em muitas vezes, até o próprio corpo, sendo, portanto, compostos de “mão de obra não qualificada”, “subalterna”, “volátil” e “substituível” (ROCHA, 2012). No Paraná, eles vivem em um dos Estados mais ricos do Brasil e, ao mesmo tempo, às margens de qualquer garantia de direitos sociais, vivendo, então, em territórios, especialmente da fronteira, marcados pela ilegalidade e pelo narcotráfico, na qual o comércio e o trabalho no narcotráfico compõem uma relação complexa na divisão social e técnica do trabalho (ROCHA, 2012).

Dos 53 adolescentes apreendidos por transporte de drogas em rodovias do estado, no período de novembro 2009 a novembro de 2010, 57% são do próprio estado do Paraná (...) e dentre estes, a maioria reside na (...) região de fronteira. Vemos nestes dados que há elementos que constroem uma territorialidade específica, ou seja, dentre as poucas atividades remuneradas oferecidas para os jovens da região, há a atuação no transporte de entorpecentes (ROCHA, 2012, p. 161).

Assim, “muitos jovens do estado estão prestando serviço ao tráfico de drogas, transportando entorpecentes dentro do próprio estado” (ROCHA, 2012, p. 237). Entre os residentes no Paraná, 31% moravam na fronteira (Foz do Iguaçu ou Guaíra), 28% na faixa de fronteira paranaense e 41% em outras regiões do Estado (ROCHA, 2012). Portanto, quase 60% deles estavam na fronteira ou a menos de 150 quilômetros dela, demonstrando a territorialidade desses lugares, assumindo uma condição de novos territórios a partir dela, retomando as reflexões da abertura desta sessão.

Do universo de adolescentes apreendidos por tráfico de drogas, Rocha (2012) percebeu que 49% retiraram a droga na própria região onde moravam e 51% saíram de suas cidades e foram buscá-las na fronteira (87%) ou na faixa de fronteira (9%). Na fronteira brasileira, 45% retiraram a droga em Foz do Iguaçu, 9% em Guaíra e 9% em cidades da faixa de fronteira, sendo que 47% levariam para cidades paranaenses e outros 47% para os demais Estados do Brasil (ROCHA, 2012).

Entre os adolescentes entrevistados por Rocha (2012), dois se destacam por serem de cidades pequenas, não reveladas pela pesquisadora, e por saírem delas para trabalharem como “mulas” na fronteira: um jovem de 14 e outro de 16 anos de idade. O primeiro, além da apreensão por tráfico de drogas, estava cumprindo medida socioeducativa por roubo e homicídio; já o segundo foi até Guaíra buscar a droga e

levou até Ribeirão Preto, interior de São Paulo, sendo preso quando retornou para Guaíra com o restante da droga recusada pelos compradores paulistas.

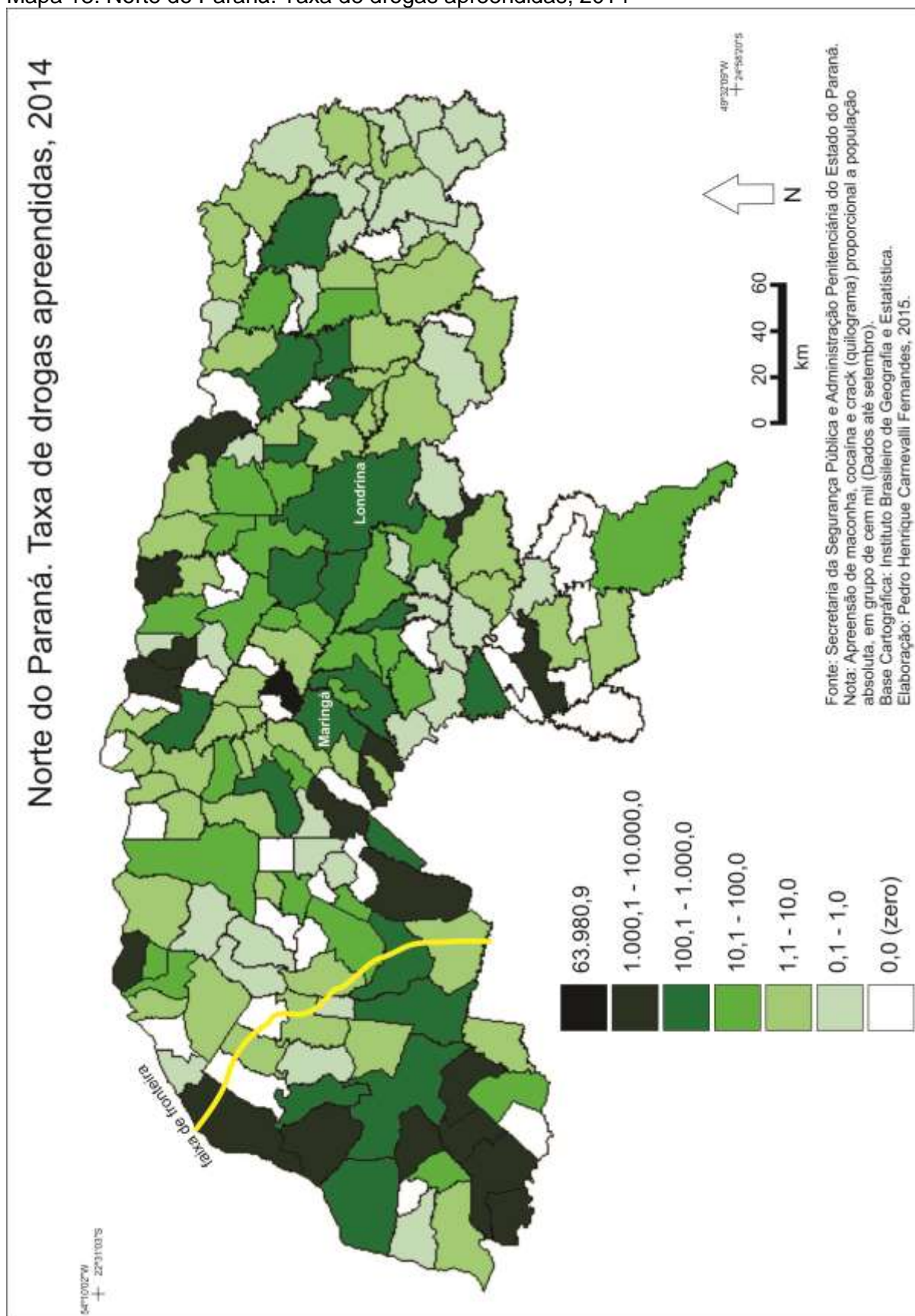
O Governo do Estado do Paraná começou a divulgar, a partir de 2014, relatórios semestrais sobre a apreensão de diferentes tipologias de drogas ilícitas no Estado: maconha, cocaína e *crack*, por quilograma, e *escstasy* e LSD, por unidade (PARANÁ, 2015). Diante dos dados disponíveis até setembro de 2014, foram elaboradas duas taxas de apreensão de drogas para os municípios do Norte do Estado do Paraná: a taxa de apreensão de maconha, cocaína e *crack*, por quilograma, proporcional à população absoluta de cada município, por grupo de cem mil pessoas, e a taxa de apreensão de *escstasy* e LSD, por unidade, proporcional à população absoluta de cada município, por grupo de cem mil pessoas. Os resultados da segunda taxa foram desconsiderados, já que apenas sete municípios, nenhum polarizado por pequena cidade, registraram apreensões de *escstasy* e/ou LSD.

Já os resultados da primeira taxa foram espacializados no Mapa 13, que apresenta os municípios do Norte do Estado do Paraná por taxa de apreensão de drogas, em 2014, e no Mapa 14, que demonstra os municípios da Mesorregião Noroeste do Paraná, por taxa de apreensão de drogas, em 2014, para abordar especificamente a faixa de fronteira.

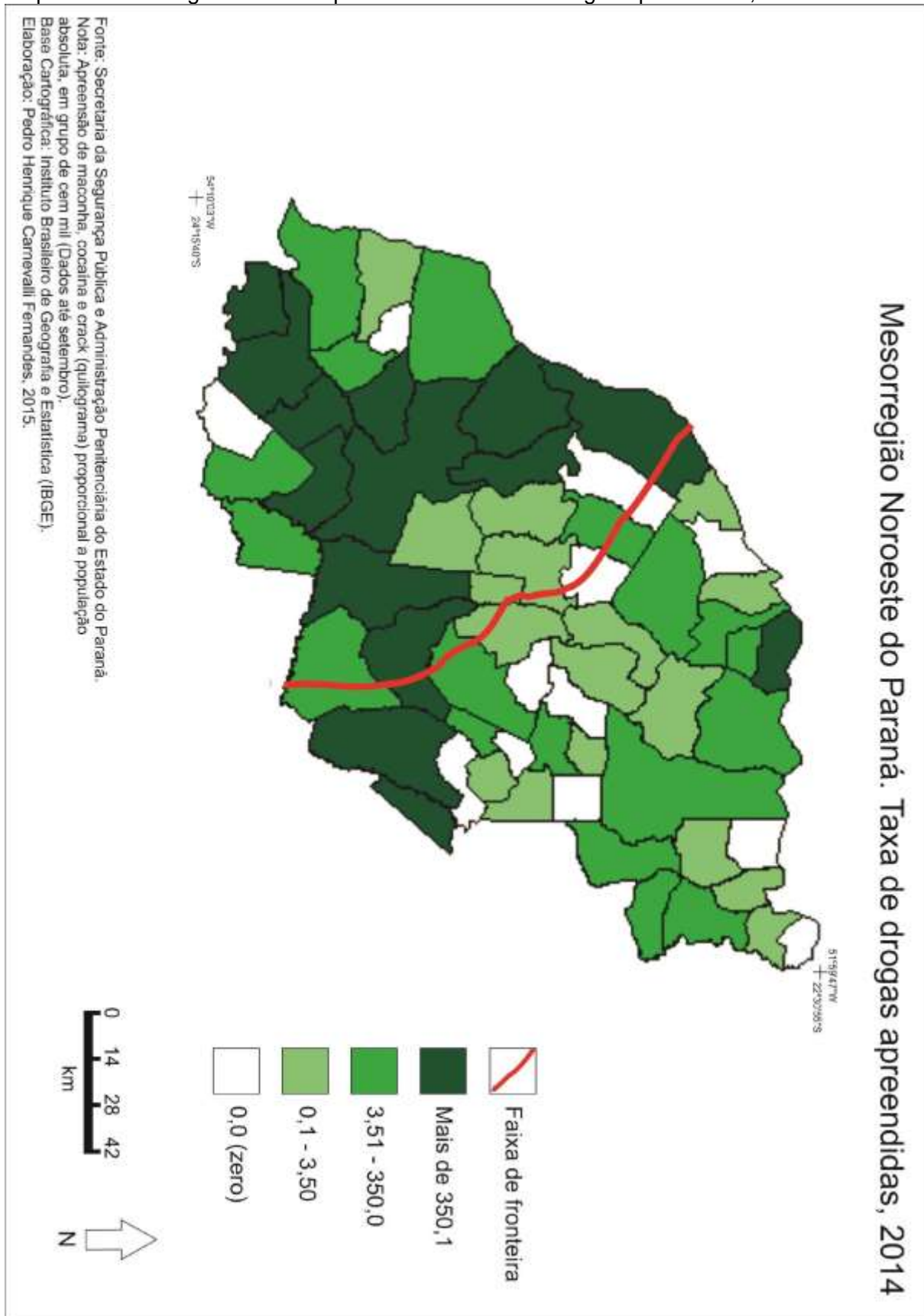
Embora os dados divulgados por Paraná (2015) não especifiquem os locais de apreensão, alguns casos evidenciam que ocorreram em postos da Polícia Militar Rodoviária, como no caso do município de Iguaraçu, de 3.982 habitantes (IBGE, 2010), líder do *ranking* com uma taxa de quase 64 toneladas por cem mil habitantes, em 2014. Comparando em valores absolutos, a apreensão de drogas em Iguaraçu é pouco menor que a soma do total apreendido em Londrina e Maringá.

No Norte do Paraná, em apenas 34 municípios (18,3%) não houve apreensão de drogas em 2014, sendo todos eles com menos de dez mil habitantes. Com exceção de Iguaraçu, 18 municípios (9,7%) apresentaram taxa de apreensão superior a uma tonelada de drogas, por cem mil habitantes, em 2014, sendo cinco deles na divisa com o Estado de São Paulo e sete na faixa de fronteira paranaense. A faixa de fronteira se destaca nesse cenário regional por possuir 12 dos 39 municípios com maiores taxas de apreensão de drogas, ou seja, quase um terço. Já dentro da mesorregião, os resultados mostram ainda mais essa relevância da faixa de fronteira, já que abarca 11 ou 78,6% dos 14 municípios com taxas superiores a 350,1 quilogramas por cem mil habitantes, em 2014.

Mapa 13. Norte do Paraná. Taxa de drogas apreendidas, 2014



Mapa 14. Mesorregião Noroeste paranaense. Taxa de drogas apreendidas, 2014



Fonte: Adaptado de Paraná (2015)

3.2.4 A malha rodoviária no Norte do Paraná e na sua faixa de fronteira e os serviços públicos de polícia

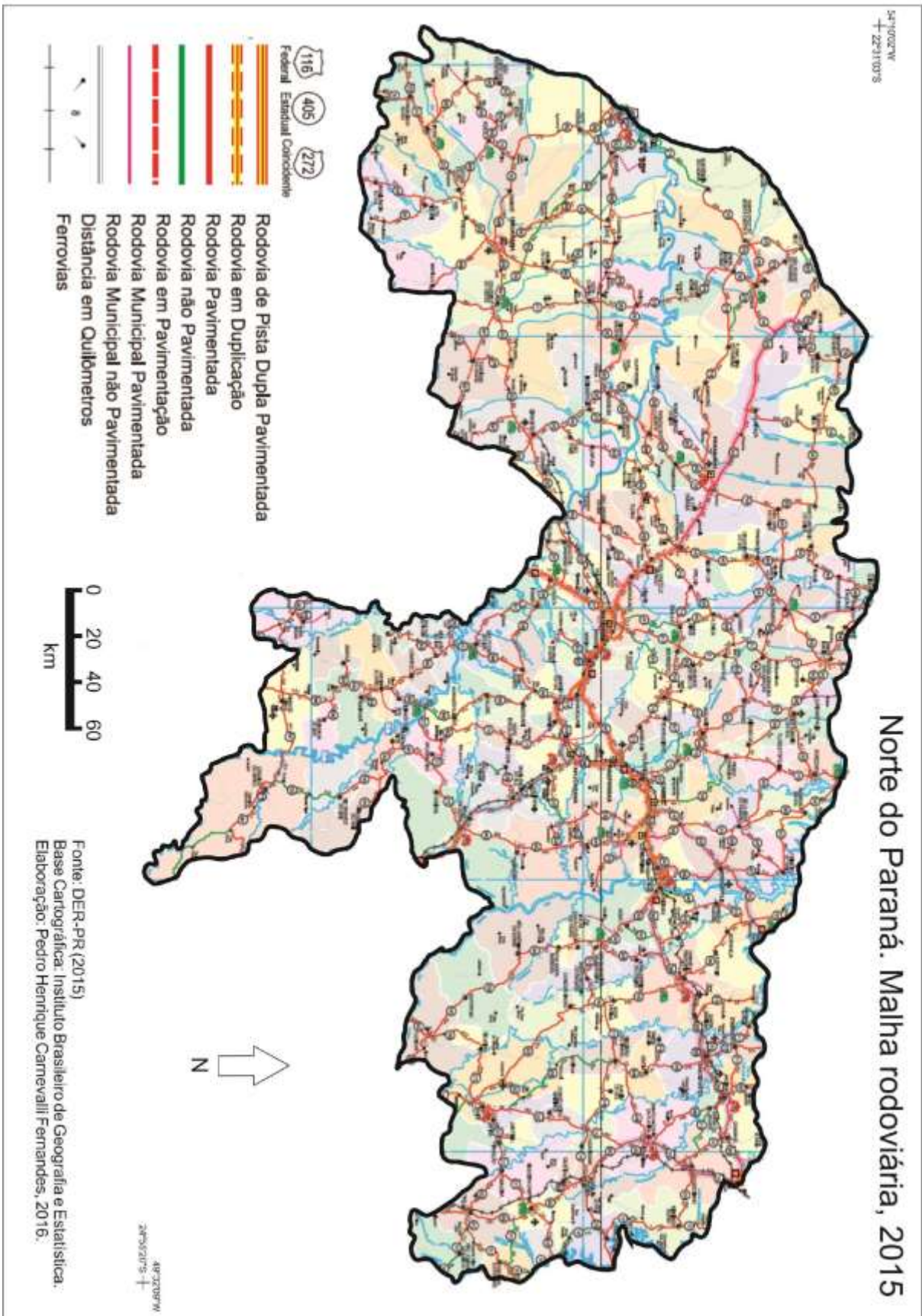
Um fundamental debate para a violência e insegurança objetiva, especialmente na faixa de fronteira, é a malha rodoviária, ou seja, as vias que articulam, inclusive a escala global em redes que escoam considerável parcela do tráfico ilícito de drogas, armas e produtos contrabandeados e, por conseguinte, são responsáveis por outros tipos de crimes. Assim, a seção apresenta um inventário sobre as rodovias que articulam o Norte do Estado do Paraná, especialmente na faixa de fronteira, para contextualizar as rotas do tráfico, debater perspectivas teóricas sobre as rodovias e o tráfico de drogas ilícitas e, por fim, compreender a disposição dos serviços públicos de segurança a partir dos postos da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Rodoviária Estadual do Paraná e da Polícia Militar de Fronteira (BPFron).

O Mapa 15 apresenta a malha rodoviária do Norte do Estado do Paraná, em 2015. No Estado do Paraná, o órgão responsável pelas rodovias estaduais é o Departamento de Estradas e Rodagens (DER-PR), e pelas rodovias federais, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit). Inicialmente, a partir deles, contextualiza-se a malha rodoviária do Norte paranaense.

A abertura de estradas no Paraná, segundo DER-PR (2015), vinculou-se à história da ocupação e do povoamento e, depois, à produção e comercialização da erva-mate, da madeira e da pecuária, que se utilizavam das ferrovias e das estradas carroçáveis. Assim, elas ligavam “as zonas mais povoadas e as zonas produtoras às estradas ferroviárias, passavam por Guarapuava, Palmeira, Lapa, Bocaiúva do Sul, Jacarezinho, Colônia Mineira e Vila do Piraí” (DER-PR, 2015, s. p.).

A referência a Jacarezinho mostra uma rara ação estadual quanto à construção de estradas no Norte do Estado; apenas em 1913 que se propagaram as construções de estradas, ainda sem pavimento, nessa região do Estado (DER-PR, 2015), ou seja, quarenta anos depois da conclusão da Estrada da Graciosa (PR-410). Na década de 1930, a obra mais significativa, segundo o DER-PR (2015), foi a construção da Estrada do Cerne, atual PR-090, com objetivo de proporcionar o fluxo da produção cafeeira por acesso direto do Norte do Estado do Paraná ao Porto de Paranaguá. A construção terminou em 1940, mas sem pavimentação. Atualmente, segundo o DER-PR (2015), ela possui 439,7 quilômetros, sendo 78,4% pavimentados em faixa simples e 95,1 quilômetros sem pavimentação.

Mapa 15. Norte do Paraná. Malha rodoviária, 2015



Fonte: Adaptado do DER-PR (2015)

Apesar disso, a “obra que causou grande impacto, na década de 1960, foi a Rodovia do Café. A principal meta do período era pavimentar o trecho Ponta Grossa-Apucarana” (DER-PR, 2015, s. p.). Em 1964, o DER-PR apresentou, ao Governo Federal, uma proposta de federalização da rodovia que acabou aceita e incorporada, no mesmo ano, ao Plano Nacional de Viação, com a denominação de BR-376, no trecho Dourados (MS) – Apucarana (PR) – Ponta Grossa (PR). A inauguração ocorreu no ano seguinte com 530 quilômetros de extensão e pavimentação entre Maringá e Paranaguá, diminuindo o tempo de viagem de 38 para 18 horas. (DER-PR, 2015). Atualmente, a extensão da rodovia é de 506,5 quilômetros, sendo 344,3 quilômetros (68%) de pista simples e 162,2 quilômetros (32%) duplicados (DER-PR, 2015).

A Rodovia dos Cereais foi entregue em 1963 com o trecho de Maringá até a divisa com São Paulo, em Ourinhos, com o objetivo de escoar a produção agrícola da região a partir das rodovias paulistas que se articulavam ao Porto de Santos (SP); ela seguiu o mesmo caminho da Rodovia do Café e tornou-se federal com a denominação de BR-369, de Minas Gerais até o Paraná (DER-PR, 2015). Atualmente, ela é a principal porta de ligação entre o Norte do Paraná e São Paulo, começando na divisa entre Ourinhos (SP) e Jacarezinho (PR) e seguindo até São Pedro do Ivaí, em um trecho de 242,7 quilômetros, sendo apenas um terço do trecho duplicado, apesar dos vários pedágios.

Finalmente, na década de 1960, foi construída e pavimentada a PR-11, atual PR-151, no trecho entre Ponta Grossa e a divisa com São Paulo, em Itararé (DER-PR, 2015). Hoje, ela corta o Leste do Paraná, no sentido Norte – Sul, e conta com 476,3 quilômetros, sendo 70% deles pavimentados com pista simples, 14% com pista dupla e 16% sem pavimentação (DER-PR, 2015). No Norte do Paraná, estão quase 80% dos trechos sem pavimentação da rodovia PR-151.

Hoje a Malha Rodoviária (...) do Paraná conta com um total de 15.861,07 km (...), sendo 1.903,60 km de rodovias não pavimentadas e 13.957,47 km de rodovias pavimentadas. Se no passado era fundamental interligar as regiões do estado com abertura de caminhos e estradas, atualmente é necessário garantir a conservação desse patrimônio, investindo na construção de estradas vicinais e ligações importantes entre núcleos urbanos, (DER-PR, 2015, s. p.)

Algumas outras rodovias se destacam na articulação do Norte do Estado com os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina: (i) a BR-153, da

divisa paulista, em Jacarezinho, até a catarinense, em União da Vitória; (ii) a PR-317, entre Santo Inácio, na fronteira com São Paulo, e Santa Helena, no limite com Mato Grosso do Sul; e (iii) a PR-170, da divisa paulista, em Porecatu, até a catarinense, em General Carneiro.

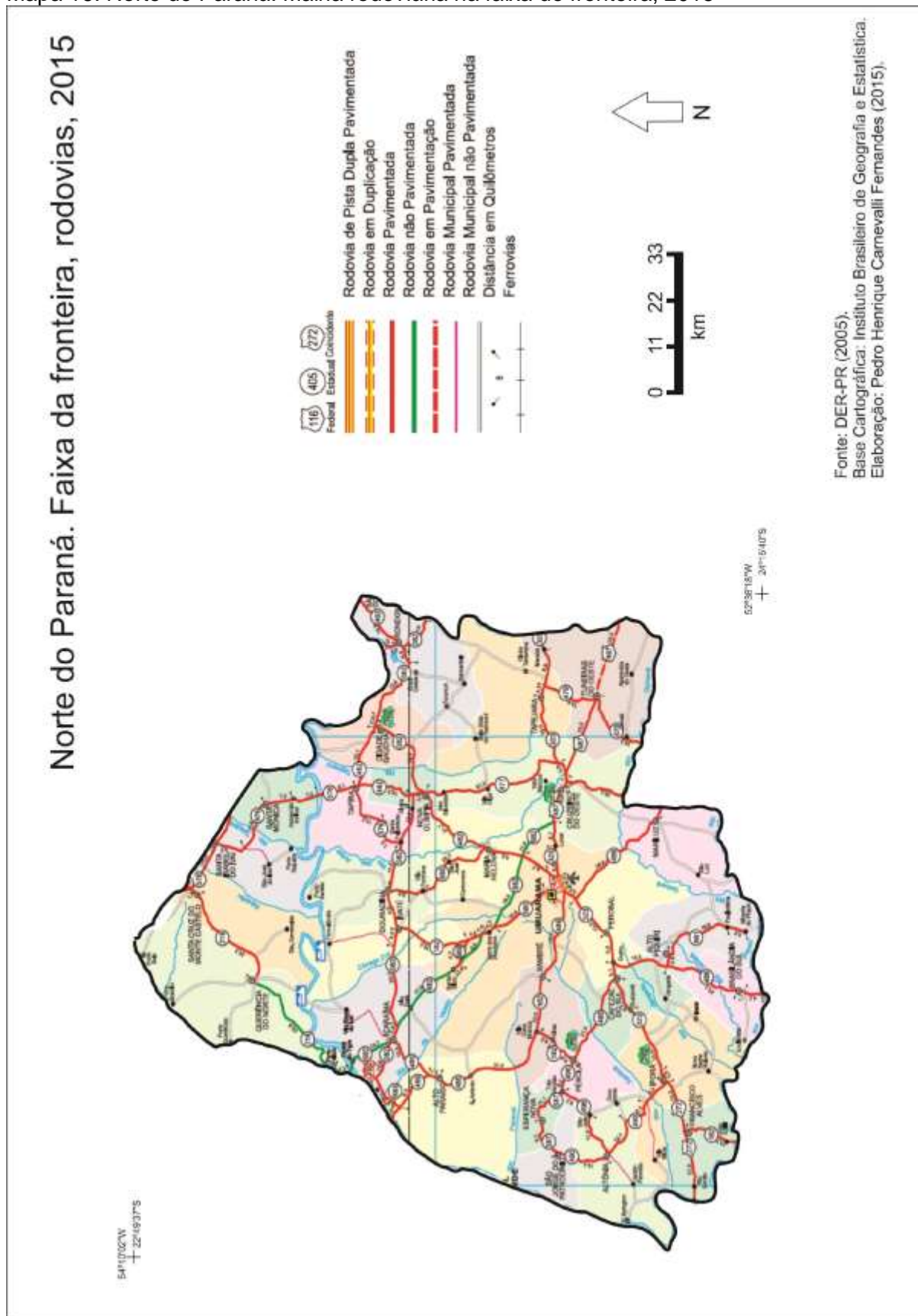
O Mapa 16 destaca a malha rodoviária da faixa de fronteira que está no Norte do Estado do Paraná, em 2015. Esse mapa é indispensável para entender os fluxos da fronteira. Quatro rodovias se destacam, duas no sentido Leste – Oeste (PR-323/BR-272 e PR-082/PR492) e duas no sentido Norte – Sul (PR-486 e PR-576/477).

A PR-323 vai de Sertaneja, na divisa do Estado do Paraná com o Estado de São Paulo, até Iporã, no trevo com a PR-490, e, depois do trevo, ela torna-se BR-272 até Guaíra, na divisa brasileira com a paraguaia. A BR-272 foi projetada como uma rodovia de ligação de São Paulo (SP) com Guaíra (PR) e, conseqüentemente, com o Paraguai, mas se materializou em poucos trechos. Portanto, é uma rodovia que liga Londrina e Maringá ao Paraguai, sendo reconhecida como uma das rotas mais usadas para o crime, especialmente de tráfico de drogas ilícitas e de produtos contrabandeados.

A PR-082 tem um longo trajeto entre Jardim Alegre e o Distrito de Porto Camargo, município de Icaraíma, na divisão com o Mato Grosso do Sul. No município de Rondon, há uma ramificação até Paranavaí, com denominação de PR-492, e no de Cianorte, um entroncamento com a PR-323. A PR-486 vai do entroncamento da PR-323 no povoado de Cedro, município de Perobal, até a região Oeste do Paraná (Toledo e Cascavel), e a PR-576 sai de Porto Rico, nas barrancas do rio Paraná, e segue, no sentido Sul, até Tapira, quando se torna PR-477 até Cruzeiro do Oeste e, depois, se articula com a PR-180, sendo a principal ligação da região de Loanda com Toledo e Cascavel.

As estradas se associam à segurança pública, especialmente em cidades pequenas, a partir de duas situações: o acesso aos serviços de segurança, como será explicado com mais detalhes no próximo fator explicativo da tese, e por se converterem em rotas de tráfico ilícito, especialmente de drogas e contrabando, da Bolívia e do Paraguai, espaços favoráveis para assaltos a ônibus de turistas e rotas de fuga para quadrilhas ou assaltantes que roubam comércio, bancos e caixas eletrônicos em cidades pequenas. Nesse sentido, o Quadro 17 apresenta alguns exemplos de crimes vinculados ao uso das rodovias no Norte do Estado do Paraná, entre 2010 e 2016, sobretudo os ocorridos em pequenas cidades.

Mapa 16. Norte do Paraná. Malha rodoviária na faixa de fronteira, 2015



Fonte: Adaptado do DER-PR (2015)

Quadro 17. Norte do Paraná. Reportagens sobre crimes praticados em rodovias, 2010-2016

Data	Reportagem
08/12/2010	A “Rota Caipira do tráfico”: articulação de policias intensificam fiscalização na PR-160 (Porto Charles Nauffall), em Sertaneja (PCPR, 2010).
22/03/2013	Estradas no Paraná têm um roubo de carga a cada dois dias (ROCHA, 2013)
25/11/2014	Paraná é o 3º em pontos de exploração sexual infantil em trechos de rodovias federais (RIBEIRO, 2014)
04/08/2015	Com apreensões diárias, PR-323, em Iporã, é uma das rotas mais usadas pelo crime (PORTAL DA CIDADE, 2015)
04/11/2015	Falta de policiais deixa rodovias estaduais à mercê dos marginais (BELO, 2015).
23/11/2015	Polícia Rodoviária Federal acha carreta cheia de maconha e faz maior apreensão de 2015 no país: 20 toneladas em Icaraíma (PORTAL G1/PR, 2015c)
19/01/2016	Quadrilha faz reféns antes e depois de assalto a banco em Curiúva. Bandidos interditam a PR-160 e fugiram (MAROS, 2016)

Fontes: PCPR (2010), Rocha (2013), Ribeiro (2014), Belo (2015), Portal da Cidade (2015), Portal G1/PR (2015c) e Maros (2016)

Em 2010, uma operação policial intensificou a fiscalização na PR-160, no Porto Charles Nauffall, em Sertaneja, por considerar a rodovia como uma “rota caipira do tráfico” (PCPR, 2010). Outra rodovia que se destaca pelo tráfico de drogas é a PR-323, próxima a Iporã (PORTAL DA CIDADE, 2015). Além disso, a falta de policiais nas rodovias do Paraná (BELO, 2015) contribui com a violência, como em 2013, quando as estradas registravam uma média de um roubo de carga a cada dois dias (ROCHA, 2013), ou, em 2014, quando o Paraná assumiu o terceiro lugar em exploração sexual infantil nos trechos das rodovias federais (RIBEIRO, 2014).

Recentemente, uma rodovia do Norte do Estado foi cenário de uma ação e fuga com muita tensão, inclusive com gravação de um vídeo realizada por moradores da cidade. Na ação, uma quadrilha fez reféns ao assaltar um banco na pequena cidade de Curiúva e, depois, fugiram com eles, tendo sido um amarrado sobre a parte superior da carroceria do veículo para evitar que atirassem nos vidros dianteiros, interditaram a PR-160 para evitar a perseguição dos poucos policiais da cidade e fugiram, enquanto todos aguardavam o reforço policial (MAROS, 2016).

Logo, de acordo com Rocha (2012, p. 115), a rota de tráfico internacional existe no Estado do Paraná pelo fato de ele “possuir uma extensa malha rodoviária, que foi construída para o escoamento da produção agrícola”. Assim, a autora considera que algumas rodovias se destacam para o escoamento dos grãos e, ao mesmo tempo,

para a existência do tráfico de drogas transfronteiriço, como a BR-369 e a BR-272, já destacadas. Então, revelam uma contradição, típica do modo de produção capitalista:

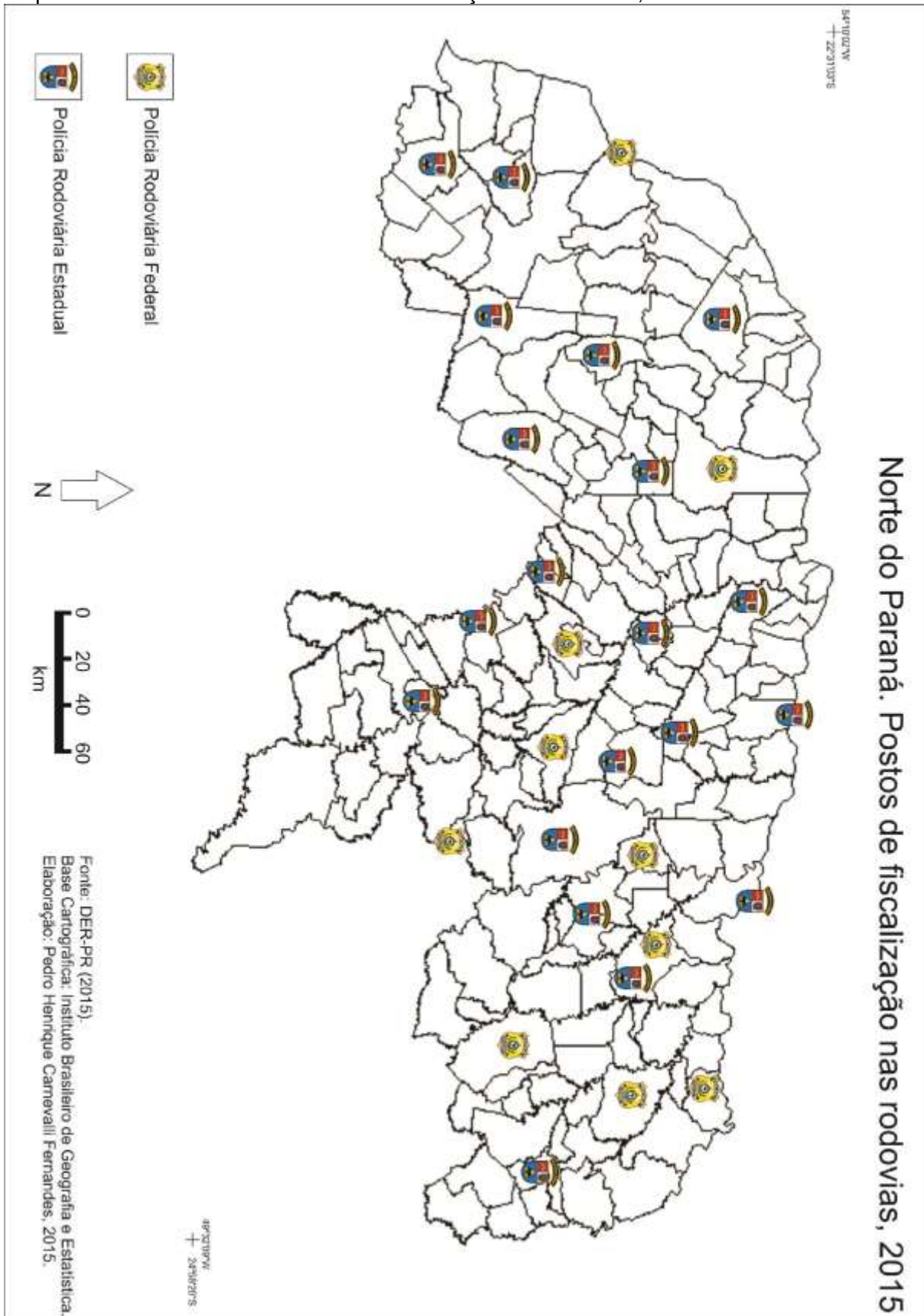
O Paraná é um dos estados mais ricos do País, porém, é também um dos estados com pior distribuição de renda. (...) vemos que toda a renda proveniente do agronegócio e da agroindústria, em nada muda a situação real das classes populares, que foram expulsas da zona rural ou vieram para o estado em busca de emprego e melhores condições de vida, e agora vivem em aglomerados urbanos ou zonas rurais com grandes níveis de disparidades sociais (...). Veremos que os adolescentes que foram sujeitos da nossa pesquisa estão em condição de pobreza e só conhecem as rodovias do estado por conta do trabalho prestado como “mula” ao narcotráfico (ROCHA, 2012, p. 144).

Assim, é indispensável abordar a questão dos serviços de segurança pública pela espacialização dos postos policiais, sem desconsiderar a corrupção policial existente, em inúmeros casos, que se vinculam à fronteira e às rodovias paranaenses. Para isso, o Mapa 17 apresenta a localização dos postos da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Rodoviária Estadual do Paraná no Norte do Estado, em 2015.

Os dez postos da Polícia Rodoviária Federal estão dispostos na BR-153, em Santo Antônio da Platina e Ibaiti; na BR-369, em Cambará, Cornélio Procópio e Ibiporã; na BR-376, em Paranavaí, Marialva, Apucarana e Mauá da Serra; e na BR-487, no pequeno trecho com menos de vinte quilômetros em Icaraíma, na divisa com o Mato Grosso do Sul. Já a Polícia Rodoviária Estadual possui vinte postos de fiscalização, sendo dois na divisa com São Paulo, em Porecatu e Sertaneja, e em diversas rodovias da região, sendo as mais importantes PR-160, PR-090, PR-092, PR-170, PR-323, PR-182.

A partir disso, fica evidente que inúmeros trechos apresentam-se como rotas sem fiscalização da segurança pública. No caso das rodovias federais, 50% dos postos se concentram entre Londrina e o Norte Pioneiro, enquanto os maiores problemas de tráfico estão no lado oposto, na região Noroeste. Além disso, o posto de Paranavaí é responsável por cobrir mais de cem quilômetros de rodovia, enquanto os postos de Ibiporã e de Cornélio Procópio cuidam de menos de sessenta quilômetros. Já as espacializações estaduais deixam a porção Sul do Norte do Estado praticamente abandonada, já que só existe posto em Lidianópolis, e duas rodovias de acesso ao Estado de São Paulo e ao Mato Grosso do Sul sem postos, PR-542 e PR-317.

Mapa 17. Norte do Paraná. Postos de fiscalização nas rodovias, 2015



Fonte: Adaptado do DER-PR (2015)

Para ilustrar essas reflexões, montaram-se duas rotas, saindo de Guaíra, cidade fronteira com o Paraguai, passando apenas por pequenas cidades do Norte do Estado do Paraná até chegar ao Estado de São Paulo, sem passar por nenhum posto de fiscalização das polícias federal e estadual. Contudo, optou-se por não apresentar aqui os caminhos para não configurar uma cooperação com a violência e a insegurança objetiva que se associam ao tráfico e seus desdobramentos. Logo, o primeiro trajeto passou por 23 municípios, sendo 18 pequenas cidades, 376 quilômetros e 15 rodovias diferentes. Na segunda rota, percorreram-se 31 municípios, sendo 23 pequenas cidades, 556 quilômetros e 22 rodovias diferentes. Além disso, de Itaguajé ainda seria possível seguir até Maringá, por mais 130 quilômetros, Londrina, a 150 quilômetros, ou Cornélio Procopio, a 190 quilômetros, sem passar por nenhum posto de fiscalização das polícias rodoviárias estadual e federal.

Finalmente, vale abordar, o BPFron, criado em 2012, com sede no município de Marechal Cândido Rondon, de 46.819 habitantes (IBGE, 2010), para ser “responsável pelo policiamento ostensivo, preservação da ordem pública e operações diversas para emprego em região de fronteira do Brasil com o Paraguai e com a Argentina” (PMPR, 2016, s. p.). Ele se materializou por meio do Decreto Lei nº 4.905, de 06 de junho de 2012, e é subordinado ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná. O BPFron iniciou suas atividades com um efetivo de noventa policiais para atendimento de 139 municípios e 2.382.896 habitantes, divididos em três companhias: Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Santo Antônio do Sudoeste; os 29 municípios do Norte do Paraná que estão na faixa de fronteira pertencem à Segunda Companhia com sede em Guaíra. (PMPR, 2016).

O debate sobre a fronteira é complexo e não pode ser olvidado pela universidade. Por isso, tentou-se transitar por explicações teóricas e empíricas, desde a fronteira e a faixa de fronteira, a articulação delas com a rede internacional de tráfico, mostrando a situação preocupante de tráfico de pessoas, até as rodovias, como *lócus* do escoamento dos crimes de fronteiras. É fundamental pontuar que, embora as explicações sejam gerais, focaram-se as pequenas cidades em diversos momentos para mostrar que elas não fogem do contexto. Aproveitando as reflexões sobre os serviços de segurança, passa-se para o terceiro fator explicativo, na próxima sessão, que trata de entender a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades a partir da ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços públicos de segurança que são reflexos, principalmente, da ineficiência do Governo do Estado do Paraná.

3.3 A perda de centralidade e o esvaziamento dos núcleos urbanos arrefeceram os serviços públicos de segurança

Em Arapuã, município de 3.561 habitantes (IBGE, 2010) localizado no Vale do Ivaí, no Norte do Paraná, foi realizada, em 2013, uma reunião sobre segurança pública com a presença de representantes dos 26 municípios que compõem a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (Amuvi). Segundo o Portal TV Paraná Centro (2013), a maior queixa das prefeituras era quanto à segurança pública, especialmente pela ausência de efetivo policial como responsável pela criminalidade na região. Em resposta à reunião e sua pauta, o comandante da Polícia Militar na região assegurou um aumento no efetivo policial, o que não se materializou.

Esse contexto faz parte de uma lógica maior no Estado do Paraná: o sucateamento das instituições de segurança pública e o despreparo dos servidores dessa área, sobretudo policiais e investigadores. Nos últimos anos, é cada vez mais comum reportagens sobre as viaturas quebradas e sem combustível; os postos de polícia sem energia ou com telefone cortado; as reposições salariais ou os planos de carreira estagnados; a ausência de concursos públicos, de capacitação e reciclagem dos servidores, etc. Nesse sentido, o Quadro 18 retrata essa realidade apresentando alguns exemplos, considerando o período de 2010 a 2015.

Quadro 18. Paraná. Reportagens sobre a deterioração da segurança pública, 2010-2015

Data	Reportagem
26/08/2010	Polícia Civil do Paraná: “Instituição passa por sucateamento assustador”, analisa sociólogo (CAMPANA, 2010).
20/11/2013	Conta atrasada gera corte nos telefones da PM e da SESP (RIBEIRO; RIEGER, 2013).
27/07/2014	87% dos PMs não serão promovidos ¹ (ANÍBAL, 2014).
18/12/2014	Falta efetivo no Corpo de Bombeiros de Irati (RAMOS, 2014).
07/03/2015	Após ser abordado, homem ajuda policiais a empurrarem viatura quebrada em blitz no Paraná (PORTAL R7, 2015).
13/11/2015	Imagens flagram PMs espancando e humilhando professor no PR (PORTAL GLOBO.COM, 2015).

Nota 1: Esses soldados devem chegar à aposentadoria sem nenhuma promoção sequer
 Fontes: Aníbal (2014), Campana (2010), Portal Globo.com (2015), Portal R7 (2015), Ramos (2014) e Ribeiro e Rieger (2013)

Diante desse cenário, o último fator explicativo para a tese da violência e insegurança objetiva em pequenas cidades é a ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços públicos de segurança como consequência da perda de

centralidade e do esvaziamento demográfico dos núcleos urbanos, acompanhados da incapacidade do Estado em fomentar políticas públicas e promover planejamento estratégico adequado, o que acaba, por conseguinte, em arrefecer os serviços de segurança pública, especialmente em pequenas cidades, que ficam à mercê da criminalidade e dos interesses econômicos/capitalistas do mercado.

Nesse sentido, a ausência do Estado, ainda mais em governos com ideologias neoliberais, gera o que Bauman (2007) denomina uma ruptura entre o “poder” e a “política”, quando o Estado (público) abandona ou transfere para a iniciativa privada suas funções/obrigações. Tal situação não se vincula apenas ao setor da segurança: o Estado abandona, cada vez mais, os serviços de educação, de saúde, de transporte, etc., e depois passa para a iniciativa privada (ou o mercado) gerenciar.

Na segurança pública é fundamental retomar, brevemente, o monopólio legítimo da violência pelo Estado Weberiano. Para a existência de um Estado forte era necessária a separação entre o público e o privado; sendo assim, a formação do Estado moderno passou pela ampliação do espaço público, uma vez que houve expropriação dos meios privados, inclusive de violência, como a proibição de exércitos particulares (WEBER, 2004). A partir disso, o Estado assume o monopólio legítimo do uso da violência (WEBER, 2004), embora o Brasil apresente a violência difusa na sociedade e até mesmo na indústria privada da segurança.

A ausência ou presença insuficiente desse Estado quanto à segurança pública no Brasil vem alimentando e disseminando práticas sociais questionáveis, chamadas de “justiceiros” e/ou de “justiça pelas próprias mãos”. A primeira expressão é mais moderna e se tornou recorrente ao longo de 2014 e 2015 quando aumentaram os casos de suspeitos de crimes sendo amarrados, espancados e até assassinados, como uma “ajuda” para a polícia e para a sociedade. A segunda expressão, mais antiga, refere-se, especialmente, às ações em casos em que a justiça, na interpretação do autor, tenha falhado no julgamento ou na pena.

Por isso, aparentemente, na sociedade moderna líquida o monopólio legítimo da violência pelo Estado de Weber passa por um fenômeno de desconcentração do Estado e de difusão para grupos sociais e para a iniciativa privada, influenciando na sociabilidade que se alicerça na violência. Então, é indispensável combater a descentralização desse monopólio para enfrentar os movimentos de privatização da segurança. Portanto, o abandono do Estado em promover políticas públicas vem gerando um aumento significativo na procura de equipamentos e serviços privados de

segurança, mesmo em cidades pequenas que já têm vigilantes motorizados fazendo ronda, empresas de instalação de câmeras e cercas elétricas, entre outros serviços.

Os serviços e equipamentos de segurança pública existentes no Norte do Estado do Paraná são insuficientes para a demanda e para as necessidades populacionais, como é apresentado adiante. Isso gera dupla consequência: (i) o aumento da criminalidade é reflexo do sucateamento dos serviços de segurança (NÓRCIO, 2011); (ii) a ausência da urbanidade de segurança altera o modo de vida e as relações sociais no espaço urbano, especialmente quanto à sociabilidade primária, inclusive de apropriação dos espaços públicos, como demonstrado anteriormente.

No caso desta tese, as inquietações acerca dos serviços e equipamentos de segurança pública ocorrem desde a ausência concreta da viatura, da edificação e do efetivo de segurança, passam pelas condutas e práticas policiais adotadas pelas instituições que deveriam garantir a proteção da sociedade e chegam ao imaginário popular, às resistências e manifestações contra a violência e a insegurança objetiva, até mesmo as violências promovidas pelo Estado e pelas instituições policiais.

Antes, é preciso destacar, criticamente, uma ressalva: o caráter fortemente militar das instituições de segurança, a corrupção, a extorsão em troca de proteção e a impunidade dos policiais que cometem crimes e atrocidades contra a população devem compor as discussões políticas, acadêmicas e sociais no Brasil. Assim, ampliariam os profícuos debates sobre a “desmilitarização” da polícia, as polícias comunitárias e as polícias cidadãos. Portanto, esse fator explicativo transita pela ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços de segurança pública nas pequenas cidades a partir de outra perspectiva de policiamento, comunitário ou cidadão, e sem deixar de refletir sobre o modelo policial em que se assenta o Paraná (e o Brasil), não fazendo, em hipótese alguma, apologia à militarização.

Isso se justifica por duas situações: de um lado, “uma profunda crise de autoridade que gera impunidade e corrupção e torna ineficaz o funcionamento das agências estatais” (SILVA, 2004, p. 70) e, de outro, “o crescimento do crime violento organizado nos espaços em que a atividade regulatória e as políticas substantivas do Estado não conseguem preencher” (SILVA, 2004, p. 71). Assim, pelo duplo processo, “a polícia tem sua imagem corroída. A desmoralização da instituição e a descrença nos profissionais são amplamente destacados socialmente” (GAVIRIA, 2008, p. 99).

Além disso, para Neme (2005, p. 131), as violências policiais continuam indicando “o quão longe está da consolidação das políticas de segurança

democráticas, que ultrapassam uma lógica puramente repressiva”, sendo que a corrupção que existe no meio policial “encontrou o seu álibi no mesmo dogma da pobreza ou exclusão que tudo explica: o problema seria unicamente ‘social” (ZALUAR, 1997, s. p.).

Embora essas situações sejam significantes para as reflexões que a academia deve promover (e ampliar, levando para a base da sociedade), a realidade social concreta não pode ficar limitada ao modelo de segurança pública atual. É preciso uma transformação. Ainda assim, enquanto se promovem tais reflexões e mudanças, as políticas e os serviços de segurança pública devem contemplar satisfatoriamente as cidades pequenas, especialmente aquelas nas faixas de fronteira e no interior do Estado, ainda que com todos esses problemas elencados.

Para a construção desse fator explicativo para a tese, a seção transita pela situação dos principais equipamentos e serviços públicos de segurança no Norte do Paraná, com intuito de demonstrar que a ausência ou a insuficiência de segurança pública influencia, diretamente, na violência e na insegurança objetiva nas pequenas cidades da região. Para isso, são contempladas análises acerca da Polícia Militar e da Polícia Comunitária e Cidadã, ainda que como proposta hipotética, do Bombeiro Militar e Bombeiro Comunitário, da Polícia Civil, da Polícia Científica, dos estabelecimentos penais, das políticas públicas municipais a partir dos investimentos com segurança pública

3.3.1 Polícia Militar e Polícia Comunitária e Cidadã

Embora a origem da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) remonte ao ano de 1854, como uma unidade de caçadores, foi apenas em 1946 que ela passou a ter a denominação atual (PMPR, 2015). A PMPR é extremamente hierarquizada: o Comando Geral da Polícia Militar, alto escalão da instituição, é autoridade direta sobre o Subcomando Geral da Polícia Militar, que, por sua vez, é responsável pelo Comando Regional da Polícia Militar (CRPM), pelo Comando do Corpo de Bombeiros e pelas Unidades Especializadas do Batalhão de Polícia Rodoviária, Batalhão de Polícia Ambiental, Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, Batalhão de Operações Especiais, Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas e do Batalhão de Polícia Militar de Fronteira. (PMPR, 2015).

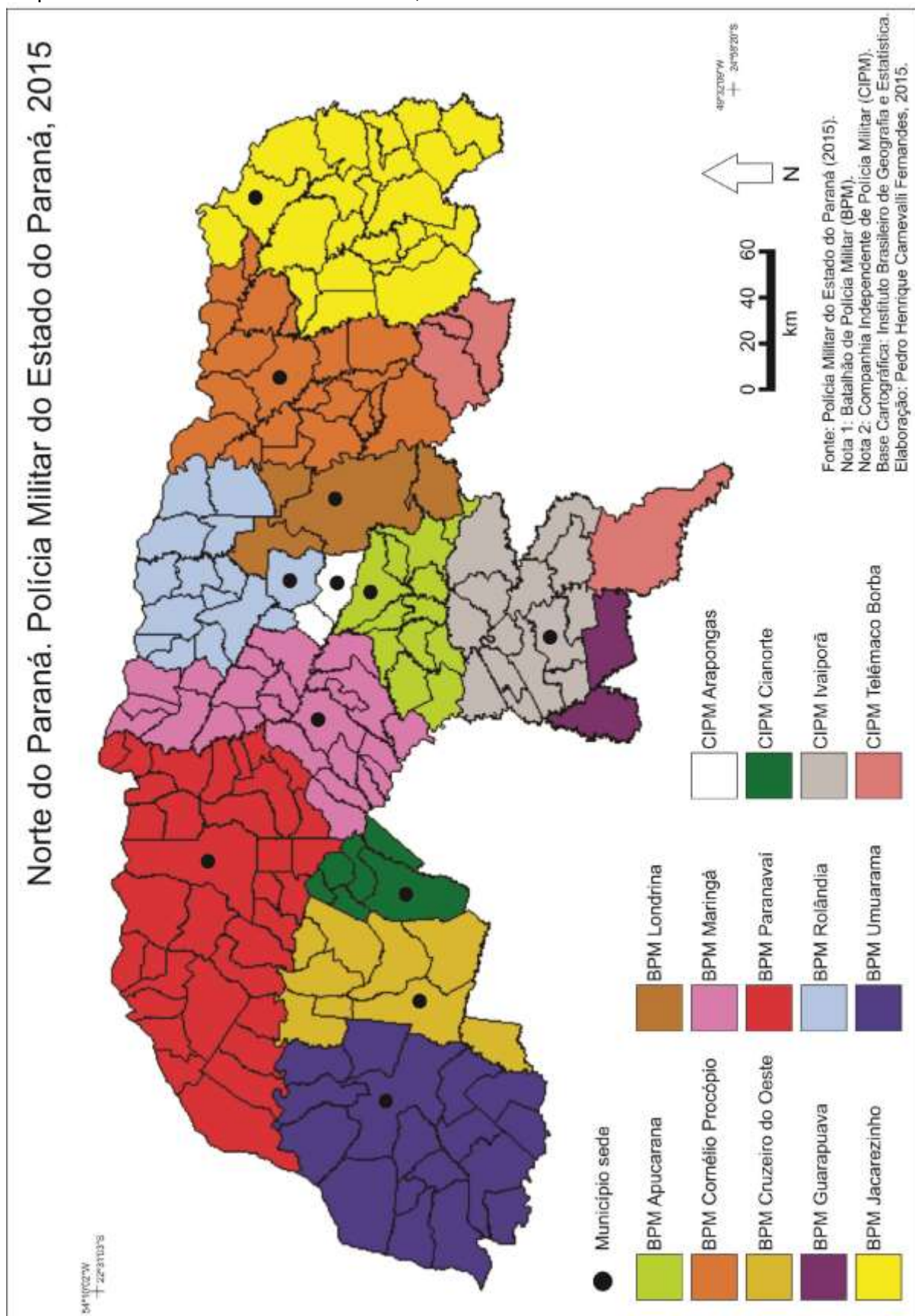
O Estado do Paraná é dividido em seis CRPM (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e São José dos Pinhais), existindo, nos comandos regionais, Batalhão de Polícia Militar (BPM) e/ou a Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM); em todo o Estado são 24 BPM e oito CIPM. (PMPR, 2015). No Norte do Paraná, os 186 municípios são atendidos por dez BPM (42%) e quatro CIPM (50%).

Nesse sentido, as seguintes produções cartográficas demonstram o quanto a PMPR é hierarquizada espacialmente e como isso ocorre por meio das relações políticas entre os governos do Estado do Paraná e os municipais: o Mapa 18 espacializa a área de atuação das corporações da Polícia Militar no Norte do Estado do Paraná e os municípios sedes, em 2015; o Mapa 19 apresenta as unidades de Polícia Militar e as relações entre elas, destacando a localização dos batalhões, das companhias independentes, das companhias e dos destacamentos ou dos pelotões no Norte do Paraná e as relações primárias entre os batalhões e as companhias, e as secundárias entre as companhias e os destacamentos ou pelotões, ou entre as companhias independentes e os destacamentos ou pelotões, em 2015; e a Tabela 10 retrata a PMPR por área de atuação, número de municípios, população total e proporção de população no município sede na região Norte do Paraná, em 2015.

Entre os 186 municípios que compõem o Norte do Estado do Paraná, apenas 25 municípios (13,4%) possuem batalhão, companhia independente ou companhia de Polícia Militar. Isso significa que a esmagadora maioria, 161 municípios (86,6%), é atendida por destacamentos ou pelotões geralmente deteriorados e com pouco efetivo policial. Em síntese, demonstra a insuficiência espacial dos serviços de segurança pública prestados pelo Estado.

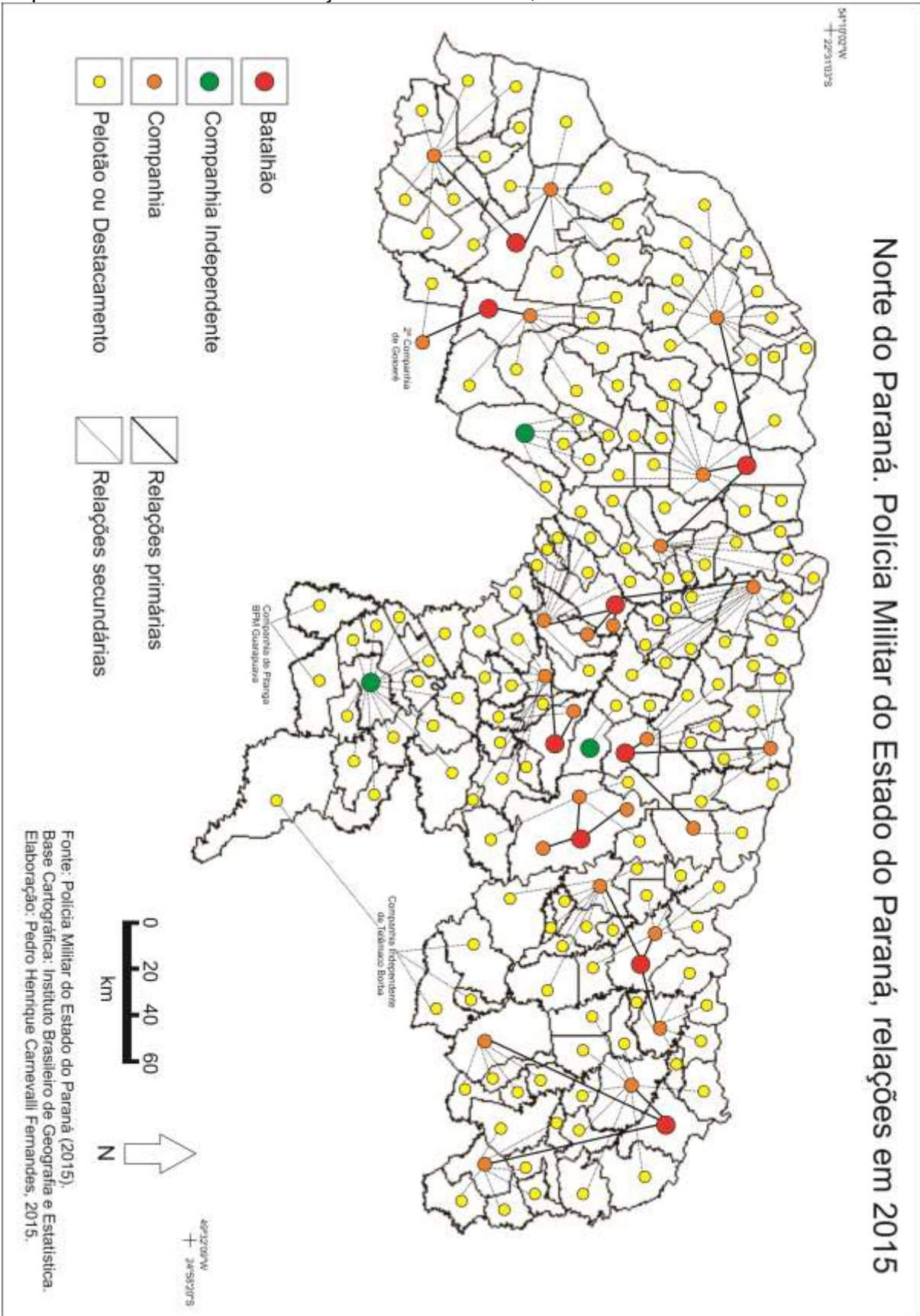
Em área de atuação, o destaque negativo fica com o BPM de Paranavaí, responsável por atender 34 municípios (PMPR, 2015), totalizando 302.892 habitantes, dos quais 26,9% residem em Paranavaí (IBGE, 2010). A distância entre Paranavaí e sete municípios (20,6% do total de municípios atendidos pelo BPM) é superior a cem quilômetros, chegando a 130 quilômetros até Querência do Norte, de 11.729 habitantes (IBGE, 2010), a mais distante da sede. Por sinal, Querência do Norte é a quarta da Mesorregião Noroeste do Paraná e a décima segunda do Norte do Paraná em taxas de homicídios. Nesse caso, a insuficiência do serviço pode ser a razão para a referida taxa no município. Logo, é evidente que o BPM de Paranavaí precisa de um novo arranjo que vise melhor proteção dos habitantes da área de atuação.

Mapa 18. Norte do Paraná. Polícia Militar, 2015



Fonte: Adaptado de PMPR (2015)

Mapa 19. Norte do Paraná. Relação da Polícia Militar, 2015



Fonte: Adaptado de PMPR (2015)

Tabela 10. Norte do Paraná. Polícia Militar por área de atuação, número de municípios, população total e proporção de população no município sede, 2015

Polícia Militar	Número de municípios	População total	Proporção de população no município sede
BPM Apucarana	12	205.909	58,7%
BPM Cornélio Procópio	21	228.893	20,5%
BPM Cruzeiro do Oeste ¹	09	87.549	14,9%
BPM Jacarezinho	22	288.379	13,6%
BPM Londrina	04	663.894	76,3%
BPM Maringá	24	680.326	52,5%
BPM Paranavaí	34	302.892	26,9%
BPM Rolândia	15	179.144	32,3%
BPM Umuarama	17	233.843	43,1%
CIPM Arapongas	02	110.246	94,5%
CIPM Cianorte ²	06	96.863	62,1%
CIPM Ivaiporã	14	117.614	27,1%

Nota 1: Considerando os municípios que pertencem a outras regiões, a área de atuação sobe para 13 municípios e 136.876 habitantes.

Nota 2: Considerando Terra Boa, que não pertence à região, a área de atuação atinge sete municípios e 112.639 habitantes.

Fontes: IBGE (2010) e PMPR (2015)

Todos os batalhões são responsáveis, no mínimo, por duzentas mil pessoas, com exceção de Cruzeiro do Oeste e Rolândia. No caso do BPM de Rolândia, isso não o exime de algumas situações paradoxais, como os municípios de Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso e Sertanópolis estarem mais próximos de Londrina (batalhão) e Cambé (companhia), que possuem melhores condições de atendimento. Nesse caso, o município de Sertanópolis possui a oitava pior taxa de homicídios da Mesorregião Norte Central e está entre as vinte mais altas da região Norte do Paraná.

Na metade das regiões de atuação, menos de um terço da população da área de cobertura do batalhão ou da companhia reside no município sede, gerando, por conseguinte, a necessidade de deslocamento para os atendimentos prestados em outras localidades. Nesse contexto, os casos do BPM de Jacarezinho e do BPM de Cornélio Procópio são os mais preocupantes, especialmente por estarem em uma região com poucas rodovias duplicadas e considerada área de declividade no terreno, o que estende o tempo das viagens. Um sinal de alerta aparece nos quatro municípios, entre os 15 com maiores taxas de homicídios da região Norte do Paraná, que estão nas áreas de cobertura desses dois batalhões e representam quase 10% do total de municípios da Mesorregião Norte Pioneiro paranaense.

É possível constatar que seis municípios da região Norte do Paraná são atendidos por corporações de outras regiões do Estado: Manoel Ribas, de 13.169

habitantes (IBGE, 2010), e Nova Tebas, de 7.398 habitantes (IBGE, 2010), pertencem à 3ª Companhia de Pitanga e, por conseguinte, ao BPM de Guarapuava; e Cândido de Abreu, de 16.655 habitantes (IBGE, 2010), Curiúva, de 13.923 habitantes (IBGE, 2010), Figueira, de 8.293 habitantes (IBGE, 2010), e Sapopema, de 6.736 habitantes (IBGE, 2010), fazem parte da 3ª Companhia Independente de Telêmaco Borba. As duas organizações são desastrosas para as sociedades locais, como no assalto com reféns em Curiúva, apresentado há pouco, em que, enquanto a polícia se deslocava de Telêmaco Borba para Curiúva, os bandidos assaltaram o banco, amedrontaram a população, roubaram um caminhão e “fecharam” a rodovia com ele, assaltaram uma pequena indústria na área rural e fugiram.

Embora os municípios de Manoel Ribas e Nova Tebas estejam a menos de cinquenta quilômetros de Pitanga, eles estão a mais de 125 quilômetros de Guarapuava, sede do batalhão, responsável pelo efetivo atendimento; Ivaiporã está a 42 quilômetros de Manoel Ribas e 81 quilômetros de Nova Tebas e poderia, na condição de Companhia Independente, auxiliar de maneira mais rápida e eficiente. Além disso, politicamente, os dois municípios pertencem à Microrregião de Ivaiporã. No caso de Nova Tebas, outra possibilidade poderia ser o BPM de Campo Mourão, a 77 quilômetros. Talvez isso corrobore o fato de Manoel Ribas e Nova Tebas estarem entre os 15 municípios com as maiores taxas de homicídios da região.

É, para agravar ainda mais a situação, a condição dos veículos, indispensáveis para os deslocamentos de atendimento, do BPM de Guarapuava, em agosto de 2015: 46% dos veículos quebrados, sendo que desses, 78% encontravam-se parados no batalhão aguardando autorização e orçamento para envio ao conserto (PORTAL G1/PR, 2015a). Por causa do impasse, o atendimento ainda continua prejudicado em Guarapuava e na região de cobertura:

Um policial, que não quis ser identificado, afirmou que (...): “O atendente do 190 recebe a ligação e vai ter que priorizar o atendimento, se é de extrema urgência ou se pode aguardar. Infelizmente, às vezes, a tela do computador está cheia de ocorrência e tem três viaturas ou duas viaturas para atender” (PORTAL G1/PR, s. p., 2015a).

No caso de Cândido de Abreu, o município está a 130 quilômetros de distância de Telêmaco Borba, sendo que Ivaiporã, que está metade da distância, poderia prestar o atendimento. No caso da CIPM de Telêmaco Borba, o pertencimento de

Sapopema, Figueira e Curiúva à Companhia pode ser questionado, já que esses municípios estão mais próximos de Ibaiti, sede da 3ª Companhia do BPM de Jacarezinho, ao qual também se vinculam politicamente. No caso de Figueira, o município tem de esperar o atendimento se deslocar de Telêmaco Borba, a 75 quilômetros, ao invés de Ibaiti, a 28 quilômetros. Essa situação pode justificar o fato de os três municípios possuírem taxas de homicídios alarmantes, concernindo as cinquenta maiores taxas entre todos os municípios da região Norte do Paraná.

Em outros batalhões, também, existem situações inquietantes. No BPM de Cornélio Procópio, os municípios de Andirá, de 20.610 habitantes (IBGE, 2010), e Barra do Jacaré, de 2.727 habitantes (IBGE, 2010), aguardariam metade do tempo se dependessem de Jacarezinho em relação a Cornélio Procópio. Andirá é o quinto com maior taxa de homicídio da Mesorregião Norte Pioneiro. O BPM de Jacarezinho tem toda a sua área de atuação Sul com municípios a mais de sessenta minutos de distância, estando alguns, como Pinhalão, de 6.215 habitantes (IBGE, 2010), e São José da Boa Vista, de 6.511 habitantes (IBGE, 2010), a aproximadamente duas horas de viagem de Jacarezinho. Portanto, há evidências da necessidade de repensar essas áreas de atuação, pois eles lidam com ocorrências em que o tempo de chegada é fator significativo.

Acerca da localização das corporações e das relações entre elas, algumas situações demonstram a limitação da instituição na hora de planejar a espacialização. As relações secundárias no BPM de Paranavaí colocam municípios em áreas de cobertura de companhias mais distantes, enquanto existem outras mais próximas. Os casos de Jardim Olinda, de 1.409 habitantes (IBGE, 2010), Paranapoema, de 2.791 habitantes (IBGE, 2010), e Paranacity, de 10.250 habitantes (IBGE, 2010), são incompreensíveis, já que dependem de Nova Esperança, de 26.615 habitantes (IBGE, 2010), enquanto Colorado, de 22.345 habitantes (IBGE, 2010), está muito mais perto. Na realidade, Colorado deveria se tornar uma Companhia Independente e cobrir o extremo Norte da região.

No BPM de Maringá, a organização é confusa e as companhias de Maringá, Colorado, Marialva e Sarandi precisariam ser revistas. A área de cobertura de Marialva, de 31.959 habitantes (IBGE, 2010), subestima a lógica, visto que alcança municípios como São Jorge do Ivaí, de 5.517 habitantes (IBGE, 2010), e Doutor Camargo, de 5.828 habitantes (IBGE, 2010), que estão a mais de sessenta quilômetros no sentido oposto. Assim, a Companhia deveria ser em Paiçandu, de

35.936 habitantes (IBGE, 2010). Os municípios de Astorga, de 24.698 habitantes (IBGE, 2010), e Munhoz de Melo, de 3.672 habitantes (IBGE, 2010), igualmente, estão mais próximo de Marialva e, mesmo assim, dependem de Colorado.

Apesar de situações semelhantes nos BPM de Rolândia, Cornélio Procópio e Jacarezinho, as maiores contradições ocorrem no BPM de Apucarana. Os municípios a Sudeste de Apucarana e, portanto, mais próximos dela, dependem da companhia de Jandaia do Sul, de 20.269 habitantes (IBGE, 2010), a Sudoeste. Ou seja, saem de Jandaia do Sul e passam por Apucarana antes de chegar a esses municípios. Eles poderiam compor uma nova companhia, em Marilândia do Sul, de 8.863 habitantes (IBGE, 2010), ou serem atendidos pela própria companhia de Apucarana.

A partir do exposto, é imprescindível transitar pelo efetivo da PMPR e, dentro das informações disponibilizadas, das condições de infraestrutura. Infelizmente, o Governo do Paraná não cumpre com a Lei da Transparência na divulgação das informações públicas sobre o efetivo e a estrutura física das unidades militares. Por isso, as informações apresentadas têm origem em pesquisas do IBGE, de jornais e portais da internet e dos dois batalhões que disponibilizaram os números.

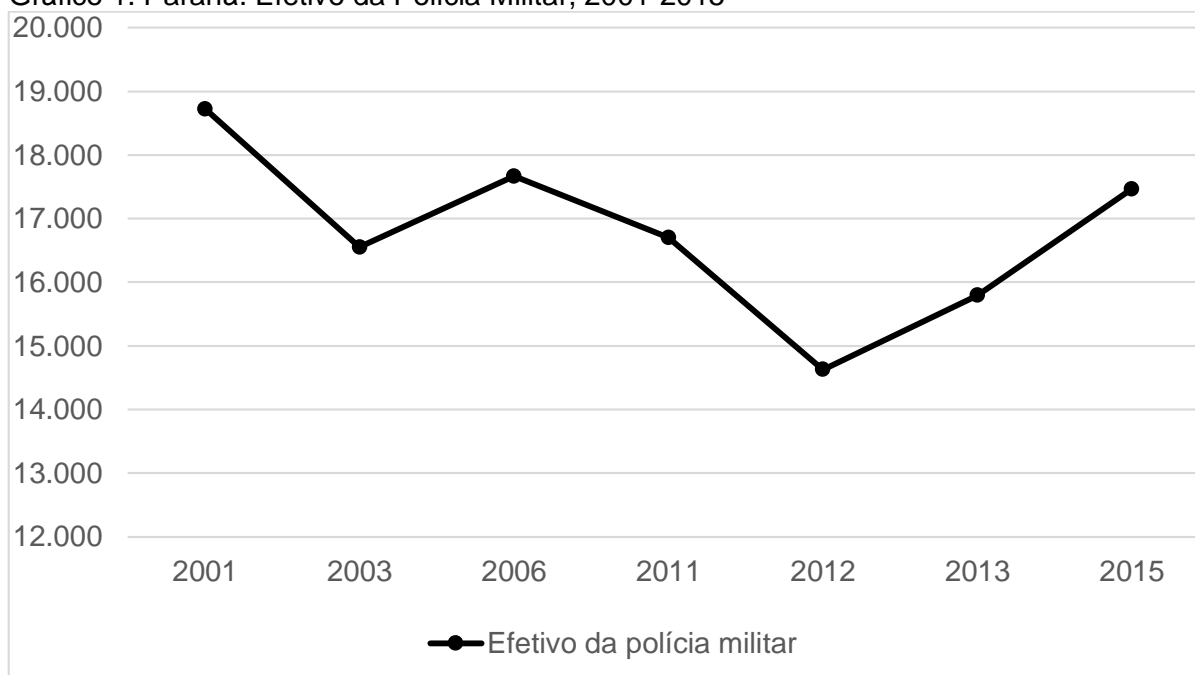
O Paraná tem um dos piores efetivos de Polícia Militar do Brasil, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), divulgada pelo IBGE (2015). De acordo com o levantamento, o efetivo era de 17.465 policiais militares, o que representa um PM para cada 630 habitantes, a segunda pior proporção no País, à frente do Maranhão. Vale considerar que a ONU recomenda, como ideal para a segurança da sociedade, um policial para cada grupo de 250 habitantes. No caso paranaense, o valor de 2015 era 150% pior do que o recomendado. Além disso, é uma corporação com grande desigualdade de gênero, já que é composta por 90% de policiais declarantes do gênero masculinos (IBGE, 2015).

De acordo com Aníbal (2015), nos últimos 14 anos, o efetivo de policiais do Estado do Paraná não aumentou na mesma proporção da população estadual e isso, portanto, ajudou na explosão da criminalidade, especialmente roubos (aumento de quase 200%) e homicídios (aumento de quase 33%). Ainda segundo o autor, o *deficit* de efetivo policial ajuda a entender a dinâmica da segurança pública no Estado, como constatou, ao entrevistar três policiais militares, que precisam, diariamente, escolher quais casos vão atender. O relato anônimo do sargento de uma corporação da Mesorregião Noroeste do Paraná ao repórter é desesperador para a população local e regional:

A gente não consegue estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. Então escolhemos que ocorrência vamos atender. É ruim falar isso, mas está tudo largado. (...). Se saio para atender, o posto fica fechado. É que o pessoal já sabe, senão daria com a cara na porta se fosse procurar atendimento no local (ANÍBAL, 2015, s. p.).

No entanto, o problema é histórico. Embora o Governo do Paraná não divulgue os números, pesquisas em diferentes jornais mostram que, desde o início do atual século, o efetivo paranaense continua sendo insuficiente. O Gráfico 1 apresenta a “evolução” do quadro efetivo de policiais militares no Paraná, entre 2001 e 2015.

Gráfico 1. Paraná. Efetivo da Polícia Militar, 2001-2015



Fonte: Musumeci e Soares (2004), Silva (2009), Nórcio (2011), Prates (2012), Ribeiro (2013), Aníbal (2015) e IBGE (2015)

Em 2001, o valor do efetivo de policiais militares no Paraná era de 18.724 (ANÍBAL, 2015), o mais alto do século XXI. O patamar mínimo atingido foi em 2012, quando a corporação possuía 14.626 militares, defasagem de 22%. Embora tenha ocorrido uma leve melhora, os dados mais atuais mostram um efetivo quase 10% inferior ao do início do século. Em 2014, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou o Projeto de Lei nº 314/14, do Poder Executivo, que fixou o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 27.329 militares. Apesar disso, fica evidente a camuflagem orçamentária, já que até o início de 2017 o valor real era quase 40% menor do que a previsão. Além do debate do efetivo, pesquisas retratam uma péssima distribuição, com poucos municípios com efetivo suficiente e a maioria com contingentes mínimos.

Apenas três BPM disponibilizam informações sobre o efetivo policial, segundo PMPR (2015): (i) BPM de Londrina: são 850 policiais para atender quatro municípios e 663.894 habitantes, ou seja, um policial para cada 781 moradores; (ii) BPM de Cruzeiro do Oeste: 189 militares para atender 13 municípios e população de 136.876 habitantes, logo, um policial militar para cada 724 moradores; e (iii) BPM de Cornélio Procopio: conta com 330 policiais militares para atender 21 municípios e 228.893 habitantes, gerando uma média de um policial para cada 694 habitantes;

A partir de informações de Anielli (2015), chegou-se aos dados de outras duas corporações: (i) BPM de Apucarana: possui 333 policiais para atender 12 municípios e 205.909 habitantes, ou seja, um policial para cada 618 moradores; e (ii) CIPM de Ivaiporã: conta com 142 policiais militares para 14 municípios e população total de 117.614 pessoas, gerando, assim, uma média de 828 habitantes por policial. As demais corporações, Arapongas, Cianorte, Jacarezinho, Maringá, Paranavaí, Rolândia e Umuarama não disponibilizaram os dados.

A percepção negativa da população sobre a Polícia Militar e a maneira como atua têm “raízes profundas na história nacional (...). As polícias brasileiras nasceram distantes do que atualmente se pode considerar como a função policial na preservação da segurança pública” (SALES; ALENCAR; FEITOSA, 2009, p. 283). Assim, voltadas, em grande medida, ao modelo bélico destinado à atuação em conflitos armados, as polícias espelhavam as necessidades de estruturas sociais violentas, desiguais e autoritárias (SALES; ALENCAR; FEITOSA, 2009). Portanto, diante desse cenário, uma proposta, ainda que hipotética e até um tanto utópica, é a transfiguração do modelo militar de policiamento para a base comunitária e cidadã.

O policiamento comunitário é uma filosofia de policiamento que ganhou (...) quando as organizações policiais em diversos países (...) começaram a promover uma série de inovações na sua estrutura e funcionamento e na forma de lidar com o problema da criminalidade. Em países diferentes, as organizações policiais promoveram experiências e inovações com características diferentes. (MESQUITA NETO, 2004, p. 103).

O Japão é um dos berços do policiamento comunitário, sendo o seu sistema de policiamento não militarizado e com uma ampla rede de 15 mil postos policiais (PMSP, 2015). A principal atividade do policial japonês “é o patrulhamento preventivo, normalmente a pé ou em bicicletas, visitando famílias, comerciantes, diretores de

escolas, enfim, completamente integrado a uma pequena comunidade” (PMSP, 2015, p. 4). A consequência desse modelo é o baixo índice de criminalidade e o reconhecimento da sociedade local e mundial, até mesmo com exportação dessa experiência para países como Estados Unidos da América e Canadá.

Nos Estados Unidos da América, o policiamento comunitário começou na terceira fase do policiamento estadunidense, na década de 1960, pela chamada resolução de problemas com a comunidade (PMSP, 2015). Esse movimento surgiu após “a crise do modelo da reforma, onde a polícia foi questionada sobre a sua limitação no controle do crime. Na etapa anterior a polícia era voltada à repressão” (PMSP, 2015, p. 3).

O contexto canadense foi semelhante: após descontentamento com o modelo de policiamento tradicional, a proposta do novo modelo pregava “que era imprescindível a participação e o envolvimento dos policiais na definição de missões e a parceria com a comunidade” (PMSP, 2015, p. 4). O resultado foi positivo e a polícia comunitária teve uma forte aceitação, grande participação da população e diminuição da criminalidade (PMSP, 2015).

Assim, a polícia comunitária é uma filosofia e estratégia, em parceria entre a população e a polícia, que “baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos (...), com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área” (PMSP, 2015, p. 11). Além disso, exige novas iniciativas preventivas, visando à resolução de problemas antes que ocorram ou tornem-se graves. (PMSP, 2015).

É preciso deixar claro que "Polícia Comunitária" não tem o sentido de ASSISTÊNCIA POLICIAL, mas sim o de PARTICIPAÇÃO SOCIAL. Nessa condição entendemos que todas as forças vivas da comunidade devem assumir um papel relevante na sua própria segurança e nos serviços ligados ao bem comum. (PMSP, 2015, p. 10).

Por isso, quatro inovações são consideradas essenciais no policiamento comunitário: (i) a organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade; (ii) a reorientação das atividades de policiamento para enfatizar os serviços não emergenciais e para organizar e mobilizar a comunidade para participar da prevenção do crime; (iii) descentralização do comando da polícia por áreas; e (iv) participação de

peças civis, não policiais, no planejamento, execução, monitoramento e/ ou avaliação das atividades de policiamento (MESQUITA NETO, 2004).

O conceito revela, ainda, a consciência de que a construção de uma relação sólida com a sociedade pressupõe um empenho da polícia em adequar as suas estratégias e prioridades às expectativas e necessidades locais. Se não houver uma disposição da polícia de, pelo menos, admitir a influência do público sobre suas operações, o policiamento comunitário será percebido como um mero trabalho de *relações públicas* e a distância entre a polícia e a comunidade será cada vez maior. (ARAÚJO; BRAGA, 2008, p. 107-108).

Nesse sentido, o Quadro 19 apresenta as principais diferenças entre a polícia tradicional e a polícia comunitária.

Quadro 19. Diferenças entre a polícia tradicional e a polícia comunitária

Polícia Tradicional	Polícia Comunitária
Agência governamental	É o público e o público é a polícia
Seu papel é preocupar-se com a resolução do crime	Seu papel é dar um enfoque mais amplo visando à resolução de problemas, principalmente por meio da prevenção
Ocupa-se mais com os incidentes	Ocupa-se mais com os problemas e as preocupações dos cidadãos
O que determina a eficiência é o tempo de resposta	O que determinar a eficiência é o apoio e a cooperação da comunidade
O profissionalismo policial se caracteriza pelas respostas rápidas aos crimes	O profissionalismo policial se caracteriza pelo relacionamento com a comunidade
O policial é o do serviço	O policial é da área de atuação
Prestação de contas somente ao superior	Prestação de contas ao superior e à comunidade
Emprego da força como técnica de resolução de problemas	Emprego da energia e eficiência, dentro da lei, na solução dos problemas
O policial trabalha voltado unicamente para a marginalidade de sua área, que representa no máximo 2% da população residente ali onde “todos são inimigos, marginais ou paisano folgado, até prova em contrário”	O policial trabalha voltado para os 98% da população de sua área, que são pessoas de bem e trabalhadoras

Fonte: Adaptado de PMSP (2015)

No Brasil, alguns Estados já iniciaram estratégias e ações de polícia comunitária, como o Amapá, Ceará e São Paulo (SALES; ALENCAR; FEITOSA, 2009). Em Minas Gerais, um projeto da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) financiou pesquisa sobre a implementação da doutrina de polícia comunitária nas instituições policiais de Belo Horizonte (ARAÚJO; BRAGA, 2008).

Porém, são situações pontuais que, por estarem vinculadas e organizadas pelas respectivas polícias militares, acabam diluídas e com efeitos distantes dos idealizados pela filosofia da proposta.

3.3.2 Bombeiro Militar e Bombeiro Comunitário

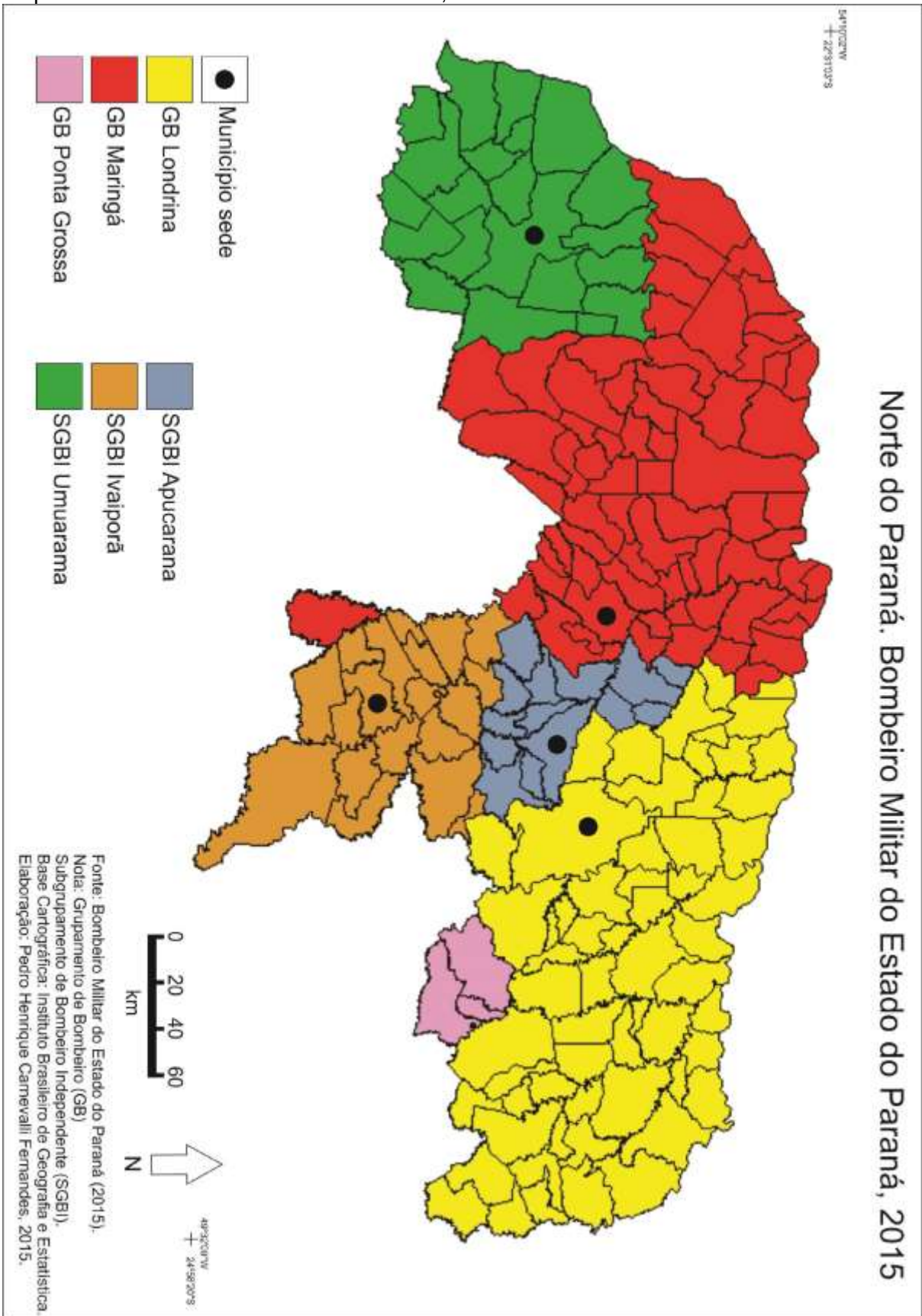
O Comando do Corpo de Bombeiro pertence ao Subcomando Geral da Polícia Militar e subdivide-se, segundo CBPR (2015), em Grupamentos de Bombeiros (GB), Subgrupamento de Bombeiros Independente (SGBI), Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (Siate) e Grupo de Operações de Socorro Tático (Gost). Atualmente, são nove grupamentos e seis subgrupamentos independentes no Estado do Paraná (CBPR, 2015).

O Corpo de Bombeiros no Paraná surgiu, em 1882, como uma organização social voluntária que prestava serviço contra incêndios (CBPR, 2015). Em 1938 passou à administração do Estado e foi incorporado, efetivamente, ao comando da Polícia Militar; finalmente, em 1953, atingiu a conotação atual (CBPR, 2015). Em 2015, possuía um efetivo de 3.126 bombeiros (apenas 4% do gênero feminino) e aproximadamente 800 viaturas (CBPR, 2015).

Esse contingente representava menos de um terço da real necessidade do Estado, seguindo os padrões internacionais que recomendam, em média, um bombeiro para cada mil habitantes. Além disso, aconselha-se um atendimento, internacionalmente reconhecido como “tempo de resposta” e entendido como a duração entre a chamada e o atendimento no local, que deve demorar, no máximo, cinco minutos (PORTAL PARANÁ *ONLINE*, 2014).

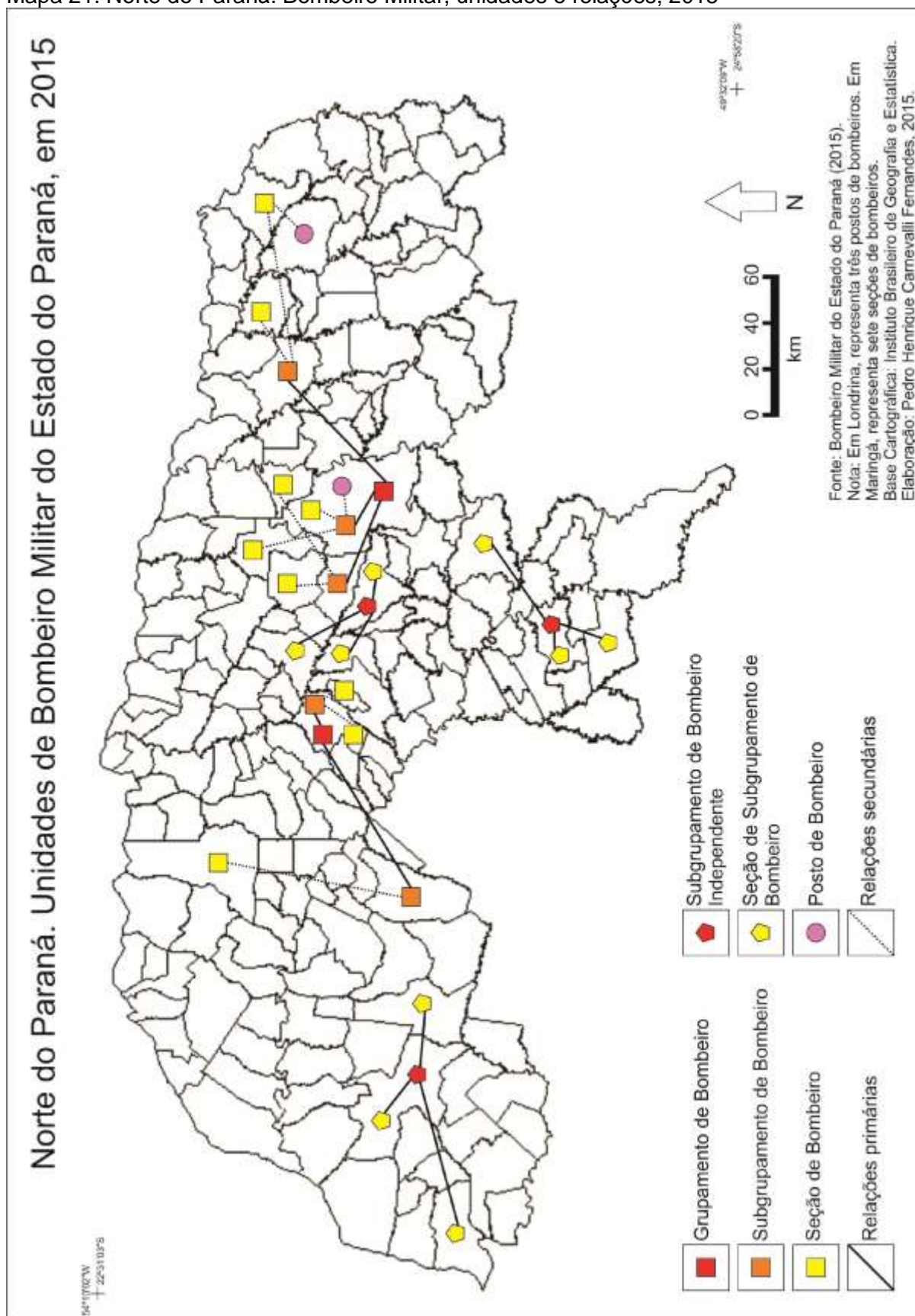
No Norte do Paraná, existe uma evidente insuficiência dos serviços de bombeiros, especialmente no tempo de resposta, já que são apenas dois grupamentos (22% do total do Estado) e três subgrupamentos independentes (50% do total) de bombeiros militares, gerando extensas áreas de cobertura. Para entender esse serviço de segurança, apresenta-se o Mapa 20 acerca das áreas de atuação dos bombeiros militares no Norte do Estado do Paraná, em 2015; o Mapa 21 que especializa a localização das unidades de bombeiro e suas relações hierarquizadas no atendimento no Norte do Paraná, em 2015; e a Tabela 11 que demonstra os municípios e as populações atendidas, além da proporção de habitantes no município sede do grupamento ou subgrupamento, em 2015, no Norte do Estado do Paraná.

Mapa 20. Norte do Paraná. Bombeiro Militar, 2015



Fonte: Adaptado de CBPR (2015)

Mapa 21. Norte do Paraná. Bombeiro Militar, unidades e relações, 2015



Fonte: Adaptado de CBPR (2015)

Tabela 11. Norte do Paraná. Bombeiro Militar por área de atuação, número de municípios, população total e proporção de população no município sede, 2015

Bombeiro Militar	Número de municípios	População total	Proporção de população no município sede
GB Londrina	61	1.458.951	34,7%
GB Maringá ¹	68	1.074.716	18,0%
SGBI Apucarana	14	252.616	47,9%
SGBI Ivaiporã	19	170.666	18,6%
SGBI Umuarama	21	275.822	36,5%

Nota 1: Considerando municípios de outras regiões, a área de atuação chega a 95 municípios e mais de dois milhões de habitantes

Fontes: IBGE (2010) e CBPR (2015)

O GB de Maringá é responsável por 95 municípios no total, sendo 68 (71,6%) deles na região Norte do Paraná. Logo, sua atuação extrapola a própria regionalização política do Estado. A área de cobertura ultrapassa dois milhões de habitantes, sendo metade disso no Norte do Estado, na qual a maioria (82%) reside fora do município sede do grupamento. Comparando com a Polícia Militar, a área de cobertura dos bombeiros militares de Maringá corresponde à soma das áreas de atuação do BPM de Paranavaí, BPM de Maringá (menos Astorga, Munhoz de Melo e Mandaguari), BPM de Cruzeiro do Oeste (menos os municípios de Cruzeiro do Oeste, Mariluz, Nova Olimpia e Tapira), CIPM de Cianorte e mais os municípios de Cafeara e Nova Tebas. Esse último, por sinal, é completamente desvinculado de Maringá em todos os demais serviços de segurança.

Já o GB de Londrina é responsável por 61 municípios e quase 1,5 milhão de habitantes, correspondendo às áreas de atuação do BPM de Jacarezinho, BPM de Cornélio Procópio, BPM de Londrina, BPM de Rolândia (menos Pitangueiras e Cafeara) e mais o município de Arapongas.

Esses exemplos demonstram uma incoerência do Governo do Estado do Paraná na organização, já que, em alguns municípios, policiais e bombeiros, ambos militares e subordinados à mesma instituição, são hierarquizados diferentemente e acabam por prejudicar ainda mais o atendimento à população. Portanto, tais reflexões dialogam com as críticas às hierarquizações como justificativas para esse modelo militarizado e insuficiente para garantir a segurança pública dos paranaenses.

Embora os subgrupamentos possuam situações melhores quanto às áreas de cobertura, como em Apucarana, eles sofrem mais com a ausência ou insuficiência de infraestrutura e efetivo, como Ivaiporã e Umuarama, que foram criadas nos últimos anos a partir de antigos subgrupamentos e/ou bombeiros comunitários e vivem com a

promessa de instalação adequada de infraestrutura. Em ambas as áreas de atuação, existem municípios atendidos por policiais e bombeiros militares de corporações diferentes, como Cândido de Abreu, Cruzeiro do Oeste, Kaloré, Mariluz, Mauá da Serra, Nova Olímpia, São Pedro do Ivaí e Tapira.

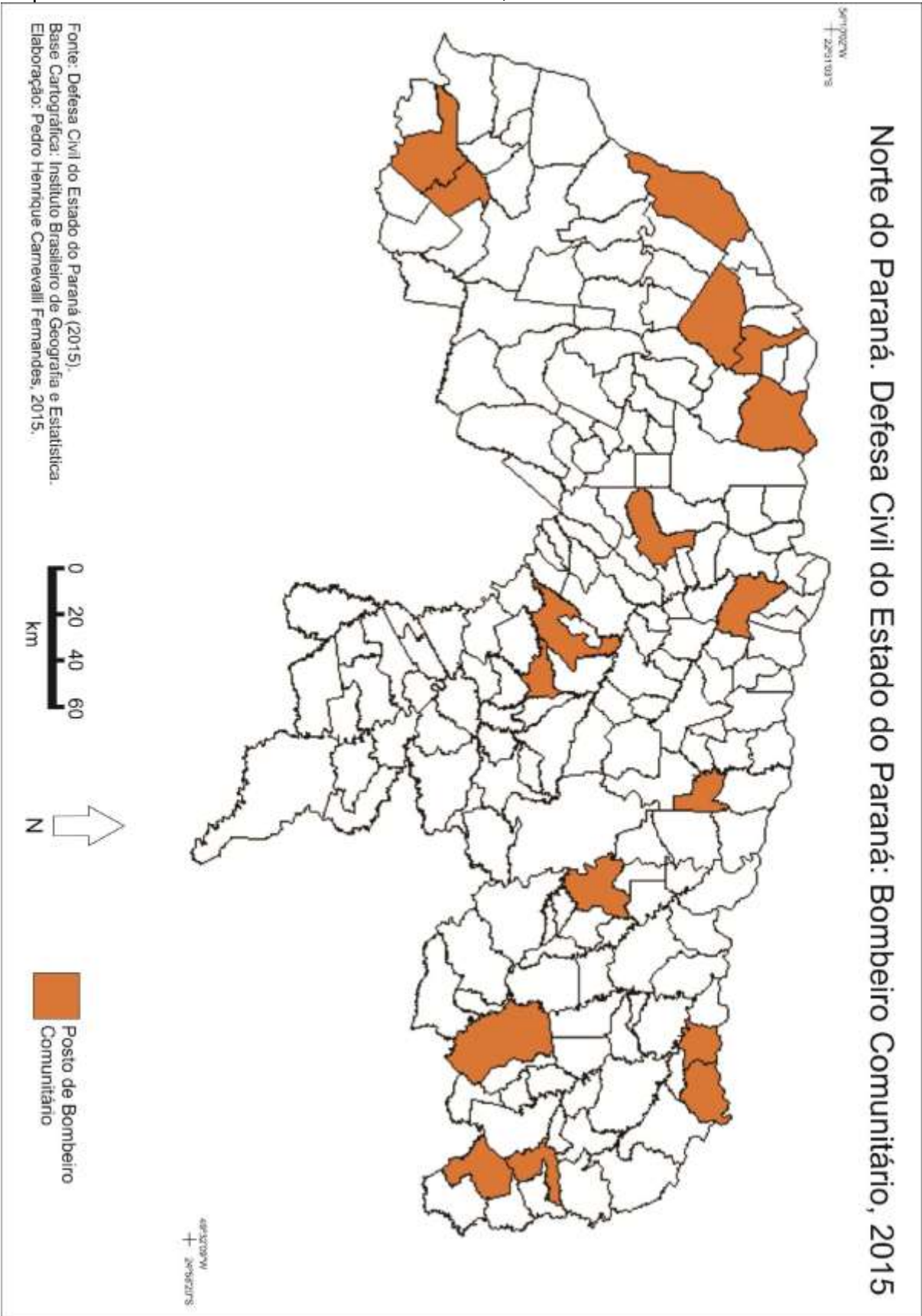
Uma solução para a ineficiência do Estado e para a desmilitarização dos bombeiros é o Corpo de Bombeiros Comunitário. O programa foi criado pela Defesa Civil, em 2006, resultando de parcerias entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios, sendo a coordenação geral do programa de competência da Defesa Civil e não da Polícia Militar (DEFESA CIVIL, 2016).

Os bombeiros comunitários já estão presentes em 73 municípios paranaenses, atendendo quase 20% da população total. Na região Norte do Estado, existiam, em 2015, 17 unidades (23,3% do total), espacializadas no Mapa 22, nos municípios de Andirá, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cafezal do Sul, Cambará, Colorado, Ibaiti, Iporã, Jandaia do Sul, Loanda, Marialva, Nova Esperança, Nova Londrina, Querência do Norte, Siqueira Campos, Terra Rica e Wenceslau Braz.

Segundo a Defesa Civil (2016), o Estado disponibiliza uma viatura para as ações de defesa civil equipada com materiais básicos de combate a incêndio e radiocomunicação, treinamento e qualificação periódica dos agentes de defesa civil e disponibilização de financiamento para a construção do Posto de Bombeiro Comunitário (PBC). Já o município cede uma área centralizada para a construção do PBC, contrata um efetivo mínimo de dez funcionários que, após selecionados, treinados e qualificados, são declarados Agentes de Defesa Civil, e, por fim, arca com as despesas trabalhistas e de custeio, como água, luz, telefone, mobiliário e manutenção do posto e da viatura (DEFESA CIVIL, 2016). O PBC pode se estabelecer em modelos de consórcios intermunicipais (DEFESA CIVIL, 2016).

No Norte do Estado do Paraná, todas os municípios que possuem bombeiros comunitários são polarizados por pequenas cidades, sendo que quatro têm menos de 15 mil habitantes: Cafezal do Sul, Iporã, Nova Londrina e Querência do Norte. O município de Marialva é, demograficamente, o maior, com 31.959 habitantes (IBGE, 2010). Até 2015, nenhum deles operava em sistema de consórcio intermunicipal, segundo a OCPF (2016). Sobre isso, os PBC de Cafezal do Sul, de 4.290 habitantes (IBGE, 2010), e de Iporã, de 14.981 habitantes (IBGE, 2010), estão separados por 25 quilômetros e, nesse caso, ambos poderiam ter projetado um consórcio intermunicipal, evidenciando que a instalação de alguns postos são estratégias políticas.

Mapa 22. Norte do Paraná. Bombeiro Comunitário, 2015



Fonte: Adaptado da Defesa Civil (2016)

3.3.3 Polícia Civil

A Polícia Civil do Estado do Paraná (PCPR) é um órgão público de segurança com a incumbência pela “preservação da ordem pública e o exercício da Polícia Judiciária, Administrativa e de Segurança, com a prevenção, repressão e apuração das infrações penais e atos anti-sociais” (PARANÁ, 1982, p. 1), além de “prestar a Justiça e órgãos competentes, sua colaboração técnica e científica” (PCPR, 1978, p. 1). Ela é hierarquizada e subdivida em delegacias, divisões, núcleos e departamentos. O Quadro 20 apresenta as unidades de Polícia Civil do Estado do Paraná, em 2015.

Quadro 20. Paraná. Unidades de Polícia Civil, 2015

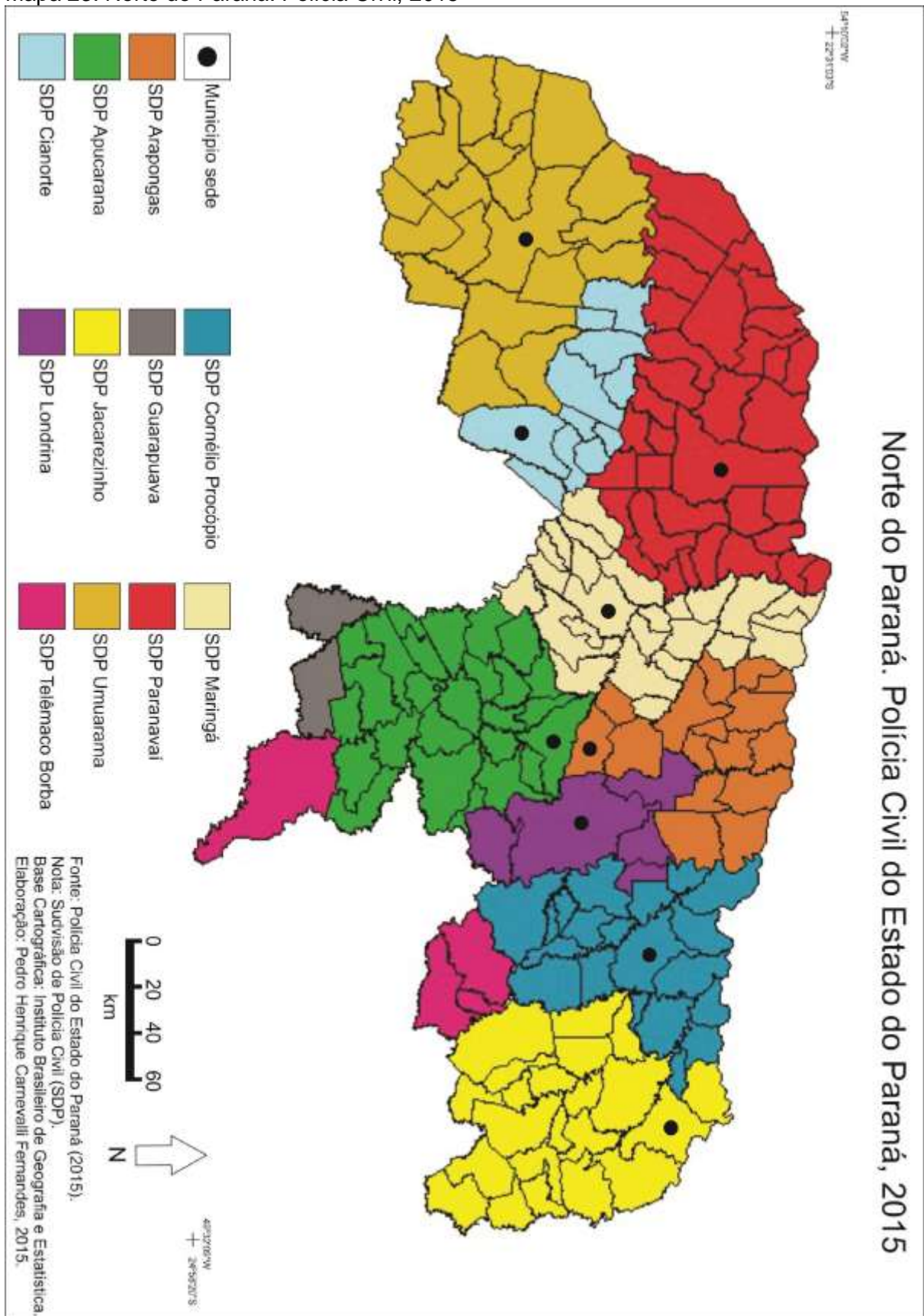
Centro de Operações Policiais Especiais (Cope)	Delegacias e Distritos da Capital
Corregedoria Geral	Divisão de Narcótico
Delegacia anti-tóxico	Divisão de Polícia do Interior
Delegacia da Mulher	Divisão de Polícia Metropolitana
Delegacia de Crime contra a Economia e proteção ao Consumidor (Delcon)	Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro
Delegacia de Estelionato	Núcleo de Combate aos Cibercrimes (Nuciber)
Delegacia de Explosivos, Armas e Munições (Deam)	Núcleo de Proteção à criança e ao adolescente vítimas de crimes (Nucриа)
Delegacia de Homicídios	Núcleo de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas (NRTID)
Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA)	Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride)
Delegacia do Adolescente	Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (Tigre)

Fonte: Adaptado de PCPR (2015)

Entre elas, 50% se concentram apenas na capital do Paraná, Curitiba: Cope, Deam, Delcon, DPMA, Nuciber, Sicride, Tigre, Delegacias e Distritos da Capital, Divisão de Polícia Metropolitana e Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro. Já a Divisão de Polícia do Interior é responsável pelas 22 Subdivisões Policiais (SDP), com sede nas maiores cidades, demograficamente, do interior.

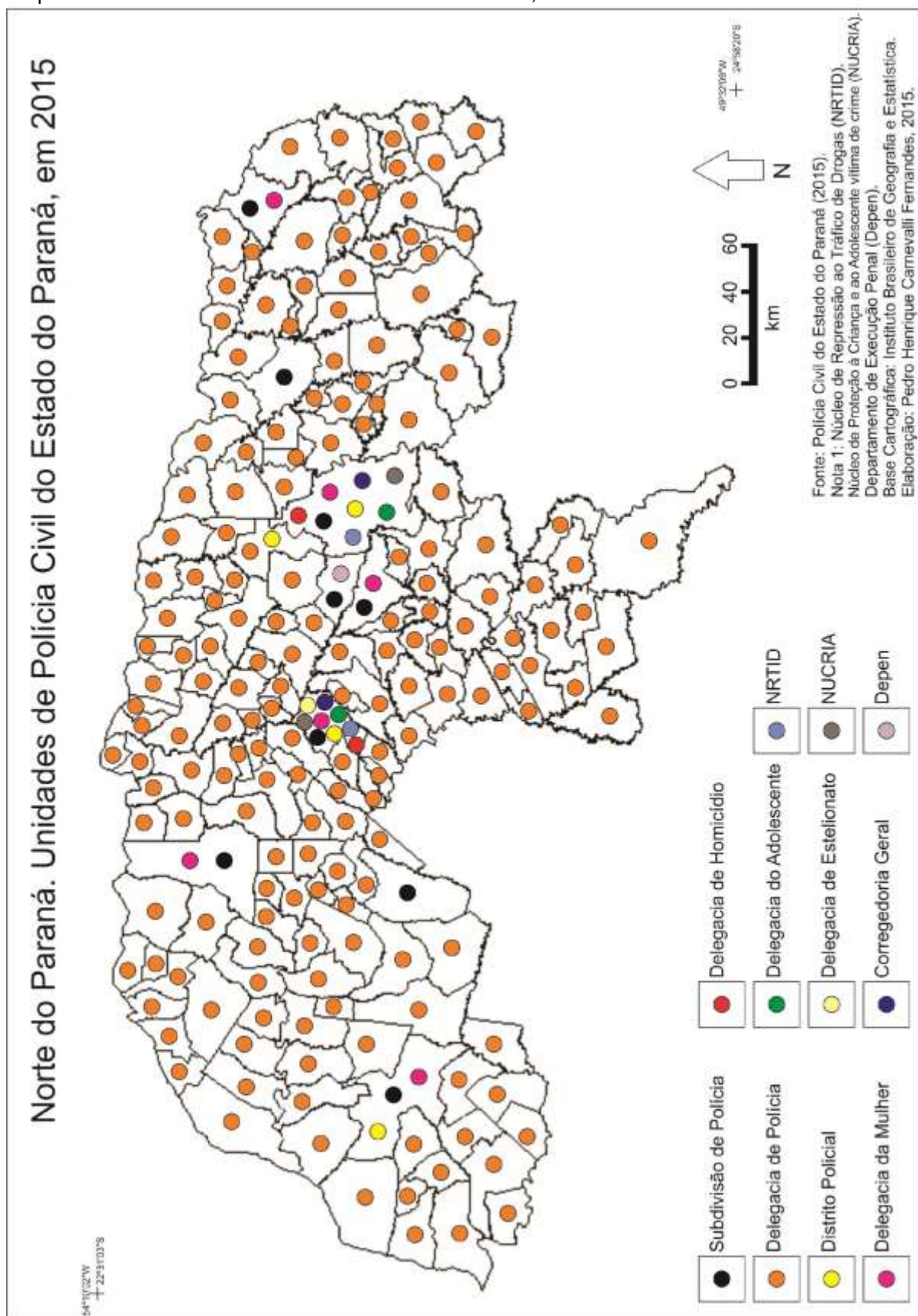
Para as reflexões sobre a Polícia Civil, o Mapa 23 apresenta as áreas de abrangências das SDP que atuam no Norte do Paraná, em 2015; o Mapa 24 destaca as unidades de Polícia Civil que têm representatividade no Norte do Paraná, em 2015; e a Tabela 12 retrata a Polícia Civil por área de atuação, número de municípios, população total e proporção de população na sede no Norte do Paraná, em 2015.

Mapa 23. Norte do Paraná. Polícia Civil, 2015



Fonte: Adaptado de PCPR (2015)

Mapa 24. Norte do Paraná. Unidades de Polícia Civil, 2015



Fonte: Adaptado de PCPR (2015)

Tabela 12. Norte do Paraná. Polícia civil por área de atuação, número de municípios, população total e proporção de população no município sede, 2015

Polícia Civil	Número de municípios	População total	Proporção de população no município sede
SDP Apucarana	26	323.523	37,4%
SDP Araçongas	16	286.576	36,3%
SDP Cianorte ¹	11	130.479	37,5%
SDP Cornélio Procópio	21	217.018	21,6%
SDP Jacarezinho	22	288.379	13,6%
SDP Londrina	05	675.769	75,0%
SDP Maringá	25	683.140	52,3%
SDP Paranavaí	34	302.892	26,9%
SDP Umuarama ²	21	287.776	31,8%

Nota 1: Fazem parte da área de atuação mais seis municípios, totalizando 17 e alcançando 186.709 habitantes atendidos

Nota 2: Inclui-se o município de Goioerê, atingindo, portanto, 316.794 habitantes atendidos.

Fontes: IBGE (2010) e PCPR (2015)

A divisão proposta pela PCPR possui poucas semelhanças e muitas divergências, algumas inexplicáveis, com a apresentada pelos policiais militares. Isso é prejudicial no modelo brasileiro de segurança pública, já que a Polícia Militar, responsável, entre outros órgãos, pelo atendimento das ocorrências e subordinada a um determinado batalhão, precisa recorrer a outro município para levar as situações ou os casos para a Polícia Civil.

Assim, não é exceção encontrar cidades pequenas sem o atendimento da Polícia Militar, enquanto os policiais estão em municípios vizinhos com presos, inquiridos, etc. nas delegacias de Polícia Civil e/ou nos fóruns. Em suma, o problema vai desde a estrutura física, organizacional até a humana.

As únicas áreas que são idênticas, ao comparar a Polícia Militar com a Polícia Civil, ocorrem nas regiões de Jacarezinho e de Paranavaí. Assim, embora existam problemas, como a extensão da responsabilidade populacional fora da sede de Jacarezinho e o número de municípios atendidos por Paranavaí, a “unificação militar-civil” na área de atuação acaba facilitando a segurança pública, desde o levantamento da ocorrência até a investigação policial.

As demais áreas de abrangência possuem divergências na comparação militar-civil. O município de Jataizinho, de 11.875 habitantes (IBGE, 2010), depende, ao mesmo tempo, do BPM de Cornélio Procópio e da SDP de Londrina. A mesma situação ocorre no município de Pitangueiras, de 2.814 moradores (IBGE, 2010), que é atendido pelo BPM de Rolândia e pela SDP de Maringá. As duas subdivisões mais

povoadas, Londrina e Maringá, apresentam, também, as maiores concentrações, superiores à metade, de população na sede da corporação.

A área de atuação da SDP de Arapongas corresponde à soma das áreas militares do BPM de Rolândia e da CIPM de Arapongas, menos Pitangueiras. Isso também ocorre com a SDP de Apucarana, que responde pelo BPM de Apucarana e pela CIPM de Ivaiporã, atingindo quase trinta municípios e mais de trezentos mil habitantes.

Já o BPM de Cruzeiro do Oeste vive uma situação paradoxal: a sua área de abrangência é fragmentada, passando quatro municípios (Cruzeiro do Oeste, Mariluz, Tapejara e Tuneiras do Oeste) para a atuação da SDP de Umuarama e cinco (Cidade Gaúcha, Guaporema, Nova Olímpia, Rondon e Tapira) para a SDP de Cianorte. Por isso, os militares de Cruzeiro do Oeste “devem se atentar” para não confundirem o destino das ocorrências levantadas.

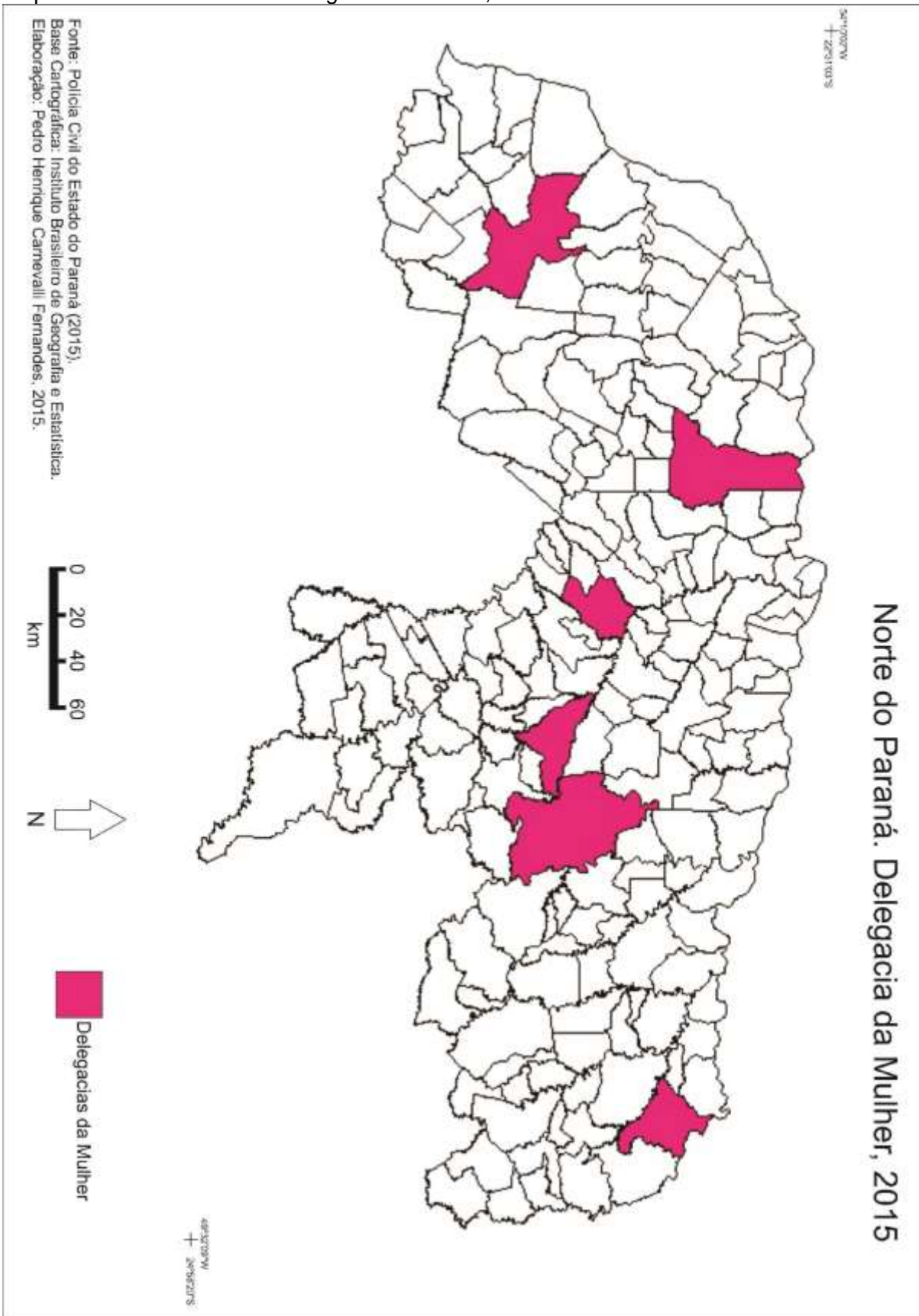
A espacialização das unidades da Polícia Civil mostra a conturbada situação de segurança enfrentada pelas cidades do Norte paranaense. Apenas dez municípios (5,4%) possuem unidades especializadas ou são sede de subdivisão da Polícia Civil. Já os demais 96,8% dos municípios têm apenas uma Delegacia de Polícia, o que necessariamente não significa que estejam funcionando ou com o serviço adequado.

Efetivamente, as unidades especializadas da Polícia Civil só aparecem em dois municípios (1,1% da região): Londrina e Maringá. Assim, as ocorrências que envolvem (ou deveriam envolver) a Delegacia de Homicídios, a Delegacia do Adolescente, a Corregedoria Geral, o NRTID e o Nucria em 184 municípios do Norte do Paraná, dependem de deslocamentos até as unidades de Londrina e/ou Maringá. No caso da Delegacia de Estelionato, a concentração é total em Maringá.

Logo, 73,5% dos habitantes do Norte do Paraná estão em condições precárias de assistência à segurança em praticamente todos os setores da Polícia Civil, demonstrando a incompetência do Estado em garantir segurança a partir de uma investigação adequada e justa dos casos, evitando, assim, prisões injustas e a impunidade.

A melhor situação das unidades especializadas, em 2015, ocorria na Delegacia da Mulher. No Norte do Paraná, como se apresenta no Mapa 25, existem delegacias da mulher em seis municípios (3,2%), Apucarana, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranavaí e Umuarama, abrangendo apenas 37% da população da região.

Mapa 25. Norte do Paraná. Delegacia da Mulher, 2015



Fonte: Adaptado de PCPR (2015)

Isso tem uma significância terrível no contexto social de gênero. A dificuldade das mulheres de 96,8% dos municípios da região vai além da violência doméstica: é igualmente ruim na busca por assistência e atendimento público de segurança. Quantas têm condições de se deslocar até os municípios que possuem a delegacia? Quantos destacamentos os batalhões de Polícia Militar têm condição de fazer para levar uma vítima até esses locais? E, depois de ir denunciar, ao retornar para seu município, qual é a segurança que essas mulheres têm? Não há a mínima condição física e social de isso ocorrer. É utópico acreditar que a Polícia Militar local vai prestar uma assistência adequada a uma mulher vítima de agressão.

Trata-se de um problema recorrente e grave. Segundo Brasil (2015b), só no primeiro semestre de 2015, foram mais de 32 mil ligações sobre violência contra a mulher no “Ligue 180”, o canal de disque-denúncia da Central de Atendimento à Mulher do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Isso gerou, em média, 179 relatos por dia ou uma denúncia a cada oito minutos. Ainda de acordo com o órgão, metade dos casos são agressões físicas, ou seja, aproximadamente a cada 15 minutos uma mulher é agredida fisicamente no Brasil. Diante desse diagnóstico, a chance de feminicídios no Brasil é de 31% dos casos relatados (BRASIL, 2015b). Em relação ao ano de 2014, os casos que mais cresceram, segundo o órgão, foram casos de cárcere privado (aumento de 146%) e estupro (elevação de 65%). Devido às subnotificações, a realidade deve ser pior.

Esses casos, realmente, vem aumentando. Segundo Waiselfisz (2015), a taxa de homicídios, em grupo de cem mil, contra as mulheres saltou de 2,3 (menor patamar), em 1980, para 4,8 em 2013 (aumento de 111,1%). Nos Estados, as maiores taxas de homicídios contra as mulheres, em 2013, foram em Roraima (15,3), Espírito Santo (9,3%) e Goiás (8,6%).

No Paraná, a taxa de homicídios contra mulheres cresceu, entre 2003 e 2013, 25%, atingindo, em 2013, 5,2 homicídios por cem mil mulheres, a pior taxa do Sul brasileiro (WEISELFISZ, 2015). Sendo assim, o Paraná teve, em 2013, 283 mulheres assassinadas e oito municípios entre os cem mais violentos do Brasil para as mulheres. Isso gerou, para aquele ano, um total de 12.432 casos atendidos pelo SUS em decorrência da violência; uma média de 34 mulheres agredidas por dia, ou seja, a cada 42 minutos uma mulher era agredida fisicamente, deixando o Estado em sexto lugar no Brasil nesse tipo de ocorrência (WEISELFISZ, 2015).

A partir desses dados alarmantes, o Quadro 21 apresenta seis exemplos, considerando cada unidade de Delegacia da Mulher no Norte do Paraná, que ilustram o deslocamento de uma mulher agredida até a delegacia da mulher mais próxima do seu município em busca de uma assistência respeitosa, digna e adequada.

Quadro 21. Norte do Paraná. Distância entre alguns municípios e Delegacias da Mulher, 2016

	Município	População feminina	Proporção na pop. total	Distância até a delegacia
01	Rosário do Ivaí	2.754	49%	145 km até Apucarana
02	São J. da Boa Vista	3.148	48%	130 km até Jacarezinho
03	Itaguajé	2.272	50%	115 km até Maringá
04	Santa C. M. Castelo	4.041	50%	113 km até Paranavaí
05	Lupionópolis	2.331	51%	110 km até Londrina
06	Querência do Norte	5.792	49%	100 km até Umuarama

Fontes: IBGE (2010) e *Google Maps* (2016)

A estrutura física e humana da PCPR está sendo sucateada pelo Governo do Estado do Paraná. De acordo com o Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná (SINCLAPOL, 2015), o Paraná possuía 370 delegados, gerando uma média de 0,92 delegado por município. No entanto, isso é irreal, já que 256 municípios paranaenses não têm um delegado de polícia, ou seja, 64,1% das cidades. Além disso, 209 municípios não possuem escrivães, nem investigadores, ou seja, 52,4% das cidades não têm atendimento nenhum de polícia civil. (SINCLAPOL, 2015).

A Figura 13 retrata, para exemplificar, estruturas de delegacias deteriorando-se nas pequenas cidades de Ariranha do Ivaí, Cruzmaltina, Flórida, Querência do Norte, São João do Caiuá e São Manoel do Paraná, localizadas no Norte do Estado do Paraná, em 2015. Além disso, em inúmeras pequenas cidades as delegacias estão sendo desativadas ou interditadas pelo MP.

O Paraná tem menos delegados em relação à própria população em comparação com as demais Unidades da Federação no Brasil (ANÍBAL, 2015). Segundo o autor, entre 2010 e 2015, 155 delegados se aposentaram ou foram exonerados e apenas 63 foram contratados (40,6% de *déficit*). Assim, pelo menos 285 delegacias estavam, em 2015, sem delegado titular e 16 comarcas paranaenses não tinham um delegado sequer (ANÍBAL, 2015).

De acordo com o IBGE (2015), o Estado do Paraná tem um policial civil para cada 2.366 paranaenses, proporção que fica entre as cinco piores do Brasil. Já os delegados, em média, respondem por 29.630 habitantes (ANÍBAL, 2015). Os reflexos

são piores no interior, principalmente nas cidades pequenas. Alguns delegados respondem por vários municípios, vivendo, até mesmo, uma rotina de atendimentos por telefone (ANÍBAL, 2015). Segundo constatado pelo autor, um delegado atende quatro cidades de duas comarcas diferentes e ainda entra na escala de plantão na subdivisão, sem receber remuneração por isso.

Figura 13. Norte do Paraná. Delegacias de Polícia Civil de Ariranha do Ivaí, Cruzmaltina, Flórida, Querência do Norte, São João do Caiuá e São Manoel do Paraná, 2015



Fonte: PCPR (2015)

3.3.4 Polícia Científica e Departamento de Execução Penal

A Polícia Científica do Estado do Paraná foi criada em 2001 como uma unidade administrativa, técnica e financeiramente autônoma (POLÍCIA CIENTÍFICA, 2015). Para compor essa polícia, desvincularam-se do Departamento da Polícia Civil o Instituto de Criminalística do Estado do Paraná (ICPR) e o Instituto Médico Legal do Estado do Paraná (IMLPR).

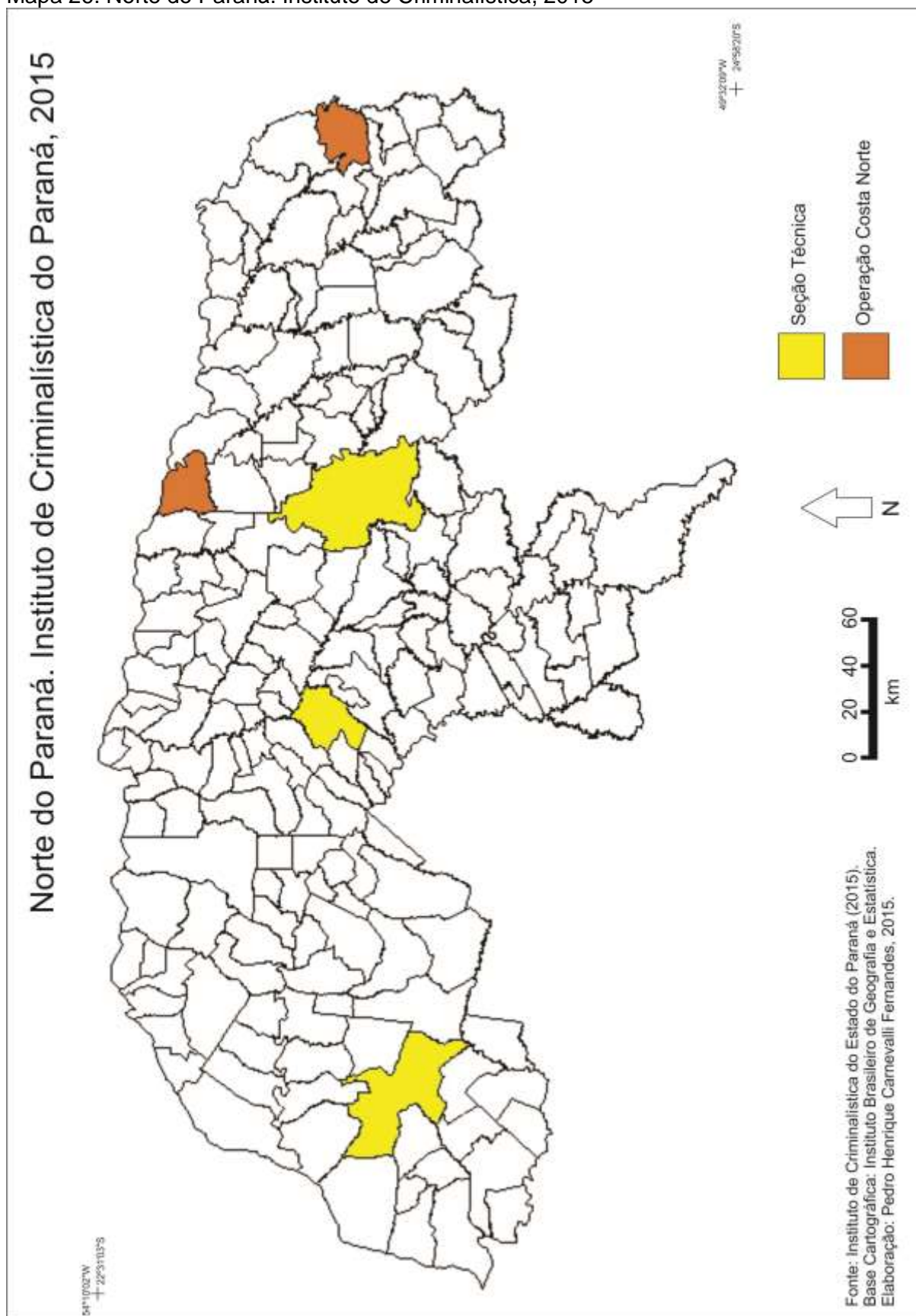
O ICPR nasceu em 1935, subordinado à Polícia Civil, como Laboratório de Polícia Técnica. Em 1962, passou a ser conhecido como Instituto de Polícia Técnica e apenas em 1982 atingiu a denominação atual. Ele é um órgão público estadual de segurança com natureza técnico-científica, sendo que suas atividades estão expressas na legislação penal vigente, sendo imprescindível na formação do “Corpo de Delito”, materializado pelo Laudo Pericial. (ICPR, 2015).

O objetivo do ICPR é o de proceder com trabalhos periciais, com o intuito de elucidar tecnicamente como ocorreram os fatos delituosos e quais as circunstâncias que os cercaram. Para isso, são coletadas as provas materiais para a possível identificação da autoria e o “*modus operandi*”. Nas áreas paranaenses de fronteira internacional, ela coopera com as solicitações das Superintendências da Polícia Federal e Receita Federal. (ICPR, 2015).

O ICPR conta com a sede em Curitiba e mais nove seções técnicas no interior do Estado: Cascavel, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa e Umuarama. Além delas e para agilizar o atendimento à população, instalam-se, anualmente, no período de verão e férias, as Operações “Costa Norte”, em Primeiro de Maio e Carlópolis, a “Costa Oeste”, em Santa Helena, e a Operação “Verão”, em Matinhos e Guaratuba. (ICPR, 2015).

O Mapa 26 apresenta a localização das seções técnicas do ICPR no Norte do Estado do Paraná, em 2015, inclusive as duas que operam, anualmente, na Operação Costa Norte. A partir dele, fica evidente que são insuficientes para todas as ocorrências existentes na região. A seção técnica de Londrina é responsável por 88 municípios, a de Maringá por 78 municípios e a de Umuarama por 75 municípios. A instalação da Operação Costa Norte no verão e período de férias se justifica pelo aumento populacional e de casos de violência nas cidades que possuem balneários de água doce na divisa dos Estados do Paraná e São Paulo (ICPR, 2015).

Mapa 26. Norte do Paraná. Instituto de Criminalística, 2015



Fonte: Adaptado de ICPR (2015)

Já o IMLPR nasceu denominado de Serviço de Medicina Legal em 1899. Depois de um longo hiato, em 1929, ele foi reformulado, dentro da Polícia Civil, passando a se chamar Departamento de Medicina Legal. A atual denominação é apenas de 1962. (IMLPR, 2015). O IMLPR é um órgão público que presta serviços de Polícia Científica realizando perícias médico-legais, além de exames laboratoriais nas áreas de “anatomia patológica, toxicologia, química legal e sexologia forense, requisitados por autoridades policiais e judiciárias, necessárias ao esclarecimento dos processos policiais, judiciários e administrativos” (IMLPR, 2015, s. p.).

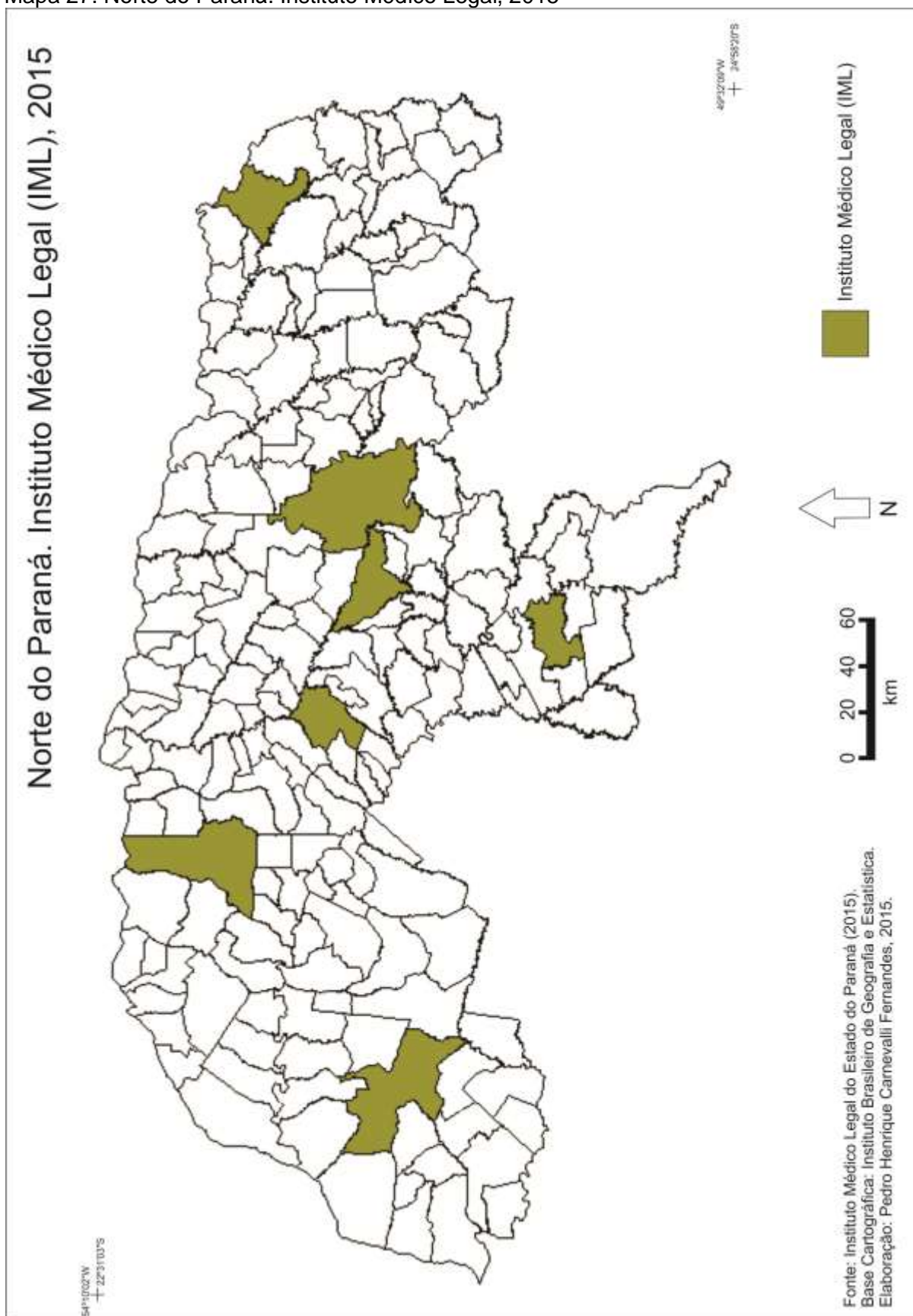
Entre os serviços prestados, os destaques ficam para o necrotério, que são perícias realizadas em casos de mortes violentas e com antecedentes patológicos (sem assistência médica), exumações e ossadas, e para os exames laboratoriais periciais toxicológicos e de vestígios biológicos, como pesquisa de sêmen e sague humano (IMLPR, 2015). Além disso, ele promove exames em pessoas vivas para constatar, entre outros, lesão corporal, verificação de aborto e conjunção carnal (IMLPR, 2015).

Atualmente, ele possui sede na Capital e 17 unidades no interior (IMLPR, 2015), sendo sete (41,2% do total) no Norte do Estado. Nesse sentido, o Mapa 27 demonstra a espacialização das unidades do IML no Norte do Paraná, em 2015. Os demais 179 municípios (96,2%) dependem de deslocamentos até uma das unidades ou, como na maioria dos casos, ficam com a ausência da prestação do serviço.

Portanto, é mais um serviço fundamental para a segurança pública, especialmente quanto à insegurança objetiva, da sociedade do Norte paranaense que se mostra defasado e insuficiente. Com isso, o Governo do Estado do Paraná se mostra, mais uma vez, incapaz de assegurar a contratação de servidores e a instalação de unidades em mais cidades da região para garantir a qualidade do serviço, a investigação adequada e justa e a sensação de segurança objetiva, como adequadamente apresenta a literatura sobre o tema.

Os estabelecimentos penais do Estado do Paraná são gerenciados pelo Departamento de Execução Penal (Depen) da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná. A primeira penitenciária e as primeiras cadeias públicas surgiram no Paraná em 1909 com subordinação direta à polícia do Estado. Em 1954, foi criado o Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, que, após inúmeras mudanças, subordinações e hierarquizações, tornou-se, em 1975, Depen e, recentemente, foi incorporado à secretaria citada (DEPEN-PR, 2015).

Mapa 27. Norte do Paraná. Instituto Médico Legal, 2015



Fonte: Adaptado de IMLPR (2015)

No Paraná, os estabelecimentos penais, segundo o Depen-PR (2015), são (i) em regime fechado: provisório masculino, condenados masculino, condenadas feminino e penitenciárias industriais; (ii) em regime semiaberto: masculino e feminino; (iii) cadeias públicas; e (iv) patronatos. Em 2015, o efetivo de agentes penitenciários no Estado era de 3,4 mil, valor 27% inferior ao patamar considerado mínimo pelo sindicato da categoria (BATISTA, 2015). O Mapa 28 demonstra a espacialização dos estabelecimentos penais na região Norte do Estado do Paraná, em 2015.

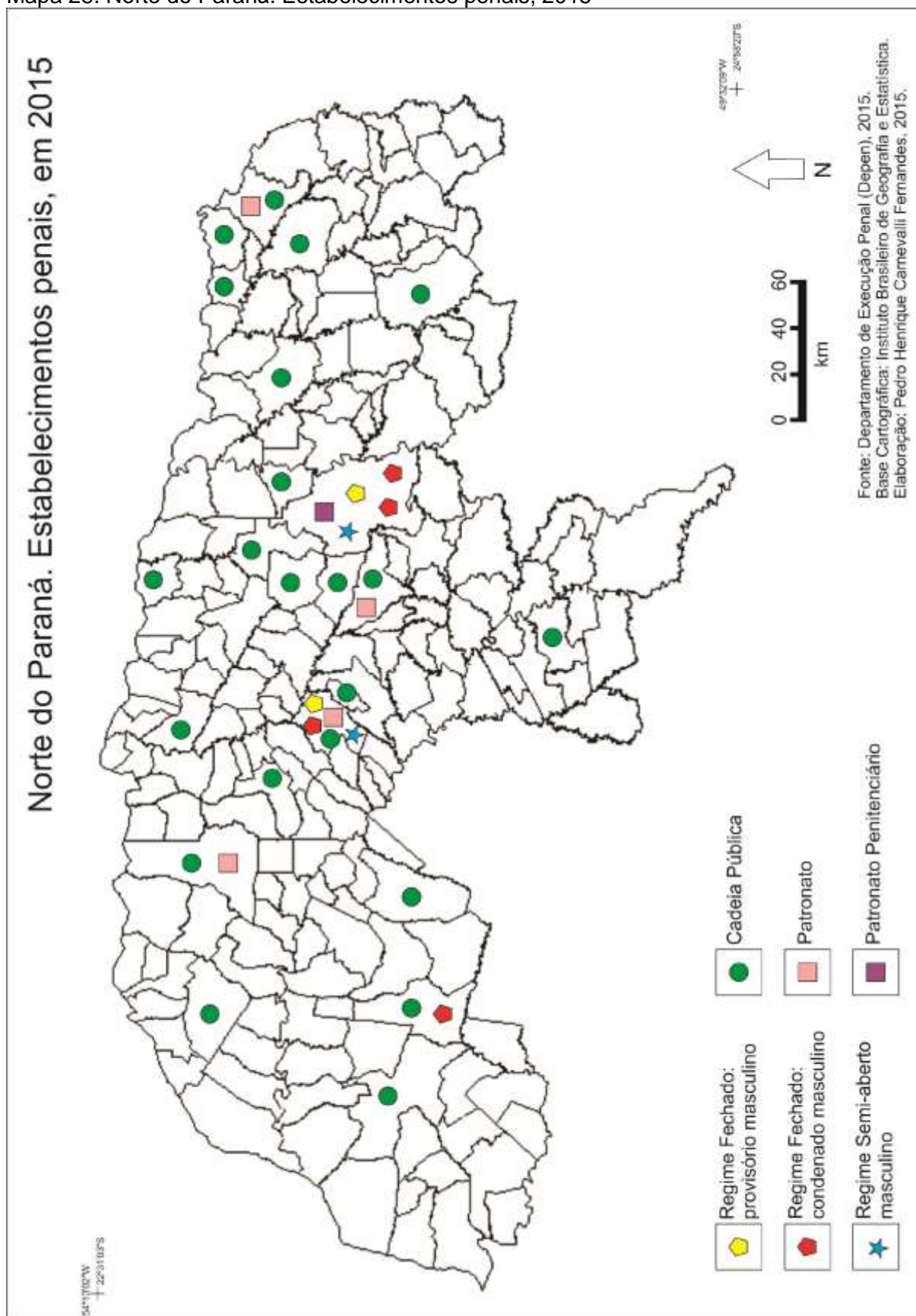
No regime fechado, existem os estabelecimentos penais para os presos provisórios, que estão aguardando o julgamento privados de liberdade, e para os(as) presos(as) condenados(as) pela justiça. As unidades de prisões provisórias masculinas somam sete no Estado do Paraná, sendo duas (28,5%) no Norte: Casa de Custódia de Londrina e a Casa de Custódia de Maringá.

Já as unidades para os condenados são 15, sendo quatro (26,6%) na região Norte do Estado: Penitenciária Estadual de Londrina, Penitenciária Estadual de Londrina II, Penitenciária Estadual de Maringá e Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste. As unidades prisionais para condenadas (três no Estado) e as penitenciárias industriais (duas no total) não existem na região. No regime semiaberto, são seis unidades no Paraná para o gênero masculino, sendo duas (33,3%) delas na região Norte, e uma para o feminino, localizada na capital.

As cadeias públicas, espalhadas por todo o Estado, somam 55 unidades e representam o pior que possa existir no sistema penitenciário paranaense. Elas convivem, em sua maioria, com superlotação, insuficiência de servidores, infraestrutura deteriorada e, por conseguinte, incontáveis rebeliões e fugas. Em diversas cidades do Estado, existem relatos de presos nas delegacias de Polícia Civil. Na região Norte do Paraná, são 22 unidades (40%), das quais oito estão em municípios com menos de trinta mil habitantes.

O Quadro 22 apresenta quatro reportagens, entre 2007 e 2015, para exemplificar a condição de algumas unidades prisionais públicas do Estado do Paraná, sendo que duas retratam situações do Norte do Estado. Em Cruzeiro do Oeste, a penitenciária, recém-inaugurada, foi interdita pelo Ministério Público (CORDEIRO, 2013), e em Ibaiti, os presos cavaram um túnel e fugiram da cadeia pública, que abrigava 74 pessoas, em um local adequado para apenas 19 pessoas (BAÚ, 2015b). Apesar disso, Silva et al. (2007), já sinalizavam, em 2007, a superlotação das cadeias do Paraná e a média de uma fuga a cada três dias.

Mapa 28. Norte do Paraná. Estabelecimentos penais, 2015



Fonte: Adaptado de Depen-PR (2015)

Quadro 22. Paraná. Reportagens sobre as unidades prisionais, 2007-2015

Data	Reportagem
17/03/2007	Superlotadas, cadeias do Paraná têm uma fuga a cada três dias (SILVA et al., 2007).
03/12/2013	Penitenciária de Cruzeiro do Oeste, inaugurada a dois anos, é interditada após pedido do Ministério Público (CORDEIRO, 2013).
16/01/2014	Agentes penitenciários reclamam das condições de trabalho no Paraná: presos têm acesso as informações sobre os servidores (DIONÍSIO, 2014).
11/11/2015	Presos cavam túnel de oito metros e fogem da cadeia pública de Ibaiti: local tem capacidade para 19 e abriga 74 presos (BAÚ, 2015b).

Fontes: Silva et al. (2007), Cordeiro (2013), Dionísio (2014) e Baú (2015b)

O Patronato é um programa, criado em 2013, de municipalização do acompanhamento das penas e medidas alternativas em meio aberto, com proposta de atuação pautada na corresponsabilidade entre o Estado, Município, Poder Judiciário e Ministério Público, de maneira educativa e ressocializadora, respeitando os direitos humanos, especialmente após a extinção do programa Pró-Egresso que atuava de forma diferenciada em cada município. (DEPEN-PR, 2015).

Apesar da data recente, em 1991, foi criado o primeiro Patronato Penitenciário do Estado com sede em Curitiba. Em 2001, o segundo: o Patronato Penitenciário de Londrina. Atualmente, são 14 patronatos municipais, além dos dois patronados penitenciários citados. No Norte do Paraná, são quatro patronatos municipais (Apucarana, Jacarezinho, Maringá e Paranavaí), além da unidade penitenciária de Londrina. Alguns patronatos têm acordo com universidades públicas estaduais do Paraná. (DEPEN-PR, 2015).

Os patronatos municipais implementam seis programas de acompanhamento específico, com objetivo de contextualizar e promover reflexões aos assistidos acerca do delito cometido, visando mudança comportamental, conscientização e internalização de nova conduta (DEPEN-PR, 2015). Os projetos que se destacam são: Programa Saiba (Encaminhamento, atenção e cuidado aos usuários de drogas em conflito com a lei); Programa Blitz (conduta no trânsito); Programa Basta (Intervenção junto ao autor de violência doméstica); Programa 9840 (atuação junto ao autor de crimes eleitorais); e Programa Cibercrimes (atenção ao autor de crimes cibernéticos).

Diante disso, são necessárias políticas de segurança pública que pensem nos estabelecimentos penais com mais humanidade e menos agressividade e violência, desde a infraestrutura, com locais e metodologias que proporcionem real reabilitação e ressocialização da pessoa com pena privativa de liberdade, possibilidade de renda

e de estudo, entre outras, até a valorização dos servidores, com adequadas e condizentes condições salariais e de trabalho físico. Portanto, a desvalorização do servidor, a condição insalubre de trabalho, a condição desumana dos reclusos, a estrutura física dos estabelecimentos penais, etc. alimentam e potencializam a violência e a insegurança objetiva, internamente nesses locais e externamente nos demais espaços, inclusive das pequenas cidades e da área rural.

3.3.5 Investimentos públicos municipais e consórcios intermunicipais

A responsabilidade da segurança pública é muitas vezes compreendida como inerente aos governos federal e estaduais, além dos órgãos do sistema de justiça brasileiro, como as secretarias de segurança, o Judiciário e o MP (KAHN; ZANETIC, 2005). Nesse sentido, a maior parcela dos municípios não se envolvem nessas questões e muito menos querem arcar com os custos.

O maior argumento para o não envolvimento (...) era o de que o artigo 144 da Constituição atribui ao governo Estadual a responsabilidade pelas polícias civis e militares. Assim, nesta concepção limitada de segurança, não haveria muito mais o que fazer (...). No âmbito municipal, algumas poucas prefeituras mantinham Guardas Civis para a vigilância dos prédios municipais enquanto outras ajudavam de forma espasmódica as policiais estaduais, contribuindo com combustível, equipamentos ou empréstimo de imóveis (KAHN; ZANETIC, 2005, p. 3).

Entretanto, segundo os autores, a criação, pelo Governo Federal, do Plano Nacional de Segurança Pública, em 2000, estabeleceu o Fundo Nacional de Segurança Pública como possibilidade para que os municípios, com Guarda Municipal, requisitassem recursos para projetos de segurança. Isso significou um avanço, uma vez que o Governo Federal legitimou e passou a incentivar a atuação dos governos locais em segurança pública. Nesse sentido, entre 2001 e 2004, o Governo Federal transferiu cerca de R\$ 60 milhões para os municípios que buscaram investir em segurança pública. (KAHN; ZANETIC, 2005).

Após esse incentivo, o número de municípios brasileiros que passou a investir em segurança pública cresceu, embora timidamente, segundo o FBSP: entre 2003 e 2010, os gastos municipais nesse setor passaram de R\$ 1,07 bilhão para R\$ 2,35 bilhões, um aumento de quase 120%; apesar disso, o número de municípios cresceu

apenas 8%, saltando de 1.887, em 2003, para 2.047, em 2010. Logo, em 2010, somente 37% dos municípios brasileiros investiram em segurança pública. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

A importância do município na gestão da segurança pública é, segundo Lima et al. (2014), pela possibilidade de reduzir as desigualdades e os crimes, já que o município é o ente federado mais próximo do cidadão e, por isso, espera-se dele um protagonismo capaz de atender às demandas da população local por segurança.

Tal protagonismo deve estar associado a um modelo de administração que incorpore mecanismos facilitadores da gestão da segurança pública além de guardas municipais: secretaria, conselho e fundo municipal de segurança pública, por exemplo (LIMA et al., 2014, p. 400).

Diante disso, é fundamental repartir as responsabilidades, ou seja, os municípios devem promover políticas públicas de segurança na tentativa de implicar, positivamente, no problema da criminalidade e da violência. Assim, uma política pública de segurança, na perspectiva teórico-crítica, implica o enfrentamento do problema, aliado ao comprometimento político com a luta pela construção de alternativas sociais indispensáveis (XAVIER, 2007; LIMA et al., 2014).

Uma possibilidade de investimento em segurança pública municipal é a instalação da Guarda Municipal, materializada com ideologia da polícia comunitária e não militarizada. Em 2014, a instituição do Estatuto Geral das Guardas Municipais, por meio da Lei nº 13.022, de oito de agosto de 2014, colocou limites no efetivo, traçou diretrizes para a capacitação, ampliou as competências e trouxe regras para o controle dessas instituições (IBGE, 2014). O percentual de municípios com Guarda Municipal no Brasil, que era de 14,1%, em 2006, passou para 19,4%, em 2014 (IBGE, 2014).

O Estado do Rio de Janeiro apresentava, em 2014, a maior proporção de municípios com Guarda Municipal: 84,8%. O Amazonas, na segunda posição, aparecia com 59,7% dos municípios do Estado. Apenas os dois superavam mais da metade dos municípios e apenas o Estado do Acre não tinha nenhum município com esse modelo de segurança pública. O uso de armas de fogo estava presente em 15,6% dos municípios com Guardas Municipais, sendo que o Estado de São Paulo concentrava a maioria delas (IBGE, 2014).

O Estado do Paraná possuía 31 municípios (7,8%) com Guarda Municipal, em 2014, e 19,4% deles usavam armas de fogo (IBGE, 2014). No Norte do Estado, dez

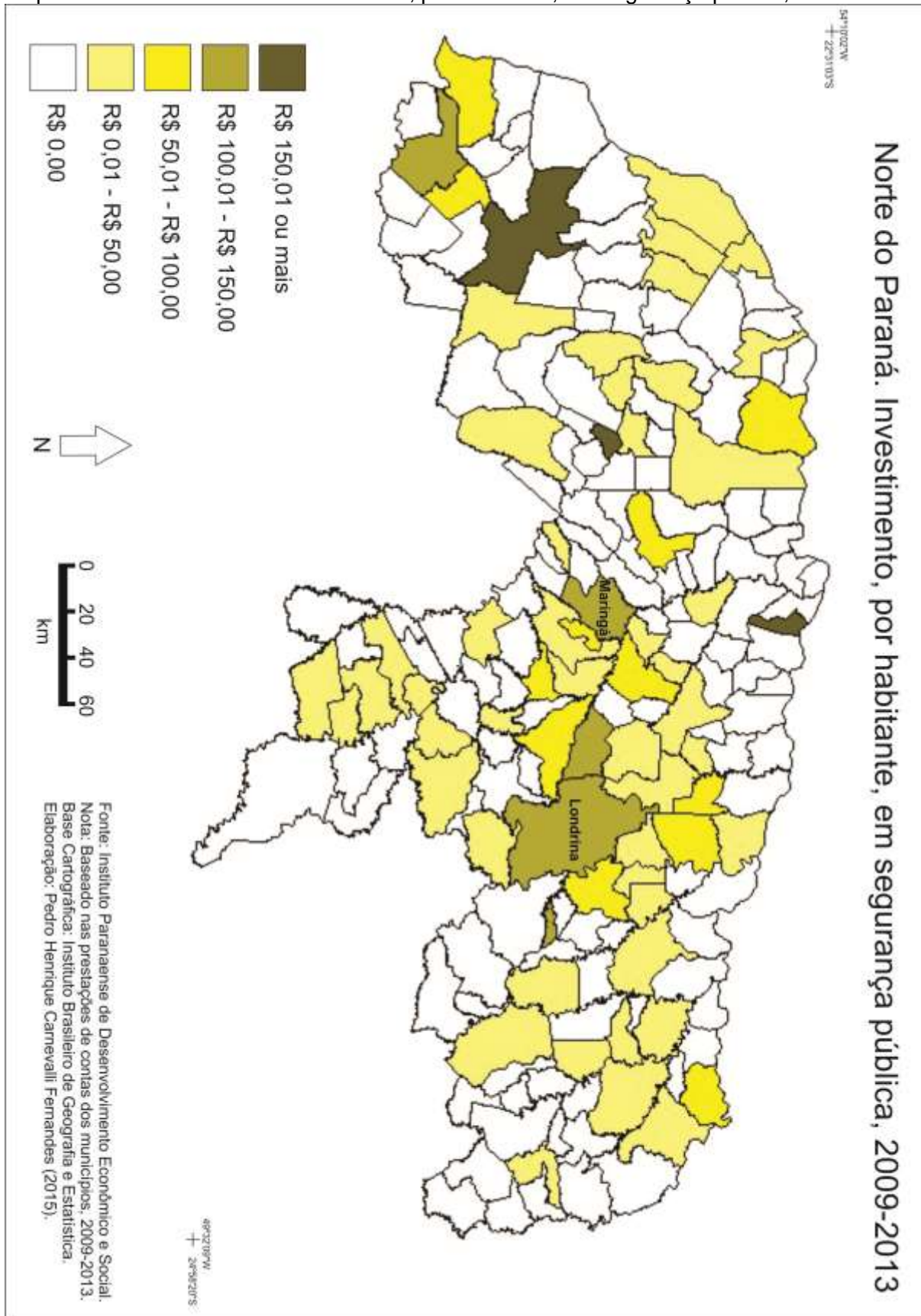
municípios tinham Guarda Municipal, em 2014 (IBGE, 2014): Altônia, de 20.516 habitantes (IBGE, 2010); Apucarana, com 120.919 moradores (IBGE, 2010); Arapongas, de 104.150 residentes (IBGE, 2010); Cambará, com 23.886 habitantes (IBGE, 2010); Cruzmaltina, de 3.162 moradores (IBGE, 2010); Iporã, com 14.981 residentes (IBGE, 2010); Londrina, de 506.701 habitantes (IBGE, 2010); Maringá, com 357.077 moradores (IBGE, 2010); Mauá da Serra, de 8.555 residentes (IBGE, 2010); e Umuarama, com 100.676 habitantes (IBGE, 2010). As unidades de Arapongas e Umuarama utilizavam armas de fogo (IBGE, 2014).

Para entender esse contexto de políticas públicas de segurança no Norte do Paraná e, posteriormente, correlacionar com os dados de homicídios, foi realizado um levantamento, por meio do Ipardes (2015a), nas prestações de contas dos municípios entre 2009 e 2013, a partir dos investimentos municipais, em reais, em segurança pública. O período selecionado é o disponível para consulta no órgão estadual. Para comparar os resultados, calculou-se a proporção, por habitante, do total investido em segurança pública municipal no período. Além disso, buscou-se perceber a proporção dos valores utilizados em segurança no total do orçamento do município.

O Mapa 29 demonstra o investimento, por habitante, em segurança pública, entre 2009 e 2015, nos municípios do Norte do Paraná. Os resultados mostraram que apenas 65 municípios (35%) investiram em segurança pública no período de 2009 a 2013, enquanto a maioria (65%) não utilizou nenhum recurso no setor, sequer em conscientização. Embora mais de um terço dos municípios tenha utilizado recursos públicos na segurança, os valores são insignificantes se pensados na real proposta de enfrentamento do problema da violência e da insegurança objetiva de uma forma mais próxima, especialmente pela construção de alternativas sociais locais.

O município de Santa Inês, de 1.818 habitantes (IBGE, 2010), foi o que mais investiu em segurança pública: R\$ 286,79 por habitante no período de cinco anos, ou seja, uma média de R\$ 4,78 por habitante/mês. Considerando o total de municípios que utilizaram recursos no setor, apenas 15 (8% do total) ultrapassaram a média de R\$ 1,00 por mês e por habitante no período de 2009 a 2013. Analisando a proporção de investimentos em segurança pública sobre o total do orçamento municipal no período de 2009 a 2013, os valores são inferiores a 1% na maioria dos municípios. Somente 12 municípios (18,5% do total) passaram desse valor e apenas dois (3,1%) ultrapassaram 2% (Umuarama destinou 3,07% e Arapongas 2,19% dos seus orçamentos). Entre as cidades pequenas, Iporã (1,62%) apresentou maior valor.

Mapa 29. Norte do Paraná. Investimento, por habitante, em segurança pública, 2009-2013



Fonte: Adaptado de Ipardes (2015a)

Nesse sentido, a Tabela 13 apresenta detalhes dos investimentos em segurança pública municipal das dez pequenas cidades do Norte do Estado do Paraná que mais investiram, por habitante, entre 2009 e 2013. Entre os destaques do quadro, aparecem a proporção do total no orçamento do município, a taxa de homicídio e o *ranking* regional.

Tabela 13. Norte do Paraná. Pequenas cidades com maiores investimentos em segurança pública, por habitante, e proporção do investido no orçamento municipal, 2009-2013, e taxas de homicídios e *ranking*, 1996-2013

	Municípios	Pop. Total	R\$/hab.	P.O.	T. Hom.	Rank.
01	Santa Inês	1.818	286,79	1,51%	55,01	179 ^o
02	São Manoel do Paraná	2.098	252,36	1,19%	95,33	161 ^o
03	Iporã	14.981	124,03	1,62%	513,98	05 ^o
04	Nova Santa Bárbara	3.908	114,57	1,01%	460,59	14 ^o
05	Sertanópolis	15.638	98,82	1,08%	434,84	17 ^o
06	Altônia	20.516	92,63	1,20%	282,71	48 ^o
07	Assaí	16.354	86,07	1,13%	232,36	76 ^o
08	Astorga	24.698	73,49	0,96%	97,17	160 ^o
09	Cafezal do Sul	4.563	72,91	0,68%	442,89	16 ^o
10	Cambará	23.886	67,90	1,09%	259,57	60 ^o

Nota: P.O.: Proporção do investido em segurança pública no orçamento total do município, entre 2009 e 2013

Fontes: IBGE (2010), Ipardes (2015a) e Datasus (2015)

Os investimentos com segurança pública municipal associados com as taxas de homicídios, entre 1996 e 2013, mostram que as duas cidades pequenas que mais utilizaram recursos com segurança pública municipal, Santa Inês e São Manoel do Paraná, apresentam insignificantes taxas de homicídios, sendo que ambos registraram homicídios apenas antes de 2008 e nenhum caso entre 2009 e 2013, quando utilizaram recursos para a segurança.

Por outro lado, Iporã, Nova Santa Bárbara e Sertanópolis investiram recursos públicos justamente para tentar diminuir as taxas. Apesar disso, os resultados foram diferentes. Em Sertanópolis, o investimento tem dado certo: entre 2009 e 2013 foram 23 homicídios no município, valor 43% inferior ao mesmo período anterior, entre 2004 e 2008. Em Nova Santa Bárbara, a proporção foi a mesma, seis homicídios nos dois períodos. Já em Iporã, a situação está piorando na segurança pública local, mesmo com histórico de investimento: no período de 2004 e 2008 foram 19 homicídios, e no de 2009 a 2013 o valor chegou a 37, ou seja, aumento de 94,7%.

Diante do exposto nesta seção e correlacionando-os com as taxas de homicídios apresentadas anteriormente, acredita-se que os municípios da região Norte do Estado do Paraná precisam investir em segurança pública municipal. Isso não significa substituir o Estado do Paraná na função de promover segurança, mas colaborar com o papel do poder público em garantir o monopólio sobre a segurança, garantir esse serviço por uma perspectiva local, reconhecendo e assumindo suas especificidades aos seus moradores e, conseqüentemente, qualidade de vida, inclusive quanto à segurança.

Uma solução para os municípios, especialmente aqueles com problemas financeiros ou demograficamente muito pequenos, promoverem investimentos em segurança pública, inclusive campanhas de conscientização e vinculadas à rede municipal de ensino, são os consórcios públicos que juridicamente se sustentam pela Lei nº 11.107, de seis de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e pelo Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta e estabelece normas de execução da referida lei (BRASIL, 2005a; 2007). Os consórcios públicos são entendidos como:

Pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, (...), para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos (BRASIL, 2007, s. p.).

Quando constituído por municípios, é chamado de consórcio intermunicipal (BRASIL, 2007). Para Brito (2014), os consórcios públicos têm a finalidade de realizar objetivos de interesse comum, em qualquer área, tornando viável a gestão pública em espaços em que a solução de problemas comuns só pode se dar por meio de políticas e ações conjuntas. Isso ocorreu, segundo Brito (2014), porque a Constituição Federal de 1988, por um lado, descentralizou as políticas públicas, a partir do fortalecimento do poder local e, por outro, criou mecanismos pouco coordenados de relação vertical e horizontal entre os diferentes entes federativos.

Diante desse cenário, uma série de consórcios públicos foram implantados em diferentes setores, como abastecimento, cultura, saúde, educação, etc. Então, para sistematizar e organizar essas ações foi criado o Observatório de Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), projeto da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), do

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e da Caixa Econômica Federal (BRITO, 2014).

Segundo a OCPF (2016), existem 26 áreas ou setores com possibilidade de realização de consórcios públicos, inclusive a segurança pública. Na área da segurança, segundo a OCPF (2016), eram sete consórcios públicos em 2016, sendo seis consórcios intermunicipais (um deles em múltiplas áreas) e um consórcio regional:

- Consórcio Intermunicipal de Prevenção da Violência, da Criminalidade da Região da Grande Vitória (CI Segurança Grande Vitória): organizado com cinco municípios, tem sede na capital do Estado do Espírito Santo;

- Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública com Cidadania do Médio Vale do Paraíba Fluminense (CISEGCI): fundado em 2009 em Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, possui 13 municípios;

- Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e região (Cismel): nasceu em 2009 em Londrina, Norte do Estado do Paraná, e possui dez municípios;

- Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública com Cidadania Costa Verde & Mar (Cisvemar): fundado em 2010 em Balneário Camboriú, litoral do Estado de Santa Catarina, tem cinco municípios;

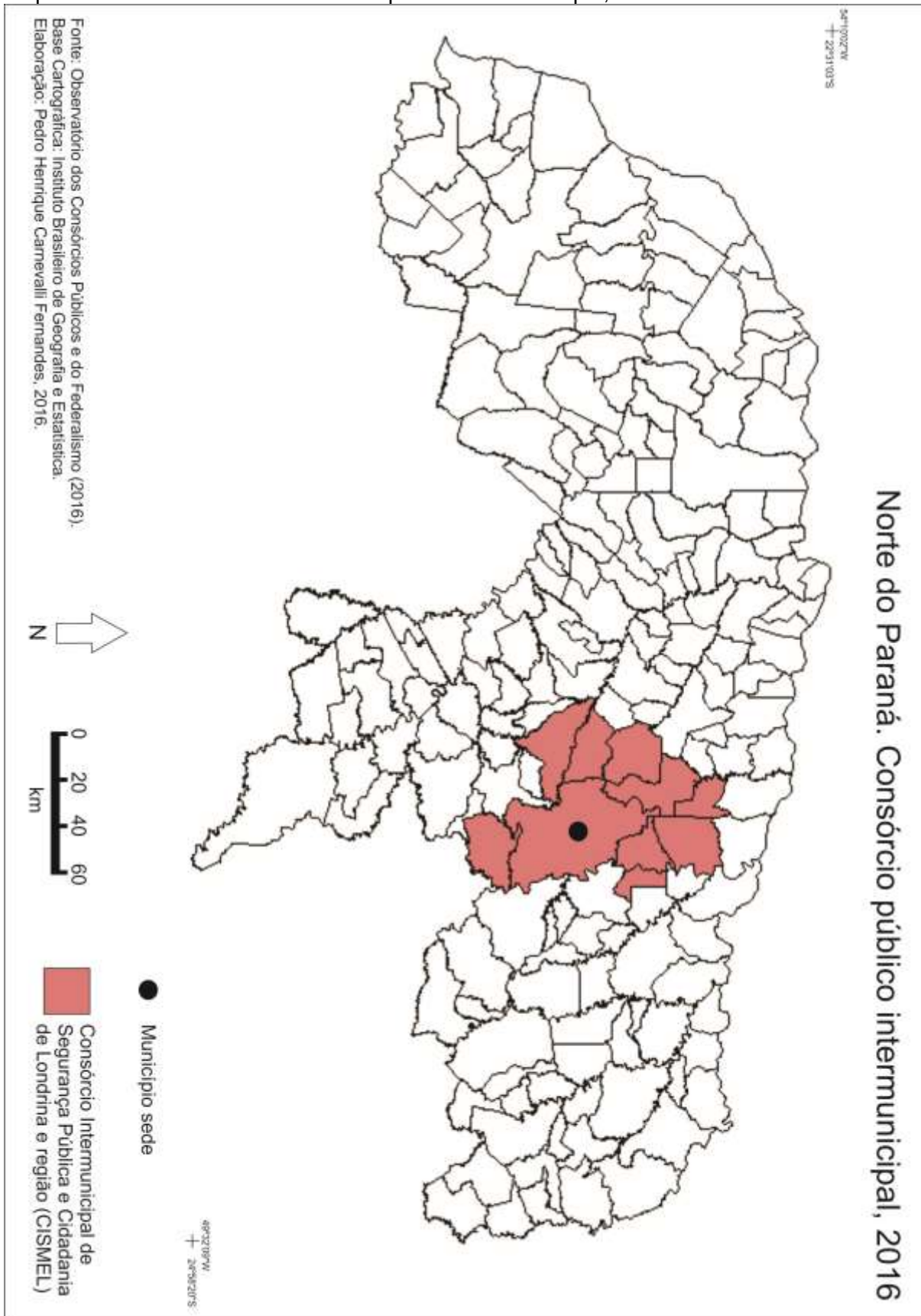
- Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania (Cisep): único com municípios de dois Estados diferentes, Paraná e Mato Grosso do Sul, surgiu em 2011 em Santa Helena e conta com 19 municípios no total;

- Consórcio Regional de Segurança Pública e Cidadania do Baixo Rio Pardo (Corespardo): fundado em 2010 em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, conta com nove municípios;

- Consórcio Intermunicipal de Piquiriguaçu: nasce em 2011 para contemplar as áreas da segurança, saúde, educação e geração de emprego e esporte; tem sede em Campo Bonito, interior do Paraná, e possui cinco municípios.

No Norte do Estado do Paraná, foi formado, em 2009, o Cismel para a área de segurança pública. O Mapa 30 apresenta a área de atuação desse consórcio intermunicipal, em 2016, demonstrando os municípios de Apucarana, Araçongas, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Londrina (sede), Rolândia, Sertanópolis e Tamarana. A área de cobertura contempla 989.417 habitantes, sendo 51,2% no município sede, e área de 522 mil quilômetros quadrados (IBGE, 2010).

Mapa 30. Norte do Paraná. Consórcio público intermunicipal, 2016



Fonte: Adaptado de OCPF (2016)

Segundo Brasil (2016), no Portal da Transparência, o Cismel enviou seis propostas para capitalizar recursos, estando três delas ainda em análise e outras três geraram convênios com o Governo Federal:

- Proposta 1429523: Implantar o Protejo nos dez municípios que formam o Cismel, visando atender adolescentes e jovens, com idade entre 15 e 24 anos, que estejam em pelo menos uma das seguintes situações: egressos do sistema prisional, expostos à violência doméstica e/ou urbana e cumprindo medidas socioeducativas ou de penas alternativas. Repasse da União de R\$ 3.499.480,00 e contrapartida de R\$ 71.417,96, totalizando R\$ 3.570.8970,96. O convênio ocorreu entre 2010 e 2013 e o Governo Federal está analisando a prestação de contas do recurso liberado.

- Proposta 1430896: Implementação do Gabinete de Gestão Integrada na região de abrangência do Cismel. Repasse da União de R\$ 6.916.034,80 e contrapartida de R\$ 141.143,80, totalizando R\$ 7.057.178,60. O convênio ocorreu entre 2010 e 2015 e o Governo Federal aguarda o envio da prestação de contas do recurso liberado.

- Proposta 1460737: Modernização e reestruturação das Guardas Municipais nos municípios de Arapongas, Apucarana e Londrina, componentes do consórcio Cismel. Repasse da União de R\$ 5.715.583,00 e contrapartida de R\$ 116.645,00, totalizando R\$ 5.832.228,00. O convênio segue em execução até julho de 2016 quando, então, o consórcio deverá prestar contas

É fundamental pontuar que a presença desse consórcio na região demonstra a preocupação de alguns municípios com a segurança pública e a visão de abordar o tema de maneira regional, corroborando a discussão sobre o espraiamento metropolitano exercido para as demais cidades a partir de uma metrópole influenciadora. Assim, o Cismel também representa a influência de Londrina, tanto pelo olhar do Estado quanto pelo olhar da população e do modo de vida, quanto à violência e insegurança objetiva sobre sua área metropolitana, sobretudo as pequenas cidades.

As perspectivas apresentadas ao longo desta parte tentaram avançar nos fatores explicativos para a tese da violência e insegurança objetiva em pequenas cidades. Essa compreensão é fundamental, horizontalmente, para entender as múltiplas leituras e a complexidade do fenômeno, ainda em andamento, que permeiam espaços antes considerados inalcançáveis. É a vastidão que possibilita a construção da tese! Verticalmente, demonstra que ocorre, concomitantemente, pela

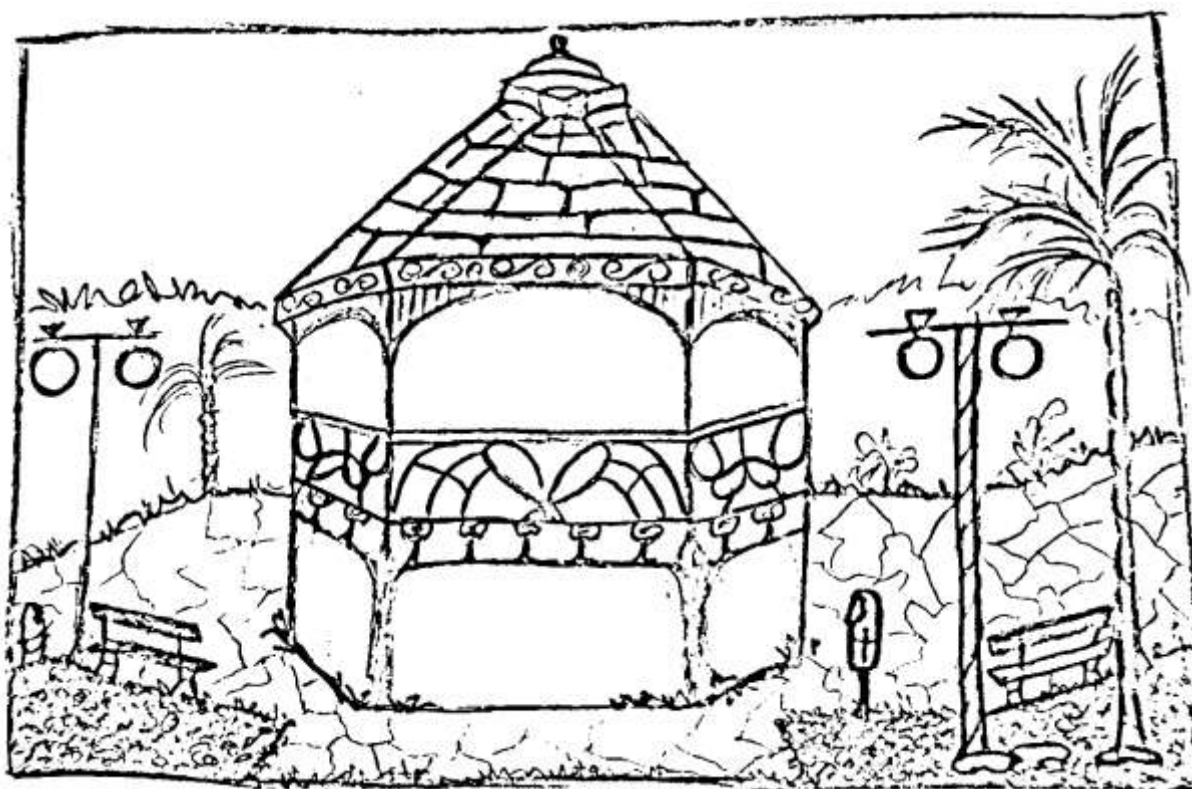
dualidade de papéis: Estado de um lado e sociedade civil e movimentos sociais de outro. Em suma, as políticas públicas que corroboram e influenciam no fenômeno da violência e da insegurança objetiva e as ações da sociedade perante tal situação. Sobre o último grupo,

Faz-se necessário um envolvimento denso e propositivo dos movimentos sociais emancipatórios com a temática da (in)segurança pública, tanto pressionando e fiscalizando o aparelho de Estado quanto, na medida do possível, buscando implementar soluções (SOUZA, 2008, p. 188).

Novamente, as possibilidades se multiplicam e as perspectivas na construção da tese passam por ressalvas e limitações. Na sequência, as três próximas partes apresentam as realidades locais de três pequenas cidades. Embora configure uma porção mais empírica e com perspectiva da escala local de análise, considera-se nela a materialização de todo o arcabouço teórico construído na parte anterior e nesta parte que objetivaram desconstruir o mito das pequenas cidades como espaços seguros e tranquilos e comprovar a tese da violência e insegurança objetiva em pequenas cidades em uma perspectiva global, nacional e regional de análise.

Portanto, significa abordar outra dimensão e ultrapassar a perspectiva do consumo e da produção: as relações sociais. Assim, “o plano do social ilumina a produção da vida. (...) Desse modo, a problemática urbana (...) refere-se ao homem, à sua vista, ao seu mundo” (CARLOS, 2001, p. 67). A construção da vida, social, se organiza a partir dos modos de se relacionar, sem repressão e ameaças. Nessa perspectiva, “o cotidiano aparece como categoria explicativa da realidade em função do fato que as relações sociais se realizam produzindo uma prática socioespacial enquanto modo de apropriação para a vida” (CARLOS, 2001, p. 67).

PARTE IV – IPORÃ (PR): os mistérios da faixa de fronteira e sua realidade inquietante



(Adriana Carnevalli)

O esvaziamento do público...

Parte IV – Iporã (PR): os mistérios da faixa de fronteira e sua realidade inquietante

O debate teórico e conceitual somado às realidades empíricas em escalas global, nacional e regional fomentaram o estímulo ao estudo sobre a temática da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades, ainda que a partir de uma série de ressalvas, descritas na introdução. Assim, embora essa temática se mostre instigante, existe uma grande complexidade e uma ausência de consenso na sua interpretação no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

As partes anteriores começaram a desconstrução do mito da pequena cidade como um espaço tranquilo e seguro para se viver e onde se mantém uma sociabilidade baseada em vínculos afetivos. Já esta parte da tese inicia uma sequência empírica desenvolvida pela perspectiva local sobre o tema. Então, essa escala local de análise está construída em três partes, indissociáveis, que contemplam, empiricamente, os fatores explicativos desta tese. Assim, a fragmentação em três partes justifica-se pela opção metodológica de discorrer sobre um tema complexo e amplo. É certo que cada uma dessas partes apresenta características próprias quanto à estrutura física e aos aspectos humanos, sociais e culturais.

Diante disso, o principal objetivo da escala de análise local, como parte de um trabalho compreendido no âmbito das Ciências Sociais, é entender a realidade e o cotidiano, em cada pequena cidade, a partir de suas manifestações e percepções sobre uma série de temas e perspectivas futuras. Assim, ela é construída, principalmente, pela voz dos moradores das localidades selecionadas para o trabalho.

No caso de Iporã, a realidade local mostrou-se inquietante ao longo de toda a pesquisa empírica, especialmente por situações que envolvem a fragmentação do tecido social e o enriquecimento ilícito. Nesses casos, as considerações de vários respondentes geraram intensa preocupação por dois motivos principais: o teor do que se considerava como fatos narrados e a dificuldade de demonstrar concretamente a veracidade das informações. A intensa preocupação, em síntese, deve ser entendida pela complexidade de como tornar os discursos em realidades científicas e acadêmicas, sem o risco de cair no julgamento, na acusação ou na incriminação de parcela da sociedade local, como políticos, servidores públicos da segurança e empresários e comerciantes.

Nesse sentido, o título desta parte é provocativo e faz alusão à localização do município de Iporã na faixa de fronteira e à dificuldade de comprovação das ações econômicas de enriquecimento financeiro a partir do tráfico de produtos contrabandeados e de drogas ilícitas. Assim, esse fator econômico engendra a ciranda¹¹ social da própria fragmentação socioespacial em Iporã. Obviamente, tem-se clareza que pela complexidade dessa situação, parcela das respostas não foram respondidas e acabam ficando na subjetividade da redação.

A impressão inicial em Iporã fugiu à regra do que se tem de experiência com trabalhos empíricos realizados ao longo da trajetória acadêmica do pesquisador: a pequena cidade era extremamente organizada do ponto de vista urbanístico e do planejamento urbano e demonstrava, espacialmente, uma imponente economia notória, com diversos pontos comerciais, embora significativa rarefação dos serviços e da indústria. Entretanto, essa impressão foi se transformando.

A sistematização desta parte ocorre em duas seções: na primeira, aparecem a breve história da consolidação municipal, a localização e as informações gerais que ajudam na compreensão do contexto local e, articulado com o contemporâneo, no entendimento das situações vinculadas à violência, insegurança objetiva e sociabilidade; já na segunda, é demonstrada a situação atual de Iporã a partir da análise dos questionários e relatos por meio de figuras, gráficos, quadros e tabelas.

4.1 A consolidação municipal de Iporã

A história da formação territorial e econômica do Paraná ganhou em dinamicidade com a ocupação do Norte do Estado, particularmente a partir da agricultura como motivadora das consolidações municipais. Apesar disso, a história da região onde se localiza, atualmente, Iporã antecede a própria ocupação portuguesa do Brasil realizada no final do século XV e início do século XVI.

Vestígios arqueológicos encontrados na região [atual Iporã] revelam que povos indígenas habitaram o território nas proximidades dos rios Paraná, Paranapanema, Tibagi, Iguaçu e Ivaí, desde sítios pré-cerâmicos de aproximadamente 6.000 anos a povos horticultores e ceramistas que estiveram presentes há cerca de 1.500 anos (IPORÃ, 2007, s. p.).

¹¹ Expressão utilizada como metáfora para representar a alta rotatividade de pessoas que passam por Iporã, deixam a cidade e, muitas vezes, retornam, recomeçando o ciclo de deslocamento.

Após a efetiva ocupação do Brasil até as concessões de terras (empreendimento privado), já no século XX, a região viveu constantes conflitos e disputas por terras. A ocupação tem origem com o Tratado de Tordesilhas, sob o domínio espanhol, a partir de povoados ligados às reduções jesuítas pertencentes à Província *Del Guairá* (IPORÃ, 2007). No entanto, após 1630, a região enfrentou ataques dos bandeirantes que destruíram os povoados. Depois disso,

A região não teve uma densidade expressiva, sendo ocupada novamente na metade do século XVIII pelos índios Tupi-guarani (...). Nos fins do século XVIII, o governo português organizou expedições militares de conquista do território, dando origem a vários núcleos de povoamento constituídos por fazendas de gado (IPORÃ, 2007, s. p.).

Já nas primeiras décadas do século XX, os planos de colonização foram iniciados no Norte do Paraná a partir das terras devolutas e das concessões retomadas pelo governo do Estado para as companhias colonizadoras (IPORÃ, 2007). Entre as várias companhias privadas de colonização que atuaram na região, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Limitada, posteriormente denominada de Sinop Terras S/A, realizou o empreendimento do futuro município de Iporã.

Em nove de janeiro de 1951, foi lavrada a escritura pública de transação das terras devolutas do Governo do Estado pela Sinop, dando início ao empreendimento de colonização com uma área de 857,5 km² (IPORÃ, 2007). No ano seguinte, a Sinop construiu uma rodovia de Guaíra até Cruzeiro do Oeste, aproveitando o caminho aberto para a estrada de ferro Guaíra - Campo Mourão, dando início ao povoamento.

Em 1953, chegaram os primeiros habitantes ao povoado denominado de "Gleba Atlântida". No ano seguinte, o povoado foi incorporado ao recém-criado município de Cruzeiro do Oeste e, em 1955, em um processo rápido, foi elevado à condição de Distrito Administrativo, com o nome de Iporã (IPORÃ, 2007).

Em 25 de julho de 1960, Iporã se emancipou, tornando-se município pela Lei Estadual nº. 4.245/1960, desmembrado de Cruzeiro do Oeste e com apenas o distrito sede. No ano seguinte, em 15 de novembro, ocorreu a instalação municipal com o chefe do Executivo e do Legislativo assumindo suas funções (IPORÃ, 2007).

Em 1967, foram criados e anexados ao município de Iporã os distritos de Cafezal, Francisco Alves e Rio Bonito. No ano seguinte, a mesma situação ocorreu com o Distrito de Oroite (ex-povoado de Santa Helena). A primeira perda territorial

aconteceu quatro anos depois, em 1972, quando os distritos de Francisco Alves e Rio Bonito se emanciparam para formar o município de Francisco Alves (IPORÃ, 2007).

Em 1982, foram criados e anexados ao município de Iporã os distritos de Nilza, Guaiporã e Jangada. Porém, oito anos depois, em 1990, aconteceu nova perda territorial: desmembramento dos distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada para formação do município de Cafezal do Sul. Portanto, em 1991, Iporã atingiu a atual composição territorial: distritos de Iporã (sede), Nilza e Oroite. A única mudança posterior foi toponímia, quando Oroite passou a se chamar Nova Santa Helena, recordando o passado como povoado (IPORÃ, 2007).

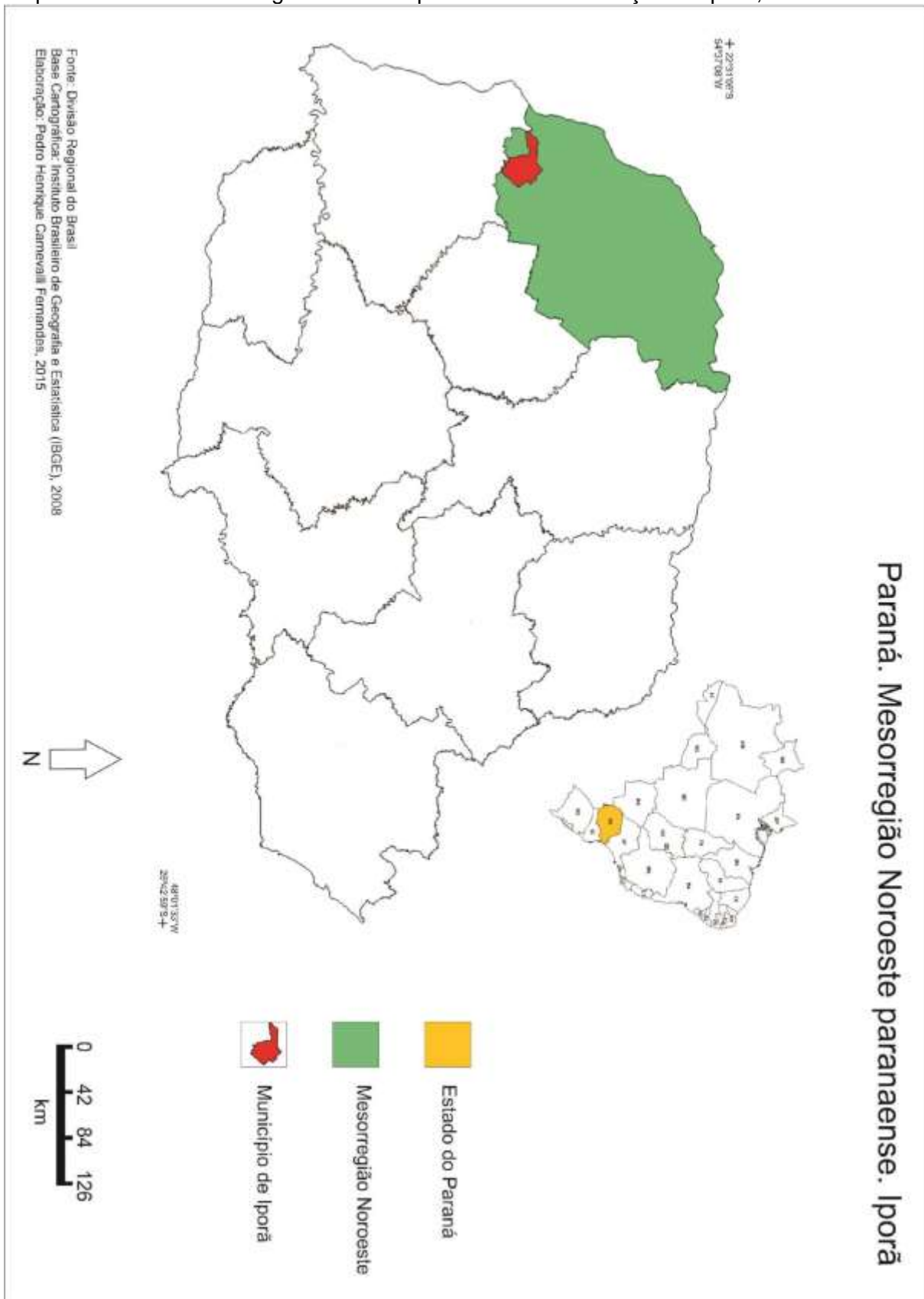
A relevância política do município aconteceu em 1963, três anos após a emancipação, quando ele foi elevado à categoria de Comarca. Naquele contexto, a sua principal atividade econômica era a cafeicultura, além do algodão e da mandioca. Iporã resgata suas origens indígenas das missões jesuíticas, sendo seu nome do tupi “i” (água) e “porã” (boa), significando, então, “água boa”. Na década de 1970, a produção cafeeira entrou em crise na região de Iporã, provocando a redução da cafeicultura e a expansão da pecuária (IPORÃ, 2007).

O município de Iporã está localizado no Norte do Estado do Paraná, especificamente na Mesorregião Noroeste paranaense, como apresenta o Mapa 31, com Longitude 53° 42' 15" W e Latitude 24° 00' 11" S, média de quatrocentos metros de altitude e 620 quilômetros de distância de Curitiba, capital estadual (IPARDES, 2015b). O município possui área de 651 quilômetros quadrados e faz divisa com oito municípios: Altônia, Assis Chateaubriand, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Francisco Alves, Palotina, Pérola e Terra Roxa (IPARDES, 2015b).

O Mapa 32 apresenta a localização de Iporã dentro da Mesorregião Noroeste paranaense, destacando as divisas municipais e a cidade (área urbana do distrito sede). Já o Mapa 33 demonstra o município de Iporã, com as áreas urbanas dos distritos (cidade de Iporã e vilas de Nilza e Nova Santa Helena), rodovias e hidrografia.

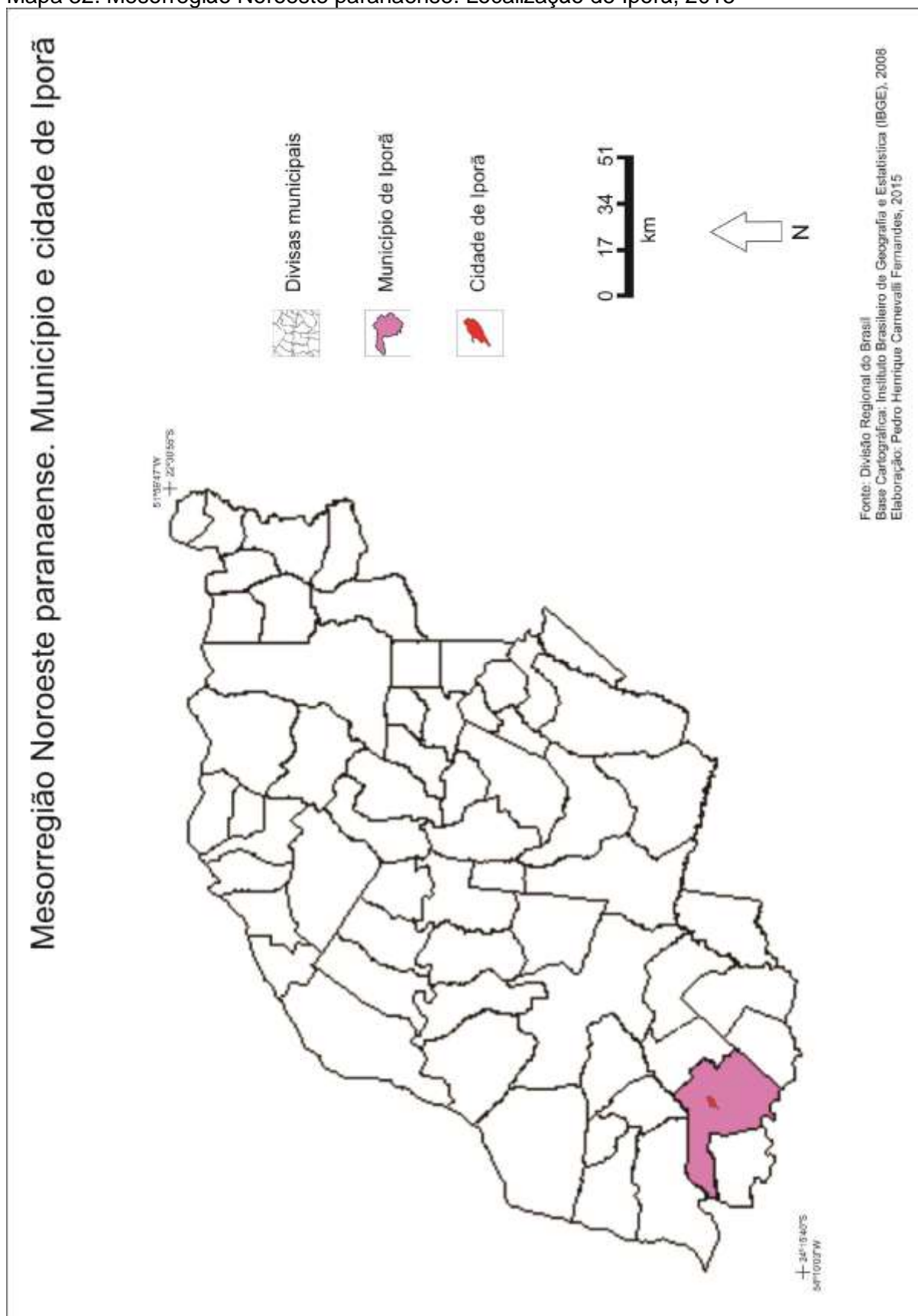
Como já apresentado na parte anterior, Iporã pertence à porção paranaense da faixa de fronteira terrestre brasileira. A cidade de Iporã está a 65 quilômetros da fronteira com o Paraguai e a 85 quilômetros de Salto de Guairá (Paraguai). É fundamental recordar que a faixa de fronteira no Brasil corresponde a uma faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, sendo que os municípios são classificados como: fronteiro, parcial ou totalmente na faixa, referências da sede à linha de fronteira e ao limite da faixa interna.

Mapa 31. Paraná. Mesorregião Noroeste paranaense. Localização de Iporã, 2015



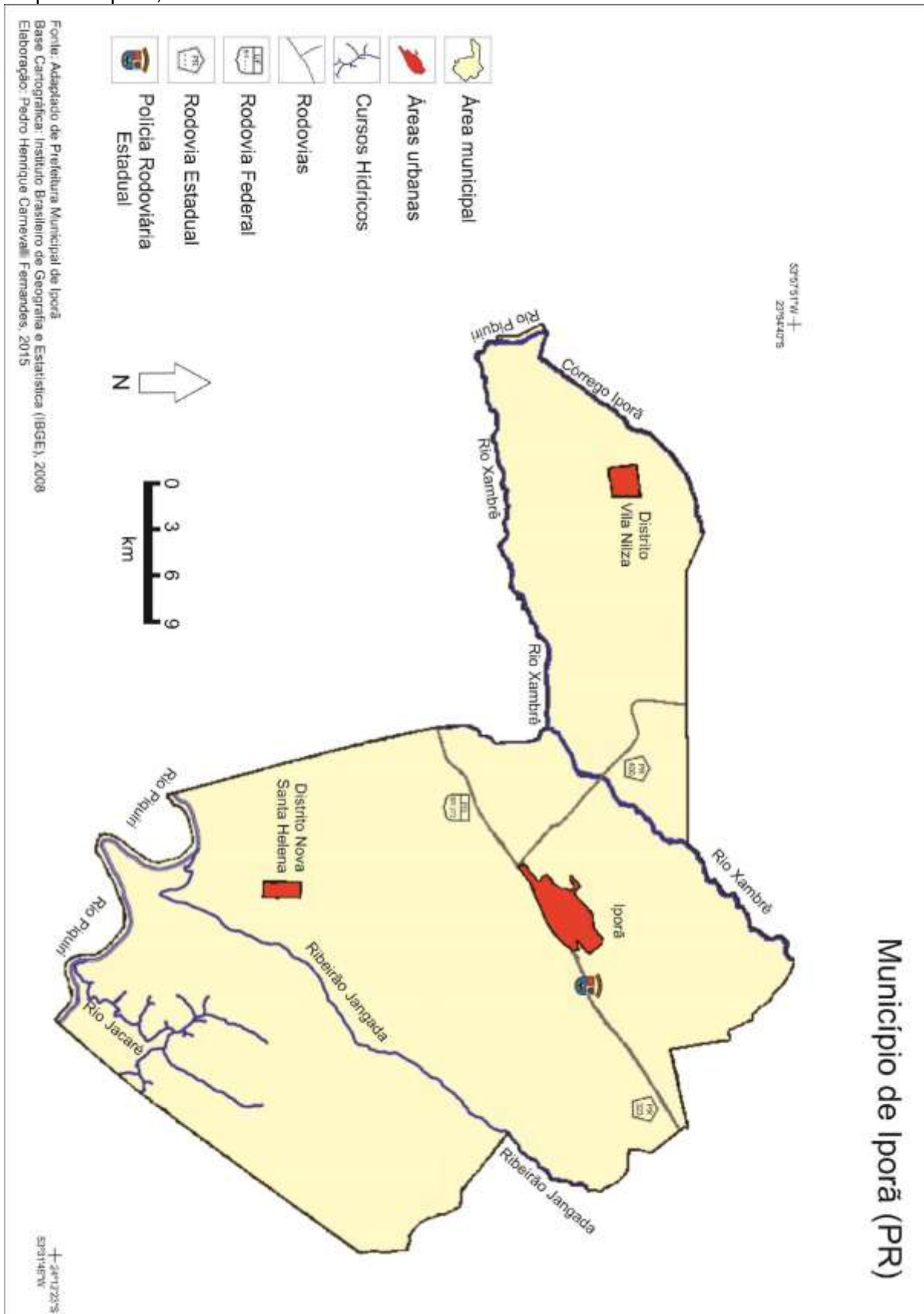
Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

Mapa 32. Mesorregião Noroeste paranaense. Localização de Iporã, 2015



Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

Mapa 33. Iporã, 2015



Fonte: Adaptado de Iporã (2007)

O município de Iporã é cortado pela PR-323, que vai de Sertaneja, na divisa do Estado do Paraná com São Paulo, até Iporã (com quatro quilômetros de trecho urbano), pela PR-490, que liga Iporã a São Jorge do Patrocínio (extensão de 38,6 quilômetros, sendo 30% no território iporãense), e pela BR-272, que foi projetada como uma rodovia de ligação entre São Paulo e o Paraguai, mas que se materializou em poucos trechos, como o de Iporã, que tem menos de seis quilômetros de extensão. Em Iporã, há um posto da Polícia Rodoviária Estadual do Paraná, na PR-323.

Além disso, a cidade possui, efetivamente acessíveis, duas entradas/saídas, sendo uma pela PR-323, vindo de Umuarama, demonstrada na Figura 14, e outra pelo trevo de interseção da PR-490 e BR-272, como pode ser observado na Figura 15. Essa redução de acessos já se mostrou como facilitadora para a prática de assaltos e furtos ao comércio local e para as ações de explosão e roubos, com reféns, de agências bancárias e/ou caixas eletrônicos em cidades pequenas do interior do Brasil, inclusive do Estado do Paraná.

Em Iporã, existem notícias nas mídias digitais desses tipos de ocorrências desde 2012, embora alguns respondentes tenham sinalizado para roubos e furtos em bancos de Iporã no início da década de 2010. A última tentativa frustrada ocorreu em 28 de dezembro de 2015, e a com sucesso em 06 de junho de 2015, ambas no Banco do Brasil.

Figura 14. Iporã (PR). Entrada/Saída pela PR-323, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

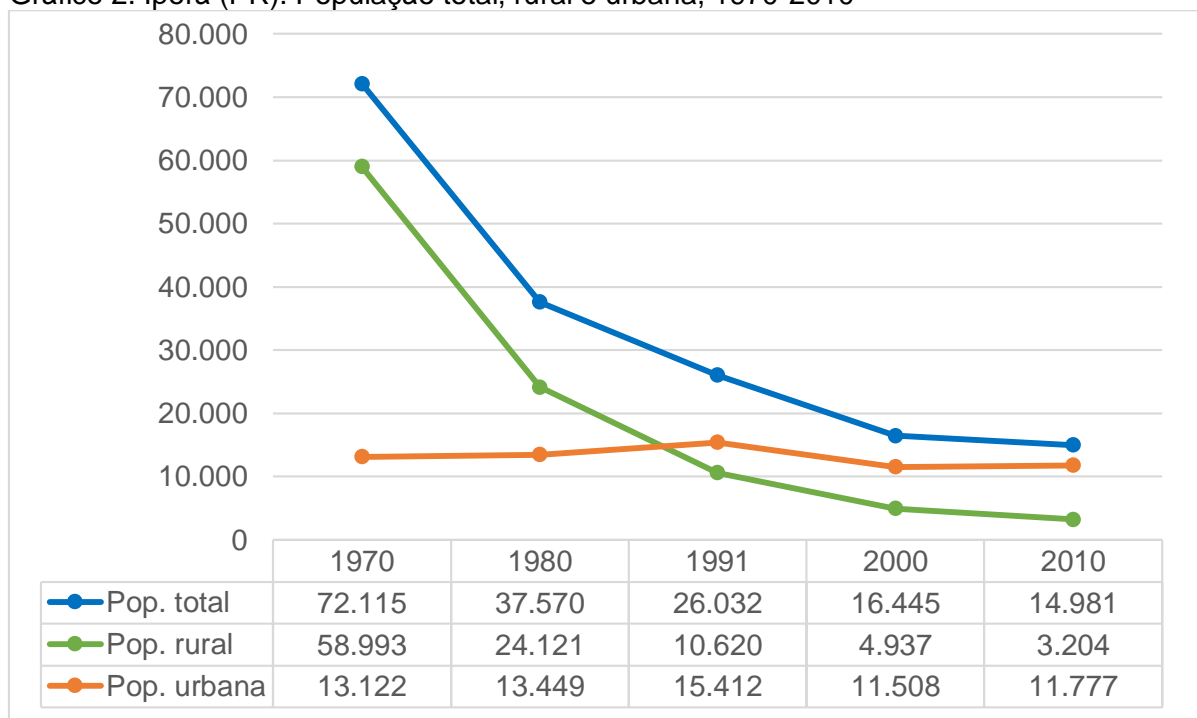
Figura 15. Iporã (PR). Entrada/Saída pelo trevo da PR-490 e BR-272, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Em 2010, segundo o censo do IBGE (2010), a população total de Iporã era de 14.981 habitantes. Todavia, ela já chegou a atingir 72.115 habitantes no auge da consolidação municipal, em 1970. O Gráfico 2 apresenta os dados de população total, urbana e rural de 1970 a 2010, em Iporã.

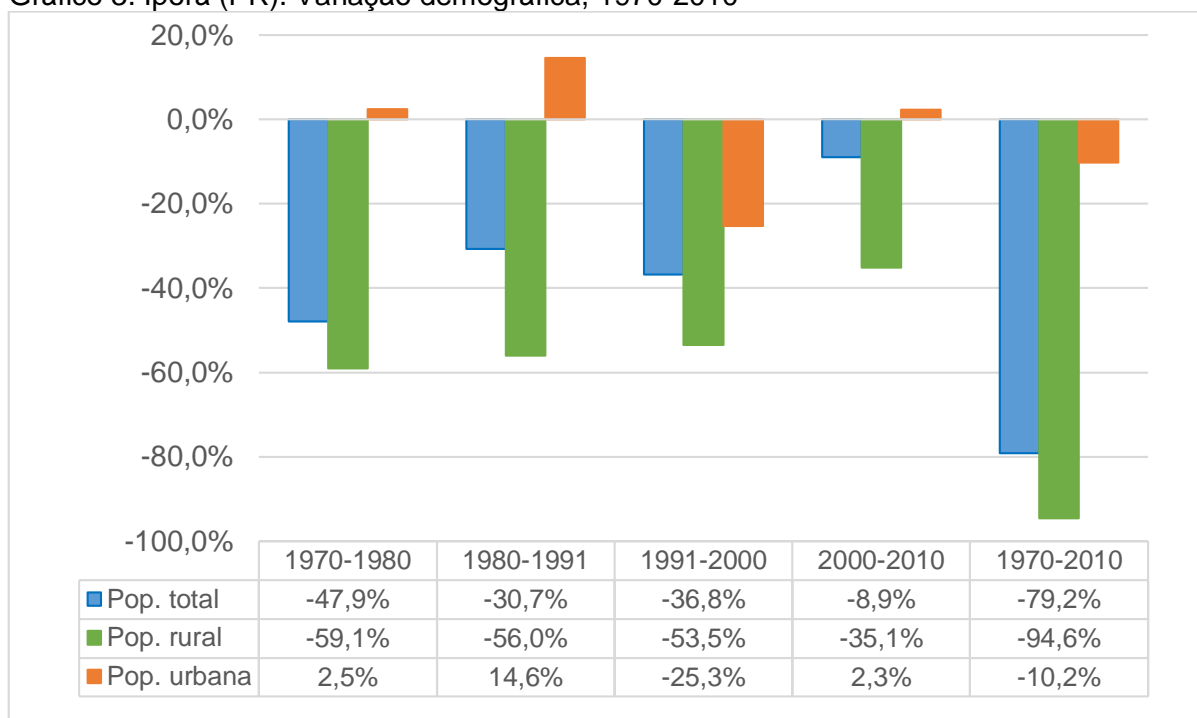
Gráfico 2. Iporã (PR). População total, rural e urbana, 1970-2010



Fonte: Adaptado dos censos do IBGE

Já o Gráfico 3 demonstra a variação demográfica da população total, rural e urbana em Iporã, em cada setor, no mesmo período, tomando 1970 como “ano-base” (valor: 0%) e comparado o dado de um ano com o anterior e em todo o período de 1970 a 2010.

Gráfico 3. Iporã (PR). Variação demográfica, 1970-2010



Fonte: Adaptado dos censos do IBGE

O início da década de 1970 refletiu o auge econômico e social do setor primário na região de Iporã. Assim, o primeiro censo do município mostrou que a população total era de 72.115 habitantes, dos quais 81,8% residiam na área rural e 18,2% na área urbana. Apesar disso, as décadas seguintes foram, praticamente, de declínio demográfico em todos os setores, reflexo das mudanças agrícolas e econômicas enfrentadas pelo Estado do Paraná.

Em 1980, os números detalharam a primeira grande perda populacional. A população total reduziu em 48% e a rural, em 60%. Houve, ainda, um aumento de 2,5% na população urbana. Essa grande perda demográfica de quase metade da população total decorreu da emancipação municipal de Francisco Alves, em 1972. Contudo, não foi o principal motivo, já que Francisco Alves possuía, em 1980, 14.715 habitantes, ou seja, 20% da população do seu município de origem. Portanto,

descontando a população do novo município, a queda na população de Iporã foi de quase vinte mil habitantes ou de 27,5%.

A década de 1990 manteve o ritmo de queda populacional. No censo de 1991, em comparação ao anterior, as perdas demográficas atingiram 30% da população total e 56% da população rural. Por outro lado, a população urbana passou pelo seu ápice de ganho populacional com um aumento significativo de quase 15%. É fundamental recordar que em 1991 o município atingia sua atual composição territorial: distrito de Iporã, Nilza e Nova Santa Helena.

Efetivamente, o período de 1991 a 2000 foi o mais grave para Iporã quanto ao declínio demográfico, já que as quedas alcançaram os maiores valores e atingiram, pela primeira vez, todos os setores e distritos do município. Então, já descontando a emancipação de Francisco Alves, as quedas foram de 37% da população total, 54% da população rural e 25% da população urbana. No último período censitário, entre 2000 e 2010, a redução demográfica desacelerou e a população urbana voltou a crescer, ainda que timidamente: 2,3%.

Atualmente, em Iporã, 89% da população reside no distrito sede e 91% da população urbana municipal habita a cidade de Iporã. Por isso, o Quadro 23 apresenta, detalhadamente, a população total, rural e urbana nos três distritos do município de Iporã.

Quadro 23. Iporã (PR). População total, urbana e rural por distrito, 1991-2010

Distrito	Ano	Pop. total	Pop. rural	Pop. urbana
Nilza	1991	2.390	1.530	860
	2000	1.273	660	613
	2010	826	346	480
Nova Santa Helena	1991	2.012	1.179	833
	2000	1.215	557	658
	2010	854	321	533
Iporã	1991	15.919	5.201	10.718
	2000	13.957	3.720	10.237
	2010	13.301	2.537	10.764

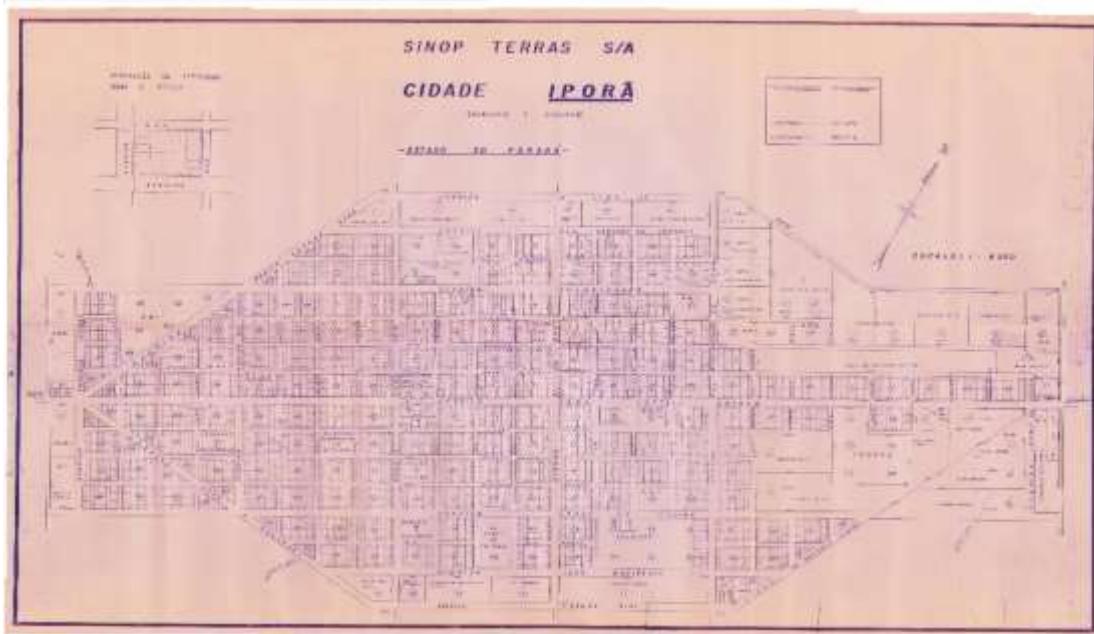
Fonte: Adaptado dos censos do IBGE

Os valores para todo o período histórico, entre 1970 e 2010, mostram que a perda populacional em Iporã foi de quase 80% da população total, 95% da população rural e 10% da população urbana. Essa perda populacional na cidade reflete a perda de centralidade desempenhada por ela, especialmente na geração de renda, o que corrobora com o antagonismo econômico de Iporã contextualizado na redação

introdutória desta parte: o predomínio de alto padrão de residência e do setor terciário da economia e, em contrapartida, a rarefação de ofertas de emprego e de geração de renda, o esvaziado comércio e os poucos serviços disponíveis.

A urbanização planejada, típica de cidades do Norte do Estado do Paraná, é retratada no plano urbano inicial de Iporã, demonstrado na Figura 16, da década de 1960, elaborado pela companhia colonizadora com traçado ortogonal e avenidas diagonais que se encontram formando um losango nas extremidades longitudinais (IPORÃ, 2007).

Figura 16. Iporã (PR). Plano urbano inicial, década de 1960



Fonte: Iporã (2007)

Na sequência, são apresentadas as plantas urbanas e as imagens de satélite recentes de Iporã. A área urbana do distrito-sede (cidade) abrange, aproximadamente, 5,66 quilômetros quadrados, como mostra o Mapa 34, sendo que, somado às áreas urbanas do Distrito de Nova Santa Helena (Mapa 35) e do Distrito de Nilza (Mapa 36), representam apenas 1,5% da área municipal de Iporã (IPARDES, 2015b). Já as Figuras 17, 18 e 19 mostram, respectivamente, imagens de satélite, datadas de 2013, das áreas urbanas de Iporã, Nova Santa Helena e Nilza. Elas evidenciam o planejamento inicial na construção do urbano e, também, os novos espaços que surgiram na contemporaneidade como reflexo da autosegregação e/ou da fragmentação social e espacial, particularmente na cidade de Iporã, já que as vilas de Nova Santa Helena e Nilza estão propensas ao desaparecimento.

Mapa 34. Iporã (PR). Distrito de Iporã, cidade, 2015



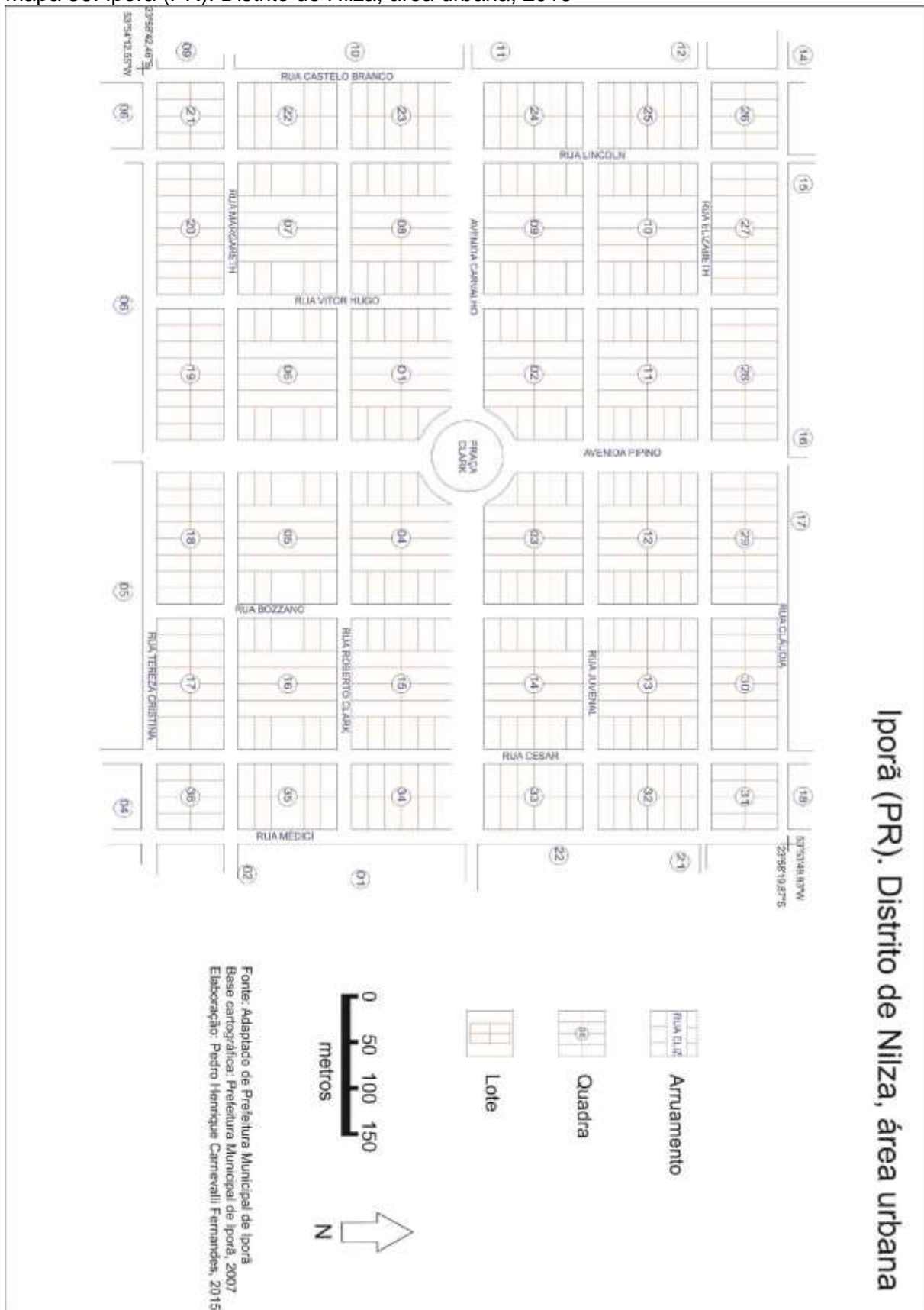
Fonte: Adaptado de Iporã (2007)

Mapa 35. Iporã (PR). Distrito de Nova Santa Helena, área urbana, 2015



Fonte: Adaptado de Iporã (2007)

Mapa 36. Iporã (PR). Distrito de Nilza, área urbana, 2015



Fonte: Adaptado de Iporã (2007)

Figura 17. Iporã (PR). Imagem de satélite da cidade, 2013



Fonte: *Google Earth* (2015)

Figura 18. Iporã (PR). Imagem de satélite da vila de Nova Santa Helena, 2013



Fonte: *Google Earth* (2015)

Figura 19. Iporã (PR). Imagem de satélite da vila de Nilza, 2013



Fonte: *Google Earth* (2015)

Na cidade de Iporã, o planejamento urbano ocorreu em três blocos no sentido Nordeste-Sudoeste: (i) no primeiro bloco, a Oeste na saída para Francisco Alves e Altônia, se localiza os Poderes Executivo e Legislativo e, paradoxalmente, os espaços mais negligenciados por eles, e, por isso, com os maiores problemas sociais do município; (ii) no segundo bloco, na área central, ficam os principais equipamentos públicos, como hospital, rodoviária, Casa da Cultura, Guarda Municipal, Polícia Militar e Civil, entre outros; e (iii) no terceiro bloco, a Leste na saída para Umuarama, estão as áreas de expansão para as classes média e alta de Iporã, que se beneficiam da presença dos clubes e do amplo espaço natural, valorizando ainda mais o solo.

A descontinuidade desse planejamento ocorre apenas nos extremos, fora dos três grandes eixos. No extremo Sudoeste está sendo instalado um parque industrial para tentar fomentar a geração de emprego em Iporã, já que muitos, principalmente jovens, acabam trabalhando em municípios vizinhos. Nos outros dois distritos, a situação é entristecedora, já que estão completamente abandonados pelo poder público municipal, inclusive quanto ao acesso pelas estradas municipais. O reflexo disso é uma perda demográfica, entre 1991 e 2010, que passa de 65% na Nilza e de 60% em Nova Santa Helena. Assim, em projeções geométricas, ambos os distritos poderão perder todos os habitantes em menos de duas décadas.

4.2 As percepções e contradições na contemporaneidade de Iporã

A morfologia urbana planejada, com vias largas, arborizadas e plano urbanístico quadriculado, retrata uma impressão positiva quando se chega a Iporã. A cidade possui uma visão paisagística agradável, demonstrada na Figura 20, que retrata a avenida principal. Assim, a percepção inicial proporciona a sensação de uma cidade dinâmica.

Figura 20. Iporã (PR). Avenida Presidente Castelo Branco, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Embora a cidade tenha uma rarefação de serviços, alguns tipos se destacam pela quantidade significativa: escritórios de advocacia, arquitetura e engenharia e as clínicas e consultórios médicos particulares. Os demais tipos de serviços são, praticamente, inexpressivos. Além disso, são poucos estabelecimentos de farmácias, de atividades culturais e de alimentação (como lanchonete, pizzaria, restaurante, etc.). Na cidade, também, inexistente ensino superior presencial.

Conforme os dias de trabalho de campo foram passando, a impressão positiva inicial foi se estilhaçando e sendo remodelada. Nesse sentido, Iporã se mostrou com dois contextos urbanos bem antagônicos. O primeiro, esboçado na Figura 21, retrata os espaços negligenciados, e até escondidos, pelo poder público, com áreas precárias que expressam claramente as contradições sociais, sem asfalto e serviços públicos. Essas áreas apresentam uma população jovem desocupada, reflexo da dificuldade na

elaboração de políticas de geração de emprego e renda no município, e segregada pelos demais habitantes da cidade.

Figura 21. Iporã (PR). Espaço esquecido pelo poder público, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Infelizmente, esses espaços são estereotipados pelos demais moradores de Iporã, inclusive motivando a negação de emprego. Assim, eles acabam sendo marginalizados e até ignorados pelos demais moradores. Diante da inoperância do poder público e do abandono dos demais habitantes, grupos organizados, como do tráfico e de produtos contrabandeados do Paraguai, encontram condições favoráveis para se infiltrar nesses espaços e persuadir os jovens sem perspectivas.

Logo, em uma primeira reflexão, esses espaços enfrentam a violência produzida e reproduzida pelo Estado e pela sociedade municipal, geram violência como consequência da primeira violência e da inserção do tráfico ilícito de drogas e produtos e passam, aos demais moradores de Iporã, uma insegurança objetiva, reflexo das violências anteriores produzidas.

A intensidade do problema ocorre pela própria materialização da violência e da insegurança objetiva dentro desses espaços. Durante a aplicação dos questionários, cinco respondentes comentaram de “pontos de tráfico” próximos às suas residências, com constantes brigas e até casos de homicídios. Além disso, alguns respondentes relataram que a violência se materializa por meio de assaltos e furtos, o que é mais entristecedor já que, mesmo a condição financeira sendo precária – e as casas

expressam isso –, eles têm roupas, cadeiras de área, eletrodomésticos e eletrônicos furtados e roubados constantemente.

O segundo espaço, representado pela Figura 22, apresenta um aspecto adequado de urbanismo, inclusive com a sinalização de políticas e campanhas municipais. Apesar disso, são áreas que também apresentam problemas com o tráfico ilícito de drogas e de outros produtos.

Figura 22. Iporã (PR). Espaço contemplado pelo poder público, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Nesse espaço, houve dificuldade na aplicação dos questionários entre os jovens, já que os respondentes dessa faixa etária tinham resignação ao falarem sobre o assunto, diferentemente dos jovens dos bairros estigmatizados. Trata-se de outra perspectiva para analisar a violência e a insegurança objetiva local. São aspectos cotidianos mascarados e de algum modo escondidos nas aparências impostas pelo poder financeiro. Em suma, a partir de percepções e de alguns respondentes, pessoas da elite também se vinculam à violência e à insegurança objetiva local por meio do tráfico de influência, drogas e produtos ilícitos, da corrupção e exploração, do cargo ou papel social desempenhado, da sonegação fiscal e do negligenciar à fiscalização, demonstrando, mais uma vez, que, como aponta a literatura, não é a pobreza o fator da criminalidade e da violência.

A vida noturna em Iporã é silenciosa, tanto nas relações sociais como nas de consumo. Existem poucos estabelecimentos culturais e comerciais que funcionam

após o horário comercial. Inexiste bandeira famosa de posto de combustível e rede de *fast-food*. Observou-se que, para um visitante que se hospeda em hotel, existe muita dificuldade para jantar na cidade. Permanecem, espalhados pela noite, uma dezena de botecos e dois postos de combustíveis, que funcionam, também, como pontos de lazer, com música (som automotivo) e bebida.

Na perspectiva social, a cidade é silenciosa. As ruas escuras e vazias e os poucos pedestres que se atrevem romper com essa inércia, refletem uma paisagem bucólica que parece não findar. A quebra ocorre apenas com o barulho das motocicletas¹² que, como uma orquestra, sonoriza a noite de Iporã, em um vaivém interminável pelas principais ruas da cidade e pelos postos de combustível. Nem a principal praça, chamada de Praça Pública das Nações (Figura 23), com um chafariz jorrando água em diferentes ritmos, rompe essa dinâmica. Essa é uma área da cidade com constantes alagamentos. Na rodoviária, os holofotes mostram um ônibus chegando e poucas pessoas esperando. Os ginásios e poucos espaços públicos estão fechados. O lúdico parece não existir, e isso tudo ocorre em um final de semana de maio de 2015.

Figura 23. Iporã (PR). Praça Pública das Nações, área central, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

¹² Segundo o Ipardes (2015b), em 2014, as motocicletas e motonetas correspondiam a um terço (33,3%) da frota de veículos de Iporã. Na proporção entre automóveis e motocicletas, os valores são próximos, com 58% para os automóveis.

No primeiro contato na prefeitura municipal, as informações repassadas foram que o prefeito estava em viagem a Brasília e que, depois, iria a Curitiba, e o vice-prefeito “trabalhava nas estradas” e que não seria possível o contato. A mesma situação ocorreu ao procurar outros representantes, como os secretários municipais. Contudo, no desenrolar dos dias de trabalho e da insistência, dois gestores aceitaram responder ao questionário, desde que não houvesse gravação: o da Secretaria de Educação, Cultura e o Desporto e da Secretaria de Assistência à Saúde e à Área Social. Além deles, foram aplicados questionários com os responsáveis pela Guarda Municipal, Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Tutelar e Polícia Rodoviária Estadual.

Já ao buscar a interlocução com o Legislativo municipal, apenas um vereador, entre os nove eleitos (a composição mostrava seis vereadores da situação e três da oposição), dispôs-se a responder, de modo breve e rápido, ao questionário. O presidente da Câmara, igualmente, não se dispôs a participar.

Embora a área comercial (Figura 24) seja diversificada e significativa, a ponto de representar, segundo o Ipardes (2015b), 60% dos estabelecimentos econômicos de Iporã (a agropecuária, na sequência, aparece distante com quase 25%), ou seja, sustentar a economia local, ela é afetada, diretamente, pela disputa com Umuarama e, principalmente, com *Salto del Guairá*, no Paraguai, dialogando com os estudos sobre a perda de centralidade de inúmeras pequenas cidades.

Figura 24. Iporã (PR). Área comercial, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Entender o contexto da violência e da insegurança objetiva em Iporã é transitar, também, pelas urbanidades em totalidade. Nesse sentido, o Quadro 24 apresenta uma breve descrição dos serviços e equipamentos em Iporã.

Quadro 24. Iporã (PR). Relação de serviços e equipamentos urbanos, 2015

Serviços	Descrição
Agências bancárias	Quatro agências, sendo duas de bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal)
Bombeiro	Bombeiro Comunitário, mantido pela Prefeitura Municipal. Militarmente, o município pertencente à área de atuação do 6º SGBI de Umuarama, do Governo do Estado do Paraná
Comunicação	Duas emissoras de rádio e acesso à internet. Sinal de telefonia suficiente na área urbana, sem perda de sinal
Correios	Uma agência na cidade e duas agências comunitárias, uma em cada distrito
Polícia Civil	Delegacia de Polícia Civil, subordinada à 7ª SDP de Umuarama, que responde por Iporã e mais dois municípios
Polícia Militar	2ª CIPM, subordinada ao 25º BPM de Umuarama e, conseqüentemente, ao 3º CRPM de Maringá
Cultura	Duas bibliotecas públicas e um Centro Cultural
Recreação e lazer	Estádio e ginásio municipal, praças com academias ao ar livre e clube de campo
Saúde	23 unidades, sendo nove municipais e 14 privadas. Destaque para um Hospital Geral e cinco UBS, que geram 30 leitos, todos pelo SUS
Educação e ensino	16 unidades, sendo nove municipais, quatro estaduais e três particulares. São 2.910 estudantes, dos quais 63% no ensino fundamental, 21% no médio e 16% no infantil
Equipamentos estaduais ou federais	Estaduais: Escritório municipal da Emater e da Fomento Paraná e agências da Companhia Paranaense de Energia (Copel) e da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Federais: Unidade de Atendimento da Receita Federal e do Ministério do Desenvolvimento Social
Judiciário	Sede da Comarca. 68ª Seção Judiciária que atende, além de Iporã, três municípios. Juízo Único. Fórum. Juizado Especial Civil e Criminal. Cartórios Extrajudiciais. Conselho da Infância e Juventude. Ministério Público
Rodoviária	Viação Garcia, Expresso Maringá e Viação Umuarama
Saneamento Básico	94% das unidades atendidas - Abastecimento de água 83% das unidades atendidas – Coleta de lixo 27% das unidades atendidas – Esgoto
Serviços funerários e Instituto Médico Legal	Um cemitério em cada distrito e a presença de serviços funerários municipais e particulares. O IML responsável é o de Umuarama
Transportes	Transporte entre o distrito sede e os distritos de Nilza e Nova Santa Helena, além do transporte escolar

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

O detalhamento de alguns desses itens acontece ao longo desta parte associado aos resultados empíricos do questionário. Vários deles, utilizados diariamente, acabam não sendo percebidos em cidades maiores. Contudo, em cidades pequenas, onde a oferta é escassa, a ausência ou presença de um deles não só faz diferença, como também é sentida pela população. Portanto, como procedimento metodológico, as reflexões ocorrem a partir das análises dos questionários associadas à situação atual de cada equipamento, serviço e contexto urbano. Os resultados se materializam em figuras, tabelas, quadros e gráficos.

Inicia-se, então, conhecendo o perfil dos respondentes. Sobre o local de nascimento deles, 37,1% nasceram no município e 62,9% em outra localidade. Os respondentes que nasceram fora de Iporã citaram, no total, 52 municípios em nove Estados, demonstrando uma rotatividade populacional, especialmente nos últimos anos quando a cidade voltou a ganhar população. Assim, a rodoviária, retratada na Figura 25, atua como um equipamento significativo no contexto municipal. Além disso, ela é fundamental para o debate acerca do tráfico de drogas e de produtos ilícitos, já que funciona como um nó de parada nessas redes.

Figura 25. Iporã (PR). Rodoviária, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

A Tabela 14 destaca os resultados acerca do trabalho e do emprego entre os respondentes de Iporã, desconsiderando quatro moradores (3,6%) que se recusaram

a responder à questão. Entre os que responderam, 66,4% trabalhavam, sendo 91,6% deles em Iporã, e 33,6% estavam sem emprego.

Tabela 14. Iporã (PR). Trabalho, 2015

	%	Gênero	Faixa Etária	Homens	Mulheres	
Não	33,6	Homens	18 a 29 anos	25,0%	20,8%	
		33,3%		30 a 39 anos	8,3%	8,3%
				40 a 49 anos	16,7%	16,7%
			Mulheres	50 a 59 anos	8,3%	8,3%
		66,7%		60 anos ou mais	41,7%	45,9%
		Total		100,0%	100,0%	
Sim, em Iporã	60,8	Homens	18 a 29 anos	21,0%	26,0%	
		58,5%		30 a 39 anos	21,0%	18,5%
				40 a 49 anos	23,7%	22,2%
			Mulheres	50 a 59 anos	15,8%	29,6%
		41,5%		60 anos ou mais	18,5%	3,7%
		Total		100,0%	100,0%	
Sim, fora de Iporã	5,6	Homens	18 a 29 anos	100,0%	33,3%	
		50,0%		30 a 39 anos	-	66,7%
				40 a 49 anos	-	-
			Mulheres	50 a 59 anos	-	-
		50,0%		60 anos ou mais	-	-
		Total		100,0%	100,0%	
Total	100,0					

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Os respondentes sem emprego representavam um terço do total. Entre eles, a maioria, com 66,7%, eram mulheres, predominantemente da faixa etária de 18-29 anos. O estrato de mulheres entre 40-49 anos que não trabalhavam atingiu quase 17%. Os respondentes com 60 anos ou mais sem ocupação estavam aposentados. Já entre os homens que não trabalhavam, as proporções foram semelhantes às mulheres: um quarto entre 18-29 anos e quase 17% entre 40-49 anos.

Já os respondentes que trabalhavam, dividiram-se quanto à localidade do emprego, sendo 60,8% em Iporã e 5,6% em municípios vizinhos. No caso dos empregados no município de Iporã, quase 60% eram homens. Entre os homens, houve proporcionalidade entre as faixas etárias. Já no caso das mulheres, a faixa de 60 anos ou mais representou menos de 4%, valor 80% menor que a mesma faixa etária entre os homens. Em contrapartida, as mulheres entre 18-29 anos conseguiram mais empregos que os homens da mesma faixa etária.

No caso dos respondentes que trabalhavam fora de Iporã, metade eram homens e metade mulheres, sendo que todos os homens tinham entre 18-29 anos e

quase 70% das mulheres eram mais experientes, entre 30-39 anos. Os empregos fora de Iporã que possuíam esses respondentes eram nos ramos de frigoríferos, indústrias e agroindústrias, principalmente em Umuarama, Palotina e Altônia.

Esses resultados somados aos dados secundários, apresentados na sequência, permitem reflexões quanto ao trabalho e emprego em Iporã. Segundo o Ipardes (2015b), o município possuía 51,5% dos habitantes em População Economicamente Ativa (PEA), em 2010, ou seja, pertencentes ao subgrupo da população em idade ativa (dez anos ou mais de idade) que estavam desenvolvendo alguma atividade de forma contínua e regular ou, por essas pessoas não estarem ocupadas, se encontravam procurando trabalho no período de referência. Diante disso, quase 5% da PEA era de população desocupada, ou seja, desempregada, mas procurando emprego. A Tabela 15 demonstra a população ocupada, em 2010, por atividade econômica, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae Domiciliar 2.0).

Tabela 15. Iporã (PR). População ocupada por atividade econômica, 2010

Atividade econômica	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	29,4
Indústrias de transformação	19,3
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	16,6
Construção	5,3
Serviços domésticos	5,1
Administração pública, defesa e seguridade social	4,5
Educação	4,4
Alojamento e alimentação	3,1
Transporte, armazenagem e correio	2,5
Saúde humana e serviços sociais	1,8
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1,6
Atividades administrativas e serviços complementares	1,2
Outras ou não especificadas	5,2
Total	100,0

Fonte: Adaptado de Ipardes (2015b)

O setor primário, entendido pela agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura, se destaca com quase 30% da população ocupada de Iporã. A indústria de transformação aparece na segunda posição com quase 20% dos empregos. Apesar disso, é relevante retomar que a economia local se sustenta pelo setor terciário, predominantemente, o comércio. Esse grupo representa menos de 17% da população ocupada, mesmo atingindo 41% dos estabelecimentos econômicos. Outras

atividades que se destacam são: construção (5,3%), serviços domésticos (5,1%) e administração pública, defesa e seguridade social (4,5%).

Uma atual possibilidade de emprego em Iporã é no ramo da costura industrial. A Figura 26 apresenta uma escola municipal de capacitação, no centro da cidade, que tem como objetivo capacitar a mão de obra para as indústrias de Iporã e, particularmente, para as indústrias de Cianorte.

Figura 26. Iporã (PR). Escola Municipal de Costura Industrial, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Já os números de postos de trabalho apresentados pelo Ipardes (2015b), a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a qual corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos em 2013, demonstram um cenário mais preocupante: o número de empregos em Iporã era de 2.949, o que corresponde a 40% da população ocupada. Entre os postos de trabalho listados, 36% estavam na indústria de transformação (sendo 87% deles no setor têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos e no de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico); 27% nos serviços (com quase 48% dos empregos na Administração Pública direta e indireta); 22% no comércio (abarcando 91% dos empregos no setor varejista); 10% na construção civil; e 5% na agropecuária.

Assim, a construção civil e a indústria eram os setores que mais empregavam, proporcionalmente, por número de estabelecimentos, com vinte e 18 empregos, respectivamente, por unidade. O comércio, apesar de representar 41% de todos os

estabelecimentos, gera apenas 3,5 empregos por unidade, a segunda pior média (melhor apenas que o 1,5 emprego em cada estabelecimento de agropecuária).

Diante disso, os resultados dos questionários aplicados em Iporã demonstraram um cenário melhor do que as bases Cnae e Rais, já que 66% responderam que estavam trabalhando enquanto a PEA não chegava a 52% e os postos de trabalhos eram de apenas 40% da população ocupada. Além disso, algumas contradições serviram para alimentar as inquietações apresentadas na introdução desta parte, como o setor primário empregar quase um terço dos postos de trabalho, e isso representar a pior proporção no número de empregos por estabelecimentos econômicos e a indústria, com pouquíssimas unidades, ocupar quase 20% dos empregos, enquanto o comércio se configura como a principal base econômica do município. Por isso, a questão do emprego, especialmente pela informalidade, pode ser um elemento a ser considerado nessa realidade de fronteira que envolve o tráfico ilícito de drogas e de outros produtos e, por consequência imediata, a violência e insegurança objetiva local.

Quanto ao grau de escolaridade dos respondentes, quase 44% haviam terminado o ensino médio, sendo praticamente a mesma proporção entre os gêneros. O segundo grau de escolaridade mais citado foi o de ensino fundamental incompleto, com 20,4%. A ausência de alfabetização entre os mais velhos é um problema crônico na cidade. Além disso, inexistente ensino superior presencial em Iporã. Segundo o Ipardes (2015b), Iporã tinha, em 2014, 2.910 alunos (19,4% da população municipal) frequentando estabelecimentos de ensino no município, sendo que 43% estavam matriculados na rede estadual de ensino, 37% na rede municipal e 20% na particular.

A taxa de analfabetismo, em Iporã, se destaca negativamente. Em 2010, 12,1% das pessoas com 15 anos ou mais eram consideradas analfabetas. Já considerando as pessoas com 50 anos ou mais, a proporção de analfabetos saltava para 25,4%. Esses dados se tornam mais expressivos quando comparados com os do Estado do Paraná e de Umuarama: o Paraná possuía 6,3% de analfabetismo para pessoas com 15 ou mais anos de idade e 15,9% para pessoas com 50 anos ou mais; já em Umuarama, os valores eram, respectivamente, 6,23% e 16,7% (IBGE, 2010). Logo, em comparação, os dados de Iporã eram: (i) 92% superiores entre as pessoas com 15 anos ou mais e (ii) 60% maiores entre as pessoas com 50 anos ou mais.

Por outro lado, a taxa de evasão escolar, em Iporã, apresentava um cenário melhor, segundo informações do Ipardes (2015b). No ensino fundamental (anos

finais), a evasão era, em 2013, de 2,2% em Iporã, contra 2,8% do Paraná e 1,3% de Umuarama. Já no ensino médio, essa evasão escolar atingiu 4,6% em Iporã, 6,4% no Estado e 6,1% em Umuarama. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Iporã, em 2015, o município de Iporã tinha 150 crianças fora da escola. Porém, uma “Super creche¹³”, em fase final de construção, vai solucionar esse problema nos próximos anos.

Superado o perfil dos respondentes, as próximas análises referem-se à relação deles com o município e a cidade. Por isso, as duas primeiras indagações buscaram elencar os aspectos positivos (“O que mais gosta”) e negativos (“O que mais falta”) em Iporã. Em ambas, o respondente foi estimulado a citar duas características, mas pôde fazer mais ou menos considerações.

Nesse sentido, a Tabela 16 apresenta os elementos que mais agradam os respondentes de Iporã. No total, foram 179 citações, média de 1,6 por respondente. Todavia, considerando que vinte respondentes (18%) não gostam de “nada” em Iporã, três (2,7%) gostam de “tudo” e um (0,9%) não soube responder, a média de citações, entre os demais, passou a ser de 1,8 por respondente.

Tabela 16. Iporã (PR). Elementos positivos, 2015

Elemento	%
Povo/Pessoas/Família/Amigos/Amizades/Vizinhos	23,5
Tudo perto	14,5
Nada	11,2
Agricultura/Natureza/Clima	7,3
Serviços/Infraestrutura/Organização/Limpeza	6,7
Tranquilidade/Silêncio	6,1
Educação	5,0
Clube de campo/Estádio municipal/Rodeio/Atividade da terceira idade	4,5
Saúde	4,5
Trabalho/Emprego	4,5
Igreja/Religião	3,9
Prefeito/Vereadores/Administração pública	2,2
Tudo	1,7
Não soube	0,5
Outros	3,9
Total	100,0

Nota: Consideradas as citadas, no mínimo, três vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

¹³ “Super creche” é o apelido criado pela Presidenta Dilma Rousseff para se referir aos projetos arquitetônicos do tipo 1 e do tipo 2 de creches, presentes no Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2015a).

As expressões “povo/pessoas/família/amigos/amizades/vizinhos”, em primeiro lugar, foram citadas 62% a mais que a segunda, que se referia à dimensão espacial da cidade. Elas sintetizaram o afeto pelos conhecidos e as amizades existentes, somaram quase um quarto de todas as citações e estiveram presentes em 48% dos respondentes. As três primeiras somaram, praticamente, 50% de todas as considerações. Outras expressões se destacaram: tranquilidade e o silêncio (6,1%), o trabalho e o emprego (4,5%) e o prefeito, os vereadores e a administração pública (2,2%).

Em contrapartida, a Tabela 17 elenca os elementos que menos agradavam os respondentes de Iporã. No total, foram 235 citações (31% a mais que as com aspectos positivos), com média de 2,1 por respondente; cinco respondentes sintetizaram em expressões extremas: para quatro (3,6%) não falta “nada” em Iporã e para um (0,9%) falta “tudo” no município.

Tabela 17. Iporã (PR). Elementos negativos, 2015

Elemento	%
Saúde	26,4
Trabalho e emprego	23,4
Segurança	17,9
Lazer	12,8
Ensino Superior	4,2
Asfalto	3,0
Saneamento básico	3,0
Educação	2,1
Nada	1,7
Tudo	0,4
Outros	5,1
Total	100,0

Nota: Consideradas as citadas, no mínimo, três vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Enquanto as quatro primeiras (excluindo o “nada”) citações sobre o que mais se gosta em Iporã somaram 52%, as quatro primeiras expressões acerca do que mais falta atingiram 80%, evidenciando uma maior percepção negativa dos respondentes com relação ao município. Em síntese, os problemas são mais visíveis e percebidos. A duas mais citadas estiveram presentes em mais de 50% dos respondentes: “saúde” em 58% e “trabalho e emprego” em 51% deles. A segurança apareceu em terceiro lugar, com quase 18% dos elementos apontados, tendo sido lembrada por aproximadamente 40% dos respondentes.

Diante desse cenário, transita-se, na sequência, por algumas considerações e reflexões sobre os serviços de saúde em Iporã, no sentido de colaborar com explicações e análises acerca da segurança pública no município. As oportunidades de trabalho e emprego já foram abordadas anteriormente,

Surpreendentemente, o sistema de saúde em Iporã revelou situações que se associam, diretamente, à violência e à insegurança objetiva. Em 2014, segundo o IparDES (2015b), o município possuía 23 estabelecimentos de saúde, dos quais nove eram municipais (39%) e 14 eram privados (61%). Entre as públicas, Iporã possuía um hospital geral, apresentado na Figura 27; cinco postos de saúde (Centro de Especialidades, Posto de Saúde Alto da Sanbra, Posto de Saúde Bairro Ipiranga, Posto de Saúde Centro 02, Posto de Saúde Nilza e Posto de Saúde Nova Santa Helena); dois centros de saúde (Centro de Saúde de Iporã e Unidade de Atenção Primária da Saúde da Família), além da própria Secretaria Municipal de Saúde, que também é contada como estabelecimento de saúde.

Figura 27. Iporã (PR). Hospital, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Assim, o município dispunha de trinta leitos, todos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo 11 clínicos, 11 pediátricos, quatro cirúrgicos e quatro obstétricos (IPARDES, 2015b). Iporã era atendida por quatro ambulâncias e oito médicos residentes na cidade, além de seis plantonistas que residiam em municípios vizinhos, chegando a 14 no total.

Efetivamente, o ponto crucial, a partir dos relatos da Secretaria de Assistência à Saúde e à Área Social, refere-se à alta procura, diária, por remédios antidepressivos e psicotrópicos¹⁴, como o Rivotril¹⁵. Isso faz sentido ao analisar o altíssimo número de procura médica em Iporã. Segundo os dados da secretaria, entre janeiro e abril de 2015, foram 13.906 atendimentos no município, gerando uma média de 3.476 atendimentos por mês ou quase 116 por dia. É como se 93% da população total de Iporã tivesse sido atendida nesse período. Só no hospital foram 9.253 atendimentos (66,5% do total), com média de 77 por dia. Já os postos de saúde atenderam 4.653 (33,5%), ou quase 39 pessoas por dia.

Ainda segundo a secretaria, 1.526 desses atendimentos (11%) foram nas especialidades disponíveis no município (ortopedia, ginecologia, pediatria e vascular), ou seja, 89% dos atendimentos foram com um clínico geral, corroborando com essa procura por remédios controlados. O hospital faz apenas cirurgias de baixa complexidade, enquanto os demais casos são encaminhados para Umuarama, Maringá e Curitiba, dependendo da gravidade e da disponibilidade.

Já as taxas de mortalidade eram, em 2013, reflexo da saúde municipal: enquanto a mortalidade geral estava em 9,1 (contra 6,3 do Paraná e 6,6 de Umuarama), a taxa de mortalidade infantil, para menores de um ano, em grupo de mil nascidos vivos, era de 26,9, valor 145% superior à taxa do Estado do Paraná e à de Umuarama (IPARDES, 2015b). Já a taxa de mortalidade infantil para menores de cinco anos, em grupo de mil nascidos vivos, atingia, em 2013, 32,3, valor 153% maior que a taxa do Paraná e quase 200% superior à de Umuarama (IPARDES, 2015b).

Além do exposto, existem adolescentes e jovens de Iporã (número não divulgado) cadastrados pela Secretaria Municipal de Assistência à Saúde e à Área Social, na Central de Leitos de Maringá para dependentes químicos (álcool e drogas), aguardando a liberação de vagas. Os casos menos complexos de dependência são acompanhados, além da assistência social da prefeitura, pela Associação de Recuperação de Alcoólatras (ARA) de Iporã, apresentada na Figura 28.

¹⁴ São medicamentos que atuam, diretamente, sobre o cérebro, alterando de alguma maneira o psiquismo. Eles são divididos em três grupos: os depressores, que diminuem o funcionamento do cérebro, os estimulantes, que atuam para aumentar a atividade do cérebro, e os perturbadores, que modificam qualitativamente o funcionamento cerebral (UNIFESP, 2015).

¹⁵ O Rivotril é um tranquilizante de alta potência, do grupo dos benzodiazepínicos, eficaz para controlar fobias, distúrbios e ansiedades generalizadas. É considerado um remédio de tarja preta (vendido apenas com retenção de receita), com mais de quarenta anos no mercado brasileiro. A venda dos benzodiazepínicos aumentou 42% entre 2009 e 2014 no Brasil, enquanto caiu 30% na Inglaterra e Alemanha (COLLUCCI; OLIVEIRA, 2014).

Figura 28. Iporã (PR). Associação de Recuperação de Alcoólatras, 2015

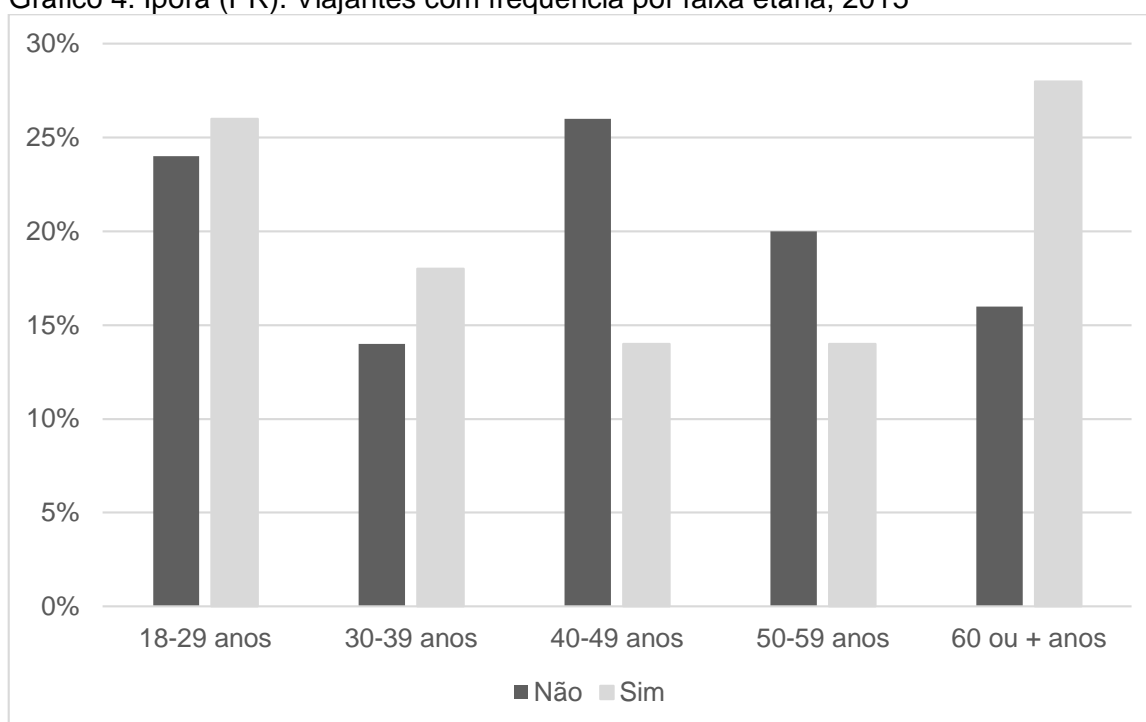


Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Diante disso, a saúde de Iporã demonstra, em uma primeira reflexão, a prática de uma violência silenciosa, especialmente, contra as crianças e os jovens, já que há indícios de uma população que parece estar “dopada” e dados que comprovam que a mortalidade infantil apresenta valores extremamente altos e inaceitáveis para os padrões regional e estadual. Em uma segunda reflexão, permite questionar a convivência do poder público com tamanha quantidade de atendimentos, atingindo quase a totalidade da população municipal em apenas quatro meses, que parece corroborar essa utilização exacerbada de remédios controlados, enquanto alguns países têm praticado políticas públicas para reduzir o consumo desses tipos de medicamentos. Assim, a utilização desses remédios seria uma alternativa encontrada pela sociedade local para diminuir a existência da violência em Iporã? A resposta para essa questão aparece adiante, ainda nesta parte. Por ora, parece pertinente mencionar que quase 30% da arrecadação municipal é utilizada no setor de saúde (IPARDES, 2015b), embora inúmeros casos (não revelados pelo poder público) sejam encaminhados para fora de Iporã.

Retornando à relação do respondente com Iporã, 53,7% deles viajavam com frequência para municípios vizinhos, dos quais 53% eram homens e 47% mulheres. Já quanto aos que não viajavam, 54% eram mulheres e 46% homens. Nesse sentido, o Gráfico 4 apresenta a proporção de viajantes e não viajantes com frequência por faixa etária dos respondentes, em Iporã.

Gráfico 4. Iporã (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

A partir dos dados, as faixas etárias dos extremos (18-29 anos e 60 anos ou mais) apresentaram as maiores proporções entre os viajantes frequentes, com 26% e 28%, respectivamente, somando 54% do total. Entre os não viajantes rotineiros, destaque para a faixa entre 40-49 anos, com 26%, seguida pela faixa de 18-29 anos, com 24%.

Quanto ao gênero do respondente, enquanto os homens não viajantes mostraram homogeneidade entre as faixas etárias, as mulheres apareceram com variação de 10% entre elas, com maior proporção para a faixa de 40-49 anos, seguida por mulheres entre 18-29 anos. Já com relação aos viajantes frequentes, os dados se inverteram: enquanto nos homens, a variação entre as faixas etárias foi de 11%, com maior valor para a faixa de 18-29 anos, nas mulheres elas apareceram com homogeneidade, com exceção da faixa de 40-49 anos, que apareceu com apenas 3%. A maioria das mulheres viajantes, 14%, tinham 60 anos ou mais de idade.

A questão ainda possibilitou dois desdobramentos específicos: o destino e a motivação para as viagens frequentes. Para entendê-los melhor, o Quadro 25 detalha os respondentes que viajam com frequência por faixa etária, gênero, localidade de destino e motivações, e as Tabelas 18 e 19 sintetizam, respectivamente, as localidades mais frequentadas e as principais motivações para as viagens rotineiras.

Quadro 25. Iporã (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, gênero, localidade e motivação, 2015

Faixa Etária	Gênero	Localidade	%	Motivação	%
18-29 anos	Masculino	Altônia	28,7	Lazer	41,7
		Umuarama	28,7	Consumo	25,0
		Paraguai	14,2	Trabalho	16,7
		Palotina	14,2	Estudo	8,3
		Outras	14,2	Negócios	8,3
18-29 anos	Feminino	Umuarama	50,0	Consumo	50,0
		Altônia	14,3	Lazer	25,0
		Outras	35,7	Trabalho	25,0
30-39 anos	Masculino	Umuarama	50,0	Consumo	80,0
		Altônia	25,0	Lazer	20,0
		Outras	25,0	-	-
30-39 anos	Feminino	Umuarama	36,3	Consumo	42,9
		Maringá	27,3	Lazer	28,5
		Cianorte	18,2	Religião	14,3
		Outras	18,2	Saúde	14,3
40-49 anos	Masculino	Umuarama	27,3	Consumo	44,5
		Altônia	18,2	Lazer	33,3
		Maringá	18,2	Buscar emprego	11,1
		Outras	36,3	Trabalho	11,1
40-49 anos	Feminino	Paraguai	50,0	Consumo	40,0
		Umuarama	50,0	Trabalho	40,0
		-	-	Saúde	20,0
50-59 anos	Masculino	Umuarama	42,9	Lazer	50,0
		Outras	57,1	Consumo	25,0
		-	-	Saúde	25,0
50-59 anos	Feminino	Umuarama	40,0	Consumo	55,6
		Altônia	20,0	Família	22,2
		Outras	40,0	Lazer	11,1
		-	-	Saúde	11,1
60 ou mais anos	Masculino	Umuarama	66,7	Consumo	30,0
		Outras	33,3	Saúde	30,0
		-	-	Lazer	20,0
		-	-	Família	10,0
		-	-	Negócios	10,0
60 ou mais anos	Feminino	Umuarama	54,5	Saúde	87,5
		Maringá	18,2	Família	12,5
		Outras	27,3	-	-

Nota: Consideradas as localidades citadas, no mínimo, duas vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Tabela 18. Iporã (PR). Localidades mais frequentadas pelos viajantes, 2015

Elemento	%
Umuarama	44,1
Altônia	14,7
Maringá	10,8
Paraguai	6,9
Cascavel	5,0
Palotina	3,9
Cianorte	2,9
Curitiba	2,0
Guaíra	2,0
Outras	7,7
Total	100,0

Nota: Consideradas as localidades citadas, no mínimo, duas vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Tabela 19. Iporã (PR). Motivações para as viagens rotineiras, 2015

Elemento	%
Consumo	38,2
Lazer	23,7
Saúde	18,4
Trabalho	7,9
Família	5,3
Negócios	2,6
Buscar emprego	1,3
Estudo	1,3
Religião	1,3
Total	100,0

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Quanto às localidades, Umuarama concentrou quase 45% dos destinos dos respondentes de Iporã. A sua influência é tão relevante que ela liderou em todas as faixas etárias e gêneros. Entre as demais localidades, os dados mostraram-se homogêneos, com destaque para Palotina, citada, praticamente, por todos os homens como viagem frequente para trabalho, e Maringá e Cianorte, que representaram quase 20% dos deslocamentos das mulheres, particularmente para consumo. As viagens para o Paraguai se equilibraram entre os gêneros, e as motivações para viajar até Altônia foram vinculadas ao lazer e/ou consumo, principalmente, pelos homens.

Esses resultados demonstram algumas relações econômicas e sociais de deslocamentos que não aparecem no Regic (IBGE, 2007), refletindo e apresentando centralidades que algumas pequenas cidades desempenham a partir de uma perspectiva microrregional. Nesse sentido, é fundamental buscar o entendimento dos

pontos e nós na rede urbana constantemente a partir de diferentes variáveis e, especialmente, considerando as pequenas cidades.

O consumo, lazer e saúde concentraram mais de 80% das motivações para as viagens rotineiras. As mulheres de Iporã que viajavam com frequência concentraram suas motivações em consumo (aproximadamente 40%) e saúde (quase 30%), diferente dos homens que privilegiaram como motivação para a viagem o consumo (37,5%) e o lazer (32,5%). Portanto, poucas mulheres se deslocavam pelo lazer e poucos homens pela saúde. Um respondente alegou que viajava diariamente para buscar emprego em cidades vizinhas.

Nesse sentido, justifica-se a alta taxa de respondentes, 88,9%, que conheceram pessoas que se mudaram de Iporã nos últimos anos, principalmente os respondentes entre 18-29 anos, que representavam quase 30%, e os com 60 anos ou mais, que somavam aproximadamente 20%. A Tabela 20 apresenta as localidades e as motivações para as mudanças de Iporã, pela percepção dos respondentes.

Tabela 20. Iporã (PR). Localidades e motivações para as mudanças, 2015

Localidade	%	Motivação	%
Umuarama	23,7	Emprego	57,2
Curitiba	16,3	Educação	29,6
Estado de São Paulo	16,3	Saúde	6,1
Palotina	10,0	Família	4,1
Estado do Mato Grosso	8,9	Consumo	2,0
Estado de Rondônia	6,9	Lazer	1,0
Maringá	5,8	-	-
Altônia	2,6	-	-
Campinas (SP)	2,1	-	-
Londrina	2,1	-	-
Outras	5,3	-	-
Total	100,0		100,0

Nota: Consideradas as localidades citadas, no mínimo, quatro vezes

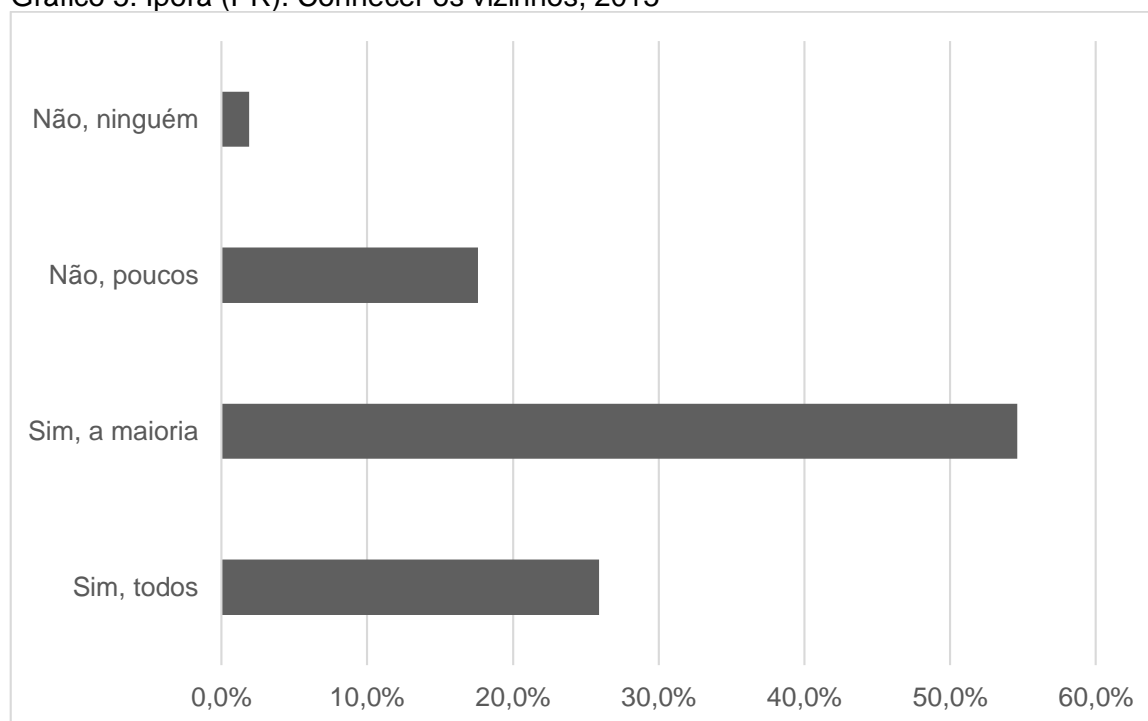
Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

O município de Umuarama concentrou quase um quarto das mudanças recordadas pelos respondentes. A cidade de Curitiba e o Estado de São Paulo foram destinos que também se destacaram, com 16,3% cada um, demonstrando a centralização adquirida a partir dos investimentos que se concentraram nesses espaços e a consequência disso nas dinâmicas espaciais e territoriais paranaenses. Já com relação às motivações para essas mudanças, as citações se concentraram em apenas seis, das quais a busca por emprego e por educação somou quase 90%

dos casos. Antagonicamente aos resultados anteriores, o consumo, o lazer, a saúde e a família, principais causas para os deslocamentos frequentes, não foram considerados suficientes para motivarem a mudança do município de Iporã. Por isso, nesse caso, a perspectiva dos fluxos se altera, demonstrando os deslocamentos regionais dentro de uma meso ou microrregião.

Nos parágrafos seguintes viabilizam o entendimento acerca da sociabilidade em Iporã. Para isso, as análises inter-relacionam os elementos “tipo de casa”, faixa etária, gênero e “relações entre a vizinhança”. Quanto aos domicílios, 82,4% dos respondentes possuíam casa própria e 79% dos respondentes entre 30-59 anos de idade pagavam aluguel. O Gráfico 5 apresenta os resultados quanto ao conhecer e a vizinhança em Iporã.

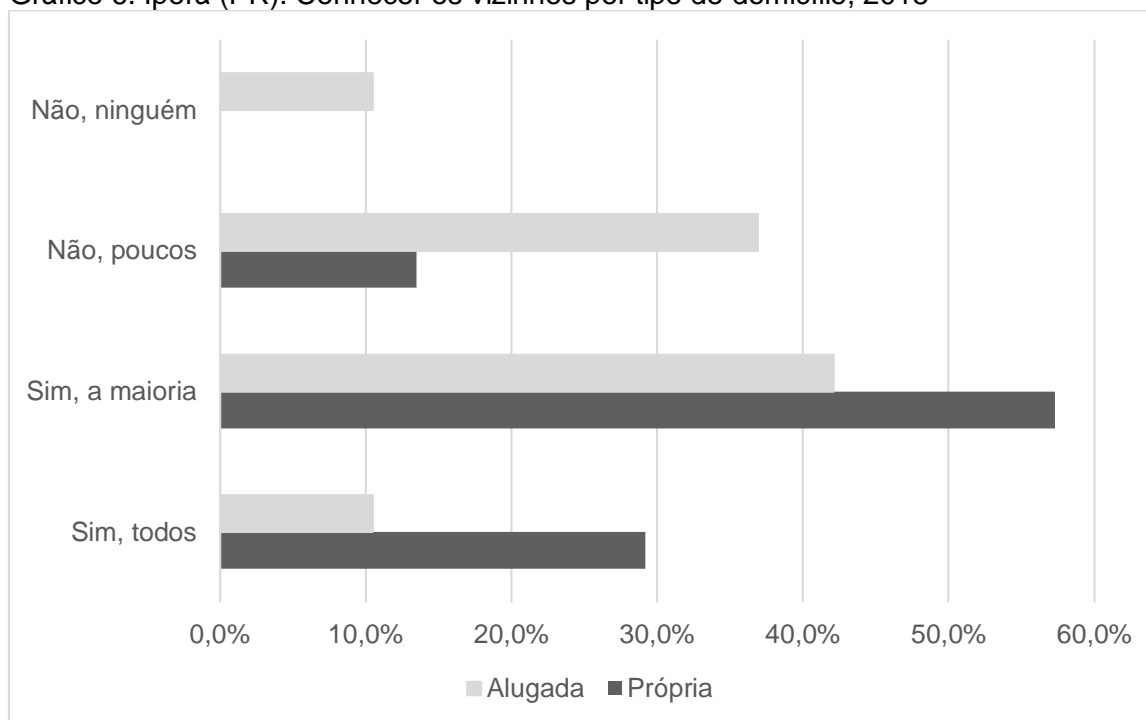
Gráfico 5. Iporã (PR). Conhecer os vizinhos, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

A vizinhança em Iporã se conhece, com predomínio de 80,5% para as respostas positivas, sobretudo a resposta “sim, maioria”, com quase 55% do total. Apesar disso, quase 20% dos respondentes optaram pelas respostas negativas: 17,6% conhecem poucos vizinhos e quase 2% ninguém. Esses valores oscilaram consideravelmente quando foram articulados com o “tipo da residência” do respondente, como demonstra o Gráfico 6.

Gráfico 6. Iporã (PR). Conhecer os vizinhos por tipo de domicílio, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

A totalidade dos respondentes com casa própria conhecem pelo menos alguns vizinhos, e quase 30% todos. Logo, há um aparente reconhecimento como vizinhança. Já nos respondentes com casas alugadas, os valores foram mais próximos, sendo 10,5% para os extremos “sim, todos” e “não, ninguém”; 42,1% para “sim, a maioria”; e 36,9% para “não, poucos”. Então, um reconhecimento de pertencimento como vizinhança relativo.

Em todos os casos, houve proporcionalidade entre homens e mulheres. Apesar disso, o contexto das faixas etárias foi diferente. Assim, a Tabela 21 demonstra como cada faixa etária reconhece a vizinhança em Iporã e a Tabela 22, em outra perspectiva, considera a proporção das respostas em cada faixa etária. Ambas completam a análise da sociabilidade a partir dos diferentes grupos sociais.

Tabela 21. Iporã (PR). Conhecer os vizinhos, por faixa etária, 2015

Faixa Etária	Sim, todos	Sim, a maioria	Não, poucos	Não, ninguém	Total
18-29 anos	22,2%	66,7%	7,4%	3,7%	100,0%
30-39 anos	5,6%	77,7%	11,1%	5,6%	100,0%
40-49 anos	19,0%	42,9%	38,1%	-	100,0%
50-59 anos	55,5%	27,8%	16,7%	-	100,0%
60 ou mais anos	29,2%	54,1%	16,7%	-	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Tabela 22. Iporã (PR). Conhecer os vizinhos, por proporção das respostas, 2015

Faixa Etária	Sim, todos	Sim, a maioria	Não, poucos	Não, ninguém
18-29 anos	21,4%	30,5%	10,5%	50,0%
30-39 anos	3,6%	23,7%	10,5%	50,0%
40-49 anos	14,3%	15,3%	42,1%	-
50-59 anos	35,7%	8,5%	15,8%	-
60 ou mais anos	25,0%	22,0%	21,1%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Os respondentes entre 18-29 anos apresentaram a maior quantidade de respostas positivas, com 88,9%. Já a maior quantidade das negativas apareceram nos respondentes entre 40-49 anos, com quase 40%. A faixa entre 30-39 anos demonstrou mais aquiescência sobre a vizinhança, com 77,7% para “sim, a maioria”, enquanto naqueles entre 30-39 anos a proporção para o “não, ninguém” atingiu 5,6%.

Pela perspectiva de conhecer a vizinhança em Iporã (“sim, todos”), os respondentes com mais de 50 anos se destacaram com 60,7% e os com 30-39 anos apareceram, em contrapartida, com apenas 3,6%. Na categoria de “sim, a maioria” dos vizinhos, os dados se inverteram: quase 55% possuíam menos de 39 anos. Já nas respostas negativas, 42% dos respondentes tinham entre 40-49 anos na perspectiva de “não, poucos”, e a totalidade do “não, ninguém” apareceu em respondentes com menos de 39 anos de idade, com 50% para cada uma das duas primeiras faixas etárias.

Apesar de o contexto quantitativo demonstrar as faixas etárias que mais se conhecem, alguns relatos e exemplos do cotidiano local, representando uma abordagem mais qualitativa, ajudam a entender as efetivas relações de pessoalização e a sociabilidade em Iporã. Em síntese, conhecer os vizinhos e se reconhecer como vizinhança não significa, necessariamente, relações de sociabilidade positiva entre os moradores.

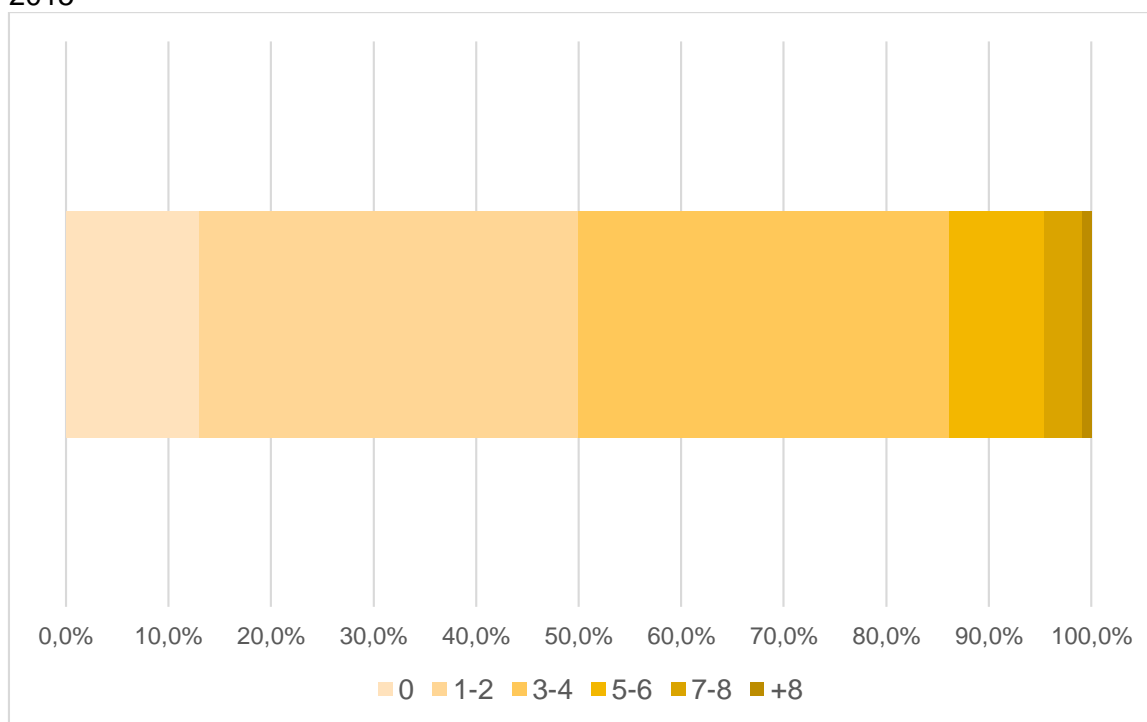
Nesse sentido, alguns relatos sinalizaram para a ausência de diálogo entre os vizinhos, que “apenas se conhecem” e se cumprimentam quando se veem. As exceções ocorreram entre alguns jovens, respondentes da faixa etária de 18-29 anos, que mencionaram encontros nas próprias residências, e nas faixas etárias acima de 50 anos, que relataram alguns encontros de grupos de terceira idade. Em contrapartida, outros jovens e idosos comentaram da ausência de espaços públicos adequados para a sociabilidade. Assim, acredita-se que, em Iporã, ocorra um

distanciamento entre o conhecer a vizinhança, especialmente nas faixas etárias intermediárias.

Esses resultados encontrados dialogam com autores que destacam, em escala geral de análise, as transformações na sociabilidade a partir da sociedade moderna líquida que se sustenta pelo modelo de produção capitalista e se difunde, como modo de vida, pela globalização, como Lukan (1997), Lefebvre (2001), Bauman (2009; 2013), entre outros. Além disso, demonstram que a pessoalização característica das pequenas cidades, apontada por Caniello (2003), já não reflete mais uma situação de sociabilidade, como pensada por Lukan (1997), e materializam-se com outra roupagem que se aproxima mais da perversidade do modelo de produção capitalista do que da perspectiva social apontada por Marx (2011), que se volta para a essência humana.

Colaborando ainda com essas reflexões, o Gráfico 7 mostra a proporcionalidade de respondentes, por frequência de conversa com os vizinhos, em uma semana, em Iporã. As cores mais claras, ou seja, de zero a duas vezes por semana, somam 50% das respostas. Em oposição, menos de 14% dos respondentes citaram números acima de cinco vezes na semana.

Gráfico 7. Iporã (PR). Relacionamento com os vizinhos, em número de vezes por semana, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Quando esses dados são associados com o tipo do domicílio, os resultados são antagônicos. Enquanto apenas 6,7% dos respondentes com casa própria responderam “zero” para a frequência de contato entre os vizinhos, o valor atingiu 42,1% (seis vezes mais) para aqueles que pagavam aluguel. Além disso, nenhum deles nessa condição citou valores iguais ou superiores a sete vezes. Nos respondentes de casa própria, o predomínio das respostas ficou na faixa de uma a duas vezes por semana, com 40,5%. Outra constatação significativa foi que 50% dos respondentes com domicílio alugado que conhecem todos os vizinhos responderam que não conversam nenhuma vez por semana com eles.

Já quando os dados são articulados com as faixas etárias, os resultados são mais instigantes, como podem ser observados por duas perspectivas: a primeira, esboçada na Tabela 23, apresenta a frequência de conversa com os vizinhos, em vezes por semana, por faixa etária, em Iporã, e a segunda, na Tabela 24, altera as variáveis e demonstra a proporção em cada uma das respostas possíveis.

Tabela 23. Iporã (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por faixa etária, 2015

Faixa etária	0	1-2	3-4	5-6	7-8	+8	Total
18-29 anos	18,6%	22,2%	33,3%	14,8%	11,1%	-	100,0%
30-39 anos	11,2%	44,4%	44,4%	-	-	-	100,0%
40-49 anos	9,5%	57,1%	28,6%	4,8%	-	-	100,0%
50-59 anos	16,7%	27,8%	33,3%	16,7%	-	5,5%	100,0%
60 ou mais anos	8,3%	37,5%	41,7%	8,3%	4,2%	-	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Tabela 24. Iporã (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por proporção das respostas, 2015

Faixa etária	0	1-2	3-4	5-6	7-8	+8
18-29 anos	35,7%	15,0%	23,1%	40,0%	75,0%	-
30-39 anos	14,3%	20,0%	20,5%	-	-	-
40-49 anos	14,3%	30,0%	15,4%	10,0%	-	-
50-59 anos	21,4%	12,5%	15,4%	30,0%	-	100,0%
60 ou mais anos	14,3%	22,5%	25,6%	20,0%	25,0%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Os dados refletem como as faixas etárias se relacionam em Iporã, o que contribui, diretamente, na violência e na insegurança objetiva, como já foi apresentado nesta tese na vinculação com o espaço público. A faixa de 18-29 anos apresentou as maiores quantidades de conversas por semana, considerando cinco ou mais vezes,

com quase 26%, enquanto a faixa entre 30-39 anos concentrou 88,8% das respostas entre um e quatro diálogos. Todas as faixas etárias tiveram mais de 40% das respostas nas duas primeiras opções (zero e 1-2 vezes por semana), e o valor mais alto, nesse intervalo, ocorreu na faixa entre 40-49 anos com quase 70% das respostas. A faixa de 60 ou mais anos foi a que demonstrou menor quantidade de respostas na opção “zero”.

Ainda é possível entender as proporções dentro das classes de respostas. Nas classes “zero” e “5-6 vezes por semana”, a concentração ficou na faixa de 18-29 anos de idade, com mais de um terço das respostas, mostrando os antagonismos relatados anteriormente. A classe de “1-2 vezes por semana” congregou 50% de respondentes entre 30 e 49 anos, também corroborando as reflexões já realizadas antes. Já nos extremos, 75% das respostas foram concentradas em respondentes entre 18-29 anos na classe “7-8 vezes”, e a totalidade das respostas na classe “+8” ficou na faixa de 50-59 anos.

Até que ponto conhecer os vizinhos e conversar com eles, com certa frequência na semana, influenciam nas questões da violência e da insegurança objetiva nas pequenas cidades? Além disso, como praticar a sociabilidade em espaços públicos deteriorados e abandonados pelo poder público e pela sociedade, como os ilustrados nas Figuras 29 e 30, ou quando existem e ficam fechados boa parte do tempo?

Figura 29. Iporã (PR). Espaço público abandonado, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Figura 30. Iporã (PR). Espaço público depredado, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Efetivamente, a rarefação dos laços de sociabilidade, especialmente a partir do espaço público e da vida pública, colaboram no enfrentamento da violência e, principalmente, da insegurança, à medida que atuam desde como uma forma de atenuar a condição humana ligada à agressividade até o rompimento do individualismo (marca do capitalismo e da globalização) e do medo (resultado da modernidade líquida), que são reflexo, justamente, da escassez de sociabilidade e que acabam por remodelar o comportamento contemporâneo, modificando os próprios padrões de sociabilidade, que se tornam, cada vez mais, pautados na violência, desde a coação até os homicídios. Logo, como tem mostrado a literatura sobre o tema, como em Loboda (2008), Bauman (2010) e Arango (2014), entre outros, o compartilhamento do espaço e da vida pública é o caminho que parece mais adequado para romper com o fenômeno da violência e da insegurança objetiva.

As análises seguintes caminham pela compreensão da percepção dos respondentes de Iporã quanto à violência e à insegurança objetiva a partir das avaliações referentes aos fatores explicativos desta tese: a ausência ou insuficiência de serviços públicos de segurança, o transbordamento e a lógica metropolitana e, principalmente, no caso desse município de faixa de fronteira, do consumo e tráfico ilícito de drogas e de produtos contrabandeados.

Com relação à segurança pública, duas situações se destacam e ajudam a entender o contexto de violência e insegurança em Iporã: a existência da Guarda

Municipal e, por conseguinte, de um secretário municipal de segurança pública e a recente instalação da companhia de Polícia Militar e da Polícia Rodoviária Estadual no município. Os detalhes aparecem adiante, após algumas ponderações iniciais.

A partir da percepção, 90,7% dos respondentes reconheceram a existência da violência no municípios de Iporã. Apesar de apresentarem homogeneidade nos dados, as faixas etárias e gêneros percebem o fenômeno com intensidades diferentes. Por isso, a Tabela 25 demonstra a proporção de respondentes, por gênero e faixa etária, que reconhecem a existência de violência em Iporã.

Tabela 25. Iporã (PR). Existência da violência por faixa etária e gênero, 2015

	Faixa Etária	Masculino	Feminino
18-29 anos	92,6%	92,9%	92,3%
30-39 anos	94,4%	88,9%	100,0%
40-49 anos	90,5%	81,8%	100,0%
50-59 anos	83,3%	75,0%	90,0%
60 ou mais anos	91,7%	83,3%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Em apenas uma faixa etária, a de 50-59 anos, a proporção de respondentes que afirmam a existência de violência em Iporã foi inferior aos 90%. Entre as faixas, os maiores valores ocorreram nas faixas iniciais, de 18-29 anos e de 30-39 anos, com 92,6% e 94,4%, respectivamente. Já considerando os gêneros, três faixas etárias das mulheres atingiram 100% das respondentes e, entre os homens, apenas a faixa de 50-59 anos ficou abaixo dos 80%. Diante disso, os dados demonstram que as mulheres percebem mais a violência, com exceção apenas da faixa dos 18-29 anos masculina que apresentou valor superior à correspondente feminina.

Entre os respondentes que desconsideram a violência em Iporã, 80% eram homens e 50% possuíam 50 anos ou mais de idade. Todos esses respondentes alegaram que se sentem seguros residindo em Iporã e consideram a cidade segura (90%) ou altamente segura (10%). Apesar disso, dois respondentes, justamente os mais velhos entre essa amostragem que desconsiderou a violência no município, sofreram algum tipo de violência: um foi furtado em três oportunidades, e o outro teve o seu veículo roubado e encontrado no Paraguai.

No universo geral de respondentes, 59% se sentem seguros e 41% inseguros, vivendo em Iporã. Já considerando apenas os respondentes que reconheceram a existência de violência no município, os valores mudam: 55% sentem-se seguros e

45% inseguros. Nesse sentido, a Tabela 26 transita pelo sentimento de segurança ou insegurança dos respondentes que reconheceram a existência de violência no município de Iporã, por gênero e faixa etária.

Tabela 26. Iporã (PR). Sentimento de segurança dos respondentes que reconhecem a existência da violência, por gênero e faixa etária, 2015

“Sente-se seguro (a)?”	Gênero	18-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 ou + anos
Sim – 55%	Masculino – 55,6%	33,3%	20,0%	16,7%	13,3%	16,7%
	Feminino – 44,4%	37,5%	16,7%	4,2%	20,8%	20,8%
Não – 45%	Masculino – 36,4%	18,8%	12,5%	25,0%	12,5%	31,2%
	Feminino – 63,6%	10,7%	17,9%	32,1%	14,3%	25,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Entre os respondentes que se sentem seguros em Iporã, há uma ligeira vantagem para os homens, que aparecem com 55,6%. Nas faixas etárias, os respondentes masculinos das primeiras faixas, 18-29 anos e 30-39 anos, foram os que se consideraram mais seguros, com 33,3% e 20,0%, respectivamente, enquanto as demais faixas demonstraram homogeneidade dos dados; as respondentes mulheres apresentaram duas faixas com variações consideradas: as que se sentem mais seguras ficaram entre 18-29 anos, com 37,5%, e as mais inseguras entre 40-49 anos, com apenas 4,2%.

Já entre os respondentes que se sentem inseguros vivendo em Iporã, houve um predomínio de mulheres com quase 64%. Entre os homens, a faixa etária que se sente mais insegura é a de 60 ou mais anos de idade, responsável por quase 32% do total de homens inseguros em Iporã; entre as mulheres, a faixa etária de 40-59 anos concentrou quase um terço das respondentes, seguida pela faixa de mulheres com 60 ou mais anos de idade.

Entre os respondentes, 53% nunca sofreram com a violência em Iporã. Apesar de maioria, considerável parcela, 47%, já passou por alguma situação considerada violenta. Tomando apenas como parâmetro os respondentes que reconheceram a existência de violência no município, os valores para a violência sofrida atingem a metade, ou seja, 50% desses respondentes já sofreram com a violência. Nesse sentido, a Tabela 27 apresenta a ocorrência da violência pelos respondentes que reconheceram a existência da violência em Iporã, por gênero e faixa etária.

Tabela 27. Iporã (PR). Ocorrência da violência pelos respondentes que reconhecem a existência da violência, por gênero e faixa etária, 2015

“Já sofreu com a violência?”	Gênero	18-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 ou + anos
Sim – 50%	Masculino – 46,9%	43,5%	8,7%	21,7%	8,7%	17,4%
	Feminino – 53,1%	19,2%	15,4%	23,1%	15,4%	26,9%
Não – 50%	Masculino – 46,9%	13,0%	26,1%	17,4%	17,4%	26,1%
	Feminino – 53,1%	27,0%	19,2%	15,4%	19,2%	19,2%

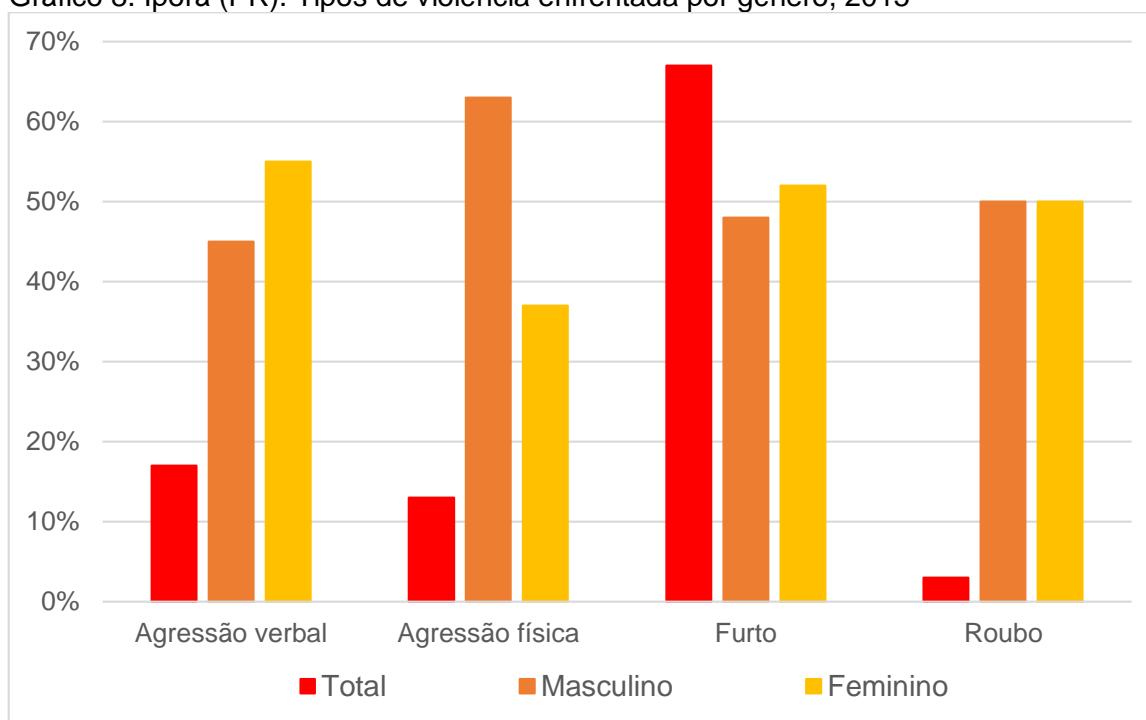
Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

As proporções de gênero são idênticas entre os respondentes que sofreram e aqueles que não lidaram com a violência em Iporã. Já nas faixas etárias os valores oscilaram consideravelmente. No caso dos homens que passaram por alguma situação de violência, quase 45% possuíam entre 18-29 anos de idade, configurando-se o grupo de maior vulnerabilidade entre todos no município. Curiosamente, a faixa etária posterior, entre 30-39 anos, demonstrou queda vertiginosa nos dados, representando menos de 9% do gênero. Nas respondentes mulheres, houve maior equilíbrio entre os resultados, com superioridade para as mulheres com 60 anos ou mais, com quase 27% do gênero, tornando-se as mais vulneráveis entre as mulheres. Portanto, existem antagonismos: homens mais novos sofrem mais violência que mulheres da mesma idade, e mulheres mais idosas enfrentam mais violência do que homens da mesma faixa etária.

Articulando os dados da percepção da segurança e da vivência concreta da violência, observa-se que, entre os respondentes que se sentem seguros em Iporã, 39% enfrentaram alguma situação de violência. Já entre aqueles que se sentem inseguros no município, o valor dos que passaram por alguma situação violenta alcançou quase 60% dos respondentes. Logo, corrobora a base teórica da insegurança objetiva como reflexo da violência, já que a percepção de insegurança teve origem, também, da vivência concreta dos casos.

O Gráfico 8 é significativo por apresentar as tipologias de violências mais enfrentadas pelos respondentes, por gênero, de Iporã. É fundamental pontuar que ninguém respondeu “sequestro” e, por conseguinte, o tipo não aparece na figura. Entre os tipos de violência mais enfrentados pelos respondentes, 67% foram de furtos, 30% de agressões (verbal ou física) e 3% de roubos. É essencial pontuar que todos os respondentes foram esclarecidos, durante a aplicação do questionário, sobre a diferença entre o furto e o roubo, para evitar erro de informação por desconhecimento.

Gráfico 8. Iporã (PR). Tipos de violência enfrentada por gênero, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Considerando apenas os respondentes que passaram por situações de violência, os dados se acentuam: 85% sofreram com furtos, 22% com agressões verbais, 16% com agressões físicas e 4% com roubos. O valor total ultrapassa os 100%, já que 22% dos respondentes vivenciaram duas ou mais situações de violência. Uma constatação relevante na aplicação do questionário em Iporã é que a agressão verbal não se configura, para alguns respondentes, como uma violência e, por isso, apareceu com valores inferiores, em alguns casos, aos de roubos e de furtos.

No caso dos respondentes que foram furtados, as mulheres somaram 52%. Já nas faixas etárias, 30% das vítimas possuíam 60 ou mais anos de idade, valor que chegou a 43% ao considerar aqueles com 50 anos ou mais. Na soma desses dois grupos etários, as mulheres representaram 60% das vítimas. No caso dos roubos, a proporção entre os gêneros foi de 50%.

As agressões verbais predominaram em 55% dos casos entre as mulheres. Nas faixas etárias, os respondentes entre 18-29 anos concentraram 55% do total, contra 18% do segundo patamar, respondentes entre 30-49 anos. Já as agressões físicas foram predominantes entre os homens, com 63% do total, e 50% de todos eles aconteceram em respondentes de 18-29 anos de idade.

Ao alegarem a vivência concreta da violência, os respondentes foram motivados a contar sobre a(s) ocorrência(s), e seis relatos mereceram realce:

i) um idoso foi agredido por um adolescente após uma tentativa frustrada de roubo, já que a vítima não tinha dinheiro e nenhum objeto de valor que pudesse ser levado;

ii) um respondente teve dois veículos furtados em Iporã e não conseguiu recuperar nenhum deles; ele acredita que foram levados para desmanches clandestinos no Paraguai;

iii) uma senhora de baixa condição econômica teve suas duas cadeiras de repouso, que ficavam na entrada da casa, e diversas roupas, que estavam no varal no quintal, furtadas enquanto frequentava uma atividade religiosa;

iv) a residência de uma respondente já foi furtada três vezes, duas por porta arrombada e uma por janela quebrada, e evitou outras três tentativas ao chegar enquanto tentavam arrombar a porta; segundo ela, em todos os casos os envolvidos eram menores de idade residentes do mesmo bairro que ela;

v) uma respondente alegou que foi roubada no trajeto para sua casa após sacar dinheiro no caixa eletrônico; segundo ela, a quantidade era pequena e seria para pagar as verduras e os legumes comprados em uma quitanda próxima à sua residência;

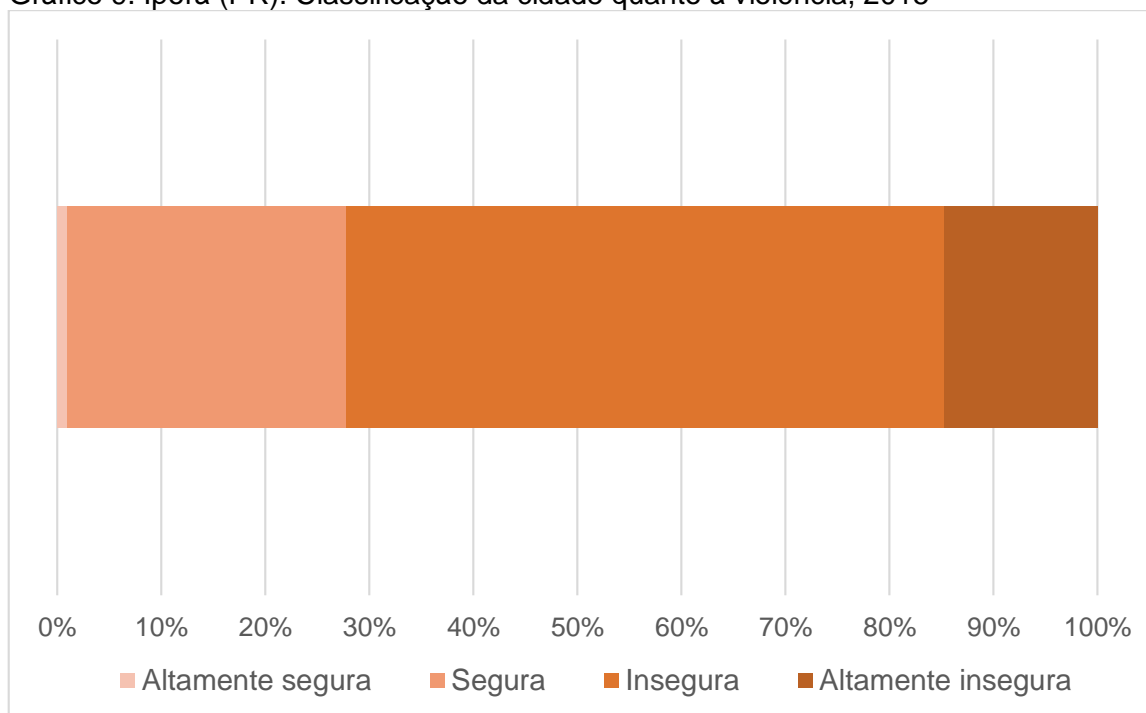
vi) uma respondente contou que denunciou o marido por agressão física e ele foi preso com base na legislação vigente. Apesar disso, ela recebe inúmeras ameaças dele para quando sair da cadeia.

Então, nesse sentido, o Gráfico 9 apresenta a classificação da cidade de Iporã quanto à segurança, em 2015, pela percepção dos respondentes. Na dualidade segurança e insegurança, 72,2% manifestaram expressões inseguras de classificação, enquanto 27,8% escolheram opções que retratam a segurança. A avaliação da cidade como insegura predominou entre os respondentes, com quase 58%. Nos extremos, a classificação como cidade altamente insegura alcançou quase 15% dos respondentes, enquanto a de altamente segura ficou com menos de 1%.

Na perspectiva de gênero, os homens avaliaram a cidade como mais segura do que as mulheres: enquanto na classificação de Iporã como segura 58% dos respondentes eram homens, na avaliação dela como altamente insegura 75% eram mulheres. Já as reflexões acerca das faixas etárias aparecem na sequência por meio

da Tabela 28, que trata a percepção da segurança por faixa etária, e da Tabela 29, que aborda a proporção de respostas pelas faixas etárias.

Gráfico 9. Iporã (PR). Classificação da cidade quanto à violência, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Tabela 28. Iporã (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por faixa etária, 2015

Faixa Etária	Altamente Segura	Segura	Insegura	Altamente Insegura	Total
18-29 anos	-	37,0%	51,9%	11,1%	100,0%
30-39 anos	-	33,3%	55,6%	11,1%	100,0%
40-49 anos	4,8%	4,8%	71,4%	19,0%	100,0%
50-59 anos	-	38,9%	55,6%	5,5%	100,0%
60 ou mais anos	-	20,8%	54,2%	25,0%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Tabela 29. Iporã (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por proporção das respostas, 2015

Faixa Etária	Altamente Segura	Segura	Insegura	Altamente Insegura
18-29 anos	-	34,5%	22,6%	18,8%
30-39 anos	-	20,7%	16,1%	12,5%
40-49 anos	100,0%	3,5%	24,2%	25,0%
50-59 anos	-	24,1%	16,1%	6,2%
60 ou mais anos	-	17,2%	21,0%	37,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Em todas as faixas etárias, a classificação de Iporã como insegura predominou, apresentando valores acima de 50,0%. Na faixa entre 40-49 anos, a proporção atingiu quase 72% dos respondentes; é nessa faixa, também, que os valores da soma das respostas insegura e altamente insegura atingiram o patamar mais alto: 90,4%. Já na proporção de respostas, quase 35% dos respondentes que classificaram Iporã como segura tinham entre 18-29 anos, valor 43% superior à faixa etária que apareceu em segundo lugar. Em oposição, apenas 3,5% dessa percepção possuíam entre 40-49 anos. No caso da qualificação em altamente insegura, quase 38% dos respondentes apresentaram 60 anos ou mais de idade, valor maior que a soma dos estratos 18-29 anos e 30-39 anos.

Para entender melhor a percepção da insegurança em Iporã, o Quadro 26 descreve o perfil completo dos 16 respondentes que avaliaram a cidade como altamente insegura. Em síntese, 87,5% deles sentem-se inseguros morando em Iporã e 62,5% já enfrentaram alguma situação de violência. Embora a totalidade desses respondentes possuíam grades nos portões, nenhum tinha equipamentos eletrônicos de segurança, como câmeras e cercas, em suas residências e/ou comércio. Surpreendentemente, 31,3% deles pagavam, mensalmente, a prestação de serviço privado de segurança por meio de vigilante motorizado.

Quadro 26. Iporã (PR). Perfil dos respondentes que avaliaram a cidade como altamente insegura, 2015

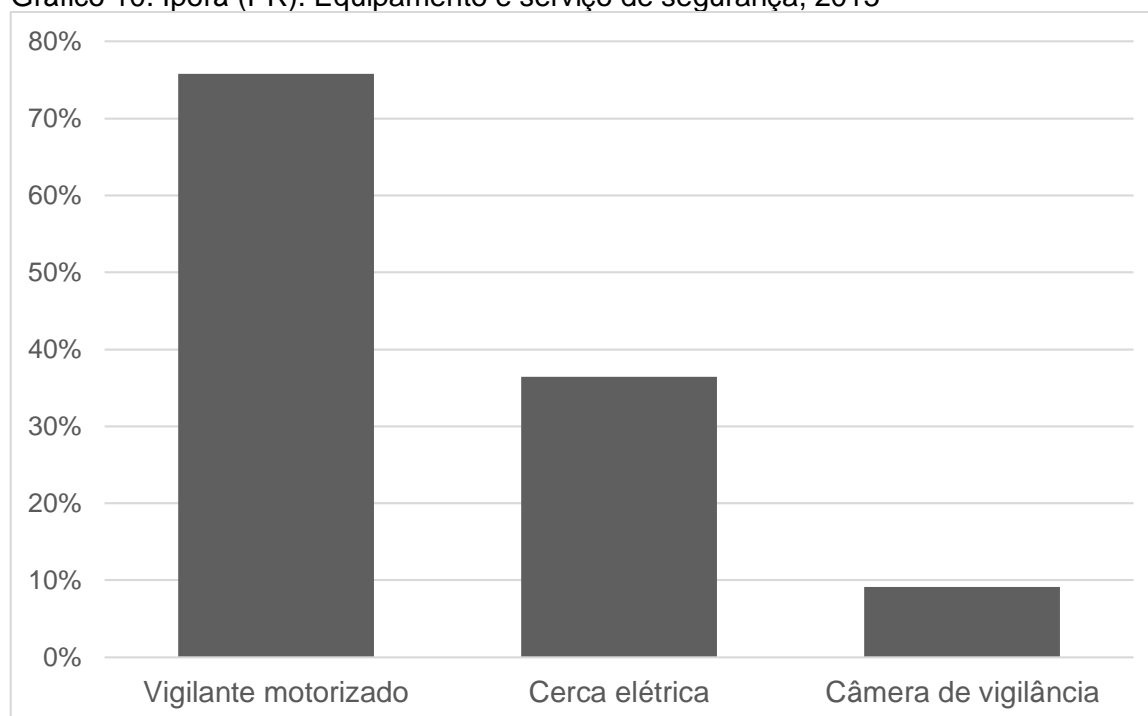
	Faixa Etária	Gênero	Sente-se seguro (a)?	Já sofreu com a violência?	Segurança na residência?
01	18-29 anos	Masculino	Não	Sim, furto	Grade
02	18-29 anos	Feminino	Sim	Não	Grade
03	18-29 anos	Feminino	Não	Não	Grade
04	30-39 anos	Masculino	Não	Sim, agressão	Grade
05	30-39 anos	Feminino	Não	Sim, várias ¹	Grade
06	40-59 anos	Feminino	Não	Não	Grade
07	40-59 anos	Feminino	Não	Sim, agressão	Grade
08	40-59 anos	Feminino	Não	Sim, furto	Grade e vigilante ²
09	40-59 anos	Feminino	Não	Sim, furto	Grade e vigilante ²
10	50-59 anos	Feminino	Não	Não	Grade e vigilante ²
11	60 ou + anos	Masculino	Não	Não	Grade
12	60 ou + anos	Masculino	Não	Sim, furto	Grade e vigilante ²
13	60 ou + anos	Feminino	Não	Sim, furto	Grade
14	60 ou + anos	Feminino	Não	Sim, furto	Grade
15	60 ou + anos	Feminino	Não	Sim, roubo	Grade e vigilante ²
16	60 ou + anos	Feminino	Sim	Não	Grade baixa

Notas: ¹Agressão física, roubo e furto e ²Vigilante motorizado no valor de R\$ 20,00 por mês
Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Claramente, a realidade da sociedade local de Iporã demonstra a convivência com casos concretos de violência que somados a outros fatores, como a proximidade com o Paraguai, influenciam no imaginário da insegurança objetiva e do medo. Assim, o caso de Iporã, como de inúmeras outras pequenas cidades, apresentadas anteriormente nesta tese, demonstram que a violência e a insegurança objetiva, como apontam Rifiotis (1999), Zaluar (1999) e Bezerra Júnior (2006), têm se tornando tão recorrentes nas pequenas cidades, independente de qual linha teórica se acredita dentro da violência difusa.

As reações e manifestações dos respondentes à violência e à insegurança objetiva em Iporã se materializam, notadamente, pelo distanciamento dos laços de sociabilidade, já demonstrados anteriormente, e pela aquisição ou contratação de equipamentos e serviços de segurança privada para a suas residências e/ou áreas comerciais. Em Iporã, todos os respondentes tinham grades e/ou portões em suas residências e apenas 30% possuíam algum equipamentos ou serviços de segurança. Nesse sentido, o Gráfico 10 demonstra os equipamentos eletrônicos e serviços privados de segurança existentes e contratados pelo grupo de respondentes, que corresponde a quase um terço do total.

Gráfico 10. Iporã (PR). Equipamento e serviço de segurança, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Entre eles, quase 76% pagavam pelo serviço privado de segurança por meio de vigilante motorizado em Iporã. A empresa responsável pelos vigilantes é de Altônia. Os valores pagos pelos respondentes variam de R\$ 20,00 a R\$ 30,00, dependendo do bairro e da residência. As rondas ocorriam entre às 20h e 05h. Já acerca dos equipamentos eletrônicos, 36,4% dos respondentes tinham algum modelo de cerca elétrica e 9,1%, câmeras de vigilância.

Em Iporã, foi perceptível, também, uma dualidade significativa entre residências com aparatos de segurança, como câmeras de vigilância e cercas elétricas, e casas com muros e grades baixas no mesmo bairro ou, como na Figura 31, vizinha uma da outra. Apesar disso, observaram-se residências comuns ou até mais modestas que também possuíam equipamentos de segurança, especialmente as cercas elétricas. Além disso, o pagamento do serviço privado de segurança por meio de vigilante motorizado se mostrou, igualmente, uma prática comum entre as classes menos favorecidas. Logo, os espaços vão se moldando e sendo produzidos e reproduzidos a partir da insegurança objetiva, como demonstrou a literatura.

Figura 31. Iporã (PR). Contraste no uso de equipamentos de segurança, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

As análises seguintes buscam avançar, diretamente, sobre os fatores explicativos para a tese da violência e insegurança objetiva em pequenas cidades a partir dos respondentes de Iporã, ou seja, transita pelas percepções acerca da influência dos espaços metropolitanos a partir do papel desempenhado pela mídia

televisiva e dos espaços difusos de medo, da ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços de segurança e pela avaliação dos existentes na cidade e da existência do tráfico de drogas no município.

Em Iporã, 93,7% dos respondentes assistem à televisão diariamente, 3,6% eventualmente ou não assistem e 2,7% não responderam. Segundo o Ipardes (2015b), em 2010, 95,3% dos domicílios de Iporã possuíam televisores e 86,9%, rádios. Ambos perdiam apenas para a geladeira, que alcançava 98,9% dos domicílios, e eram bem superiores aos 22% que tinham acesso à internet.

Entre os que assistiam à televisão, a Tabela 30 demonstra a proporção de respondentes pelos tipos de programas e de emissoras citados, tendo-se observado que apenas dois programas específicos alcançaram valores consideráveis. No caso dessa questão, não houve indicação de opção, deixando os respondentes livres para a resposta. Esse procedimento teve como objetivo compreender a visão dos respondentes sobre a programação da televisão, sem direcionar para os programas de violência. Então, as citações foram analisadas e agrupadas em dois blocos: as que se referiam aos programas ou temas semelhantes e as que representavam emissoras de televisão.

Tabela 30. Iporã (PR). Programas e emissoras por proporção de respondentes, 2015

Programas	%
Jornal e notícias	48,5%
Entretenimento: filme, séries, humor, natureza, culinária e auditório	39,6%
Novela	26,7%
Esporte: futebol	16,8%
Cidade Alerta e Brasil Urgente ¹	15,8%
Religiosos	11,9%
Desenho	2,0%
Emissoras	%
Rede Record	7,9%
Rede Globo	4,0%
Sistema Brasileiro de Comunicação (SBT)	4,0%
TV Cultura	2,0%
Canal Rural	2,0%
TV Fechada	1,0%

Nota: ¹Apenas os dois programas foram citados por mais de três respondentes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

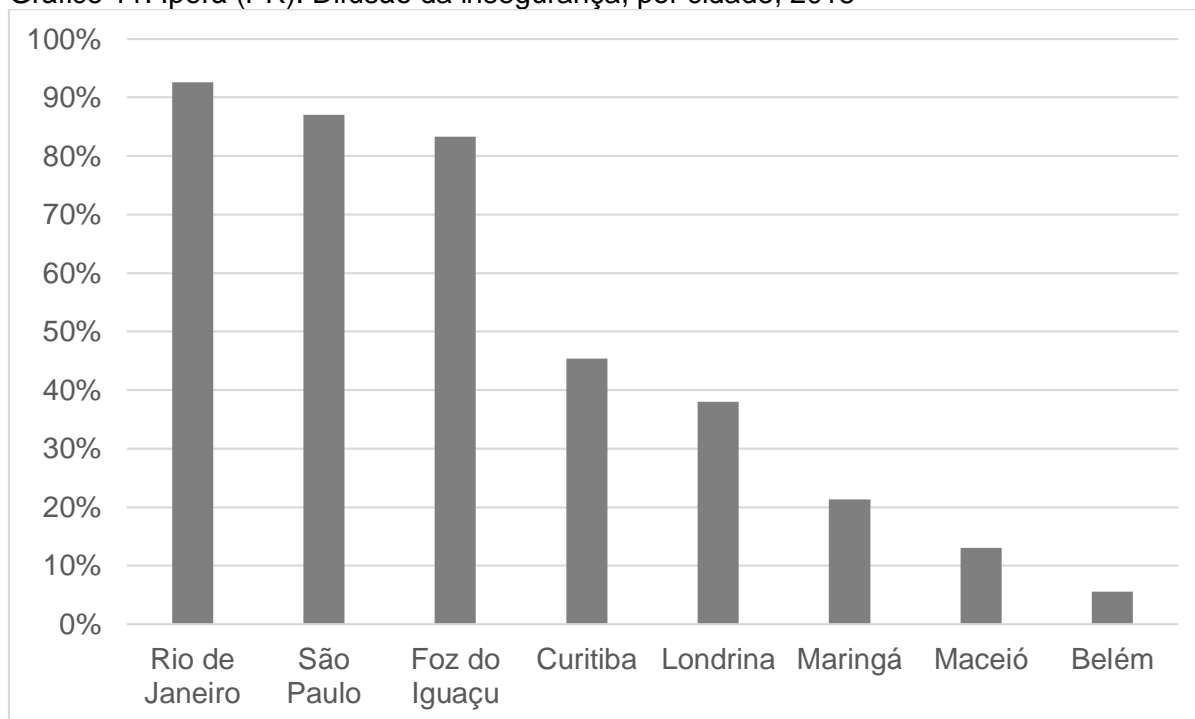
No universo de respondentes que assistiam à televisão, quase metade citou jornais e noticiários e aproximadamente 40% pontuaram programas de entretenimento, como filmes, humor, culinária e auditório. Apenas dois programas

alcançaram, individualmente, mais de três respondentes, o “Cidade Alerta”, da Rede Record, e o “Brasil Urgente”, na Rede Bandeirantes. Ambos aparecem no mesmo item, pelo teor semelhante de seu conteúdo, somando 15,8% dos respondentes, valor próximo aos programas esportivos e superior aos religiosos.

Já uma parcela dos respondentes preferiram citar emissoras ao responder à questão. Entre as emissoras consideradas abertas, a Rede Record foi referenciada por quase 8% dos respondentes, seguida pela Rede Globo e pelo SBT, com 4% cada uma. Apenas 1% citou a televisão fechada.

Ainda no sentido do transbordamento metropolitano e da violência e insegurança objetiva nas pequenas cidades a partir dele, o Gráfico 11 ilustra a difusão da insegurança por cidades, em proporção de respondentes de Iporã, caso tivessem de visitá-las.

Gráfico 11. Iporã (PR). Difusão da insegurança, por cidade, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Os resultados sinalizam a difusão da segurança ou da insegurança que algumas cidades exercem sobre as demais. A intenção da questão, independentemente da experiência do respondente com o lugar, é perceber as imagens transmitidas por cidades a partir do olhar dos respondentes de Iporã, sendo ele construído pelas mídias (nacional ou regional) ou pela própria percepção

(vivência). Além disso, notoriamente alguns espaços metropolitanos acabam marcados e reconhecidos como violentos e, portanto, difusores da insegurança objetiva, porém, muitas vezes, eles possuem dados semelhantes ou melhores que inúmeros espaços não metropolitanos, como as pequenas cidades, que, erroneamente, acabam sendo reconhecidos como mais tranquilos e seguros.

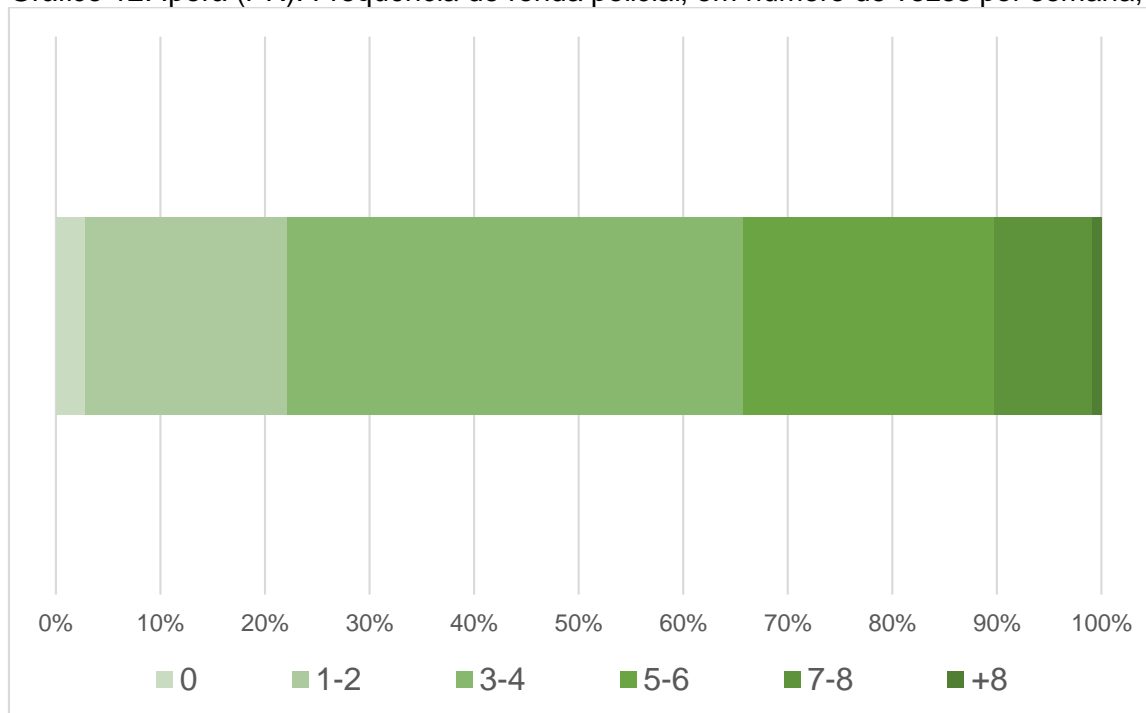
Para comparação, é fundamental retomar que 41% dos respondentes alegaram se sentirem inseguros em Iporã. Esse valor é superior à proporção de respondentes que sentem insegurança de Londrina (38,0%) e Maringá (21,3%) e bem próximo do resultado encontrado para Curitiba (45,4%). Os valores baixos para Belém (5,6%) e Maceió (13,0%) refletiram duas situações: respondentes que não conheciam essas cidades e respondentes que as projetaram, positivamente, para o turismo.

O medo do Rio de Janeiro atingiu quase 93% dos respondentes de Iporã, seguido por São Paulo, com 87%, e Foz do Iguaçu, com 83,3%. O caso de Foz do Iguaçu remete, diretamente, à dualidade exercida pela fronteira: a insegurança e o desejo, já que pelo menos 10% dos respondentes afirmaram frequentar Foz do Iguaçu todos os anos. Logo, para esses respondentes, a perspectiva de ida a Foz do Iguaçu se assemelha aos casos de Belém e Maceió, ou seja, é visualizada pelo viés positivo do turismo e do consumo, demonstrando o papel desempenhado pela mídia na propagação desse imaginário.

Assim, no que tangencia esse fator explicativo desta tese, pode-se concluir que alguns espaços, como o Rio de Janeiro e São Paulo, difundem insegurança em Iporã, atingindo mais de 85% dos respondentes, e que a insegurança de pelo menos 6,1% dos respondentes que se sentem inseguros em Iporã pode ter origem no acompanhamento, diariamente, de casos exógenos de violência, principalmente de programas de televisão com esse conteúdo. A fronteira, igualmente, difunde insegurança em Iporã (83,3% dos respondentes locais), inclusive maior que Curitiba, Londrina e Maringá, que demonstraram mais atração positiva do que negativa.

Acerca dos serviços públicos de segurança em Iporã, 94,4% dos respondentes afirmaram que faltam policiais, bombeiros, viaturas e serviços públicos de segurança no município. Além disso, a maioria deles questionou a eficiência dos existentes. Sobre isso, o Gráfico 12 retrata a frequência de rondas realizadas pelos policiais militares de Iporã, em número de vezes na semana, a partir da percepção dos respondentes.

Gráfico 12. Iporã (PR). Frequência de ronda policial, em número de vezes por semana, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

A maioria dos respondentes (43,5%) percebe rondas em suas residências ou áreas comerciais de três a quatro vezes por semana. Já dois grupos apresentaram percepções antagônicas, motivadas pelos locais de moradia e, portanto, pela “escolha dos espaços vigiados” pelo serviço público: enquanto 34,3% afirmaram que as rondas ocorrem mais de cinco vezes por semana, 22,2% percebem os serviços no máximo duas vezes ao longo de uma semana. Para quase 3% dos respondentes, as rondas policiais são inexistentes.

Apesar dessa quantificação, diversos respondentes qualificaram, espontaneamente, suas respostas com expressões como: “melhorou nos últimos anos”, “não atendem direito”, “tem que ligar várias vezes para virem”, “não vão em determinados lugares”, “prendem e depois soltam os bandidos”, “chegam depois de duas horas”, “não têm preparo adequado” e “não atendem quando é reclamação de barulho”.

Os resultados em Iporã demonstram que a Polícia Militar está cada vez mais afastada da vida em comunidade. A ação e a condução de muitos policiais são questionáveis, e o papel que acabam desempenhando é semelhante ao daqueles que eles deveriam combater. Por isso, a desmilitarização da polícia e a instalação da

polícia comunitária caminham como possibilidades que devem pautar os debates acadêmicos, sociais e políticos.

Em Iporã, os serviços públicos de segurança são de responsabilidade da Guarda Municipal e das polícias estaduais (Civil, Militar e Rodoviária). A existência da Guarda Municipal de Iporã foi uma surpresa, pelo fato de apenas 7,7% dos municípios paranaenses possuírem esse serviço, que, constitucionalmente, tem prerrogativa para proteger bens, serviços e instalações públicas municipais (LUCIANO, 2013). Entre os municípios que tinham, em 2013, Guarda Municipal, apenas três (Cruzmaltina, Nova Santa Bárbara e Mauá da Serra) eram menores, demograficamente, que Iporã.

Em Iporã, a Guarda Municipal foi instalada em 2005 a partir da necessidade por segurança pública, ou seja, em um contexto em que o contingente de policiais militares era insuficiente e, portanto, a presença dos 16 guardas municipais ajudaria no combate à violência. Naquele cenário, os casos de homicídios no município oscilavam entre dois e cinco, entre 1996 e 2005 (DATASUS, 2015).

Com o passar dos anos, a situação se inverteu: houve um aumento no efetivo militar e uma deterioração da Guarda Municipal. Os casos de homicídios, por sua vez, aumentaram expressivamente após a instalação do serviço público: antes, foram 29 assassinatos no período de dez anos e, depois, 48 casos em quase oito anos (DATASUS, 2015).

Em 2015, o serviço público era prestado por apenas nove guardas municipais, não armados, trabalhando em grupos de três, em escala 12 horas por 24 horas. Fisicamente, a Guarda Municipal possuía uma viatura e duas motos. Segundo relatos dos representantes da corporação, os serviços prestados eram: rondas para preservação dos serviços e dos patrimônios públicos municipais, rondas nas escolas municipais, especialmente em horário de saída dos alunos (12h às 14h), e proteção do conselheiro tutelar, quando solicitado. A sede está localizada no centro de Iporã, ao lado da rodoviária e junto da Defesa Civil Municipal (Figura 32).

A Defesa Civil Municipal de Iporã, ao lado esquerdo da imagem, é autônoma e independente da Guarda Municipal. A municipalização da Defesa Civil, por meio dos bombeiros comunitários, ocorreu após o poder público municipal rejeitar a proposta do Governo do Paraná de criação de uma unidade militar do Corpo de Bombeiros em Iporã. Esse quartel militar, então, se instalou em Altônia. O problema não está na municipalização, mas na incapacidade de a gestão municipal manter o serviço no mínimo satisfatório. Em Iporã, o bombeiro comunitário vive um completo abandono:

em 2015, ele possuía apenas três funcionários, e um caminhão e uma ambulância em situações deploráveis, com problemas no motor, na carroceria e nos pneus. Por isso, no final da situação, o município de Iporã acaba recorrendo justamente ao Quartel de Bombeiros de Altônia e ao 6º SGBI, sediado em Umuarama.

Figura 32. Iporã (PR). Defesa Civil Municipal e Guarda Municipal, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

A situação da Polícia Militar em Iporã passou por processo contrário. O histórico da instituição revelou que antes eram oito policiais locados em um destacamento de polícia que dependia, diretamente, do comando regional de Maringá, distante a 215 quilômetros. Então, em 2009, o destacamento foi elevado à condição de 2ª Companhia de Polícia Militar (Figura 33), subordinada ao 7º BPM de Cruzeiro do Oeste, a 77 quilômetros de distância.

Isso favoreceu, diretamente, o aumento do efetivo, que chegou a 28 policiais no auge da corporação. Essa estratégia e ação do poder público estadual foi uma resposta aos índices de violência no município, que naquele ano atingiu 13 casos de homicídios, o ápice dessa violência na história de Iporã. A estratégia surtiu efeito, já que reduziu, nos três anos subsequentes, a quantidade de homicídios pela metade. Apesar disso, em 2014, a reorganização institucional da polícia na região reduziu o efetivo da companhia de Iporã e passou sua subordinação ao recém-criado 25º BPM de Umuarama.

Figura 33. Iporã (PR). 2ª Companhia de Polícia Militar, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Segundo os dados coletados na companhia, em 2015, o efetivo total era de 13 policiais militares, sendo três deles administrativos. Esse contingente atende, além de Iporã, oito municípios da região, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Esperança Nova, Francisco Alves, Pérola e São Jorge do Patrocínio, que somam 77 mil habitantes ou seis mil habitantes por policial. Além disso, a frota é insuficiente para o atendimento de tamanha área e contingente.

Os resultados dessa reorganização aparecerão nos próximos anos com a divulgação dos dados consolidados de homicídios no Datasus. Segundo os policiais, os crimes em Iporã são reflexos da faixa de fronteira com o Paraguai; em média, são registrados dez boletins de ocorrência por dia, dos quais 60% terminam em orientação e 40% são encaminhados para a Polícia Civil, como os casos que envolvem adolescentes.

Os principais motivos para os boletins de ocorrência, em Iporã, são: violência doméstica, perturbação do silêncio e furtos. Outro problema crônico em Iporã, segundo as informações da companhia, são os trotes ou as falsas denúncias aplicadas na Polícia Militar: em cada dez ligações, sete se configuram como trotes ou informações de falsas ocorrências para despistar e ocupar os policiais. Além disso, os policiais relataram que mais da metade dos trotes é composta por ofensas e xingamentos direcionados aos servidores.

A Polícia Militar Rodoviária do Estado do Paraná inaugurou, em dezembro de 2014, um posto no município de Iporã às margens da rodovia PR-323, entre Iporã e Cafezal do Sul. A Figura 34 apresenta as novas instalações, “pois com o aumento do fluxo de veículos por ocasião da fronteira com o país vizinho se fazia urgência o posto de serviço” (IPORÃ, 2014, s. p.).

Figura 34. Iporã (PR). Posto da Polícia Militar Rodoviária, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

O 3º Pelotão de Polícia Militar Rodoviária de Iporã é subordinado à 3ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária de Cascavel, a 142 quilômetros de distância, e possuía, em 2015, um radar móvel, dois bafômetros e duas viaturas (as que aparecem na imagem). Além disso, o efetivo era de 15 policiais militares rodoviários, dois a mais que a Polícia Militar de Iporã, que revezavam em três grupos de cinco policiais rodoviários, com escala de 24 horas por 48 horas. As informações sobre estatísticas e apreensões não foram disponibilizadas sob alegação de que tal informação caberia à regional de Cascavel.

Quanto à Polícia Civil, Iporã é sede da 15ª Delegacia Regional de Polícia, subordinada à 7ª SDP de Umuarama. A delegacia possui uma delegada que responde, além de Iporã, por mais dois municípios, Francisco Alves e Cafezal do Sul, totalizando mais de 25 mil habitantes. A Figura 35 apresenta a Delegacia Regional de Polícia de Iporã, que contava, em 2015, duas escrivãs, cinco investigadores e três veículos, sendo dois caracterizados. O local tem espaço para vinte presos, mas, em

2015, comportava quarenta detentos – o local chegou a abrigar noventa pessoas antes da transferência para a Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste. Há três anos a delegacia não registra fuga ou tentativa disso.

Figura 35. Iporã (PR). Delegacia Regional de Polícia Civil, 2015



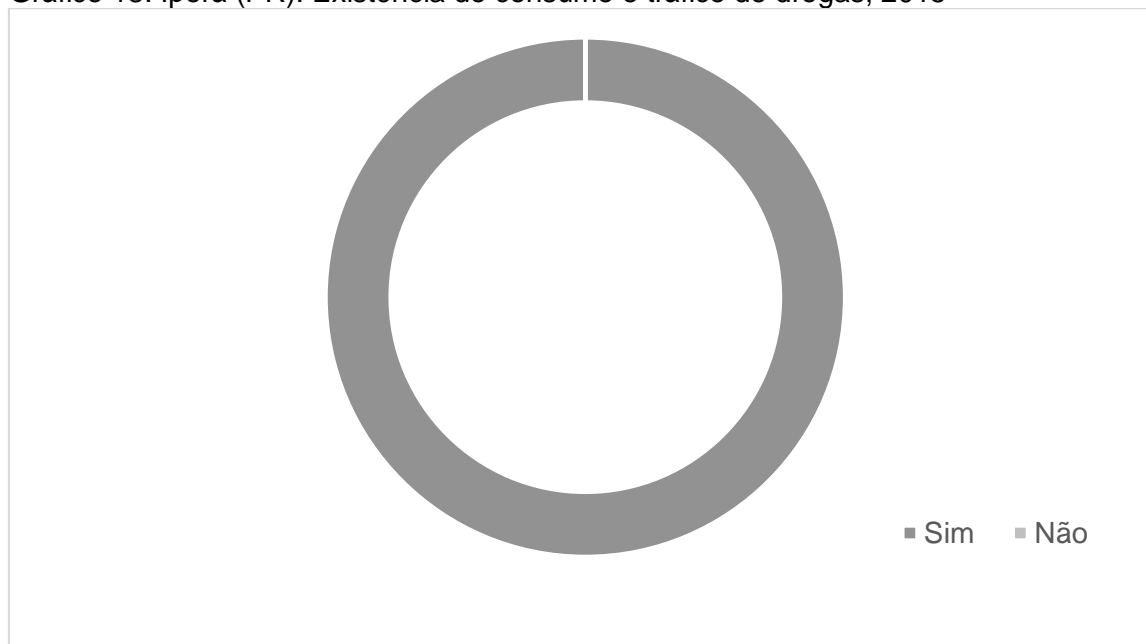
Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Segundo dados da Polícia Civil de Iporã, são, em média, 12 casos de flagrantes, setenta boletins de ocorrência e trinta inquéritos policiais por mês. Atualmente, há um acúmulo de seiscentos inquéritos aguardando análise, justamente pela ausência de contratação de novos servidores. Ainda com base nas explicações, os principais motivos para os inquéritos e, por isso, para a violência nos municípios atendidos pela delegacia, são tráfico de drogas, roubos, furtos e violência doméstica, sendo os três primeiros potencializados pela influência da fronteira com o Paraguai.

Finalmente, para compreender o tráfico de drogas, de pessoas e de produtos contrabandeados como motivadores para a violência e a insegurança objetiva em pequenas cidades, o Gráfico 13 demonstra a percepção dos respondentes sobre a existência do consumo e do tráfico de drogas em Iporã. A totalidade dos respondentes, ou seja, 100%, afirmaram que o consumo e o tráfico de drogas fazem parte do cotidiano local de Iporã e aproximadamente um terço deles considerou a proximidade com a fronteira como motivadora e facilitadora para essa prática no município. Durante as respostas dessa questão, alguns respondentes comentaram que isso ocorre em todos os locais e outros, geralmente mais velhos, associaram-na ao mundo moderno,

remetendo para um passado em que isso não existia e não se configurava como motivo de preocupação.

Gráfico 13. Iporã (PR). Existência do consumo e tráfico de drogas, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Os motivos para a existência da violência em Iporã estão na Tabela 31. No total, foram 263 motivações, média de 2,5 por respondente, embora a questão solicitasse dois motivos. Para facilitar a compreensão, as respostas foram agrupadas e apenas as citadas, no mínimo, sete vezes foram listadas.

Tabela 31. Iporã (PR). Principais motivos para a violência, 2015

Motivos	%
Consumo e tráfico de drogas	30,4%
Ausência de emprego e de oportunidades	16,3%
Fronteira com o Paraguai	11,8%
Bebidas alcoólicas	8,7%
Impunidade e leis brandas	7,6%
Ausência de educação	6,1%
Ausência de estrutura familiar	4,2%
Brigas e festas com jovens	4,2%
Roubos e furtos	3,4%
Atuação do Conselho Tutelar e da Polícia	2,7%
Outros	4,6%
Total	100,0%

Nota: Consideradas as respostas citadas, no mínimo, sete vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

O principal motivo para a violência e para a insegurança objetiva em Iporã, segundo os respondentes, era o consumo e o tráfico de drogas, com pouco mais de 30% das citações. A segunda mais referenciada, com quase 17%, foi a ausência de emprego e de oportunidade para a população, especialmente os jovens. O terceiro principal motivo, com quase 12%, foi a proximidade com o Paraguai, ou seja, a faixa de fronteira. Outras motivações se destacaram em Iporã: bebidas alcoólicas (8,7%), impunidade e leis brandas (7,6%), ausência de estrutura familiar (4,2%) e a atuação do Conselho Tutelar e da polícia (2,7%). Dentro dos “outros”, um motivo surpreendeu com 33% das citações: o dinheiro.

A atuação do Conselho Tutelar merece um considerável destaque nesta tese, não apenas por ser questionada por alguns respondentes de Iporã, mas pelo contexto encontrado no município: muitas crianças, adolescentes e jovens sem perspectivas, envolvidos com a criminalidade ou vulneráveis a ela, especialmente com o tráfico ilícito, e o alto índice de consumo de remédios controlados.

A situação em Iporã é tão preocupante que existe um vasto espaço (Figura 36) que abriga o Centro de Coordenação de Assistência Social, Desenvolvimento Comunitário à Criança e ao Adolescente, chamado de Centro Social. Estão inseridos nele diversos órgãos sociais, inclusive o Conselho Tutelar. Sem esse espaço e as políticas pensadas nele, a situação, certamente, seria ainda pior.

Figura 36. Iporã (PR). Centro Social, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

A conversa com três conselheiros (60%), na sede do Conselho Tutelar de Iporã (Figura 37), esclareceu uma série de questões. A estrutura foi ampliada recentemente a partir da demanda social existente em Iporã. Além da sede, inaugurada em 2014, o órgão público mantém uma Casa Abrigo, com endereço sigiloso, que tem estrutura para dez crianças. Em 2015, esse local abrigava oito crianças que foram retiradas dos responsáveis por problemas de álcool, drogas, abandono, descuido e/ou agressões.

Figura 37. Iporã (PR). Conselho Tutelar, 2015



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

Em Iporã, os conselheiros reclamam por maior apoio dos outros setores públicos, como a educação, a saúde, a polícia militar, etc., que são praticamente inoperantes na ajuda aos conselheiros, e da sociedade local, que os considera inimigos, especialmente difundindo pela cidade que, enquanto “a polícia prende, o conselho solta”. Os conselheiros consideram, como máxima urgência, a ajuda por meio de um acompanhamento psicológico.

Os atendimentos dos conselheiros ocorrem 24 horas, sendo, em média, dez visitas diárias nos locais de ocorrência, embora o número de ligações seja bem superior a isso (enquanto se aplicava o questionário, o telefone tocou cinco vezes em quase sessenta minutos, dos quais três foram trotes, o que também é um problema grave, e duas foram denúncias). Ainda assim, os conselheiros acham que a sociedade local denuncia pouco os casos existentes.

Como já assinalado, considera-se significativo e preocupante o uso recorrente de remédios controlados por muitas crianças e adolescente de Iporã. Segundo eles, são muitos casos, já que os pais preferem a criança anestesiada do que na rua cometendo crimes ou vulnerável a eles. Até, por isso, os médicos cedem as receitas sem exames detalhados, e a população local finge que nada acontece. Isso representa o uso do dope para a não violência, embora se configure como uma das mais perversas práticas de violenta contra as crianças e os jovens de Iporã e seus futuros. Além disso, qual seria o distanciamento entre o uso de drogas, chamadas de ilícitas, e a dopagem, considerada lícita, nessa população local?

Para os conselheiros, 90% dos atendimentos são reflexo do ambiente familiar, sendo que, em Iporã, os problemas mais sérios são: primeiro, o consumo e o tráfico de drogas e o consumo de álcool e, segundo, as agressões físicas, especialmente as domésticas e as brigas em colégios. Constantemente, eles recebem vários telefonemas denunciando crianças, com menos de dez anos, armadas. Nesse caso, eles repassam a informação para a Polícia Militar e não atendem a ocorrência. Muitos adolescentes, por sinal, agem com frieza, agredindo e ameaçando os conselheiros; um deles vive, constantemente, sobre ameaça de morte, mesmo fazendo vários boletins de ocorrência contra os envolvidos.

Existem muitas ofensas diárias, até mesmo quando não estão trabalhando, como um conselheiro que foi agredido verbalmente na fila do supermercado. Segundo eles, todo atendimento tem ofensa, tanto que os conselheiros deixaram de visitar as ocorrências da madrugada (eles acionam a polícia quando o caso é grave) e tentam fazer as visitas diurnas acompanhados dos guardas municipais ou dos policiais militares, embora na maioria das vezes isso não seja possível.

No caso dos problemas com drogas e álcool, o conselho conseguia, toda semana, internações em clínicas de reabilitação da região. Porém, atualmente, não existem mais vagas disponíveis e os encaminhamentos cessaram. Isso, segundo eles, aumentou, novamente, o envolvimento dos jovens com o tráfico, inclusive, com uma ramificação, em Iporã, de facções associado à rede internacional de traficantes que atuam no Paraguai.

Outro problema grave é a violência sexual que, segundo os conselheiros, é muito pouco notificada e denunciada em Iporã. Para essa conscientização, eles lançaram, em 2015, uma campanha com adesivos (Figura 38), que foram colados e distribuídos em diversos pontos da cidade, especialmente escolas e espaços públicos,

contra o abuso sexual de crianças: “Crianças abusadas sexualmente não falam. Fale por elas! Denuncie!”. Porém, como a campanha ainda estava no começo, não havia os resultados alcançados com ela.

Figura 38. Iporã (PR). Campanha contra o abuso sexual de crianças, 2015

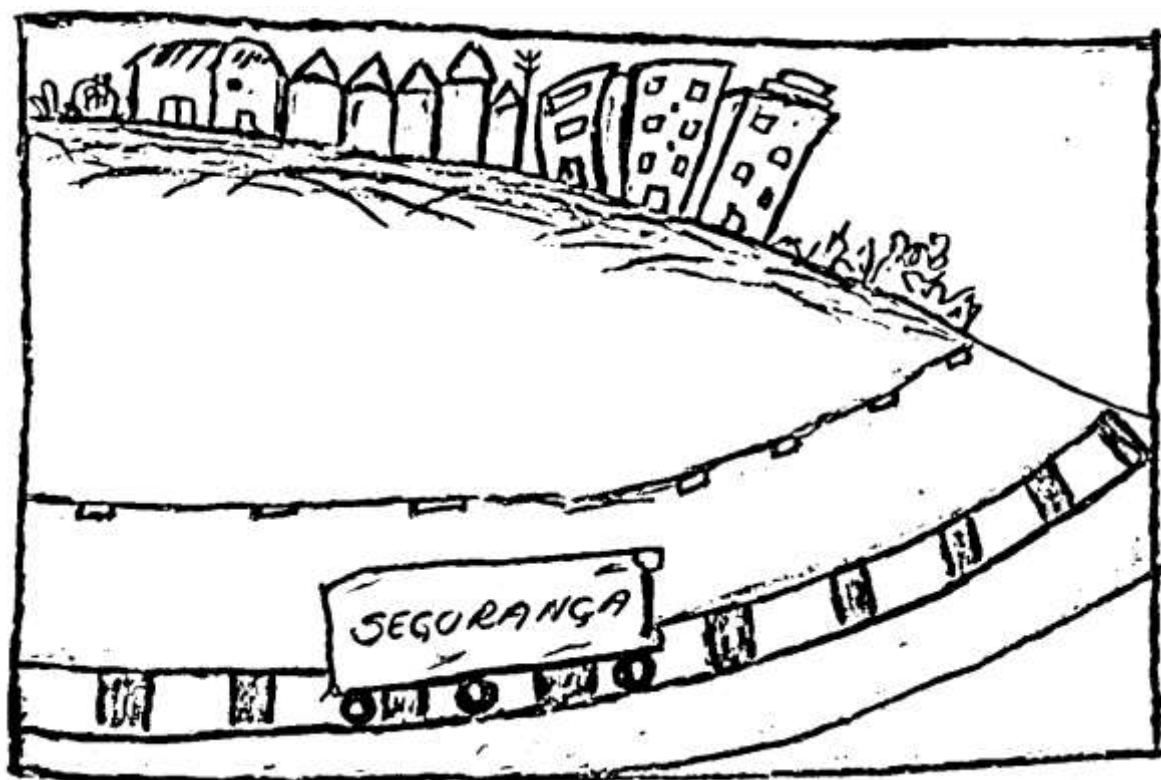


Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2015)

A partir da experiência e da percepção dos conselheiros, os fatores para a violência e insegurança objetiva em Iporã são quatro: família, fronteira, emprego e ócio. Para mudar essa situação, segundo eles, é indispensável que as políticas públicas desenvolvam atividades sociais, artes, músicas e opções de emprego, como no caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)¹⁶. Além desse combate, demonstra a necessidade de evitar o trabalho infantil no município. No caso de Iporã, o projeto era desenvolvido em um amplo espaço em um dos bairros mais carentes da cidade. Porém, além de ter sido interrompido, deixando uma série de crianças sem possibilidades de recreação e, principalmente, mais vulneráveis à violência, a edificação está sendo, constantemente, deteriorada a partir de vandalismo, furtos e destruição.

¹⁶ O Peti é um programa promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal. Segundo Brasil (2015d, s. p.), ele “articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce”. O programa, além de transferir renda, acompanha a família e oferece serviços socioassistenciais, como artesanato, música, dança, etc., e são articulados com o poder judiciário, o ministério público e o conselho tutelar (BRASIL, 2015d).

PARTE V – FIGUEIRA (PR): a insuficiência dos serviços públicos de segurança e sua realidade entristecedora



(Adriana Carnevalli)

É necessário extrair a segurança pública...

Parte V – Figueira (PR): a insuficiência dos serviços públicos de segurança e sua realidade entristecedora

Esta parte da tese, a segunda na sequência empírica desenvolvida pela perspectiva local sobre o tema, continua desconstruindo o mito da pequena cidade como um espaço tranquilo e seguro para se viver e onde se mantém uma sociabilidade baseada em vínculos afetivos. É relevante retomar que a escala local de análise está apresentada em três partes, indissociáveis, que contemplam, empiricamente, os fatores explicativos que sustentarão a tese. Essa fragmentação justifica-se como uma opção metodológica já que se trata de um tema complexo e amplo e que cada localidade e fator explicativo possuem características próprias quanto à estrutura física e aos aspectos humanos, sociais e culturais.

Em Figueira, a realidade local mostrou-se entristecedora ao longo de toda a pesquisa empírica, especialmente por situações que envolvem a fragmentação do tecido social, a insuficiência dos serviços públicos de segurança a partir da inoperância do Estado e o completo abandono do espaço e da vida pública. Um exemplo disso materializa-se na afirmação de um respondente de 50-59 anos de idade, que se declarou “sem motivação de vida na Figueira”. Assim, as situações encontradas nas pesquisas de campo em Figueira preocuparam pela necessidade de tornar os sentimentos percebidos e sentidos em realidades científicas e acadêmicas que demonstrassem a ausência de motivações e ânimos que permearam o discurso de praticamente todos os respondentes, sem o risco de se levar pelas emoções e/ou transformar-se em uma narrativa conformista e desesperançosa.

Nesse sentido, o título desta parte quer chamar a atenção para a insuficiência dos serviços públicos de segurança em Figueira, que nesse caso parece ser o principal motivador para a existência da violência e da insegurança objetiva, e faz alusão à percepção central do trabalho de campo na cidade. Esses fatores sociais, por conseguinte, engendram a própria fragmentação socioespacial em Figueira, inclusive quanto ao espaço urbano.

A impressão inicial de Figueira foi preocupante e até assustadora: a pequena cidade é muito escura, não apresenta nenhum planejamento urbano, está em uma área de declividade acentuada e parece estagnada no seu passado minerador. Figueira é uma cidade mineradora! A economia local ainda sobrevive da extração do

carvão mineral. Diferentemente de Iporã, em que a impressão inicial foi se transformando, em Figueira ela foi se mostrando cada vez mais entristecedora.

A sistematização desta parte ocorre em duas seções: na primeira, apresenta-se a breve história da consolidação municipal, a localização e as informações gerais que ajudam na compreensão do contexto local. Este, articulado com a realidade contemporânea, contribui com o entendimento das situações vinculadas à violência, insegurança objetiva e sociabilidade; já na segunda, demonstra-se a situação atual de Figueira a partir da análise dos questionários por meio de produções cartográficas.

5.1 A consolidação municipal de Figueira

O entendimento acerca da consolidação municipal de Figueira depende da retomada da colonização do Norte Pioneiro do Estado do Paraná no século XIX, que se iniciou, segundo Muller (2001), a partir da fundação da Colônia Militar de Jatay em dois de Janeiro de 1851. Essa porção do território paranaense se ligava a Curitiba por meio de uma estrada, não pavimentada, que tinha como objetivo articular a Província do Paraná com a de Matto Grosso e, conseqüentemente, promover a proteção territorial (MULLER, 2001).

Assim, os fundamentos históricos de Figueira estão invariavelmente ligados à essa estrada que ligava a Colônia Militar de Jatay até Curitiba. Apesar disso, os primeiros habitantes, como aponta Santos et al. (2002), chegaram apenas no início da década de 1920 e eram chamados de “nortistas” embora fossem, predominantemente, baianos, alagoanos, pernambucanos e sergipanos.

Eram garimpeiros atraídos pela fama da existência de ouro e dos diamantes de Tibagi e acabaram ficando nas proximidades dos rios do Peixe e Figueirinha. Iniciaram pequenas plantações em 1926, surgiu um pequeno povoado com o nome de Figueira, cuja origem provem de uma árvore muito abundante na região (SANTOS et al., 2002, p. 9).

Nesse povoado, tornou-se um hábito comum desses colonizadores se deitarem e acamparem nas sombras dessas figueiras, motivando a toponímia do lugar. A partir disso, o povoado ganhou movimento e se tornou “centro das atenções por terem sido encontrados muitos dimanantes na região” (SANTOS et al., 2002, p. 9).

A violência, tão recorrente na contemporaneidade de Figueira, tem origem nesse período que antecedeu a consolidação municipal. Segundo Santos et al. (2002,

p. 9), “como não existia nenhuma coibição legal, os primeiros exploravam os diamantes e faziam suas próprias leis. Muitos morreram assassinados para serem roubados”.

Apesar disso, esse contexto do ouro e de diamante não foi suficiente para o enriquecimento e nem para a consolidação municipal de Figueira. O que de fato contribuiu para isso foi a mineração do carvão mineral. Portanto, as maiores frentes de ocupação se instalaram na localidade para se dedicarem ao trabalho nas minas de carvão mineral. Assim, um pioneiro

Deixando de lado suas propriedades no interior paulista, lançou-se em busca do “ouro negro” com que prevendo sua importância no desenvolvimento do Brasil. Em 1940, embrenhou-se na mata acompanhado de sua equipe de operários chegando as barrancas do rio do Peixe, iniciando um trabalho pioneiro de abertura de minas de carvão. (...) iniciou as atividades da Companhia Carbonífera Brasileira (...), instalou uma serraria para suprir as necessidades da mina (...). Construindo acampamento dentro das características de uma cidade, com instalação de água e energia elétrica, essa vida, mais tarde, tornou-se a cidade de Figueira (SANTOS et al., 2002, p. 12).

Em 20 de janeiro de 1949, o povoado de Figueira se tornou Distrito Judiciário pertencente ao município de Curiúva e só trinta anos depois, em 1979, que o distrito alcançou a condição de Distrito Administrativo (SANTOS et al., 2002). Essa situação foi possível em decorrência da eleição de um prefeito em Curiúva que tinha laços com o distrito e que encampou a emancipação política de Figueira. Assim,

O projeto de criação do município de Figueira, foi apresentado e defendido na assembléia Legislativa do Estado do Paraná (...), aprovado e sancionado pelo Governador Ney Braga, através da Lei nº 7.570, de 20 de abril de 1982. (...). A instalação de nosso município foi realizada no dia 1º de fevereiro de 1983. (SANTOS et al., 2002, p. 10).

Ocorreu o desmembramento de Curiúva e, curiosamente, o primeiro prefeito eleito foi justamente o ex-prefeito de Curiúva que motivou a emancipação política de Figueira. O município nasceu apenas com o distrito-sede, mantém-se assim até a contemporaneidade e pertence à Comarca de Curiúva. Por isso, pode-se entender que a consolidação municipal ocorreu a partir de uma estratégia política e econômica bem articulada pela elite local do distrito.

A perceptiva econômica ocorreu a partir da mineração do carvão: em 11 de março de 1982, mesmo ano da emancipação política, foi criada a Companhia Carbonífera do Cambuí, que passou a explorar a riqueza presente no solo de Figueira. Essa abordagem econômica e o contexto da mineradora no município são abordados adiante.

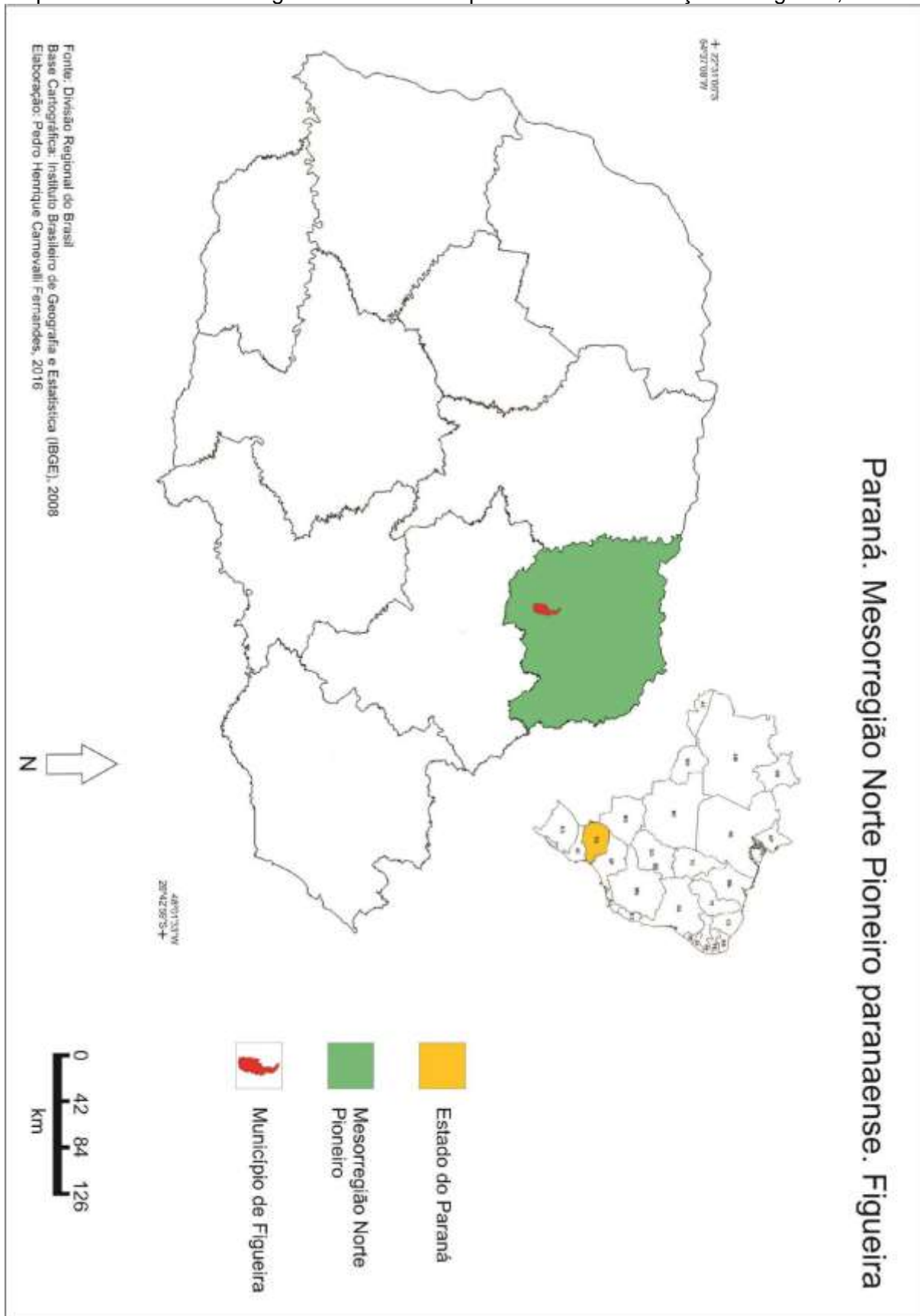
O município de Figueira está localizado no Norte do Estado do Paraná, especificamente na Mesorregião Norte Pioneiro paranaense, como é demonstrado no Mapa 37, com Longitude 50° 24' 11" W e Latitude 23° 50' 57" S, média de 620 metros de altitude e 305 quilômetros de distância de Curitiba, capital estadual (IPARDES, 2016). O município possui área pequena, 130 quilômetros quadrados, e faz divisa com apenas três municípios: Ibaiti, a Leste, Curiúva, a Sul, e Sapopema, a Oeste. (IPARDES, 2016).

O Mapa 38 apresenta a localização de Figueira dentro da Mesorregião Norte Pioneiro paranaense, destacando as divisas municipais e a cidade (área urbana do distrito sede). Já o Mapa 39 demonstra o município de Figueira, com cidade e as rodovias. Além de possuir uma pequena cidade, é possível perceber que o município é espacialmente pequeno, e a área urbana apresenta extensa representatividade dentro dele.

Como já demonstrado em parte anterior, Figueira compõe um grupo de municípios que estão distantes dos serviços públicos de segurança. A cidade de Figueira está a 170 quilômetros de Londrina, a maior demograficamente do Norte do Paraná, 130 quilômetros de Cornélio Procópio, a maior demograficamente da Mesorregião Norte Pioneiro paranaense, e a 120 quilômetros de Jacarezinho e a 75 quilômetros de Telêmaco Borba, cidades que respondem pelos principais serviços públicos de segurança de Figueira. É relevante retomar que as rodovias que ligam Figueira aos municípios citados apresentam, em sua maioria, faixas simples e graves problemas de infraestrutura.

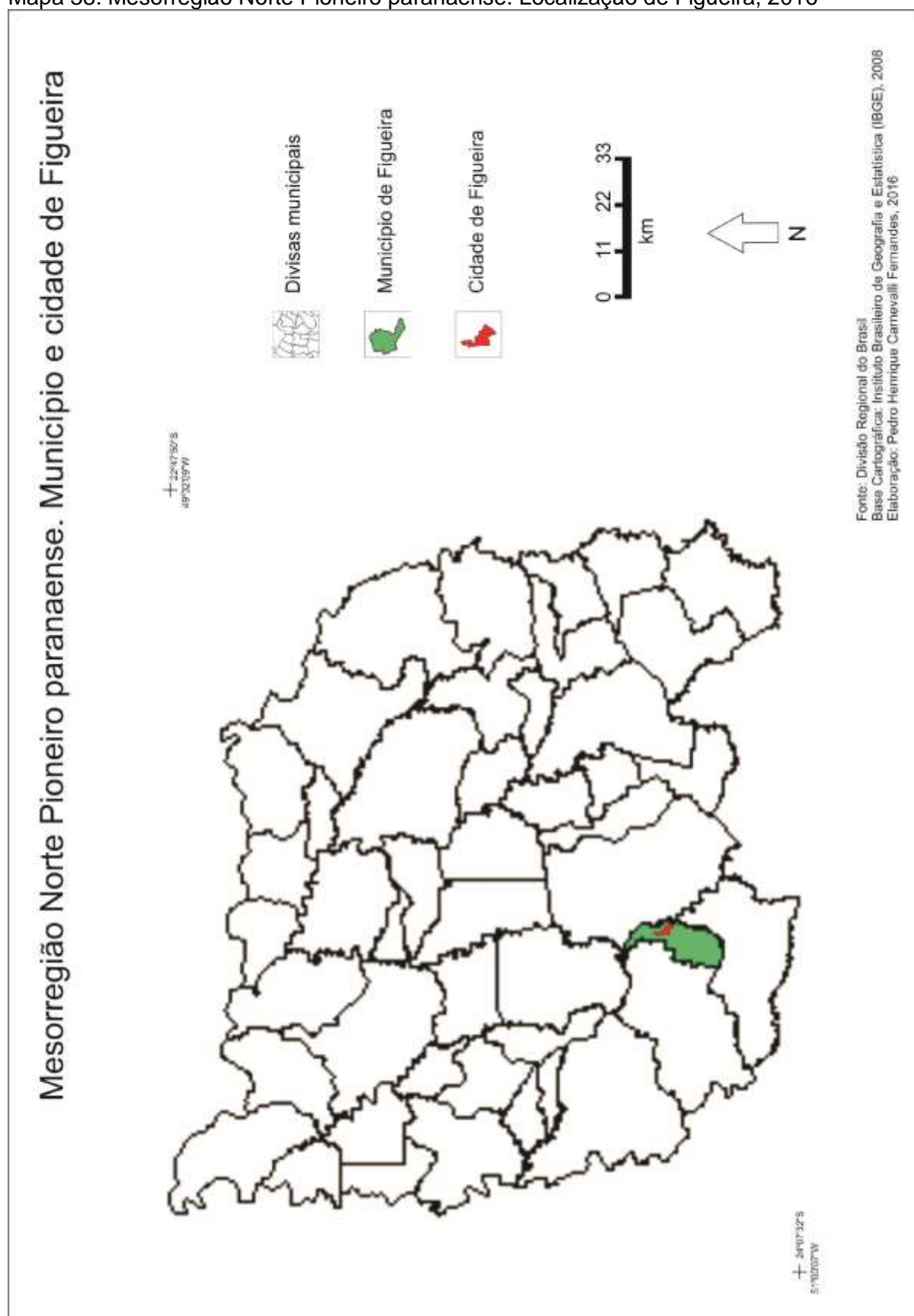
O município de Figueira é cortado pela PR-160 e pela BR-272. A PR-160 nasce em Paranagi, distrito de Sertaneja, na divisa do Estado do Paraná com São Paulo, e segue, com várias interrupções, até Paula Freitas, próximo da divisa com o Estado de Santa Catarina. É fundamental pontuar que essa rodovia foi chamada, em 2010, de "rota caipira do tráfico" (PCPR, 2010). Já a BR-272 foi projetada como uma rodovia de ligação entre São Paulo e o Paraguai, mas se materializou em poucos trechos, como o de Figueira.

Mapa 37. Paraná. Mesorregião Norte Pioneira paranaense. Localização de Figueira, 2016



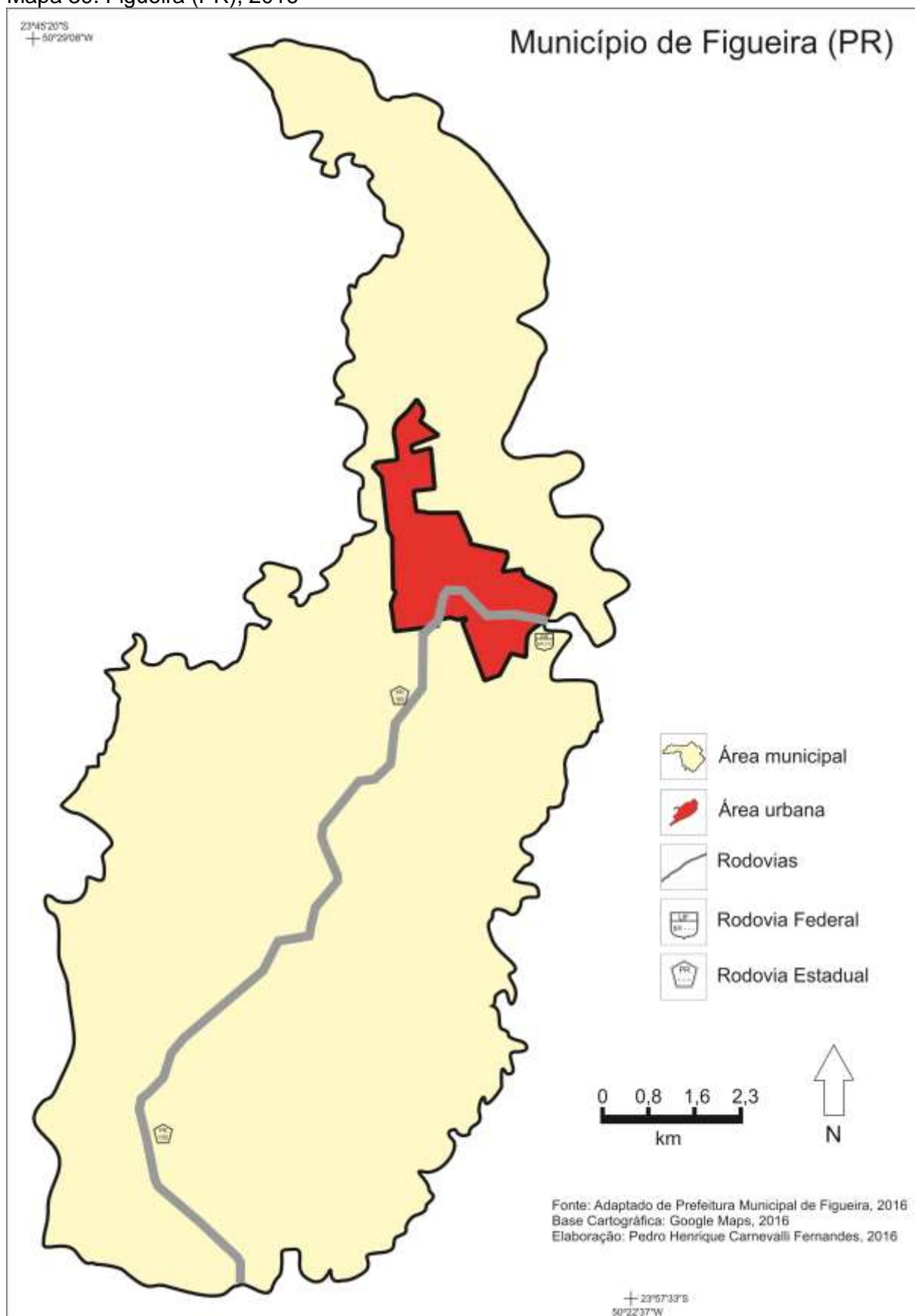
Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

Mapa 38. Mesorregião Norte Pioneira paranaense. Localização de Figueira, 2016



Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

Mapa 39. Figueira (PR), 2016



Fonte: Adaptado de Figueira (2016)

Logo, o acesso à Figueira ocorre apenas por duas entradas/saídas, sendo uma pela PR-160, sentido Curiúva, como pode ser observado na Figura 39, e outra pela BR-272, na Figura 40, sentido Ibaiti. O posto da Polícia Rodoviária Federal mais próximo está em Ibaiti, a aproximadamente 35 quilômetros, e o posto da Polícia Rodoviária Estadual está mais distante, a quase 60 quilômetros, em Ventania.

Figura 39. Figueira (PR). Entrada/Saída pela BR-272, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Figura 40. Figueira (PR). Entrada/Saída pela PR-160, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Como já pontuado, a redução de acessos facilita as práticas de assaltos e furtos ao comércio local e às agências bancárias e/ou caixas eletrônicos. Em Figueira, existe apenas uma agência bancária, a do Banco Bradesco, ou seja, não existe banco público no município. Os moradores que precisam do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal recorrem à única lotérica ou à única agência dos Correios, ambas no centro, ou, ainda, aos municípios vizinhos de Ibaiti e Curiúva.

Em 2014, a única agência bancária foi explodida, durante a madrugada, por cinco criminosos que renderam o vigilante da prefeitura e levaram todo o dinheiro disponível (PORTAL G1/PR, 2014a). Já em 2015, cinco criminosos arrombaram, também durante a madrugada, a agência bancária que, decorrente disso, liberou uma cortina de fumaça. Isso assustou os criminosos que fugiram deixando uma bomba no local; a bomba foi desarmada pelo Esquadrão Antibombas de Curitiba, que se deslocou até Figueira. No fim, a tentativa de levar o dinheiro terminou frustrada para os bandidos (PORTAL G1/PR, 2015b).

Essa prática de assalto e/ou furto já atingiu várias cidades próximas a Figueira, em algumas delas com moradores feitos reféns, como em Congonhinhas e Ventania, em 2014, e Curiúva, Ibaiti e São Jerônimo da Serra, em 2016. Os assaltantes da agência de São Jerônimo da Serra fugiram para Sapopema, tentaram roubar dois policiais na cidade e foram mortos em troca de tiro (SOUZA, 2016). No caso de Curiúva, um vídeo feito pelos moradores mostra o momento em que a quadrilha fugia com reféns amarrados na parte superior da carroceria do veículo (MAROS, 2016).

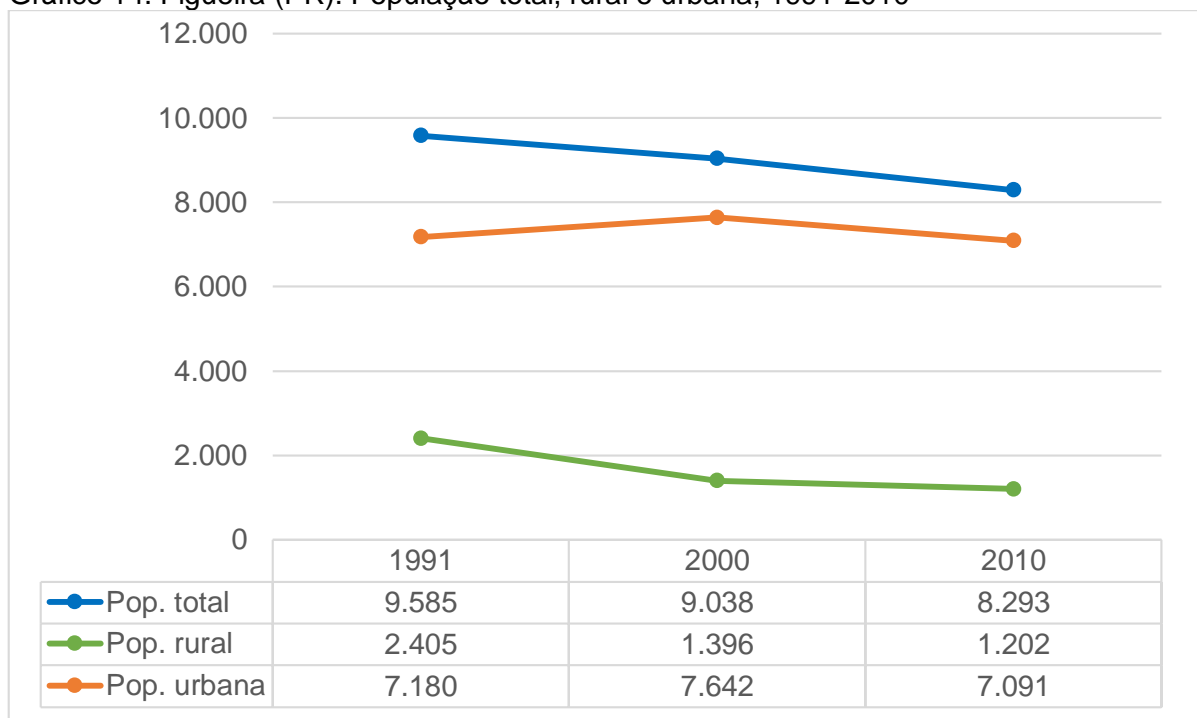
Em 2010, segundo o censo do IBGE (2010), a população total de Figueira era de 8.293 habitantes. Contudo, ela já chegou a atingir, oficialmente, 9.585 habitantes, em 1991. O Gráfico 14 apresenta os dados de população total, urbana e rural de 1991 a 2010, em Figueira. Já o Gráfico 15 demonstra a variação demográfica da população total, rural e urbana em Figueira, em cada setor, no mesmo período, tomando 1991 como “ano-base” (valor: 0%) e comparado o dado de um ano com o anterior e em todo o período de 1991 a 2010.

Alguns respondentes pontuaram que o município chegou a ter mais de dez mil habitantes¹⁷, o que expressa uma fase que pode ser considerada como de consolidação municipal, no início da década de 1980. No entanto, o primeiro censo

¹⁷ Segundo Santos et al. (2002), Figueira, enquanto Distrito Judiciário, possuiu um cinema, chamado de Bom Jesus, entre 1964 e 1976. Eram, semanalmente, realizadas quatro sessões. O fechamento do cinema ocorreu, segundo os autores, pela chegada da televisão em Figueira.

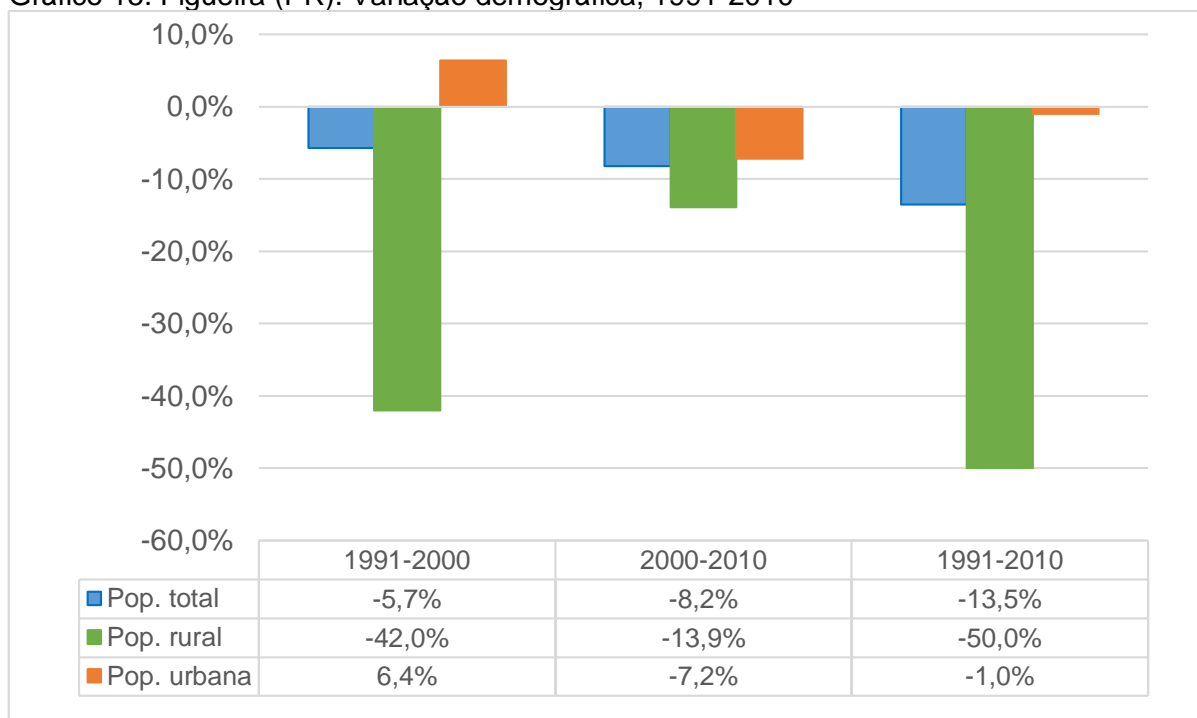
demográfico que apresentou dados oficiais de Figueira foi o de 1991, nove anos depois da emancipação, o que acabou não refletindo esse contexto.

Gráfico 14. Figueira (PR). População total, rural e urbana, 1991-2010



Fonte: Adaptado dos censos do IBGE

Gráfico 15. Figueira (PR). Variação demográfica, 1991-2010



Fonte: Adaptado dos censos do IBGE

Assim, o primeiro censo mostrou que a população total era de 9.585 habitantes em Figueira, dos quais 75% residiam na área urbana e 25% na área rural. Esse patamar de população urbana destoa da maioria dos municípios da região que se consolidaram como espaços com predomínio de população rural. No caso de Figueira, a população urbana sempre foi a grande maioria, com 75% em 1991, 84% em 2000 e 85% em 2010, dos habitantes locais.

As duas décadas seguintes demonstraram o declínio demográfico em praticamente todos os setores, reflexo da diminuição significativa da extração de carvão mineral. No primeiro momento, a área urbana absorveu parcela dos habitantes rurais (aproximadamente 46%) e, na década seguinte, mostrou sua incapacidade de gerar centralidade, principalmente pela manutenção e/ou geração de emprego e renda para os habitantes, quando atingiu quase 8% de declínio da população urbana.

Em 2000, a população total reduziu em quase 6% e a rural, em 42%. Houve, ainda, um aumento de 6,4% na população urbana. Assim, 54,2% dos habitantes do campo deixaram Figueira. A década de 2000 manteve o ritmo de queda populacional, atingindo, também, a área urbana de Figueira. Assim, o censo de 2010 mostrou que Figueira perdeu quase 10% da sua população total, em comparação com 2000, chegando a 8.293 habitantes. O campo perdeu 14% e a área urbana, 7% da população. Considerando o período de 1991 a 2010, o município de Figueira perdeu quase 15% de sua população, 50% da população rural e 1% da população urbana.

Diferentemente de várias cidades da região Norte do Estado do Paraná que foram planejadas pelas companhias privadas de colonização, a urbanização de Figueira aconteceu espontaneamente e sem qualquer tipo de planejamento, como pode ser observado na Figura 41. Já por meio da Figura 42, que apresenta uma imagem de satélite da cidade de Figueira em 2016, e do Mapa 40, que demonstra a planta urbana e a morfologia de Figueira, é possível observar a existência de uma descontinuidade da urbanização local, que ocorre no sentido Noroeste – Sudoeste, formadora, por conseguinte, de espaços de segregação nas porções Norte e Sul da cidade. Na cidade de Figueira, a urbanização ocorreu às margens da rodovia, no sentido Noroeste-Sudeste, com três grandes blocos¹⁸ desconectados desse eixo. No primeiro bloco, na Zona Noroeste de Figueira no sentido à Mineradora Cabuí, se formaram bairros voltados à classe mineradora, como o Jardim Primavera, Jardim

¹⁸ A classificação dos três blocos em Zona Noroeste, Zona Sul e Zona Sudeste são construções desta tese e não representam um ordenamento proposto pela Prefeitura Municipal de Figueira.

Leonor e o Jardim Aurora, e bairros para os trabalhadores de outras indústrias, principalmente madeireiras e de reflorestamento, como o Parque Industrial e o Parque das Laranjeiras – todos eles são compostos por loteamentos populares, carentes de infraestrutura asfáltica e de serviços públicos.

Figura 41. Figueira (PR). Urbanização espontânea, 2016



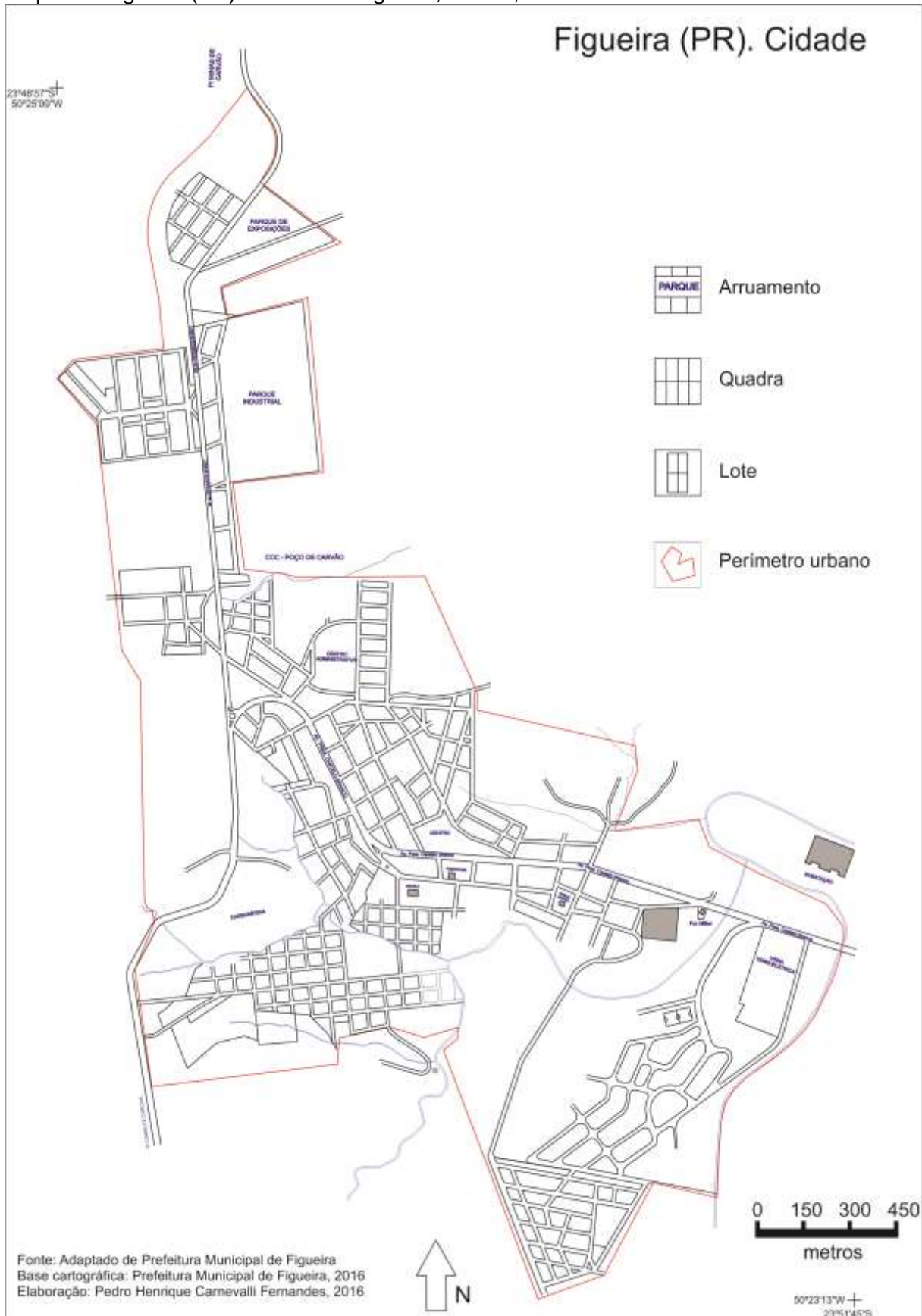
Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Figura 42. Figueira (PR). Imagem de satélite da cidade, 2016



Fonte: *Google Earth* (2016)

Mapa 40. Figueira (PR). Distrito de Figueira, cidade, 2016



Fonte: Adaptado de Figueira (2016)

No segundo bloco, na Zona Sul de Figueira, formou-se um extenso loteamento chamado Jardim Santa Bárbara – esse espaço é destacado adiante e se mostrou completamente desconectado física e imaterialmente da área central. Finalmente, no terceiro bloco, na Zona Sudeste de Figueira, está a Residencial Vale Verde, reconhecido como Vila da Copel, por se configurar um espaço construído para abrigar trabalhadores da Usina Termoelétrica da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – essa área é habitada pelas classes média e alta de Figueira (outros moradores das classes média e alta residem próximos à Catedral e à Rodoviária de Figueira).

Atualmente, existe apenas uma área de expansão, localizada próxima ao Jardim Primavera, na Zona Noroeste. Já na saída para Curiúva, às margens da PR-160, foi instalado um parque industrial para tentar fomentar a geração de emprego e renda em Figueira, já que muitos, principalmente jovens, estão desocupados ou acabam trabalhando em municípios vizinhos – essa situação do trabalho e emprego será apresentada adiante

As histórias contadas pelos habitantes, mesmo aquelas que se transformam em lendas urbanas ou que ficam no imaginário social, revelam muito do contexto social de um município. Assim, independentemente de debate se são verídicas ou imaginárias, é possível reconhecer, a partir dessas histórias, situações de violências que marcam a história local.

Analisando as 48 histórias contadas pelos moradores de Figueira em Santos et al. (2002), um terço (33,33%) envolve algum tipo de violência, como homicídios, abusos sexuais, furtos, injustiças, preconceitos, entre outras; duas retratam mortes de trabalhadores em minas de carvão e, devido à ausência de esclarecimento, foram entendidas, também, como situações de violência. O Quadro 27 apresenta o título dos relatos encontrados e a síntese de cada uma delas. Algumas são aprofundadas na sequência do quadro.

A maioria dos relatos (56%) envolveu casos de homicídios (44%) ou de tentativas de homicídio (12%), tendo 67% dos casos ocorrido no ambiente familiar, principalmente de homens contra suas esposas, 22% aconteceram contra pessoas inocentes (por engano) e 11% representaram o homicídio de uma criança de apenas três anos. Nesse último caso, o homicídio ocorreu com muita crueldade.

Em um dos casos, um homem foi preso acusado de ter furtado o dinheiro de seu patrão. Motivada pela indignação apresentada por ele durante a prisão, sua família investigou e conseguiu provar a sua inocência ao reunir provas de que outro

funcionário havia furtado o dinheiro. O homem ficou preso por três meses até ser confirmada a veracidade dos fatos. (SANTOS et al., 2002).

Quadro 27. Figueira (PR). Histórias contadas pelos habitantes, 2002

	Título	Síntese
01	Assombração da mina de carvão	A morte de um trabalhador em uma mina de carvão após algumas situações consideradas estranhas acontecerem
02	A noiva	Um homem assassinou uma mulher durante a lua-de-mel, jogou o corpo em um rio e fugiu da cidade
03	A prisão de um inocente	Um homem foi preso acusado de ter furtado o dinheiro do seu padrão. Ele ficou três meses presos até descobrirem que o verdadeiro autor do furto era outra pessoa
04	As drogas	Um rapaz de 23 anos morreu após uma festa em decorrência da bebida e da droga ingeridas
05	Minha história	Uma criança de onze anos fugiu de casa após ser agredida inúmeras vezes pelo seu pai
06	Morte por engano	Uma mulher grávida foi morta por engano com um facão
07	Nem sempre o bem traz felicidade	Um homem matou o seu cunhado, após descobrir um relacionamento extraconjugal
08	Noite de carnaval	Um homem matou por engano uma pessoa quando tentava atingir outra com a qual ele tinha desavenças
09	O mistério das botas	Um operário morreu na mina de carvão e passou a assombrar os vizinhos do local
10	O preconceito	Uma mulher negra era ofendida por uma mulher branca todas as vezes que passava próximo à casa dessa mulher
11	Por amor ou por traição?	Um homem matou a mulher durante a madrugada por desconfiar de uma traição
12	Abuso em família	Um homem abusou sexualmente de suas quatro filhas após o falecimento da esposa
13	Testemunha de um crime	Uma mulher foi esfaqueada pelo namorado e socorrida por uma vizinha
14	Traição que vira tragédia	Um homem matou a sua mulher ao chegar em casa e encontrá-la com um amante
15	Um triste fim	Um crime bárbaro cometido contra uma criança de três anos
16	Uma vida de amor e ódio	Uma adolescente atingiu o seu pai com uma lâmina após ele agredir a sua mãe

Fonte: Adaptado de Santos et al. (2002)

Outro relato retrata uma história pessoal. Uma criança de onze anos começou a sofrer agressões físicas de seu pai após a morte de sua mãe.

Depois de muitas brigas resolvi dar uma guinada em minha vida. Saí da casa de meu pai com meus irmãos para ter o meu próprio lar. Esta saída da casa de meu pai só foi possível com a ajuda de meus amigos (...). Hoje tenho 16 anos e minha casa está completa (...). Já me acostumei a ser independente e também a ser responsável para com meus irmãos. Fico feliz de saber que dia 11/10/02 faz 2 anos que eu consegui uma vida melhor (SANTOS et al., 2002, p. 33-34).

Em diversos dos casos relatados, a impunidade prevaleceu sobre a justiça, como no caso do pai que, após a morte de sua esposa, começou abusar sexualmente das quatro filhas. No final do relato, duas delas foram adotadas e duas permaneceram morando com o pai: “Ângela sendo a filha mais velha, não quis ser adotada (...). Hoje Ângela, tem cinco filhos com o seu próprio pai, que infelizmente nem sequer fora processado por esses atos” (SANTOS et al., 2002, p. 45).

A última história relatada demonstrou o contexto da vida de uma adolescente que envolveu luta por sobrevivência, tragédia e violência. Uma noite, seu pai chegou alterado em casa e tentou, após uma briga, matar a mãe dela. A adolescente tentou defender a mãe e acabou deferindo um golpe com uma lâmina de barbear contra seu pai quando ele tentava agredi-la também. Ela foi processada por tentativa de homicídio, mas acabou absolvida e está em liberdade. O seu pai sobreviveu e prometeu vingança e ela vive, atualmente, com o medo da morte. (SANTOS et al., 2002).

5.2 A inércia do passado: as percepções da contemporaneidade de Figueira

A morfologia urbana nada planejada e a declividade acentuada do relevo se sobressaem na área urbana de Figueira. É preciso algum tempo para entender a organização da cidade, principalmente quanto à localização da área central e dos pontos de articulação entre as porções da malha urbanizada. Essa dificuldade tem relação, diretamente, com a municipalização do trecho urbano da BR-276, que se tornou a Avenida Presidente Castelo Branco, a principal da cidade, como é observado na Figura 43. Coincidentemente, ela tem o mesmo nome da avenida principal de Iporã,

refletindo mais uma coincidência entre as cidades. Essa avenida principal concentra quase a totalidade dos estabelecimentos comerciais e de serviços de Figueira.

Figura 43. Figueira (PR). Avenida Presidente Castelo Branco, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Assim, a cidade se configura como um espaço de passagem que serve para ligar o Norte Pioneiro, principalmente as regiões de Jacarezinho e de Santo Antônio da Platina, a Telêmaco Borba. Portanto, como percepção inicial, a sensação é de uma cidade pouco dinâmica, já que a modesta área comercial se mescla com a pseudo-rodovia de passagem que, por sua vez, apresenta limitado trecho de ligação dentro do Estado do Paraná.

A base econômica de Figueira se sustenta no extrativismo mineral, principalmente do carvão; na agricultura, especialmente cafeeira; e na pecuária bovina. Além delas, a atividade de reflorestamento vem se expandindo, atualmente, no município a partir do fomento de agências estatais e da influência das grandes indústrias de papel e de celulose que se encontram em municípios próximos, como Telêmaco Borba (FIGUEIRA, 2016).

A área urbana de Figueira apresenta relativa homogeneidade quanto à urbanização, ou seja, apresentou poucos antagonismos de urbanidades. Nesse sentido, a Figura 44 retrata uma área central de Figueira que exemplifica a aparência predominante do espaço urbano local. Diante disso, permeando praticamente todos os espaços, Figueira possui inúmeros problemas urbanos que vão desde a

infraestrutura, que é algo visível, como asfalto, serviços públicos, saneamento básico, etc., até a ausência de motivação e de perspectiva positiva de vida, que é invisível.

Figura 44. Figueira (PR). Aparência predominante da área urbana, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Paradoxalmente a isso, a situação é mais profunda: foi possível observar que, dentro desse cenário urbano já problemático, existem áreas com vulnerabilidade social ainda mais grave, configurando-se como espaços de favelização e segregados pelos demais habitantes da cidade que os reconhecem como espaços de violência. Essas áreas estão quase desconectadas da área central e são ocupadas, predominantemente, por aposentados, principalmente da mineradora, pela população que chegou ao município ao longo da década de 1990 e pela população jovem desocupada, que não consegue emprego.

Assim como em Iporã, esses espaços de Figueira são estereotipados e marginalizados. O ponto de diferença, então, ocorre na ação do poder público municipal: durante muitos anos, eles também não foram contemplados por políticas públicas, mas, durante a realização do trabalho de campo, observou-se o andamento de obras asfálticas e de urbanidades, como escola e posto de saúde. Em todos os casos observados, as fontes dos recursos eram provenientes do Governo Federal. Essa mudança em trânsito não impede a formação e atuação de grupos organizados de tráfico de drogas que são bem visíveis em Figueira e aproveitam da vulnerabilidade social para se inserir no ambiente urbano, como já sinalizado na parte teórica.

Além dessa violência exercida pelo espaço urbano, existe a própria materialização da violência e da insegurança objetiva dentro desses espaços. Durante os questionários, a oitava pessoa que aceitou responder ao questionário foi uma senhora com mais de sessenta anos de idade e moradora em uma dessas áreas. Ela ficou viúva há menos de um ano e agora reside sozinha em uma casa simples com portão baixo e horta no quintal. Na semana anterior à pesquisa de campo, essa senhora foi assaltada durante a madrugada por duas pessoas. Ela revelou que já estava preocupada com essa possibilidade, justamente pelos frequentes assaltos e furtos no bairro.

Desde então, ela conta que tem problemas para dormir e vive apavorada com qualquer barulho externo. No dia do assalto, durante o período noturno, os bandidos arrombaram a porta com ela dentro da residência e levaram alguns eletrodomésticos e eletrônicos, além de R\$ 70,00 em dinheiro. A senhora, emocionada, lamentou a situação, mas se considerou aliviada por não ter sofrido uma agressão ou um abuso. Depois do crime, ela chamou a polícia militar que apareceu na sua residência mais de trinta minutos depois do telefonema. Segundo ela, esse fato a motivou se mudar de Figueira, mas reconhece que o valor que consegue vendendo ou alugando a casa é insuficiente para comprar ou alugar outro imóvel em outra cidade.

Enquanto essa história era narrada pela respondente, uma confusão ocorreu em uma residência vizinha. O tom alto da discussão e as informações comentadas pela própria senhora que estava relatando a sua história, possibilitaram entender os fatos. Uma senhora que havia acabado de chegar do trabalho repreendia veementemente o seu filho, de 16 anos, por ter ficado o dia inteiro na rua. Ela explanava, com muita irritação, a preocupação com o caminho que o filho estava traçando na vida. Por três vezes, ela questionou a origem de uma bolsa que estava com ele e, por tantas outras, tentou mostrar a necessidade de ele repensar as atitudes.

As poucas áreas que apresentavam um aspecto mais adequado de urbanismo, inclusive com a presença de espaço público, se localizam no centro, fora da rodovia municipalizada, próxima à catedral e à rodoviária, e no Residencial Vale Verde. A Figura 45 exemplifica um espaço central que apresenta urbanização mais adequada. Além disso, essas porções de Figueira possuem, também, espaços públicos que valorizam as áreas e atendem aos interesses de um estrato social. Apesar dessa infraestrutura, os questionários e a reunião com o Conselho Tutelar retrataram que

são áreas, igualmente, com problemas sociais, especialmente relacionados às crianças e aos adolescentes, como é apresentado, detalhadamente, adiante.

Figura 45. Figueira (PR). Espaço urbanizado, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

A vida noturna em Figueira é ainda mais silenciosa do que em Iporã, tanto nas relações sociais como nas de consumo. Assim como na cidade da fronteira, existem poucos estabelecimentos culturais e comerciais que funcionam após o horário comercial e inexistente bandeira famosa de posto de combustível e rede de *fast-food*. Em Figueira, também houve dificuldade com relação às refeições noturnas, já que existiam apenas três estabelecimentos de *hot-dog* e uma petiscaria, todos na avenida principal. Até os botecos e bares eram contáveis: três, sendo que um se localiza fora da rodovia municipalizada. Apenas um posto de combustível, ao lado do Destacamento da Polícia Militar do Estado do Paraná, funcionava no período noturno, com música (som automotivo) e bebida. Esse posto está na rodovia municipalizada e demonstrou, em poucas horas de observação, inúmeros casos de pessoas bebendo e, depois, dirigindo na mencionada via.

Na perspectiva social, a cidade demonstra a ausência quase que total de vida em espaços públicos. Em maior parte do espaço urbano, eles são inexistentes. No final de semana do trabalho de campo, as ruas escuras e os poucos pedestres competiam com os carros e caminhões de viajantes que passam pela rodovia no sentido Ibaiti ou Curiúva.

Embora a área comercial de Figueira seja pequena, limitada à avenida principal e predominante de estabelecimentos de pequeno porte, ela é responsável por 48,2% dos estabelecimentos econômicos do município (IPARDES, 2016). Os serviços aparecem com 24,1%, seguidos dos agropecuários, com 18,7%, e dos industriais com 9%, completando os estabelecimentos econômicos de Figueira (IPARDES, 2016).

No comércio, o ramo que mais se destaca é o alimentício. Já quanto aos serviços, existe uma rarefação deles, uma vez que 85% são serviços de crédito, seguro e capitalização, de imóveis e valores imobiliários e de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão, televisão, transporte e comunicação. Os demais 15% são serviços médicos, odontológicos e veterinários (5%), de ensino (5%), e da administração pública (5%), segundo o IparDES (2016).

O primeiro contato com a prefeitura municipal foi positivo. Além do agendamento de reuniões com as cinco secretarias mais relevantes para a pesquisa, foi aplicado o questionário ao prefeito municipal durante uma conversa em seu gabinete que durou quarenta minutos. Assim, as análises quantitativas e qualitativas desta parte associam os resultados dos questionários aplicados na população local, as informações coletadas na Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Saúde, as bases teóricas acerca do tema e os dados secundários sobre o município.

Além deles, foram aplicados questionários nos responsáveis pela Polícia Militar, Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), e Casa Família Rural. No caso da Polícia Civil, a conversa ocorreu na delegacia de Curiúva, responsável por Figueira. Na interlocução com o Legislativo Municipal, apenas um vereador, entre os nove eleitos (a composição mostrava que todos os vereadores eram da situação), respondeu o questionário. Nesse sentido, entre os 52 candidatos que disputaram as Eleições Municipais de 2016 para o cargo de vereador, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2016), 23% eram do Partido dos Trabalhadores (PT), único partido de oposição no município. Os demais 77% eram de partidos que apoiam a atual gestão.

Entender o contexto da violência e da insegurança objetiva em Figueira é transitar, também, pelas urbanidades e pelo contexto urbano em totalidade. Nesse sentido, o Quadro 28 apresenta uma breve descrição dos serviços e equipamentos em Figueira.

Quadro 28. Figueira (PR). Relação de serviços e equipamentos urbanos, 2016

Serviços	Descrição
Agências bancárias	Uma agência de banco privado
Bombeiro	O município pertencente à área de atuação do 2º SGB de Telêmaco Borba, vinculado ao 2º GB de Ponta Grossa do Governo do Estado do Paraná. Existe um Bombeiro Comunitário em Ibaiti
Comunicação	Inexistem emissoras de rádio e de televisão locais. Existe internet. O sinal de telefonia é suficiente na área urbana, sem perda de sinal
Correios	Uma agência
Polícia Civil	A delegacia de Polícia Civil foi fechada. O município depende da Delegacia de Curiúva, que é responsável por três municípios e pertence à 18ª SDP de Telêmaco Borba
Polícia Militar	Destacamento de Polícia Militar, subordinado ao 26º BPM de Telêmaco Borba e, conseqüentemente, ao 4º CRPM de Ponta Grossa
Cultura	Uma biblioteca pública e uma Casa da Cultura
Recreação e lazer	Estádio, ginásio, praça com academia ao ar livre e clube de campo
Saúde	13 unidades, sendo seis municipais e sete privadas. Destaque para um Hospital Geral e duas UBS, que geram 28 leitos, todos pelo SUS
Educação e ensino	11 unidades, sendo sete municipais, três estaduais e um particular. São 1.816 estudantes, dos quais 54% na rede estadual, 43% na municipal e 3% na privada (todos em educação especial); por modalidade: 62% no ensino fundamental, 26% no médio e 12% no infantil. Inexiste ensino superior
Equipamentos estaduais ou federais	Estaduais: Escritório municipal da Emater e agências da Copel e da Sanepar. Federais: Posto de Cadastramento do Ministério do Desenvolvimento Social (Cras, Creas e Rede de Proteção Social)
Judiciário	Vinculado à 31.ª Seção Judiciária de Curiúva que atende três municípios. Juízo Único. Fórum. Juizado Especial Civil, Criminal e da Fazenda Pública. Cartórios Extrajudiciais. Conselho da Infância e Juventude. Ministério Público
Rodoviária	Expresso Jóia e Viação Garcia
Saneamento Básico	98% das unidades atendidas - Abastecimento de água 91% das unidades atendidas – Coleta de lixo 9% das unidades atendidas – Esgoto
Serviços funerários e Instituto Médico Legal	Um cemitério e a presença de serviços funerários municipais e particulares. O IML responsável é o de Ponta Grossa
Transportes	Transporte municipal, porém não é transporte coletivo, e transporte escolar

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

O detalhamento de alguns aparece nesta parte a partir do seguinte procedimento metodológico: as reflexões e as produções cartográficas associam as análises dos questionários com a situação atual de cada equipamento, serviço e contexto urbano. Em Figueira, foram aplicados 59 questionários no total, considerando moradores e agentes públicos. É fundamental lembrar que a justificativa desse parâmetro e as faixas etárias contempladas apareceram na introdução desta tese; já os detalhes do questionário compõem o apêndice metodológico.

Inicia-se a análise dos resultados dos questionários com o perfil dos respondentes de Figueira. Quanto ao local de nascimento, 28,8% nasceram no município e 71,2% em outras localidades. Esse baixo valor de figueirenses nativos é reflexo dos pouco mais de trinta anos de emancipação política. Por isso, entre os respondentes nascidos em Figueira, 76% possuíam menos de 39 anos. Ainda assim, 24% desses respondentes tinham quarenta anos ou mais, dando a entender que nasceram em Figueira quando o município ainda era um distrito pertencente a Curiúva. Então, é uma identidade imaterial, já que materialmente o município de nascimento era outro.

Já os respondentes que nasceram fora de Figueira citaram, no total, 19 municípios em três Estados: Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Apesar disso, quase 70% dos respondentes nasceram em Figueira ou em um desses cinco municípios próximos. Por outro lado, 50% dos respondentes entre 18-29 anos não nasceram em Figueira, o que alimentou as inquietações adiante acerca dos serviços de saúde.

Portanto, essas reflexões demonstram a baixa centralidade desempenhada por Figueira na rede urbana, possibilitando inferir que não há rotatividade populacional, pelo contrário, nos últimos anos a cidade voltou a perder população. Assim, a rodoviária, retratada na Figura 46, atua como um equipamento simbólico no contexto municipal: a perda demográfica e de centralidade.

Além disso, a sua funcionalidade é limitada, já que existem apenas 11 horários de saída de ônibus da rodoviária, sendo um da Viação Garcia e dez da Expresso Jóia, e 13 horários de chegada de ônibus em Figueira, sendo um da Viação Garcia e 12 da Expresso Jóia. Nesse contexto, Figueira se conecta, diretamente, a 25 cidades, sendo 68% paranaenses e 32% paulistas. Essas ligações ocorrem por meio de cinco trechos, sendo um da Viação Garcia (Figueira – Londrina) e quatro da Expresso Jóia (Curitiba – Ibaiti, Telêmaco Borba – São José dos Campos, Telêmaco Borba – Ibaiti e Telêmaco Borba – São Paulo).

Figura 46. Figueira (PR). Rodoviária, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

A Tabela 32 destaca os resultados acerca do trabalho e do emprego entre os respondentes de Figueira. Os resultados revelaram que 50,8% trabalhavam, sendo 93,4% deles em Figueira, 3,3% em Curiúva e 3,3% em Joaquim Távora, e 49,2% não estavam trabalhando.

Tabela 32. Figueira (PR). Trabalho, 2016

	%	Gênero	Faixa Etária	Homens	Mulheres
Não	49,2	Homens	18 a 29 anos	30,8%	25,0%
		44,8%	30 a 39 anos	15,4%	-
			40 a 49 anos	7,7%	18,7%
			Mulheres	50 a 59 anos	7,7%
		55,2%	60 anos ou mais	38,4%	37,6%
			Total		100,0%
Sim, em Figueira	47,4	Homens	18 a 29 anos	20,0%	23,1%
		53,6%	30 a 39 anos	26,7%	38,4%
			40 a 49 anos	26,7%	23,1%
			Mulheres	50 a 59 anos	20,0%
		46,4%	60 anos ou mais	6,6%	-
			Total		100,0%
Sim, fora de Figueira	3,4	Homens	18 a 29 anos	-	-
		50,0%	30 a 39 anos	-	100,0%
			40 a 49 anos	100,0%	-
			Mulheres	50 a 59 anos	-
		50,0%	60 anos ou mais	-	-
			Total		100,0%
Total	100,0				

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Os respondentes que não estavam trabalhando no período da pesquisa representavam quase a metade; desconsiderando os aposentados, a proporção de pessoas sem emprego era de 30,5% dos respondentes. Quanto ao gênero, as mulheres eram a maioria (55,2%) dos respondentes que não estavam trabalhando, sendo predominantemente na faixa etária de 40-59 anos (37,4%). O estrato de mulheres entre 18-29 anos que não trabalhavam atingiu 25%, o que representa 57% de todas as mulheres dessa faixa etária que participaram da pesquisa. Nenhuma mulher de 30-39 anos estava desempregada. Já entre os homens que não trabalhavam, quase metade tinha entre 18-39 anos. Entre todos os respondentes de 18-29 anos de idade, 57% estavam desempregados, demonstrando a dificuldade de geração de emprego no município.

No caso dos empregados em Figueira, quase 54% eram homens. Entre os homens, houve proporcionalidade nas faixas etárias, com exceção do estrato de 60 anos ou mais. No caso das mulheres, também houve proporcionalidade entre as faixas, com destaque para o estrato de 30-39 anos, que representou quase 40% dos empregos desse gênero. Por sinal, todas as mulheres dessa faixa etária estavam trabalhando, sendo 83,3% em Figueira e 16,7% em Joaquim Távora. Entre todos os respondentes de 60 anos ou mais de idade, apenas 8,3% continuavam trabalhando, mesmo já aposentados. Segundo a Prefeitura Municipal, dois ônibus, por dia, levam moradores de Figueira para trabalharem em Joaquim Távora em um frigorífico.

Segundo o Ipardes (2016), o município possuía 40,4% dos habitantes em População Economicamente Ativa, em 2010, ou seja, pertencentes ao subgrupo da população em idade ativa (dez anos ou mais de idade), que estavam desenvolvendo alguma atividade de forma contínua e regular ou, por não estarem ocupadas, essas pessoas se encontravam procurando trabalho no período de referência. Diante disso, quase 5,1% da PEA eram de população desocupada, ou seja, desempregada, mas procurando emprego.

A Tabela 33 demonstra a população ocupada, em 2010, que era de 3.179 pessoas, por atividade econômica, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar 2.0). O setor primário, entendido pela agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura, abriga quase 28% da população ocupada de Figueira. O comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas somam 16%. A indústria, englobando a de transformação e a extrativista, atinge quase 13% dos ocupados. Outras atividades que se destacam são: construção (7,4%),

administração pública, defesa e seguridade social (7,3%) e educação (6,2%). A maior proporção de ocupados na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca, aquicultura e indústria extrativista converge com a sustentação econômica do município voltada para o setor primário, especialmente extrativismo mineral, cafeicultura e pecuária.

Tabela 33. Figueira (PR). População ocupada por atividade econômica, 2010

Atividade econômica	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	27,6
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	16,0
Construção	7,4
Administração pública, defesa e seguridade social	7,3
Indústria de transformação	6,5
Indústria extrativas	6,4
Educação	6,2
Eletricidade e gás	4,2
Serviços domésticos	4,1
Saúde humana e serviços sociais	3,5
Outras atividades de serviços	2,3
Transporte, armazenagem e correio	2,2
Outras ou não especificadas	6,3
Total	100,0

Fonte: Adaptado de Ipardes (2016)

Já os números de postos de trabalho apresentados pelo Ipardes (2016), a partir da Relação Anual de Informações Sociais, que corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos em 2015, demonstraram outro cenário: o número de empregos em Figueira era de 1.235, o que corresponde a 38,8% da população ocupada. Entre os postos de trabalho listados: 38,9% estavam na indústria (sendo 64,8% na de extração de minerais e 35,2% na de transformação – entre as de transformação, 82,2% eram nas de madeira e do mobiliário); 38,4% dos postos estavam nos serviços (dos quais 62% na Administração Pública direta e indireta, 20% em alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão, e 18% nos demais serviços); 16,7% no comércio (abarcando 89% dos empregos no setor varejista); e 6,0% dos postos estavam na agropecuária, que considera agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca. É relevante pontuar que a construção civil apareceu sem nenhum posto de trabalho.

Alguns setores específicos concentram considerável parcela do total dos postos de trabalhos em Figueira, a partir da Rais: 25% eram postos industriais de extração de minerais, 24% estavam na Administração Pública direta e indireta e 11%

deles na indústria de transformação de madeira e mobiliário. Juntos, os três envolviam 60% dos postos de trabalhos de Figueira (IPARDES, 2016).

Considerando a média dos postos de empregos por estabelecimentos econômicos, apresentados pelo IparDES (2016) a partir da base Rais de 2015, a indústria era o setor que mais empregava, com trinta postos de trabalhos por número de estabelecimentos. O serviço aparecia na segunda posição com 11,3 postos por unidade enquanto o comércio, apesar de representar quase metade de todos os estabelecimentos, gerava apenas 2,7 empregos por unidade, a segunda pior média (melhor apenas que os 2,6 empregos em cada estabelecimento de agropecuária). Alguns grupos de estabelecimentos apresentavam médias consideráveis de postos de empregos: 19,8 postos nas indústrias de transformação de madeira e do mobiliário e oito postos nos serviços de ensino.

Apesar disso, três estabelecimentos se configuram como os maiores empregadores de Figueira, demonstrando a dependência econômica municipal deles: um estabelecimento industrial de extração de minerais empregava 311 postos de trabalho e os dois estabelecimentos da Administração pública possuíam, em média, 146 empregos cada um. Logo, 49% de todos os empregos estavam nesses três estabelecimentos econômicos. A Figura 47 retrata a Prefeitura Municipal de Figueira, uma das maiores empregadoras do município, que está ampliando sua edificação.

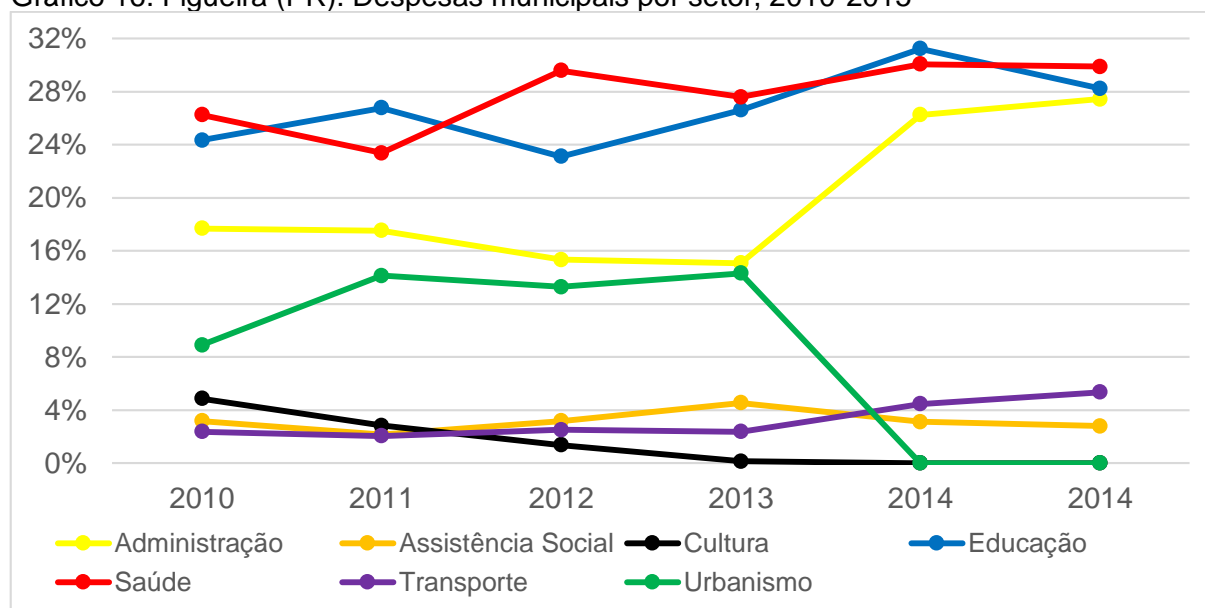
Figura 47. Figueira (PR). Prefeitura Municipal, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Além de concentrar considerável parcela dos empregos, a administração em Figueira é muito onerosa para os cofres públicos. Segundo o Ipardes (2016), em 2015, quase 28% das despesas públicas municipais foram utilizados com a Administração. Nesse sentido, o Gráfico 16 apresenta as despesas públicas de Figueira, entre 2010 e 2015. É fundamental pontuar que o período selecionado refere-se aos anos em que o orçamento municipal passou de dez milhões de reais e que, entre os 28 setores elencados pelo órgão estadual, 50% não receberam nenhum recurso municipal nesse período (Ciência e Tecnologia, Comércio e Serviços, Comunicações, Defesa, Direitos da cidadania, Energia, Essencial à Justiça, Habitação, Legislativa, Organização Agrária, Relações Exteriores, Saneamento, Segurança Pública e Trabalho).

Gráfico 16. Figueira (PR). Despesas municipais por setor, 2010-2015



Fonte: Adaptado de Ipardes (2016)

Entre os 14 setores que receberam investimento no período selecionado, sete (50%) apresentaram valores insignificantes no período. Já entre os que receberam investimentos em Figueira, a Administração, Educação e Saúde apareceram, em todo o período, entre os três setores com maior quantidade de recurso investido, tendo concentrado, em 2015, quase 86% dos quase vinte milhões de reais. O gasto com a Administração teve um aumento de mais de 10% entre 2013 e 2014 e se aproximou dos investimentos com Saúde e Educação. Em Figueira, não consta nenhum investimento municipal no setor de segurança, segundo o Ipardes (2016), que apresenta dados desde 2002 para esse indicador.

Efetivamente, o estabelecimento mais significativo de Figueira é a Companhia Carbonífera do Cambuí, seja pela relevância econômica, pela concentração de empregos, seja pelos desdobramentos sociais e imateriais construídos e influenciados por ela ao longo de sua história. A Figura 48 apresenta a Companhia Carbonífera do Cambuí e a Figura 49, uma imagem de satélite, de 2016, da sua área de mineração.

Figura 48. Figueira (PR). Companhia Carbonífera do Cambuí, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Figura 49. Figueira (PR). Imagem de satélite da Companhia Carbonífera do Cambuí, 2016



Fonte: Google Earth (2016)

A Cambuí nasceu em março de 1982, mesmo ano da emancipação do município de Figueira, após a fusão da Carbonífera Rio do Peixe e da Carbonífera Brasileira, que pertenciam às duas famílias pioneiras da região (SANTOS et al., 2002). Segundo Santos et al. (2002, p. 11), a “companhia Carbonífera do Cambuí, de propriedade particular, é a única no gênero no Estado do Paraná”.

Além disso, ela foi fundamental na “ampliação da área habitacional para acolher os trabalhadores e suas respectivas famílias. A construção do conjunto habitacional jardim Leonor (...). A formação de outros núcleos habitacionais com Jardim Elizabete e Jardim Santa Bárbara” (SANTOS et al., 2002, p. 11).

O nome Cambuí transcendeu fronteiras levando energia para termelétricas, indústrias de papel, cerâmicas, indústria de adubos, tecelagem, secagem de cereais e outras. Hoje a (...) Cambuí, (desde agosto de 1996), tem um contrato de cessão de Uso da Usina Termelétrica da Copel pelo prazo de 10 anos, e possibilidade de renovação deste contrato. A situação atual não é tranquila como foi no passado. Precisamos com urgência da aprovação da ampliação da usina para abertura de novas minas e, com isso viver novamente a pujança de outrora, com mais oferta de empregos e melhoria de vida (SANTOS et al., 2002, p. 12).

A extração da mineração em Figueira motivou a instalação de uma usina termelétrica. Em 1957, o presidente da República, Juscelino Kubistchek de Oliveira, “sancionou a lei do Congresso Nacional que autorizou o poder executivo a financiar, com cem milhões de cruzeiros, a construção da Usina Termelétrica de Figueira, através da construção da Copel no Paraná e da Comissão Executiva do carvão nacional” (SANTOS et al., 2002, p. 14).

Em 1958, (...) iniciou a construção da UTEFLA – Usina Termelétrica de Figueira S/A, cujas obras foram concluídas em 1962. (...). Os serviços de montagem foram concluídos em 1963, entrando a usina em funcionamento, em fase de testes, operando com duas caldeiras e dois grupos turbo-alternadores com capacidade para 10 MW cada. No início de sua produção, a usina de Figueira passou a beneficiar inúmeros municípios, principalmente Ponta Grossa, Castro e Piraí do Sul. Na sequência interligando o sistema Capivara/Cachoeira. (SANTOS et al., 2002, p. 14).

A partir disso, a usina passou a contar com uma central geradora que se tornou a estrutura básica do Programa Estadual do Paraná de Eletrificação. Essa usina aumentou consideravelmente o potencial energético do Paraná, principalmente

quando ocorreu a ligação Figueira – Apucarana por meio do sistema foi injetado no Norte do Paraná (SANTOS et al., 2002).

Entre 1963 e 1996, a Copel era responsável direta pela usina, inclusive fazendo investimento e ampliando a capacidade de geração. Já em 1996, por meio de um contrato de cessão de uso, a Usina Termelétrica de Figueira foi incorporada à Companhia Carbonífera do Cambuí, pelo período de dez anos (SANTOS et al., 2002). Os contratos foram sendo renovados e o vencimento atual da concessão da usina termina em 26 de março de 2019 (COPEL, 2016). Segundo alguns respondentes, a usina chegou a empregar quase 1.200 funcionários no seu auge.

Em junho de 2012, a Copel adquiriu a concessão para a construção de uma linha de transmissão ligando as subestações Londrina e Figueira. Essa construção se materializou em 2015 por meio de uma linha de operação de 92 quilômetros e operação de 230 Kv. (COPEL, 2014; 2016). No lançamento dessa operação, a Copel anunciou um investimento no valor de R\$ 106 milhões para a modernização da Usina Termelétrica de Figueira. A Figura 50 retrata a Usina Termelétrica de Figueira em fase de modernização.

Figura 50. Figueira (PR). Usina Termelétrica, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Essa modernização não aumentará a geração atual de megawatts, mas, sim, a quantidade máxima de energia que pode ser vendida, chamada de “garantia física”, que passará de 10,3 MW para 17,4 MW médios. Já o volume de carvão mineral

utilizado continuará em 6,5 mil toneladas mensais. A conclusão dessa modernização, prevista para ocorrer no final de 2016, dará capacidade à usina de abastecer uma cidade com até cinquenta mil habitantes. (COPEL, 2015). Atualmente, segundo a Copel (2016), a usina é a única termelétrica no Estado do Paraná e tem potência de produção de 20 MW.

Esses resultados acerca da geração de emprego em Figueira permitem algumas reflexões necessárias. Os resultados dos questionários aplicados em Figueira demonstraram que quase 51% dos respondentes estavam trabalhando – desconsiderando os aposentados, esse patamar atinge 64% dos respondentes. Já as bases de trabalho e emprego mostraram cenários diferentes: enquanto na base Cnae, para o censo de 2010, a população ocupada era de mais de três mil pessoas e as de desempregadas era de pouco mais de 5%, a base do Rais, de 2015, listava menos de 1,3 mil postos de trabalhos.

Além disso, os dados secundários de estabelecimentos de empregos proporcionaram entender a concentração que alguns desempenham em Figueira, mostrando a dificuldade na geração de emprego e a dependência econômica e social do município desses estabelecimentos. Com exceção da Prefeitura Municipal, as madeireiras, a companhia carbonífera e a usina termelétrica são privadas (a cessão da usina para a carbonífera gera uma administração nesses moldes, mesmo ela pertencendo à Copel). Isso significa que o fechamento desses setores ou o esgotamento do recurso mineral levaria a taxa de desemprego em Figueira para proporções próximas a 50% da população.

Essas análises demonstraram que, mesmo sendo maioria nos estabelecimentos econômicos, o comércio emprega menos de 17% da população ocupada de Figueira. Os serviços acabam empregando mais, porém os estabelecimentos são poucos. Uma atual possibilidade para tentar romper essa situação de ausência de possibilidades de emprego e de dependência de poucos estabelecimentos econômicos em Figueira, é a formação de um parque industrial para o ramo da costura industrial, como pode ser observado na Figura 51. Embora ainda não funcione como a proposta do Cras, tem qualificado a mão de obra.

Essa oferta de qualificação é indispensável em Figueira, como retratam os dados e reflexões acerca da escolaridade no município: quase 8,5% dos respondentes, todos homens com mais de cinquenta anos, se declararam sem estudo; da totalidade dos homens dessa faixa etária, que contempla aqueles com 50-59 anos

somados os com 60 ou mais anos, 50% não tinham estudo. Os respondentes que não terminaram o ensino fundamental representaram 27,1% do total, sendo, predominantemente, mulheres. Todas as mulheres da faixa etária de 60 anos ou mais de idade apareceram nessa escolaridade.

Figura 51. Figueira (PR). Parque Industrial, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

O ensino fundamental completo atingiu quase 65% dos respondentes. Apesar disso, 5,1% pararam os estudos nessa etapa e 20,3% entraram no ensino médio, mas não concluíram. Os concluintes do ensino médio somaram 39% dos respondentes de Figueira, dos quais mais da metade seguiu para a graduação e/ou pós-graduação. Os respondentes com ensino superior completo passaram de 20% e os de pós-graduados atingiu 15,2%. A maior parte dos respondentes homens pararam os estudos no ensino médio, enquanto as mulheres de Figueira continuaram motivadas aos estudos: 75% dos respondentes com graduação eram mulheres e, considerando os pós-graduados, o valor quase atingia 78%.

A ausência de alfabetização entre os mais velhos é um problema crônico na educação brasileira. No caso de Figueira, 8% de todos os respondentes com 60 anos ou mais terminaram o ensino médio. Porém, no município, o problema atinge, igualmente, os jovens. Desse estrato de respondentes, apenas 36% completaram o ensino médio e 14%, o ensino superior.

Segundo o Ipardes (2016), Figueira tinha, em 2015, 1.816 alunos frequentando estabelecimentos de ensino no município, dos quais 96,3% estavam no ensino regular, 2,7% na educação especial e 1% na educação de jovens e adultos. Esse valor representava 21,9% da população municipal. Entre os estudantes, 62% estavam no ensino fundamental, 26% no ensino médio e 12% na educação infantil. Como não existe ensino superior em Figueira, o valor apareceu zerado. Além disso, 54% dos alunos estavam matriculados na rede estadual de ensino, 43% na rede municipal e 3% na rede particular.

A taxa de analfabetismo em Figueira atingiu, em 2010, quase 15% das pessoas com 15 ou mais anos de idade, valor superior à taxa de 6,3% do Estado do Paraná e de 6,7% de Cornélio Procópio, a maior demograficamente do Norte Pioneiro paranaense; considerando as pessoas com 50 anos ou mais de idade, a proporção de analfabetos saltava para 32%, exatamente o dobro da taxa do Estado do Paraná e de Cornélio Procópio (IBGE, 2010). É fundamental pontuar que o IBGE (2010) considera analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam seu nome, incluindo as pessoas que aprenderam a ler e escrever, porém esqueceram.

A evasão escolar em Figueira também apresentava um cenário pior que o do Estado do Paraná e o de Cornélio Procópio, segundo informações do Ipardes (2016). No ensino fundamental (anos finais), a evasão era, em 2015, de 7,5% em Figueira, contra 2,8% do Paraná e 0,8% de Cornélio Procópio. Já no ensino médio, essa evasão escolar atingia 13,3% em Figueira, 6,4% no Estado e 2,8% em Cornélio Procópio.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Figueira, a maior preocupação na educação municipal estava no abandono das crianças, tornando-as mais vulneráveis. Por isso, a prefeitura construiu mais uma escola, atingindo quatro no total e estava em fase de término de mais duas escolas para, a partir de 2017, tentar implantar o tempo integral na educação municipal e diminuir a vulnerabilidade das crianças e adolescentes. A Figura 52 retrata uma dessas construções em um bairro de vulnerabilidade social.

É possível perceber, também, a ausência de pavimentação asfáltica que estava em fase de construção. Em 2016, segundo a secretaria, existiam vagas para todas as crianças e, portanto, inexistia fila de espera por vaga em escola na rede municipal. O número de docentes concursados, segundo a secretaria, era de 67, valor 60% maior do que os dados divulgados pelo Ipardes (2016) para o final de 2015.

Figura 52. Figueira (PR). Construção de uma creche municipal, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Após o perfil dos respondentes, as próximas reflexões apresentam a relação deles com o município e a cidade. Por isso, as duas primeiras indagações buscaram elencar os aspectos positivos (“O que mais gosta”) e negativos (“O que mais falta”) em Figueira. Em ambas, o respondente foi estimulado a citar duas características, mas pôde fazer mais ou menos considerações.

Nesse sentido, a Tabela 34 apresenta os elementos que mais agradam os respondentes de Figueira. No total, foram 103 citações, média de 1,7 por respondente. Todavia, considerando que nove respondentes (15,2%) não gostam de “nada” e um (1,7%) gosta de “tudo” em Figueira, a média de citações, entre os demais, passou a ser de 2,0 citações por respondente.

As expressões “amigos, amizades, família, hospitalidade, pessoas, população e povo” representaram 23,3% das citações e apareceram com mais do dobro das expressões “natureza” e “tudo perto”, que ficaram na segunda posição com menos de 10%. Elas estiveram nas respostas de 40% dos participantes. A citação “nada” representou 8,7% do total, ficando à frente de vários pontos positivos, como os serviços de saúde, educação e lazer. Outras expressões se destacaram: “calmaria, silêncio, sossego e tranquilidade” (4,9%), “administração pública e desenvolvimento local” (3,9%), “mina de carvão” (2,9%) e “usina termelétrica” (1,9%).

Em contrapartida, a Tabela 35 elenca os elementos que menos agradavam os respondentes de Figueira. No total, foram 130 citações (26% a mais que as com

aspectos positivos), com média de 2,2 por respondente; quatro respondentes sintetizaram em expressões extremas: dois (3,6%) citaram “nada” e dois (3,6%) consideraram “muita coisa ou tudo” no município de Figueira.

Tabela 34. Figueira (PR). Elementos positivos, 2016

Elemento	%
Amigos/Amizades/Família/Hospitalidade/Pessoas/População/Povo	23,3
Natureza	9,7
Tudo perto	9,7
Nada	8,7
Serviços de saúde	7,8
Lazer/Pista de caminhada/Praça/Rodeio	7,8
Artesanato/Cultura/Teatro/Oficinas para idosos	4,9
Calmaria/Silêncio/Sossego/Tranquilidade	4,9
Administração Pública/Desenvolvimento local	3,9
Igreja/Religião	3,9
Estrutura urbana	2,9
Mina de Carvão	2,9
Serviços de educação	1,9
Modo de vida rural	1,9
Usina Termelétrica	1,9
Outros	3,9
Total	100,0

Nota: Consideradas as citadas, no mínimo, duas vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Tabela 35. Figueira (PR). Elementos negativos, 2016

Elemento	%
Segurança/Combate à violência	28,5
Geração de emprego	27,7
Serviço de saúde	12,3
Lazer/Lazer para o idoso	7,0
Asfalto/Habitação/Infraestrutura urbana	3,9
Comércio/Serviços	3,1
Serviço de educação/de ensino superior	2,3
Incentivo ao Esporte	2,3
Incentivo ao agricultor	1,5
Prevenção e futuro dos jovens	1,5
Muita coisa/Tudo	1,5
Nada	1,5
Participação política da população	1,5
Outros	5,4
Total	100,0

Nota: Consideradas as citadas, no mínimo, duas vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

As duas primeiras considerações, “segurança e combate à violência” e “geração de emprego”, somaram 56,2% de todas as citações. Elas estiveram, cada uma, em 60% dos respondentes e, juntas, em 32% deles. Considerando os três primeiros elementos, o patamar de concentração chega a quase 70% dos elementos pontuados. Outros destaques: “lazer e lazer do idoso” (7%), “asfalto, habitação e infraestrutura” (3,9%) e “participação política da população” (1,5%). A quantidade e a concentração maior nos elementos negativos evidenciam que os respondentes têm maior clareza quanto aos problemas do município enquanto a maioria deles pontuam, como características positivas, situações particulares.

Os serviços de saúde em Figueira demonstraram dualidade de percepção, já que respondentes avaliaram-nos como positivos (7,8%) e outros como negativos (12,3%). O sistema de saúde em Figueira, segundo o Ipardes (2016), é composto por 13 estabelecimentos de saúde, dos quais sete são privados (54%) e seis públicos (46%). Entre os públicos, Figueira possuía um hospital geral, com muitos problemas de infraestrutura como pode ser observado na Figura 53, três unidades básicas de saúde, uma academia de saúde, além da própria Secretaria Municipal de Saúde, que também conta como estabelecimento. Os estabelecimentos privados eram: quatro consultórios médicos, duas clínicas especializadas e um laboratório de saúde. O hospital, de pequeno porte, fazia atendimento de clínico geral, em urgência e emergência, e partos cirúrgicos (cesáreas).

Figura 53. Figueira (PR). Hospital, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

O município tem 28 leitos, todos pelo SUS, sendo 18 (64,3%) clínicos, cinco (17,9%) pediátricos, três (10,7%) obstétrico e dois (7,1%) cirúrgicos (IPARDES, 2016). A frota da saúde de Figueira era composta por duas ambulâncias, quatro vans e dois veículos de passeio. Já o atendimento ao público ocorre, em escala, por meio de nove médicos (um cubano) e quatro equipes de saúde, compostas cada uma por um médico, um enfermeiro e um técnico em enfermagem. A Unidade Básica de Saúde Central também atua como um Centro Municipal de Especialidades, recém-inaugurado. Ele atende o público com oito especialidades. Além dele, a unidade de saúde do Jardim Leonor, que foi instalada há pouco tempo.

Essas inaugurações recentes que motivaram alguns respondentes avaliarem o sistema de saúde como um dos cinco itens de avaliação positiva em Figueira. Em contrapartida, uma quantidade maior de respondentes criticaram o sistema local de saúde, fazendo com que ele aparecesse entre os três piores problemas do município. Portanto, acredita-se que o desenvolvimento social e a qualidade dos serviços passam primeiramente pela valorização humana, por meio de plano de carreira, de concursos públicos e de materiais para uso, do que pela construção de edifícios que muitas vezes decoram a paisagem urbana enquanto há uma rarefação de uso.

Segundo os dados da secretaria, o sistema municipal público de saúde promove, aproximadamente, quatro mil atendimentos por mês. Esse patamar representa um valor bem considerável, já que é como se a cada dois meses praticamente toda a população local fosse atendida pelo sistema de saúde. Os encaminhamentos dos casos não atendidos em Figueira são para Jacarezinho, sede da regional de saúde; para Londrina e/ou Curitiba são enviados apenas os casos com maior complexidade e/ou pela disponibilidade de vagas. A secretaria não soube quantificar quantos encaminhamentos são realizados.

As taxas de mortalidade (geral, infantil até um ano e infantil até cinco anos) em Figueira, para 2015, eram, em quase todos os casos, superiores às taxas do Estado do Paraná e de Jacarezinho, sede da regional de saúde. A mortalidade geral local era de 8,3 em mil habitantes, contra 6,3 do Estado e 7,9 de Jacarezinho (IPARDES, 2016). A taxa de mortalidade infantil para menores de um ano, em grupo de mil nascidos vivos, era de 10,1, enquanto o Paraná estava em 10,9 e Jacarezinho com 8,7 (IPARDES, 2016). Já a taxa de mortalidade infantil para menores de cinco anos, em grupo de mil nascidos vivos, atingia, 20,2 de taxa contra 12,7 do Paraná e 12,1 de Jacarezinho (IPARDES, 2016).

A Secretaria Municipal de Saúde, divulgou que, em média, quatro adolescentes e/ou jovens de Figueira são encaminhados, via Central Estadual de Regulação, a Londrina e/ou Rolândia para tratamento de dependentes químicos. Os casos menos complexos de dependência são acompanhados pela assistência social da prefeitura. Além disso, segundo dados da mesma secretaria, são duas notificações, em média, por mês de casos de violência doméstica registrados pelos agentes de saúde.

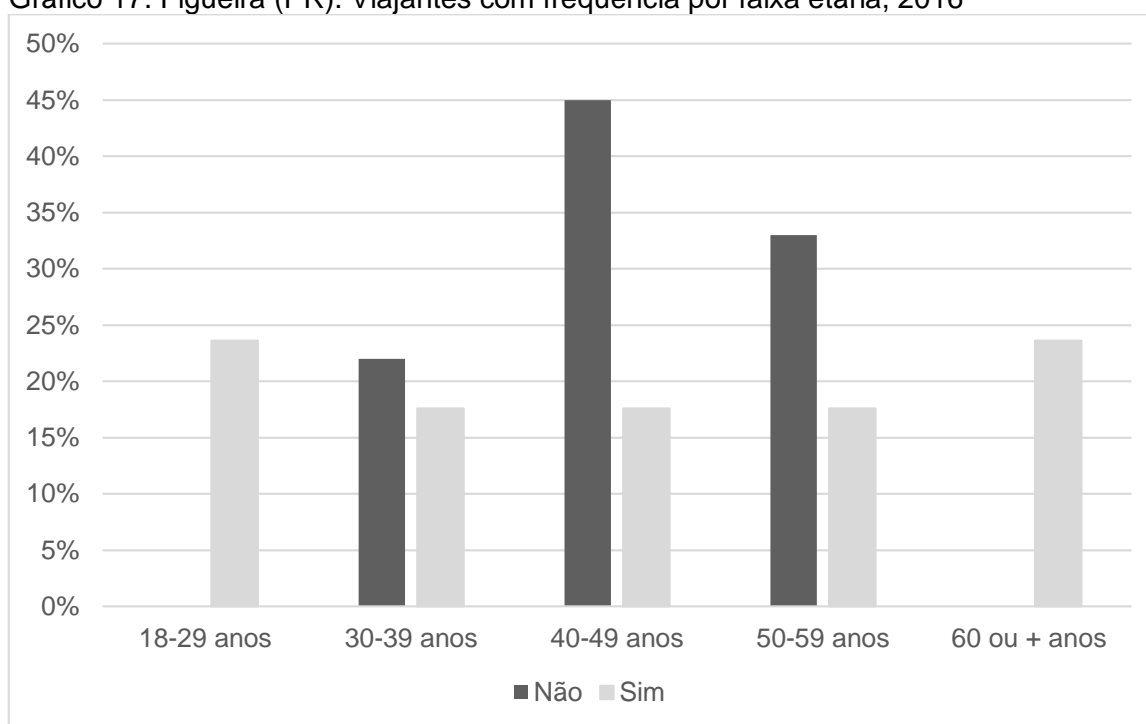
Retornando à relação do respondente com Figueira, 44% deles viajavam com frequência, dos quais 65% eram mulheres e 35% homens. Assim, o Gráfico 17 apresenta a proporção de viajantes e não viajantes com frequência por faixa etária dos respondentes, em Figueira.

A partir dos dados, as faixas etárias dos extremos (18-29 anos e 60 anos ou mais) apresentaram as maiores proporções entre os viajantes frequentes, com 26% e 28%, respectivamente, somando 54% do total. Entre os não viajantes rotineiros, destaque para a faixa entre 40-49 anos, com 26%, seguida pela faixa de 18-29 anos, com 24%. Entre as mulheres, que predominaram nos respondentes com deslocamentos interurbanos frequentes, houve homogeneidade nas faixas etárias, com leve vantagem para as extremas. Já quanto aos homens, as faixas dos extremos não apresentaram respondentes viajantes com frequência; o que preponderou foram homens com 40 anos ou mais de idade, com 78% desse gênero. A questão ainda possibilitou desdobramentos acerca do destino e da motivação para as viagens frequentes, como retratam as Tabelas 36 e 37. O Quadro 29 aprofunda esses dados destacando os respondentes de Figueira que viajam com frequência por faixa etária, gênero, localidade de destino e motivações.

Quanto às localidades, Curitiba, mesmo 305 quilômetros distante de Figueira, concentrou quase 30% dos destinos dos respondentes. Isso é resultado de duas interpretações: o destino preferido da elite local e a influência política da capital. Jacarezinho e Londrina aparecem na sequência, principalmente os deslocamentos para serviços de saúde. Ibaiti, Telêmaco Borba e outras cidade das região desempenharam espaços de trabalho e lazer.

Apenas cinco motivações foram pontuadas pelos respondentes de Figueira: trabalho, saúde, família, lazer e religião. Os dois primeiros concentraram 71% das respostas. Diferentemente de Iporã, o consumo não foi citado por nenhum dos participantes em Figueira e o lazer apareceu com menos de 10% das motivações.

Gráfico 17. Figueira (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Tabela 36. Figueira (PR). Localidades mais frequentadas pelos viajantes, 2016

Localidade	%
Curitiba	28,1
Jacarezinho	18,8
Londrina	12,5
Ibaiti	9,4
São Paulo	6,3
Telêmaco Borba	6,3
Arapongas	3,1
Curiúva	3,1
Joaquim Távora	3,1
Ponta Grossa	3,1
Rolândia	3,1
Tomazina	3,1
Total	100,0

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Tabela 37. Figueira (PR). Motivações para as viagens rotineiras, 2016

Motivação	%
Trabalho	38,7
Saúde	32,3
Família	16,1
Lazer	9,7
Religião	3,2
Total	100,0

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Quadro 29. Figueira (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, gênero, localidade e motivação, 2016

Faixa Etária	Gênero	Localidade	%	Motivação	%
18-29 anos	Feminino	Curitiba	28,5	Trabalho	50,0
		Arapongas	14,3	Família	25,0
		Jacarezinho	14,3	Saúde	25,0
		Londrina	14,3	-	-
		Ponta Grossa	14,3	-	-
		Rolândia	14,3	-	-
30-39 anos	Masculino	Ibaiti	50,0	Trabalho	100,0
		Curiúva	25,0	-	-
		Telêmaco Borba	25,0	-	-
	Feminino	Curitiba	25,0	Família	25,0
		Jacarezinho	25,0	Lazer	25,0
		Joaquim Távora	25,0	Saúde	25,0
		Tomazina	25,0	Trabalho	25,0
40-49 anos	Masculino	Curitiba	40,0	Trabalho	80,0
		São Paulo	40,0	Lazer	20,0
		Londrina	20,0	-	-
	Feminino	Curitiba	50,0	Saúde	40,0
		Londrina	25,0	Família	20,0
		Telêmaco Borba	25,0	Lazer	20,0
		-	-	Trabalho	20,0
50-59 anos	Masculino	Ibaiti	50,0	Saúde	50,0
		Londrina	50,0	Trabalho	50,0
	Feminino	Curitiba	50,0	Família	25,0
		Jacarezinho	50,0	Religião	25,0
		-	-	Saúde	25,0
		-	-	Trabalho	25,0
60 ou mais anos	Feminino	Jacarezinho	75,0	Saúde	80,0
		Curitiba	25,0	Família	20,0

Nota: As faixas de 18-29 anos e de 60 anos ou mais não apresentaram respondentes masculinos

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

As mulheres de 18-29 anos de Figueira apresentaram a maior quantidade de localidades e as de 50-59 anos, a de motivações. A capital do Estado apareceu em primeiro lugar em todas as faixas femininas, menos nas com 60 anos ou mais que viajam, predominantemente, a Jacarezinho para o atendimento de saúde. Entre os homens, o trabalho ficou em primeiro lugar em todas as faixas etárias que tiveram respondentes viajantes com frequência.

Nesse sentido, justifica-se a alta taxa de respondentes, 84,7%, que conheceram pessoas que se mudaram de Figueira nos últimos anos. Diante disso, a Tabela 38 apresenta as localidades e as motivações para as mudanças de Figueira pela percepção dos respondentes locais. Os respondentes recordaram 16 localidades e dez motivações diferentes.

Tabela 38. Figueira (PR). Localidades e motivações para as mudanças, 2016

Localidade	%	Motivação	%
Curitiba	43,2	Emprego/Trabalho	63,7
Telêmaco Borba	15,9	Educação	15,9
São Paulo	7,9	Cultura	4,5
Ponta Grossa	6,8	Qualidade de vida	4,5
Jacarezinho	5,7	Saúde	4,5
Joaquim Távora	3,4	Consumo	2,3
Santo Antônio da Platina	3,4	Desemprego	2,3
Ibaiti	2,3	Família	2,3
Londrina	2,3	-	-
Outros municípios do Paraná	2,3	-	-
Outras	6,8	-	-
Total	100,0		100,0

Nota: Consideradas as localidades citadas, no mínimo, duas vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

A capital do estado, Curitiba, concentrou quase 44% das mudanças recordadas pelos respondentes; somando com a segunda colocada, Telêmaco Borba, o valor atingiu quase 60%. São Paulo, Ponta Grossa e Jacarezinho também se destacaram entre os respondentes. Com relação às motivações para essas mudanças, quase 80% das citações foram em Emprego/Trabalho e Educação. A qualidade de vida, com quase 5%, representa uma perspectiva interessante para reflexão por envolver, diretamente, uma gama de situações sociais, econômicas e espaciais. Esses resultados colaboram com a perspectiva de que a política de geração de emprego e renda é um dos maiores problemas em Figueira.

Uma percepção muito forte em Figueira foi a alta quantidade de casas com placas de “vende-se”, na modalidade particular, ou seja, sem o vínculo direto de uma imobiliária, e de casas abandonas, em todos os bairros visitados. Nesse sentido, foram contabilizadas 53 residências à venda, o que representa 2% do total de domicílios urbanos de Figueira. Segundo o Ipardes (2016), 8,6% dos domicílios urbanos de Figueira estavam desocupados no último censo demográfico, em 2010. A Figura 54 retrata um domicílio à venda pelo proprietário na área urbana de Figueira.

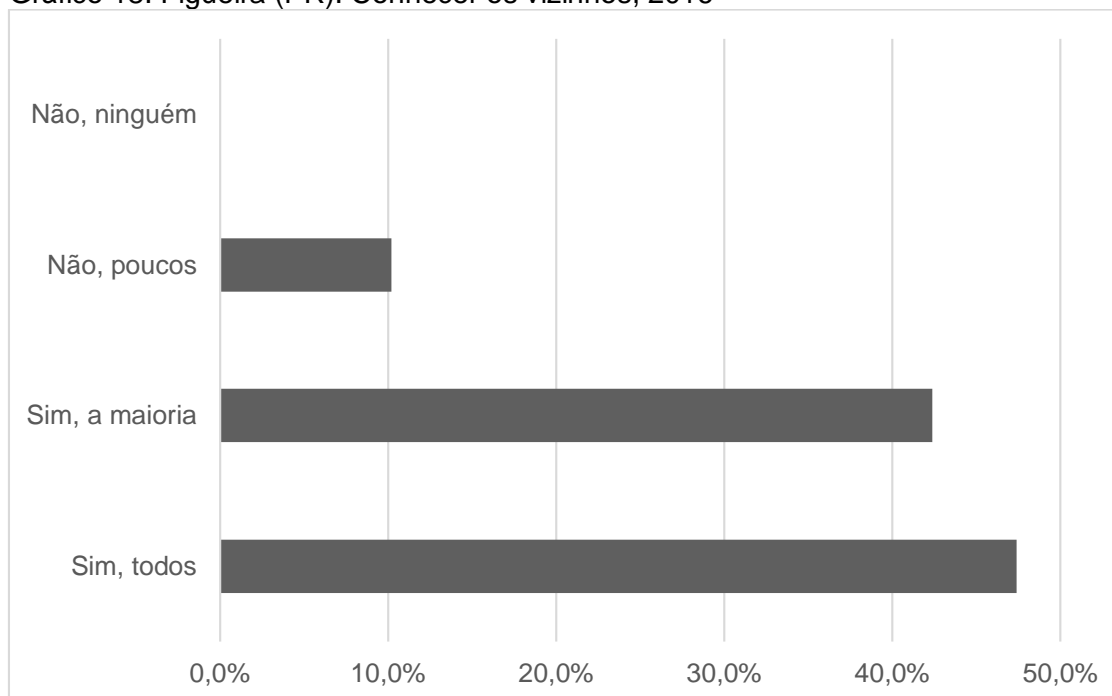
Figura 54. Figueira (PR). Domicílio à venda, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

As informações seguintes viabilizam o entendimento acerca da sociabilidade. Para isso, as análises inter-relacionam os elementos “tipo de casa”, faixa etária, gênero e “relações entre a vizinhança”. Quanto aos domicílios, 80% dos respondentes possuíam casa própria, 15% pagavam aluguel e 5% possuíam domicílios cedidos. O Gráfico 18 apresenta os resultados quanto ao conhecer a vizinhança.

Gráfico 18. Figueira (PR). Conhecer os vizinhos, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

A vizinhança em Figueira se conhece e reconhece, com predomínio de quase 90% para as respostas positivas: 47,4% para “sim, todos” e 42,4% para “sim, a maioria”. Os dados são influenciados pelo tamanho demográfico da área urbana de Figueira. As respostas negativas somaram 10,2%, sendo em totalidade “não, poucos”. Esses respondentes que conhecem poucos vizinhos são 50% homens e 50% mulheres, predominantemente com 60 ou mais anos de idade, 83,3% com casa própria e com raros relacionamentos diários (83% responderam “zero” frequência de conversa com os vizinhos ao longo de uma semana).

Associando os dados de vizinhança com o tipo de casa, os resultados demonstraram que 33% dos respondentes que não tinham casa própria conheciam todos os vizinhos e 8% deles conheciam poucos. Entre aqueles que possuíam casa própria os valores atingiram 52% para “sim, todos” e 11% para “não, poucos”. Logo, mais respondentes com casa própria conheciam poucos vizinhos do que aqueles com casa alugada ou cedida.

A Tabela 39 demonstra como cada faixa etária reconhece a vizinhança em Figueira e a Tabela 40, em outra perspectiva, considera a proporção das respostas em cada faixa etária. Os quadros possibilitam a análise da sociabilidade a partir dos diferentes grupos sociais.

Tabela 39. Figueira (PR). Conhecer os vizinhos, por faixa etária, 2016

Faixa Etária	Sim, todos	Sim, a maioria	Não, poucos	Não, ninguém	Total
18-29 anos	64,3%	28,6%	7,1%	-	100,0%
30-39 anos	41,7%	50,0%	8,3%	-	100,0%
40-49 anos	33,3%	58,4%	8,3%	-	100,0%
50-59 anos	55,6%	33,3%	11,1%	-	100,0%
60 ou mais anos	41,7%	41,7%	16,6%	-	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Tabela 40. Figueira (PR). Conhecer os vizinhos, por proporção das respostas, 2016

Faixa Etária	Sim, todos	Sim, a maioria	Não, poucos	Não, ninguém
18-29 anos	32,0%	16,0%	16,7%	-
30-39 anos	17,9%	24,0%	16,7%	-
40-49 anos	14,3%	28,0%	16,7%	-
50-59 anos	17,9%	12,0%	16,7%	-
60 ou mais anos	17,9%	20,0%	33,2%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	-

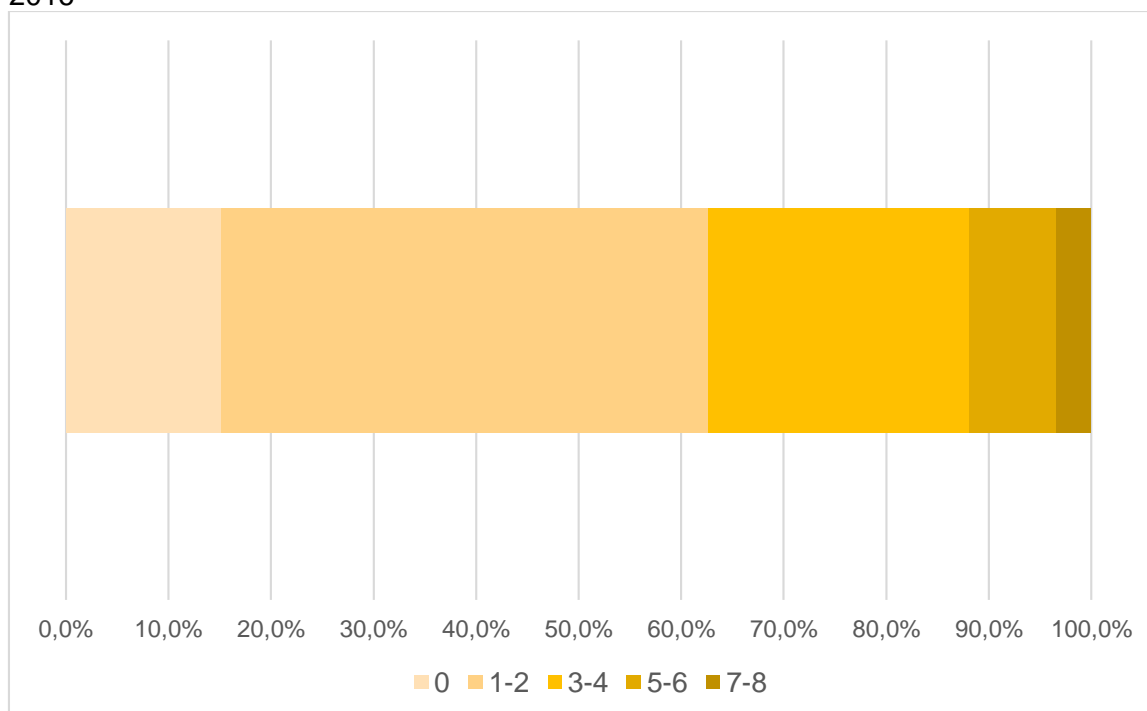
Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

As três primeiras faixas etárias apresentaram mais de 90% de respostas positivas, sendo a primeira, de 18-29 anos, com a maior proporção: 92,9%. Já a maior quantidade das negativas apareceram nos respondentes com 60 ou mais anos de idade, com quase 17%. Na faixa de 18-29 e 50-59 anos, os respondentes conheciam mais os vizinhos, com quase 65% e 56%, respectivamente, para a resposta “todos”. Já nas faixas intermediárias, as respostas predominaram para “sim, a maioria”, com valores superiores a 50%.

Na perspectiva de conhecer toda a vizinhança em Figueira, as proporções se equipararam, com exceção do estrato de 18-29 anos que representou quase um terço do total. Entre os respondentes que consideraram conhecer a maioria dos vizinhos, 52% tinham entre 30-49 anos. Considerando as respostas por gênero, os valores apresentaram equilíbrio, com exceção da faixa de 40-49 anos em que 83% das mulheres conheciam a maioria dos vizinhos, e 50% dos homens reconheciam todos.

Colaborando com essas reflexões, o Gráfico 19 mostra a proporcionalidade de respondentes, por frequência de conversa com os vizinhos, em uma semana, em Figueira. As cores mais claras, ou seja, de zero a duas vezes por semana, somam 62,7% das respostas. Em oposição, quase 12% dos respondentes citaram números acima de cinco vezes na semana.

Gráfico 19. Figueira (PR). Relacionamento com os vizinhos, em número de vezes por semana, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Quando esses dados são associados com o tipo do domicílio, os resultados são antagônicos. Enquanto apenas 12,8% dos respondentes com casa própria responderam “zero” para a frequência de contato entre os vizinhos, o valor atingiu 25% (quase o dobro) para aqueles que pagavam aluguel ou tinham casas cedidas. Além disso, nenhum respondente com essa condição de habitação citou valores iguais ou superiores a sete vezes e apenas 8,3% responderam entre 5-6 vezes por semana. Nos respondentes de casa própria, o predomínio das respostas ficou na faixa de uma a duas vezes por semana, com 42,6%, seguido pela quantidade de 3-4 vezes por semana, com 31,9%. Os respondentes que citaram não conversar nenhuma vez somaram quase 13% dos que possuíam cada própria.

Os dados articulados com as faixas etárias são apresentados por duas perspectivas: a primeira, esboçada na Tabela 41, apresenta a frequência de conversa com os vizinhos, em vezes por semana, por faixa etária, em Figueira, e a segunda, na Tabela 42, altera as variáveis e demonstra a proporção em cada uma das respostas possíveis. Os dados refletem como as faixas etárias se relacionam em Figueira.

Tabela 41. Figueira (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por faixa etária, 2016

Faixa etária	0	1-2	3-4	5-6	7-8	+8	Total
18-29 anos	35,7%	57,1%	7,2%	-	-	-	100,0%
30-39 anos	-	41,7%	50,0%	8,3%	-	-	100,0%
40-49 anos	8,3%	66,8%	8,3%	8,3%	8,3%	-	100,0%
50-59 anos	11,1%	33,4%	22,2%	22,2%	11,1%	-	100,0%
60 ou mais anos	16,7%	33,3%	41,7%	8,3%	-	-	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Tabela 42. Figueira (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por proporção das respostas, 2016

Faixa etária	0	1-2	3-4	5-6	7-8	+8
18-29 anos	55,6%	28,6%	6,7%	-	-	-
30-39 anos	-	17,8%	40,0%	20,0%	-	-
40-49 anos	11,1%	28,6%	6,7%	20,0%	50,0%	-
50-59 anos	11,1%	10,7%	13,3%	40,0%	50,0%	-
60 ou mais anos	22,2%	14,3%	33,3%	20,0%	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	-

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

A faixa de 18-29 anos, surpreendentemente, concentrou 57% das respostas em 1-2 vezes de conversas por semana, enquanto nenhuma foi superior a quatro vezes. Além disso, essa faixa foi responsável por 55,6% de todos os respondentes

que citaram “zero” vez em Figueira. A faixa etária de 30-39 anos, por sua vez, demonstrou mais relacionamentos de sociabilidade, atingindo 58,3% com respostas acima de três vezes por semana. Ela também é responsável por 40% de todos os respondentes de Figueira que citaram 3-4 vezes. A faixa de 40-49 anos foi a mais desequilibrada, predominando respostas de 1-2 vezes por semana, e a seguinte, de 50-59 anos, a mais equilibrada entre as respostas. Nas classes de frequência, as maiores quantidades se concentraram em pessoas com 50 ou mais anos de idade, sendo 60% de 5-6 vezes e 50% de 7-8 vezes. Nenhuma respondente de Figueira considerou mais de oito vezes por semana.

Como retratado pela literatura sobre o tema, conhecer e se reconhecer com os laços de vizinhança influencia nas questões da violência e da insegurança objetiva. No caso das pequenas cidades, remontam a própria característica dessas cidades. Apesar disso, os resultados demonstram, mais uma vez, a perda, primeiramente, dos laços de vizinhança e, na sequência, de sociabilidade. Isso reflete, diretamente, nos espaços públicos e na própria vida pública.

Efetivamente, a rarefação dos laços de sociabilidade, especialmente a partir do espaço público e da vida pública, colaboram no enfrentamento da violência e, principalmente, da insegurança, como já apresentado na parte teórica e na empírica de Iporã. Em Figueira, essa rarefação é reflexo, principalmente, da escassez de espaços públicos e de perspectivas positivas quanto às urbanidades na cidade. Além disso, a ausência de vínculos e laços atingiu faixas que são, comumente, associadas às dinâmicas sociais, como os jovens. Portanto, em Figueira é evidente que conhecer os vizinhos não representou relações de sociabilidade positiva.

A principal praça pública, apresentada na Figura 55, está localizada às margens da rodovia municipalizada e representa o espaço que concentra a maioria das pessoas que frequentam os espaços públicos em Figueira. Apesar disso, o movimento tem-se reduzido cada vez mais, segundo os respondentes, devido aos tiroteios que acontecem frequentemente nesses espaços, como o de julho de 2016.

Em Figueira, são poucos os espaços públicos para promoção da sociabilidade. Recentemente, foi inaugurada uma pista de caminhada, próxima ao parque industrial, que acaba sendo o atual espaço mais movimentado da cidade. Porém, demonstrou-se, a partir de observações de campo, um espaço de passagem, com idas e vindas pela pista. Trata-se, portanto, de um espaço apropriado para práticas esportivas, mas

com pouca relevância em termos de interações sociais. Outro espaço público relevante é o parque de exposição, apresentado na Figura 56.

Figura 55. Figueira (PR). Principal espaço público, na área central, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Figura 56. Figueira (PR). Espaço público abandonado, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Ele possui uma extensa área descampada, além de uma quadra coberta e um espaço de convivência. Assim como no caso da pista de caminhada, não existem bancos e árvores que motivem o uso da população para a sociabilidade positiva. No

caso desse espaço retratado, por sinal, acontece o contrário: é usado, diariamente, no período diurno para consumo e tráfico de drogas e no período noturno, além dessa finalidade, como espaço de prostituição e de práticas sexuais em veículos.

Um movimento de resistência em Figueira é a prática de teatro promovida pela Secretaria Municipal de Cultura. Ele se configura assim pela intensa dificuldade de sobrevivência em um município que não investe recurso na cultura, como já mostrado anteriormente. O grupo de teatro local vive de ideologia e da luta diária de pessoas que gostam da arte. Semanalmente, são dois encontros, sendo um para as crianças com até dez anos e o outro para um grupo de 11 a 22 anos.

As duas equipes, coordenadas por uma profissional apenas, atingem 65 crianças e jovens de Figueira, diminuindo a vulnerabilidade deles e incentivando a arte, cultura, educação e conscientização, como no caso das peças de teatro criadas para conscientização sobre as drogas e sobre a educação especial. O grupo tem agido nas escolas municipais e estaduais de Figueira e de cidades da região, em festivais de cidades próximas e em festividades da iniciativa privada.

A Figura 57 mostra um espaço efetivo de sociabilidade que é, também, de resistência em Figueira. Esse local, onde a expressão e o otimismo brotam dos palcos e das luzes em uma cenografia que possibilita sonhar com um amanhã menos injusto e mais emancipatório, precisa de expressivo apoio do poder público municipal.

Figura 57. Figueira (PR). Casa Cultura, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

As análises seguintes caminham pela compreensão da percepção dos respondentes de Figueira quanto à violência e à insegurança objetiva a partir de suas avaliações quanto aos fatores explicativos desta tese: o transbordamento e a lógica metropolitana, o consumo e o tráfico ilícito de drogas e, principalmente, a ausência ou insuficiência de serviços públicos de segurança.

A partir da percepção, 83,1% dos respondentes reconheceram a existência da violência no município de Figueira, sendo que as faixas etárias e os gêneros percebem o fenômeno com intensidade diferente. Por isso, a Tabela 43 demonstra a proporção de respondentes, pela faixa etária e pelo gênero em cada uma delas, que reconhecem a existência da violência em Figueira.

Tabela 43. Figueira (PR). Existência da violência por faixa etária e gênero, 2016

	Faixa Etária	Masculino	Feminino
18-29 anos	92,9%	85,7%	100,0%
30-39 anos	83,3%	83,3%	83,3%
40-49 anos	58,3%	66,6%	50,0%
50-59 anos	100,0%	100,0%	100,0%
60 ou mais anos	83,3%	66,7%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

A faixa etária de 40-49 anos apresentou a menor proporção de respondentes que afirmam a existência de violência em Figueira, com 58,3%; as demais mostraram proporções superiores a 80% de respondentes do estrato. Os maiores valores ocorreram nas faixas de 18-29 anos e de 50-59 anos, com 92,9% e 100,0%, respectivamente. Já considerando os gêneros, três faixas etárias das mulheres e uma faixa etária de homens atingiram 100% dos respondentes. Assim, em síntese, as mulheres de Figueira percebem mais a violência do que os homens.

Entre os respondentes que desconsideraram a violência em Figueira, 60% eram homens e 50% possuíam de 40-49 anos de idade. Todos esses respondentes possuíam casa própria, avaliaram a cidade como segura e sentiam-se seguros residindo na localidade. Na sociabilidade, 10% dos respondentes conheciam poucos vizinhos e não conversavam nenhuma vez na semana com eles e 30% conheciam a maioria e conversavam de 1-2 vezes por semana. Apenas 10% dos respondentes que negaram a existência da violência sofreram alguma violência, sendo dois furtos e um roubo; mesmo assim, avaliaram a cidade como segura.

No universo geral de respondentes, 76% se sentem seguros e 23% inseguros, vivendo em Figueira. Já considerando apenas os respondentes que afirmaram a existência de violência no município, os valores são: 71% sentem-se seguros e 29% inseguros. Nesse sentido, a Tabela 44 transita pelo sentimento de segurança e/ou de insegurança dos respondentes que reconheceram a existência da violência no município de Figueira, por gênero e faixa etária.

Tabela 44. Figueira (PR). Sentimento de segurança dos respondentes que reconhecem a existência da violência, por gênero e faixa etária, 2016

“Sente-se seguro (a)?”	Gênero	18-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 ou + anos
Sim – 71%	Masculino – 48,6%	29,4%	23,6%	17,6%	11,8%	17,6%
	Feminino – 51,4%	38,9%	22,2%	16,7%	16,7%	5,5%
Não – 29%	Masculino – 42,9%	16,7%	16,7%	16,7%	33,2%	16,7%
	Feminino – 57,1%	-	12,5%	-	25,0%	62,5%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Por serem maioria na percepção da violência em Figueira, as mulheres aparecem, ao mesmo tempo, como as que se sentem mais seguras e inseguras. Porém, analisando a diferença entre os dados de gênero, as mulheres são 19% mais inseguras do que os homens de Figueira. Nas faixas etárias, os respondentes de 18-29 anos e 30-39 anos foram os que se consideraram mais seguros.

Considerando apenas os respondentes que se sentem inseguros em Figueira, houve predomínio de mulheres (57,1%) e de respondentes com casas próprias (85,7%). A totalidade desses respondentes reconheceram a violência em Figueira e avaliaram a cidade como insegura (71%) ou altamente insegura (29%). Além disso, 71% já sofreram com alguma ocorrência de violência e 29% conhecem poucos vizinhos e não praticam a sociabilidade na vizinhança. Entre os homens, os mais inseguros possuíam entre 50-59 anos, representando um terço do total de homens inseguros; entre as mulheres, a faixa etária de 60 ou mais anos concentrou quase 63% das respondentes, obtendo o valor mais elevado de Figueira.

Entre os respondentes, 55,9% nunca sofreram com a violência em Figueira. Apesar de maioria, considerável parcela, 44,1%, já passou por alguma situação considerada violenta. Tomando apenas como parâmetro os respondentes que reconheceram a existência de violência no município, os valores para a violência sofrida atingiram 51% desses respondentes. Nesse sentido, a Tabela 45 apresenta a

ocorrência da violência pelos respondentes que reconheceram a existência da violência em Figueira, por gênero e faixa etária.

Tabela 45. Figueira (PR). Ocorrência da violência pelos respondentes que reconhecem a existência da violência, por gênero e faixa etária, 2016

“Já sofreu com a violência?”	Gênero	18-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 ou + anos
Sim – 51%	Masculino – 56,0%	28,6%	14,3%	7,1%	21,4%	28,6%
	Feminino – 44,0%	9,1%	9,1%	9,1%	27,3%	45,4%
Não – 49%	Masculino – 37,5%	22,2%	33,3%	33,3%	11,2%	-
	Feminino – 62,5%	40,0%	26,7%	13,3%	13,3%	6,7%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

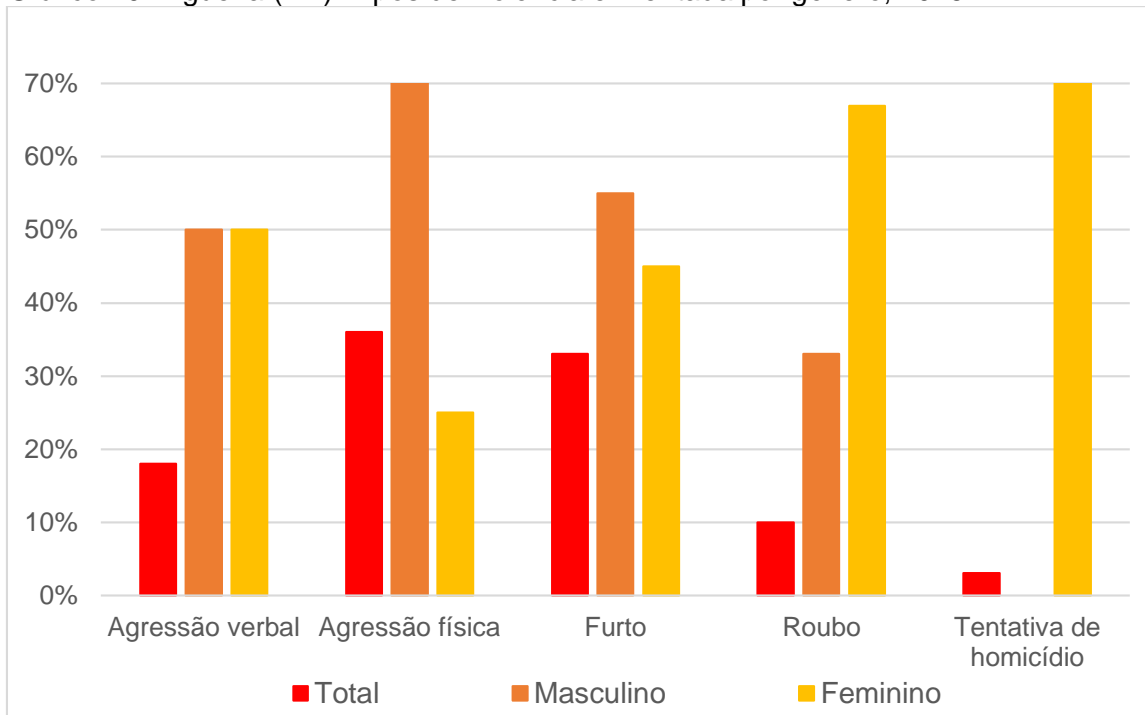
As proporções de gênero apresentaram discrepâncias entre os respondentes que sofreram e aqueles que não lidaram com a violência em Figueira: 56% dos que passaram eram homens, enquanto 63% dos que não passaram eram mulheres. No caso dos homens que passaram por alguma situação de violência, as faixas dos extremos (18-29 anos e 60 ou mais anos) apresentaram os maiores valores, configurando, portanto, os grupos de maior vulnerabilidade. Nas respondentes mulheres, a maior vulnerabilidade estava naquelas com 50 anos ou mais de idade, com quase 73% das ocorrências.

Articulando os dados da percepção da segurança e da vivência concreta da violência, observa-se que entre os respondentes que se sentem seguros em Figueira, 36% enfrentaram alguma situação de violência. Entre aqueles que se sentem inseguros, o valor alcançou quase 72% deles. Logo, assim como no caso de Iporã, corrobora a base teórica da insegurança objetiva como reflexo da violência, já que a percepção de insegurança teve origem da vivência concreta.

O Gráfico 20 é significativo por apresentar as tipologias de violência mais enfrentadas pelos respondentes, por gênero, de Figueira. Entre os tipos de violência mais enfrentados pelos respondentes, quase 70% representaram agressões físicas (36%) e furtos (33%). As demais ocorrências foram: 18% para agressão física, 10% para roubo e 3% para tentativa de homicídio. No caso dos respondentes que foram fisicamente agredidos, os homens representaram 75%. No caso dos furtos, a proporção de homens caiu para 55%. As agressões verbais apresentaram a mesma proporção entre os gêneros. Os crimes considerados mais graves ocorreram, principalmente, contra as mulheres: 67% dos roubos e 100% das tentativas de

homicídios. Esse último caso ocorreu com uma mulher de 50-59 anos: ela sobreviveu, e o seu esposo morreu no ataque. Ela pontuou que tem muito medo de morar em Figueira e que vive constantemente ameaçada.

Gráfico 20. Figueira (PR). Tipos de violência enfrentada por gênero, 2016



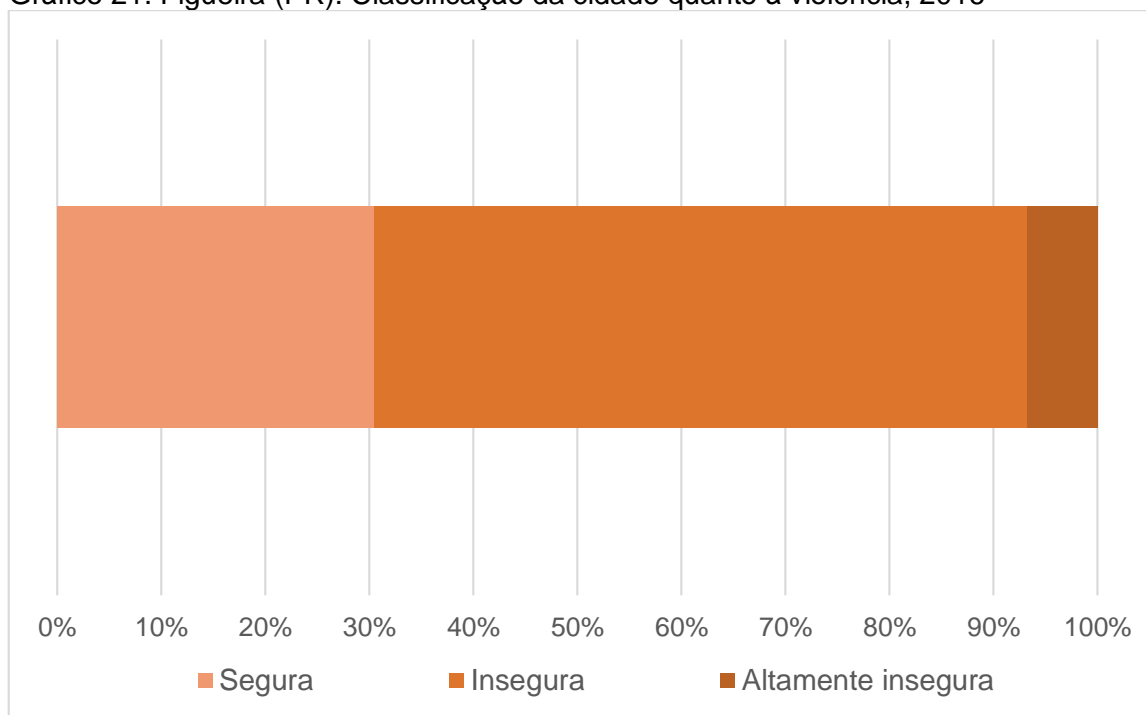
Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

O Gráfico 21 apresenta a classificação da cidade de Figueira quanto à segurança, em 2016, pela percepção dos respondentes. Na dualidade segurança e insegurança, 69,7% manifestaram expressões inseguras de classificação, enquanto 30,5% escolheram opções de segurança. A avaliação da cidade como insegura predominou entre os respondentes, com quase 63%, seguida por 30,5% que a consideraram segura. Nos extremos, a classificação como cidade altamente segura não foi citada, enquanto quase 7% avaliaram-na como altamente insegura.

Na perspectiva de gênero, as mulheres representaram 56% dos respondentes que avaliaram a cidade de Figueira como segura. Apesar disso, as mulheres também foram a maioria entre os respondentes que a consideraram altamente insegura, com 75%. Já entre os respondentes que pontuaram Figueira como uma cidade insegura, a maioria, com 54% eram homens. Considerando o universo total dos respondentes, 69% dos homens e 57% das mulheres de Figueira avaliaram a cidade como insegura.

É fundamental realçar que 10% de todas as mulheres respondentes consideraram a cidade altamente insegura.

Gráfico 21. Figueira (PR). Classificação da cidade quanto à violência, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

As reflexões acerca das faixas etárias aparecem na Tabela 46, que trata a percepção da segurança por faixa etária, e na Tabela 47, que aborda a proporção de respostas pelas faixas etárias. Com exceção da faixa etária de 40-49 anos, as demais predominaram a classificação de Figueira como insegura, atingindo, entre os mais novos, o patamar de quase 80%. Somando as respostas de insegurança, a faixa de 50-59 anos apresentou a proporção mais elevada: 88,9%.

Tabela 46. Figueira (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por faixa etária, 2016

Faixa Etária	Altamente Segura	Segura	Insegura	Altamente Insegura	Total
18-29 anos	-	21,4%	78,6%	-	100,0%
30-39 anos	-	41,7%	58,3%	-	100,0%
40-49 anos	-	58,3%	41,7%	-	100,0%
50-59 anos	-	11,1%	66,7%	22,2%	100,0%
60 ou mais anos	-	16,7%	66,6%	16,7%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Tabela 47. Figueira (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por proporção das respostas, 2016

Faixa Etária	Altamente Segura	Segura	Insegura	Altamente Insegura
18-29 anos	-	16,7%	29,7%	-
30-39 anos	-	27,8%	18,9%	-
40-49 anos	-	38,9%	13,5%	-
50-59 anos	-	5,5%	16,2%	50,0%
60 ou mais anos	-	11,1%	21,7%	50,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Na proporção de respostas, quase 67% dos respondentes que classificaram Figueira como segura tinham entre 30-49 anos. Em oposição, apenas 5,5% dessa percepção possuíam entre 50-59 anos. Na avaliação de insegura, os resultados demonstraram que 51,4% dos respondentes dessa avaliação pertenciam aos estratos dos extremos (18-29 anos e 60 anos ou mais). No caso da qualificação em altamente insegura, todos os respondentes apresentaram 50 anos ou mais de idade.

As resistências dos respondentes à violência e à insegurança objetiva em Figueira se materializam, notadamente, pelo distanciamento dos laços de sociabilidade, já que a esmagadora maioria dos respondentes (81%) não possuía equipamentos e serviços de segurança privada.

Diferente de Iporã, que demonstrou maior poder aquisitivo da população local, 17% dos respondentes de Figueira sequer possuíam portões e grades em suas residências; quase 65% responderam “grades”. Apenas 8,5% dos respondentes de Figueira tinham algum modelo de cerca e 10,2% pagavam o serviço privado de segurança de vigilante motorizado. A empresa responsável pelos vigilantes era de Curiúva, o valor pago era de R\$ 30,00 e as rondas ocorriam entre as 19h e 05h.

Em Figueira, foi difícil encontrar residências com câmeras de vigilância, mesmo naquelas de maior padrão de edificação. No comércio, poucos estabelecimentos possuíam essa tecnologia. Por sinal, os comerciantes locais demonstraram grande dificuldade em abordar a questão da violência: durante a realização do trabalho de campo, 40% dos comerciantes convidados para responderem o questionário desta pesquisa recusaram a participação. A Figura 58 retrata a ausência de equipamentos eletrônicos de segurança mesmo em modelos antagônicos de edificação, demonstrando que a predominância dos domicílios da cidade é da ausência de equipamentos de segurança.

Figura 58. Figueira (PR). Ausência de equipamentos de segurança, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Analisando o perfil dos 11 respondentes (18,6%) que tinham algum modelo de cerca ou que pagam o serviço de vigilante motorizado, percebeu-se que apenas 9% deles negaram a existência da violência no município e classificaram a cidade como segura. Os demais 91% a consideraram violenta e classificaram a cidade como insegura. Apesar de apenas 9% desses respondentes terem medo de residir em Figueira, 45% sofreram com alguma violência, sendo 50% furtos ou roubos e 50% agressões físicas ou verbais.

Já analisando o perfil dos dez respondentes (16,9%) que não possuíam sequer grade e/ou portões, 90% reconheceram a existência da violência, 70% consideraram a cidade insegura e 10% altamente insegura, 50% tinham medo de residir em Figueira e, mais entristecedor, 70% já haviam passado por alguma ocorrência de violência, tendo 71% deles sido furtados (50% do total de respondentes sem grade). Por isso, a violência, dos furtos e roubos, atinge, igualmente, os residentes de Figueira com menor poder aquisitivo.

As análises seguintes buscam avançar, diretamente, sobre os fatores explicativos desta tese pela percepção dos respondentes de Figueira, ou seja, sobre o transbordamento da influência metropolitana a partir do papel desempenhado pela mídia televisiva e dos espaços difusos de medo, sobre a ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços de segurança e sobre a existência do tráfico de drogas.

Em Figueira, 86,4% dos respondentes assistem à televisão diariamente e 13,6% não assistem. Segundo o Ipardes (2016), em 2010, 91,9% dos domicílios de Figueira possuíam televisores e 84,2%, rádios. Ambos perdiam apenas para a geladeira, que alcançava 98,9% dos domicílios, e eram bem superiores aos 17,6% que tinham acesso à internet. Analisando o perfil dos respondentes que não assistiam diariamente à televisão, 62,5% eram mulheres; 62,5% reconheceram a existência da violência em Figueira; 87,5% avaliaram a cidade como segura; todos possuíam grades e/ou portões; 87,5% sentiam-se seguros na localidade; e 37,5% já haviam enfrentado alguma ocorrência de violência, sendo todos os casos agressões (físicas ou verbais). Portanto, apesar de os respondentes terem a percepção maior de segurança, passaram por violência, igualmente, a outros setores e estratos da população.

A Tabela 48 demonstra a proporção de respondentes que assistiam à televisão pelo tipo de programas e de emissoras, e nenhum programa específico foi citado por mais de um respondente. As expressões foram analisadas e agrupadas em dois blocos: as que se referiam aos programas ou temas semelhantes e as que representavam emissoras de televisão. Quase 65% citaram os jornais, e aproximadamente 30% pontuaram programas de entretenimento e novelas. Já alguns respondentes preferiram citar emissoras.

Tabela 48. Figueira (PR). Programas e emissoras por proporção de respondentes, 2016

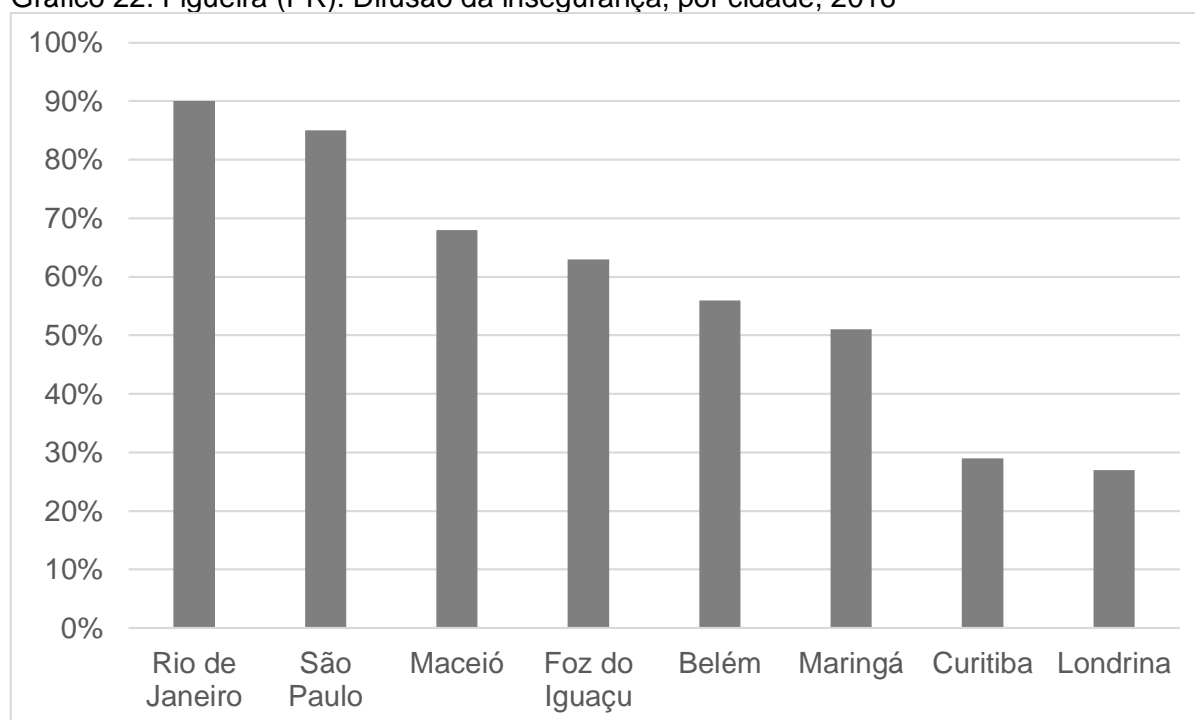
Programas	%
Jornal	64,7%
Entretenimento: filme, séries, humor, natureza, culinária e auditório	29,4%
Novela	29,4%
Esporte: futebol	15,7%
Religiosos	9,8%
Qualquer um	3,9%
Desenho	2,0%
Não responderam	2,0%
Emissoras	%
Rede Globo	7,8%
SBT	5,9%
TV fechada	3,9%
Rede TV	2,0%
Rede Vida	2,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Ainda no sentido do transbordamento metropolitano e da violência e insegurança objetiva nas pequenas cidades a partir dele, o Gráfico 22 ilustra quais

idades despertaram insegurança nos respondentes de Figueira caso tivessem de visitá-las. Os resultados sinalizam a difusão da segurança ou da insegurança que algumas cidades exercem sobre as demais: é a difusão do medo pela mídia. Assim, a intenção da questão, como já apontado, é perceber as imagens transmitidas por cidades a partir do olhar dos respondentes de Figueira, sendo ele construído pelas mídias (nacional ou regional) ou pela própria percepção (vivência).

Gráfico 22. Figueira (PR). Difusão da insegurança, por cidade, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

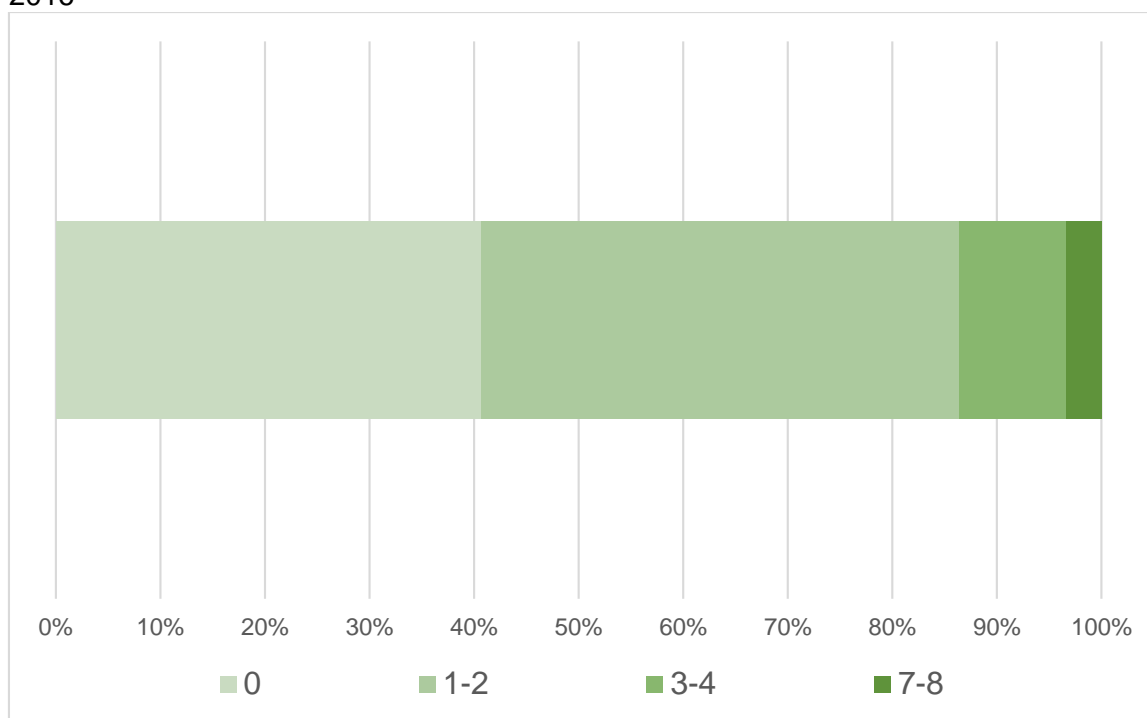
Analisando os resultados, é possível perceber que todas as cidades citadas despertaram mais insegurança nos respondentes do que a própria cidade de Figueira. Os inseguros em Figueira somaram 23,7% e Londrina, que obteve o menor patamar, apareceu com 27,1%. O medo do Rio de Janeiro atingiu 89,8% dos respondentes, seguido por São Paulo, com 84,7%, e Maceió, com 67,7%. A fronteira, representada por Foz do Iguaçu, apareceu em quarto lugar com 62,7% dos respondentes. Apenas Curitiba e Londrina apresentaram valores inferiores a 50% dos respondentes.

Portanto, no que tangencia esse fator explicativo, pode-se concluir que alguns espaços, como o Rio de Janeiro e São Paulo, difundem insegurança em Figueira, atingindo mais de 80% dos respondentes. Assim, parece que a insegurança como origem do transbordamento metropolitano é muito relevante em Figueira. Isso não

diminui a percepção da insegurança a partir dos casos locais concretos de violência, uma vez que 44% dos respondentes já sofreram com a violência na cidade.

Acerca dos serviços públicos de segurança em Figueira, 96,6% dos respondentes afirmaram que faltam policiais, bombeiros, viaturas e serviços públicos de segurança no município. Sobre isso, o Gráfico 23 retrata a frequência de rondas realizadas pelos policiais militares de Figueira, em número de vezes na semana, a partir da percepção dos respondentes.

Gráfico 23. Figueira (PR). Frequência de ronda policial, em número de vezes por semana, 2016



Nota: Nenhum respondente considerou os grupos de cinco a seis vezes e mais de oito vezes
 Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

A maioria dos respondentes (86,4%) percebe rondas em suas residências ou áreas comerciais de no máximo duas vezes por semana. A proporção de respondentes que considerou “zero” atingiu quase 41% - é um valor muito elevado. A proporção que considerou de uma a duas vezes na semana chegou a 45,7%. Aproximadamente 14% dos respondentes citaram mais de três vezes, sendo 10,2% para o estrato de três a quatro vezes na semana e 3,4% para o de sete a oito vezes. Os resultados demonstram que a Polícia Militar em Figueira está muito longe da vida em comunidade, reflexo, diretamente, da insuficiência e do modelo policial no Estado do Paraná.

Em Figueira, os serviços públicos de segurança são de responsabilidade apenas da Polícia Militar, já que inexistem Defesa Civil, Guarda Municipal, Bombeiro (militar e comunitário), Polícia Civil, Polícia Rodoviária, Polícia Federal, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e Siate no município. No caso do bombeiro, Figueira depende militarmente de Telêmaco Borba (75 quilômetros) e comunitariamente de Ibaiti (30 quilômetros). Já no caso da Polícia Rodoviária Estadual, volta-se ao posto de Ibaiti ou Ventania (65 quilômetros), dependendo em qual rodovia acontecer a ocorrência.

A situação da Polícia Militar em Figueira é de penúria. O Destacamento local possuía, em 2016, apenas seis policiais (o ápice no município foi de oito policiais), sendo um sargento (comandante), um cabo e quatro soldados, que se revezavam no atendimento do município, em duplas, com escala de 24hx48h. Entre os policiais, dois residiam em Figueira e quatro em outros municípios. Esses policiais eram responsáveis, ao mesmo tempo, pelo atendimento das ocorrências em campo, pelo setor administrativo interno e pelo deslocamento até Curiúva para levar presos, apreendidos e documentos até a Polícia Civil ou ao fórum. Além do baixo contingente humano, a frota era composta por apenas uma viatura, claramente insuficiente para o atendimento adequado; inexistia bafômetro, que representa um instrumento que deveria ser essencial para Figueira, uma vez que existe uma rodovia municipalizada.

A Polícia Militar em Figueira é subordinada ao 26º Batalhão de Polícia Militar de Telêmaco Borba e ao 4º Comando Regional de Polícia Militar de Ponta Grossa. Como já destacado anteriormente nesta tese, essa vinculação é ruim e deve ser questionada. Assim, politicamente o município se volta ao Norte do Estado, com regionais de educação em Ibaiti e de saúde em Jacarezinho e militarmente se vincula aos Campos Gerais. Especialmente, Figueira está a 75 quilômetros de Telêmaco Borba e 200 quilômetros de Ponta Grossa. Londrina, por exemplo, sede do 2º CRPM, está a 160 quilômetros. A situação pode justificar as taxas de homicídios alarmantes.

Figueira não teve nenhum caso de homicídio apenas em 1998 e 2010, considerando o levantamento entre 1996 e 2013. Nos últimos anos, em 2011 e 2012, foram quatro homicídios no total (em 2013, os dados até metade do ano demonstrava um caso). A Figura 59 retrata o destacamento de Polícia Militar de Figueira, inaugurado em 2016, após uma reforma no local que era a antiga Delegacia de Polícia.

Segundo os policiais militares de Figueira, em média, são registrados quase sessenta boletins de ocorrência por mês no município, dos quais 70% são furtos, 10%

violência doméstica e 10% de ameaças ou tentativas de homicídios. Além disso, a cada dez ligações atendidas, sete são trotes, especialmente xingamentos e ofensas contra os servidores. Em 2016, segundo eles, não havia nenhum homicídio registrado em Figueira.

Figura 59. Figueira (PR). Destacamento de Polícia Militar, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Quanto ao tráfico, eles pontuaram que em Figueira os traficantes são locais e não se vinculam às redes ou grupos internacionais. Porém, consideraram que é cada vez mais recorrente o envolvimento de adolescentes e jovens no consumo e no tráfico de drogas. O tráfico e a bebida alcoólica são os dois principais motivos para a violência em Figueira, segundo a percepção dos policiais. Ainda segundo eles, as ameaças contra os servidores são raras, mas a desmotivação na profissão é considerável, especialmente quanto ao plano de carreira e à infraestrutura da polícia.

Inexiste Polícia Civil em Figueira. O município é atendido pela Delegacia de Polícia Civil de Curiúva (Figura 60) que, por conseguinte, é subordinada à 18ª Subdivisão de Polícia de Telêmaco Borba. A delegacia possui uma delegada que responde por Curiúva, Figueira e Sapopema, totalizando 28.952 habitantes (IBGE, 2010), uma escrivã e quatro investigadores.

A carceragem provisória na delegacia de Curiúva tem espaço para oito pessoas mas, em 2016, abrigava 27 pessoas, entre elas: presos provisórios, condenados e homens e mulheres misturados, demonstrando a desumanidade que personifica a

gestão realizada pelo Governo do Estado do Paraná nos últimos anos. A delegacia, com problemas de infraestrutura, registra fuga e tentativas de fuga frequentemente, com exemplos em 2014, 2015 e 2016.

Figura 60. Curiúva (PR). Delegacia de Polícia Civil, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

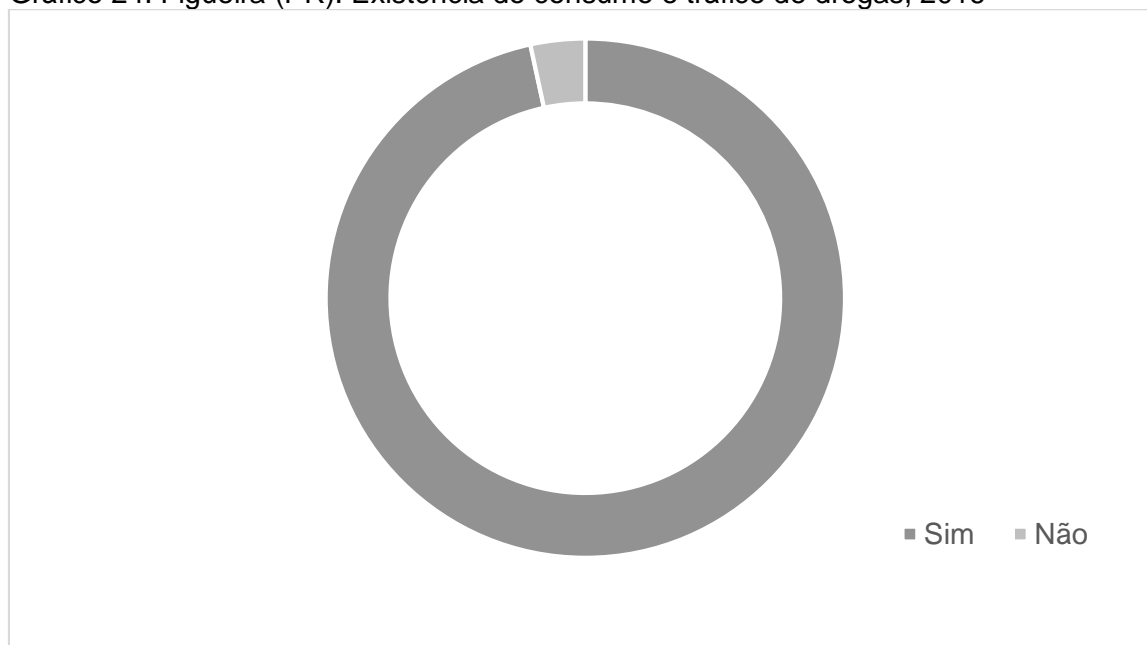
Segundo dados da Polícia Civil de Curiúva, em 2015, foram instaurados 64 inquéritos policiais oriundos de Figueira, especialmente pelos crimes de estupro, exploração de menores e pedofilia. É relevante contextualizar que nem todos os boletins de ocorrência se formalizam em inquéritos policiais. Já em 2016, até o mês de julho, foram 38 inquéritos (40% do total de inquéritos da Comarca) instituídos, sendo os crimes já registrados nesse período, por ordem de quantidade: violência doméstica, roubo, receptação, homicídios e furtos. Diferentemente da informação fornecida pela Polícia Militar, que não pontuou casos de homicídio em Figueira no ano de 2016, a Polícia Civil comunicou a existência de casos por esse crime.

A ausência do serviço de Polícia Civil em Figueira influencia, diretamente, no sentimento de impunidade. A investigação conduzida por Curiúva esbarra em uma série de problemas, como a distância e a insuficiência de pessoal e de infraestrutura para adequada investigação. Oficialmente, os servidores vão até Figueira avaliar e investigar os casos. Além disso, as pessoas intimadas, que precisam de documentos e/ou querem fazer denúncias formais, precisam se deslocar até Curiúva e, como abordado, não é uma tarefa fácil pela dificuldade de horários de transporte. A própria

Polícia Militar, com dois servidores por turno, desloca-se para Curiúva para levar presos em flagrante, menores aprendidos e documentação para a polícia ou fórum.

Finalmente, para compreender o consumo e o tráfico de drogas como motivadores para a violência e a insegurança objetiva, o Gráfico 24 demonstra a percepção dos respondentes sobre isso em Figueira. A existência de consumo e do tráfico de drogas no cotidiano local de Figueira foi reconhecida por quase 97% dos respondentes, e aproximadamente 73% deles consideraram-na como motivadora para a violência no município. Apenas dois respondentes desconsideraram essa existência, sendo dois homens com 60 anos ou mais de idade. Ambos apresentaram respostas semelhantes durante o questionário: conhecem a maioria dos vizinhos, não consideram a existência de violência em Figueira, avaliam a cidade segura e nunca enfrentaram alguma ocorrência de violência.

Gráfico 24. Figueira (PR). Existência do consumo e tráfico de drogas, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Os motivos para a existência da violência em Figueira estão retratados na Tabela 49. No total, foram 120 motivações, média de duas por respondente. Para facilitar a compreensão, as respostas foram agrupadas e apenas as citadas, no mínimo, duas vezes foram listadas. O principal motivo para a violência e para a insegurança objetiva em Figueira, segundo os respondentes, foi o consumo e o tráfico de drogas, com quase 36% das citações.

Tabela 49. Figueira (PR). Principais motivos para a violência, 2016

Motivos	%
Consumo e tráfico de drogas	35,8%
Ausência de emprego e de oportunidades	23,3%
Ausência de estrutura familiar	7,5%
Bebidas alcoólicas	6,7%
Não sabe/Não respondeu	5,0%
Agressões/Brigas/Ofensas	4,2%
Ausência de segurança pública	4,2%
Ausência de educação	2,5%
Ausência de caráter	1,7%
Bullying	1,7%
Conflito de gangues	1,7%
Ociosidade	1,7%
Outros	4,0%
Total	100,0%

Nota: Consideradas as respostas citadas, no mínimo, duas vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

A segunda mais referenciada, com pouco mais de 23%, foi a ausência de emprego e de oportunidade para a população, especialmente os jovens; essa explicação esteve em mais de 40% dos respondentes. O terceiro principal motivo, com 7,5%, foi a ausência de estrutura familiar. A ausência de segurança pública concentrou 4,2% das citações, estando presente em 8,5% dos respondentes. Outras motivações se destacaram em Figueira: bebidas alcoólicas (6,7%), brigas, agressões e ofensas (4,2%) e a ausência de educação (2,5%). Dentro dos “outros”, dois motivos surpreenderam: o dinheiro e a ausência dele.

Em Figueira, a situação das crianças, adolescentes e famílias em vulnerabilidade social preocupam tanto que existe um espaço na cidade que concentra os edifícios da Casa Abrigo, Conselho Tutelar, Cras e Creas. A conversa com quatro conselheiros (80%), na sede do Conselho Tutelar de Figueira, esclareceu algumas questões. A estrutura do local é precária; ao lado, existe uma Casa Abrigo que possui espaço para acolher dez crianças/adolescentes e que, em 2016, abrigava apenas duas crianças retiradas da família. Nos últimos sete meses, segundo os conselheiros, foram cinco retiradas de crianças da família, sendo três reintegradas após procedimentos administrativos. A Figura 61 apresenta a sede do conselho à direita e a Casa Abrigo à esquerda na imagem.

Em Figueira, os conselheiros pontuaram que recebem apoio dos outros setores públicos e da população em geral, que, segundo eles, “aprendeu a denunciar”. Isso começou com o Programa de Conscientização que integrou a escola, a assistência

social do município, a Polícia Militar e a sociedade em geral. Como consequência, aumentaram as denúncias e, por conseguinte, o número de atendimentos que somam, em média, 90 por mês.

Figura 61. Figueira (PR). Casa Abrigo e Conselho Tutelar, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Os conselheiros assinalaram que em Figueira considerável parcela das crianças e adolescentes está envolvida em crimes. Porém, reconheceram que a maioria dos casos terminam em subnotificações. Segundo a Assistência Social, essas situações começaram a ocorrer a partir de 2012. Antes disso, o município não possuía nenhum adolescente em medida socioeducativa. Então, a secretaria percebe um aumento preocupante que motivou a instalação de órgãos públicos para o enfrentamento desse cenário.

Com base na mesma fonte, existem em Figueira, aproximadamente, cinquenta crianças em risco por estarem com pais alcoólatras e/ou usuários de drogas; esse risco, segundo eles, envolve denúncias e casos investigados de abandono, pedofilia e abuso sexual. Os atendimentos ocorrem durante as 24 horas do dia, sendo, em média, três visitas diárias nos locais de ocorrência, embora o número de ligações seja superior. Os conselheiros relataram que é incomum trotes nas denúncias e que raramente são ofendidos por telefone.

Uma situação realçada em Figueira, a partir dos discursos dos conselheiros, é a ocorrência de casos na elite local. Esses casos são, geralmente, camuflados nas

idades pequenas, pois envolvem pessoas influentes e detentoras do poder local. Em Figueira, em média, 50% dos casos atendidos pelo Conselho Tutelar envolvem casos praticados pela elite local. É justamente nesses casos que os conselheiros encontram os maiores problemas para a solução e para efetuar o atendimento. Esses grupos locais acabam, muitas vezes, ofendendo os conselheiros, não reconhecem o trabalho deles e passam por vários enfrentamentos e constantes desgastes.

Sobre a atuação dos conselheiros, observaram-se duas situações antagônicas: um demonstrou, ao longo da conversa, uma preocupação com as crianças e adolescentes e uma vontade de ajudá-los e suas famílias; outro conselheiro afirmou que não gosta da função, que segue procurando emprego na cidade e que essa é a única opção de emprego no momento.

A Figura 62 apresenta a sede do Cras, inaugurado há quatro anos, e do Creas, em funcionamento há menos de um ano, em Figueira. O primeiro tem função de estabelecer políticas de prevenção dos grupos em vulnerabilidade para que os casos não se materializem. Já o segundo, consiste de políticas e ações que envolvem as pessoas e grupos após as situações ocorridas, principalmente de violação de direito, abandono, violência e crime.

Figura 62. Figueira (PR). Cras e Creas, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

Em Figueira, o Cras atendia, diretamente, 120 famílias consideradas em vulnerabilidade social, enquanto o Creas era responsável por cinquenta famílias, com

atendimentos individuais e coletivos. Essas famílias já vivenciaram ocorrências de violência, havendo quatro processos no Ministério Público, envolvendo negligência e abandono de idosos, negligência e abandono de criança e violência doméstica. Quanto ao último, a prefeitura, seguindo recomendações do Ministério Público, pretende iniciar uma campanha contra essa tipologia de violência que tem aumentado em Figueira e gerado preocupação.

Em 2015, segundo as informações do Creas, foram oito casos de exploração sexual em Figueira e em 2016, até julho, já eram cinco casos. Também nesse período de 2016 haviam sido encaminhados a Londrina e Rolândia oito internamentos por envolvimento de consumo e tráfico de drogas. Um espaço criado pela Assistência Social de Figueira para gerar renda, capacitar e buscar solução é o Centro de Oficinas de Artesanato e Panificadora, apresentado na Figura 63. Nele são realizadas oficinas de *patchwork* e fita tusa, além de pães que são distribuídos nas redes municipal e estadual e comercializados em Figueira.

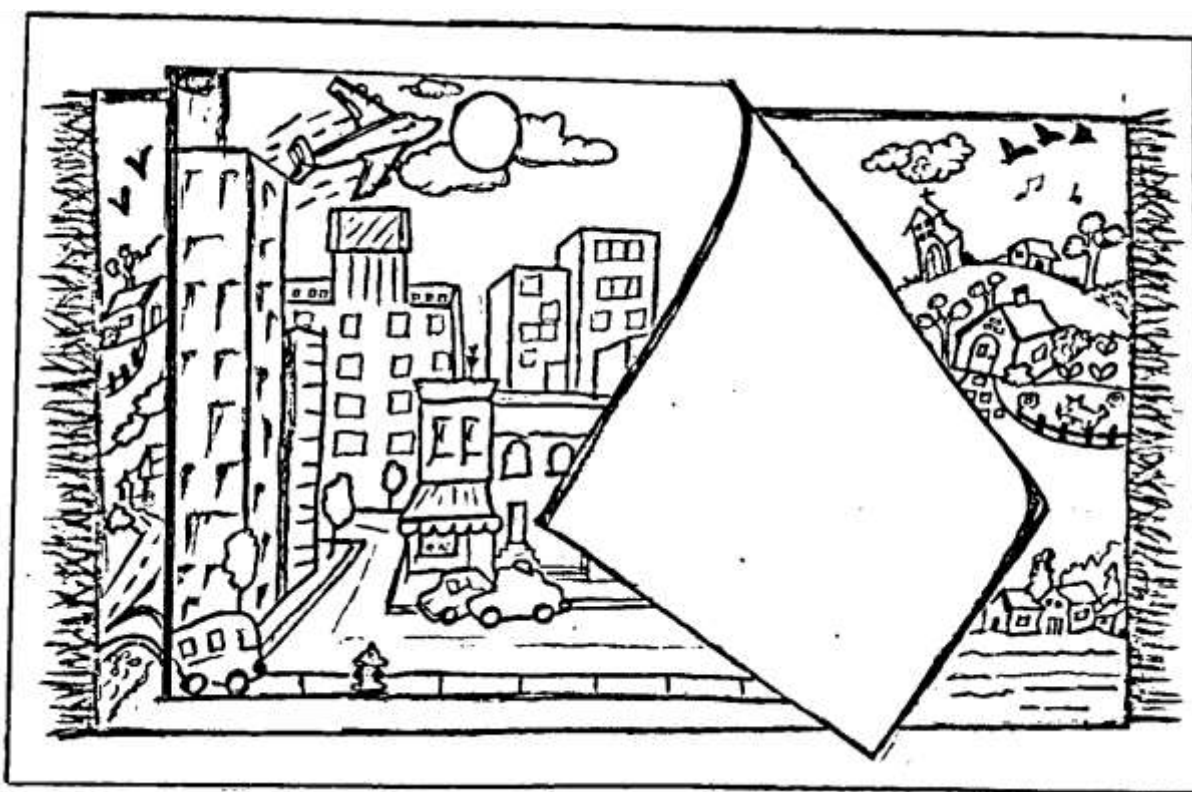
Figura 63. Figueira (PR). Oficina de Artesanato e Panificadora, 2016



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2016)

É imprescindível pontuar que funciona como mais um espaço positivo de sociabilidade. Além disso, de geração de renda, de tratamento adequado para atenuar as violências enfrentadas e de capacitação para a arte, cultura e educação. Portanto, são essas iniciativas, como a do teatro, que precisam de incentivo, mas que, infelizmente, sobrevivem com as migalhas do orçamento da administração pública.

PARTE VI – TAMARANA (PR): o transbordamento seletivo da influência metropolitana e sua realidade alarmante



(Adriana Carnevalli)

E o modelo de vida se espraia pelo ar....

Parte VI – Tamarana (PR): o transbordamento seletivo da influência metropolitana e sua realidade alarmante

Esta parte da tese, a última da sequência empírica desenvolvida pela perspectiva local sobre o tema, permanece desmitificando a pequena cidade como um espaço tranquilo e seguro para se viver e onde se mantém, predominantemente, a sociabilidade baseada em vínculos afetivos. É relevante retomar que a escala local de análise em Tamarana é indissociável das demais, assim como os fatores explicativos que sustentam esta tese.

A sede da área metropolitana está logo ali...mas, espera, o acesso é limitado, inclusive pelo transporte. Em Tamarana, a realidade local retratou uma situação recorrente que alicerça toda a construção desta parte: a influência metropolitana a partir de Londrina é seletiva, desde a emancipação municipal de Tamarana até a contemporaneidade. Isso justifica o título desta parte que assinala a necessidade de transitar, ao mesmo tempo, pelo transbordamento metropolitano e pelas perspectivas que não passam de imaginações e desejos olvidados.

Além disso, a pesquisa em Tamarana e o encerramento dos trabalhos empíricos possibilitaram olhar para o espaço geográfico com mais unificação quanto aos fatores explicativos, embora a intensidade e as explicações sejam variáveis em cada espaço. Em outras palavras, na realidade local cabem, em totalidade, os três fatores explicativos. No caso do fator da faixa de fronteira, ele precisa ser readequado para o limite, físico e psíquico, entre Tamarana e Londrina.

A impressão inicial na cidade foi positiva: a pequena cidade apresenta elementos de uma urbanização adequada, com todas as ruas do perímetro urbano pavimentadas, a maioria dos serviços concentrados na área central e o arruamento de trânsito sinalizado adequadamente. Por outro lado, a expansão promoveu a urbanização de loteamentos desconectados da área central, gerando um problema grave para os habitantes, já que inexistente transporte coletivo.

A sistematização desta parte ocorre em duas seções: na primeira, apresenta-se a breve história da consolidação municipal, a localização e as informações gerais que ajudam na compreensão do contexto local e, articulado com o contemporâneo, no entendimento das situações de violência, insegurança objetiva e sociabilidade; já na segunda, demonstra-se a situação atual de Tamarana a partir da análise dos questionários e relatos por meio de produções cartográficas.

6.1 A consolidação municipal de Tamarana

A história da consolidação municipal de Tamarana está intrinsecamente ligada ao contexto de colonização de Londrina, no Norte do Estado do Paraná. Logo, vinculasse às políticas públicas estaduais de incentivo e concessões às empresas colonizadoras privadas capitalistas, a partir de 1920 (ENDLICH, 1998).

Londrina surgiu em 1929, como primeiro posto avançado da colonizadora: em 21 de agosto de 1929, chegava a pioneira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local denominado Patrimônio Três Bocas, o primeiro marco nas terras onde surgiria Londrina (LONDRINA, 2017). A criação do município ocorreu cinco anos mais tarde, por meio do Decreto Estadual n.º 2.519, de três de dezembro de 1934. (LONDRINA, 2017).

Apesar disso, Tamarana é mais antiga que Londrina. As primeiras movimentações na região onde está instalada, atualmente, a cidade de Tamarana ocorreram pelos safristas, oriundos do Sul do Brasil e do Norte Pioneiro paranaense, entre os anos de 1915 a 1925 (IBGE, 2017). Dentre esses pioneiros, um construiu a capela de São Roque e, ao redor dela, foi surgindo o agrupamento de casas (IBGE, 2017). A condição de Vilarejo de São Roque permaneceu até 20 de março de 1930 quando, por meio do Decreto Lei n.º 2.713, passou à situação de Distrito Judiciário de São Roque, pertencendo ao município de Tibagi.

Até 1937, inexistiam caminhos ligando o Distrito de São Roque ao município de Londrina e, por conseguinte, era preciso dar a volta por Apucarana (IBGE, 2017). O ano seguinte foi determinante na história de Tamarana: demonstrando interesses pela região, o município de Londrina conseguiu, por meio do Decreto Lei nº 7.573, de 20 de outubro de 1938, retirar o Distrito de São Roque do município de Tibagi e anexá-lo ao seu território. Segundo relato de entrevistados, foi um momento conflituoso, uma vez que o governo local de Tibagi resistiu à investida. Porém, a influência política e econômica de Londrina, que já contava com quase cinquenta mil habitantes, foi determinante para a anexação.

Assim, o início da década de 1940 demonstrava o interesse de Londrina em espalhar os seus relacionamentos, uma vez que a região do Distrito de São Roque estava ao Sul da sede municipal, a quase sessenta quilômetros de distância. Assim, acredita-se que a intenção londrinense era expandir sua influência sobre a porção Sul do território.

Duas situações corroboram essa hipótese e ajudam a comprovar a efetividade positiva da ação londrinense sobre o território: a construção, em 1940, do caminho entre o Distrito de São Roque e Londrina e os quatro distritos que Londrina conseguiu formar após esse período, Irerê (1951), Guaravera (1955), Lerroville (1963) e Paquerê (1964), que estão no caminho entre Tamarana e Londrina e, em 1970, atingiam quase 46.119 habitantes (LONDRINA, 2017).

Em 1943, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) propôs a mudança toponímica de diversas cidades que possuíam o mesmo nome para evitar o extravio de correspondências (IBGE, 2017). Com isso, o Distrito de São Roque se tornou Distrito de Tamarana, “cujo significado na linguagem indígena caingangue é uma longa espada ou clave feita de madeira, uma arma de guerra representando espírito combativo e altaneiro da população” (IBGE, 2017, s. p.).

Durante mais de cinquenta anos, as aspirações de emancipação do Distrito foram sufocadas pelo poder político e econômico de Londrina. Em 1970, o Distrito de Tamarana, o mais longe da sede, atingiu o seu ápice demográfico, reflexo do contexto econômico agrícola das décadas anteriores: 12.516 habitantes (LONDRINA, 2017). A argúcia do governo local londrinense de expandir-se em direção ao Sul da sua sede municipal estava tão correta, que o Distrito de Lerroville, o segundo mais distante da sede, tinha, em 1970, 12.185 habitantes (LONDRINA, 2017).

Porém, a resistência de Londrina à emancipação de Tamarana e as mudanças impostas pela mecanização do campo ampliaram o papel centralizador de Londrina, que atraiu milhares de pessoas das áreas rurais e de cidades da região Norte do Paraná, e proporcionaram o primeiro declínio demográfico do Distrito de Tamarana: perdeu quase quatro mil habitantes entre 1970 e 1991. Desmotivados com esse declínio, o primeiro plebiscito, realizado em 1991, terminou com a vitória do “não” para a emancipação do Distrito de Tamarana. Já a segunda investida, em 1995, conseguiu a aprovação. Assim, por meio da Lei Estadual n.º 11.224, de 13 de dezembro de 1995, o Distrito de Tamarana se emancipou de Londrina e conseguiu tornar-se um município, tendo sua economia baseada na agropecuária. (IBGE, 2017).

Esse contexto precisa de uma reflexão: o poder local de Tamarana tentou, na sua emancipação, a anexação do Distrito de Lerroville, que está a quatro quilômetros de Tamarana e a 57 quilômetros de Londrina. Juntos, o município contaria com quase 15 mil habitantes, segundo o censo de 1991 (LONDRINA, 2017). Porém, essa tentativa foi impedida pelo governo local londrinense.

A emancipação foi muito positiva demograficamente para Tamarana, que passou a ganhar população após a consolidação municipal. Já para Lerroville, que se manteve como distrito de Londrina, o mesmo não ocorreu, já que ele continuou a perder população: em 2010, contava com 3,7 mil habitantes, quase nove mil a menos que no seu auge.

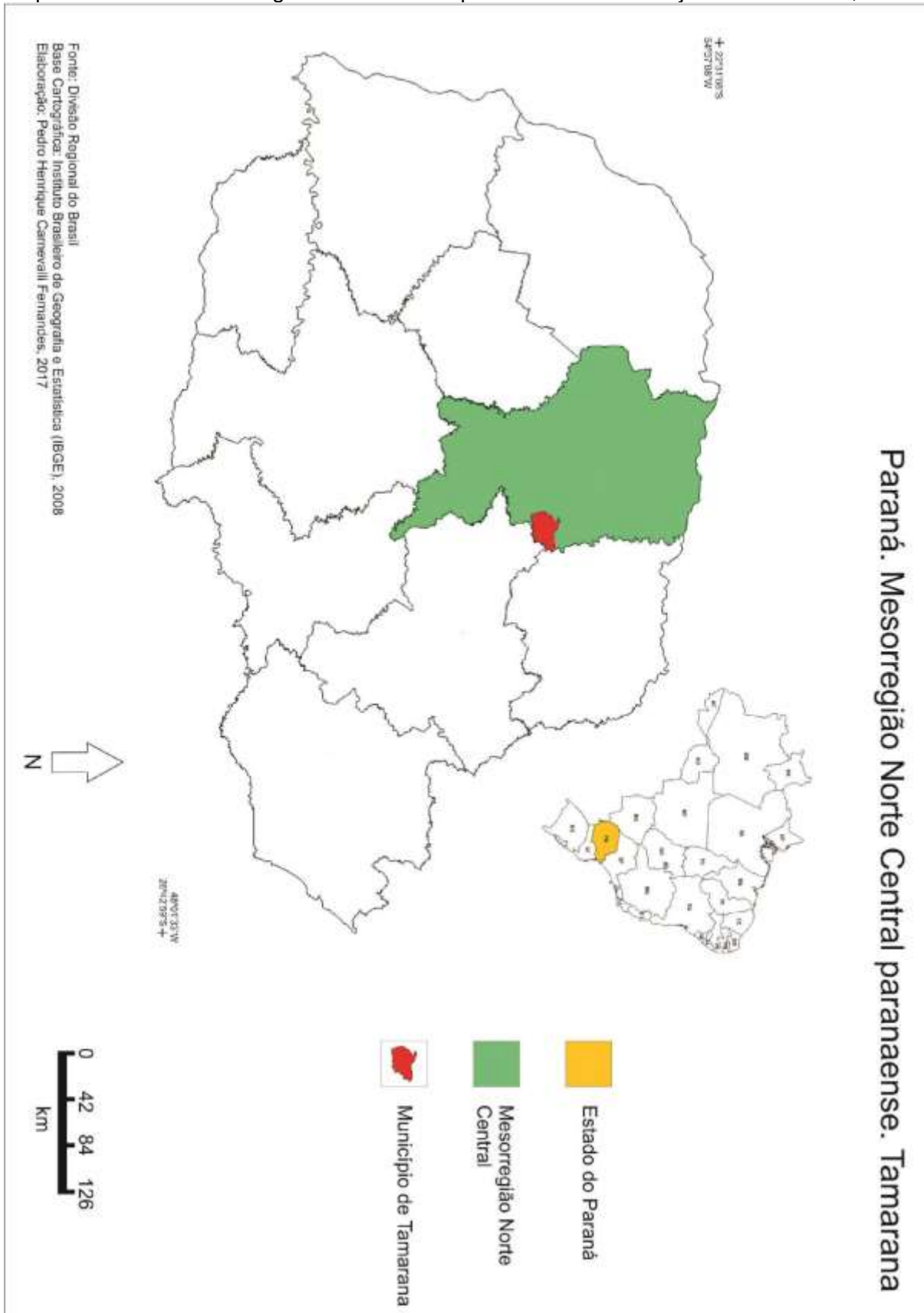
O município de Tamarana está localizado no Norte do Estado do Paraná, especificamente na Mesorregião Norte Central paranaense (Mapa 41), com Longitude 51° 05' 50" W e Latitude 23° 43' 24" S, média de 750 metros de altitude e 336 quilômetros de distância de Curitiba, capital estadual (IPARDES, 2017). O Mapa 42 apresenta a localização de Tamarana dentro da Mesorregião Norte Central paranaense, destacando as divisas municipais e a cidade (área urbana do distrito sede). Já o Mapa 43 demonstra a área do município de Tamarana e da cidade, além de esboçar as rodovias estaduais que passam pelo município.

Como já demonstrado na parte anterior desta tese, Tamarana pertence à Região Metropolitana de Londrina e, por isso, pressupõe-se intensa influência da sede na localidade. Essa perspectiva influenciadora permeia esta parte sobre Tamarana, especialmente quanto à violência e à insegurança objetiva. Atualmente, o município está a 58 quilômetros de Londrina e é o único da Região Metropolitana de Londrina que está ao Sul da sede, ficando a pelo menos noventa quilômetros de distância dos demais municípios da região metropolitana.

O município de Tamarana possui área de 470 quilômetros quadrados e faz divisa com Londrina, a Norte; São Jerônimo da Serra, a Leste; Mauá da Serra e Ortigueira, a Sul; e Marilândia do Sul, a Oeste (IPARDES, 2017). Além disso, é relevante pontuar que apenas um caminho rodoviário dá acesso a Tamarana: PR-445, saindo de Londrina ou de Mauá da Serra, que possui poucos trechos duplicados, até o trevo de interseção com a PR-980, que, por sua vez, se materializa em um trecho de três quilômetros com faixa simples entre a cidade de Tamarana e o trevo com a PR-445.

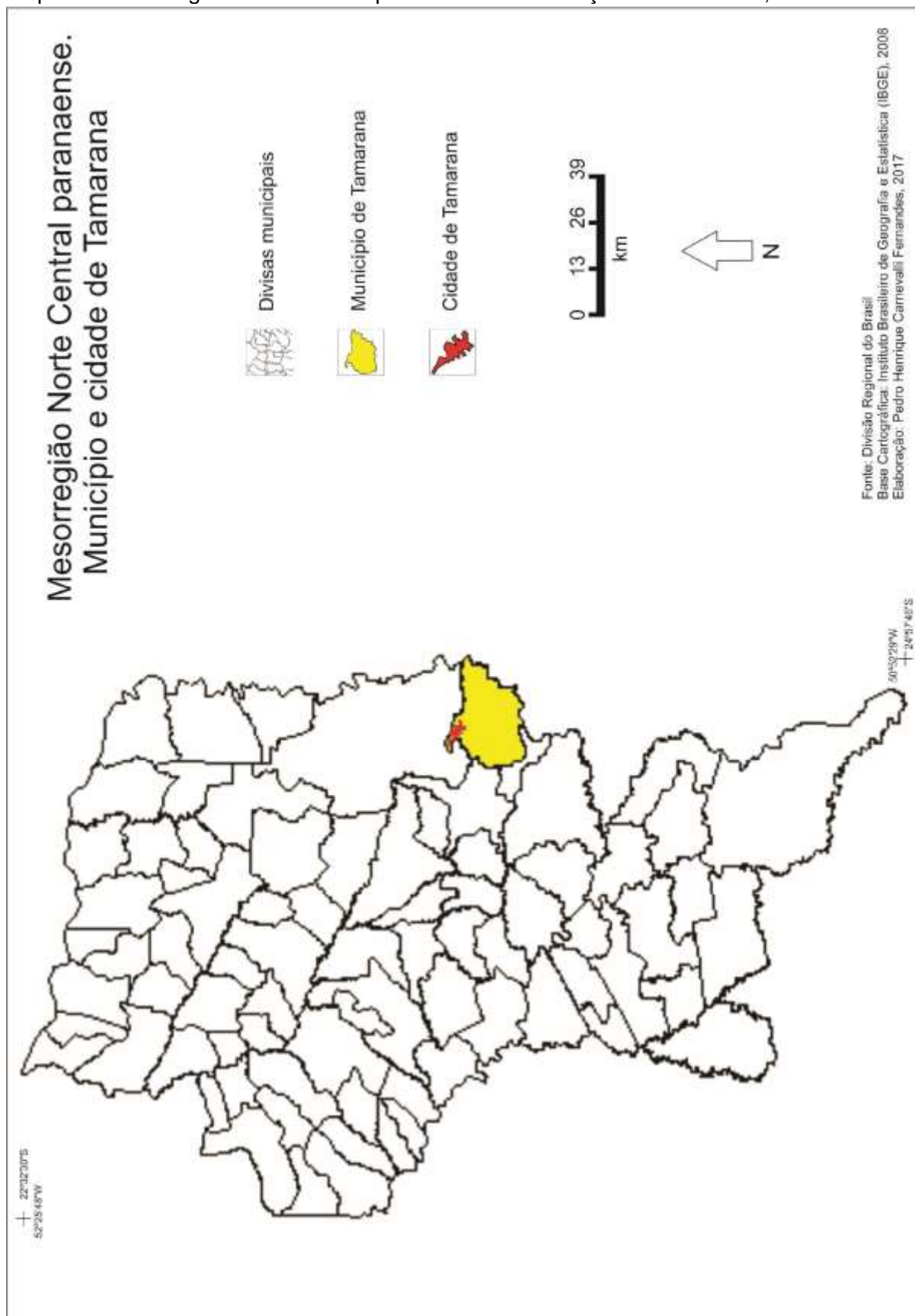
A área municipal é cortada, no seu extremo Oeste, pela PR-445. Na realidade, essa rodovia passa menos de cinco quilômetros dentro da área do município de Tamarana. A Figura 64 apresenta uma porção da rodovia PR-445 dentro de Tamarana e retrata um dos dois portais instalados para simbolizar o limite entre municípios. Os portais foram quebrados, em 2016, e a prefeitura não sabe por quem e nem a motivação para isso.

Mapa 41. Paraná. Mesorregião Norte Central paranaense. Localização de Tamarana, 2017



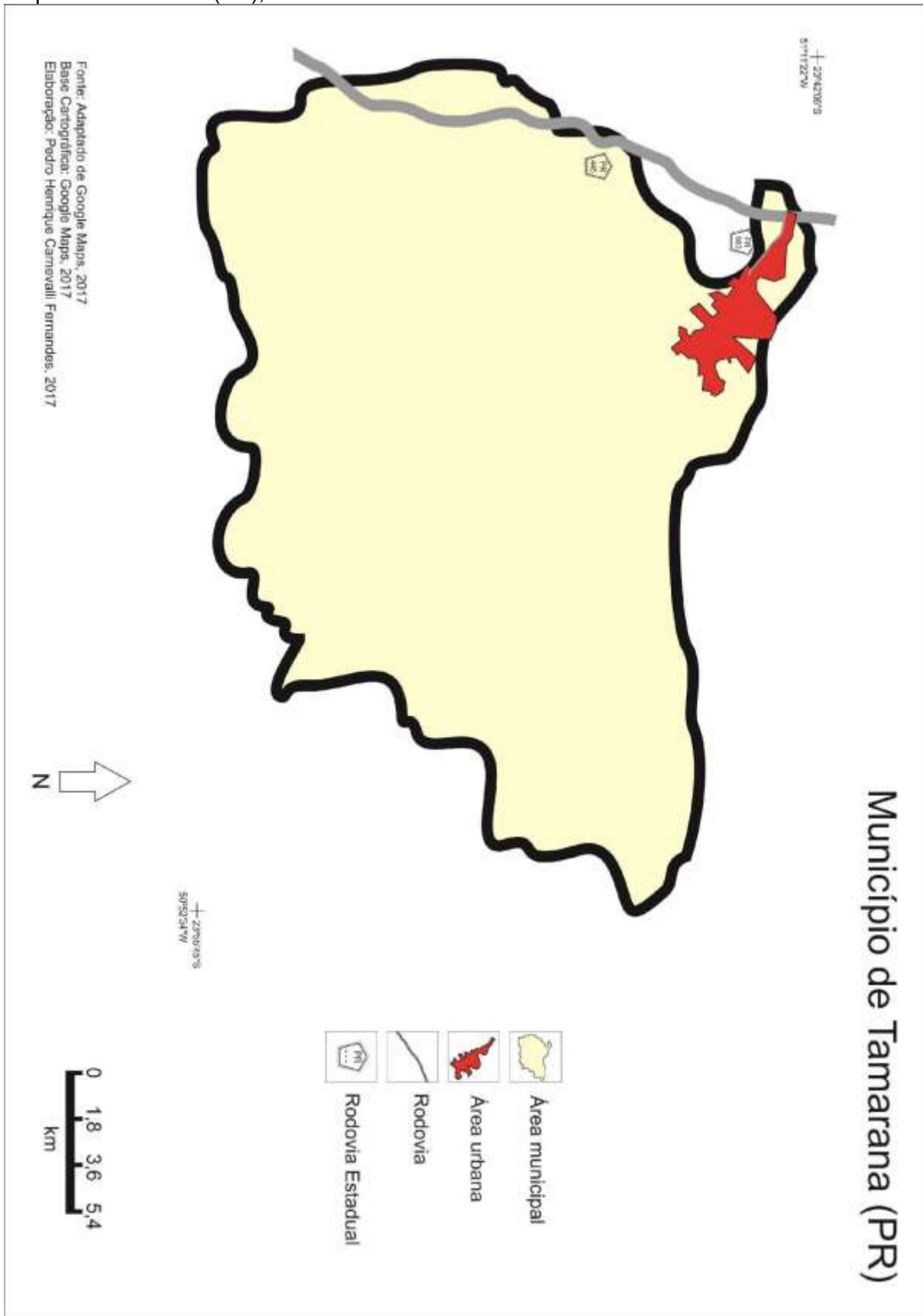
Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

Mapa 42. Mesorregião Norte Central paranaense. Localização de Tamarana, 2017



Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

Mapa 43. Tamarana (PR), 2017



Fonte: Adaptado de Google Maps (2017)

Figura 64. Tamarana (PR). Portal de limite municipal, na PR-445, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Já o acesso à cidade de Tamarana ocorre unicamente pela PR-980 por meio de um trecho com três quilômetros entre o trevo da PR-445 e a entrada da cidade. A Figura 65 mostra o trevo de intersecção da PR-445 com a PR-980. Logo, o acesso a Tamarana ocorre apenas por uma entrada/saída via rodovia. O posto da Polícia Rodoviária Federal mais próximo está em Mauá da Serra, a 31 quilômetros, e o posto da Polícia Rodoviária Estadual está a 32 quilômetros, em Londrina.

Figura 65. Tamarana (PR). Trevo entre a PR-445 e a PR-980, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

É fundamental considerar a disposição da cidade na área municipal. A cidade de Tamarana está localizada no extremo Norte do município, exatamente na divisa municipal com Londrina. A Figura 66 mostra a placa do limite municipal e a área urbana de Tamarana ao fundo. Isso significa que a área rural de Tamarana, que é extensa e povoada, está voltada para o Sul do município e relativamente distante da sede. A realidade do Sul municipal contrapõe-se à da metropolitana, enquanto a parte urbana, ainda que negligenciada, por estar próxima mostra a relevância de Londrina.

Figura 66. Tamarana (PR). Limite de município e área urbana, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Como já pontuado diversas vezes, essa redução de acessos tem facilitado as práticas de assaltos e furtos ao comércio local e às agências bancárias e/ou caixas eletrônicos em toda a região Norte do Estado do Paraná. Inclusive, segundo denúncia de um dos respondentes, existem comerciantes de Tamarana que pagam uma taxa para traficantes não furtarem ou roubarem os seus estabelecimentos. Em Tamarana, existem duas agências bancárias, uma do Banco do Brasil e outra do Banco Sicredi. Os moradores que precisam da Caixa Econômica Federal recorrem à única lotérica ou à única agência dos Correios, ambas no centro, ou, ainda, aos municípios vizinhos.

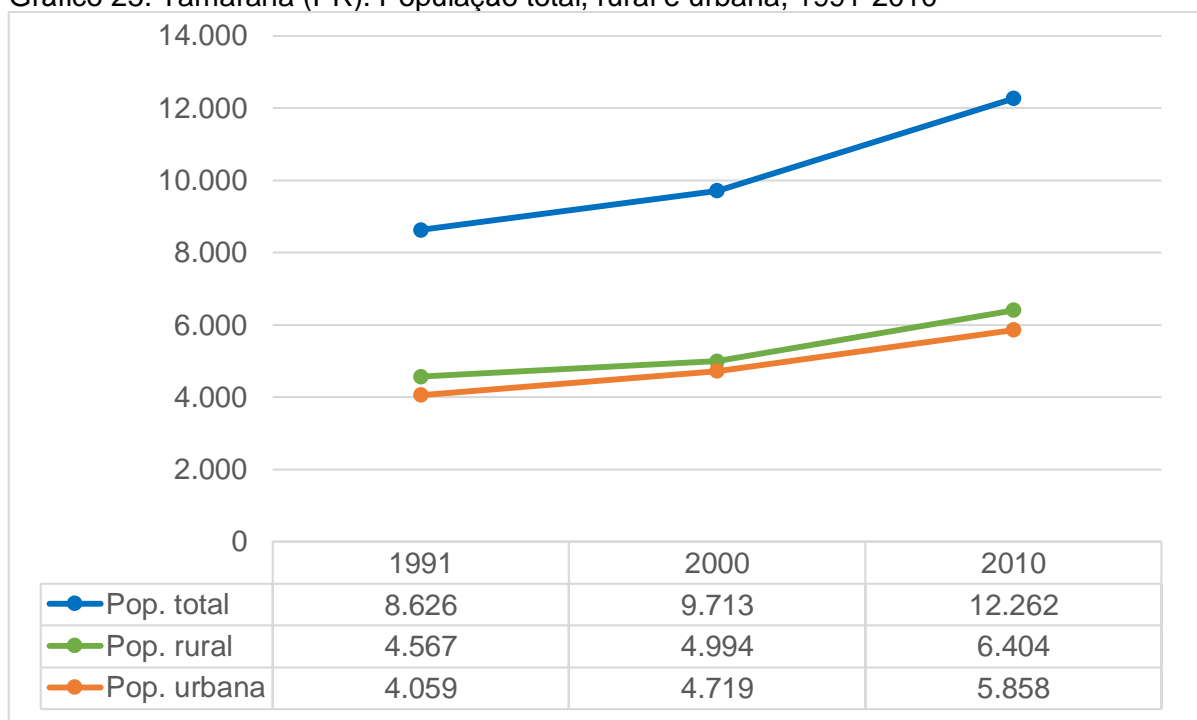
Em 2014, duas agências de bancos privados foram explodidas e, depois disso, uma delas deixou de operar no município. O outro banco roubado encerrou suas atividades em Tamarana no ano seguinte, em 2015, após uma nova explosão e um novo roubo. Esse encerramento tem obrigado quase dois mil aposentados a sacarem

seu salário em Faxinal ou Londrina, o que acaba por prejudicar o comércio local, pois com esses deslocamentos, as pessoas acabam consumindo naquelas localidades.

Em 2015 ocorreu o caso mais emblemático: um grupo de criminosos roubou uma retroescavadeira da Prefeitura de Tamarana e destruiu as duas únicas agências bancárias na cidade. O grupo roubou quatro caixas eletrônicos, o cofre de uma das agências e atirou em várias direções durante a fuga para assustar os moradores (PORTAL G1/PR, 2015d).

Em 2010, segundo o censo do IBGE (2010), a população total de Tamarana era de 12.262 habitantes. O Gráfico 25 apresenta os dados de população total, urbana e rural de 1991 a 2010, em Tamarana; para o censo de 1991 considerou-se Tamarana como distrito de Londrina. Já o Gráfico 26 demonstra a variação demográfica da população total, rural e urbana em Tamarana em cada setor, no mesmo período, tomando 1991 como “ano-base” (valor: 0%) e comparados os dados de um ano com os do anterior e em todo o período de 1991 a 2010. Eles expressam que a consolidação municipal possibilitou um considerável crescimento demográfico em Tamarana. Porém, o poder público local demonstrou uma intensa preocupação, acreditando que o município terá seu primeiro declínio populacional no próximo censo.

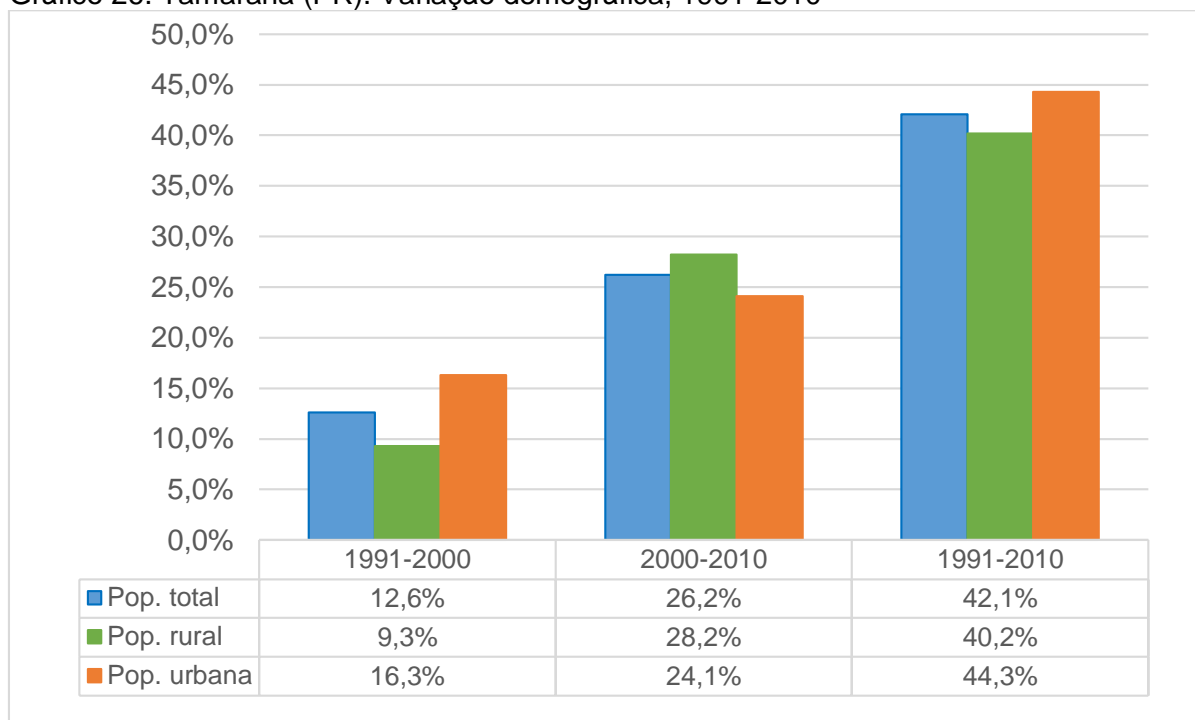
Gráfico 25. Tamarana (PR). População total, rural e urbana, 1991-2010



Nota: Em 1991, ainda como Distrito de Londrina

Fonte: Adaptado dos censos do IBGE

Gráfico 26. Tamarana (PR). Variação demográfica, 1991-2010



Nota: Em 1991, ainda como Distrito de Londrina

Fonte: Adaptado dos censos do IBGE

O primeiro censo de Tamarana como município, em 2000, mostrou que a população total era de 9.713 habitantes, dos quais 51% residiam na área rural. Comparando com 1991, quando Tamarana era um distrito, houve um aumento populacional em todos os setores, especialmente na área urbana que cresceu 16,3%, enquanto a maioria dos municípios perdia população.

Na década seguinte demonstrou um crescimento populacional ainda maior em Tamarana. Em 2010, a população total passou dos 12 mil habitantes, dos quais 52% residiam na área rural e 48% na área urbana. O crescimento demográfico no período de 2000 a 2010 ficou acima de 20% em todos os setores do município, chegando a quase 30% na área rural. Já no período de 1991 a 2010, o crescimento foi superior a 40% na população total, rural e urbana.

É fundamental esclarecer que esse aumento de população rural é, na verdade, relativo, já que engloba pelo menos quatrocentos moradores que são urbanos. Eles compõem o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e estão residindo em um espaço ocupado a menos de duzentos metros da área urbana, mas fora do perímetro urbano, que está na justiça. Esses moradores são computados como população rural.

Na área rural de Tamarana, segundo o poder público local, existem inúmeros problemas de violência. A extensão, o acesso difícil, a insuficiência de policiais e de serviços públicos e a dificuldade de convencimento de as vítimas denunciarem são as principais motivações para esses crimes. Além disso, existem questões agrárias, como posse pela terra, áreas ocupadas e limites de terras indígenas. Uma respondente contou que em 1985, enquanto morava na área rural de Tamarana, ainda distrito de Londrina, sua família foi feita refém em um assalto à propriedade. Já um respondente pontuou que em 2016 sua propriedade rural, uma pequena chácara, foi furtada três vezes.

Apesar desse aumento populacional, a rodoviária, retratada na Figura 67, desempenha uma função apenas simbólica no contexto municipal, pois ela fica fechada e só funciona como um ponto de ônibus. É possível perceber que esse equipamento já sofreu depredação, vandalismo e pichação. Não existem empresas e trajetos rodoviários realizados de e para Tamarana, nem para a capital do Estado, Curitiba. Por isso, há um distanciamento, especialmente por esse acesso difícil, da cidade com outros espaços.

Figura 67. Tamarana (PR). Rodoviária, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Oficialmente, nem o acesso até Londrina por ônibus existe. Mas, na informalidade, ele ocorre por meio da linha interurbana de Londrina para o Distrito de Lerroville concedida à Londrisul, empresa privada responsável por trechos na Zona

Sul de Londrina. Essa linha possui poucos horários de saída e chegada, como pode ser observado na Tabela 50, é muito demorada para cumprir todo o itinerário, com média de noventa minutos para cerca de sessenta quilômetros, e a tarifa é elevada, custando R\$ 13,00, em janeiro de 2017, para o trecho Tamarana – Londrina, mesmo ele não sendo oficial.

Tabela 50. Tamarana (PR). Horários de ônibus para Londrina (PR), 2017

Linha 295 – Londrina para Distrito de Lerroville	
Tarifa: R\$ 13,00	
Saída de Londrina	Saída de Lerroville ¹
7:05	5:40
10:00	8:30
13:00	11:30
16:00	14:30
19:00	17:30

Nota: Considerado o horário de saída de Tamarana

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

A Figura 68, retirada do *Google Maps* (2016), mostra os pontos de ônibus localizados a alguns metros do limite municipal de Tamarana e Londrina, inclusive flagrando o ônibus da Londrisul no exato momento em que ele estava dentro da área municipal de Tamarana. Desse ponto, os passageiros caminham, por quase 1,5 quilômetro, até o centro da cidade de Tamarana.

Figura 68. Tamarana (PR). Pontos de ônibus para acesso a Londrina, 2016



Fonte: *Google Maps* (2016)

Apesar da inexistência de qualquer menção sobre Tamarana no site oficial da Londrisul – todas as informações foram coletadas em Tamarana e por meio de telefonemas para a empresa –, foi possível observar ônibus da Londrisul circulando em Tamarana. Esse cenário corrobora a influência seletiva de Londrina em Tamarana, por meio da articulação de transporte ineficiente e desastrosa, especialmente para os moradores que precisam ir a Londrina para usar os serviços que Tamarana não consegue promover.

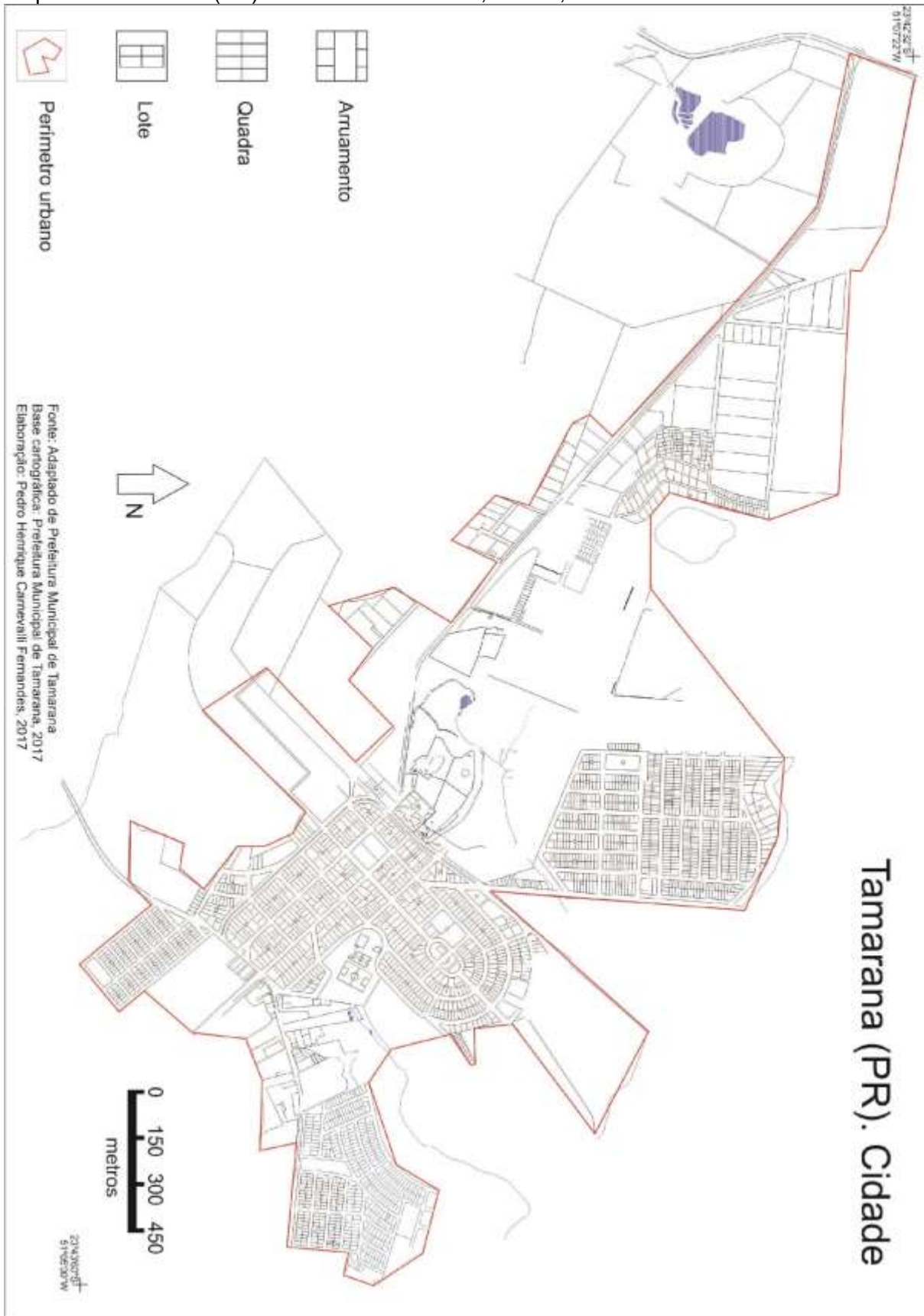
Por isso, independente da questão do acesso ao transporte, essa prática estabelecida pela empresa é, no mínimo, questionável, uma vez que corresponde à uma linha que deveria ser intramunicipal, restrita ao município de Londrina, e está operando como uma rede intermunicipal. Enquanto tem essa conduta, deixa de investir em uma linha confortável, com agilidade, horários adequados, qualidade e preço justo, que pudesse atender os moradores de Tamarana – e demais interessados – no acesso a Londrina, à Capital e outras localidades da região.

Além disso, o município de Tamarana compõe a Região Metropolitana de Londrina e, portanto, deveria participar dos serviços de transportes metropolitanos, inclusive os integrados. Por sinal, segundo a Prefeitura Municipal, fazer parte da Região Metropolitana de Londrina só trouxe um benefício para Tamarana: participar do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. Fora isso, o município não foi contemplado com nenhuma integração ou benefício por pertencer à região. Não há vantagem. Isso demonstra que Londrina busca a influência sobre as demais áreas, porém, isso é seletivo, atingindo apenas alguns setores e perspectivas.

Assim como diversas cidades da região, Tamarana teve sua planta urbana inicial planejada. O Mapa 44 demonstra a planta urbana e a morfologia de Tamarana. Porém, atualmente, a cidade tem cinco áreas que fogem dessa lógica, como se observa na imagem de satélite (Figura 69) de Tamarana, em 2016.

Ao Norte da área central, há um grande loteamento que surgiu na década de 2000 (Figura 70). Nas porções Nordeste e Sul também existem espaços de urbanização recente. O loteamento a Leste já chegou ao cemitério municipal e corresponde a uma área de expansão para a elite. A maior descontinuidade urbana ocorre a Oeste, no sentido para a PR-445, a 1,5 quilômetro do centro comercial, com um loteamento, predominantemente, de baixo poder aquisitivo. É fundamental retomar que a inexistência de transporte público municipal obriga inúmeros habitantes se deslocarem como pedestres por extensões e declividades significativas.

Mapa 44. Tamarana (PR). Distrito de Tamarana, cidade, 2017



Fonte: Adaptado de Tamarana (2017)

Figura 69. Tamarana (PR). Imagem de satélite da cidade, 2016



Fonte: *Google Earth* (2016)

Figura 70. Tamarana (PR). Urbanização descontinuada da área central, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Na sequência, os resultados transitam pela realidade de Tamarana a partir da influência de Londrina no seu cotidiano local. Em diversos setores e práticas sociais, a pequena cidade se assemelha com a metrópole. Nas perspectivas da violência e da insegurança objetiva, o vínculo é maior ainda. Todavia, existem contextos em que não há esse vínculo metropolitano; nessas lacunas, também, existem violência e medo.

6.2 Influência e abandono: as percepções da contemporaneidade de Tamarana

Em Tamarana, é possível perceber a influência de Londrina no cotidiano local, seja nas relações materiais existentes, como a Comarca, o serviço de saúde, de educação superior, etc., seja no imaginário, como a metrópole que tem serviços e possibilidades de consumo, oportunidades de trabalho, além do *status* de se morar em uma cidade maior, entre outros benefícios. É, efetivamente, entre as três cidades com trabalho empírico, a mais influenciada por uma cidade vizinha.

Por outro lado, existe o abandono e a precarização de uma série de serviços, como o de transporte (público e metropolitano), ensino superior e segurança pública. Segundo a síntese de um respondente, “se viver em Tamarana, vive em qualquer lugar do mundo”. Essa expressão tem muita significância por demonstrar a dificuldade que inúmeros habitantes passam no seu cotidiano, inclusive quanto aos direitos mais básicos.

Entender o contexto da violência e da insegurança objetiva em Tamarana é transitar pelas urbanidades e pelo contexto urbano em totalidade. Nesse sentido, o Quadro 30 apresenta uma breve descrição dos serviços e equipamentos em Tamarana. O detalhamento de alguns aparece nesta parte a partir do seguinte procedimento metodológico: as reflexões e as produções cartográficas associam as análises dos questionários com a situação atual de cada equipamento, serviço e contexto urbano. Em Tamarana, foram aplicados 82 questionários no total, considerando moradores e agentes públicos, como já explicado nesta tese.

O contato com o poder público local possibilitou conversar com o prefeito municipal, três vereadores e três secretárias municipais (Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde). Além deles, foram aplicados questionários aos responsáveis pela Polícia Militar de Tamarana, Conselho Tutelar, Cras e Serviço Especializado de Assistência Social (Seas).

No caso da Polícia Civil, a conversa ocorreu no 6º Distrito Policial de Londrina, responsável por Tamarana. Por isso, as análises quantitativas e qualitativas desta parte são resultado dos questionários aplicados na população local, das informações coletadas com os gestores, das bases teóricas acerca do tema e dos dados secundários sobre o município.

Quadro 30. Tamarana (PR). Relação de serviços e equipamentos urbanos, 2017

Serviços	Descrição
Agências bancárias	Duas agências: um banco público e outro privado
Bombeiro	O município pertencente à área de atuação do 3º Grupamento de Bombeiros de Londrina
Comunicação	Uma emissora de rádio. Inexiste emissora de televisão. Existe internet, e o sinal de telefonia é suficiente na cidade
Correios	Uma agência
Polícia Civil	A delegacia de Polícia Civil está abandonada, depredada e pichada. O município depende do 6º Distrito Policial de Londrina, que pertence à 10ª Subdivisão Policial de Londrina
Polícia Militar	O Destacamento de Polícia é vinculado à 3ª Companhia de Londrina, do 5º Batalhão de Polícia Militar de Londrina e do 2º Comando Regional de Polícia Militar de Londrina
Cultura	Uma biblioteca
Recreação e lazer	Centro Social com campos, quadras, academia ao ar livre, área de recreação e praças
Saúde	17 unidades, sendo 11 públicas, cinco privadas e uma sem fins lucrativos. Destaque para um hospital, três UBS e um centro de especialidade; são 21 leitos, todos pelo SUS
Educação e ensino	São 2.574 estudantes, dos quais 55% na rede estadual, 36% na municipal e 9% na privada. Inexiste ensino superior. A evasão escolar no ensino fundamental (anos finais) era de 12% e a taxa de reprovação nesse ciclo era 25%. As taxas de distorção entre a série e a idade são de 44% no fundamental anos finais e 33% no ensino médio
Equipamentos estaduais ou federais	Estaduais: Escritório municipal da Emater e agências da Copel e da Sanepar. Federais: Posto de Cadastramento do Ministério do Desenvolvimento Social
Judiciário	Vinculada à 5ª Seção Judiciária – Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina. Composta por Fórum, Juizado Especial Civil, Criminal e da Fazenda Pública, Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos presídios, Vara Cível, Vara Criminal, Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher, Vara de crimes contra crianças, adolescentes e idosos, Vara de família e sucessões, registros públicos e corregedoria do foro extrajudicial, Vara de família e sucessões e acidentes do trabalho, Vara da infância e da juventude, Vara de adolescentes em conflito com a lei, Vara de execução de penas e medidas alternativas, Vara da fazenda pública, Vara de execuções fiscais, Ofício de distribuidor, contador, partidor e depositário público, Ofício do avaliador judicial, Centro Judiciário de soluções de conflitos e cidadania e Ministério Público
Rodoviária	Londrisul, por meio da linha Londrina-Lerrovile.
Saneamento Básico	92% das unidades atendidas - Abastecimento de água 82% das unidades atendidas – Esgoto 58% das unidades atendidas – Coleta de lixo
Serviços funerários e IML	Um cemitério e a presença de serviços funerários municipais e particulares. O IML responsável é o de Londrina
Transportes	Apenas o transporte escolar

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

A base econômica de Tamarana se sustenta pelos setores terciário (44%) e primário (34%), que concentram quase 80% da economia local (IPARDES, 2017). A Figura 71 apresenta uma das ruas principais de Tamarana, na área central, demonstrando espaços comerciais e de serviços. Na cidade, existe apenas uma avenida. No campo, 63% da área plantada no município estava, em 2015, com soja, e 24% com trigo, atingindo 87% da área com plantação (IPARDES, 2017). Já na pecuária, 82% do efetivo de animais do município, em 2015, era de galináceos e, 15% de rebanho bovino, totalizando 97% do efetivo (IPARDES, 2017).

Figura 71. Tamarana (PR). Rua Arlindo Pereira de Araújo, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

A área comercial de Tamarana é responsável por 38% dos estabelecimentos econômicos do município, enquanto os serviços aparecem com 22%, somando 60% do total (IPARDES, 2017). Os estabelecimentos agropecuários, com 27%, os industriais, com 9%, e a construção civil, com 4%, completam os estabelecimentos econômicos de Tamarana.

Nos serviços, os ramos de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão, televisão, transporte e comunicação concentram 70% dos estabelecimentos locais (IPARDES, 2017). As demais modalidades são raras, não passando de cinco unidades, demonstrando o poder influenciador dos serviços de Londrina na pequena cidade de Tamarana.

Assim como em Figueira, a área urbana de Tamarana apresenta relativa homogeneidade quanto à urbanização, ou seja, poucas diferenças na urbanização. Porém, as realidades são em sentidos opostos: enquanto Figueira apresentava problemas urbanos de infraestrutura visível, como ausência de pavimentação asfáltica, rede de esgoto, calçamento, iluminação pública, etc., em Tamarana essa infraestrutura existe e apresenta relativa qualidade. Além disso, a área urbana possui diversos espaços públicos. Os problemas urbanos, que se mostraram invisíveis, se voltam para a qualidade dos serviços prestados e o uso dos espaços públicos.

Por isso, a situação requer mais cautela, e as reflexões precisam de profundidade, visto que o espaço urbano apresenta uma paisagem que expressa uma realidade aparentemente adequada, semelhante ao encontrado em Iporã. Contudo, diferente da cidade da faixa de fronteira, em Tamarana as áreas com vulnerabilidade social não sofrem com o problema de infraestrutura, como falta de asfalto e de saneamento básico, com exceção do espaço ocupado pelo MTST que está na justiça e não apresenta, atualmente, a mínima condição de sobrevivência.

Diante desse contexto, há em Tamarana uma difusão da percepção da violência em toda a área municipal, não sendo reconhecida ou associada à determinado bairro, loteamento ou segmento populacional. Isso, igualmente, influencia na questão da formação e atuação de grupos organizados de tráfico de drogas que são bem visíveis em Tamarana e aproveitam da difusão da violência para se inserir no ambiente urbano, inclusive entre os moradores mais abastados e no comércio formalizado.

A vida noturna em Tamarana é tão silenciosa quanto as de Iporã e Figueira, tanto nas relações sociais como nas de consumo. Não existem estabelecimentos culturais e são poucos os espaços para alimentação que funcionam no período noturno. Em Tamarana, há seis lanchonetes e duas padarias que atendem após o horário comercial. Existem muitos bares e botecos espalhados por toda a cidade.

É, sem dúvida nenhuma, a tipologia de estabelecimento comercial mais numerosa entre todos existentes em Tamarana. Além disso, em nenhum momento do trabalho de campo foi possível observar um desses espaços vazios. Por isso, o único posto de combustível da cidade atende apenas em horário comercial e inexistente o hábito de se ouvir música (som automotivo) e de bebida, como característico de inúmeras cidades brasileiras.

A proprietária de um desses bares em Tamarana relatou que, recentemente, sofreu uma tentativa de homicídio por ter sido confundida com a proprietária de um outro bar da cidade, que tinha se mudado para Tamarana vinda de outro Estado brasileiro. Segundo ela, um homem chegou ao seu estabelecimento alegando que haviam encomendado a morte dela. Ela, então, desesperada e auxiliada pelo seu esposo, tentou convencer o homem de que ela era de Tamarana e não era a referida pessoa. O que a salvou de ser morta, no meio de uma tarde em um dia da semana, foi a passagem de uma viatura da Ronda Tática Motorizada (Rotam) da Polícia Militar de Londrina que estava atuando em Tamarana naquele dia. O acusado foi autuado em flagrante e, segundo a comerciante, está preso em Londrina.

Esse relato sintetiza inúmeros outros que surgiram vinculados aos bares de Tamarana. Diversos respondentes criticaram a presença desses estabelecimentos comerciais, pois são espaços em que diariamente há brigas e desavenças e não são incomuns ameaças, esfaqueamentos, tiroteios e homicídios. Além disso, segundo moradores, muitos desses bares funcionam como pontos de tráfico de drogas. Quanto a isso, é um contexto diferente de Figueira, em que os pontos de tráfico estavam, principalmente, em espaços considerados marginalizados.

Em Tamarana, segundo alguns respondentes, os espaços de venda estão camuflados em espaços comerciais, até mesmo no centro da cidade. Esses espaços retratam que os componentes do tráfico não são apenas forasteiros, estão entre os seus residentes, independente da condição social. Os bares proporcionam mais uma problemática em Tamarana: a violência doméstica. Alguns relatos de respondentes mencionaram que muitos dos frequentadores bebem além do suportado e agredem suas esposas e filhos ao chegarem em casa. A gravidade disso se potencializa pelo alto índice de subnotificação, motivado pelo descrédito na Polícia Militar local e pelo difícil acesso à Delegacia de Polícia Civil em Londrina.

Na perspectiva social, Tamarana demonstra uma lógica semelhante à da urbanização e, também, precisa de uma verticalização da reflexão sobre a presença de diversos espaços públicos. Essa existência não proporciona a efetivação do seu uso, nem a sociabilidade positiva que esta tese tem defendido desde seu início. A maioria dos espaços públicos de Tamarana está abandonada, depredada e pichada, como retratam as Figuras 72 e 73. Essas pichações espalhadas pela cidade não são grafites, com manifestações culturais e arte, mas, sim, possuem trocas de ofensas, inclusive políticas.

Figura 72. Tamarana (PR). Espaço público abandonado e depredado, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Figura 73. Tamarana (PR). Espaço público depredado e pichado, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Inicia-se a análise dos resultados dos questionários com o local de nascimento dos respondentes de Tamarana: 29,3% nasceram no município, 30,5% em Londrina e 40,2% em outras localidades. Esses dados baixos de tamaranenses nativos e a alta proporção de respondentes nascidos em Londrina refletem o pouco tempo de emancipação política, a influência atual de Londrina e a péssima condição do serviço público de saúde de Tamarana. Além de Tamarana e Londrina, os respondentes

citaram mais 26 municípios como locais de nascimento em cinco Estados: Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. Entre essas localidades, nenhuma superou 4% dos respondentes.

Os próximos parágrafos apresentam a relação dos respondentes com o município e a cidade. Por isso, as duas primeiras indagações buscaram elencar os aspectos positivos (“O que mais gosta”) e negativos (“O que mais falta”) em Tamarana. Em ambas, o respondente foi estimulado a citar duas características, mas pôde fazer mais ou menos considerações.

Nesse sentido, a Tabela 51 apresenta os elementos que mais agradam os respondentes de Tamarana. No total, foram 138 citações, média de 1,7 por respondente. Nos extremos das respostas, vinte (24,4%) não gostam de “nada” enquanto apenas um (1,2%) gosta de “tudo” em Tamarana.

Tabela 51. Tamarana (PR). Elementos positivos, 2017

Elemento	%
Acolhimento/Amigos/Amizades/Família/Pessoas/População/Povo	21,7
Água/Clima/Natureza	20,3
Nada	14,5
Tudo perto	12,3
Agricultura/Área rural/Sítio	4,3
Igreja	4,3
Casa	3,6
Conhecimento/Professores/Serviço de educação	2,9
Serviço de saúde	2,9
Comércio	2,2
Turismo	2,2
Localização	1,5
Qualidade de vida	1,5
Outros	5,8
Total	100,0

Nota: Consideradas as citadas, no mínimo, duas vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

As expressões “acolhimento, amigos, amizades, família, pessoas, população e povo” representaram 21,7% das citações, seguidas pela “água, clima e natureza” com 20,3%. A citação “nada” representou 14,5% do total, ficando à frente de vários pontos positivos. Outras expressões se destacaram: “tudo perto” (12,3%), “agricultura, área rural e sítio” (4,3%) e “localização” (1,5%).

Em contrapartida, a Tabela 52 elenca os elementos que menos agradam os respondentes de Tamarana. No total, foram 182 citações (32% a mais que as com

aspectos positivos), com média de 2,2 por respondente; oito respondentes sintetizaram em expressões extremas: quatro (4,9%) citaram “nada” e quatro (4,9%) consideraram “tudo” no município de Tamarana.

Tabela 52. Tamarana (PR). Elementos negativos, 2017

Elemento	%
Segurança/Combate à violência	28,6
Serviço de saúde	21,4
Geração de emprego/Geração de renda/Oportunidades/Trabalho	13,7
Esporte/Lazer	6,0
Asfalto/Estrada/Infraestrutura	3,8
Serviço de educação superior	3,4
Serviço de educação	2,7
Limpeza	2,7
Nada	2,2
Tudo	2,2
União entre os moradores	2,2
Indústrias	1,7
Saneamento básico	1,7
Serviço de cultura	1,1
Investimento público/Políticas públicas	1,1
Policiamento	1,1
Outros	4,4
Total	100,0

Nota: Consideradas as citadas, no mínimo, duas vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

As duas primeiras considerações, “segurança e combate à violência” e “serviço de saúde”, somaram 50% das citações. A segurança esteve em quase 60% dos respondentes. A “geração de emprego, geração de renda, oportunidades e trabalho” apareceu em 13,7% das citações. Outros destaques: “lazer” (6%), “ensino superior” (3,4%) e “policiamento” (1,1%).

Uma crítica de um respondente foi “honestidade na política”. A política local em Tamarana é conflituosa, pela existência de dois grupos políticos, e geradora de violência. No último período eleitoral, segundo alguns respondentes, houve agressões verbais e físicas entre os grupos que disputaram a eleição municipal. Tais embates nada têm a ver com questões partidárias ou ideológicas, mas ligam-se à pessoalização dos envolvidos e das famílias que buscam o poder local.

No final de 2016, moradores da cidade e índios da aldeia Água Branca de Tamarana realizaram uma manifestação na sede do Ministério Público do Paraná em Londrina para protestar contra a lentidão no julgamento dos processos, que se

arrastam há mais de cinco anos, contra um ex-prefeito que, na última eleição, foi eleito e retornou ao cargo do Executivo local (PORTAL G1/PR, 2016). O prefeito é acusado de envolvimento em um esquema de corrupção ocorrido em 2011 e pôde concorrer na última eleição por ser considerado ficha limpa (PORTAL G1/PR, 2016).

Em 2011, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) recolheu documentos na Prefeitura Municipal e em domicílios particulares em Tamarana, gerando quatro propostas de ações por supostas irregularidades em contratos de transporte, alimentação, limpeza pública e saúde, que, segundo a promotoria, teriam alcançado um desvio de R\$ 7 milhões (PORTAL G1/PR, 2016).

A Tabela 53 destaca os resultados acerca do trabalho e do emprego entre os respondentes de Tamarana. Os resultados revelaram que 61% trabalhavam, sendo 92% deles em Tamarana e 8% em Londrina, e 39% não estavam trabalhando. Desconsiderando os aposentados, os desocupados representaram 25,6% dos respondentes, valor muito elevado.

Tabela 53. Tamarana (PR). Trabalho, 2017

	%	Gênero	Faixa Etária	Homens	Mulheres
Não	39,0	Homens	18 a 29 anos	27,8%	14,3%
		56,2%	30 a 39 anos	16,7%	7,1%
			40 a 49 anos	5,5%	14,3%
			Mulheres	50 a 59 anos	22,2%
		43,7%	60 anos ou mais	27,8%	42,9%
			Total		100,0%
Sim, em Tamarana	57,0	Homens	18 a 29 anos	27,3%	40,0%
		46,8%	30 a 39 anos	22,7%	28,0%
			40 a 49 anos	31,8%	24,0%
			Mulheres	50 a 59 anos	9,1%
		53,2%	60 anos ou mais	9,1%	-
			Total		100,0%
Sim, fora de Tamarana	4,0	Homens	18 a 29 anos	50,0%	-
		66,7%	30 a 39 anos	50,0%	100,0%
			40 a 49 anos	-	-
			Mulheres	50 a 59 anos	-
		33,3%	60 anos ou mais	-	-
			Total		100,0%
Total	100,0				

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Quanto ao gênero, os homens eram a maioria (56,2%) dos respondentes que não estavam trabalhando, sendo predominantemente da faixa etária de 18-29 anos (27,8%). Isso demonstra a dificuldade de emprego entre os homens mais novos. Entre

as mulheres, as taxas de desemprego não passaram de 15%, desconsiderando as aposentadas. No caso dos empregados em Tamarana, quase 54% eram mulheres. Entre elas, 40% tinham entre 18-29 anos e 28% entre 30-39 anos. Isso significa que as mulheres têm mais facilidade de conseguir emprego em Tamarana do que os homens. Entre os homens que estavam trabalhando, quase 32% possuíam entre 40-49 anos de idade. Apenas 4% do total de respondentes trabalhavam fora de Tamarana, sendo todos eles em Londrina.

Segundo a Prefeitura Municipal, não há disponibilização de transporte para levar trabalhadores de Tamarana para Londrina e, atualmente, cerca de 35 servidores concursados pelo município residem em Londrina. Esses funcionários vão, diariamente, para Tamarana por meio de um micro-ônibus, contratado em conjunto por um grupo de servidores, ou veículos particulares. Esse patamar é maior, pois não considera os servidores estaduais e federais, como funcionários do banco, correios e professores.

Segundo o Ipardes (2017), o município possuía 47,2% dos habitantes em População Economicamente Ativa, em 2010, ou seja, pertencentes ao subgrupo da população em idade ativa (dez anos ou mais de idade) que estavam desenvolvendo alguma atividade de forma contínua e regular ou, por não estarem ocupados, se encontravam procurando trabalho no período. A Tabela 54 demonstra a população ocupada, em 2010, que era de 5.599 pessoas, por atividade econômica, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae Domiciliar 2.0).

Tabela 54. Tamarana (PR). População ocupada por atividade econômica, 2010

Atividade econômica	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	40,8
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	10,4
Indústria de transformação	8,1
Serviços domésticos	6,4
Construção	4,7
Educação	3,6
Administração pública, defesa e seguridade social	2,9
Saúde humana e serviços sociais	2,2
Transporte, armazenagem e correio	2,2
Outras ou não especificadas	18,7
Total	100,0

Fonte: Adaptado de Ipardes (2017)

O setor primário, entendido pela agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura, concentrava quase 41% da população ocupada de Tamarana e tinha larga vantagem sobre o segundo setor, o comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, que apareceu com 10,4%. Apenas outros oito setores somaram mais de 2% da população ocupada. Isso corrobora a perspectiva do problema de geração de emprego e renda em Tamarana. Um total de 12% da população ocupada desempenhava uma função mal especificada, segundo o Ipardes (2017). Os serviços domésticos, com 6,4%, apareceu com um valor elevado, superando até a administração pública, defesa e seguridade social, que não chega a 3% em Tamarana, antagonicamente aos casos de Iporã e Figueira.

Já os números de postos de trabalho apresentados pelo Ipardes (2017), a partir da Relação Anual de Informações Sociais, que corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos em 2015, demonstraram outro cenário: o número de empregos em Tamarana era de 1.963, o que corresponde a 35% da população ocupada e apenas 16% da população municipal.

Entre os postos de trabalho listados: 38,2% estavam nos serviços (dos quais 57% na Administração Pública direta e indireta, 34% em alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão e 9% nos demais); 23,8% dos postos estavam na agropecuária, que considera agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca; 20,4% na indústria (sendo 98% na de transformação – entre elas, 35% metalúrgica e 23% em papel, papelão, editorial e gráfica); 14,2% no comércio (abarcando 64% dos empregos no setor varejista); e 3,4% na construção civil.

É relevante pontuar que, em janeiro de 2016, o período chuvoso provocou enchentes em diversos pontos do município e da cidade, sendo responsável pela destruição total do único estabelecimento de papel e papelão, responsável por 23% dos postos de emprego em Tamarana, segundo o Ipardes (2017). Esse estabelecimento era o maior empregador no município. Um ano após essa inundação, na realização do trabalho de campo desta tese, a empresa ainda não havia se recuperado e esses empregos não existiam mais, agravando a questão do desemprego, da renda e da qualidade de vida em Tamarana.

Considerando a média dos postos de empregos por estabelecimentos econômicos, apresentados pelo Ipardes (2017) a partir da base Rais de 2015, a indústria empregava, em média, 18 trabalhadores por estabelecimento, seguida pelo

serviço, com 14 postos por unidade. O comércio, apesar de apresentar a maior quantidade de estabelecimentos, concentrando quase 40% do total do município, gerava apenas três empregos por unidade, a pior média. Alguns grupos de estabelecimentos tinham médias consideráveis de postos de empregos: 34,5 para metalúrgica e 21,5 para têxtil, do vestuário e artefatos de tecido.

Os dois estabelecimentos da Administração Pública possuíam, em média, 212,5 empregos. Assim, embora não apareçam como grandes empregadores dentro da população ocupada do Cnae (3%), se destacam nos postos de empregos do Rais. A Figura 74 retrata a Prefeitura Municipal de Tamarana, em azul, e a Câmara Municipal de Vereadores, à direita da imagem e em tom amarelo, em 2017. Na frente de ambas é possível observar mais um espaço público pouco cuidado e pichado.

Figura 74. Tamarana (PR). Prefeitura Municipal e Câmara Municipal, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Esses dados de ocupação e de emprego convergem com a sustentação econômica do município voltada ao setor primário, especialmente plantação de soja e de trigo. Por isso, os estabelecimentos agrícolas, como as cooperativas, as indústrias de fertilizantes, de sementes, etc., têm papel significativo em Tamarana. Nesse sentido, a Figura 75 apresenta uma indústria de insumos agrícolas, em 2017, e a Figura 76, uma imagem de satélite de estabelecimentos agrícolas na entrada de Tamarana, em 2016, próximo ao trevo da PR-445 com a PR-980.

Figura 75. Tamarana (PR). Estabelecimento agrícola, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Figura 76. Tamarana (PR). Imagem de satélite de estabelecimentos agrícolas, 2016



Fonte: Google Earth (2016)

Esses resultados acerca da geração de emprego em Tamarana demonstram que o problema de emprego assinalado pelos respondentes é grave, até mais profundo que nas outras duas pequenas cidades, mesmo comparando com Figueira, que tem quase quatro mil habitantes a menos e é economicamente mais pobre que Tamarana. Apesar de 60% dos respondentes estarem trabalhando no período de

aplicação dos questionários, a taxa de desempregado atingiu quase 26% dos respondentes, especialmente os homens entre 18-39 anos. As bases de trabalho e emprego mostraram cenários alarmantes, com menos de 5.600 pessoas ocupadas e menos de dois mil postos de trabalho no município, dos quais 21% estavam na administração pública e 24% na área rural.

O que potencializa essa preocupação com a geração de emprego e renda em Tamarana é a ausência de possibilidades para essa mudança de cenário. Não existe por parte do poder público local, em suas diferentes escalas e secretarias, projeto de geração de renda e emprego, como reciclagem, panificadora comunitária, horta e fruticultura comunitária ou costura e vestuário comunitários, sequer a oferta de capacitação. Inexiste, também, a possibilidade de fazer um ensino superior no município, como é abordado adiante. Assim, parece utópico acreditar no rompimento dessa situação problemática de geração de emprego e renda. Porém, é preciso uma mobilização pública para transformar esse cenário.

Com relação aos níveis de escolaridade dos respondentes de Tamarana, 11% se declararam sem estudo e 18,3% não terminaram o ensino fundamental. Assim, quase 30% deles tinham uma escolaridade muito baixa, enquanto os demais 70,7% concluíram o ensino fundamental. O ensino médio foi uma etapa superada por 58,5% dos respondentes de Tamarana. Apesar disso, apenas 9,7% concluíram o ensino superior e apenas 2,4% tinham pós-graduação.

A escolaridade responde, em parte, o motivo de as mulheres sofrerem menos com o desemprego em Tamarana. Elas têm mais anos de estudos do que os homens, segundo análise dos questionários aplicados. A maioria dos respondentes com graduação, 63%, eram mulheres. Apenas uma respondente com menos de 29 anos em Tamarana não havia completado o ensino médio, enquanto entre os homens, da mesma idade, o valor chegou a três. A ausência de alfabetização entre os mais velhos também é um problema em Tamarana, já que apenas 7,7% dos respondentes com 60 anos ou mais terminaram o ensino médio e, 30,8% deles, o ensino fundamental.

Segundo o Ipardes (2017), Tamarana tinha, em 2015, 2.574 alunos frequentando estabelecimentos de ensino no município, dos quais 98% estavam no ensino regular, 1,2% na educação especial e 0,8% na educação de jovens e adultos. Esse valor representava 21% da população municipal. Entre os estudantes, 73% estavam no ensino fundamental, 15% no ensino médio e 12% na educação infantil. Como não existe ensino superior em Tamarana, o valor apareceu zerado. Além disso,

55% dos alunos estavam matriculados na rede estadual de ensino, 36% na rede municipal e 9% na rede particular. A rede estadual de ensino se limita, em Tamarana, a apenas uma escola para mais de 1,4 mil alunos.

A taxa de analfabetismo em Tamarana atingiu, em 2010, quase 16% das pessoas com 15 ou mais anos de idade, valor superior à taxa de 6,3% do Estado do Paraná; considerando as pessoas com 50 anos ou mais de idade, a proporção de analfabetos salta para 34%, exatamente o dobro da taxa paranaense (IBGE, 2010). É fundamental pontuar que o IBGE (2010) considera analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam seu nome, incluindo as pessoas que aprenderam a ler e escrever, porém esqueceram.

A evasão escolar em Tamarana também apresentava um cenário pior que a do Estado do Paraná, segundo informações do IparDES (2017). No ensino fundamental (anos finais), a evasão era, em 2015, de 12% em Tamarana, contra 2,8% no Paraná, ou seja, quatro vezes maior. Além disso, a taxa de reprovação nesse ciclo era de quase 25% dos matriculados (IPARDES, 2017). Já no ensino médio, essa evasão escolar atingia 9,2% em Tamarana, contra 6,4% no Estado (IPARDES, 2017).

Além disso, as taxas de distorção entre a série e a idade são alarmantes: 44% no fundamental (anos finais) e 33% no ensino médio. Por isso, alguns índices que medem a educação estão baixos no município. O índice IparDES para educação foi, em 2013, de 0,55, sendo que quanto mais próximo de 1,00 maior é o nível de desempenho do município em educação, ou seja, Tamarana apresentou um médio baixo desempenho; já o IDH educação, em 2010, foi 0,46, classificado como muito baixo (IPARDES, 2017).

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Tamarana, a maior preocupação na educação municipal estava em atender as crianças na rede, já que várias delas estão fora da sala de aula, tornando-se mais vulneráveis. Em 2017, eram apenas cinco escolas municipais, sendo duas para o ensino infantil e três para o ensino fundamental, anos iniciais. Nessas escolas, a secretaria vem enfrentando inúmeros problemas de violência e insegurança objetiva e tem solicitando, constantemente, a presença da Polícia Militar no período de saída das aulas. Porém, como são apenas dois policiais e uma viatura, raramente a solicitação é atendida. Só em 2016, as escolas municipais foram furtadas 18 vezes. O número de brigas entre alunos é incontável, segundo a secretaria.

Um caso que exemplifica essa situação foi narrado com muita indignação por uma respondente: sua filha apanhou na escola simplesmente por ter jogado vôlei durante uma aula de educação física. Segundo ela, o professor dividiu as meninas em times e propôs um revezamento nos jogos. Então, um time de meninas que não queria deixar de jogar ameaçou as demais alunas caso elas entrassem para o próximo jogo. A filha da respondente não acreditou que aquela ameaça fazia sentido e convenceu o seu time a jogar, enquanto as demais esperaram. Essas meninas agrediram a filha da respondente na saída da escola. A respondente não notificou a polícia por acreditar que não resolveria nada e só deixaria as agressoras com mais raiva de sua filha.

Atualmente, a Secretaria de Educação é responsável pelo único projeto educacional e social em Tamarana: Projeto Educando, brincando e formando cidadão, apresentado na Figura 77 e que está localizado no centro social, no centro da cidade. Esse projeto nasceu em 1998 pela Secretaria de Assistência Social em parceria com as Secretarias de Saúde e de Educação, após o município perceber o alto índice de crianças e adolescentes em situações de risco (trabalho infantil, violência doméstica, usando ou traficando drogas ilícitas).

Figura 77. Tamarana (PR). Projeto Educando, brincando e formando cidadão, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Por isso, o projeto é voltado às crianças e aos adolescentes na faixa etária de sete a 17 anos. Atualmente, ele funciona junto com o calendário letivo da rede municipal de educação. Assim, nos meses de fevereiro e março de 2017, a Secretaria

de Educação irá matricular as crianças e adolescentes conforme a demanda e, depois, reorganizar as atividades do projeto.

Só esse projeto é muito pouco. Os problemas vão se somando em Tamarana, e o resultado no final é uma realidade alarmante quanto à segurança. Parte disso remete à inexistência, no período de realização do trabalho empírico, de uma Secretaria Municipal de Cultura e, principalmente, de espaços culturais e projetos culturais, como música, dança, teatro, fantoche, entre outros. O único espaço efetivo de cultura em Tamarana é uma biblioteca construída em parceria com a rede privada de ensino e retratada na Figura 78. Esse espaço, embora agradável e atrativo, está completamente desconectado da área urbana, próximo dos estabelecimentos agrícolas e do trevo da PR-445 com a PR-980, a quase três quilômetros do centro de Tamarana, e, pela ausência de transporte público, é muito pouco frequentado pela população local.

Figura 78. Tamarana (PR). Biblioteca, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

O resultado de todo esse cenário é muitos jovens nas ruas, desempregados, sem escolaridade e em vulnerabilidade social. Além disso, segundo um respondente, Tamarana teve, nos últimos anos, dez casos de suicídios, especialmente de jovens. Essa quantificação não foi confirmada pela Secretaria Municipal de Saúde que apenas reconheceu a existência de casos.

Consultando o banco de dados do Datasus sobre mortes por causas externas por motivo de lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio), observou-se que entre 1996 e 2012, período disponível para consulta, Tamarana teve 11 ocorrências, sendo seis delas após 2007. Como ainda não existem dados após 2012, fica difícil mensurar a situação. Apesar disso, considerando os anos de 2011 e 2012, a taxa de suicídio em Tamarana seria, respectivamente, de 16,3 e 8,2 por grupo de cem mil pessoas. Esses valores são alarmantes ao considerar que a taxa mundial, segundo a OMS, para 2012 foi de 11,4 em cem mil, e no Brasil a taxa ficou em 6,0 mortes para cem mil pessoas.

Os serviços de saúde em Tamarana apareceram em segundo lugar em reclamações dos respondentes com 21,4% das citações. O sistema de saúde em Tamarana, segundo o IparDES (2017), é composto por 17 estabelecimentos de saúde, dos quais 11 são públicos (65%), cinco são privados (29%) e um é sem fins lucrativos (6%). Entre os públicos, Tamarana possuía um hospital geral, três unidades básicas de saúde, quatro postos de saúde, um centro de especialidades, além da própria Secretaria Municipal de Saúde e de uma unidade móvel de nível pré-hospitalar, que também contam como estabelecimentos.

O hospital, apresentado na Figura 79, o qual tem muitos problemas de infraestrutura e de pessoal, funciona apenas com atendimentos de clínico geral e urgência e emergência em 24 horas por dia. Em Tamarana, não se realiza nenhum tipo de cirurgia, nem mesmo cesariana. Todos os casos são encaminhados para Londrina. Nem maternidade existe no município. As gestantes que desejarem podem fazer o pré-natal em Tamarana, mas o parto normal ou a cesárea são realizados em Londrina. Ao lado do hospital municipal está localizada uma unidade do Samu. Por isso, algumas ocorrências em cidades da região, como Mauá da Serra, Marilândia do Sul e São Jerônimo da Serra, são deslocadas para o hospital de Tamarana. Apenas nos casos com muita gravidade que o Samu leva para Londrina.

A rede municipal de saúde tem 21 leitos, todos pelo SUS, sendo nove (43%) clínicos, sete (33%) pediátricos, quatro (19%) obstétricos e um (5%) cirúrgico (IPARDES, 2017). Porém, a ausência da obstetra e da cirurgia faz com que esses leitos sejam utilizados para clínica e/ou pediatria. A frota da saúde de Tamarana é composta por três ambulâncias e dois ônibus. Já o atendimento ao público ocorre, em escala, por meio de apenas cinco médicos, sendo três concursados e dois plantonistas, e 11 enfermeiros.

Figura 79. Tamarana (PR). Hospital e Samu, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Já o centro de especialidade, demonstrado na Figura 80, está interditado por problemas de infraestrutura na edificação. Mais uma vez é possível visualizar pichações em espaços públicos. Os atendimentos de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e nutrição foram deslocados para uma unidade básica de saúde, na área central da cidade. Fora essas áreas, existem apenas as especialidades médicas de ginecologia e psiquiatria.

Figura 80. Tamarana (PR). Centro de Especialidades, interditado, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

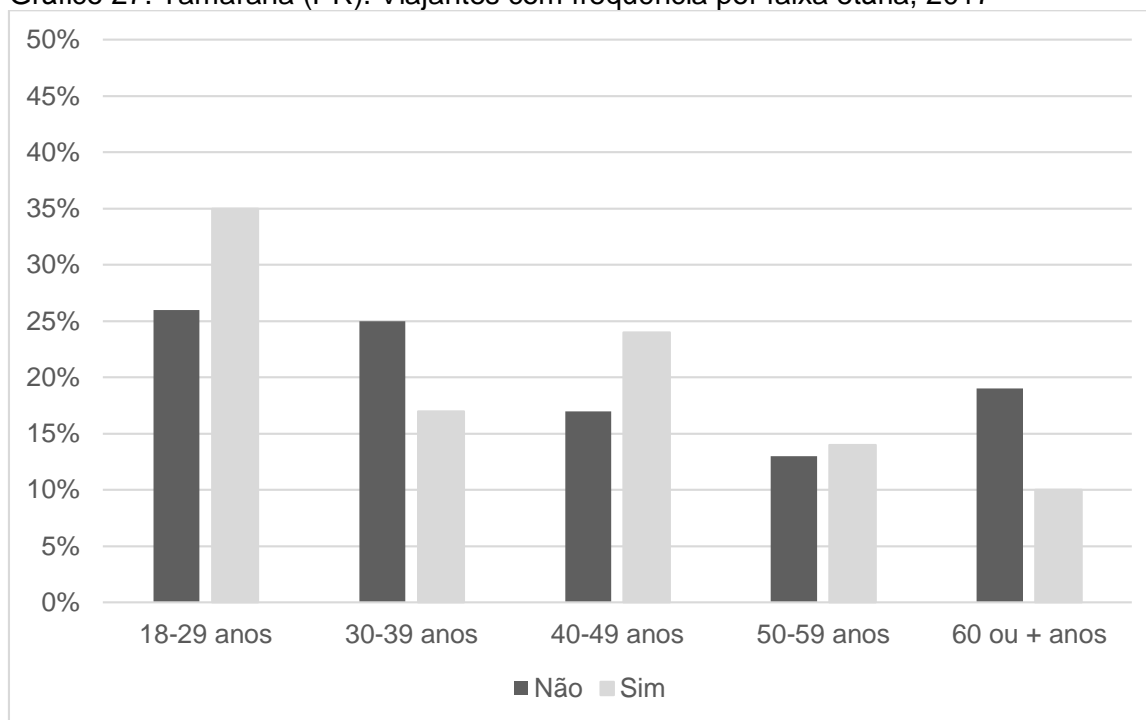
Segundo os dados da secretaria, o sistema municipal público de saúde promove, aproximadamente, 4,2 mil atendimentos por mês, dos quais 57% ocorrem no hospital e 43% em unidades ou postos de saúde. Nesse valor estão consideradas as especialidades, que atualmente são somadas aos atendimentos dos postos. Esse patamar representa um valor razoável, cerca de um terço da população local, ao ser comparado com as quantidades de atendimentos em Iporã e Figueira, que possuem valores mais elevados. Os encaminhamentos para Londrina atingem, em média, 1,5 mil por mês.

As taxas de mortalidade (geral, infantil até um ano e infantil até cinco anos) em Tamarana, para 2015, eram melhores que as taxas do Estado do Paraná. A mortalidade geral era de 5,1 em mil habitantes, a taxa de mortalidade infantil para menores de um ano, em grupo de mil nascidos vivos, era de 5,95, e a taxa de mortalidade infantil para menores de cinco anos, em grupo de mil nascidos vivos, atingia 5,95 de taxa (IPARDES, 2017).

A Secretaria Municipal de Saúde não soube informar quantos adolescentes e/ou jovens de Tamarana são encaminhados, via Central Estadual de Regulação, a Londrina e/ou Rolândia para tratamento de dependentes químicos. Porém, constatou uma situação alarmante semelhante, mas com menor intensidade, com o que acontece em Iporã. Segundo os dados da secretaria, houve, no último ano, uma ampliação na prescrição médica e no consumo de remédios psicotrópicos em crianças e adolescentes. Inclusive as famílias de dois adolescentes conseguiram na justiça o direito ao fornecimento gratuito pela Prefeitura Municipal de um remédio psicotrópico importado e com efeito intenso. O atendimento psiquiátrico no município é realizado uma vez por semana, recebendo 32 pacientes. Essa constatação da secretaria não foi reproduzida por nenhum outro gestor público em Tamarana.

Uma situação que corrobora o entendimento sobre a influência de Londrina e, ao mesmo tempo, a dificuldade de acesso a Tamarana, são as viagens frequentes dos respondentes de Tamarana. Isso também permite avançar sobre a relação do respondente com o município e a cidade. Os resultados mostraram que 35% dos respondentes de Tamarana viajavam com frequência, com proporcionalidade entre os gêneros. Assim, o Gráfico 27 apresenta a proporção de viajantes e não viajantes com frequência por faixa etária dos respondentes, em Tamarana. É fundamental retomar que isso ocorre apesar da precária articulação do transporte público, como demonstrado anteriormente.

Gráfico 27. Tamarana (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

A partir dos dados, as faixas etárias de 18-29 anos e 40-49 anos apresentaram as maiores proporções entre os viajantes frequentes, com 35% e 24%, respectivamente, somando quase 60% do total. Foram poucos os respondentes com mais de 50 anos que viajam com frequência. Entre os não viajantes rotineiros, destaque para os respondentes entre 18-39 anos e aqueles com 60 anos ou mais, com as maiores proporções. As mesmas proporções, tanto no grupo dos viajantes como entre os que declararam não viajar com frequência, apareceram entre os homens e as mulheres. A questão ainda possibilitou desdobramentos acerca dos destinos, listados na Tabela 55, e das motivações para as viagens frequentes, retratadas na Tabela 56.

Quanto às localidades, apenas nove foram citadas pelos respondentes, sendo que Londrina concentrou quase 67% das respostas. Curitiba, capital do Estado, apareceu em segundo lugar com 12,8% e Cambé, em terceiro, com 5,1%. As demais, com apenas uma citação, foram: Apucarana, Faxinal, Jandaia do Sul, São Paulo, Telêmaco Borba e Paraguai. Já quanto às motivações, os respondentes se limitaram a pontuar somente cinco: trabalho, consumo, família, lazer e saúde. Os três primeiros concentraram 84% das respostas. Diferentemente de Figueira, a saúde foi a segunda menos citada.

Tabela 55. Tamarana (PR). Localidades mais frequentadas pelos viajantes, 2017

Localidade	%
Londrina	66,5
Curitiba	12,8
Cambé	5,1
Apucarana	2,6
Faxinal	2,6
Jandaia do Sul	2,6
Paraguai	2,6
São Paulo	2,6
Telêmaco Borba	2,6
Total	100,0

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Tabela 56. Tamarana (PR). Motivações para as viagens rotineiras, 2017

Motivação	%
Trabalho	40,6
Consumo/Comércio/Compras	28,1
Família	15,6
Saúde	9,4
Lazer	6,3
Total	100,0

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

O Quadro 31 aprofunda esses dados destacando os respondentes de Tamarana que viajam com frequência por faixa etária, gênero, localidade de destino e motivações. A cidade de Londrina liderou em todas as faixas etárias e gêneros de respondentes em Tamarana com, no mínimo, 50% das localidades. Em quatro grupos ela apareceu com a totalidade das respostas: mulheres de 30-39 anos e de 60 ou mais anos e homens de 50-59 anos e de 60 ou mais anos. As menores proporções ficaram entre os mais jovens, de 18-29 anos.

Na faixa etária de 60 ou mais anos, a cidade de Londrina apareceu em totalidade. A capital paranaense, Curitiba, apresentou suas maiores proporções entre os homens de 18-29 anos e de 40-49 anos. Já as mulheres de Tamarana apresentaram mais quantidade de localidades, especialmente as de 18-29 anos.

A motivação de saúde apareceu apenas entre os respondentes com mais de cinquenta anos, enquanto o lazer foi citado somente pelos com menos de 39 anos de idade. A motivação do trabalho liderou entre os homens, com exceção dos com 60 anos ou mais. Já entre as mulheres respondentes de Tamarana, as motivações foram mais variadas, sendo que o trabalho dividiu a sua importância com o consumo e com a família.

Quadro 31. Tamarana (PR). Viajantes com frequência por faixa etária, gênero, localidade e motivação, 2017

Faixa Etária	Gênero	Localidade	%	Motivação	%
18-29 anos	Masculino	Londrina	50,0	Trabalho	66,7
		Curitiba	33,3	Família	33,3
		Cambé	16,7	-	-
	Feminino	Londrina	50,0	Compras	50,0
		Curitiba	12,5	Lazer	25,0
		Jandaia do Sul	12,5	Família	25,0
São Paulo		12,5	-	-	
Telêmaco Borba	12,5	-	-		
30-39 anos	Masculino	Londrina	66,6	Trabalho	50,0
		Cambé	16,7	Consumo	33,3
		Faxinal	16,7	Lazer	16,7
	Feminino	Londrina	100,0	Trabalho	100,0
40-49 anos	Masculino	Londrina	66,7	Trabalho	100,0
		Curitiba	33,3	-	-
	Feminino	Londrina	71,4	Trabalho	50,0
		Curitiba	14,3	Consumo	33,3
Paraguai	14,3	Família	16,7		
50-59 anos	Masculino	Londrina	100,0	Família	33,3
		-	-	Trabalho	33,3
		-	-	Saúde	33,3
	Feminino	Londrina	66,7	Consumo	50,0
		Apucarana	33,3	Família	50,0
60 ou mais anos	Masculino	Londrina	100,0	Comércio	50,0
		-	-	Saúde	50,0
	Feminino	Londrina	100,0	Trabalho	50,0
		-	-	Consumo	25,0
-	-	Saúde	25,0		

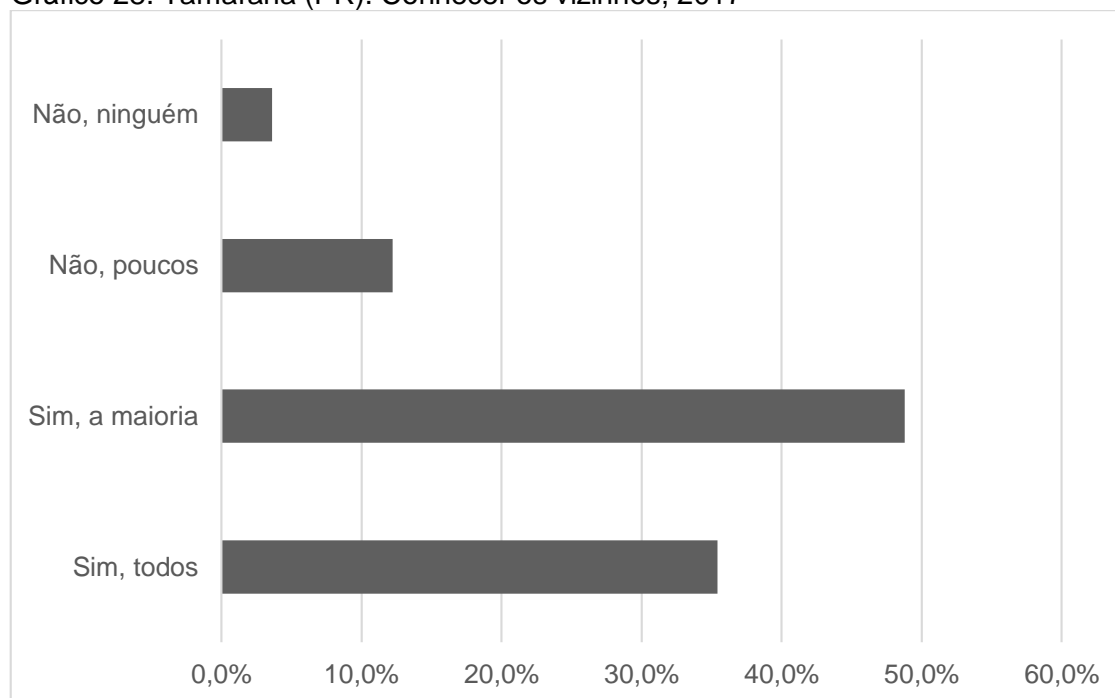
Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

As informações seguintes viabilizam o entendimento acerca da sociabilidade em Tamarana. Para isso, as análises inter-relacionam os elementos “tipo de casa”, faixa etária, gênero e “relações entre a vizinhança”. Quanto aos domicílios, 73,2% dos respondentes possuíam casa própria, 24,4% pagavam aluguel e 2,4% residiam em domicílios cedidos.

O Gráfico 28 apresenta os resultados quanto ao conhecer e a vizinhança em Tamarana. A vizinhança, predominantemente, se conhece e reconhece, já que quase 85% das respostas foram positivas: 35,4% para “sim, todos” e 48,8% para “sim, a

maioria”. Apesar disso, as respostas negativas somaram 15,8%, sendo 12,2% “não, poucos” e 3,6% para “não, ninguém”.

Gráfico 28. Tamarana (PR). Conhecer os vizinhos, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Entre esses respondentes, 54% eram mulheres, e as faixas etárias predominantes foram as de 50-59 anos de idade (46,2%) e de 18-29 anos (30,8%), que, juntas somaram 77% dos respondentes. Além disso, 53,8% dos respondentes com respostas negativas possuíam casas alugadas ou cedidas e apresentavam raros relacionamentos diários (77% responderam “zero” frequência de conversa com os vizinhos ao longo de uma semana e 23% consideraram 1-2 vezes por semana).

Associando os dados de vizinhança com o tipo de casa, os resultados demonstraram que 54% dos respondentes que não tinham casa própria conheciam a maioria dos vizinhos e 14% conheciam todos. As respostas negativas apareceram com 23% para “não, poucos” e 9% para “não, ninguém” no caso de respondentes com casas alugadas ou cedidas. Entre aqueles que possuíam casa própria, os valores atingiram 43% para “sim, todos” e 47% para “sim, a maioria”. Logo, os respondentes com casa própria conheciam mais os vizinhos.

A Tabela 57 demonstra como cada faixa etária reconhece a vizinhança em Tamarana e a Tabela 58, em outra perspectiva, considera a proporção das respostas

em cada faixa etária. Os quadros possibilitam a análise da sociabilidade a partir dos diferentes grupos sociais em Tamarana.

Tabela 57. Tamarana (PR). Conhecer os vizinhos, por faixa etária, 2017

Faixa Etária	Sim, todos	Sim, a maioria	Não, poucos	Não, ninguém	Total
18-29 anos	37,5%	45,8%	12,5%	4,2%	100,0%
30-39 anos	27,8%	61,1%	11,1%	-	100,0%
40-49 anos	50,0%	50,0%	-	-	100,0%
50-59 anos	27,3%	18,2%	36,3%	18,2%	100,0%
60 ou mais anos	30,8%	61,5%	7,7%	-	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Tabela 58. Tamarana (PR). Conhecer os vizinhos, por proporção das respostas, 2017

Faixa Etária	Sim, todos	Sim, a maioria	Não, poucos	Não, ninguém
18-29 anos	31,0%	27,5%	30,0%	33,3%
30-39 anos	17,2%	27,5%	20,0%	-
40-49 anos	27,6%	20,0%	-	-
50-59 anos	10,4%	5,0%	40,0%	66,7%
60 ou mais anos	13,8%	20,0%	10,0%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	-

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

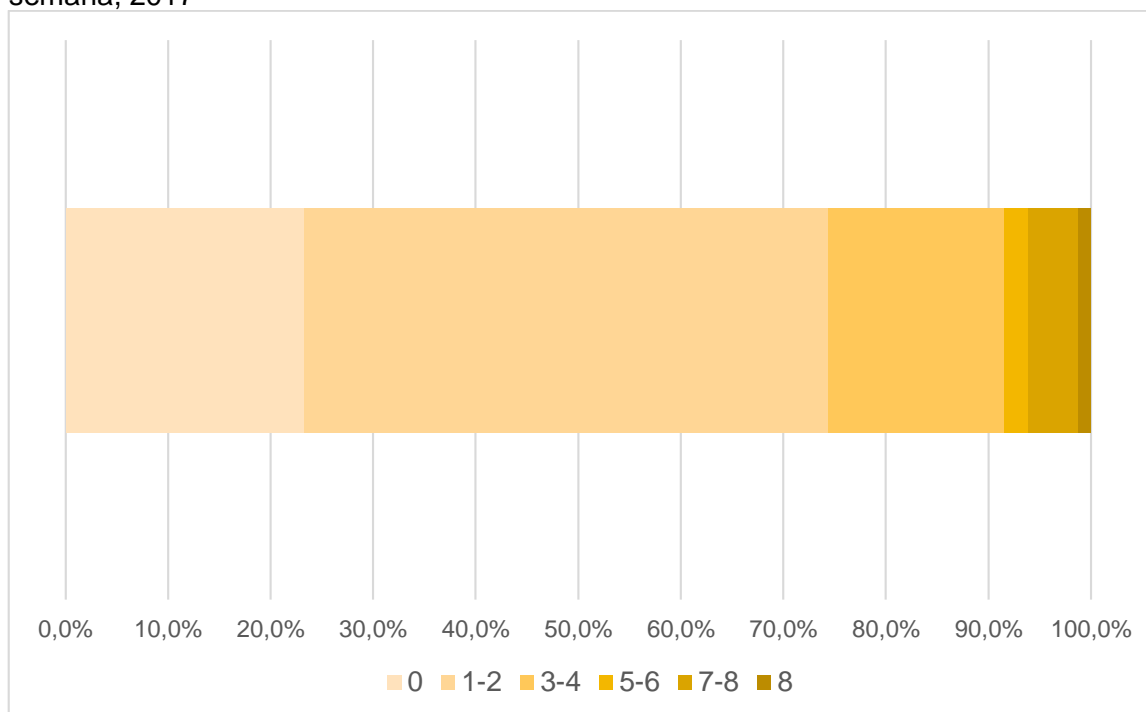
Com exceção da faixa etária de 50-59 anos, as demais apresentaram valores elevados de respostas positivas para o conhecer a vizinhança em Tamarana. No caso dos respondentes de 40-49 anos, a totalidade de respostas foram positivas e nos com 60 ou mais anos superaram 92%. A maior quantidade das negativas apareceram nos respondentes com 50-59 anos, com quase 55%, sendo que 18,2% foram de respostas “não, ninguém”. Na faixa de 18-29, 16,7% dos respondentes tinham nenhuma ou poucas relações de vizinhança.

Na perspectiva positiva de conhecer toda a vizinhança em Tamarana, os estratos de 18-29 anos e 40-49 anos apresentaram as maiores proporções. Entre os respondentes que consideraram conhecer a maioria dos vizinhos, 55% tinham entre 18-39 anos, ou seja, os dois grupos mais jovens. Considerando as respostas negativas, a faixa de 50-59 anos ficou com maior proporção no estrato de “não, poucos” e no de “não, ninguém”.

Colaborando essas reflexões, o Gráfico 29 mostra a proporcionalidade de respondentes, por frequência de conversa com os vizinhos, em uma semana, em Tamarana. As cores mais claras, ou seja, de zero a duas vezes por semana, somam

74,4% das respostas. Em oposição, menos de 9% dos respondentes citaram cinco ou mais vezes na semana.

Gráfico 29. Tamarana (PR). Relacionamento com os vizinhos, em número de vezes por semana, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Quando esses dados são associados ao tipo de domicílio, os resultados corroboram a perspectiva de pouco relacionamento de conversa entre a vizinhança, por vezes na semana, em Tamarana. No caso dos domicílios alugados ou cedidos, 36,4% responderam nenhuma frequência, e 54,6% pontuaram de 1-2 vezes na semana. Nos domicílios próprios, 50% dos respondentes consideraram conversar com seus vizinhos entre 1-2 vezes na semana, e 21,7% responderam entre 3-4 vezes. Apesar disso, a proporção de respondentes com casa própria que pontuaram “zero” para a frequência de contato entre os vizinhos atingiu quase 20%. Nos domicílios alugados ou cedidos, apenas 4,5% citaram valores iguais ou superiores a sete vezes; esse patamar atingiu 6,7% entre os domicílios próprios.

Os dados articulados com as faixas etárias são apresentados por duas perspectivas: a primeira, esboçada na Tabela 59, apresenta a frequência de conversa com os vizinhos, em vezes por semana, por faixa etária, em Tamarana; e a segunda, na Tabela 60, altera as variáveis e demonstra a proporção em cada uma das respostas possíveis. Os dados refletem como as faixas etárias se relacionam em Tamarana.

Tabela 59. Tamarana (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por faixa etária, 2017

Faixa etária	0	1-2	3-4	5-6	7-8	+8	Total
18-29 anos	16,7%	58,3%	16,7%	-	8,3%	-	100,0%
30-39 anos	27,8%	50,0%	11,1%	-	11,1%	-	100,0%
40-49 anos	12,5%	50,0%	18,7%	12,5%	-	6,3%	100,0%
50-59 anos	45,4%	27,3%	27,3%	-	-	-	100,0%
60 ou mais anos	23,1%	61,5%	15,4%	-	-	-	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Tabela 60. Tamarana (PR). Frequência de conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana, por proporção das respostas, 2017

Faixa etária	0	1-2	3-4	5-6	7-8	+8
18-29 anos	21,1%	33,3%	28,6%	-	50,0%	-
30-39 anos	26,3%	21,4%	14,3%	-	50,0%	-
40-49 anos	10,5%	19,1%	21,4%	100,0%	-	100,0%
50-59 anos	26,3%	7,1%	21,4%	-	-	-
60 ou mais anos	15,8%	19,1%	14,3%	-	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Na faixa de 18-29 anos, 58,3% dos respondentes conversavam de 1-2 vezes por semana com os vizinhos em Tamarana. Ainda assim, 16,7% deles responderam “zero” vez de relacionamentos. Na faixa de 50-59 anos, esse patamar foi o mais elevado: 45,4%. A faixa de 30-39 anos apresentou a maior proporção de conversas por semana entre a vizinhança: quase 19% assinalaram respostas iguais ou superiores a cinco vezes em uma semana. Na faixa de 60 ou mais anos, quase 62% dos respondentes conversam entre 1-2 vezes por semana com os vizinhos.

Dentro dos estratos de frequências de conversa com os vizinhos, em número de vezes na semana, as faixas de 30-39 anos e 50-59 anos concentraram a maioria das respostas “zero” em Tamarana. Nas respostas de 1-2 vezes por semana, as duas primeiras faixas apresentaram os maiores valores: 18-29 anos (33,3%) e 30-39 anos (21,4%). A faixa de 40-49 anos concentrou a totalidade de respostas de 5-6 vezes e a de mais de 8 vezes na semana.

Portanto, o conhecer a vizinhança não pode ser confundido com laços efetivos e sólidos. Isso porque o conhecer tem significado de pessoalização em pequenas cidades e isso influencia nas questões do cotidiano local, como as fofocas e o *bullying*. Essa pessoalização, como tem demonstrado a bibliografia sobre o tema, tem se materializado cada vez mais em laços de sociabilidade violenta. Por isso, ao longo

desta tese, a sociabilidade tem sido abordada como um cenário intrinsecamente ligado ao da violência e da insegurança objetiva.

Então, fica cada vez mais evidente a perda dos laços de vizinhança em pequenas cidades. Não é a diminuição da pessoalização e, sim, da sociabilidade primária. Isso é reflexo da própria violência mas, igualmente, reflete a insegurança objetiva. Efetivamente, a rarefação dos laços de sociabilidade, especialmente a partir do espaço público e da vida pública, colabora no enfrentamento da violência e, principalmente, da insegurança, como já apresentado na parte teórica e nas empíricas de Iporã e Figueira.

No caso particular de Tamarana, existem inúmeros espaços públicos na cidade para a materialização das perspectivas positivas de sociabilidade. No entanto, estão em desuso pela maioria da população local. O seu uso, então, tem sido para as incivildades ou pela outra sociabilidade, a violenta. Isso se materializa pelas pichações que mostram disputas de grupos que controlam o tráfico e, também, por grupos políticos. Como demonstrado na parte teórica, o abandono da população dos espaços públicos contribui para a deterioração e a ampliação das violências nesses espaços. Em um período posterior a isso, pode levar até à sua total destruição, à refuncionalização (geralmente, em espaços fechados) e à privatização. Portanto, em Tamarana também ficou evidente que conhecer os vizinhos não representou relações de sociabilidade positiva e nem a existência de inúmeros espaços tem modificado esse cenário avassalador para a vida pública.

Em Tamarana, como já pontuado, existem inúmeros espaços públicos, embora a maioria esteja depredada, abandonada e pichada. A principal praça pública, apresentada na Figura 81, é a praça da igreja matriz. Esse espaço é local de moradia de pessoas em situação de rua e, constantemente, têm-se pessoas alcoolizadas dormindo nos bancos. No período noturno, funciona como um ponto de uso e tráfico de drogas. No final de 2016, as festividades de *réveillon* foram organizadas nessa praça, porém várias ameaças disseminadas nas redes sociais, como a de tiroteio e de morte de pessoas que estivessem no local, geraram insegurança, o que acabou afastando a população da comemoração de chegada de 2017.

Outro espaço público e significativo em Tamarana é o centro social (Figura 82). Nele existem um campo de futebol, um campo de futebol *society*, uma edificação com vestiários, uma quadra descoberta e uma coberta, pista de caminhada, uma academia

ao ar-livre, arquibancadas e bancos e espaços arborizados. É um espaço extremamente agradável em uma área revitalizada de fundo de vale.

Figura 81. Tamarana (PR). Principal espaço público, área central, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Figura 82. Tamarana (PR). Centro Social, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Apesar de todo esse cenário propício para sociabilidade, os respondentes pontuaram que ele está abandonado e com pouco uso, particularmente na academia ao ar-livre nos finais das tardes. Inexistem equipes esportivas organizadas em

Tamarana que pudessem utilizar esses espaços, como escolinhas de futebol, basquete, vôlei e handball.

Durante a realização do trabalho de campo, foram raros os momentos em que se observaram moradores utilizando o espaço. No final das tardes, algumas crianças, acompanhadas de seus responsáveis, brincavam na academia ao ar-livre. Porém, a partir da redução da iluminação natural, as pessoas deixavam o local e, no período noturno, a baixa iluminação deixava o local sombrio, silencioso e esvaziado. Por isso, ele acaba sendo apropriado para incivildades, como tráfico de drogas e prostituição.

Nos bairros, os espaços públicos também existem e seguem a mesma situação de abandono, depredação e pichação. A Figura 83 apresenta uma praça pública em um dos bairros mais nobres de Tamarana. É possível perceber bancos, lixeiras e luminárias quebrados, lâmpadas furtadas, mato alto, calçamento irregular e pichações. Na imaterialidade, os respondentes alegaram não usarem o espaço público por insegurança.

Figura 83. Tamarana (PR). Praça, em bairro nobre, degradada, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Portanto, Tamarana se mostrou como um município que, ao longo de sua história, valorizou a construção de espaços públicos e, certamente, utilizou-os na emancipação política e na consolidação de uma identidade local. Porém, os espaços públicos de Tamarana se tornaram espaços de passagem, perdendo-se na história local, como os apresentados na praça matriz, na frente da prefeitura, em dois bairros

da cidades e no centro social. O abandono desses espaços pelo poder público municipal e pelos moradores motivou a apropriação e utilização deles para práticas de violência. Isso materializa a base teórica, principalmente o ciclo de vida dos espaços públicos.

As análises seguintes buscam compreender a percepção dos respondentes de Tamarana quanto à violência e à insegurança objetiva a partir da avaliação dos fatores explicativos desta tese. A maioria dos respondentes (93,9%) reconhece a existência da violência no município de Tamarana, sendo que as faixas etárias e os gêneros percebem o fenômeno com intensidade diferente. Por isso, a Tabela 61 demonstra a proporção de respondentes, pela faixa etária e pelo gênero em cada uma delas, que reconhecem a existência da violência em Tamarana.

Tabela 61. Tamarana (PR). Existência da violência por faixa etária e gênero, 2017

	Faixa Etária	Masculino	Feminino
18-29 anos	91,7%	91,7%	91,7%
30-39 anos	83,3%	66,7%	100,0%
40-49 anos	100,0%	100,0%	100,0%
50-59 anos	100,0%	100,0%	100,0%
60 ou mais anos	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Todos os respondentes com 40 anos ou mais de idade reconheceram a existência de violência em Tamarana. Apenas as faixas de 18-29 anos e 30-39 anos não apresentaram totalidade de respondentes. A faixa de 30-39 anos ficou com o menor patamar: 83,3%, sendo que todos os respondentes que negaram a violência em Tamarana eram homens. Por isso, os dados revelam que a violência é amplamente reconhecida em Tamarana pelos seus moradores e pelos seus gestores, já que nenhum dos respondentes que desconsideraram a violência em Tamarana era representante do poder público local.

Entre os respondentes que desconsideraram a violência em Tamarana, 80% eram homens, 60% possuíam de 30-39 anos e 40%, de 18-29 anos de idade. Todos esses respondentes sentiam-se seguros residindo em Tamarana, sendo que 60% deles tinham casas alugadas e 40%, casas próprias. A avaliação da cidade quanto à segurança realizada por eles foi totalmente positiva, com 60% para segura e 40% para altamente segura. Na sociabilidade, 60% desses respondentes conheciam a maioria dos vizinhos e 40%, todos os vizinhos. Apesar disso, 20% deles não conversavam

nenhuma vez na semana com os vizinhos e 40% dialogavam de 1-2 vezes por semana. Todos esses respondentes que negaram a existência da violência não sofreram alguma violência em Tamarana e apenas 20% deles pagavam vigilante motorizado, enquanto 60% possuíam apenas grades nos portões e janelas.

No universo geral de respondentes, 63% se sentem seguros e 37% inseguros vivendo em Tamarana. Nesse sentido, a Tabela 62 transita pelo sentimento de segurança e/ou de insegurança dos respondentes de Tamarana, por gênero e faixa etária. Entre os respondentes que se sentem seguros em Tamarana, 71,2% são homens e, principalmente, com idade entre 18-49 anos. Já entre as mulheres, as que mais se sentem seguras são as com 18-29 anos, com quase 50% desse estrato.

Tabela 62. Tamarana (PR). Sentimento de segurança dos respondentes por gênero e faixa etária, 2017

“Sente-se seguro (a)?”	Gênero	18-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 ou + anos
Sim – 63%	Masculino – 71,2%	32,5%	21,6%	21,6%	13,5%	10,8%
	Feminino – 28,8%	46,7%	26,7%	20,0%	-	6,6%
Não – 37%	Masculino – 16,7%	-	20,0%	-	20,0%	60,0%
	Feminino – 83,3%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Na percepção da insegurança em Tamarana, as mulheres são maioria: representam 83,3% dos respondentes que se sentem inseguros residindo no município. Entre elas, as faixas etárias apareceram proporcionais, com 20% para cada segmento. Já entre os homens, 60% possuíam 60 ou mais anos. Considerando os respondentes que se sentem inseguros em Tamarana, 83,3% possuíam casas próprias e a totalidade deles reconheceu a existência da violência em Tamarana.

Entre os respondentes que se sentem inseguros em Tamarana, 13,3% conhecem poucos ou nenhum dos vizinhos e não praticam nada de sociabilidade na vizinhança. A maioria, com 56,7%, conhece a maioria dos vizinhos, e 60% conversam com a vizinhança entre 1-2 vezes na semana. Na avaliação da cidade quanto à segurança, 86,7% consideraram-na como altamente insegura e 13,3% insegura. Além disso, 63,3% já sofreram com alguma ocorrência de violência, gerando um índice de 32% de respondentes de Tamarana que apresentam insegurança objetiva e 5% que têm insegurança não objetiva. Portanto, 86% dos respondentes inseguros já sofreram com a violência em Tamarana.

Em Tamarana, 49% já sofreram com alguma violência contra 51% que nunca passaram por essa situação. É uma proporção elevada de respondentes. Tomando apenas como parâmetro os respondentes que reconheceram a existência de violência no município, os valores para a violência sofrida atingiram 52% desses respondentes. Nesse sentido, a Tabela 63 apresenta a ocorrência da violência pelos respondentes, por gênero e faixa etária, em Tamarana.

Tabela 63. Tamarana (PR). Ocorrência da violência por gênero e faixa etária, 2017

“Já sofreu com a violência?”	Gênero	18-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 ou + anos
Sim – 49%	Masculino – 50,0%	20,0%	20,0%	30,0%	15,0%	15,0%
	Feminino – 50,0%	30,0%	20,0%	15,0%	15,0%	20,0%
Não – 51%	Masculino – 52,4%	36,4%	22,7%	9,1%	13,6%	18,2%
	Feminino – 47,6%	30,0%	25,0%	25,0%	10,0%	10,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Diferentemente da sensação de insegurança, houve equilíbrio entre os gêneros. Nas faixas etárias, as discrepâncias foram pequenas. Entre os homens, os com 40-49 anos passaram por mais situações de violência. Os mais idosos, com 50 ou mais anos, apresentaram os menores valores entre os homens. Já nas mulheres, as mais novas, entre 18-39 anos, foram as principais vítimas da violência, com 50% do total do gênero.

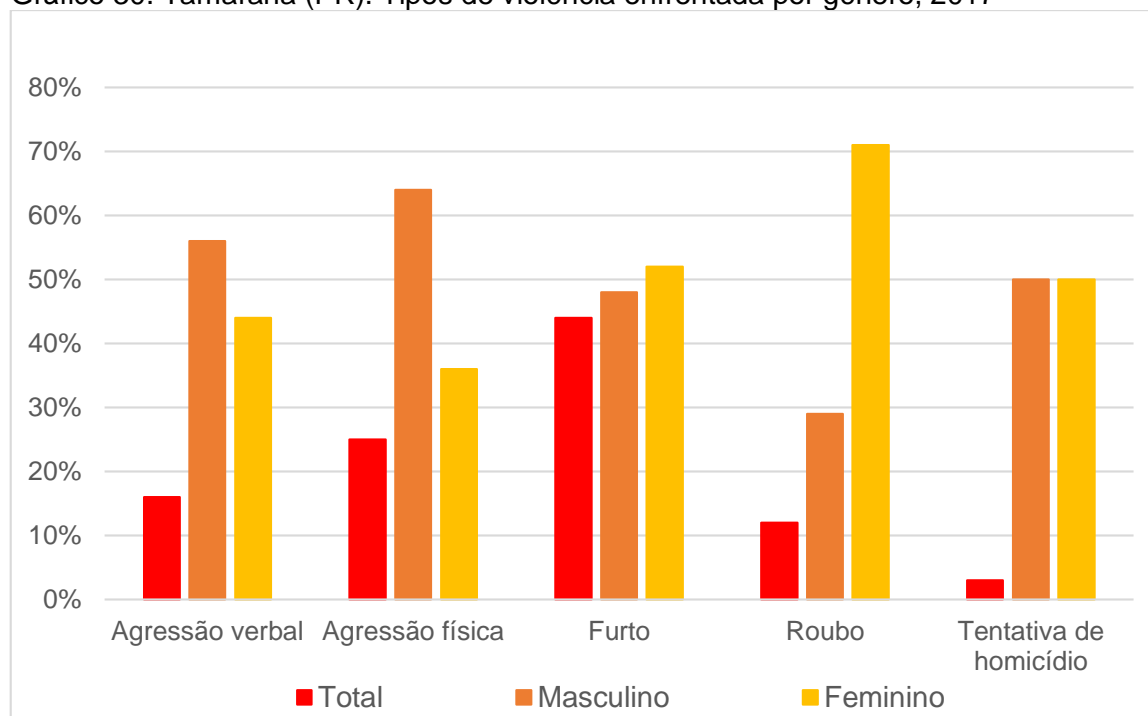
Articulando os dados da percepção da segurança e da vivência concreta da violência, observou-se que 52,5% dos respondentes que foram vítimas da violência sentem-se seguros em Tamarana, sendo 81% deles homens. Entre os respondentes que sofreram com a violência, 72,5% avaliaram Tamarana como altamente insegura e 22,5% como insegura. Apenas 5% consideraram-na segura para se viver.

Então, a percepção de sentir-se seguro passa, também, por outros elementos, como ter nascido e se criado na localidade, conhecer todas as pessoas, possuir equipamentos de segurança, etc. Já entre aqueles que se sentem inseguros, o valor alcançou quase 64%, corroborando a base teórica da insegurança objetiva como reflexo da violência.

O Gráfico 30 é significativo por apresentar as tipologias de violência mais enfrentadas pelos respondentes, por gênero, de Tamarana. Entre as 57 ocorrências notificadas pelos respondentes, média de 1,4 por pessoa, 51% ocorreram contra homens e 49% contra mulheres. A maioria das violências, com 44% do total, foram os

furtos, tendo 52% deles acontecidos com as mulheres de Tamarana. As demais ocorrências foram: 25% para agressão física, 16% para agressão verbal, 12% para roubo e 3% para tentativa de homicídio.

Gráfico 30. Tamarana (PR). Tipos de violência enfrentada por gênero, 2017



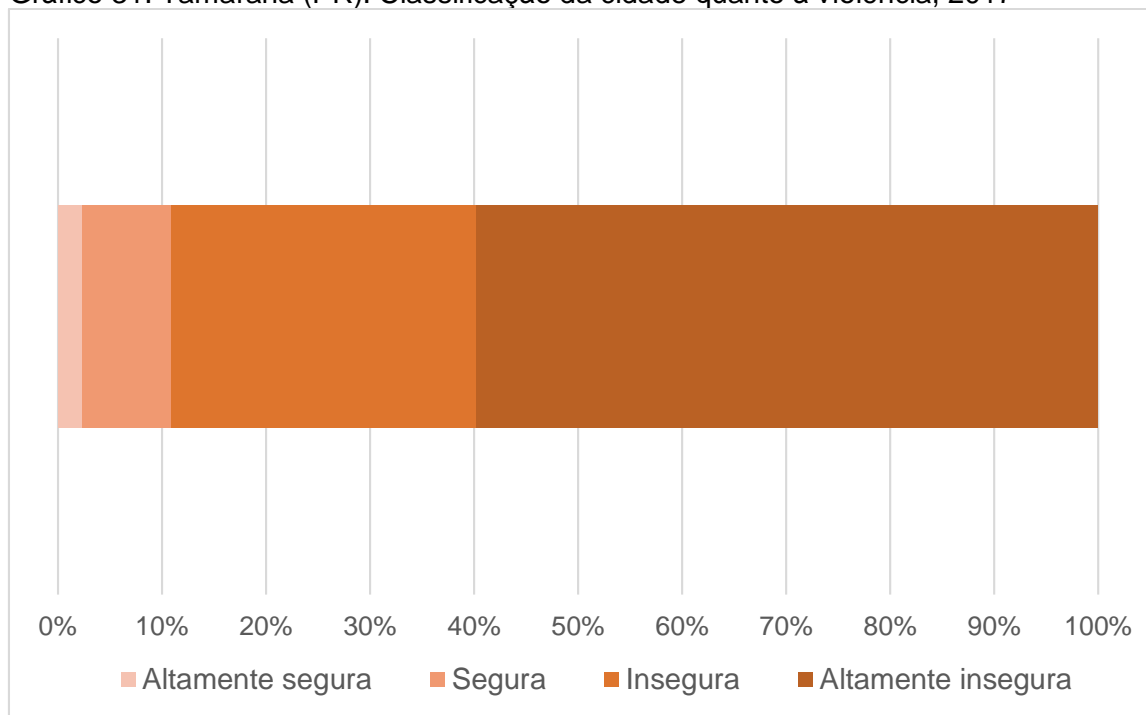
Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Dentro dos gêneros, as tipologias revelam que os homens sofrem mais furtos e agressões físicas enquanto as mulheres vivenciaram mais furtos e roubos. No caso dos respondentes que foram fisicamente agredidos, os homens representaram 64% e as mulheres 36%. As agressões verbais também aconteceram mais com homens. Os roubos, considerando uma violência mais graves por envolver arma e a real ameaça contra a vida da vítima, ocorreram, principalmente, contra as mulheres: 71%. Nas tentativas de homicídios, os dados ficaram equiparados.

Além disso, foi possível perceber que 86% dos roubos aconteceram com respondentes que se sentem inseguros e apenas 14% ocorreram com respondentes que se consideraram seguros em Tamarana. Portanto, a situação de passar por um roubo ajuda a explicar a insegurança objetiva, conversando, mais uma vez, com a base teórica sobre o tema. É preciso pontuar a existência de subnotificações, já que nem todos os respondentes consideram agressões como violência.

O Gráfico 31 apresenta a classificação da cidade de Tamarana quanto à segurança, em 2017, pela percepção dos respondentes. Na dualidade segurança e insegurança, 89,1% manifestaram expressões inseguras de classificação, enquanto 10,9% escolheram opções de segurança. A avaliação da cidade como altamente insegura predominou entre os respondentes, com quase 60%, seguida por insegura, com quase 30%. No extremo positivo, a classificação como cidade altamente segura não atingiu nem 2,5%.

Gráfico 31. Tamarana (PR). Classificação da cidade quanto à violência, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Na perspectiva de gênero, houve igualdade entre os respondentes que avaliaram a cidade de Tamarana como altamente segura e domínio de mulheres (57%) na avaliação de segura. Apesar disso, as mulheres também foram a maioria, com 54%, entre os respondentes que a consideraram insegura. Já entre os respondentes que pontuaram Tamarana como uma cidade altamente insegura, a maioria, com 55%, eram homens.

As reflexões acerca das faixas etárias aparecem na Tabela 64, que trata a percepção da segurança por faixa etária, e na Tabela 65, que aborda a proporção de respostas pelas faixas etárias. Em todas as faixas, o domínio de avaliação foi altamente insegura, sendo que a menor proporção, na faixa de 18-29 anos, ficou com

45,8% dos respondentes. Nas duas últimas faixas, 50-59 anos e 60 ou mais anos, as proporções passaram de 70% dos respondentes desses estratos.

Tabela 64. Tamarana (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por faixa etária, 2017

Faixa Etária	Altamente Segura	Segura	Insegura	Altamente Insegura	Total
18-29 anos	4,2%	12,5%	37,5%	45,8%	100,0%
30-39 anos	5,6%	11,1%	22,2%	61,1%	100,0%
40-49 anos	-	12,5%	37,5%	50,0%	100,0%
50-59 anos	-	-	27,3%	72,7%	100,0%
60 ou mais anos	-	-	15,4%	84,6%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Tabela 65. Tamarana (PR). Classificação da cidade quanto à violência, por proporção das respostas, 2017

Faixa Etária	Altamente Segura	Segura	Insegura	Altamente Insegura
18-29 anos	50,0%	42,8%	37,5%	22,4%
30-39 anos	50,0%	28,6%	16,7%	22,4%
40-49 anos	-	28,6%	25,0%	16,4%
50-59 anos	-	-	12,5%	16,4%
60 ou mais anos	-	-	8,3%	22,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

A avaliação de Tamarana como altamente segura ocorreu apenas por respondentes das faixas de 18-29 anos (50%) e de 30-39 anos (50%). Na avaliação de segura e de insegura, houve predomínio de respondentes com 18-29 anos, com 42,8% e 37,5%, respectivamente. Nenhum respondente com 50 anos ou mais citou perspectivas positivas de avaliação. Nas avaliações negativas, todas as faixas tiveram participação. A avaliação como altamente insegura demonstrou uniformidade na perspectiva avaliativa quanto à violência em Tamarana.

As resistências dos respondentes à violência e à insegurança objetiva em Tamarana se materializam pelo distanciamento dos laços de sociabilidade e dos espaços públicos, já apresentados, e pela aquisição de equipamentos e serviços de segurança privada. Em Tamarana, 13,4% dos respondentes não possuíam em suas residências grades, equipamentos ou serviço de segurança privada, e 86,6% possuíam, dos quais 50,7% tinham apenas grades e 49,3%, além das grades, algum modelo de cerca elétrica, câmera de vigilância e/ou serviço de vigilante motorizado.

Em Tamarana, assim como em Iporã, considerável parcela dos respondentes (pelo menos um quarto deles) possuía equipamentos ou serviços de segurança privada: 5% tinham câmeras de vigilância em seus domicílios, 26% algum modelo de cerca e 29% pagavam o serviço privado de segurança de vigilante motorizado. Em Tamarana, foram reconhecidas duas empresas responsáveis pelos vigilantes, sendo o valor e o horário de ronda padronizados em R\$ 30,00 e entre às 20h e 5h.

A Figura 84 retrata a presença de equipamentos eletrônicos de segurança em Tamarana. Nessa porção da cidade, 90% dos domicílios apresentavam algum modelo de cerca. Já as câmeras de vigilância foram visualizadas em raros domicílios. A própria cidade de Tamarana possui câmeras de vigilância espalhadas pela área urbana em pontos estratégicos. Porém, elas não funcionam desde 2014. Segundo a Prefeitura Municipal, elas serão reativadas após a prefeitura conseguir se inserir no consórcio intermunicipal de segurança de Londrina, o Cismel.

Figura 84. Tamarana (PR). Equipamentos eletrônicos de segurança, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Analisando o perfil dos 13 respondentes (16%) que tinham pelo menos duas modalidades (equipamento e serviço) de segurança privada em Tamarana, constatou-se que 92,3% possuíam domicílio próprio, conheciam todos ou a maioria dos vizinhos e apresentavam relações de vizinhança pelo menos três vezes por semana (61,5%). Todos esses respondentes reconheceram a existência da violência em Tamarana e 92,3% avaliaram-na negativamente, sendo altamente insegura (61,5%) e insegura

(30,8%). Com relação à sensação da segurança em Tamarana, 61,5% sentem-se seguros e 38,5% inseguros. Apesar disso, a maioria já enfrentou alguma ocorrência de violência: 84,6%, sendo que 69% foram furtados, 38% agredidos e 23% roubados em Tamarana.

Já analisando o perfil dos 11 respondentes (13%) que não possuíam sequer grade e/ou portões, 45% residiam em domicílios alugados, 36% conheciam poucos ou ninguém dos vizinhos e apresentavam poucas relações de vizinhança. A maioria desses respondentes, com 82%, reconheceu a existência da violência em Tamarana e 73% avaliaram-na negativamente, sendo altamente insegura (45,4%) e insegura (27,3%). Com relação à sensação da segurança em Tamarana, 81,8% sentem-se seguros e 18,2% inseguros. Nesse caso, a maioria dos respondentes nunca enfrentou alguma ocorrência de violência: 72,7%. Entre os que passaram por casos de violência, um respondente foi furtado, outro enfrentou uma tentativa de homicídio e dois sofreram agressões.

As análises seguintes buscam avançar, diretamente, sobre os fatores explicativos desta tese pela percepção dos respondentes de Tamarana. É fundamental lembrar que, geralmente, esses fatores ocorrem concomitantemente, ainda que com combinações diferenciadas quanto ao peso de cada um nas diferentes localidades.

Em Tamarana, 90,2% dos respondentes assistem televisão diariamente e 9,8% não assistem. Segundo o Ipardes (2017), em 2010, 77,5% dos domicílios de Tamarana possuíam televisores; 79,7%, rádios; e 13,3%, microcomputadores com acesso à internet. Esses valores de Tamarana estão bem abaixo dos de Iporã e Figueira, que se aproximam da totalidade. Analisando o perfil dos respondentes que não assistiam diariamente à televisão, 62,5% eram mulheres, todos reconheceram a existência da violência e avaliaram a cidade negativamente quanto à segurança. A maioria desses respondentes, com 62,5%, sentiam-se inseguros na localidade e 37,5%, seguros. A proporção de respondentes que enfrentaram ocorrência de violência ficou em 37,5%, sendo que 67% deles foram furtados, 33% agredidos e 33% roubados. Portanto, a insegurança desse grupo de respondentes tem explicação, em parte, nas ocorrências concretas existentes na localidade.

A Tabela 66 demonstra a proporção de respondentes que assistiam televisão pelo tipo de programas e de emissoras, sendo que nenhum programa específico alcançou mais de um respondente. As expressões foram analisadas e agrupadas em

dois blocos: as que se referiam aos programas ou temas semelhantes e as que representavam emissoras de televisão. Os jornais apareceram em quase 57% dos respondentes, e os programas de entretenimento, em 37,8% deles. Apenas um respondente citou o gênero policial, a mesma proporção de programas religiosos. Já alguns respondentes preferiram citar emissoras.

Tabela 66. Tamarana (PR). Programas e emissoras por proporção de respondentes, 2017

Gêneros	%
Jornal	56,8%
Entretenimento: filme, séries, humor e auditório	37,8%
Novela	27,0%
Esporte: futebol	13,5%
Policial	1,4%
Religiosos	1,4%
Não responderam	4,1%
Emissoras	%
Rede Globo	17,6%
SBT	14,9%
Rede Record	10,8%
TV fechada	4,1%
Rede Vida	2,7%

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

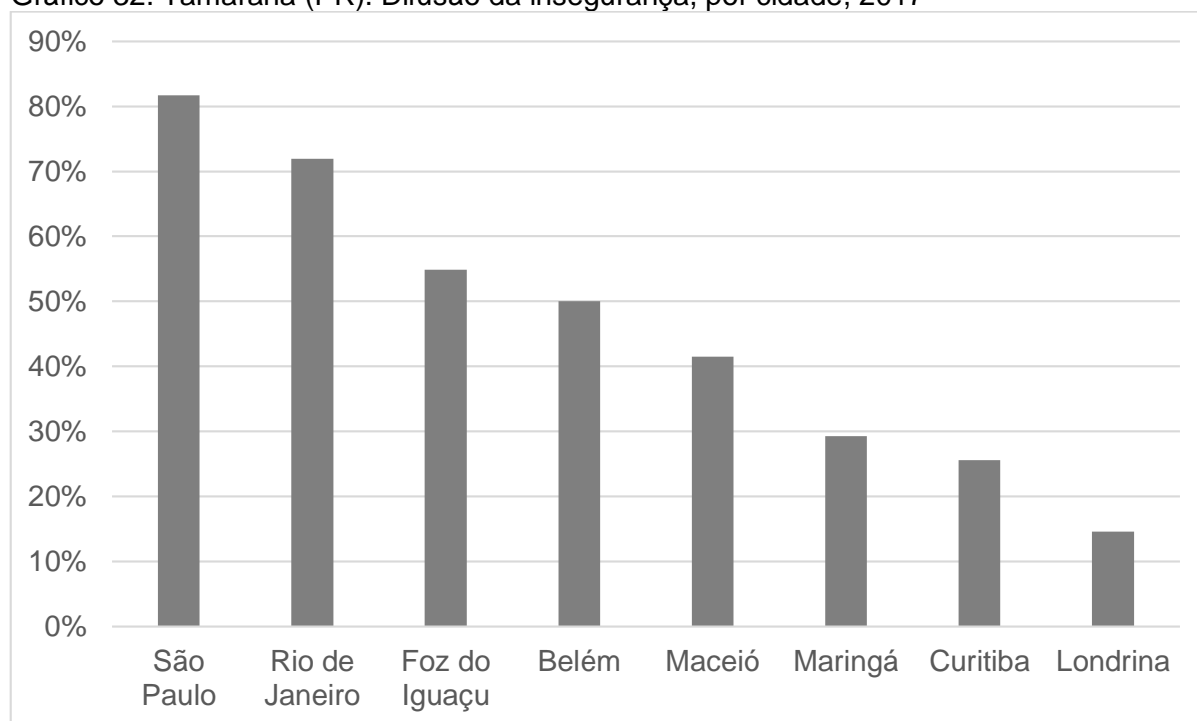
O Gráfico 32 corrobora no sentido do transbordamento metropolitano e da violência e insegurança objetiva nas pequenas cidades, ilustrando quais cidades despertaram insegurança nos respondentes de Tamarana caso tivessem que visitá-las. Os resultados sinalizam a segurança ou a insegurança que algumas cidades exercem a partir da difusão do medo pela mídia ou pela própria vivência do respondente.

Analisando os resultados, é possível perceber que Curitiba, Londrina e Maringá despertaram menos insegurança nos respondentes do que a própria cidade de Tamarana. Os inseguros em Tamarana somaram 37% contra 29% em Maringá, 26% em Curitiba e 15% em Londrina, o menor patamar. O medo de São Paulo atingiu 82% dos respondentes, seguido pelo Rio de Janeiro com 72%, e Foz do Iguaçu com 55%.

Portanto, no que tangencia esse fator explicativo, pode-se concluir que alguns espaços demograficamente maiores, como Curitiba e Londrina, difundem mais segurança e atratividade que em Tamarana. Assim, parece que a insegurança como origem do transbordamento metropolitano é menos relevante em Tamarana do que a violência concreta existente a partir dessa lógica, mostrando as múltiplas faces do

tema. Em Figueira, por exemplo, a insegurança transbordava da metrópole pela imaterialidade, enquanto que em Tamarana esse espraiamento é mais concreto e, portanto, a insegurança é mais objetiva. Contribui com essa reflexão a proporção de quase 50% de respondentes já terem sofrido com a violência em Tamarana.

Gráfico 32. Tamarana (PR). Difusão da insegurança, por cidade, 2017



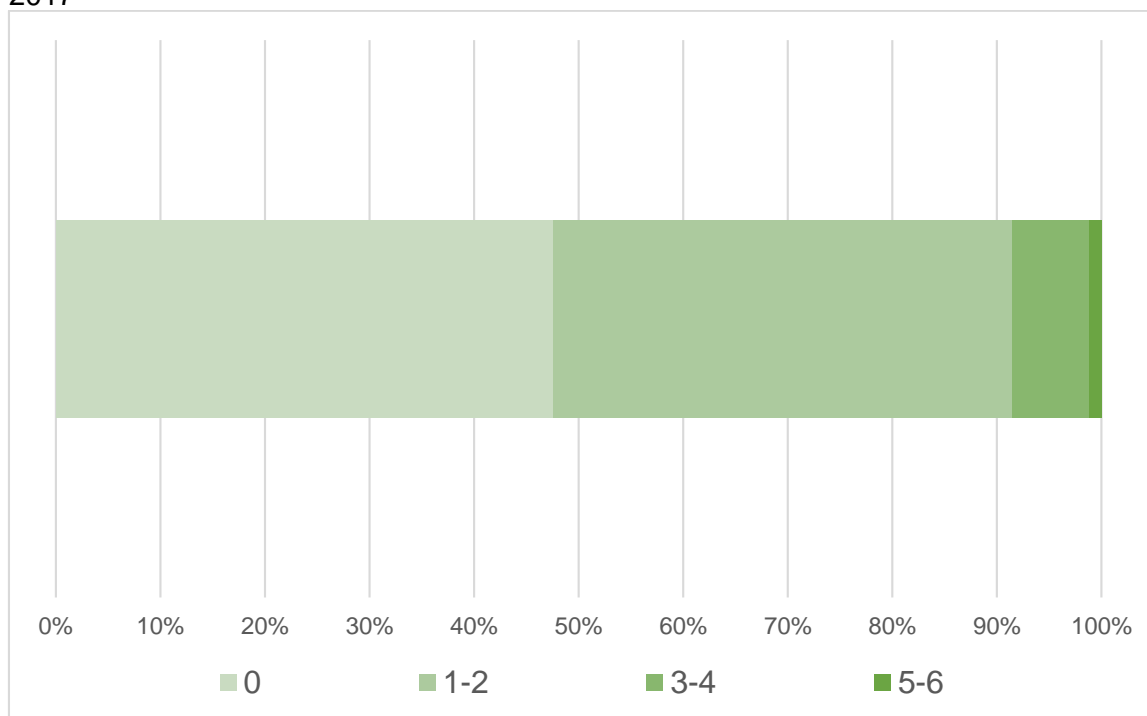
Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Acerca dos serviços públicos de segurança, 97,6% dos respondentes afirmaram que faltam policiais, bombeiros, viaturas e serviços públicos de segurança em Tamarana, e 2,4% desconsideraram essa possibilidade. Cooperando com esse debate, o Gráfico 33 retrata a frequência de rondas realizadas pelos policiais militares, em número de vezes na semana, a partir da percepção dos respondentes de Tamarana.

A maioria dos respondentes (47,6%) pontuou que não visualiza a realização de rondas em suas residências ou áreas comerciais em Tamarana. Já 43,9% dos respondentes observam, no máximo, duas vezes por semana a frequência da ronda policial. Somando as duas percepções, a proporção atinge 91,5% dos respondentes. Os demais citaram de três a quatro vezes, com 7,3%, e cinco a seis vezes, com 1,2%. Nenhum respondente considerou sete ou mais vezes na semana, o que significa que

a ronda policial, que deveria proteger os habitantes, não é realizada diariamente em todos os espaços de Tamarana e em alguns sequer é concretizada.

Gráfico 33. Tamarana (PR). Frequência de ronda policial, em número de vezes por semana, 2017



Nota: Nenhum respondente considerou os grupos de sete a oito vezes e mais de oito vezes
 Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Os resultados demonstram que a Polícia Militar em Tamarana está muito longe da vida em comunidade, apresentada como perspectiva teórica e metodológica para o combate efetivo à violência e insegurança objetiva. O modelo atual é reflexo, diretamente, da insuficiência militar, que só atende ocorrências materializadas e pouco faz pela prevenção, diagnóstico e prognóstico, em comunidade.

Em Tamarana, os serviços públicos de segurança são de responsabilidade apenas da Polícia Militar, já que inexistem Defesa Civil, Guarda Municipal, Bombeiro (militar e comunitário), Polícia Civil, Polícia Rodoviária, Polícia Federal e Siate. Nos principais serviços públicos de segurança, Tamarana depende de Londrina.

A situação da Polícia Militar em Tamarana é insustentável, seja pelo baixo efetivo, seja pelo distanciamento com a comunidade local. O Destacamento de Polícia de Tamarana é vinculado à 3ª Companhia de Londrina do 5º Batalhão de Polícia Militar de Londrina. Esse batalhão é subordinado ao 2º Comando Regional de Polícia Militar de Londrina. A Figura 85 retrata o Destacamento de Polícia Militar de Tamarana, que

funciona apenas em horário comercial, mas fica fechado em alguns momentos, como foi observado no trabalho empírico, durante o atendimento das ocorrências e nos deslocamentos em Tamarana e para Londrina.

Figura 85. Tamarana (PR). Destacamento de Polícia Militar, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Em Tamarana, apenas três policiais atuam por turno, incluindo o sargento (comandante) que trabalha todos os dias, em horário comercial. Esses policiais são responsáveis, durante o seu turno, pelo atendimento das ocorrências em campo, pelo setor administrativo interno e pelo deslocamento até Londrina para levar presos e apreendidos em flagrante. Cada deslocamento até Londrina, considerando ida e volta e tempo de espera na Polícia Civil, deixa o destacamento fechado por pelo menos duas horas. Além do baixo contingente humano, a frota era composta por apenas uma viatura, já que três estavam paradas há mais de um ano em oficinas, demonstrando a insuficiência e a incapacidade do Estado do Paraná em promover políticas públicas de segurança.

Tamarana não enfrentou casos de homicídios apenas em 1996, considerando o levantamento entre 1996 e 2013. Por isso, praticamente toda a história de Tamarana, após a emancipação política, foi composta por ocorrências de homicídios. Apesar disso, até 2002, eles oscilaram entre uma e duas ocorrências. Depois de 2003, os homicídios dispararam atingindo dez casos em 2005. Em 2012, o recorde de casos em Tamarana: 11 homicídios. O valor é tão elevado que Tamarana, naquele ano,

registrou praticamente a mesma quantidade de homicídios que Umuarama, próxima à fronteira e quase nove vezes maior demograficamente.

Segundo dados da Prefeitura de Tamarana, em 2016 foram cerca de 15 homicídios no município. Do final das eleições, em outubro de 2016, até janeiro de 2017, já haviam ocorrido quatro homicídios e outras três tentativas de homicídios em Tamarana. Ainda de acordo com a Prefeitura Municipal, essa violência tem ligação com Londrina, especialmente quanto aos mandatários e gerenciadores das facções de tráfico de drogas na região. Assim, embora os traficantes sejam de Tamarana e atuem no município, os líderes e as ordens saem de Londrina.

O Destacamento de Polícia Militar de Tamarana não mensurou quantos boletins de ocorrência são registrados no município. Segundo alegaram, a maioria dos casos termina em orientação e subnotificação, ou seja, sem o denunciante prestar queixa formalizada. As informações oficiais pontuam que 70% dos casos são de desobediência e desacato e que os furtos geram, em média, três boletins de ocorrência por semana em Tamarana.

Além disso, desconsideraram a existência de trotes no telefone da polícia e destacaram a relação harmoniosa com a comunidade, explicando que, por isso, as rondas são realizadas apenas com denúncias ou raros casos de violência. Claramente, o diálogo transpareceu que a Polícia Militar de Tamarana estava se referindo a outra localidade, uma vez que os dados de homicídios são alarmantes, a população sente-se insegura e inúmeros respondentes questionaram o alcance da atuação da polícia local.

Quanto ao tráfico, as informações dos militares são que os traficantes são de Tamarana, mas se vinculam aos grupos de Londrina. Porém, enfatizaram que a polícia local tem atuado e que são poucos os casos de tráfico. Mais uma vez, o discurso está distante da realidade. Finalmente, segundo a Polícia Militar, não há registro de ameaças contra os servidores de Tamarana, mas a desmotivação profissional é considerável, seja pela ausência de reconhecimento, seja pela infraestrutura insuficiente.

Inexiste Polícia Civil em Tamarana. A Delegacia de Polícia Civil de Tamarana, apresentada na Figura 86, simboliza a segurança pública na localidade. Foi possível constatar que ela está completamente abandonada, com muros derrubados e mato alto, com janelas depredadas e pichadas. Sobre o símbolo da Polícia Civil tem pichação e agressões contra a instituição. Então, as ocorrências ocorridas em

Tamarana são atendidas pelo 6º Distrito Policial de Londrina (Figura 87) que, por conseguinte, é subordinada à 10ª SDP de Londrina.

Figura 86. Tamarana (PR). Delegacia de Polícia Civil, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Figura 87. Londrina (PR). 6º Distrito Policial, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017).

A área de atuação desse distrito policial é composta por parte da região Sul de Londrina, área rural e distritos de Londrina e Tamarana. O quadro de servidores é de um delegado, uma escrivã e cinco investigadores, sendo dois deles responsáveis pela

área rural e distritos de Londrina e por Tamarana. Além do pessoal, o distrito possui dois veículos apenas. Todas as ocorrências de Tamarana, independente da tipologia do crime, são de responsabilidade do 6º Distrito Policial de Londrina. Nos casos de flagrantes, a Polícia Militar de Tamarana leva os presos para o Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (Ciac) de Londrina para os procedimentos. A carceragem do Ciac, em janeiro de 2017, possuía 150 presos em um espaço para 24 pessoas.

A localização do 6º Distrito Policial é nova e foi alterada no final de 2016. Isso foi justificado pela condição física do espaço antigo. Além disso, foram modificados, no mesmo período, o delegado e a escrivã, após uma reorganização na 10ª SDP. A quantidade de servidores é insuficiente para a demanda de ocorrências. A 10ª SDP possui apenas oito delegados para uma área de cobertura de quase oitocentos mil pessoas. Há menos de quatro anos, esse patamar era de 22 delegados. Já o distrito policial responsável por Tamarana tem conseguido trabalhar apenas sobre os casos de flagrantes, que exigem dez dias para as diligências. Os demais inquéritos estão sendo postergados. Por isso, a nova equipe não conseguiu tomar ciência dos inquéritos e das ocorrências, não quantificando nem qualificando a violência em Tamarana.

Segundo vereadores de Tamarana, existem cinco mandatos de prisão em Tamarana e essas pessoas já são consideradas foragidas. Além disso, o Legislativo local requisitou para a Polícia Civil de Londrina que ao menos dois servidores, um escrivão e um investigador, fossem deslocados para Tamarana para tratar dos inquéritos policiais e melhorar a sensação de impunidade e insegurança no município, já que, segundo eles, muitos criminosos sabem da morosidade da investigação dos crimes que ocorrem em Tamarana, visto que necessita de deslocamento dos investigadores até Tamarana ou dos acusados até Londrina.

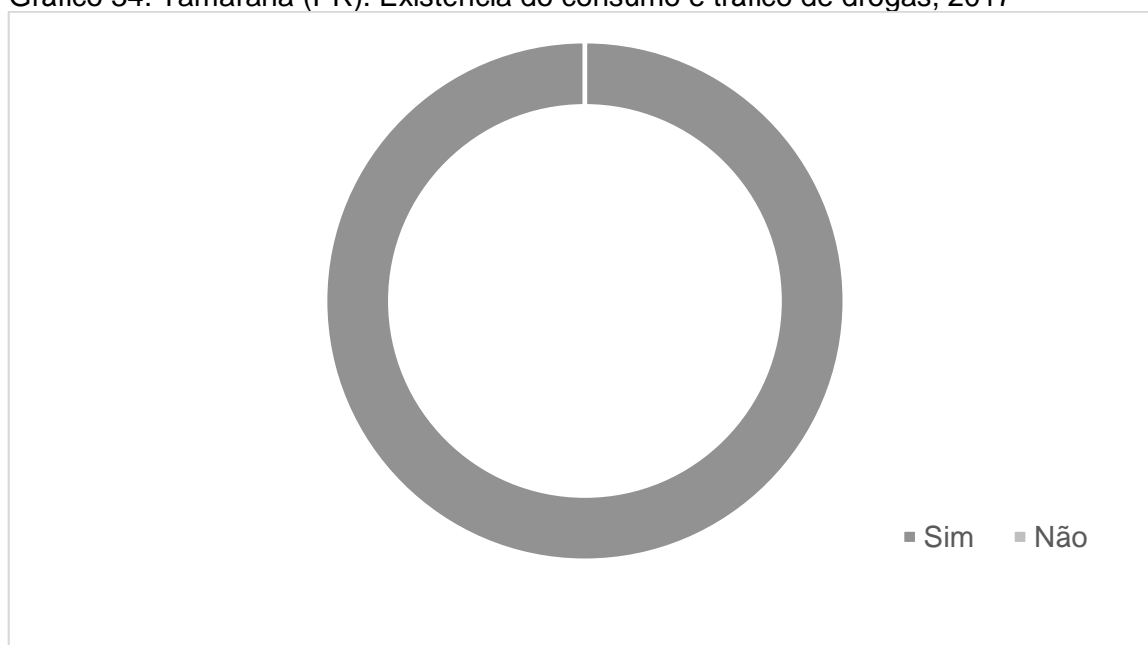
Sobre isso, o 6º Distrito Policial de Londrina reconheceu a ideia e concorda que há a necessidade de montar uma equipe, com pelo menos um escrivão e um investigador, para ficar em Tamarana. Apesar disso, o quadro atual de servidores e a infraestrutura disponível, como a condição da edificação da delegacia de Tamarana e a baixa quantidade de veículos, impossibilitam qualquer ação nesse sentido. Por isso, o cenário não mudará até o Governo do Paraná dar condições para isso.

Segundo a Polícia Civil de Londrina, os procedimentos no 6º Distrito Policial são unificados, ou seja, as ocorrências de Londrina, da área rural, dos distritos e de Tamarana seguem a mesma sequência. Não há separação por localidade. Isso

também dificultou a disponibilização, durante o trabalho de campo, da quantidade de inquéritos policiais oriundos de Tamarana. Essa ausência do serviço de Polícia Civil em Tamarana influencia, diretamente, na violência e na insegurança objetiva. Além disso, mostra que nesse caso a influência de Londrina é rasa, já que a investigação conduzida por Londrina esbarra na distância, insuficiência de pessoal e infraestrutura para adequada investigação.

O Gráfico 34 demonstra a percepção dos respondentes sobre o consumo e o tráfico de drogas como motivadores para a violência e a insegurança objetiva em Tamarana. A existência de consumo e do tráfico de drogas no cotidiano local foi reconhecida pela totalidade dos respondentes de Tamarana, e aproximadamente 80% deles consideraram-na como motivadora para a violência no município.

Gráfico 34. Tamarana (PR). Existência do consumo e tráfico de drogas, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Os motivos para a existência da violência em Tamarana estão retratados na Tabela 67. Apenas sete respondentes (8,5%) não responderam ou não souberam responder, enquanto os demais (91,5%) apontaram 156 motivações, média de duas por respondente. Para facilitar a compreensão, as respostas foram agrupadas e apenas as citadas, no mínimo, duas vezes foram listadas.

O principal motivo para a violência e para a insegurança objetiva em Tamarana, segundo os respondentes, foram o consumo e o tráfico de drogas, com quase 42% das citações, aparecendo muito acima do segundo motivo mais citado, que foi a

impunidade, com 9% e 17% dos respondentes. O terceiro principal motivo, com 7,7%, foram as brigas por desavenças e desentendimentos. A ausência de emprego, serviço e oportunidades concentrou 6,4% das citações e 12% dos respondentes.

Tabela 67. Tamarana (PR). Principais motivos para a violência, 2017

Motivos	%
Consumo e tráfico de drogas	41,7%
Impunidade	9,0%
Brigas	7,7%
Ausência de emprego/oportunidades/serviço	6,4%
Ausência de estrutura familiar	5,1%
Ausência de policiamento	5,1%
Bebidas alcoólicas	5,1%
Polícia	5,1%
Jovens/Pessoas nas ruas e sem perspectiva/Ociosidade	3,2%
Violência de outras cidades/Drogas e traficantes de Londrina	2,6%
Conflitos entre as gangues	1,9%
Lei/Justiça	1,9%
Ausência de religião/fé	1,3%
Outros	3,9%
Total	100,0%

Nota: Consideradas as respostas citadas, no mínimo, duas vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

A polícia apareceu em duas perspectivas, cada uma com 5,1% das motivações e quase 10% dos respondentes: a positiva, entendida pela ausência de policiamento, e a negativa, pela ação, incapacidade e corrupção. Outras motivações que se destacaram: violência de outra cidade e drogas e traficantes de Londrina (2,6%), conflitos entre as gangues (1,9%) e a ausência de religião e fé (1,3%).

Em Tamarana, a situação das crianças, adolescentes e famílias em vulnerabilidade social ganharam preocupação do poder público local apenas nos últimos anos. Atualmente, existem no município o Cras, Seas e Conselho Tutelar, que foram visitados no trabalho empírico. Um domicílio foi alugado ao lado da Secretaria de Assistência Social para comportar uma Casa Abrigo, que acolhia, em 2017, o limite total de sua capacidade: dez crianças e adolescentes.

O Seas foi instalado em 2012 em Tamarana, e sua função é semelhante à do Creas, ou seja, dar suporte às crianças e aos adolescentes que foram vítimas de violação dos seus direitos ou que praticaram algum crime e estão com medidas socioeducativas impostas pela 2ª Vara da Infância e Juventude de Londrina. Atualmente, o Seas de Tamarana funciona com uma estrutura mínima em um imóvel

geminado com o Conselho Tutelar: um psicólogo, um assistente social, um educador e um serviços gerais. Ambos, apresentados na Figura 88, são alugados pela prefeitura.

Figura 88. Tamarana (PR). Seas e Conselho Tutelar, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Em Tamarana, o Seas registrou 66 casos em 2016 ou quase seis por mês, sendo o abuso sexual a principal ocorrência enfrentada, e o tráfico de drogas, o crime mais praticado pelas crianças e adolescentes. Atualmente, quatro adolescentes infratores cumprem medidas socioeducativas na sede do Seas, em um espaço minúsculo, praticando artesanato e reciclagem com a educadora. Porém, o serviço pontua que esses jovens ficam, às vezes, até três dias sem aparecer e, embora o Seas notifique a delegacia em Londrina, nada acontece quanto à penalidade imposta, ou o agravamento da medida vem depois que o adolescente já cumpriu a anterior. Quando o caso é grave, a medida de internação ocorre em Londrina.

Segundo o serviço, os adolescentes de Tamarana demoram de três a quatro meses para receber as medidas e, por conta do tempo, acabam pendurando a medida para realizá-la em outro momento, o que tem enfraquecido o sentido da pena socioeducativa. Por isso, o serviço é falho e parece não ter efetividade no contexto local. Tanto é que a Secretaria de Assistência Social do município, o Cras e o Seas não possuem nenhum projeto de conscientização ou mesmo que busque reduzir a vulnerabilidade social em Tamarana. Assim, nos casos em que a Polícia Militar não

faz o flagrante, a família ou o acusador têm que se deslocar até Londrina e procurar o 6º Distrito Policial, o que gera muitas subnotificações.

A visita ao Conselho Tutelar de Tamarana foi rápida e serviu apenas para quantificar os atendimentos. A estrutura do local é precária para atender uma família envolvida com problemas de violência. Em Tamarana, ficou evidente que os diferentes setores sociais não dialogam, prejudicando a população em geral. Segundo o conselho, são, em média, dez atendimentos *in loco* mais dez visitas programadas por dia. Assim, são, em média, 600 atendimentos por mês. Além das visitas, são realizadas, em média, vinte orientações via telefone por dia, totalizando, também, 600 orientações por mês, em média. Os valores são bem elevados pelo porte demográfico de Tamarana. Os principais motivos para os atendimentos, que somam cerca de 80% do total, são as brigas, a violência doméstica e o envolvimento com drogas.

No Conselho Tutelar de Tamarana, são incomuns trotes, e raramente os conselheiros são ofendidos por telefone. Apesar disso, um conselheiro pediu exoneração do cargo por ter sido ameaçado enquanto atuava em uma ocorrência. O conselho destacou que a Polícia Militar acompanha, em média, 10% dos atendimentos, que são os casos considerados mais graves. Por todo esse cenário, é urgente a promoção de políticas públicas para os jovens e adolescentes em Tamarana, especialmente os que estão abandonados (pela família e pelo Estado) e os em vulnerabilidade social.

O Cras nasceu em 2007 em Tamarana e esteve no prédio da Prefeitura Municipal durante sete anos. Apenas recentemente, em agosto de 2014, foi inaugurada a nova sede, apresentada na Figura 89; ao seu lado foi instalada uma academia ao ar-livre para estimular mais um espaço público. Essa ampliação foi justificada pela demanda de ocorrências, tanto é que a nova localização do Cras transferiu-se do centro da cidade para um dos bairros com maiores problemas sociais.

O Cras de Tamarana tem cadastrado 3.272 famílias que passaram por algum atendimento nos dois últimos anos. Entre elas, 18% se enquadram nas diretrizes do Programa Bolsa Família e, por isso, recebem o benefício, fundamental para a sobrevivência delas. Passado esse período sem atendimento, a família deixa de ser considerada em vulnerabilidade social. Apesar desse número, o Cras consegue atender, adequadamente, no máximo, 300 famílias por mês. Isso porque existe apenas um veículo, e a equipe, que é pequena, atua em todas as fases do processo, desde o diagnóstico, o benefício social, o setor administrativo e de secretaria, etc.

Figura 89. Tamarana (PR). Cras e espaço público, 2017



Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Além disso, o atendimento na área rural de Tamarana também é prejudicado. Segundo o centro, ela apresenta muitas demandas que só são atendidas quando as pessoas envolvidas se deslocam até o Cras. As principais ocorrências no Cras são de envolvimento com tráfico de drogas, violência doméstica e abuso sexual contra as crianças. No caso de algumas ocorrências em que existem indícios de crimes, o Cras solicita a presença da Polícia Militar, mas raramente são auxiliados. Por isso, a maioria dos casos de violência doméstica viram subnotificações, uma vez que, para fazer a denúncia, elas precisam se deslocar até Londrina, em um trajeto que, de ônibus, dura mais de noventa minutos. Além dessa relação distante com a polícia, o Cras tem um diálogo ruim, não esclarecido, com o Conselho Tutelar.

A sede nova do Cras já foi furtada uma vez, tanto que foram instaladas grades nas janelas e nas portas. Atualmente, as principais intenções do Cras são promover políticas públicas de acesso à renda para cerca de 30% das famílias cadastradas que estão em situação mais delicada de vulnerabilidade e acesso à cultura e arte para os jovens que ficam vagando pela cidade sem atividades para fazerem.

Todo esse contexto apresentado vem motivando mudanças de Tamarana. A possível materialização desse declínio será comprovada no próximo censo demográfico. Uma respondente mulher de 30-39 anos, por exemplo, colocou como objetivo para 2017 se mudar de Tamarana para Londrina. Esse cenário, por sinal, já foi citado como uma das preocupações do poder público local.

Uma das comprovações do fenômeno acontece pela taxa de 73,2% de respondentes que conhecem pessoa(s) que se mudou(aram) de Tamarana nos últimos anos. Diante disso, a Tabela 68 apresenta as localidades e as motivações para as mudanças de Tamarana a partir dos respondentes locais, que recordaram 18 localidades e dez motivações diferentes, entre elas a busca por segurança pública.

Tabela 68. Tamarana (PR). Localidades e motivações para as mudanças, 2017

Localidade	%	Motivação	%
Londrina	48,4	Emprego/Trabalho	60,5
Curitiba	15,5	Educação	17,1
São Paulo	6,1	Saúde	5,3
Apucarana	5,1	Segurança/Violência	5,3
Cambé	3,1	Qualidade de Vida	4,0
Maringá	3,1	Consumo	2,6
Estado de Santa Catarina	2,1	Família	1,3
Estado de Mato Grosso	2,1	Infraestrutura	1,3
Faxinal	2,1	Lazer	1,3
Mauá da Serra	2,1	Serviços	1,3
Rolândia	2,1	-	-
Telêmaco Borba	2,1	-	-
Outros municípios do Paraná	6,1	-	-
Total	100,0		100,0

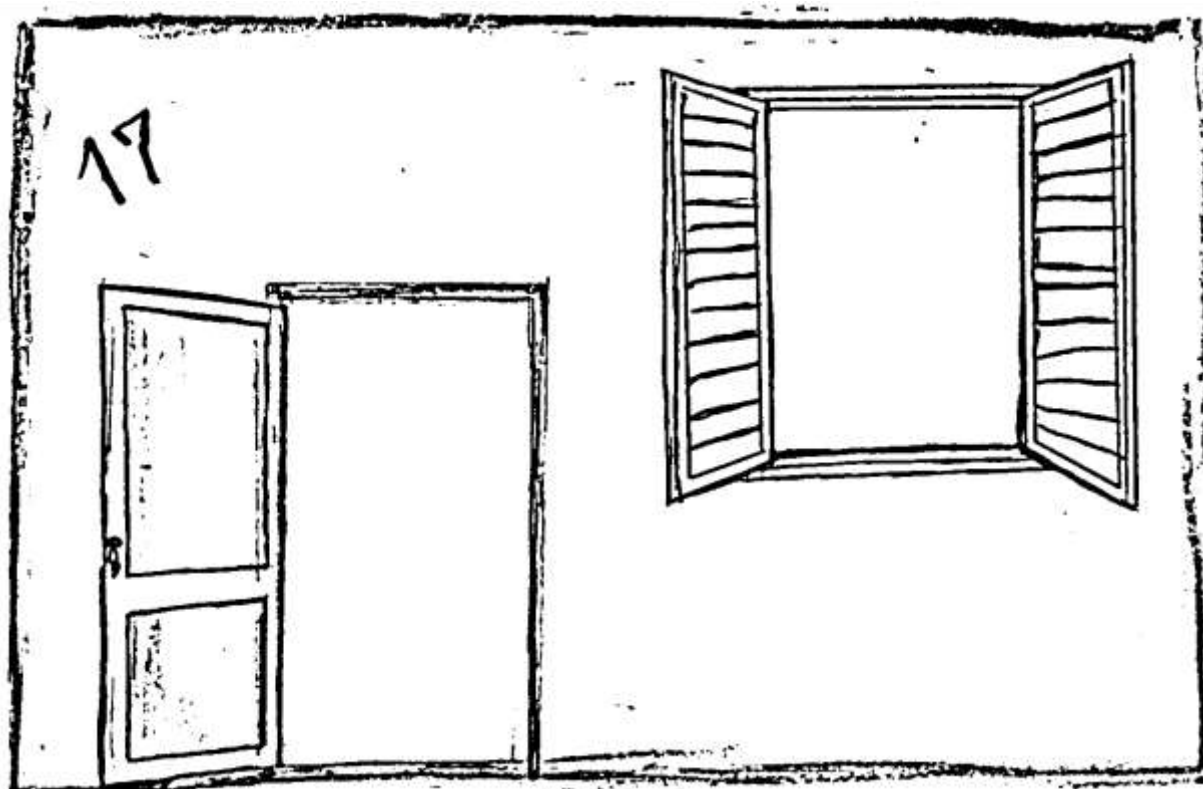
Nota: Consideradas as localidades citadas, no mínimo, duas vezes

Fonte: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (2017)

Londrina concentrou quase metade das mudanças pontuadas pelos respondentes, Curitiba somou 15,5% e São Paulo ficou com 6,1%. Apucarana, Cambé e Maringá também se destacaram. Com relação às motivações para essas mudanças, quase 80% foram por Emprego/Trabalho e Educação. Em terceiro lugar, apareceram a saúde e a segurança/violência, com 5,3% cada uma. É a primeira vez no trabalho empírico que a segurança/violência foram citadas como motivações para mudanças.

Portanto, em Tamarana, os segmentos responsáveis por políticas públicas e de gestão possuem pouca integração. É evidente que esse distanciamento prejudica a população local. Os setores sociais e de segurança são os mais atingidos. Um município que depende da iniciativa privada para a promoção de políticas sociais está errando o caminho do desenvolvimento social. Com isso, encerram-se as análises empíricas pela perspectiva local de análise. Na parte seguinte, estão as considerações com o intuito de estabelecer vínculos dos principais pontos da base teórica, dos fatores explicativos para a tese e das análises empíricas de Iporã, Figueira e Tamarana. Além disso, perpassa pelas considerações finais desta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



(Adriana Carnevalli)

A utopia e a resistência...

Considerações finais

As portas e janelas em pequenas cidades estão fechadas. Trata-se de uma realidade aparentemente simples, mas muito expressiva para o tema com que esta pesquisa procura contribuir. Em pequenas localidades, as ocorrências de violência, inclusive os homicídios, são cada vez mais recorrentes, gerando uma insegurança objetiva, reflexo dessa materialização. Além disso, as portas e janelas fechadas também significam uma transformação nas relações de sociabilidade, que predominantemente eram marcadas por encontros, laços primários e comunitários, e vida pública, no espaço e na participação das decisões locais.

Em outras localidades pequenas, as portas e as janelas estão se fechando, representando um processo ainda em andamento. Apesar disso, os cenários de violência e de insegurança objetiva são semelhantes. A diferença está na intensidade do fenômeno. Além desses dois contextos, a realidade brasileira, marcada pela diversificação das pequenas cidades, revela ser possível a existência de localidades que fogem dessa lógica de violência e de insegurança objetiva, embora isso pareça cada vez mais menos frequente.

A partir disso, esta última seção tem como propósito promover as considerações e articulações finais, amarrando os principais pontos da base teórica, dos fatores explicativos e das análises empíricas da escala local que construíram a tese da violência e insegurança objetiva em pequenas cidades. Ao mesmo tempo, apresenta encaminhamentos quanto à continuação da pesquisa, especialmente acerca da construção de um procedimento metodológico para contemplar a perspectiva da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades.

Efetivamente, compreender, em totalidade, o espaço geográfico a partir da realidade humana foi uma das tarefas mais complexas desta pesquisa. Isso se deve pela multiplicidade de olhares e leituras do espaço. Além disso, a complexidade se potencializa pelo tema, que envolve abordar a violência e a insegurança objetiva, e pelo recorte, que se volta para as pequenas cidades, seja para o pesquisador, que transita por espaços com altas taxas de homicídios, seja para os respondentes da comunidade local, que discursam sobre um tema causador de insegurança em espaços marcados pela pessoalização.

Nesse sentido, esta tese buscou, durante toda sua redação, compreender a condição humana e social de vida a partir das suas contradições e dos processos de

produção do espaço nas pequenas cidades. Isso se desenvolveu a partir de diferentes interpretações quanto às fontes teóricas e metodológicas, aos recortes espaciais e às escalas de análise, sem desconsiderar as ressalvas que alicerçaram a problematização.

Então, tentou-se demonstrar que o contexto de violência e de insegurança objetiva parece não ser exclusividade de pequenas cidades do Norte do Estado do Paraná, mas compõe a realidade de inúmeros outros espaços. Logo, a concepção de que a cidade pequena é um local tranquilo e seguro para se viver precisa constantemente ser desmitificada. Além disso, a pessoalização, marcante em cidades pequenas, também precisa ser entendida com uma nova ressignificação, já que na contemporaneidade ela não denota laços primários e comunitários de sociabilidade.

O exercício do pensamento teórico e metodológico desta tese passou, em vários momentos, pela dialética liberdade/segurança, entendida como as condições que as separam quando deveriam uni-las, como nos processos consonantes de ruptura das fronteiras, nos usos de equipamentos e serviços privados de segurança e na autossegregação, na ausência do Estado na promoção das políticas públicas, entre outras. Isso demonstra a violência como uma das maiores contradições da condição de vida patrocinada a partir do modo de produção capitalista.

A desmitificação das pequenas cidades como espaços tranquilos e seguros ocorreu pela construção da base teórica e metodológica, pelos fatores explicativos e pelo referencial empírico baseado nas pequenas cidades de Iporã, Figueira e Tamarana.

Os temas da violência e da insegurança perpassam pelas pesquisas de instituições públicas e privadas, mídia e universidades. Apesar disso, a literatura concentra as reflexões em metrópoles, áreas metropolitanas e cidades médias; são poucas as fontes que discorrem, diretamente, sobre a violência e/ou a insegurança em cidades pequenas. Por isso, a construção teórica foi um desafio.

A violência, apesar de abordada por inúmeras perspectivas, tem presença tão corriqueira no cotidiano que parece familiar, porém é preciso considerar que é profundamente marcada pela ideologia e, por isso, trata-se de tema complexo para transformá-la em objeto de pesquisa. Contudo, é preciso fazê-lo, seja horizontalmente, sem distinguir pessoas, seja profundamente, pela variação social. Assim, agruparam-se as bases teóricas em quatro perspectivas consonantes.

A primeira abordagem consiste na violência como reflexo da própria condição humana. Então, desde o processo civilizatório, a sociedade tem domesticado essa violência intrínseca do ser humano, e a materialização dela, atualmente, como os homicídios, seria um resquício daquela condição inicial violenta. Essa perspectiva engloba também a ideia de que a violência não ocorre apenas na contemporaneidade.

Nesse sentido, a formação histórica de Iporã foi marcada pela violência brutal dos bandeirantes contra as missões jesuíticas e, por conseguinte, pela destruição de povoados, inclusive indígenas. Em Figueira, a violência também antecede a consolidação municipal, já que os primeiros exploradores de carvão e diamantes faziam suas próprias leis, promovendo assassinatos e roubos. Enquanto município, as histórias contadas pelos habitantes de Figueira revelaram um contexto histórico-social marcado por muita violência, como homicídios, abusos sexuais e furtos.

Depois, já inserindo a realidade de Tamarana, a colonização do Norte do Paraná ocorreu a partir das terras devolutas e das concessões realizadas pelo Governo do Estado para as companhias colonizadoras, predominantemente privadas, como as contribuições de Mota (1994), Gonçalves (1999), Tomazi (1999) e Endich (2006). Assim, foi o uso constante da violência para a apropriação da terra e, na sequência, para a formação dos núcleos urbanos.

A segunda perspectiva representa a violência como reflexo do modo de produção capitalista e da globalização, conforme se indicou nas perspectivas do enriquecimento a partir do tráfico ilícito, da corrupção e da exploração, do cargo ou do papel social desempenhado, da sonegação fiscal e da negligência à fiscalização, inclusive de membros das elites locais. Em Iporã, houve até dificuldade na aplicação dos questionários e no tratamento desse assunto em espaços elitizados. Além disso, essa perspectiva dialoga com a difusão de valores a partir de áreas metropolitanas.

A terceira abordagem transita pela violência como uma perspectiva contemporânea, a partir da sociedade de classe, da ideologia do individualismo, da cultura do consumo e do cenário de esvaziamento dos valores coletivos. É fundamental considerar que, como se percebe, as abordagens são complementares entre si. Por isso, alguns autores, corretamente, desconstroem a associação entre violência e pobreza, como Zaluar (2002) e Bezerra Júnior (2006). A pobreza não sustenta a tese do aumento da criminalidade. Pelo contrário, os grupos sociais menos favorecidos são triplamente vítimas: pelo Estado, que não garante direitos e serviços

públicos; pela sociedade, que os marginalizam; e pela violência, que existe em todas as classes sociais. Essa realidade foi encontrada em Figueira e Iporã.

Na quarta perspectiva, a violência é entendida como reflexo e condicionante do espaço urbano, como a divisão social do trabalho, as desigualdades sociais (quanto ao acesso à moradia, à educação, bem como a outros direitos sociais) e as ações do Estado. Em Iporã, existem espaços negligenciados e até escondidos pelo poder público. Essas áreas apresentam uma população segregada e até ignorada por parcela dos demais habitantes, até mesmo quanto à negação de emprego. Em Figueira, também tem vários espaços e moradores marginalizados, sendo a única cidade do trabalho empírico que apresentou áreas de favelização. Nessas áreas, praticamente desconectadas do centro e reconhecidas por muitos como espaços de violência, há predomínio de problemas urbanos e ausência de perspectiva positiva de vida, já que os moradores também são segregados por parcela dos demais habitantes da cidade.

Diante da inoperância do poder público e do abandono social, grupos organizados, como do tráfico, encontram condições favoráveis para se infiltrar nesses espaços e persuadir a população – principalmente jovem, sem perspectivas –, à prática de atos ilícitos. Logo, essas pessoas enfrentam a violência produzida e reproduzida pelo Estado e pela sociedade, convivem com parcela de moradores que geram violência, como consequência da primeira violência e da inserção do tráfico ilícito de drogas e de produtos contrabandeados, no caso de Iporã, e passam, aos demais moradores, uma insegurança objetiva, reflexo das violências anteriores produzidas.

A partir dessa diversificação das perspectivas sobre a violência, alguns autores abordam-na como um sujeito difuso, ou seja, um espectro que unifica a multiplicidade dos fatores. Essa preocupação é pertinente quando o sujeito difuso é tratado como “qualquer coisa” e, por isso, gerador de reações sociais de histeria e quando é utilizado como justificativa para o aumento por mais tratamento acusador e penal. No entanto, a violência não pode ser personificada e englobada como uma lei geral; é preciso, então, horizontalizar e, ao mesmo tempo, aprofundar as possibilidades de interpretação e explicação.

A existência da violência foi amplamente reconhecida nas pequenas cidades estudadas, atingindo 83% dos respondentes em Figueira, 91% em Iporã e 94% em Tamarana. Nos três casos, as mulheres apresentaram taxas maiores de afirmação da

violência. Nas faixas etárias, os respondentes de 18-29 anos perceberam mais a violência em Figueira e, em Tamarana, isso aconteceu no estrato de 40 anos ou mais.

Já a proporção de respondentes que sofreram com a violência chegou a quase metade em Iporã e Tamarana e a 44% em Figueira, o menor patamar. Os homens de 18-29 anos e as mulheres com 60 anos ou mais são os grupos de maior vulnerabilidade em Iporã. Em Figueira, os estratos apresentaram dados semelhantes, mas os homens passaram por mais ocorrências do que as mulheres. Em Tamarana, os respondentes mais idosos foram os mais atingidos pela violência.

Quanto às formas de violência mais enfrentadas pelos respondentes, os furtos, as agressões e os roubos predominaram em Iporã. Entre os respondentes de Figueira foram as agressões físicas e os furtos. E, em Tamarana, os furtos concentraram quase metade dos casos. Os relatos das ocorrências foram muitos nas três pequenas cidades. Em Iporã, destaque para uma senhora de baixa condição econômica que teve as cadeiras de área e as roupas furtadas em varais. Em Figueira, a narração de uma senhora idosa que foi roubada durante a madrugada foi entristecedora. Ela estava dentro da residência e vários pertences, inclusive dinheiro, foram levados.

Esse cenário de complexidade acerca da violência tem motivado os estudos voltados à insegurança. Entre as diversas ramificações semânticas, esta tese abordou a insegurança objetiva. Para ela, é fundamental considerar que a abordagem das representações, dos imaginários e das identidades possuem uma carga subjetiva, sendo inerente a cada indivíduo ou cada grupo social. Por isso, as representações são inúmeras e heterogêneas. Assim, a possibilidade de vislumbrar essas construções de identidades reconhece a diversidade e a relevância social de cada um na totalidade que passa, obrigatoriamente, pelo espaço. Então, há a necessidade de reflexões sobre a territorialização, a partir dos espaços inseguros, pela vitimização e sua consequência na representação territorial, entendida pelas manifestações e ações sobre o espaço violento. Portanto, não se trata de abstração, é um processo concreto.

A insegurança objetiva ocorre a partir do momento em que os lugares adquirem vitalidade, ou seja, quando o sujeito o vivencia, assegurando um valor, significado e símbolo. Assim, a construção das representações da insegurança objetiva pela percepção dos lugares perigosos se confirma pelas vivências individuais e pelas vivências dos outros, conhecidas direta ou indiretamente.

Nas pequenas cidades, a violência e a insegurança objetiva aparecem em diferentes espaços. Internacionalmente, existem estudos em Portugal, Espanha e

Estados Unidos da América, inclusive com dados demonstrando o aumento da violência em cidades pequenas. No Brasil, Caniello (2003) abordou a rivalidade bipolarizada no carnaval e nas eleições em uma pequena cidade de Minas Gerais; Gonçalves (2005) pontuou a violência como um problema de cidades pequenas no Rio Grande do Norte; Paraguassú (2007) demonstrou a violência no “interior profundo com jeito de faroeste” nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Goiás; e Goes (1998; 2004; 2009) e Soriano (2007) trabalham a violência e/ou a insegurança a partir da descentralização das unidades prisionais no Estado de São Paulo.

As produções dos mapas da violência, embora desconsiderem os municípios com menos de dez mil habitantes, demonstram a violência em pequenas cidades. No mapa da violência de 2014, os municípios com população entre dez e 25 mil habitantes representavam 29% no *ranking* de maiores taxas de homicídios. O mapa da violência de 2015 concluiu que os municípios com as maiores taxas de homicídios de mulheres eram os demograficamente pequenos. No mapa da violência de 2016, 20% dos municípios no *ranking* de municípios com as maiores taxas de homicídios registrados por armas de fogo tinham entre dez e 25 mil habitantes.

A insegurança nas três pequenas cidades estudadas apresentaram taxas diferenciadas. Em Figueira, 23% dos respondentes sentiam-se inseguros na cidade. Em Tamarana, o patamar subiu para 37% e, em Iporã, alcançou o valor mais elevado, com 41% dos respondentes. Articulando os dados de insegurança com os de violência, conclui-se que as taxas de insegurança objetiva são: em Figueira, 17% dos respondentes e 72% dos inseguros; em Iporã, 28% dos respondentes pertencem ao grupo da insegurança objetiva e, entre os inseguros, esse patamar sobe para 60%; e em Tamarana, 32% dos respondentes apresentam insegurança objetiva, atingindo 86% entre os respondentes inseguros. Portanto, Iporã tem mais respondentes inseguros, mas Tamarana tem mais insegurança objetiva.

Isso ajuda a explicar por que as três cidades apresentaram proporções elevadas de respondentes que avaliaram a cidade negativamente (insegura e altamente insegura) com relação à segurança. Em Figueira, o patamar foi de 70% dos respondentes; em Iporã, de 72%; e em Tamarana, de 89% dos respondentes. A classificação de altamente insegura alcançou 15% em Iporã e 60% em Tamarana.

Uma das principais soluções para a redução da violência e da insegurança objetiva nas pequenas cidades consiste no caminho pela sociabilidade comunitária a

partir dos espaços públicos e da vida pública. Isso porque o problema da violência não será revolido enquanto for tratado apenas como uma questão de polícia. O caminho começa pela reconstrução de uma esfera de vida pública. Diversos autores corroboram o debate, como Lugan (1997), Zaluar (2002) e Bezerra Júnior (2006).

A sociabilidade, em síntese, compõe um conjunto de relações sociais que materializa e produz a existência humana em essência pela perspectiva de que cada um existe para o outro. Esse é um processo necessário para dar a cada um dos indivíduos o reconhecimento social de vida em comunidade.

Historicamente, a sociabilidade possui características próprias nas pequenas cidades. É a pessoalização que produz maior visibilidade. A pessoalização é entendida por muitos como um sinônimo de relações primárias e comunitárias. Nesta tese, faz-se a leitura de que essa interpretação vem sofrendo alterações significativas. Na contemporaneidade, o seu valor é apenas de conhecer e se reconhecer na localidade, ou seja, pessoalização não é sinônimo de relações sólidas e comunitárias.

Isso se explica porque a violência e a insegurança objetiva têm estabelecido novos modos de sociabilidade e de produção e reprodução do espaço. O aporte teórico, como em Lugan (1997), Silva (2004), Bauman (2013) e Magrini (2013), entende que é cada vez mais comum as relações de sociabilidade se tornarem secundárias, formais e técnicas ou, em alguns casos, violenta. Colabora com isso a inserção das pequenas cidades no modelo de produção capitalista, na divisão de classes e do trabalho, na globalização e nos avanços tecnológicos, que tem afetado a efervescência dos encontros, como é abordado no primeiro fator explicativo.

Em Figueira, Iporã e Tamarana, notoriamente, a vizinhança se conhece. Apesar disso, 20% dos respondentes de Iporã, 16% de Tamarana e 10% de Figueira afirmaram as respostas negativas de sociabilidade. Em Iporã, esse valor praticamente dobrou entre os respondentes com domicílio alugado. Com relação às idades, os dados mostraram diferenças entre as cidades: em Iporã os respondentes de meia-idade apresentaram a maior quantidade de respostas negativas para o conhecer a vizinhança; já em Figueira e Tamarana, isso aconteceu com os respondentes mais idosos.

Esse reconhecimento de vizinhança não significou, nas três pequenas cidades estudadas, relações sólidas de sociabilidade na maioria dos respondentes. Em Iporã, 13% não conversam com os seus vizinhos, e 37% dialogam de uma a duas vezes na semana. Em Figueira, os valores ficaram em 15% e 47%, respectivamente, sendo que

56% dos respondentes com nenhum relacionamento pertencem ao estrato de 18-29 anos. Já Tamarana apresentou os piores dados: 23% dos respondentes não conversam com os vizinhos e 51% dialogam entre uma a duas vezes por semana.

Então, fica cada vez mais evidente a perda dos laços de vizinhança em pequenas cidades. Não é a diminuição da pessoalização e, sim, da sociabilidade primária. Isso é reflexo da própria violência mas, igualmente, reflete a insegurança objetiva. Assim, a sociabilidade tem se materializado com outra roupagem que se aproxima cada vez mais da perversidade do modelo de produção capitalista.

A sociabilidade é indissociável dos espaços públicos. Por isso, estes também se configuram como movimentos de resistência e de enfrentamento do fenômeno da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades. A partir de diversos autores, como Saporì (2007), Loboda (2008), Bauman (2009; 2010) e Arango (2014), o espaço público é protagonista no cenário urbano, sendo local de interação socioespacial e de construção social e política de Estado.

Contudo, a vida nos espaços públicos é cada vez mais efêmera. Esses locais, inclusive as praças e parques, viraram espaços de passagem. A mesma renúncia ocorre com a vida pública e com a administração política da vida coletiva. Por isso, a tese apresentou o esvaziamento da vida pública nas pequenas cidades a partir de um ciclo vicioso associado à violência e à insegurança objetiva, à escassez de contato humano, ao individualismo, à ausência do Estado e às políticas repressivas, à mídia, ao tráfico e ao consumo de drogas, entre outras ramificações.

Nesse sentido, Figueira e Tamarana apresentaram situações antagônicas, mas resultados semelhantes. Em Figueira, há uma escassez de espaços públicos e de perspectivas positivas. Já Tamarana possui diversos espaços públicos espalhados pela cidade. Apesar disso, ambas apresentaram rarefação de sociabilidade. Em Figueira, a ausência de vínculos e laços atingiu faixas que são, comumente, associadas às relações sociais efervescentes, como os jovens. Em Tamarana, a maioria dos espaços públicos está abandonada, depredada e pichada.

O abandono tem acarretado novas funcionalidades dos espaços públicos, inclusive violentas. Com isso, muitos vêm passando pelo processo de transformação segundo a arquitetura do medo, sendo privatizados e/ou mercantilizados, demonstrando o processo de venda fragmentada das cidades, como criticam Sobarzo Miño (2004), Chauì (2006), Clavell (2010) e Bauman (2013).

Em Figueira, o espaço público do parque de exposição, constituído por uma ampla área descampada, teve os bancos retirados para tentar diminuir o uso dele para consumo e tráfico de drogas, que ocorrem diariamente, mesmo durante o período vespertino. Em Tamarana, a principal praça pública é local de tráfico de drogas e de ameaças de tiroteios disseminadas nas redes sociais. O centro social tem servido para funções semelhantes mais a prostituição. Em uma praça pública de um bairro nobre, os bancos, lixeiras e luminárias foram quebrados, as lâmpadas furtadas, o mato está alto, o calçamento irregular e existem muitas pichações.

Logo, nesses espaços, a vida urbana encontra-se cada vez mais degradada, deixando de promover os encontros e o convívio entre as diferenças, como abordam Jacobs (2001), Lefebvre (2001) e Carlos (2014). É somente por meio desses encontros e convivências que a luta de resistência contra a supressão do espaço e da vida pública ganhará intensidade e alcançará resultados. Os espaços públicos cheios de vida e de encontros significam recuperar também a segurança pública.

A vida nas três pequenas cidades se mostrou silenciosa. Além dos espaços públicos abandonados, são poucos os estabelecimentos culturais e comerciais que funcionam após o horário comercial. No caso de Iporã e Tamarana, existem muitos botecos e bares, sendo que em Tamarana diversos respondentes criticaram a presença desses estabelecimentos pelas frequentes brigas, esfaqueamentos e até homicídios. Além disso, segundo os respondentes, muitos desses bares funcionam como pontos de tráfico de drogas e influenciam na violência doméstica. No período noturno, a perspectiva social é mais silenciosa ainda. As ruas são escuras e vazias e somente os poucos pedestres e veículos rompem com essa inércia.

Um movimento de resistência em Figueira é a prática de teatro promovida pela Secretaria Municipal de Cultura. Contudo, ele sobrevive de ideologia, já que o município não investe recurso na cultura. As equipes, coordenadas por uma profissional apenas, atingem 65 crianças e jovens, diminuindo a vulnerabilidade deles e incentivando a arte, cultura, educação e conscientização. Nesse local, a expressão e o otimismo, que brotam dos palcos e das luzes, possibilitam sonhar com um amanhã menos injusto e mais emancipatório.

Esses cenários revelam que é preciso transformá-los. As cidades precisam ter vida! Encontros! Isso vai envolver os espaços públicos em vigilância mútua dos moradores, assegurando menos violência e desconfiança.

Os fatores que explicam a tese da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades, considerando, especialmente, a região Norte do Estado do Paraná, se articulam concomitantemente, e foram abordados para continuar a desmitificação das pequenas cidades como espaços seguros e tranquilos.

O primeiro fator explicativo transitou pelo modo de vida metropolitano, representado por hábitos de consumo e de individualismo, característicos da sociedade capitalista, transbordando para as pequenas cidades. Isso tem alterado a qualidade da sociabilidade e levado as relações à instabilidade, superficialidade, violência e insegurança objetiva. Além disso, esse extrapolamento de valores e práticas de áreas metropolitanas é alimentado e difundido pela mídia e pela internet.

Então, a metropolização representa a influência metropolitana, quase incontestável, sobre as cidades pequenas e médias e se circunscreve, na era da mundialização e da globalização, do triunfo das técnicas de informação e comunicação, da forte influência dos serviços sobre a economia, dos meios de transportes rápidos e da mobilização generalizada.

Esse cenário coloca em contraposição as perspectivas antagônicas do urbano: o que se realiza pela tendência negativa e que se soma ao contexto anterior, e o urbano, pela perspectiva positiva que, utópico ou materializado em movimentos de resistência, está relacionada ao além das relações capitalistas, superando-as e proporcionando uma vida, entre outras formas, em cooperação.

Corroborando isso o fato de que a maioria das ocorrências violentas decorre de pessoas consideradas comuns e por motivos fúteis, demonstrando que há uma violência que perpassa toda a sociedade. Ela está relacionada aos comportamentos decorrentes de valores da sociedade capitalista. Em Tamarana, a filha de uma respondente apanhou na escola por ter jogado vôlei durante a aula de educação física.

Portanto, a explicação da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades por esse fator explicativo propõe um olhar que vai além das ocorrências atingindo, em profundidade, a marca da própria sociedade contemporânea decorrente do avanço do capitalismo e dos valores que ele espraia. Esse modo de vida se refere a um conjunto de mudanças culturais marcadas pela presença da eletricidade, da televisão, do automóvel, da moda, entre outras, as quais, por um lado, produzem o conforto material, mas, por outro, as transformações que acompanharam tal realidade.

Entender o fator do transbordamento metropolitano é caminhar, inicialmente, pelas manifestações das práticas sociais cujos conteúdos foram transformados a

partir da industrialização, que impôs à cidade sua lógica centrada no modelo de produção, legitimando o valor de troca e a ideologia do consumo e produzindo uma vida cheia de coação. Alguns autores, como Lefebvre (1999), Monte-Mór (2006) e Endlich (2010), transitam pelas transformações dos espaços das cidades no contexto de industrialização que, no caso brasileiro, estendeu-se pelo território integrando os diversos espaços, especialmente das pequenas cidades, à centralidade urbano-industrial que derivava de São Paulo.

Portanto, a urbanização com desdobramentos negativos, associada ao modo de produção e ao fenômeno de globalização, transformaram as relações sociais primárias e comunitárias em relações secundárias, efêmeras e globais. Inicialmente, esse processo atingiu os espaços metropolitanos, que são o *lócus* da sociedade líquida moderna e, no segundo momento, transbordou para as pequenas cidades e espaços rurais, seja pelos movimentos de migração de “retorno”, seja pela difusão de tais hábitos e costumes pela mídia e pela internet.

O município de Tamarana pertence à Região Metropolitana de Londrina e está a 58 quilômetros da sede. Ele é o único da Região Metropolitana de Londrina que está ao Sul da região, ficando a pelo menos noventa quilômetros de distância dos demais municípios da região metropolitana. Assim como Tamarana, 53% dos municípios do Norte do Paraná pertencem a regiões metropolitanas institucionalizadas.

A influência de Londrina em Tamarana é percebida pelas viagens frequentes. Os resultados mostraram que 35% dos respondentes de Tamarana viajavam com frequência, e 67% deles tinham Londrina como destino. As principais motivações para os deslocamentos eram o trabalho e o consumo. Na outra ponta das viagens frequentes, cerca de 20% dos servidores concursados pelo município de Tamarana residem em Londrina. Além deles, existem servidores estaduais e federais, como funcionários do banco, correios e professores que seguem essa dinâmica.

A influência londrinense também ocorre por forma de atração. Em Tamarana, 73% de respondentes conhecem pessoas que se mudaram de Tamarana nos últimos anos, tendo Londrina concentrado quase metade delas. Com relação às motivações para essas mudanças, a segurança/violência apareceu em terceiro lugar, sendo a primeira vez no trabalho empírico que esse cenário aconteceu.

Há, claramente, uma grave inconsistência na institucionalização de regiões metropolitanas em espaços que não são metropolitanos, já que o Paraná é composto, majoritariamente, por pequenas cidades com áreas de influência municipal e/ou

microrregional. Além disso, segundo o Regic (IBGE, 2007), apenas Curitiba, Londrina e Maringá possuem área de influência que pudessem justificar a existência de uma região metropolitana. Ainda assim, essas institucionalizações e efetivações dependeriam de outros fatores e elementos, como critica a gestão de Tamarana.

Em Tamarana, compor a Região Metropolitana de Londrina não tem significado nada em termos de políticas públicas. O único benefício conquistado foi participar do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. O município não é contemplado nem com integração dos serviços de transporte metropolitano. No campo da segurança pública, pertencer ao consórcio intermunicipal de Londrina significa apenas formalidade numérica, já que os convênios ficam centralizados em Londrina e nenhum deles contemplou Tamarana. Portanto, é uma influência irradiada seletivamente.

Outra associação fundamental dentro desse fator explicativo é que muitas pequenas cidades têm apresentado aumento de população, inclusive urbana, seja pelo retorno de antigos moradores, seja pelos novos cidadãos. Muitas dessas pessoas levam hábitos metropolitanos para as pequenas cidades. No Norte do Paraná, 54% dos municípios ganharam população total e 84%, população urbana no período entre 2000 e 2010. Esses dados mostram que as cidades pequenas da região, em sua maioria, já conseguiram reverter o declínio demográfico e algumas, inclusive, possuem taxas de crescimento que superam cidades maiores, como Maringá, Londrina, Curitiba e até São Paulo. Tamarana passou por um aumento populacional significativo com a sua emancipação política. Porém, a oferta dos serviços públicos, inclusive de segurança, não acompanharam esse aumento.

A difusão de toda essa perspectiva construída sobre o transbordamento do modo de vida metropolitano e a divulgação, diária, de ocorrências de violência e de situações objetivas e concretas de insegurança ocorrem, predominantemente, por ação da mídia e pela internet. Atualmente, ambas são potenciais propagadoras dos acontecimentos e dos fatos das áreas metropolitanas para as demais, seja por meio de programas policiais, seja pela produção de novelas, séries e filmes que retratam características do modo de vida metropolitano.

A televisão estava presente em 97% dos domicílios brasileiros, e o microcomputador com acesso à internet em 42% deles, segundo os últimos dados oficiais, em 2014. O acesso à internet, influenciado pela propagação de telefones móveis e independente do equipamento, fazia parte de 55% dos domicílios. Isso reflete nas pequenas cidades. Em Figueira, 86% dos respondentes assistiam televisão

diariamente. Em Tamarana, o valor era de 90% e, em Iporã, de 94%. Os jornais e os programas de entretenimento, como filmes, séries, culinária, humor e auditório foram os gêneros mais citados nas três pequenas cidades. Em Iporã, dois programas policiais somaram 16% dos respondentes, valor próximo aos programas esportivos e superior aos religiosos. Em Tamarana, 1% dos respondentes citou o gênero policial, a mesma proporção de programas religiosos.

Portanto, é evidente que a televisão e a internet se configuram como difusores da informação, especialmente na atual modernidade em redes. O ponto crucial, então, está em entender o que tem se difundido (o conteúdo) por meio dessas plataformas. Uma das perspectivas foi olhar, nesta tese, como elas têm tratado a violência e as situações objetivas de insegurança.

Teoricamente, autores como Benevides (1983), Rifiotis (1999), Chaui (2006) e Magalhães (2009) abordam a mídia televisiva como propagadora de ocorrências de violência e criminalidade. Já Castells (2004) avança sobre a internet e as redes que processam fluxos gerados e controlados a partir dos espaços metropolitanos. A internet é o meio que permite que a concentração metropolitana e a ligação global em rede ocorram simultaneamente e se difundam para as pequenas cidades.

No caso da difusão da segurança ou da insegurança que algumas cidades exercem sobre as demais, a partir da mídia e da internet, os resultados revelaram que metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo irradiam insegurança entre os respondentes das três pequenas cidades estudadas. A cidade de Foz do Iguaçu, presente na fronteira brasileira, também apareceu como insegura em todas elas, sendo seu menor patamar em Iporã. As cidades de Curitiba, Londrina e Maringá apresentaram menos respondentes ou valores próximos com insegurança do que as próprias cidades de Iporã e de Tamarana. Só em Figueira que elas despertaram mais insegurança nos respondentes do que a própria cidade.

O segundo fator explicativo para a tese da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades se sustenta pela fronteira e pela faixa de fronteira, bem como pela dinâmica do tráfico ilícito, principalmente de pessoas, drogas e produtos contrabandeados, além de outras ramificações, como corrupção, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, exploração sexual, etc.

As áreas fronteiriças são espaços marcados e reconhecidos pela existência de uma violência quase que crônica. É comum encontrar trabalhos acadêmicos, como de Ruiz (1996), Machado (2000), Silva (2011), Carneiro Filho (2013) e Pereira (2013);

políticas públicas e programas sociais, como o Enafron e o Narcondenúncia; e reportagens dos meios de comunicação, como as reportagens sobre a violência nas pequenas cidades de Altônia, Brasilândia do Sul, Francisco Alves, Icaraíma, Pérola e Querência do Norte.

O Estado do Paraná possui 139 municípios (35%) em fronteira ou faixa de fronteira, abrigando 2,3 milhões de paranaenses. No Norte do Estado, 21% se localizam na faixa de fronteira, já que nenhum município é fronteiriço, o que representa 10,4% da população total da região. Com exceção de Umuarama, os demais municípios são polarizados por pequenas cidades.

A ausência ou a insuficiência do Estado nas fronteiras e faixas de fronteiras por uma perspectiva mais social e humana e menos pela de controle e de zonas militares, impulsionou o desenvolvimento de atividades ilegais que influenciam na violência e na insegurança objetiva. Assim, existem duas abordagens, indissociáveis, sobre isso. Na primeira, em escala global, a violência e insegurança se vinculam ao processo de globalização da criminalidade organizada a partir do fenômeno social que permitiu a transnacionalização das atividades ilegais em nível global. No caso do narcotráfico, ele é composto por estruturas organizadas, com ampla divisão do trabalho, como nas empresas “legais”. Esse contexto se associa, também, ao primeiro fator explicativo,

Na segunda abordagem, em escala local, a violência e a insegurança objetiva nas fronteira e nas faixas de fronteira decorrem de contextos e situações locais e regionais, como apresentou o trabalho de Rocha (2012), ao concluir que 57% dos adolescentes apreendidos por transporte de drogas em rodovias paranaenses eram do próprio Estado, sendo 60% deles residentes na fronteira ou na faixa. Além disso, 47% deles levariam as drogas para cidades paranaenses, sendo a maioria delas pequenas.

Apesar da multiplicidade de motivações para a violência e para a insegurança objetiva nas cidades de fronteira e de faixa de fronteira, a que tem maior relevância, inclusive na economia e na política mundial de controle do território (produção de territorialidades), é o tráfico de drogas ilícitas e de produtos contrabandeados. Nesse sentido, tem-se a territorialização desses espaços pela multiplicidade de poderes, particularmente na dualidade forças militares do Estado *versus* narcotraficantes.

Por isso, a malha rodoviária tem papel fundamental no escoamento dessa violência e insegurança objetiva a partir da fronteira e da sua faixa. Assim, no Paraná, as estradas, como a PR-160, chamada de rota caipira do tráfico, a PR-323, a BR-369

e a BR-272, se associam à segurança pública, especialmente em cidades pequenas, por se converterem em rotas do tráfico ilícito, espaços favoráveis para roubos de ônibus e espaços de fugas para as quadrilhas ou assaltantes que roubam o comércio, bancos e caixas eletrônicos.

No caso de muitas pequenas cidades, inclusive Figueira, Iporã e Tamarana, os acessos são quase sempre limitados a uma ou duas entradas/saídas. Essa redução já se mostrou como facilitadora para a prática de assaltos e furtos, e esses casos se multiplicam nas pequenas cidades. Os relatos desses tipos de ocorrências se repetem desde 2012 em Iporã e desde 2014 em Figueira e Tamarana.

Na região de Figueira, essa prática já atingiu várias cidades, inclusive com moradores feitos reféns, como em Congonhinhas, Ibaiti, São Jerônimo da Serra e Ventania. Em Curiúva, em 2016, uma quadrilha assaltou um banco, fugiu com reféns, muitos deles amarrados sobre a parte superior da carroceria do veículo para evitar que atirassem no vidro dianteiro, interditou a PR-160 tombando um caminhão, roubou um estabelecimento comercial na área rural e não foi presa.

Em Figueira, em 2015, criminosos arrombaram a única agência bancária da cidade que, decorrente disso, liberou uma cortina de fumaça. Isso assustou os criminosos, que fugiram deixando uma bomba no local, desarmada pelo Esquadrão Antibombas de Curitiba. Em Tamarana, duas agências bancárias deixaram de operar no município após explosões e roubos em 2014 e 2015. Porém, o caso mais emblemático ocorreu em 2015, quando criminosos roubaram uma retroescavadeira da Prefeitura Municipal e destruíram as duas únicas agências bancárias na cidade.

No relatório do Enafron (2013), várias pequenas cidades apareceram como rotas de tráficos de pessoas, como as paranaenses Cambira, Clevelândia, Cruzeiro do Oeste, Engenheiro Beltrão, General Carneiro, Guaíra, Pinhão, Porto Vitória, Reserva e São João do Triunfo. O tráfico de pessoas para a exploração sexual e trabalho escravo movimentava, em média, R\$ 120 bilhões de faturamento anual, valor superior aos segmentos mais altos da economia formal, como os de energia, financeiro, tecnologia, automobilismo e varejo.

O Narcodenúncia, do Governo do Estado do Paraná, demonstrou que várias pequenas cidades do Norte do Paraná possuíam altas taxas de presos e apreendidos por tráfico de drogas, como Assaí, Cruzeiro do Oeste, Iguaçu, Inajá, Jataizinho, Maria Helena e Perobal. Iporã também se destacou nesse sentido. O outro lado revelado pela CPI do Narcotráfico mostrou o envolvimento de maneira cristalizada de

agentes estatais de segurança pública do Paraná, como superintendentes, delegados e investigadores, no narcotráfico.

A realidade de Iporã se vincula com intensidade a esse fator explicativo da violência e da insegurança objetiva a partir da faixa de fronteira. O município está na faixa de fronteira, a aproximadamente 65 quilômetros do Paraguai. Os dados de trabalho e de emprego demonstraram muita informalidade no município, o que pode ser um elemento a ser considerado nessa realidade de fronteira. Corroborando isso a proporção de respondentes (54%) que viajavam com frequência para municípios vizinhos, principalmente para consumo. As viagens para o Paraguai apareceram em quarto lugar com quase 7% dos respondentes.

Em Iporã, todos os respondentes afirmaram que o consumo e o tráfico de drogas fazem parte do cotidiano local e aproximadamente um terço deles considerou a proximidade com a fronteira como motivadora e facilitadora para essa realidade. Segundo respondentes, existem em Iporã ramificações de facções do crime organizado, inclusive de redes internacionais que atuam no Paraguai. O principal motivo para a violência e para a insegurança objetiva em Iporã, segundo os respondentes, foram o consumo e o tráfico de drogas, seguido pela ausência de emprego e de oportunidade e pela proximidade com o Paraguai.

Em Figueira, a formação e atuação de grupos organizados de tráfico de drogas são bem visíveis e aproveitadoras da vulnerabilidade social. Os traficantes são locais e não se vinculam às redes ou grupos internacionais. A existência do consumo e do tráfico de drogas em Figueira foi reconhecida por quase 97% dos respondentes e aproximadamente 73% deles consideraram-na como motivadora para a violência.

Em Tamarana, a existência do consumo e do tráfico de drogas no cotidiano local foi reconhecida pela totalidade dos respondentes e aproximadamente 80% deles consideraram-na como motivadora para a violência no município. Segundo os respondentes, os espaços de tráfico estão camuflados, inclusive em espaços comerciais formais. Os componentes do tráfico, independente da condição social, residem em Tamarana, embora os mandatários e gerenciadores das facções sejam de Londrina. Por isso, a violência e a insegurança objetiva em Tamarana também se vinculam a Londrina.

Diante desse contexto, a violência e a insegurança objetiva são recorrentes em pequenas cidades de fronteira e da faixa de fronteira, inclusive no Norte do Estado do Paraná. Os dados apresentados por Castro (2011) mostraram que nas duas sub-

regiões de faixa de fronteira que possuem municípios paranaenses, Portal do Paraná e Vales Coloniais Sulinos Sudoeste do Paraná, as mortes masculinas por agressões somam, aproximadamente, 30% e 50%, respectivamente, do total de óbitos.

O debate sobre a fronteira é complexo e não pode ser olvidado pela universidade. Por isso, tentou-se transitar por explicações teóricas e empíricas, desde a fronteira e a faixa de fronteira, a articulação delas com a rede internacional de tráfico, mostrando a situação preocupante de tráfico de pessoas, até as rodovias como *lócus* do escoamento dos crimes de fronteiras. Portanto, é fundamental pontuar que, embora as explicações sejam gerais, focaram-se as pequenas cidades em diversos momentos para mostrar que elas não fogem ao contexto.

O terceiro fator explicativo para a tese da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades é a ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços públicos de segurança acompanhado da incapacidade do Estado em fomentar políticas públicas e promover planejamento estratégico adequado.

Nesse sentido, vários autores, como Weber (2004) e Bauman (2007), têm abordado a ausência do Estado, a ruptura entre o “poder” e a “política”, o abandono do público e a transferência para a iniciativa privada das obrigações do Estado. Na segurança pública, o monopólio legítimo da violência pelo Estado proposto por Weber (2004) dimensiona a significância desse setor que não pode, em hipótese alguma, passar por movimentos de privatização. Além disso, há uma profunda crise no modelo público de segurança, desde a conduta militarizada até a corrupção de instituições estatais, gerando uma descrença na justiça e nas instituições policiais, como abordaram Zaluar (1997), Silva (2004), Neme (2005), Gavira (2008) e Sales, Alencar e Feitosa (2009).

Nas três pequenas cidades da análise local, as proporções de respondentes que reclamaram da conduta policial e, principalmente, da frequência com que faziam rondas pela cidade foram consideráveis. Em Tamarana, quase 10% dos respondentes citaram a polícia como a responsável pela violência na cidade. Por isso, defende-se a transformação do modelo militar de polícia para o comunitário e cidadão. Essa filosofia, que se baseia na premissa de que polícia e comunidade devem trabalhar juntas, em participação social, a partir de iniciativas preventivas, contribuiu para diminuir as taxas de criminalidades no Japão e no Canadá.

O abandono do monopólio e da promoção de políticas públicas por parte do Estado vem gerando um aumento significativo por equipamentos e serviços privados

de segurança, fornecidos por empresas de instalação de câmeras e cercas elétricas, inclusive em cidades pequenas, que já têm vigilantes motorizados.

Nas três pequenas cidades estudadas, essa realidade tem acontecido em forma de substituição do Estado, ausente na maioria dos serviços públicos de segurança, pela iniciativa privada. Em Figueira, apenas 9% dos respondentes tinham algum modelo de cerca e 10% pagavam o serviço privado de segurança de vigilante motorizado de uma empresa de Curiúva, que cobrava o valor de R\$ 30,00 mensais de cada residência. Em Iporã, 3% dos respondentes possuíam câmeras de vigilância, 11% algum modelo de cerca e 23% pagavam pelo serviço privado de vigilante motorizado, sendo que a empresa era de Altônia e cobrava R\$ 20,00 ou R\$ 30,00, dependendo do bairro e da residência. Em Tamarana, 5% dos respondentes tinham câmeras de vigilância, 26% cerca e 29% pagavam pelo serviço privado de vigilante motorizado, sendo que foram reconhecidas duas empresas locais e valor unificado de R\$ 30,00. Tamarana tem câmeras de vigilância espalhadas pela cidade, que não funcionam desde 2014.

Os serviços e equipamentos de segurança pública existentes no Norte do Estado do Paraná são insuficientes para a demanda e para as necessidades populacionais. Para entender isso e o fato explicativo, transitou-se pelos principais equipamentos e serviços públicos de segurança: as Polícias Militar, Civil e Científica, os Bombeiros Militar e Comunitário, os estabelecimentos penais e os investimentos municipais com segurança pública.

Entre as cidades analisadas pela escala local, Iporã e Figueira enfrentam declínio demográfico desde a emancipação política. Apesar disso, Iporã perdeu menos serviços de segurança pública, e Figueira apresenta a situação mais delicada com relação ao distanciamento dos serviços. Já Tamarana, embora tenha aumentado sua população, também perdeu serviços de segurança pública.

No caso da Polícia Militar, 86,6% dos municípios da região Norte do Estado são atendidos por destacamentos ou pelotões geralmente deteriorados e com pouco efetivo policial. A distância entre Paranavaí e 21% dos municípios de sua área de cobertura é superior a cem quilômetros, ajudando a explicar as altas taxas de homicídios nas pequenas cidades de Nova Londrina, Querência do Norte e Santa Cruz de Monte Castelo.

Além disso, alguns arranjos espaciais de hierarquia são incompreensíveis e podem estar cooperando com as altas taxas de homicídios, como em Andirá e Barra

do Jacaré, que aguardariam metade do tempo se trocassem de batalhão. A área de cobertura da Polícia Militar de Marialva subestima a lógica, já que alcança municípios como Doutor Camargo e São Jorge do Ivaí que estão a mais de sessenta quilômetros no sentido oposto. Outra insanidade são os municípios a Sudeste de Apucarana e, portanto, mais próximos dela, dependerem da companhia de Jandaia do Sul.

Em Iporã, a situação da Polícia Militar melhorou em 2009 quando o destacamento foi elevado à condição de Companhia, o que favoreceu o aumento do efetivo e da infraestrutura. Essa estratégia, resposta aos altos índices de violência no município, reduziu a quantidade de homicídios pela metade nos três anos seguintes. Porém, desde 2014, a companhia tem perdido efetivo e enfrentado dificuldade em atender a sua área de atuação. Já a Polícia Rodoviária Estadual inaugurou, em 2014, um posto no município às margens da rodovia PR-323, devido à demanda urgente por ocasião da fronteira.

Em Tamarana, a Polícia Militar passa, além do problema de efetivo e infraestrutura, por um distanciamento com a comunidade local. O destacamento depende do batalhão de Londrina. Isso tem implicações na violência, já que o município não enfrentou casos de homicídios apenas em 1996, considerando o levantamento entre 1996 e 2013. Em 2012, último ano com dados anuais consolidados, foram 11 homicídios, um recorde que deve ser quebrado assim que novos dados forem divulgados. A Polícia Rodoviária Estadual está a 32 quilômetros, em Londrina.

A realidade da Polícia Militar em Figueira é a mais drástica. Isso porque, além de ser a única instituição de segurança pública no município, ela tem um efetivo baixo e apenas uma viatura. O destacamento local é subordinado ao batalhão de Telêmaco Borba, a 75 quilômetros. A situação pode justificar as taxas de homicídios alarmantes. Figueira não teve nenhum caso de homicídio apenas em 1998 e 2010, considerando o levantamento entre 1996 e 2013. No caso da Polícia Rodoviária Estadual, volta-se ao posto de Ibaiti ou Ventania. A própria região de Figueira possui muitos municípios nessa condição de distanciamento dos serviços públicos de segurança e, por isso, associando-se, diretamente, a esse terceiro fator explicativo. Em decorrência disso, vários municípios possuem altas taxas de homicídios, como Curiúva, Ibaiti, Ribeirão do Pinhal, Sapopema, São Jerônimo da Serra e São José da Boa Vista.

Os bombeiros militares do Paraná não conseguem cumprir o “tempo de resposta” em quase 70% dos municípios do Estado. No Norte do Paraná, apenas dois

grupamentos e três subgrupamentos independentes atendem à área de 186 municípios. O grupamento de Maringá, por exemplo, atende mais de dois milhões de habitantes. Por isso, a solução deve-se voltar para investimentos na formação de bombeiros comunitários, que são gerenciados pela Defesa Civil. Em 2006, 73 municípios paranaenses possuíam o serviço, sendo 17 unidades na região Norte do Estado, todas em pequenas cidades.

O município de Iporã formalizou o bombeiro comunitário após rejeitar a instalação de uma unidade militar, que acabou seguindo para Altônia. A ideia foi expressiva, mas a incapacidade de a gestão municipal manter o serviço tem gerado seu sucateamento e, por conseguinte, sua inoperância. O caminhão e a ambulância têm problemas no motor, na carroceria e nos pneus. Por isso, o município acaba recorrendo aos bombeiros de Altônia e aos de Umuarama. Figueira e Tamarana não possuem bombeiros e dependem, respectivamente, de Telêmaco Borba e Londrina.

A situação mais delicada é a da Polícia Civil: infraestrutura precária, organização operacional e logística falhas e falta de efetivo. Em 2015, 64% dos municípios paranaenses não tinham delegado e 52% deles não possuíam atendimento nenhum de Polícia Civil. O Estado tem proporções de policial civil e de delegados entre as piores do Brasil. Já as unidades especializadas da Polícia Civil são raras no interior do Estado, predominando em Curitiba. No Norte do Paraná, 97% dos municípios não têm unidades especializadas ou sede de subdivisão da Polícia Civil. Por isso, 74% dos habitantes da região estão em condições precárias de assistência à segurança em praticamente todos os setores da Polícia Civil, demonstrando a incompetência do Estado em garantir segurança pública.

Iporã, mais uma vez, é a que apresenta a melhor situação entre as três pequenas cidades da escala local de análise. O município é sede da 15ª Delegacia Regional de Polícia, tem delegada, duas escrivãs, cinco investigadores e três veículos. Já em Figueira e em Tamarana inexistem Polícia Civil, sendo que os atendimentos ocorrem, respectivamente, em Curiúva/Telêmaco Borba e em Londrina. Em Tamarana, a Delegacia de Polícia Civil está completamente abandonada, com muros derrubados e mato alto, com janelas depredadas e pichadas. Em Figueira, a delegacia deixou de existir. A ausência do serviço de Polícia Civil em Figueira e em Tamarana influencia, diretamente, no sentimento de impunidade, já que as investigações esbarram na ausência de efetivo, de infraestrutura e até de custeio dos deslocamentos.

A Polícia Científica, fundamental para os trabalhos periciais, está presente em Curitiba e mais nove seções técnicas no interior, nenhuma em pequena cidade. A seção técnica de Londrina é responsável por 88 municípios, a de Maringá por 78 e a de Umuarama por 75, evidenciando que são insuficientes para periciar as ocorrências existentes na região. A situação é semelhante no Instituto Médico-legal, que está na Capital e em 17 unidades no interior, configurando-se em mais um serviço fundamental para a segurança pública, o qual se mostra defasado e insuficiente.

Os estabelecimentos penais do Estado do Paraná irradiam insegurança e, em muitos casos, insegurança objetiva, principalmente por meio das cadeias públicas espalhadas por várias pequenas cidades. Elas convivem, em sua maioria, com superlotação, insuficiência de servidores, infraestrutura deteriorada e, por conseguinte, incontáveis rebeliões e fugas. Na região Norte do Estado, oito cadeias públicas estão em pequenas cidades. Em Ibaiti, por exemplo, os presos cavaram um túnel e fugiram da cadeia pública, que abrigava 74 pessoas, em um local adequado para apenas 19 pessoas.

O problema se agrava pelo fato de muitos presos, condenados ou aguardando julgamento, estarem superlotando as delegacias de Polícia Civil em praticamente todo o Estado do Paraná. Na carceragem provisória na delegacia de Curiúva, responsável pelas ocorrências de Figueira, tem espaço para oito pessoas mas, em 2016, abrigava 27 pessoas, entre elas presos provisórios, condenados e homens e mulheres misturados, demonstrando a desumanidade que personifica a gestão do Governo do Estado do Paraná nos últimos anos. A delegacia, com problemas de infraestrutura, registra fuga e tentativas de fuga frequentemente, como em 2014, 2015 e 2016.

A incapacidade do Governo do Paraná em promover segurança pública é acompanhada pela maioria dos municípios do Estado que preferem não se envolver nessa questão e acabam por não promoverem políticas sociais na área. No entanto, o município tem grande relevância na gestão da segurança pública e, por conseguinte, condições de reduzir as desigualdades e os crimes, especialmente a partir de modelos alternativos comprometidos com o contexto local, como têm trabalhado Xavier (2007) e Lima et al. (2014).

Entre 2009 e 2013, apenas 35% dos municípios da região Norte do Paraná investiram em segurança pública. Apesar disso, os valores são insignificantes na maioria dos municípios, menos de 1% do total do orçamento, se pensados na real proposta de enfrentamento do problema da violência e da insegurança objetiva de

uma forma mais próxima. Os investimentos com segurança pública municipal associados às taxas de homicídios mostraram que as duas cidades pequenas que mais utilizaram recursos com segurança pública municipal, Santa Inês e São Manoel do Paraná, apresentavam insignificantes taxas de homicídios.

Outra possibilidade de investimento em segurança pública municipal é a instalação da Guarda Municipal, desde que materializada com ideologia da Polícia Comunitária. No Paraná, apenas 31 municípios (7,8%) possuíam esse serviço em 2014, sendo dez no Norte do Estado. Entre eles, cinco são pequenas cidades: Altônia, Cambará, Cruzmaltina, Iporã e Mauá da Serra. Em Iporã, a Guarda Municipal foi instalada em 2005 a partir da necessidade por mais segurança pública, em um contexto em que o contingente de policiais militares era insuficiente. Com o passar dos anos, a situação se inverteu: houve um aumento no efetivo militar e uma deterioração e sucateamento da guarda municipal.

Diante de todo esse cenário de esvaziamento do Estado por meio da segurança pública, a maioria dos respondentes das três pequenas cidades estudadas afirmou que faltam policiais, bombeiros, viaturas e serviços públicos de segurança. Em Iporã, a proporção de respondentes atinge 94% do total, abaixo de Figueira, com 97% dos respondentes, e de Tamarana, com 98%. Além disso, a ausência de segurança pública foi citada por 9% dos respondentes de Figueira como motivação para a violência e insegurança objetiva na cidade.

Essas perspectivas explicativas buscaram entender, horizontalmente, as múltiplas leituras e a complexidade do fenômeno, ainda em andamento, que permeia espaços antes considerados inalcançáveis – é a vastidão que possibilita a construção da tese! Verticalmente, demonstram que ocorrem, concomitantemente, pela dualidade de papéis: Estado de um lado e sociedade civil e movimentos sociais de outro.

As peças empíricas acerca das três pequenas cidades revelaram outras preocupações significativas e precisam ser retomadas nestas reflexões finais. Em Iporã, o ponto mais inquietante refere-se ao alto consumo de remédios antidepressivos e psicotrópicos, especialmente por adolescentes e crianças. A utilização desses remédios transpareceu na realidade de Iporã como uma alternativa encontrada para diminuir a existência do envolvimento de adolescentes e crianças com a violência. Isso representa, inicialmente, uma das mais perversas práticas de violência contra as crianças e os jovens; em segunda reflexão, permite questionar a

convivência do poder público com essa situação que não demonstra aparente distanciamento do uso de drogas, chamadas de ilícitas.

Em Figueira, a realidade local é muito entristecedora, particularmente pelo abandono do Estado. Por isso, a ausência de motivações e de ânimos permeou o discurso de praticamente todos os respondentes. A cidade se configura apenas como um espaço de passagem, e os principais problemas citados pelos respondentes foram a segurança e o combate à violência e a geração de emprego.

Em Tamarana, os principais problemas foram a segurança e o combate à violência, o serviço de saúde e a geração de emprego, geração de renda, oportunidades e trabalho. Na pesquisa, 26% dos respondentes estavam desempregados. Esse problema é mais grave que em Figueira, que tem quase quatro mil habitantes a menos e é economicamente mais pobre. Além disso, o que potencializa essa preocupação é a ausência de possibilidades para essa mudança de cenário, especialmente por inoperância do poder público; tanto é que, mesmo com muitos espaços públicos, não há vida nas ruas. A Secretaria Municipal de Saúde de Tamarana também tem percebido uma ampliação na prescrição médica e no consumo dos remédios psicotrópicos em crianças e adolescentes. Porém, parece ser um processo inicial que, segundo o órgão local, será fiscalizado com atenção.

As soluções para mudança desses cenários se apresentam mesmo algumas em utopia. A ruptura desses modelos atuais deve partir dos movimentos concretos de resistências a partir da proposição de um novo modo de vida urbano que precisa passar pela transformação do cotidiano, especialmente pela dimensão lúdica da arte, cultura e educação. A condição humana deve produzir parâmetros permeados por uma nova qualidade nas relações sociais, mais densas, sólidas e fortes, no coletivo e no cooperativismo como modelo de vida, no uso e na apropriação do espaço público e na valorização da vida pública. Portanto, nessa situação, a nova sociedade urbana, permeada por sociabilidade positiva e laços de cooperação, perpassará pela não violência e pela não insegurança objetiva.

Além disso, as expressões de identidade coletiva podem colaborar nesse desafio de superar o modelo de produção capitalista, a globalização e o cosmopolitismo. As organizações comunitárias configuram-se como resistências à individualização. Nessa perspectiva, então, se atingirá um nível de vida compartilhada, inclusive de proteção e de solidariedade, com novo significado social. Nesse contexto, as pequenas cidades podem desempenhar papel central para essas mudanças.

Assim, dentro das perspectivas teórico-metodológicas, a preocupação nas áreas fronteiriças deve ser quanto às demandas sociais, para que sejam sanados os problemas existentes. Para isso, o caminho é a integração regional, não para homogeneizar a cultura, a língua e os hábitos, mas para proporcionar o desenvolvimento social em totalidade a partir do direito às diferenças, do aproveitamento das potencialidades específicas e da criação de uma identidade e sociabilidade coerentes com as especificidades transfronteiriças. Por isso, retomam-se, ainda que como uma analogia, as questões de sociabilidade e de modo de vida, entendida por Pereira (2013), pela formação de um “habitus fronteiriço”.

Acredita-se, também, que são necessários investimentos em segurança pública municipal. Isso não significa substituir o governo estadual, mas colaborar com o papel do poder público em promover a segurança e garantir esse serviço por uma perspectiva local, reconhecendo e assumindo as especificidades dos moradores. Uma solução para o compartilhamento dos custos é a formação dos consórcios públicos intermunicipais.

Assim, como palavras finais, a perspectiva da tese foi, no âmbito das Ciências Sociais, avançar na luta contra a alienação da segurança pública e a favor do processo emancipacionista. O caminho passa pela ênfase e voz das comunidades marginalizadas pelo Estado quanto à segurança pública, possibilitando, então, condições para a liberdade, a superação total da coerção e a formação de uma consciência autônoma. Isso será possível pela inserção na vida pública e na sociabilidade, pelas relações sociais primárias e pelas mudanças no modelo da segurança pública, especialmente aproximando o Estado e o policiamento comunitário.

As reflexões nunca acabam. As palavras são apenas as últimas deste momento. A pesquisa continua com novas inquietações e perspectivas interpretativas e com a necessidade de construir e aprimorar as bases e os procedimentos metodológicos. Há, também, necessidade de ampliar os estudos e o debate acadêmico, visto ser indispensável que a universidade caminhe até esses espaços para tentar contribuir com a sociedade local. Assim, que os laços sociais se cristalizem em relações comunitárias para que a violência e a insegurança objetiva se tornem um resquício de uma sociedade ultrapassada.

Que as portas e as janelas se abram novamente!

REFERÊNCIAS

ALVES, Pedro. Fim de ano marcado por violência no Sertão do Araripe. 01/01/2016. **Rádio Jornal**. 2016. Disponível em: <<http://m.radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2016/01/01/fim-de-ano-marcado-por-violencia-no-sertao-do-araripe-44074>> acesso em: 17 jan. de 2016.

AMORIM, Francisco. Número de homicídios cresce 28% em janeiro e governo decide ampliar carga horária de PMs. 23/02/2012. **Portal Zero Hora Notícias**. 2012. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/02/numero-de-homicidios-cresce-28-em-janeiro-e-governo-decide-ampliar-carga-horaria-de-pms-3672920.html>> acesso em: 8 nov. de 2015.

ANÍBAL, Felipe. 87% dos PMs não serão promovidos. 27/07/2014. **Jornal Gazeta do Povo**, 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/87-dos-pms-nao-serao-promovidos>> acesso em: 9 dez. de 2015.

_____. Segurança pública: força policial no Paraná cresceu menos que a população. 10/07/2015. **Jornal Gazeta do Povo**, 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/forca-policial-no-parana-cresceu-menos-que-a-populacao>> acesso em: 30 nov. de 2015.

ANIELLI, Cindy. Segurança: PM anuncia reforço do efetivo no Vale do Ivaí. 22/07/2015. **Jornal Tribuna do Norte**, 2015. Disponível em: <<http://tnonline.uol.com.br/noticias/apucarana/45,340768,22,07,pm-anuncia-reforco-do-efetivo-no-vale.shtml>> acesso em: 30 nov. de 2015.

ANTONELLI, Diego. STF determina implantação da Defensoria Pública em todo o Paraná. 17/06/2013. **Jornal Gazeta do Povo**: vida e cidadania. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/stf-determina-implantacao-da-defensoria-publica-em-todo-o-parana>> acesso em: 8 nov. de 2015.

ARANGO, Azucena. La sensación de inseguridad: calles cerradas en Conjuntos Habitacionales periurbanos de la Ciudad de México. **Scripta Nova**: Revista Eletrónica de Geografía y Ciencias sociales, vol. XVIII, nº 493(54), 2014, p. 1-16.

ARAÚJO, Marcelo Cunha de; BRAGA, Rosalba Ludmila Alves. Polícia comunitária: uma proposta democrática possível para a segurança pública. **De Jure**: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, nº 11, 2008. Disponível em: http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/polia_comunitaria_uma_proposta_democratica.pdf> acesso em: 30 dez. de 2016.

ARIAS, Johan Andrés Avendaño. Representaciones territoriales sobre inseguridad y delincuencia en el espacio urbano de Bogotá: formas simbólicas de apropiación territorial. **XIII Coloquio Internacional de Geocrítica**: el control del espacio y los espacios de control. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014, p. 1-16.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG. 411 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2007.

BATISTA, Rodrigo. Presídios do Paraná seguem problemáticos. 06/10/2015. **Jornal Gazeta do Povo**, 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/presidios-do-parana-seguem-problematicos>> acesso em: 30 dez. de 2015.

BAÚ, Daiane. Nove presos fogem por túnel aberto em delegacia de Palmital, no Paraná. 12/10/2015. **Portal G1/PR/Campos Gerais e Sul**, 2015a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2015/10/nove-presos-fogem-por-tunel-aberto-em-delegacia-de-palmital-no-parana.html>> acesso em: 8 nov. de 2015.

_____. Presos cavam túnel de oito metros e fogem da cadeia pública de Ibaiti. 11/11/2015. **Portal G1/PR/Campos Gerais e Sul**, 2015b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2015/11/presos-cavam-tunel-de-oito-metros-e-fogem-da-cadeia-publica-de-ibaiti.html>> acesso em: 7 jan. de 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Vida líquida**. Barcelona: Austral, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e a perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BELO, Carolina Gabardo. Falta de policiais deixa rodovias estaduais à mercê dos marginais. 04/11/2015. **Portal Paraná Tribuna**, 2015. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/falta-de-policiais-deixa-rodovias-estaduais-a-merce-dos-marginais>> acesso em: 1 fev. de 2016.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e política**. São Paulo: Cedec Brasiliense, v. 1, 1983.

BENKO, Georges. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, V. 15, São Paulo, p. 45-54, 2002.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 347 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2004.

BEZERRA JÚNIOR, Benilton. Pobreza, agressividade e consumo: três observações sobre a violência no Brasil. FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana**: (In)segurança e (Des)esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 43-59.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. **Engrup**, São Paulo, p. 132-150, 2008. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf> acesso em: 2 nov. de 2016.

BONDARUK, Roberson Luiz. Nossos municípios mais seguros: o papel do município na segurança do cidadão. **CREA-PR**: Cadernos Técnicas da Agenda Parlamentar, 2015. Disponível em: <<http://www.crea-pr.org.br/index.php?...nossos-municipios-mais-seguros>> acesso em: 6 nov. de 2015.

BRASIL, Casa Civil. **Decreto-Lei nº 2.848 de 07/12/1940**: que dispõe sobre o Código Penal. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> acesso em: 1 out. de 2015.

_____. **Decreto nº 6.017 de 17/01/2007**: que regulamenta a Lei nº 11.107 de 06/04/2005. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm> acesso em: 11 jan. de 2016.

BRASIL, Casa Civil. **Decreto nº 7.496 de 08/06/2011**: que dispõe sobre o Plano Estratégico de Fronteira (PEF). 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7496.htm> acesso em: 11 jan. de 2016.

_____. **Lei nº 6.634 de 02/05/1979**: que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm> acesso em: 11 jan. de 2016.

_____. **Lei nº 11.107 de 06/04/2005**: que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm> acesso em: 11 jan. de 2016.

_____. **Lei nº 11.343 de 23/08/2006**: que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm> acesso em: 26 jan. de 2016.

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **ProInfância**. 2015a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>> acesso em: 11 jul. de 2015.

BRASIL, Governo Federal. **Cidadania e Justiça**: 179 relatos de violência contra mulheres por dia em 2015: o balanço do Ligue 180. 26/10/2015. 2015b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/179-relatos-de-violencia-contra-mulheres-por-dia-em-2015-o-balanco-do-ligue-180>> acesso em: 7 de dez. de 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 18ª edição. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. **Portal da Transparência**: Cismel. 2016. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/consultam.asp?fcod=7825&fuf=pr&forgao=30000&fconsulta=1>> acesso em: 12 jan. de 2016.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira**: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/cartilha-pdf>> acesso em: 20 dez. de 2015.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: base de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005b.

BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (Depen). **Levantamento nacional de Informação Penitenciária (Infopen)**: Paraná, 2015c. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisonal/relatorios-estatisticos-analiticos>> acesso em: 7 nov. de 2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Assistência Social**: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). 2015d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>> acesso em: 17 ago. de 2015.

BRASIL, Palácio do Planalto. **Temer apresenta resultados do Plano Estratégico de Fronteiras**. 2012. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/vice-presidencia/vice-presidente/noticias/noticias-do-vice/2012/12/2012-12-18_michel-temer-balanco-plano-estrategico-de-fronteiras> acesso em: 8 jan. de 2016.

BRITO, Francisco. Quem somos? **OCPF**, Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo, 2014. Disponível em: <<http://www.ocpf.org.br/quem-somos/>> acesso em: 10 jan. de 2016.

BURKE, Peter. Violência urbana e civilização. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). **Insegurança pública** – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 32-50.

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira**: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2007.

CAMPANA, Fábio. Polícia Civil do Paraná: “Instituição passa por sucateamento assustador”. 26/08/2010. **Portal Fábio Campana**, 2010. Disponível em: <<http://www.fabiocampana.com.br/2010/08/policia-civil-do-parana-instituicao-passa-por-sucateamento-assustador/>> acesso em: 9 dez. de 2015.

CANIELLO, Márcio. O Ethos Sanjoanense: tradição e mudança em uma cidade pequena. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, p. 31-56, 2003.

CANO, Ignacio. A importância do micro desarmamento na prevenção da violência. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). **Insegurança pública** – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 130-150.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. La ciudad como privación y la reapropiación de lo urbano como ejercicio de la ciudadanía. **Scripta Nova**: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias sociales, vol. XVIII, nº 493(54), p. 1-14, 2014.

_____. Metrôpole polifônica – poliorâmica. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp: GAsPERR, 2001.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata**: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS/Posgea, 2013.

CARRIÓN MENA, Fernando; NÚÑEZ-VEGA, Jorge. La inseguridad en la ciudad: hacia una comprensión de la producción social del miedo. **EURE**, Santiago, v. 32, n. 97, p. 7-16, dez., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612006000300001&script=sci_arttext> acesso em: 13 mar. de 2015.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet**: reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Tradução de Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

CASTRO, José Marcelo de. **A influência da mortalidade por causas externas no desenvolvimento humano na faixa de fronteira brasileira**. Dissertação (Mestrado em Saúde), Programa de Pós-Graduação em Saúde da Comunidade, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, 2011.

CBN, Central Brasileira de Notícias. **Indústria da segurança movimentada R\$ 1,2 bilhão por ano no Brasil**. 22/03/2014. 2014. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2014/03/22/industria-da-seguranca-movimentada-r-12-bilhao-por-ano-brasil.htm>> acesso em: 26 out. de 2015.

CBPR, Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. **Institucional e Unidades**. 2015. Disponível em: <<http://www.bombeiros.pr.gov.br/>> acesso em: 17 out. de 2015.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CINTRA, André. Obras “antimendigo” se tornam marca da gestão Serra-Kassab em SP. 20/05/2010. **Portal Vermelho**, 2010. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/129798-259>> acesso em: 10 nov. de 2015.

CLAVELL, Gemma Galdon. La ciudad asustada: seguridad, control y exclusión más allá de la forma urbana. **Carajillo de la ciudad**, 2010. Disponível em: <http://www.cafedelasciudades.com.ar/carajillo/6_art3.htm> acesso em: 8 jul. de 2015.

COLLUCCI, Cláudia; OLIVEIRA, Monique. Venda de Calmantes sobe 42% no Brasil nos últimos cinco anos. 27/02/2014. **Folha de São Paulo**, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/02/1418499-venda-de-calmantes-sobe-42-no-brasil-nos-ultimos-cinco-anos.shtml>> acesso em: 21 jan. de 2016.

COPEL, Companhia Paranaense de Energia. **Relatório Anual**. 2014. Disponível em: <[http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/20f14_port/\\$file/20f14_port.pdf](http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/20f14_port/$file/20f14_port.pdf)> acesso em: 20 set. de 2016.

_____. **Revitalização da Usina Termelétrica de Figueira**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wbip-ujhcnq>> acesso em: 20 set. de 2016.

_____. **Usina Termelétrica de Figueira**. 2016. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2fhpcopel%2fgeracao%2fpagcopel2.nsf%2fdocs%2f49af98e12e67716b032574a20048b955>> acesso em: 20 set. de 2016.

CORDEIRO, Luciane. Penitenciária no noroeste do PR é interdita após pedido do Ministério Público. 03/12/2013. **Portal G1/PR/Norte e Noroeste**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2013/12/penitenciaria-no-noroeste-do-pr-e-interditada-apos-pedido-do-mp.html>> acesso em: 7 jan. de 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1994.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 06, p. 43-53, jan./jun., 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. **Território**, v. 1, 1996.

_____. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Território**. Rio de Janeiro, v. 5, nº 8, p. 121-129, junho, 2000.

COSSEDDU, Marianna. **Omicidio e suicidio nei piccoli centri della Sardegna**. Indagine su anomia e solidarietà meccanica attraverso le statistiche giudiziarie. Dottorato di ricerca in: Scienze della Governance e Sistemi Complessi. Università Degli Studi di Sassari. Facoltà di Scienze Politiche. Dipartimento di Economia, Istituzioni e Società. Sassari, 2008.

CRUZ, Jório. **Os municípios se sublimam na metrópole**: ensaio sobre reforma metropolitana. Recife: Cubzac, 2008.

DANIEL, Letícia Weiller. **Espaços livres urbanos**: praças públicas centrais de Maringá. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Carlos (UFScar), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, São Carlos, 2011.

DATASUS, Ministério da Saúde. **Sistema de Informação sobre Mortalidade**. 1996-2013. 2015. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>> acesso em: 17 mar. de 2015.

DEFESA CIVIL, Coordenadoria Estadual de Proteção e de. **Programa Bombeiro Comunitário**. 2016. Disponível em: <<http://www.defesacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=81>> acesso em: 6 jan. de 2016.

DEPEN-PR, Departamento Penitenciário do Paraná. **Estabelecimentos prisionais**. 2015. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/>> acesso em: 30 dez. de 2015.

DER-PR, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná. **Rodovias do Paraná**. 2015. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/>> acesso em: 30 dez. de 2015.

DI MÉO, Guy. Introdução ao debate sobre a metropolização. **Confins**, 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5433>> acesso em: 8 mai. de 2015.

D'INCAO, Maria Ângela. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. **Tempo Social**: revista de Sociologia. São Paulo: USP, v. 4, nº 1, p. 95-109, 1994.

DIAS, Elsa Oliveira. Winnicott: agressividade e teoria do amadurecimento. **Revista Natureza Humana**, v.2, p. 9-48, 2000. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151724302000000100001> acesso em: 26 out. de 2015.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1ª ed., 1995.

DIONÍNIO, Bibiana. Agentes penitenciários reclamam das condições de trabalho no Paraná. 16/01/2014. **Portal G1/PR/Norte e Noroeste**, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/01/agentes-penitenciarios-reclamam-das-condicoes-de-trabalho-no-parana.html>> acesso em: 7 jan. de 2016.

ENAFRON, Plano Estratégico de Fronteira e da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras. **Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**. Secretaria Nacional de Justiça, 2013.

ENDLICH, Angela Maria. **Maringá e o tecer da rede urbana regional**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1998. 221 p..

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 505 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

_____. Perspectivas sobre o urbano e o rural. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 11-32.

_____. Regiões metropolitanas do Paraná no divã: lacunas, entrelinhas e outras possibilidades de entes de gestão intermunicipal compartilhada. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 343-357, abr./jun., 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=110> acesso em: 22 out. de 2016.

ENDLICH, Angela Maria; FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. In: **XIII Colóquio Internacional de Geocrítica**, v. 13, 2014, Barcelona/Espanha. Sesión Delito y seguridad. Barcelona/Espanha: Universitat de Barcelona, 2014.

ENGEL, Cíntia Liara et al. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

ESTADÃO. **Venda de carros crescem mais em cidades pequenas**. 07/10/2014. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,vendas-de-carros-crescem-mais-em-cidades-pequenas-imp-,1572658>> acesso em: 17 out. de 2016.

FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita. **Reflexões sobre a violência urbana**: (In)segurança e (Des)esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades**: o Norte do Paraná. 261 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli; ENDLICH, Angela Maria. Os espaços contemplados nos estudos de violência e insegurança urbana. **Enanpege**: Goiânia, 2011.

FERNANDES, Sarah. Violência contra a mulher: 78% das jovens já sofreram assédio em espaços públicos. 03/12/2014. **Portal Rede Brasil Atual**, 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/12/entre-as-jovens-78-afirmam-ja-terem-sofrido-assedio-em-espacos-publicos-1702.html>> acesso em: 8 nov. de 2015.

FIGUEIRA, Prefeitura Municipal de. **Figueira**. 2016. Disponível em: <<http://www.figueira.pr.gov.br/>> acesso em: 17 set. de 2016.

FIRKOWSKI, Olga de Freitas. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v. 107, p. 97-107, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Municípios dobram gastos com segurança pública**. 23/06/2012. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1109654-municipios-dobraram-gastos-com-seguranca-publica-aponta-estudo.shtml>> acesso em: 8 jan. de 2016.

FRAILE, Pedro et al. Delicte, conflicte i sensació de seguretat a Lleida. Lleida: Universitat de Lleida, 2009.

FRANKL, Viktor. **A presença ignorada de Deus**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

FREITAS, Ana. 11 documentários que vão mudar a sua visão de mundo: “Cortina de Fumaça”. 11/07/2014. **Revista Galileu**, 2014. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Cultura/Cinema/noticia/2014/07/11-documentarios-que-vao-mudar-sua-visao-do-mundo.html>> acesso em: 7 jan. de 2016.

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista: estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista**. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Segurança pública: pesquisa de opinião pública**. 2015. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/pesquisasfpa/wp-content/uploads/2015/04/lay-pesquisa-segurancapublica-ok.pdf>> acesso em: 5 nov. de 2015.

GARNIER, Jean Pierre. Los horrores de una guerra urbana anunciada. **GeocritiQ**, nº 11, 2013. Disponível em: <<http://www.geocritiq.com/2013/11/los-horrores-de-una-guerra-urbana-anunciada/>> acesso em: 29 nov. de 2015.

GAVIRIA, Margarita Rosa. Controle social exposto em representações sociais de violência, insegurança e medo. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 20, p. 72-107, 2008.

GOES, Eda Maria. **A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986**. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

_____. **Imagens da polícia**. Relações entre cidadania e violência caracterizadas nas representações da polícia paulista: janeiro/83 – março/85. 245 p. Tese (doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Assis: [s.n.], 1998.

_____. Transição política e cotidiano penitenciário. **História**, Franca, v. 23, n.1-2, p. 219-238, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a11v2312.pdf>> acesso em: 18 abr. de 2015.

GOES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A insegurança e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras. **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias sociales**, vol. XVIII, nº 493(54), 2014, p. 1-16.

GOIS, Antonio. População cresce mais em cidade menor. **Folha de São Paulo**. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1607201113.htm>> acesso em: 17 out. de 2016.

GOMES, Cintia Helena Rodrigues. **Violência doméstica contra a mulher em região de fronteira, Brasil/Bolívia, na cidade de Corumbá-MS, aspecto jurídico, cultural e social**. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, 2011.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar**. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2005.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná: 1930/1970. DIAS, Reginaldo Benetido; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. p.87-121.

GOOGLE. **Pesquisa com palavras chave**. 2015. Disponível em: <www.google.com.br> acesso em: 28 nov. de 2015.

_____. **Pesquisa com palavras chave**. 2016. Disponível em: <www.google.com.br> acesso em: 28 nov. de 2016.

GOOGLE EARTH, imagens de satélites. **Iporã**: 2013. 2015.

_____. **Figueira e Tamarana**: 2016. 2016.

GOOGLE MAPS. **Distância entre cidades e imagens de Tamarana**. 2016. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>> acesso em: 12 jan. de 2016.

_____. **Mapa de Tamarana**. 2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>> acesso em: 18 jan. de 2017.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, nº 17, p.19-46, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205>> acesso em: 26 jan. de 2016.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>> acesso em: 3 mar. de 2015.

_____. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php> acesso em: 3 mar. de 2015.

_____. **Cidades: Tamarana (PR)**. 2017. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=412667&search=parana|tamarana|infograficos:-historico>> acesso em: 2 jan. de 2017.

_____. **Divisão Regional**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm> acesso em: 10 mar. de 2015.

_____. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2014/>> acesso em: 30 dez. de 2016.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic)**: Efetivo da polícia militar e civil do Estado do Paraná. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/estadic/default.shtm>> acesso em: 30 nov. de 2015.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014**: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>> acesso em: 23 out. de 2016.

_____. **Região de Influência das Cidades (Regic)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Sidra**: Censo Demográfico 1960, 1970, 1980 e 1991. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> acesso em: 1 fev. de 2015.

ICPR, Instituto de Criminalística do Estado do Paraná. **Histórico e Seções Técnicas**. 2015. Disponível em: <<http://www.ic.pr.gov.br/>> acesso em: 31 dez. de 2015.

ILUSTRADO, Jornal. **Homens armados tentam arrombar cofre de banco e fazem dois reféns na fuga em Icaraíma**. 10/01/2016. 2016. Disponível em: <<http://www.ilustrado.com.br/jornal/ExibeNoticia.aspx?NotID=70888>> acesso em: 11 jan. de 2016.

_____. **Polícia Civil de Pérola prende acusados de tráfico que agiam na região**. 28/10/2014. 2014. Disponível em: <<http://www.ilustrado.com.br/jornal/ExibeNoticia.aspx?NotID=61352>> acesso em: 11 jan. de 2016.

IMLPR, Instituto Médico Legal do Estado do Paraná. **O Instituto**. 2015. Disponível em: <<http://www.iml.pr.gov.br/>> acesso em: 31 dez. de 2015.

INSTITUTO DATAFOLHA. **Problemas que afetam a vida dos brasileiros**. 2014. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/> acesso em: 3 abr. de 2015.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos municipais**. 2015a. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30> acesso em: 1 out. de 2015.

_____. **Caderno municipal de Iporã**. 2015b. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87560&btOk>> acesso em: 11 out. de 2015.

_____. **Caderno municipal de Figueira**. 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84285&btOk>> acesso em: 1 set. de 2016.

_____. **Caderno municipal de Tamarana**. 2017. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86125&btOk>> acesso em: 13 jan. de 2017.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica nº 17: Atlas da Violência 2016**. FBSP: Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf> acesso em: 2 nov. de 2016.

IPORÃ, Prefeitura Municipal de. **Inaugurada posto da polícia rodoviária de Iporã**. 2014. Disponível em: <<http://www.ipora.pr.gov.br/pagina.php?id=33>> acesso em: 17 ago. de 2015.

_____. **Plano Diretor**, 2007. Disponível em: <http://www.ipora.pr.gov.br/downloads/3.php?id_categoria=2> acesso em: 17 ago. de 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JOHNSON, Mason. FBI's violent crime statistics for every city in America. **CBS Chicago**, 2015. Disponível em: <<http://chicago.cbslocal.com/2015/10/22/violent-crime-statistics-for-every-city-in-america/>> acesso em: 18 jan. de 2016.

JORNAL CRÓNICA. **Piba muerta en Ceres**, ¿fue un crimen pasional? 18/02/2015. 2015. Disponível em: <<http://www.cronica.com.ar/article/details/25713/piba-muerta-en-ceres-fue-un-crimen-pasional>> acesso em: 18 jan. de 2016.

JORNAL DÍA A DÍA. **Horror en un pequeña ciudad de Santa Fe**. 18/11/2015. 2015. Disponível em: <<http://www.diaadia.com.ar/policiales/horror-en-un-pequena-ciudad-de-santa-fe>> acesso em: 18 jan. de 2016.

KAHN, Tulio; ZANETIC, André. O papel dos municípios na segurança pública. **Estudos Criminológicos**, São Paulo, n. 4, 2005.

KONDER, Leandro. **Marx**: vida e obra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LABOISSIÈRE, Paula. Campanha quer reduzir elevado número de homicídios por motivos banais no Brasil. 08/11/2012. **EBC**, Empresa Brasil de Comunicação. 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-08/campanha-quer-reduzir-elevado-numero-de-homicidios-por-motivos-banais-no-brasil>> acesso em: 12 nov. de 2016.

LEAL, José Manuel Pires. O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 23, p. 394-427, jan./abr., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/14.pdf>> acesso em: 17 fev. de 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centrauro, 2001.

LEMGRUBER, Julita. Controle da criminalidade: mitos e fatos. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). **Insegurança pública** – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 155-185.

LIMA, Diego Iwata. Franquias buscam crescimento em cidades de até 100 mil habitantes. 18/04/2016. **Folha de São Paulo**. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1761608-franquias-buscam-crescimento-em-cidades-de-ate-100-mil-habitantes>> acesso em: 17 out. de 2016.

LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales et al. Gestão municipal da segurança pública: responsabilidade dos municípios brasileiros no combate à violência. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 18, nº 2, p. 399-414, 2014. Disponível em: <http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=965> acesso em: 8 jan. de 2016.

LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR**. 352 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008.

LONDRINA, Prefeitura Municipal de. **Londrina**: história, distritos e indicadores. 2017. Disponível em: <<http://www.londrina.pr.gov.br/>> acesso em: 2 jan. de 2017.

LUCIANO, Antoniele. Segurança pública: 61% das guardas municipais do Paraná empunham armas. 07/10/2013. **Gazeta do Povo**. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/61-das-guardas-municipais-do-parana-empunham-armas>> acesso em: 17 ago. de 2015.

LUGAN, Jean-Claude. Sociabilité et intégration dans les petites Villes: hypothèses sur une evolutions. **Bourgs et petites villes**. Jean-Paul Laborie et Jean Renard (org.). Presses Universitaires du Mirail, Toulouse, 1997. p. 399-406.

MACHADO, Lia Osório. A estratégia nacional de defesa, a Geografia do tráfico de drogas ilícitas e a Bacia Amazônica Sul-Americana. **Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2010, p. 99-113.

MACHADO, Lia Osório. Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a Geopolítica da segurança. **A geopolítica das Drogas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão e Ministério das Relações Exteriores, 2011. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011-Espa%C3%A7os-Transversos-FUNAG.pdf>> acesso em: 2 jan. de 2016.

_____. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, p. 9-29, 2000.

MAGALHÃES, Nara. Significados de violência em abordagem da mensagem televisiva. In: **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 318-343, jan./jun., 2009.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. **Vidas em enclaves**. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp): Presidente Prudente, 2013.

MAROS, Angieli. Quadrilha faz reféns antes e depois de assalto a banco em Curiúva. 19/01/2016. **Gazeta do Povo**, 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/quadrilha-faz-refens-antes-e-depois-de-assalto-a-banco-em-curiuva>> acesso em: 1 fev. de 2016.

MARX, Karl. **Grundrisse** - manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer. São Paulo: Editora Boi Tempo. Coedição: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Aglomerações Urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. **ABEP**, Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf> acesso em: 8 mai. de 2015.

MATOS, Salomão. Traficantes impõe toque de recolher em Porto Water. 17/12/2012. **Portal Acre 24 Horas**. 2012. Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2012/12/17/traficantes-impoe-toque-de-recolher-em-porto-walter/>> acesso em: 7 nov. de 2015.

MCNEILL, William. As gangues de rua são uma antiga herança da civilização. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). **Insegurança pública** – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 11-31.

MELO, Luísa. As 25 maiores empresas do mundo em 2015, segundo a Fortune. 22/07/2015. **Revista Exame**. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-25-maiores-empresas-do-mundo#27>> acesso em: 6 fev. de 2016.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 527p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MESQUITA NETO, Paulo. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em perspectiva**, nº 18 (1), 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22232.pdf>> acesso em: 30 de dez. de 2016.

MEYER, Regina Proserpi. Atributos da metrópole moderna. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 14, n. 4, São Paulo, 2000.

MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana:** (In)segurança e (Des)esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 19-31.

MONCAU, Gabriela. Autoritarismo: juventude recolhida. **Caros Amigos**, ano XV, n. 177, p. 36-39, 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, jul-dez, 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/58/60>> acesso em: 2 nov. de 2016.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ABREU, Anderson Kerley Chaves de; OLIVEIRA, Marina Clemente de. Moralidade e sociabilidade em Frankl: um norte para superação da violência. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, p. 627-635, 2006.

MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang. Maringá: Eduem, 1994.

MOURA, Rosa et al. Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, 2003. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/174>> acesso em: 12 dez. de 2016.

MULLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun., 2001.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara. Polícia e gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PMs. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 183-207, 2004. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/230/151>> acesso em: 30 nov. de 2015.

NEME, Cristina. Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. **Rev. Sociol. Polit.** [online], n.25, p. 123-137, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31115.pdf>> acesso em: 7 jun. de 2015.

NÓRCIO, Lúcia. Aumento da violência no Paraná é consequência do sucateamento da segurança, diz secretário. 13/06/2011. **EBC**, Empresa Brasil de Comunicação, 2011. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-06-13/aumento-da-violencia-no-parana-e-consequencia-do-sucateamento-da-seguranca-diz-secretario>> acesso em: 30 nov. de 2015.

OCPF, Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo. **Consórcios públicos**. 2016. Disponível em: <<http://www.ocpf.org.br/consorcios-publicos/banco-de-dados/>> acesso em: 10 jan. de 2016.

PARAGUASSÚ, Lisandra. Pequenas cidades, muitos crimes. **Portal FGV/EAESP: estudos em sustentabilidade**. 2007. Disponível em: <<http://gvces.com.br/pequenas-cidades-muitos-crimes?locale=pt-br>> acesso em: 3 nov. de 2015.

PARANÁ, Assembleia Legislativa do Estado do. **Pesquisa Legislativa: regiões metropolitanas**. 2017. Disponível em: <http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao> acesso em: 3 jan. de 2017.

PARANÁ, Governo do. Secretaria da Segurança e Administração Penitenciária. **Estatística: homicídios e apreensão de drogas**. 2015. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>> acesso em: 22 mar. de 2015.

_____. **181 Narcodenúncia: Mapeamento dos resultados contra o narcotráfico realizado pelas polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal**. 2016. Disponível em: <http://www3.pr.gov.br/narcodenuncia/relatorios/rel_atendmunic.php?opt=4> acesso em: 27 jan. de 2016.

PARANÁ, Sistema Estadual de Legislação. **Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982**: Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. 1986. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=7724>> acesso em: 7 dez. de 2015.

PCPR, Polícia Civil do Estado do Paraná. **A “Rota Caipira do tráfico”**. 2010. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2872>> acesso em: 1 fev. de 2016.

_____. **Instituição e Delegacias**. 2015. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pr.gov.br/>> acesso em: 17 out. de 2015.

_____. **Decreto nº 4.884, de 24 de abril de 1978**: Regulamento e Estrutura, 1978. Disponível em: <http://www.policiacivil.pr.gov.br/arquivos/File/DPC/Decreto_4884_1978_RegPC.pdf> acesso em: 7 dez. de 2015.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 347 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2007.

PEREIRA, Jacira Helena. Brasiguaios ou Fronteiriços? A noção de habitus para compreender o pertencimento cultural na fronteira Brasil-Paraguai. **Revista Ideação**: Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. Foz do Iguaçu, v. 15, nº 2, p. 129-148, 2013.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PERES, Aline. RIBEIRO, Diego. Uma década de impunidade. 03/07/2010. **Portal Gazeta do Povo**, 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/uma-decada-de-impunidade>> acesso em: 27 jan. de 2016.

PMPR, Polícia Militar do Estado do Paraná. **Instituição e Unidades**. 2015. Disponível em: <<http://www.pmpm.pr.gov.br/>> acesso em: 17 out. de 2015.

_____. **Polícia Militar de Fronteira**. 2016. Disponível em: <<http://www.pmpm.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1244>> acesso em: 30 jan. de 2016.

PMSP, Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Doutrina de Polícia Comunitária**. São Paulo: Diretoria de Ensino e Cultura, 2015.

POLÍCIA CIENTÍFICA, Estado do Paraná. **Polícia Científica**. 2015. Disponível em: <<http://www.policiacientifica.pr.gov.br/>> acesso em: 31 dez. de 2015.

PORTAL DA CIDADE. **Com apreensões diárias, PR-323 é uma das rotas mais usadas pelo crime**. 04/08/2015. 2015. Disponível em: <<http://umuarama.portaldacidade.com/noticia/22403-com-apreensoes-diarias-pr-323-e-uma-das-rotas-mais-usadas-pelo-crime>> acesso em: 1 fev. de 2016.

PORTAL G1/PR, Campos Gerais e Sul do Paraná. **PM de Guarapuava tem 49 carros policiais aguardando consertos**. 21/08/2015. 2015a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2015/08/pm-de-guarapuava-tem-49-carros-policiais-aguardando-consertos.html>> acesso em: 9 dez. de 2015.

PORTAL G1/PR, Norte e Noroeste. **Agência bancária é destruída após explosão de caixa eletrônico no PR**. 27/11/2014. 2014a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/11/agencia-bancaria-e-destruida-apos-explosao-de-caixa-eletronico-no-pr.html>> acesso em: 11 set. de 2016.

_____. **Esquadrão Antibombas vai a Figueira por explosivos deixados durante ação**. 02/09/2015. 2015b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2015/09/esquadrao-antibombas-vai-figueira-por-explosivos-deixados-durante-acao.html>> acesso em: 11 set. de 2016.

_____. **Moradores de Tamarana protestam contra corrupção, em frente ao MP-PR**. 26/10/2016. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2016/10/indios-e-moradores-de-tamarana-protestam-em-frente-ao-mp-pr.html>> acesso em: 11 jan. de 2017.

_____. **Polícia apreende meia tonelada de maconha no noroeste do Paraná**. 25/04/2014. 2014b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/04/policia-apreende-cerca-de-meia-tonelada-de-maconha-no-parana.html>> acesso em: 11 jan. de 2016.

_____. **Polícia Rodoviária Federal acha carreta cheia de maconha e faz maior apreensão de 2015 no país**. 23/11/2015. 2015c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/11/prf-faz-maior-apreensao-de-drogas-de-2015-em-icaraima-no-parana.html>> acesso em: 1 fev. de 2016.

PORTAL G1/PR, Norte e Noroeste. **Retroescavadeira de prefeitura é utilizada em roubo a bancos no PR.** 12/12/2015. 2015d. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/12/retroescavadeira-de-prefeitura-e-utilizada-em-roubo-bancos-no-pr.html>> acesso em: 1 jan. de 2017.

PORTAL G1/SP, Piracicaba e região. **56% das cidades pequenas têm mais crimes neste ano que em 2012 inteiro.** 23/11/2013. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2013/11/56-das-cidades-pequenas-tem-mais-crimes-neste-ano-que-em-2012-inteiro.html>> acesso em: 17 jan. de 2016.

PORTAL G1/RS, Rio Grande do Sul. **Violência aumenta e atinge pequenas cidades do interior do RS.** 18/05/2015. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/05/violencia-aumenta-e-atinge-pequenas-cidades-do-interior-do-rs.html>> acesso em: 17 jan. de 2016.

PORTAL GLOBO.COM. **Bom dia Brasil: Imagens flagram PMs espancando e humilhando professor no PR.** 13/11/2015. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/11/imagens-flagram-pms-espancando-e-humilhando-professor-no-pr-veja.html>> acesso em: 9 dez. de 2015.

_____. **Jornal Nacional: segurança é a 2ª maior preocupação dos brasileiros, segundo pesquisa.** 05/08/2014. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/08/seguranca-e-2-maior-preocupacao-dos-brasileiros-segundo-pesquisa.html>> acesso em: 14 abr. de 2015.

PORTAL GUAÍRA. **Francisco Alves: Dupla assalta mercado no centro da cidade.** 18/11/2015. 2015. Disponível em: <<http://www.portalguaira.com/francisco-alves-dupla-assalta-mercado-no-centro-da-cidade>> acesso em: 11 jan. de 2016.

_____. **Iporã: Denúncia, PF de Guaíra estoura depósito de cigarros contrabandeados.** 07/01/2016. 2016. Disponível em: <<http://www.portalguaira.com/ipora-denuncia-pf-de-guaira-estoura-deposito-de-cigarros-contrabandeados-video/>> acesso em: 11 jan. de 2016.

PORTAL OLHAR DIGITAL. **Confira o ranking dos buscadores no Brasil.** 30/01/2015. 2015. Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/ranking-dos-buscadores-no-brasil/46539>> acesso em: 7 nov. de 2015.

PORTAL PARANÁ ONLINE. **Pilarzinho terá unidade do Corpo de Bombeiros.** 01/01/2014. 2014. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/pais/news/53483/>> acesso em: 5 jan. de 2016.

PORTAL R7, Rede Record. **Após ser abordado, homem ajuda policiais a empurrarem viatura quebrada em blitz no Paraná.** 07/03/2015. 2015. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/apos-ser-abordado-homem-ajuda-policiais-a-empurrarem-viatura-quebrada-em-blitz-no-parana-07032015>> acesso em: 9 dez. de 2015.

PORTAL RIC/PR. **Interior do Paraná está em pânico com onda de violência.** 08/01/2015. 2015. Disponível em: <<http://pr.ricmais.com.br/ricnoticias/videos/interior-do-parana-esta-em-panico-com-onda-de-violencia/>> acesso em: 17 jan. de 2015.

PORTAL TV PARANÁ CENTRO. **Reunião da AMUVI em Arapuã (PR).** 29/04/2013. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ESYIpWQNSNA>> acesso em: 28 nov. de 2015.

PPGEF, Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços. **Publicações.** 2016. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul: Câmpus do Pantanal, em Corumbá. Disponível em: <<http://ppgefcpn.sites.ufms.br/>> acesso em: 12 jan. de 2016.

PRATES, Marco. O tamanho da PM nos estados brasileiros. 01/10/2012. **Revista Exame**, 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/policial-militar-traz-seguranca-o-tamanho-da-pm-nos-estados>> acesso em: 30 nov. de 2015.

RAMOS, Kelly. Falta efetivo no Corpo de Bombeiros de Irati. 18/12/2014. **Folha de Irati**, 2014. Disponível em: <<http://www.folhadeirati.com.br/seguranca/falta-efetivo-no-corpo-de-bombeiros-de-irati>> acesso em: 9 dez. de 2015.

RIBEIRO, Diego. PR é o 3º em pontos de exploração sexual infantil. 25/11/2014. **Gazeta do Povo**, 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/pr-e-o-3-em-pontos-de-exploracao-sexual-infantil>> acesso em: 1 fev. de 2016.

_____. Segurança pública: Paraná tem um PM a cada 669 habitantes. 11/03/2013. **Gazeta do Povo**, 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-tem-um-pm-a-cada-669-pessoas>> acesso em: 30 nov. de 2015.

RIBEIRO, Diego; RIEGER, Thomas. Conta atrasada gera corte nos telefones da PM e da SESP. 20/11/2013. **Gazeta do Povo**, 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/conta-atrasada-gera-corte-nos-telefones-da-pm-e-da-sesp>> acesso em: 9 dez. de 2015.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28 a 41, out./dez., 1999.

ROCHA, Andréa Pires. **Trajetórias de adolescentes apreendidos como “mulas” do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil – Paraguai**: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza. 396 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

ROCHA, Marcelo. Estradas no Paraná têm um roubo de carga a cada dois dias, diz sindicato. 22/03/2013. **Portal Bom Dia Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/03/estradas-no-parana-tem-um-roubo-de-carga-cada-dois-dias-diz-sindicato.html>> acesso em: 1 fev. de 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

RUBIN, Anahi. Mano de obra escrava en las cárceles de Estados Unidos. 16/08/2015. **Telesur**, 2015. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/bloggers/Mano-de-Obra-Esclava-en-las-Carceles-de-Estados-Unidos-20150816-0001.html>> acesso em: 17 dez. de 2016.

RUIZ, Olivia. O ir e vir: as relações fronteiriças (México e EUA). **Revista O Olho da História**: UFBA, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/03ruiz.html>> acesso em: 20 jan. de 2016.

SALES, Lilia Maia de Moraes; ALENCAR, Emanuela Cardoso; FEITOSA, Gustavo Raposo. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. **Revista Sequência**, UFSC, Florianópolis, n. 58, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/21777055.2009v30n58p281>> acesso em: 30 de dez. de 2016.

SALOMÃO, Karin. As 7 empresas brasileiras entre as maiores do mundo em 2015. 22/07/2015. **Revista Exame**. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-maiores-empresas-brasileiras-em-2015-segundo-a-fortune#9>> acesso em: 6 fev. de 2016.

SANTIBANEZ, Dione Antônio. **A globalização da criminalidade organizada**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SANTOS, Flávio et al. **Figueira, sua história e sua gente**. Figueira: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

SANTOS, Márcia. Arma, crack e dinheiro são apreendidos pela PM na região sudoeste do estado; quarteto é preso. 07/04/2015. **Polícia Militar do Estado do Paraná**. 2015. Disponível em: <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=12970&tit=Arma-crack-e-dinheiro-sao-apreendidos-pela-PM-na-regiao-sudoeste-do-estado-quarteto-e-preso>> acesso em: 17 jan. de 2016.

SANTOS, Milton. Entrevista: O sonho obriga o homem a pensar. **Boletim UFMG**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1229, 1999.

_____. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópoles: Vozes, 1982.

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979.

_____. Por uma geografia das redes. In: _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 208-222.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-99, jun., 1977.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SINCLAPOL, Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná. **Paraná é o Estado com menor número de delegados por habitantes**. 2015. Disponível em: <<http://sidepol.org.br/2015/10/clipping-parana-e-estado-com-menor-numero-de-delegados-por-habitante/>> acesso em: 7 dez. de 2015.

SILVA, Ana Regina Ferreira da. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia Oriental brasileira**: Estados do Pará e do Amapá. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, 2011.

SILVA, Cláudia Isabel Kreginski Barbosa. Porto União: Polícia Militar prende autor de homicídio. 26/03/2015. **Polícia Militar do Estado de Santa Catarina**, 2015a. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/noticias/porto-uniao-policia-militar-prende-autor-de-homicidio-f.html>> acesso em: 7 nov. de 2015.

SILVA, Daniel. Prefeitura no Maranhão cancela carnaval por causa da violência no município. 07/02/2015. **Portal 180º**, 2015b. Disponível em: <<http://180graus.com/noticias/prefeitura-no-maranhao-cancela-carnaval-por-cao-da-violencia-no-municipio>> acesso em: 7 nov. de 2015.

SILVA, Fábio de Sá e. **Violência e segurança pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SILVA, Léo. Polícia Militar e Civil prende homem acusado de tráfico de drogas em Brasilândia do Sul. 06/02/2015. **Rádio Jornal AM**. 2015c. Disponível em: <<http://www.radiojornalam.com.br/not%C3%ADcias/geral/item/5083-pol%C3%ADcia-militar-de-civil-prende-homem-acusado-de-tr%C3%A1fico-de-drogas-em-brasil%C3%A2ndia-do-sul.html>> acesso em: 11 jan. de 2016.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun., 2004.

SILVA, Maria Gizele. Segurança Pública: Paraná tem mais habitantes e menos policiais. 17/01/2009. **Gazeta do Povo**. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-tem-mais-habitantes-e-menos-policiais>> acesso em: 30 nov. de 2015.

SILVA, Maria Gizele et al. Superlotadas, cadeias do Paraná têm uma fuga a cada três dias. 17/03/2007. **Gazeta do Povo**. 2007. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/superlotadas-cadeias-do-parana-tem-uma-fuga-a-cada-tres-dias>> acesso em: 7 jan. de 2016.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e metrópole: notas de um debate. **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-86.

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. **Os espaços de sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. 221 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2004.

SODRÉ, Muniz. Violência, mídia e política. FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 33-41.

SORIANO, Érico. **Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do estado de São Paulo: avaliação geral e o caso de Itirapina**. 157 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2007.

SOUZA, Luana. Assaltantes de banco são mortos ao tentar roubar policiais em Sapopema. 16/04/2016. **Diário dos Campos**. 2016. Disponível em: <<http://www.diariodoscampos.com.br/regiao/2016/04/assaltantes-de-banco-sao-mortos-ao-tentar-roubar-policiais-em-sapopema/2131216/>> acesso em: 11 set. de 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo, Editora Contexto, 1991.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica. **Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo Retis/CNPq/UFRJ, 2002.

TAMARANA, Prefeitura Municipal de. **Tamarana**. 2017. Disponível em: <<http://www.tamarana.pr.gov.br/>> acesso em: 17 jan. de 2017.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches; PORTO, Maria do Rosário Silveira. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 19, n. 47, p. 51-66, dez., 1998.

THE SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE. **Índice de Progresso Social**, 2015. Disponível em: <<http://www.socialprogressimperative.org/pt/data/spi>> acesso em: 27 out. de 2015.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. DIAS, Reginaldo Benetido; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. p. 51-85.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade**. 533 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2008.

UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid). **O que são drogas psicotrópicas?** 2015. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/drogas_.htm> acesso em: 11 jul. de 2015.

VELHO, Gilberto. **A Utopia urbana: um estudo de antropologia social**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VIANA, Nildo. **Violência urbana: a cidade como espaço gerador de violência**. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

VIDAL-KOPPMAN, Sonia. Diseño urbano y control del espacio de la ciudad privada a la ciudad blindada. **Scripta Nova: Revista Eletrónica de Geografía y Ciencias sociales**, vol. XVIII, nº 493(54), 2014, p. 1-13.

VIEIRA, Bruno. Palanque BBC: BH é líder em assassinatos de moradores de rua. 05/10/2012. **BBC Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/10/121005_palanque_ruabh_bg.shtm> l> acesso em: 10 nov. de 2015.

VIEIRA, Ivânia. Sofrimento e violência descrevem a vida das mulheres ribeirinhas em diferentes partes do Amazonas. 12/04/2015. **Jornal A Crítica**. 2015. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/noticias/Sofrimento-violencia-descrevem-historias-interiores_0_1337266278.html> acesso em: 17 jan. de 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014>> acesso em: 30 ago. de 2016.

_____. **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015>> acesso em: 30 ago. de 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2016>> acesso em: 30 ago. de 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

XAVIER, Antônio Roberto. **Do crime comum ao crime organizado**: criminalidade e as políticas públicas de segurança. 234 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) - Programa de Pós-graduação em Planejamento e Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, fev., 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091997000300003&script=sci_arttext> acesso em: 20 jan. de 2015.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, volume 13, número 3, p. 3-17, 1999.

_____. Violência: questão social ou institucional? In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). **Insegurança pública** – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002, p. 75-85.

ZISMAN, Meraldo. **Violência**: a metamorfose do medo. Recife: O Autor, 1993.

Anexo A

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
 Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE)
 Doutorado em Geografia
 Pedro Henrique Carnevalli Fernandes
 Angela Maria Endlich



QA _____

Município: _____

1) Perfil do morador

a) Idade, em anos: 18-29 30-39 40-49 50-59 60 ou +

b) Sexo: Feminino Masculino

c) Local de nascimento: No município Fora:

d) Trabalho: Não Sim, no município Sim, fora do município

e) Escolaridade: sem estudo 1ª-4ª incompleta 1ª-4ª completa 5ª-9ª incompleta 5ª-9ª completa ensino médio incompleto ensino médio completo ensino superior incompleto ensino superior completo pós-graduação

2) Relação com o município e a cidade

a) Duas coisas que mais gosta:

b) Duas coisas que faltam:

c) Viaja com frequência? Não Sim, para:

Motivos:

d) Conhece pessoas que se mudaram? Não Sim:

3) Relação com o bairro e à sociabilidade

a) Tipo de casa: Própria Alugada Outro,

b) Conhece os seus vizinhos?

Sim, todos Sim, a maioria Não, poucos Não, ninguém

c) Com que frequência conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana:

0 1-2 3-4 5-6 7-8 +8

d) Aproximadamente, recebe frases do tipo “bom dia”, “boa tarde”, “boa noite”, “obrigado”, etc., quantas vezes por dia: <input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1-5 <input type="checkbox"/> 6-10 <input type="checkbox"/> +10
e) O que mais falta no seu bairro?
f) Com relação à segurança, seu bairro é: <input type="checkbox"/> altamente seguro <input type="checkbox"/> seguro <input type="checkbox"/> inseguro <input type="checkbox"/> altamente inseguro

4) Relação com à segurança
a) Existem problemas de violência no município? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
b) Como classificaria a cidade quanto à segurança: <input type="checkbox"/> altamente segura <input type="checkbox"/> segura <input type="checkbox"/> insegura <input type="checkbox"/> altamente insegura
c) Em sua residência existe (m): <input type="checkbox"/> grades <input type="checkbox"/> algum modelo de cerca <input type="checkbox"/> câmeras de vigilância <input type="checkbox"/> vigilante motorizado <input type="checkbox"/> segurança particular <input type="checkbox"/> outros,
d) Sente-se seguro (a) na cidade? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
e) Já sofreu com a violência? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> agressão física <input type="checkbox"/> agressão verbal <input type="checkbox"/> furto <input type="checkbox"/> roubo <input type="checkbox"/> sequestro <input type="checkbox"/> outro, qual?
f) Assiste televisão? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Quais programas?
g) Quais dessas cidades tem medo de visitar: <input type="checkbox"/> São Paulo <input type="checkbox"/> Rio de Janeiro <input type="checkbox"/> Belém <input type="checkbox"/> Maceió <input type="checkbox"/> Curitiba <input type="checkbox"/> Londrina <input type="checkbox"/> Maringá <input type="checkbox"/> Foz do Iguaçu
h) Com que frequência observa policiais fazendo ronda pelas ruas da cidade, em número de vezes por semana: <input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1-2 <input type="checkbox"/> 3-4 <input type="checkbox"/> 5-6 <input type="checkbox"/> 7-8 <input type="checkbox"/> +8
i) Faltam policial, bombeiros, viaturas e serviços públicos? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
j) Cite dois motivos que geram violência na cidade:
k) Existem consumo e tráfico de drogas na cidade? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim

Data: _____ de _____ de 2015/16/17.



Anexo B**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

(Tempo médio: 30 a 60 minutos)

- 1 Apresentação: nome, cargo, local de nascimento, idade, escolaridade.
- 2 Município: as qualidades/o que mais gosta e os principais problemas.
- 3 Sociedade local: pessoalização/relações sociais/conflitos sociais e de vizinhança.
- 4 Segurança: cidade segura/insegura/principais problemas.
- 5 Ações públicas: principais ações e prognósticos futuros.
- 6 Outras informações relevantes.